



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

**DESDOBRAMENTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR  
SUCROENERGÉTICO NO ESTADO DO PARANÁ**

---

Londrina  
2017

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

**DESDOBRAMENTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR  
SUCROENERGÉTICO NO ESTADO DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Tomiasi Paulino.

Londrina  
2017

MARCOS ANTONIO DE SOUZA

**DESDOBRAMENTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO SETOR  
SUCROENERGÉTICO NO ESTADO DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliane Tomiasi  
Paulino  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira  
Universidade de São Paulo - USP

---

Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior  
Universidade Estadual Paulista - UNESP

---

Prof. Dr. Nilson César Fraga  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Márcia Regina Gabardo da  
Câmara  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 17 de abril de 2017.

*Dedico este trabalho à minha esposa Chirlei, e à minha filha Júlia, pela paciência e compreensão.*

*A meu pai, Antonio José de Souza, um dos muitos “homens de vida amarga e dura” aos quais se referiu o saudoso poeta Ferreira Gullar, que ainda esgotam sua energia vital nos canaviais em pleno século XXI.*

## **AGRADECIMENTOS**

Após a conclusão de um trabalho acadêmico, temos muitas pessoas a agradecer em razão do auxílio, do incentivo, da contribuição desinteressada, das críticas e das sugestões que nos deram. Algumas em especial:

Primeiramente a Prof.<sup>a</sup> Dra. Eliane Tomiasi Paulino, pela confiança e pela orientação certa que me fez muito amadurecer intelectualmente nesta caminhada;

Aos professores Dr. Nilson César Fraga e a Prof.<sup>a</sup> Márcia Regina Gabardo da Câmara, pelas contribuições aportadas durante a realização do Exame de Qualificação.

Às empresas agroindustriais do setor sucroenergético que permitiram visitas e entrevistas com seus funcionários, assim como aquelas que aportaram informações solicitadas por outras vias.

Aos trabalhadores entrevistados, muitos dos quais mesmo diante de eventuais represálias, não titubearam em contribuir com este trabalho.

À minha esposa, que mesmo em um contexto de dificuldades cotidianas com nossa pequena Júlia, sempre compreendeu minhas ausências e os momentos em que me dediquei exclusivamente a esta pesquisa.

A todos os professores do programa de Pós-Graduação em Geografia da UEL, que de uma forma ou de outra contribuíram com esta pesquisa e com minha formação acadêmica.

*Estos tiempos no son para acostarse con el pañuelo a la cabeza, sino con las armas de almohada [...] Trincheras de ideas valen más que trincheras de piedra.[...] Ya no podemos ser el pueblo de hojas, que vive en el aire, con la copa cargada de flor, restallando o zumbando, según la acaricie el capricho de la luz, o la tundan y talen las tempestades; ¡los árboles se han de poner en fila, para que no pase el gigante de las siete leguas! Es la hora del recuento, y de la marcha unida, y hemos de andar en cuadro apretado, como la plata en las raíces de los Andes.*

**José Martí**

SOUZA, Marcos Antonio de. **Desdobramentos da territorialização do setor sucroenergético no estado do Paraná**. 2017. 373 fls. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

## RESUMO

Partindo-se da premissa de que a crescente expansão do setor canavieiro após a década de 1970 e mais recentemente, durante a primeira década do século XXI, provocou uma série de impactos socioambientais no espaço agrário brasileiro, este trabalho objetiva apresentar os desdobramentos da reprodução do capital sucroenergético, tendo como recorte geográfico o estado do Paraná. Para tanto, se apoia metodologicamente na revisão bibliográfica especializada, assim como na utilização de bases de dados de diversas instituições e nas verificações empíricas na territorialidade do setor sucroenergético paranaense, para empreender a análise dialética dos arranjos socioespaciais dos municípios canavieiros do estado do Paraná. Não obstante, se pauta numa análise onde o formato e estrutura da produção canavieira, fundamentada na agricultura capitalista, estão associados aos referidos impactos socioambientais, sendo o Estado considerado o comando político do capital, que tem buscado historicamente salvaguardar os interesses das classes dominantes, assumindo assim o papel de potencializador da eficiência dessas classes em extrair a renda fundiária, financiando e subsidiando todas as etapas do processo produtivo, executando políticas territoriais e atuando no sentido de viabilizar a continuidade da conjuntura favorável para a acumulação capitalista. Se o formato e estrutura da produção sucroenergética assentado no modus operandi da agropecuária capitalista não possui a eficiência produtiva sustentada pelos seus defensores, comprovada nas históricas oscilações de apogeu e crises, constata-se que o conjunto da sociedade tem arcado em ritmo crescente na viabilização dessa produção. Neste sentido, como consequência do processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético, tem persistido a concentração fundiária, além da presença cada vez mais marcante das disputas territoriais travadas entre a cana-de-açúcar, os demais cultivos da agropecuária capitalista e os cultivos alimentares, além da precarização das relações de trabalho, expressa na superexploração do cortador de cana, realidade esta que contradiz com os altos níveis de rentabilidade auferidos pelo setor sucroenergético, assim como a disponibilidade tecnológica da contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Setor sucroenergético, Concentração fundiária, Disputas territoriais, Exploração da força de trabalho, Territorialização dos monopólios.

SOUZA, Marcos Antonio de. **Developments of the territorialization of the sugarcane sector in the state of Paraná.** 2017.373 f. Thesis (Doctorate in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

### ABSTRACT

Based on the premise that the growing expansion of the sugarcane sector after the 1970s and more recently during the first decade of this century provoked a series of socioenvironmental impacts in the Brazilian agrarian space, this work aims to present the unfolding of the reproduction of the sugarcane capital, having as analytical geographic cut the state of Paraná. In order to do so, it relies methodologically on the specialized bibliographic review, as well as on the use of data bases of several institutions and empirical verifications on the territoriality of the Paraná sugarcane sector, in order to undertake the dialectical analysis of the spatial arrangements of sugarcane municipalities in the state of Paraná. Nevertheless, it is based on an analysis where the format and structure of sugarcane production, based on capitalist agriculture, are associated with the aforementioned social and environmental impacts, and the State is considered the political control of capital, which has historically sought to safeguard the interests of the dominant classes, assuming thus enhancing the efficiency of these classes in extracting the land rent, financing and subsidizing all stages of the productive process, executing territorial policies and acting in order to enable the continuity of the favorable situation for capitalist accumulation. If the format and structure of sugarcane production based on the *modus operandi* of capitalist agriculture does not have the productive efficiency sustained by its proponents, proven in the historical oscillations of apogees and crises, it can be seen that society as a whole has been increasingly involved in the viability of this production. Therefore, as a consequence of this process of territorialisation of the monopolies of the sugarcane sector, land concentration has continued, in addition to the increasingly marked presence of territorial disputes between sugarcane, other crops of capitalist agriculture and food crops, besides the precariousness of labor relations, expressed in the overexploitation of the sugarcane cutter, a reality that contradicts the high levels of profitability of the sugarcane industry, as well as the technological availability of contemporaneity.

**Keywords:** Sugarcane sector – land concentration – territorial disputes – labor exploitation – Territorialisation of monopolies.

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| <b>Gráfico 01</b> - Composição do PIB do agronegócio (setor agricultura) em milhões de reais em 2015 .....  | 39 |
| <b>Gráfico 02</b> - Participação na ocupação do solo e na produção agropecuária por modelos de produção.....  | 40 |
| <b>Gráfico 03</b> - Distribuição dos recursos do Plano Safra entre as safras 2010/2011 a 2016/2017 em bilhões de reais .....  | 41 |
| <b>Gráfico 04</b> - Participação percentual do Brasil no comércio internacional entre 1954 e 2014 .....   | 49 |
| <b>Gráfico 05</b> - Exportações e Importações de Arroz entre 2004 e 2014 .....  | 51 |
| <b>Gráfico 06</b> - Importações e exportações de lácteos no Brasil entre 2004 e 2014 .....  | 52 |
| <b>Gráfico 07</b> - Exportações e Importações de trigo entre 2004 e 2014.....   | 53 |
| <b>Gráfico 08</b> - Evolução da produção açucareira em milhões de toneladas no Brasil entre 1948 e 1972 .....   | 64 |
| <b>Gráfico 09</b> - Evolução da área cultivada com cana-de-açúcar em milhões de hectares entre 1979 e 2014.....   | 70 |
| <b>Gráfico 10</b> - Evolução da produção canavieira entre as safras de 1990/1991 e a de 2015/2016 em milhões de toneladas.....  | 73 |
| <b>Gráfico 11</b> - Evolução Estimada da Frota Circulante de Veículos a Álcool e Flex entre 1980 e 2015 em milhares de unidades.....                                      | 75 |
| <b>Gráfico 12</b> - Desembolso do BNDES para as três cadeias produtivas que mais captaram recursos em milhões de reais entre 1999 e 2013.....                             | 76 |
| <b>Gráfico 13</b> - Comparação dos desembolsos do BNDES para o PRONAF e para o setor canavieiro em bilhões de reais entre 2011 e 2014.....                                | 78 |
| <b>Gráfico 14</b> - Comparação da participação dos subprogramas do PRONAF no total das operações de crédito e no total de recursos captados do BNDES.....                 | 79 |
| <b>Gráfico 15</b> - Evolução das importações de etanol.....   | 82 |
| <b>Gráfico 16</b> - Evolução da área ocupada pela cana-de-açúcar entre as safras 2008/2009 a 2014/2015 nos 05 principais estados produtores em milhares de hectares ..... | 85 |
| <b>Gráfico 17</b> - Valor da produção por hectare no Brasil por cultura selecionada em 2015 .....   | 86 |
| <b>Gráfico 18</b> - Evolução no valor dos financiamentos em reais por hectare em culturas selecionadas.....   | 86 |
| <b>Gráfico 19</b> - Custo de produção e cotações da saca de 50 kg de açúcar entre 2007 e 2015 .....   | 91 |
| <b>Gráfico 20</b> - Custo de produção e cotações do etanol hidratado em R\$/m <sup>3</sup> entre 2007 e 2015 .....  | 92 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Gráfico 21</b> - Evolução da produtividade da cana-de-açúcar em toneladas/hectare entre 2008 e 2013.....   | 94  |
| <b>Gráfico 22</b> - Evolução da produtividade de culturas agropecuárias selecionadas entre 2008 e 2013 .....  | 95  |
| <b>Gráfico 23</b> - Área média ocupada por unidade agroindustrial entre 2008 e 2016 .....   | 115 |
| <b>Gráfico 24</b> - Ocupação e uso dos solos por culturas selecionadas na porção setentrional do Paraná em 1980 .....                               | 128 |
| <b>Gráfico 25</b> - Ocupação e uso dos solos por culturas selecionadas na porção setentrional do Paraná em 2013 .....                               | 129 |
| <b>Gráfico 26</b> - Balanço de oferta e demanda de feijão em 1.000 toneladas entre 2004 e 2013 no Brasil .....                                      | 130 |
| <b>Gráfico 27</b> - Evolução da cotação média da saca de 60 kg de feijão entre janeiro e julho de 2016.....   | 131 |
| <b>Gráfico 28</b> - Balanço de oferta e demanda de arroz em 1.000 toneladas entre 2004 e 2013 no Brasil .....                                       | 132 |
| <b>Gráfico 29</b> - Balanço de oferta e demanda de trigo em 1.000 toneladas entre 2004 e 2013 no Brasil .....                                       | 133 |
| <b>Gráfico 30</b> - Evolução do número de agroindústrias canavieiras no Estado do Paraná entre 1978 e 2014.....                                     | 149 |
| <b>Gráfico 31</b> - Evolução no tamanho médio em hectares cultivado por cada unidade agroindustrial canvieira no Paraná – 1986-2014 .....           | 150 |
| <b>Gráfico 32</b> - Dinâmica demográfica no Norte e Noroeste paranaense em milhões de habitantes entre 1980 e 2010 .....                            | 156 |
| <b>Gráfico 33</b> - Evolução de atividades agropecuárias selecionadas em milhares de hectares no Norte e Noroeste paranaense entre 1980 e 2014..... | 157 |
| <b>Gráfico 34</b> - Evolução percentual de atividades agropecuárias selecionadas entre 1980 e 2014 .....  | 158 |
| <b>Gráfico 35</b> - Área ocupada por culturas selecionadas em municípios com unidades agroindustriais em 1980.....                                  | 159 |
| <b>Gráfico 36</b> - Área ocupada por culturas selecionadas em municípios com unidades agroindustriais em 2013.....                                  | 160 |
| <b>Gráfico 37</b> - Evolução na participação do capital estrangeiro no setor sucroenergético.....   | 161 |
| <b>Gráfico 38</b> - Comparação entre a área ocupada e a área com alta aptidão à produção canvieira no Norte e Noroeste Paranaense.....              | 182 |
| <b>Gráfico 39</b> - Valor da produção por hectare em culturas selecionadas da safra de 2013/2014 no Norte e Noroeste paranaense .....               | 187 |
| <b>Gráfico 40</b> - Faturamento por safra do Grupo Empresarial USAÇÚCAR/Santa Teresinha em milhões de reais .....                                   | 197 |
| <b>Gráfico 41</b> - Evolução da concentração do Grupo Santa Teresinha na porção setentrional do Paraná .....  | 200 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Gráfico 42</b> - Evolução do número de trabalhadores por unidade agroindustrial do Grupo USAÇUCAR/Santa Teresinha entre 2010 e 2015.....   | 205 |
| <b>Gráfico 43</b> - Número de trabalhadores nas usinas e destilarias do Grupo USAÇUCAR/Santa Teresinha.....   | 206 |
| <b>Gráfico 44</b> - Comparação do rendimento médio mensal paranaense em reais com o dos diversos setores agroindustriais do Grupo Santa Teresinha .....   | 207 |
| <b>Gráfico 45</b> - Comparação do rendimento médio mensal dos trabalhadores paranaenses da agropecuária, do extrativismo vegetal, da caça e da pesca com os do setor rural do Grupo Santa Teresinha ..... | 209 |
| <b>Gráfico 46</b> - Faturamento por safra do Grupo Alto Alegre em milhões de reais.....   | 214 |
| <b>Gráfico 47</b> - Número de trabalhadores nas usinas e destilarias do Grupo Alto Alegre.....  | 217 |
| <b>Gráfico 48</b> - Perfil dos credores do grupo Dasa.....  | 238 |
| <b>Gráfico 49</b> - Tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários em municípios canavieiros e nos demais municípios da porção setentrional do Paraná .....   | 247 |
| <b>Gráfico 50</b> - Evolução da área plantada das principais culturas agrícolas nos municípios com 10 a 33,3% da área agrícola cultivada com cana.....  | 258 |
| <b>Gráfico 51</b> - Evolução do rebanho bovino e suíno em milhares de cabeças em municípios com 10 a 33,3% da área agrícola ocupada pela cana .....   | 263 |
| <b>Gráfico 52</b> - Evolução da área plantada das principais culturas agrícolas nos municípios com 33,3% a 66,6% da área agrícola cultivada com cana .....  | 266 |
| <b>Gráfico 53</b> - Evolução do rebanho bovino e suíno em milhares de cabeças em municípios com 10 a 33,3% da área agrícola ocupada pela cana .....   | 268 |
| <b>Gráfico 54</b> - Evolução da área plantada das principais culturas agrícolas nos municípios com 33,3% a 66,6% da área agrícola cultivada com cana .....  | 271 |
| <b>Gráfico 55</b> - Evolução canavieira em municípios com mais de 66,6% da área agrícola ocupada pela cana entre 1980 e 2006 .....  | 272 |
| <b>Gráfico 56</b> - Evolução dos rebanhos bovino e suíno nos municípios com mais de 66,6% da área ocupada pela cana entre 1980 e 2015.....  | 274 |
| <b>Gráfico 57</b> - Empregos no setor agropecuário em municípios com agroindústrias canavieiras no Paraná .....   | 297 |
| <b>Gráfico 58</b> - Saldo entre admissões e demissões no setor agropecuário em municípios com agroindústrias canavieiras no Paraná .....  | 298 |
| <b>Gráfico 59</b> - Evolução da produtividade média do cortador de cana brasileiro em toneladas/dia.....  | 309 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Tabela 01</b> - Desempenho brasileiro na produção e produtividade de culturas.....   | 43  |
| <b>Tabela 02</b> - Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas agropecuárias em milhões de reais entre 2002 e 2012.....               | 53  |
| <b>Tabela 03</b> - Comparação entre as regras do Pronaf e do Prorenova.....   | 96  |
| <b>Tabela 04</b> - Evolução histórica da estrutura fundiária paranaense entre 1970 e 2006 .....   | 151 |
| <b>Tabela 05</b> - Estrutura Fundiária do Paraná por tamanho dos estabelecimentos agropecuários entre 1985 e 2006.....                          | 152 |
| <b>Tabela 06</b> - Evolução de atividades agrícolas selecionadas no Norte e Noroeste Paranaense em milhares de hectares entre 1980 e 2014 ....  | 155 |
| <b>Tabela 07</b> - Evolução do rebanho bovino e suíno em milhões de cabeças no Norte e Noroeste paranaense entre 1980 a 2014 .....              | 155 |
| <b>Tabela 08</b> - Condição do produtor em relação às terras ocupadas no estado do Paraná em 2006.....  | 186 |
| <b>Tabela 09</b> - Agroindústrias sucroenergéticas paranaenses.....   | 191 |
| <b>Tabela 10</b> - Participação do Grupo Santa Teresinha na produção sucroenergética paranaense na safra 2015/2016 .....                        | 200 |
| <b>Tabela 11</b> - Trabalhadores das usinas do grupo Santa Teresinha por unidade agroindustrial em 2014.....                                    | 203 |
| <b>Tabela 12</b> - Unidades habitacionais do grupo Santa Terezinha nas cidades dos municípios canavieiros com agroindústrias do grupo .....     | 210 |
| <b>Tabela 13</b> - Participação do Grupo Alto Alegre na produção sucroenergética paranaense na safra 2015/2016.....                             | 218 |
| <b>Tabela 14</b> - Relação entre o preço pago pelo metro da cana cortada e o valor do salário mínimo entre 2011-2015 na Usina Alto Alegre ..... | 219 |
| <b>Tabela 15</b> - Participação do Grupo Renuka Vale do Ivaí na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015 .....                    | 224 |
| <b>Tabela 16</b> - Participação do Grupo Melhoramentos Norte do Paraná na produção sucroenergética.....   | 228 |
| <b>Tabela 17</b> - Participação do Grupo COOPCANA na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015.....                                | 230 |
| <b>Tabela 18</b> - Participação do Grupo Maringá na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015.....                                 | 231 |
| <b>Tabela 19</b> - Participação do Grupo Dacalda na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015.....                                 | 232 |
| <b>Tabela 20</b> - Participação do Grupo Cooperval na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015.....                               | 234 |
| <b>Tabela 21</b> - Participação do Grupo Bandeirantes na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015.....                            | 234 |

|   |     |
|---|-----|
| <b>Tabela 22</b> - Evolução da produção sucroenergética do Grupo Bandeirantes entre 2009 e 2015 .....   | 235 |
| <b>Tabela 23</b> - Participação do Grupo Sabarácool na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015.....  | 236 |
| <b>Tabela 24</b> - Participação do Grupo Nova Produtiva na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015 .....   | 237 |
| <b>Tabela 25</b> - Participação do Grupo Dasa na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015.....  | 238 |
| <b>Tabela 26</b> - Participação do Grupo Clarion na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015.....   | 241 |
| <b>Tabela 27</b> - Expansão canvieira e evolução no número de estabelecimentos agropecuários em municípios canvieiros paranaenses.....  | 250 |
| <b>Tabela 28</b> - Expansão canvieira e evolução no número de estabelecimentos agropecuários em municípios canvieiros paranaenses.....  | 253 |
| <b>Tabela 29</b> - Expansão canvieira e evolução no número de estabelecimentos agropecuários em municípios canvieiros paranaenses.....  | 254 |
| <b>Tabela 30</b> - Evolução da produção canvieira nos municípios com mais de 10% e menos de 33,3% da área agrícola ocupada pela cana-de-açúcar entre 1980 e 2015 .....  | 257 |
| <b>Tabela 31</b> - Evolução da produção canvieira nos municípios com área agrícola ocupada pela cana entre 33,3% e 66,6% entre 1980 e 2015 .....  | 265 |
| <b>Tabela 32</b> - Uso do solo nos sete municípios com a maior concentração fundiária dentre os que possuem de 33,3% a 66,6% do total da área agrícola ocupada pela cana .....                                | 269 |
| <b>Tabela 33</b> - Evolução da produção canvieira nos municípios com mais de 66,6% de sua área agrícola ocupada pela cana entre 1980 e 2015 .....   | 270 |
| <b>Tabela 34</b> - Participação da produção canvieira na produção agrícola e agropecuária nos municípios canvieiros do Paraná.....  | 281 |
| <b>Tabela 35</b> - Participação das indústrias vinculadas à produção alimentícia, de bebidas e álcool etílico na absorção de trabalhadores nos municípios com agroindústrias sucroenergéticas no Paraná ..... | 282 |
| <b>Tabela 36</b> - Retrações no ICMS em municípios canvieiros.....  | 288 |
| <b>Tabela 37</b> - Comportamento demográfico em municípios que aportam trabalhadores para grupos monopolistas em crise ou em recuperação judicial .....   | 289 |
| <b>Tabela 38</b> - Geração de empregos em municípios com agroindústrias sucroenergéticas no Paraná.....   | 292 |
| <b>Tabela 39</b> - Geração de emprego na indústria de produtos alimentícios, de bebidas e de álcool etílico em 2015 nos municípios com agroindústrias canvieiras.....   | 293 |

## LISTA DE FIGURAS

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| Figura 01 | - Comparativo entre a diminuição no número de usinas e a expansão canavieira.....                                       | 86  |
| Figura 02 | - Comparativo entre o fechamento de usinas e indicadores selecionados com repercussão ao setor sucroenergético.....     | 89  |
| Figura 03 | - Distribuição geográfica da produção canavieira no Brasil.....   | 112 |
| Figura 04 | - Comparação dos tipos de clima com a distribuição geográfica de cana-de-açúcar no Brasil.....                          | 117 |
| Figura 05 | - Disputas territoriais na área de expansão prioritária da cana.....  | 135 |
| Figura 06 | - Localização geográfica da produção canavieira no Paraná.....  | 147 |
| Figura 07 | - Localização geográfica das agroindústrias canavieiras no Paraná em 2015.....  | 165 |
| Figura 08 | - Distribuição do setor sucroenergético no Paraná pelo porte das cidades dos municípios canavieiros no ano de 2015..... | 170 |

## LISTA DE MAPAS

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| Mapa 01 | - Distribuição geográfica da produção canavieira no Norte e Noroeste Paranaense.....  | 169 |
| Mapa 02 | - Municípios com unidades agroindustriais no Norte e Noroeste paranaense.....         | 172 |
| Mapa 03 | - Territorialização dos monopólios do setor sucroenergético no Paraná.....            | 193 |
| Mapa 04 | - Área agrícola ocupada pela cana em municípios canavieiros em 2015.....              | 246 |
| Mapa 05 | - Índice de Gini para concentração fundiária em municípios canavieiros.....           | 247 |
| Mapa 06 | - Área de influência dos grupos empresariais do setor sucroenergético paranaense..... | 279 |

## LISTA DE FOTOS

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| Foto 01 | - Plantações de cana em área limítrofe à reserva florestal em Florestópolis.....                             | 189 |
| Foto 02 | - Vista parcial da Usina Santa Terezinha de Tapejara.....  | 196 |
| Foto 03 | - Colheita mecanizada em terras do grupo Santa Terezinha.....  | 204 |
| Foto 04 | - Vista parcial das dependências da Usina Alto Alegre em Colorado.....                                       | 213 |
| Foto 05 | - Agroindústria do grupo Lincoln Junqueira em Florestópolis.....   | 216 |
| Foto 06 | - Máquinas e implementos agrícolas atuando na implantação e renovação de canaviais em Centenário do Sul..... | 215 |
| Foto 07 | - Plantio manual de cana de açúcar em terras do grupo Lincoln Junqueira em Centenário do Sul.....            | 218 |
| Foto 08 | - Entrada do Assentamento “Zilda Arns” em Florestópolis.....   | 260 |
| Foto 09 | - Vista parcial do acampamento “Zilda Arns” em Florestópolis.....  | 261 |
| Foto 10 | - Entrada do acampamento “Zumbi dos Palmares” em Centenário do Sul.....                                      | 261 |
| Foto 11 | - Área de policultura no assentamento “Zumbi dos Palmares” em Centenário do Sul.....                         | 262 |
| Foto 12 | - Vista parcial do acampamento “02 de Dezembro” em Centenário do Sul.....                                    | 260 |
| Foto 13 | - Disputas territoriais entre a cana e a soja em Jaguapitã.....  | 267 |
| Foto 14 | - Disputas territoriais entre a cana e a soja em São Pedro do Ivaí   | 268 |
| Foto 15 | - Aspecto monocultural na produção sucroenergética em Colorado   | 272 |
| Foto 16 | - Monocultura canavieira em área limítrofe à Vila Rural em Colorado.....                                     | 273 |
| Foto 17 | - Referências a principal atividade econômica na entrada de Porecatu.....                                    | 284 |
| Foto 18 | - Vista da Usina Central do Paraná de um dos pontos da cidade de Porecatu.....                               | 285 |
| Foto 19 | - Supermercado pertencente ao Grupo Atalla em Porecatu.....  | 289 |
| Foto 20 | - Corte manual de cana no município de Paranacity.....   | 300 |
| Foto 21 | - Monumento ao cortador de cana em Porecatu.....   | 301 |
| Foto 22 | - Local de almoço dos cortadores de cana da Unidade Paranacity do grupo Santa Terezinha.....                 | 303 |
| Foto 23 | - Trabalhador e seu “eito” de cana em Paranacity.....  | 305 |
| Foto 24 | - Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto João Lopez em Paranacity.....                         | 312 |
| Foto 25 | - Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto João Lopez em Paranacity.....                         | 312 |
| Foto 26 | - Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto José Sanches em Paranacity.....                       | 313 |
| Foto 27 | - Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto Milton Prandi em Paranacity.....                      | 313 |
| Foto 28 | - Vista parcial da vila de trabalhadores da Usina Central do Paraná em Porecatu.....                         | 315 |
| Foto 29 | - Vista parcial da vila de trabalhadores da Usina Central do Paraná em Porecatu.....                         | 315 |

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| Foto 30 | - Corte manual de cana em cultivos do grupo Santa Terezinha em Paranacity..... | 319 |
|---------|--|-----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |  |
|-----------|--|
| ANFAVEA   | Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores    |
| ALCOPAR   | Associação de Produção de Bioenergia do Estado do Paraná       |
| ATR       | Açúcar Total Recuperável                                       |
| BNDES     | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social           |
| CAGED     | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados                   |
| CANASAT   | Mapeamento da Cana via Imagens de Satélite                     |
| CEPEA     | Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada               |
| CIDE      | Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico               |
| CNA       | Confederação Nacional da Agricultura                           |
| COFERCATU | Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu         |
| COHAPAR   | Companhia Habitacional do Paraná                               |
| CONAB     | Companhia Nacional de Abastecimento                            |
| CONSECANA | Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar                       |
| COOPerval | Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí                        |
| COOPCANA  | Cooperativa Agrícola Regional dos Produtores de Cana           |
| COROL     | Cooperativa Agroindustrial de Rolândia                         |
| CEB       | Clean Energy Brazil  |
| CTC       | Centro de Tecnologia Canavieira                                |
| CTNP      | Companhia de Terras Norte do Paraná                            |
| DASA      | Destilaria Americana   |
| EMBRAPA   | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                    |
| FAO       | Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação |
| GERCA     | Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura               |
| IAA       | Instituto Nacional do Alcool e do Açúcar                       |
| IBGE      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                |
| ICMS      | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços             |
| IPARDES   | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social     |
| MAPA      | Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.        |
| MDIC      | Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços          |
| MST       | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                   |
| MTE       | Ministério do Trabalho e do Emprego                            |
| PAC       | Programa de Aceleração do Crescimento                          |

|           |  |
|-----------|--|
| PAM       | Produção Agrícola Municipal                                    |
| PASA      | Paraná Operações Portuárias                                    |
| PNAD      | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios                    |
| PROÁLCOOL | Programa Nacional do Álcool                                    |
| PRONAF    | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar    |
| PRORENOVA | Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais |
| RAIS      | Relatório Anual de Informações Sociais                         |
| SECEX     | Secretaria de Comércio Exterior                                |
| SIALPAR   | Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Paraná       |
| SIAPAR    | Sindicato da Indústria de Açúcar do Paraná                     |
| SIBIOPAR  | Sindicato da Indústria de Biocombustíveis do Paraná            |
| UNICA     | União da Indústria da Cana-de-Açúcar.                          |
| USACIGA   | Usina de Açúcar e Álcool de Cidade Gaúcha                      |
| ZAE       | Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar.                    |

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 20  |
| <b>1 O ESTADO E O AGRONEGÓCIO SUCROENERGÉTICO NO BRASIL</b> .....  | 34  |
| 1.1 A HEGEMONIA IDEOLÓGICA DO CONCEITO DE AGRONEGÓCIO COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESPAÇO AGRÁRIO ..... | 37  |
| 1.2 O ESTADO COMO PROMOTOR DO SETOR SUCROENERGÉTICO DO BRASIL .....  | 54  |
| 1.3 O PAPEL DO ESTADO NA GESTÃO TERRITORIAL DO SETOR CANAVIEIRO .....  | 99  |
| <b>2 O SETOR SUCROENERGÉTICO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA</b> .....  | 113 |
| 2.1 OS FATORES DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO SETOR SUCROENERGÉTICO .....  | 116 |
| 2.2 DISPUTAS TERRITORIAIS E O SUCROENERGÉTICO .....  | 125 |
| <b>3 A DINÂMICA GEOGRÁFICA DO AGRONEGÓCIO SUCROENERGÉTICO NO ESTADO DO PARANÁ</b> .....                          | 144 |
| 3.1 A GESTÃO TERRITORIAL DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO ESTADO DO PARANÁ.....                                       | 162 |
| <b>4 OS GRUPOS MONOPOLISTAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO TERRITORIALIZADOS NO PARANÁ</b> .....                       | 191 |
| 4.1 O GRUPO USAÇÚCAR/SANTA TEREZINHA.....  | 194 |
| 4.2 O GRUPO AGROINDUSTRIAL ALTO ALEGRE/LINCOLN JUNQUEIRA.....  | 221 |
| 4.3 O GRUPO RENUKA VALE DO IVAÍ .....  | 222 |
| 4.4 O GRUPO MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ E A PRODUÇÃO SUCROENERGÉTICA.....                                      | 227 |
| 4.5 O GRUPO COOPCANA.....  | 229 |
| 4.6 O GRUPO MARINGÁ E A PRODUÇÃO SUCROENERGÉTICA.....  | 230 |
| 4.7 O GRUPO DACALDA.....   | 231 |
| 4.8 O GRUPO COOPerval E A PRODUÇÃO SUCROENERGÉTICA.....  | 233 |
| 4.9 O GRUPO BANDEIRANTES.....  | 234 |
| 4.10 O GRUPO SABARÁLCOOL.....  | 235 |
| 4.11 O GRUPO NOVA PRODUTIVA E A PRODUÇÃO SUCROENERGÉTICA .....   | 236 |
| 4.12 O GRUPO DASA .....  | 237 |

|      |  |            |
|------|--|------------|
| 4.13 | O GRUPO CLARION E A PRODUÇÃO SUCROENERGÉTICA.....  | 239        |
| 5    | <b>DESDOBRAMENTOS DA TERRITORIALIDADE DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO PARANÁ.....</b>        | <b>242</b> |
| 5.1  | ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DISPUTAS TERRITORIAIS NOS MUNICIPIOS CANAVIEIROS PARANAENSES ..... | 244        |
| 5.2  | A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO SETOR SUCROENERGÉTICO NOS MUNICIPIOS CANAVIEIROS.....         | 277        |
| 5.3  | O MUNDO DO TRABALHO NOS MUNICIPIOS CANAVIEIROS DO PARANÁ .....                           | 299        |
| 6    | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>324</b> |
| 7    | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>345</b> |
| 8    | <b>ANEXOS.....</b>   | <b>364</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| Figura 01 | - Comparativo entre a diminuição no número de usinas e a expansão canavieira.....                                       | 86  |
| Figura 02 | - Comparativo entre o fechamento de usinas e indicadores selecionados com repercussão ao setor sucroenergético.....     | 89  |
| Figura 03 | - Distribuição geográfica da produção canavieira no Brasil.....   | 112 |
| Figura 04 | - Comparação dos tipos de clima com a distribuição geográfica de cana-de-açúcar no Brasil.....                          | 117 |
| Figura 05 | - Disputas territoriais na área de expansão prioritária da cana.....  | 135 |
| Figura 06 | - Localização geográfica da produção canavieira no Paraná.....  | 147 |
| Figura 07 | - Localização geográfica das agroindústrias canavieiras no Paraná em 2015.....  | 165 |
| Figura 08 | - Distribuição do setor sucroenergético no Paraná pelo porte das cidades dos municípios canavieiros no ano de 2015..... | 170 |

## LISTA DE MAPAS

|         |   |     |
|---------|---|-----|
| Mapa 01 | - Distribuição geográfica da produção canavieira no Norte e Noroeste Paranaense.....  | 169 |
| Mapa 02 | - Municípios com unidades agroindustriais no Norte e Noroeste paranaense.....         | 172 |
| Mapa 03 | - Territorialização dos monopólios do setor sucroenergético no Paraná.....            | 193 |
| Mapa 04 | - Área agrícola ocupada pela cana em municípios canavieiros em 2015.....              | 246 |
| Mapa 05 | - Índice de Gini para concentração fundiária em municípios canavieiros.....           | 247 |
| Mapa 06 | - Área de influência dos grupos empresariais do setor sucroenergético paranaense..... | 279 |

## LISTA DE FOTOS

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| Foto 01 | - Plantações de cana em área limítrofe à reserva florestal em Florestópolis.....                             | 189 |
| Foto 02 | - Vista parcial da Usina Santa Terezinha de Tapejara.....  | 196 |
| Foto 03 | - Colheita mecanizada em terras do grupo Santa Terezinha.....  | 204 |
| Foto 04 | - Vista parcial das dependências da Usina Alto Alegre em Colorado.....                                       | 213 |
| Foto 05 | - Agroindústria do grupo Lincoln Junqueira em Florestópolis.....   | 216 |
| Foto 06 | - Máquinas e implementos agrícolas atuando na implantação e renovação de canaviais em Centenário do Sul..... | 215 |
| Foto 07 | - Plantio manual de cana de açúcar em terras do grupo Lincoln Junqueira em Centenário do Sul.....            | 218 |
| Foto 08 | - Entrada do Assentamento “Zilda Arns” em Florestópolis.....   | 260 |
| Foto 09 | - Vista parcial do acampamento “Zilda Arns” em Florestópolis.....  | 261 |
| Foto 10 | - Entrada do acampamento “Zumbi dos Palmares” em Centenário do Sul.....                                      | 261 |
| Foto 11 | - Área de policultura no assentamento “Zumbi dos Palmares” em Centenário do Sul.....                         | 262 |
| Foto 12 | - Vista parcial do acampamento “02 de Dezembro” em Centenário do Sul.....                                    | 260 |
| Foto 13 | - Disputas territoriais entre a cana e a soja em Jaguapitã.....  | 267 |
| Foto 14 | - Disputas territoriais entre a cana e a soja em São Pedro do Ivaí   | 268 |
| Foto 15 | - Aspecto monocultural na produção sucroenergética em Colorado   | 272 |
| Foto 16 | - Monocultura canavieira em área limítrofe à Vila Rural em Colorado.....                                     | 273 |
| Foto 17 | - Referências a principal atividade econômica na entrada de Porecatu.....                                    | 284 |
| Foto 18 | - Vista da Usina Central do Paraná de um dos pontos da cidade de Porecatu.....                               | 285 |
| Foto 19 | - Supermercado pertencente ao Grupo Atalla em Porecatu.....  | 289 |
| Foto 20 | - Corte manual de cana no município de Paranacity.....   | 300 |
| Foto 21 | - Monumento ao cortador de cana em Porecatu.....   | 301 |
| Foto 22 | - Local de almoço dos cortadores de cana da Unidade Paranacity do grupo Santa Terezinha.....                 | 303 |
| Foto 23 | - Trabalhador e seu “eito” de cana em Paranacity.....  | 305 |
| Foto 24 | - Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto João Lopez em Paranacity.....                         | 312 |
| Foto 25 | - Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto João Lopez em Paranacity.....                         | 312 |
| Foto 26 | - Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto José Sanches em Paranacity.....                       | 313 |
| Foto 27 | - Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto Milton Prandi em Paranacity.....                      | 313 |
| Foto 28 | - Vista parcial da vila de trabalhadores da Usina Central do Paraná em Porecatu.....                         | 315 |
| Foto 29 | - Vista parcial da vila de trabalhadores da Usina Central do Paraná em Porecatu.....                         | 315 |

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| Foto 30 | - Corte manual de cana em cultivos do grupo Santa Terezinha em Paranacity..... | 319 |
|---------|--|-----|

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |  |
|-----------|--|
| ANFAVEA   | Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores    |
| ALCOPAR   | Associação de Produção de Bioenergia do Estado do Paraná       |
| ATR       | Açúcar Total Recuperável                                       |
| BNDES     | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social           |
| CAGED     | Cadastro Geral de Empregados e Desempregados                   |
| CANASAT   | Mapeamento da Cana via Imagens de Satélite                     |
| CEPEA     | Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada               |
| CIDE      | Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico               |
| CNA       | Confederação Nacional da Agricultura                           |
| COFERCATU | Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu         |
| COHAPAR   | Companhia Habitacional do Paraná                               |
| CONAB     | Companhia Nacional de Abastecimento                            |
| CONSECANA | Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar                       |
| COOPERVAL | Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí                        |
| COOPCANA  | Cooperativa Agrícola Regional dos Produtores de Cana           |
| COROL     | Cooperativa Agroindustrial de Rolândia                         |
| CEB       | Clean Energy Brazil  |
| CTC       | Centro de Tecnologia Canavieira                                |
| CTNP      | Companhia de Terras Norte do Paraná                            |
| DASA      | Destilaria Americana   |
| EMBRAPA   | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                    |
| FAO       | Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação |
| GERCA     | Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura               |
| IAA       | Instituto Nacional do Alcool e do Açúcar                       |
| IBGE      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                |
| ICMS      | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços             |
| IPARDES   | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social     |
| MAPA      | Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.        |
| MDIC      | Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços          |
| MST       | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                   |
| MTE       | Ministério do Trabalho e do Emprego                            |
| PAC       | Programa de Aceleração do Crescimento                          |

|           |  |
|-----------|--|
| PAM       | Produção Agrícola Municipal                                    |
| PASA      | Paraná Operações Portuárias                                    |
| PNAD      | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios                    |
| PROÁLCOOL | Programa Nacional do Álcool                                    |
| PRONAF    | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar    |
| PRORENOVA | Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais |
| RAIS      | Relatório Anual de Informações Sociais                         |
| SECEX     | Secretaria de Comércio Exterior                                |
| SIALPAR   | Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Paraná       |
| SIAPAR    | Sindicato da Indústria de Açúcar do Paraná                     |
| SIBIOPAR  | Sindicato da Indústria de Biocombustíveis do Paraná            |
| UNICA     | União da Indústria da Cana-de-Açúcar.                          |
| USACIGA   | Usina de Açúcar e Álcool de Cidade Gaúcha                      |
| ZAE       | Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar.                    |

## INTRODUÇÃO

Durante a primeira década do século XXI o Brasil reviveu mais uma conjuntura favorável para a produção sucroenergética, onde a recuperação dos preços do açúcar no mercado internacional de *commodities*, e principalmente a perspectiva da construção de um mercado global de agrocombustíveis com forte apoio estatal, possibilitou o ressurgimento de um setor que nos últimos cinco séculos tem alternado curtos períodos de apogeu com longos períodos de crises.

Num país de dimensões continentais, que abarca aproximadamente 850 milhões de hectares, a terra não era problema, ou melhor, fora apresentada como a solução para mitigar os efeitos do suposto aquecimento global antropogênico, provocado pela emissão de gases poluentes, dos quais os combustíveis fósseis são elencados como os maiores causadores.

Nesse contexto, os agroindustriais canavieiros emergiam nos discursos presidenciais como “heróis<sup>1</sup>” desse novo tempo, em que uma nova geopolítica energética seria consolidada e o Brasil destinado a ser um dos protagonistas.

Centenas de usinas foram construídas, reestruturadas ou modernizadas. Dezenas de bilhões de reais saíram das arcas estatais para financiar desde a construção de novas unidades agroindustriais, passando pela melhoria genética das plantas e a dotação do espaço geográfico da infraestrutura necessária para viabilizar o processo produtivo à renovação dos canaviais.

A possibilidade de extração da renda fundiária em patamares superiores aos demais ramos de atividades agropecuárias acelerou essa expansão a níveis inéditos, onde fusões, aquisições, reestruturação produtiva e a vinda de companhias estrangeiras, muitas das quais ligadas a indústria petroleira e até da construção civil, caracterizaram esta fase expansiva do setor.

---

<sup>1</sup> Em discurso proferido em março de 2007, o então presidente Lula afirmava que "os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste País, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque tem políticas sérias. E tem políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento". (BRASIL, 2007, p. 06).

Empréstimos foram concedidos sob condições privilegiadas com prazos a se perder de vista. Nada disso, porém fora novidade para o centenário setor. Tampouco os resultados que se seguiram.

Após um curto período conjuntural positivo, o mercado global de etanol jamais se consolidou nos patamares prognosticados, e ao invés de abastecer os mercados mundiais tal qual se prognosticava, atualmente o Brasil tem importado etanol para atender as exigências das agências reguladoras.

Como a história é pródiga em apresentar exemplos, os preços do açúcar, assim como o de qualquer commodity, têm oscilado para baixo na medida em que há um aumento da oferta, tornando a superprodução um risco à própria sobrevivência do momento conjuntural.

O petróleo, ao que tudo indica está longe de se esgotar, e até mesmo no plano interno as descobertas do pré-Sal e a política de subsídios aos combustíveis derivados do petróleo para conter a inflação durante o governo de Dilma Rousseff, marcaram uma desaceleração nessa expansão, num contexto em que a crise econômica internacional de 2008 também afetou o setor, mais especificamente os investimentos dos capitais especulativos na agroindústria canavieira.

Por outro lado, os grupos monopolistas do setor, ao se depararem com tais projeções superestimadas, endividaram-se na modernização de suas usinas e destilarias com vistas a aumentar sua capacidade produtiva, tanto agrícola quanto industrial.

O resultado destes processos atuando de forma combinada não poderia ser diferente: dezenas de unidades agroindustriais em todo o país paralisaram a produção ou entraram com pedidos de recuperação judicial, num contexto em que a dívida do setor tem atingido valores maiores que o PIB de muitas economias do mundo.

O Estado, que financiara a expansão mobiliza agora outros bilhões para atender os usineiros, que através de suas entidades de classe e seus lobbies políticos alegam estar em uma crise sem precedentes e necessitando de maior aporte estatal em prol do setor.

Estado este que nunca titubeou em salvaguardar os interesses do setor em todas as suas crises, mesmo que os resultados econômicos da produção canavieira estejam atrelados com a concentração fundiária, com a exploração da força de trabalho, com a ameaça

a soberania alimentar e com a inadimplência das dívidas contraídas, assim como aos impactos ao meio ambiente.

Mais uma vez os outrora “heróis” da economia nacional alegam necessitar do socorro do Estado, cuja atuação na economia tem sido desdenhada nas visões do capitalismo liberal, principalmente nos períodos de apogeu econômico, que emergem como virtudes do modo de produção vigente, sendo que no caso da agropecuária, o formato e estrutura do agronegócio tem sido apresentado como o modelo de desenvolvimento por excelência, inquestionavelmente produtivo e eficiente na geração de riquezas para o país (FERNANDES, 2010, p. 04).

Diante da postura crítica com que grande parte dos estudiosos da questão agrária vem tratando a expansão do setor sucroenergético, cabe ressaltar que as discussões que apontam estes impactos socioambientais no espaço agrário brasileiro não tem por objetivo satanizar pura e simplesmente a produção canavieira, como salienta Thomaz Júnior (2008, p.23), ao sentenciar que o grande problema em questão é “[...] o formato e a estrutura da produção, e o conteúdo do projeto social que lhe dá fundamento [...]”.

Utilizando as palavras de Marx (1984, p.707), a crítica social que se faz a este tipo de utilização econômica do território, leva em conta a conversão da terra num negócio com o objetivo último de obter a reprodução ampliada do capital aí investido, em detrimento do interesse social.

Trata-se na verdade de tornar evidente o custo social do negócio sucroenergético fundamentado na tese da eficiência produtiva e da superioridade do agronegócio, num contexto de evidente “[...] renúncia política em optar por um modelo de produção de energia que seja social e ambientalmente sustentável [...]”. (PAULINO, 2007, p. 95).

Isto porque o *modus operandi* desse formato e estrutura de produção ao qual se insere a canavicultura mercantil atua no sentido de explorar a “[...] agricultura como campo particular de aplicação de capital, como investimento de seu capital numa esfera particular de produção” (MARX, 1984, p.707), não sendo levado em consideração os impactos socioambientais inerentes a agropecuária capitalista.

Formato este que desde o estabelecimento da empresa agrícola açucareira colonial, raiz da contemporânea agropecuária capitalista, esteve baseado na monopolização

da terra, na exploração do trabalho humano e na destruição das bases naturais da própria vida, como aponta Furtado (2007, p. 21), e que não é exclusividade do setor sucroenergético, mas comum à lógica produtiva da soja, da pecuária, da citricultura, dentre outras.

Assiste-se, desta forma, a sujeição da renda da terra ao capital, onde a terra de trabalho se converte em terra de negócio (MARTINS, 1980, p.59), costumeiramente beneficiada pelas políticas territoriais do Estado, que historicamente estimularam a economia agroexportadora em detrimento dos gêneros alimentícios, levando a vulnerabilização da soberania alimentar.

A materialização das desigualdades, da exploração, da expulsão de outros formatos de produção do campo em prol da constituição de um projeto baseado nesta sujeição da renda da terra ao capital é o que tem provocado um reordenamento territorial no espaço agrário brasileiro, notadamente marcado pelas disputas territoriais, pela luta e pela resistência de distintas formas de produzir, de se trabalhar na terra.

No plano ideológico, a mídia, financiada pelas grandes corporações capitalistas, trava uma batalha desigual com os movimentos sociais de resistência, impondo à opinião pública nacional a tese das vantagens, da eficiência produtiva do agronegócio, graças a uma representação ideológica que o trata como se fosse sinônimo da grande propriedade, supostamente moderna e responsável pelos dividendos da agricultura.

Estrategicamente omissa ao que de fato o compõe, os três setores da economia e, mais que isso, os dividendos oriundos da produção camponesa que, segundo Paulino (2014, p. 132 - 133) somaram 41% do valor monetário arrecadado pela agricultura segundo o contabilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no último Censo Agropecuário, credita a pujança da agricultura camponesa, da indústria de insumos, maquinários e mesmo do setor de distribuição de alimentos na conta da grande propriedade, forjando o termo agronegócio.

Assim surge a expressão naturalizada, porém falsa, em que a parte, a agricultura capitalista de escala, é expressa como se fosse o todo, - as agriculturas e os setores pré e pós-produção -, para fazer crer que a primeira, agora batizada de agronegócio “segura o Brasil nas costas”, ignorando os setores não agrícolas e relacionando as formas de produção

distintas das da agropecuária capitalista com o atraso, com o arcaico, com a inviabilidade econômica e com a desordem.

Não se pretende, contudo, sugerir que essa fração poderá ser pensada em separado da parte ainda mais expressiva das terras produtivas monopolizadas por grandes proprietários que estão subutilizadas ou ociosas, conjunto esse que está na raiz da questão agrária brasileira.

Para isso serve o conceito de agronegócio, uma vez que segundo a Constituição brasileira, as grandes propriedades improdutivas devem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. (PAULINO, 2014, p.129).

Se o grande proprietário privado utiliza a terra como um recurso descartável, como instrumento de um negócio rentável momentaneamente, a canavicultura mercantil tem sido um dos mais pródigos exemplos, tendo em vista que parte considerável das unidades agroindustriais operam com um percentual elevado de terras arrendadas ou a partir do estabelecimento de contratos de parceria agrícola, para que após esgotada a fertilidade natural dos solos, estas possam ser trocadas por outras que ofereçam a possibilidade de se auferir a renda em patamares considerados satisfatórios.

E como já foi mencionado, o Estado tem feito historicamente sua opção preferencial pelo latifúndio, pela monocultura agroexportadora e pela contínua precarização das relações de trabalho, especialmente no setor sucroenergético, financiando, assumindo para si as suas dívidas, criando mecanismos de certificação internacional, a fim de apresentar no mercado global um produto “ambientalmente sustentável.

Todas estas ações empreendidas historicamente pelo pacto social engendrado há séculos, que formou as bases da economia brasileira, reverberaram no espaço, na cristalização das desigualdades no campo e na cidade, na concentração das riquezas socialmente produzidas e da terra, na dominação e na subjugação dos elementos necessários para a reprodução do capital. São os arranjos espaciais ordenados pela barbárie, pela luta de classes propriamente dita (OLIVEIRA, 2003, p.77).

Diante deste contexto, qual seria o papel da Geografia e dos geógrafos? Moreira (1979, p. 04) aponta que “[...] a Geografia, através da análise dialética do arranjo do espaço,

serve para desvendar máscaras sociais, vale dizer, para desvendar as relações de classes que produzem esse arranjo”.

Coerente com esta premissa, Thomaz Júnior (1998, p.05) elucida que a Geografia emerge como “[...] um instrumento importante para apreensão e desvendamento do ordenamento imposto sobre a sociedade, pelos atores sociais hegemônicos, no controle social, seja lá em qual escala for: regional, local, nacional ou internacional”.

Ao tratar da Questão Agrária, busca desmistificar o engodo ideológico da eficiência produtiva do agronegócio, propalada pelos *media mass*, porta-vozes dos interesses de classe dos mais hegemônicos setores da sociedade capitalista.

Evidência de que o, “[...] arranjo espacial, na verdade, numa sociedade de classes, reproduz em síntese as relações de classe da formação econômico-social.” (MOREIRA, 1979, p.04). Dito de outra forma, isso permite revelar a essência que se esconde por detrás dos grandes empreendimentos agroindustriais, a forma pela qual sujeitam a terra e a força de trabalho ao capital, e como as consequências deste processo que objetiva a reprodução ampliada do capital se cristaliza nos espaços.

E quando se fala em expansão canavieira assentada na agropecuária capitalista, torna-se pertinente resgatar os questionamentos de Paulino (2007, p. 113):

Que tipo de Brasil teremos, ante os novos cenários mundiais desenhados pela questão energética? Um Brasil de seres humanos reduzidos a condições de vida similares a dos escravos do século retrasado? Um país acuado pela violência de que é portador o latifúndio, agente da morte nos rincões e da inclusão precária, para não falar em exclusão, no restante do país, e que igualmente reverbera em violência? Por que é gigante por natureza, natureza agora a ser apropriada na perspectiva da energia renovável, o Brasil está diante de mais uma oportunidade histórica de questionar a sustentabilidade do berço esplêndido em que repousa a oligarquia, oculta em diversas máscaras, até porque no Brasil grandes proprietários são também grandes comerciantes, industriais, banqueiros e políticos de carreira.

Nessa perspectiva crítica e pautando-se na análise dialética dos arranjos espaciais do setor sucroenergético, o objetivo deste trabalho é analisar os impactos socioespaciais oriundos do processo de expansão da canavieira mercantil no Paraná, cuja territorialidade encontra-se concentrada na porção setentrional do estado, responsável por 94,5% da produção canavieira estadual e 7,1% da produção nacional.

Trata-se, pois, de um esforço em contribuir com os estudos que já vem sendo realizados, cujo foco está na forma e na intensidade que estes impactos podem exercer sobre o conjunto da sociedade, sendo que a construção desta tese parte da premissa de que:

I – O setor sucroenergético está inserido na lógica produtiva da agropecuária capitalista mundializada, cujo formato e estrutura da produção encontram-se subordinados as oscilações de mercado, e, portanto, sempre sujeitas a crises, sendo estrategicamente inadequado destinar prioritariamente recursos e as melhores terras para esse tipo de produção, em detrimento dos demais modelos de produção agropecuária. Na medida em que desaparecem as condições conjunturais positivas, os capitais antes mobilizados para a produção sucroenergética migram para outros campos de atividades mais lucrativas, evidenciando o seu elevado custo social.

II - O Estado deve ser compreendido como o comando político do capital, que tem atuado historicamente no sentido de salvaguardar os interesses das classes dominantes, assumindo assim o papel de potencializador da eficiência dessas classes em extrair a renda fundiária, financiando e subsidiando todas as etapas do processo produtivo, executando políticas territoriais e atuando no sentido de viabilizar a continuidade da conjuntura favorável para a acumulação capitalista. Não obstante, mesmo diante de todas essas ações, caso a rentabilidade não atinja os patamares prognosticados, o Estado atua no sentido de atender as demandas setoriais dos capitalistas, para que estes não tenham perdas financeiras;

III – Se o formato e estrutura da produção sucroenergética assentado no *modus operandi* da agricultura capitalista não possui a eficiência produtiva sustentada pelos seus defensores, comprovada nas históricas oscilações de apogeu e crises, constata-se que o conjunto da sociedade tem arcado em ritmo crescente na viabilização dessa produção. Na medida em que o setor sucroenergético se expande e territorializa novas porções espaciais, uma série de impactos socioambientais podem ser constatados, como a concentração fundiária, a vulnerabilização da soberania alimentar e uma precarização crescente nas relações de trabalho, sem deixar de mencionar os efeitos negativos que a dependência do setor causa à dinâmica socioeconômica dos municípios canavieiros.

Desta forma, no primeiro capítulo, intitulado “O Estado e o setor sucroenergético no Brasil”, será apresentado como o Estado tem historicamente salvaguardado os interesses dos

agroindustriais canavieiros, atuando como o comando político do capital em todas as etapas do processo produtivo, inclusive nos períodos de crise.

Como encaminhamento metodológico norteador das discussões neste capítulo, apresenta-se uma revisão bibliográfica acerca da evolução histórica do setor sucroenergético no Brasil, enfatizando as intervenções do Estado em cada uma destas etapas que tem como início o Período Colonial e se estende até a contemporaneidade.

Antes de empreender tal análise, foi indispensável delinear a concepção de Estado e de agronegócio adotadas ao longo deste trabalho, sendo tais conceitos fundamentados a partir de referenciais teóricos comprometidos com a dialética materialista como método de investigação.

Com o objetivo de evidenciar as dinâmicas do histórico processo de territorialização dos monopólios no setor sucroenergético, assentado na atualidade na agropecuária capitalista mundializada, e o papel desempenhado pelo Estado neste processo, foram utilizados dados secundários obtidos através de consultas em bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), do Ministério do Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Banco Central do Brasil, da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) e da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA).

As informações coletadas em bases de dados destes órgãos e entidades, tiveram como recorte geográfico a escala nacional, sendo convertidas em tabelas e gráficos que referendam a discussão teórica apresentada ao longo do capítulo.

Já o segundo capítulo, “ *O Setor sucroenergético e territórios em disputa*”, apresenta os principais impactos socioeconômicos inerentes a expansão do setor sucroenergético na perspectiva das disputas territoriais.

Do ponto de vista metodológico, esta análise partiu da qualificação das porções espaciais prioritariamente territorializadas pelos monopólios do setor sucroenergético, sendo pontuados os atributos naturais e socioeconômicos que potencializam a rentabilidade do setor,

que também coincidem com aqueles priorizados por outras atividades baseadas na agropecuária capitalista, assim como em outros modelos de produção do campo.

Igualmente foi realizada uma revisão bibliográfica focada na análise dos fatores naturais e socioeconômicos de alocação geográfica da produção canavieira, buscando relacionar tais fatores a lógica produtiva de outras atividades, e a consequente disputa pelas porções espaciais dotadas de atributos que potencializem a sua rentabilidade econômica.

Aqui, parte-se da premissa de que o capital sucroenergético busca empreender o processo de territorialização de seus monopólios nas porções espaciais dotadas de uma maior produtividade geográfica para o setor agropecuário, e no âmbito dessa seletividade espacial produz uma série de disputas territoriais com outros ramos de atividades, assim como de outros formatos e estruturas de produção agropecuária.

Em primeiro lugar buscou-se identificar quais porções espaciais estão sendo disputadas e territorializadas pelo setor canavieiro, e mais além desta constatação, evidenciar quais usos e ocupações possuem esses espaços com elevada produtividade geográfica para o setor: a forma concentrada em determinadas regiões de alguns estados do Centro-Sul brasileiro é a resultante dessa lógica.

A análise destas disputas territoriais sustenta a tese de que o avanço da produção canavieira nas proporções demandadas pelos seus promotores pode intensificar a concentração fundiária e vulnerabilizar a soberania alimentar do país, uma vez que a despeito da existência de centenas de milhões de hectares de terras agricultáveis no Brasil, o setor sucroenergético – como as demais atividades agropecuárias -, buscam se alocar geograficamente onde poderão extrair a maior renda territorial possível, fato que comprova que a grandeza territorial do país por si só não garante que o avanço da cana-de-açúcar não venha a comprometer a produção de alimentos no seu vetor de expansão.

Referendando tal discussão teórica, cuja hipótese central gira em torno de que a grandeza territorial do país não é elemento suficiente para assegurar a expansão do setor sucroenergético, - assim como as demais culturas vinculadas ao agronegócio - sem impactar negativamente a produção de alimentos, o conceito de soberania alimentar utilizado ao longo deste trabalho é aquele defendido pelos movimentos sociais e expresso na Declaração do “Fórum Mundial Alimentar” realizado em Havana no ano de 2001.

Aqui convém ponderar que embora o último período de expansão canavieira não tenha se processado nos patamares projetados pelo setor sucroenergético entre 2003 e 2008, - quando havia a perspectiva da consolidação de um mercado global de etanol -, dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura têm apontado que a safra 2015/2016 ocupou uma área 28,5% maior do que a cultivada na safra 2008/2009 (MAPA, 2016, s/p.), marco da desaceleração sofrida pelo setor.

Estes dados evidenciam uma tendência expansiva, mesmo que em um ritmo menor do que o esperado. Associado ao fato de que o Brasil segue como líder mundial na produção de açúcar e referência na produção de agrocombustíveis, a possibilidade de expansão do setor e a continuidade da existência de impactos socioambientais inerentes a esta expansão não pode como ser descartada.

Nesse contexto, foram utilizados dados da CONAB, da UNICA, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do MAPA, atestando a intensidade das disputas territoriais entre as diversas atividades baseadas nos distintos modelos de produção agropecuária adotados no país.

Não obstante, busca-se nesse capítulo compreender a gestão do território pelo capital sucroenergético nessas porções territorializadas, revelando as estratégias que fortalecem a eficiência da classe em extrair a renda fundiária, num contexto de concentração fundiária, precarização das relações de trabalho, assim como dos impactos ambientais inerentes a produção canavieira, sendo a análise crítica do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar desenvolvido pela Embrapa e implantado pelo governo brasileiro em 2009, o instrumento analítico norteador desta etapa.

Posteriormente, o que se apresenta no terceiro capítulo intitulado “*A Dinâmica geográfica da territorialização do setor sucroenergético no estado do Paraná*” é uma análise contextualizante da dinâmica territorial do setor sucroenergético paranaense, evidenciando a ocorrência e as particularidades desse processo no estado, seguindo os mesmos pressupostos teóricos e metodológicos adotados ao longo do primeiro e segundo capítulo.

Neste capítulo, busca-se inicialmente apresentar a evolução histórica do setor sucroenergético no Paraná, relacionando a expansão canavieira baseada na agropecuária

capitalista com a ocorrência de impactos socioeconômicos de forma mais intensa a partir da implementação do Proálcool.

Nesse contexto, a perspectiva analítica fundamentada no referencial teórico utilizado ao longo do capítulo 02, que trata das disputas territoriais como elemento norteador da análise dos impactos socioeconômicos provocados pelo setor sucroenergético, é retomada, tendo num primeiro momento como recorte geográfico o estado do Paraná, e na sequência o Norte e Noroeste paranaense, que concentram cerca de 95% de toda a cana cultivada no estado, sendo esta porção espacial foco privilegiado das referidas disputas territoriais.

Assim, referendando tal abordagem, em que ficam evidentes a concentração fundiária e a vulnerabilização da soberania alimentar, estão as informações coletadas em bases de dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), da Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Paraná (ALCOPAR), assim como dos dados constantes nos Censos Agropecuários do IBGE de 1985 até 2006.

Tais informações foram utilizadas na elaboração de tabelas, gráficos e mapas, combinados com a fundamentação teórica apresentada ao longo deste capítulo, principalmente no que diz respeito a relação entre a dinâmica da expansão canavieira no Paraná e os seus desdobramentos socioeconômicos no contexto das disputas territoriais.

O quarto capítulo, com o título “*Os grupos monopolistas do setor sucroenergético territorializados no Paraná*” é dedicado à análise das especificidades da atuação dos grupos do setor sucroenergético paranaense e quais dinâmicas socioterritoriais estão vinculadas ao processo de territorialização dos monopólios do setor, caracterizado pela concentração econômica e a formação de grupos monopolistas através de fusões, aquisições e associações, no âmbito do processo de mundialização da agricultura brasileira, pautando-se na perspectiva teórica de Oliveira (2014, p. 2.103).

Para a construção deste capítulo, foram empreendidas verificações empíricas em várias unidades agroindustriais do setor, onde foram aplicados formulários e realizadas diversas entrevistas com a finalidade de se obter informações sobre a produção de matéria prima, o processamento industrial, a comercialização, a gestão empresarial e o trabalho nestes grupos agroindustriais.

A escolha das unidades agroindustriais visitadas pautou-se na identificação no capítulo anterior da existência de pelo menos três tipos de grupos monopolistas que atuam no Paraná, quanto a sua constituição econômica e o modelo de gestão empresarial adotado: os grupos compostos por capital privado nacional, os grupos vinculados ao modelo organizacional de cooperativas agroindustriais e aqueles com participação estrangeira em sua composição.

Assim, levando-se em consideração que nem todos os grupos agroindustriais responderam positivamente às solicitações de visitas e a aplicação de formulário, buscou-se na entrevista com trabalhadores fora de suas unidades de trabalho, assim como nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Financeiros disponibilizados nas páginas eletrônicas destes grupos industriais, informações que pudessem subsidiar a análise da atuação destes grupos, tendo sido alcançado uma significativa representatividade de fontes de dados para cada tipo de grupo monopolista territorializado no Paraná.

O quinto e último capítulo, *“Desdobramentos da territorialidade do setor sucroenergético no Paraná”* aborda os principais impactos socioeconômicos vinculados ao setor sucroenergético nos municípios canavieiros do estado do Paraná.

Nesse último capítulo, busca-se evidenciar o processo de sujeição dos espaços territorializados pelo setor sucroenergético ao capital, processo este que tem configurado territórios caracterizados pela sujeição dos seres humanos e da natureza à lógica produtiva e reprodutiva da agropecuária capitalista, onde é evidente a contradição entre a opulência e rentabilidade do negócio de base empresarial e as condições de vida da população.

Do ponto de vista metodológico, considerou-se município canavieiro como sendo aqueles em que uma área igual ou superior a 10% do total ocupado pelas lavouras temporárias e permanentes fossem destinadas a cana-de-açúcar, levando-se em consideração os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2015, o que revelou a existência de 81 municípios nestas condições.

Com o objetivo de analisar a concentração fundiária, a retração dos cultivos alimentares típicos da agricultura familiar frente a expansão canavieira, assim como o nível de dependência socioeconômica destes municípios para com o setor sucroenergético, classificou-se estes 81 municípios em três grupos, de acordo com o nível de ocupação canavieira em seus territórios.

Obteve-se assim um grupo composto por 28 municípios com 10 a 33,3% da área agrícola ocupada pela cana, um outro composto por 26 municípios com mais de 33,3 e menos de 66,6% de sua área agrícola ocupada pela cana e um último grupo, onde 27 municípios apresentaram mais de 66,6% de sua área utilizada pela agricultura ocupada pela cana-de-açúcar.

A partir desta classificação, informações coletadas junto a base de dados do IPARDES, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego, dos Censos Agropecuários do IBGE, foram agrupadas, levando-se em consideração a classificação destes municípios segundo o nível de ocupação da cana-de-açúcar em sua área agrícola, referendando a hipótese da ocorrência de impactos socioeconômicos vinculados com a territorialização dos monopólios do setor sucroenergético nestas localidades.

Não obstante, com o objetivo de se analisar as condições de trabalho no setor sucroenergético, foram entrevistados 50 trabalhadores que atuam na colheita manual de 07 grupos monopolistas territorializados no Paraná, buscando empreender uma análise qualitativa destas condições na atual conjuntura para o setor.

O critério para escolha destes trabalhadores foi o perfil organizacional dos grupos aos quais estão vinculados, sendo o Grupo Santa Terezinha e o Grupo Lincoln Junqueira escolhidos pela concentração setorial que representam, o Grupo Renuka Vale do Ivaí, devido a presença do capital estrangeiro, o Grupo Nova Produtiva, por ser o único representante das antigas cooperativas cafeeiras que mantiveram a atividade sucroenergética, o Grupo Atalla e o Grupo Bandeirantes, pela composição tradicional familiar de sua organização, assim como o grupo Coopcana, por ser constituído por uma cooperativa de plantadores de cana-de-açúcar.

Tal encaminhamento metodológico se pautou na pesquisa qualitativa, sendo importante ressaltar que não foram revelados nomes ou quaisquer informações que permitissem a identificação de cortadores de cana, funcionários do setor industrial, tratoristas e operadores de máquinas em geral, diretores administrativos e supervisores entrevistados, pois em meio a execução desta pesquisa ficou claro a possibilidade de represálias pelo setor aos trabalhadores.

Neste sentido, percorrer os territórios canavieiros paranaenses na busca por dados primários mostrou-se uma tarefa reveladora quanto ao *modus operandi* dos grupos monopolistas do setor sucroenergético paranaense, uma vez que este procedimento foi caracterizado pelas dificuldades de acesso a muitas usinas e destilarias, dada a negativa de autorização de tais verificações empíricas, chegando ao ponto do impedimento de realização de registro fotográfico da fachada de uma unidade agroindustrial em Porecatu, mesmo tal registro sendo realizado fora das dependências da unidade.

Nos casos em que a resposta foi positiva, a regra foi o monitoramento por parte de funcionários dos grupos que atuaram no sentido de direcionar e restringir a coleta aos dados oficiais meramente técnicos, quantitativos, de propaganda e de produção, tornando necessária a interação com os funcionários dos diversos setores da produção sucroenergética fora das usinas e destilarias, e em horários distintos das suas jornadas de trabalho, para que os objetivos desta pesquisa pudessem ser alcançados.

Ao contrário de significar um obstáculo para a realização deste trabalho, tal prática abriu caminhos indispensáveis para a confirmação das hipóteses de pesquisa levantadas, em consonância com o referencial teórico da questão agrária aqui abordado, num contexto em que a tentativa de escamoteamento e mascaramento da realidade pelos grupos monopolistas do setor, nada mais fez do que explicitar o fato de que barbárie e modernidade<sup>2</sup> continuam sendo em pleno século XXI, faces de uma mesma moeda, sendo viável ao agronegócio que apenas um destes lados se torne público, dada a representação ideológica que busca projetá-lo a modelo prioritário de desenvolvimento no campo.

---

<sup>2</sup> Conforme Oliveira (2003, p. 115).

## 1– O ESTADO E O AGRONEGÓCIO SUCROENERGÉTICO NO BRASIL

*“O Estado é a organização econômico-política da classe burguesa. O Estado é a classe burguesa na sua concreta força atual.” Gramsci.*

Não é possível compreender a dinâmica territorial da canavicultura mercantil no Brasil sem mencionar o histórico papel do Estado em prol do setor sucroenergético, num contexto em que Ramos (1999, p. 19) irá sentenciar que a história da agroindústria canvieira se confunde com a história da relação entre proprietários e o Estado.

Não se trata de afirmar de forma simplista que o agronegócio sucroenergético é uma exceção que goza de privilégios por parte do Estado, mas sim representa um claro e evidente exemplo do papel do Estado em salvaguardar os interesses da classe dominante, assim como o faz com as frações hegemônicas do setor industrial, bancário e o da agricultura capitalista como um todo.

O que sim é específico no caso do complexo canvieiro do Brasil é o grau de profundidade da ação estatal, sendo adequado, portanto, denominá-la de intervenção estatal, pois que ela interferiu de tal forma nas relações internas do complexo, que passou a ser um elemento determinante das formas e desdobramentos futuros desse mesmo processo. (RAMOS, 1999, p. 21).

Marx e Engels (1998, p.102) abordam esta concepção de um Estado forjado de modo a favorecer os interesses de uma classe hegemônica quando em *“A Ideologia Alemã”* conceituam o Estado como a “forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem a sua propriedade e os seus interesses [...]”.

Nesta mesma vertente Weber (2004, p.36) define o Estado como sendo “[...] uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima [...]”, onde todo o aparelho administrativo de um determinado território detém o monopólio das ações em prol do grupo social que o controla.

Clastres (1974, p.14) por sua vez chega ao ponto de afirmar em seu *“A Sociedade Contra o Estado”* que a grande revolução ocorrida na história não foi aquela do Neolítico, uma vez que as transformações ocorridas neste período mantiveram intactas por muito tempo a

antiga organização social, sendo a aparição do Estado a verdadeira revolução na proto-história da humanidade.

Nesse sentido, o elemento revolucionário seria a exploração a partir da opressão política de um conjunto de forças centralizadas em um organismo engendrado para este fim, ou melhor, um instrumento capaz de obrigar a adequação do regime de produção para satisfazer as necessidades da classe dominante.

É desta maneira que para Clastres (1974, p. 14-15) o Estado aparece como “[...] instrumento que permite a classe dominante exercer sua dominação violenta sobre as classes dominadas [...]”, ou ainda atuar como “[...] o protetor dos proprietários”. Neste último caso, convém ressaltar que o Estado emergiria como sendo o instrumento que sancionaria das mais diferentes formas a legitimidade da propriedade privada.

Engels (1982, p. 61) em “*A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*” aponta que o Estado surge da necessidade de mitigar o antagonismo de classe, sendo, pois um instrumento mediador destes antagonismos irreconciliáveis, senão vejamos:

O Estado é [...] um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade [...] está dividida por antagonismos irreconciliáveis [...] Mas para que esses antagonismos, essas classes [...] não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro do limite da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela [...] é o Estado.

Não obstante, nosso interlocutor aponta que como esta gênese se processou em meio ao conflito de classes, é fundamental que se compreenda que é o Estado o instrumento a serviço da classe mais poderosa, da classe econômica mais dominante, e que por meio dele se converte na classe politicamente hegemônica e assim pode instituir elementos tidos como legítimos no âmbito da exploração e da remoção de quaisquer obstáculos que se levantem no caminho desta classe.

É desta forma que Engels (1982, p. 62) atesta que historicamente as mais distintas formas de Estado atuaram no sentido de favorecer os interesses da classe dominante, desde o Estado Antigo Escravocrata, passando pelo Estado Feudal controlado pela nobreza para a manutenção da submissão dos servos e camponeses, chegando até o Estado Moderno, que

nas palavras do autor seria um mero instrumento do qual dispõe a classe dominante (capital) para explorar a classe dominada (trabalho).

Corroborando esta concepção de Estado descrita por Engels, Marx (2008, p.47) no livro “*Contribuição à Crítica da Economia Política*” conclui que as relações jurídicas, assim como a organização das mais distintas formas de Estado respondem as necessidades das condições materiais de existência da sociedade, e não na chamada “evolução geral do espírito humano”.

Desta forma, Marx (1984, p.251) sentencia ainda em “*O Capital*”, que é,

[...] sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social, e, por conseguinte da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado.

Nesse contexto, Corazza (1987, p. 28) irá apontar que “não há hierarquia entre economia e Estado. A existência do Estado, isto sim, pressupõe a existência da economia [...] que para existir, necessita de um Estado, forma de ser da economia e da sociedade”, fundamentos estes que já eram preconizados no “*Manifesto Comunista*” de Marx e Engels (1975, p.11-12), onde o Estado “[...] não é mais do que um comitê para gerenciar os negócios comuns de toda burguesia”.

Não obstante, Mézáros (2011, p. 105-108) defende que antes de qualquer outra coisa o Estado assume para si a função de ser o comando político do capital, estando estruturado para atender as exigências desse capital, num contexto em que o seu próprio surgimento foi

[...] uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema [...] O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno.

E se como concluíra Marx (2008, p. 47) a “anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política [...]”, o formato e a estrutura da produção do agronegócio sucroenergético no Brasil deve ser compreendido a partir das ações engendradas pelos atores sociais que possibilitaram historicamente a sua produção no território brasileiro, o que torna

indispensável discutir o significado conceitual do termo agronegócio, bem como analisar o papel do Estado, que tem sido o principal agente promotor do setor sucroenergético.

### **1.1– A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento para o espaço agrário**

O termo agronegócio<sup>3</sup> faz parte do cotidiano dos brasileiros desde a década de 1990, sendo comumente evocado para apresentar-se como o espaço produtivo por excelência no setor agropecuário (FERNANDES, 2010, p. 01).

Desde então, vem sendo associado à representação ideológica que o trata como o formato e estrutura da produção responsável pelos dividendos da agropecuária, que supera recordes de produção e produtividade a cada safra, que garante o equilíbrio da balança comercial brasileira, assim como a produção de alimentos, sendo ainda para os segmentos dominantes da sociedade uma via de desenvolvimento para o país. (FABRINI, 2008, p. 36).

Para Fernandes (2010, p. 02), apesar do termo agronegócio ser relativamente novo e utilizado para designar o modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista, o seu *modus operandi* remonta às *plantations* do período colonial, passando por adaptações e modificações inerentes às diferentes etapas do modo capitalista de produção.

Mas ao contrário de significar apenas um termo para designar a agricultura capitalista, o autor irá sentenciar que o agronegócio é ainda,

[...] uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista [...]. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (FERNANDES, 2010, p.02).

Nessa mesma vertente, Canuto (2004, p. 02-03) aponta que o agronegócio é apenas um novo nome para uma velha estrutura, buscando concretar a sua hegemonia no

---

<sup>3</sup> O termo agronegócio deriva das conceituações teóricas de Ray Goldberg e John Davis (1955) que denominaram de *agribusiness* a “(...) soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as operações de produção nas unidades agrícolas, e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles”.

espaço agrário, uma vez que os avanços tecnológicos aplicados à produção agropecuária conseguiram ampliar as receitas econômicas graças ao incremento da produção e da produtividade, embora essa constatação não tenha significado “ [...] qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo”.

Nesse contexto, Porto-Gonçalves (2008, p.334) irá chamar atenção para a atuação de um complexo técnico-científico-industrial-financeiro-midiático em torno do conceito de agronegócio, onde a superioridade do negócio agrícola capitalista em detrimento de outras formas de produção no campo é tida como uma máxima incontestada, numa naturalização da superação da “agri (cultura) ” pelo “agro (negócio) ”.

Martins (1981, p. 176-177) já demonstrara com propriedade a oposição entre terra de trabalho e terra de negócio, onde a primeira caracterização diz respeito à terra como instrumento de trabalho e sustento do camponês e de sua família, enquanto que na segunda, a terra emerge como sendo a base de um empreendimento tipicamente capitalista, onde a reprodução ampliada do capital aí investido pode ser traduzida como sendo o objetivo último deste tipo de exploração.

Nas palavras de Oliveira (2007, p.147) esta oposição pode ser descrita ainda como sendo aquela em que de um lado está a milenar atividade econômica produtora de alimentos necessários à vida humana, e de outro a produção de *commodities*, principalmente aquelas que permitam ao empresário agrícola auferir uma maior renda fundiária com a sua produção.

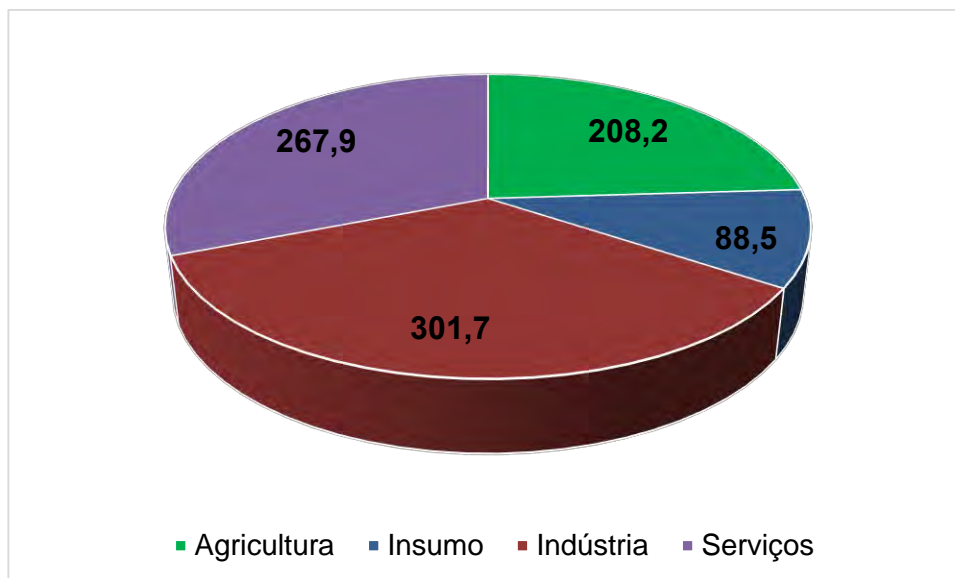
É muito comum, por exemplo, se deparar com esta confusão conceitual propositada entre agricultura e agronegócio, como se o negócio agrícola capitalista pudesse ser reduzido ao trabalho na terra e a produção de gêneros agropecuários, quando na verdade os dados apontam uma incongruência entre o que o agronegócio quer aparentar ser e o que ele realmente é.

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. [...] A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola. (FERNANDES, 2010, p. 02-03).

E isto fica bastante explícito, quando por exemplo, a CNA – Confederação Nacional da Agricultura -, divulga que o agronegócio foi responsável em 2015 por 23% do PIB brasileiro, o que equivaleria a um montante de R\$ 1,357 trilhão de reais, sem evidenciar que na composição destes dividendos encontram-se incluídos os resultados de outras formas e estruturas produtivas existentes no campo, ocultadas por um termo conceitual que se apropria do valor total da produção agropecuária.

Não obstante, apesar da expressividade quantitativa dos valores auferidos pelo autodenominado agronegócio, chama a atenção que apenas uma pequena parte deste valor - (24,2%) - é oriundo da produção agrícola propriamente dita, sendo a maior contribuição da composição do PIB oriunda das atividades “fora da porteira”. (Gráfico 01).

**Gráfico 01:** Composição do PIB do agronegócio (setor agricultura) em milhões de reais em 2015



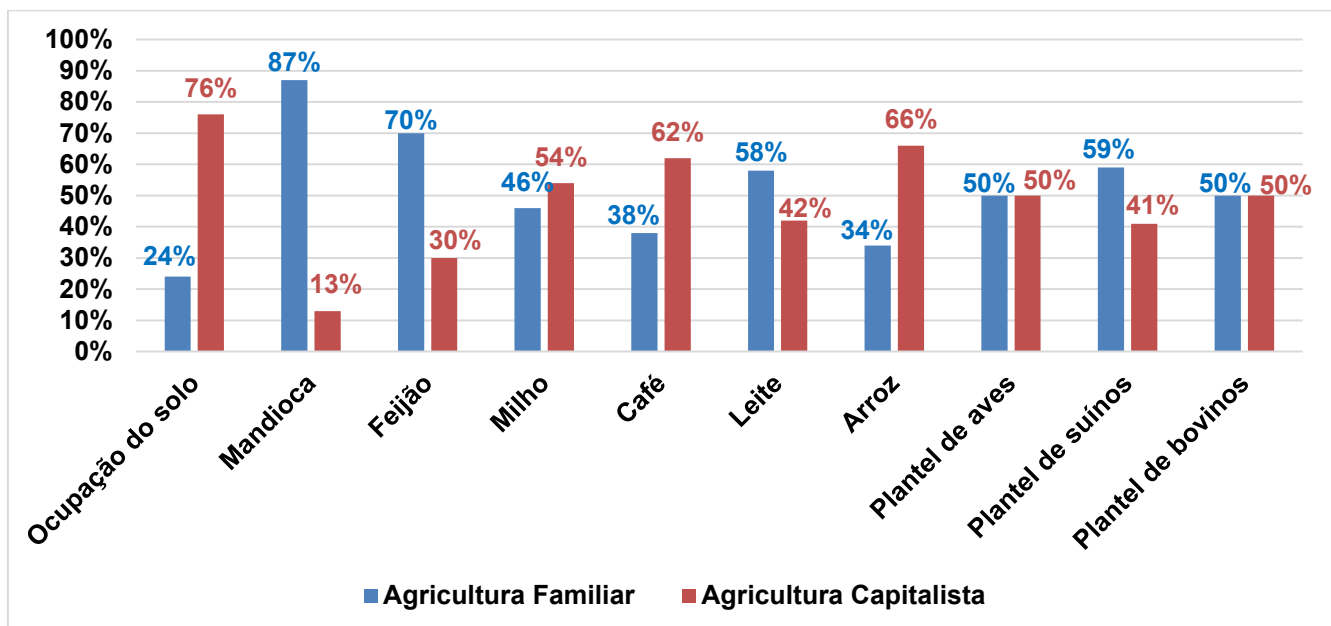
Fonte: CEPEA, 2016.

Por outro lado, os dados do último Censo Agropecuário apontam que apesar da agricultura capitalista controlar 76% das terras ocupadas no Brasil, a chamada agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos no país, além de obter uma maior produtividade em uma série de atividades agropecuárias, levando-se em consideração a área ocupada e a participação na produção nacional de vários itens. (IBGE, 2009, p. 20).

Como assevera Fernandes (2010, p. 02), “estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país”, embora os dados censitários revelem que mesmo controlando apenas 24% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários do Brasil, outros modelos de produção respondem por mais de 40% do valor total da produção agropecuária nacional.

O gráfico a seguir retrata comparativamente a participação da agricultura familiar e da agricultura capitalista na ocupação do solo e na produção agropecuária:

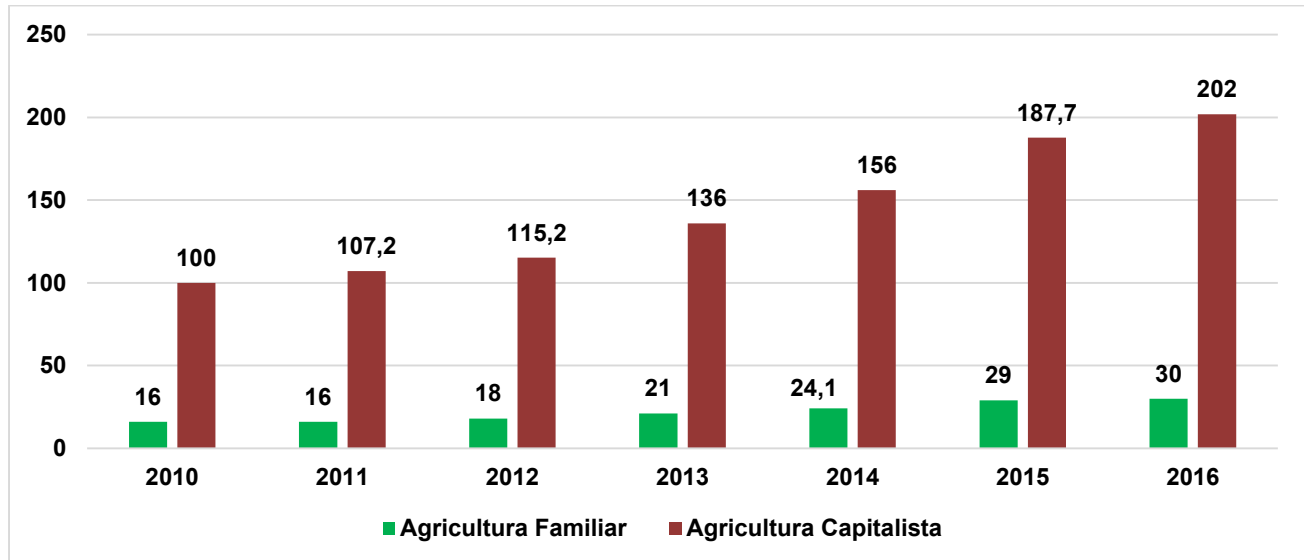
**Gráfico 02:** Participação na ocupação do solo e na produção agropecuária por modelos de produção



Fonte: IBGE, 2009

E isto sem contar que os dados censitários revelam que a mão de obra predominante no espaço agrário brasileiro é de origem familiar (GIRARDI, 2010, s/p.), concentrando de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 78% do pessoal ocupado no campo, o que evidencia uma enorme contradição para um formato e estrutura de produção que além de controlar a maior parte da área agricultável do país, acaba sendo beneficiado pela maior parte dos recursos financeiros das políticas territoriais do Estado voltadas à produção agropecuária, conforme demonstram os dados arrolados no Gráfico 03.

**Gráfico 03:** Distribuição dos recursos do Plano Safra entre as safras 2010/2011 à 2016/2017 em bilhões de reais.



Fonte: MAPA, 2016.

Se por um lado o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento aponta que para cada R\$ 1,00 investido há um valor adicionado gerado pela agropecuária de R\$ 3,03 (MAPA, 2015, s/p.), por outro, é possível estabelecer uma relação entre os recursos públicos destinados ao financiamento da agricultura capitalista com o valor total da produção agropecuária brasileira, que foi de 476 bilhões de reais em 2015.

Partindo-se da premissa de que de acordo com o IBGE (2009, p. 23), a agricultura familiar tem respondido nas últimas duas décadas por aproximadamente 40% do valor da produção agropecuária brasileira, dos 476 bilhões de reais obtidos em 2015, a agricultura capitalista seria responsável por aproximadamente 285 bilhões de reais para um financiamento captado do Plano Agrícola e Pecuário da ordem de 156 bilhões.

E isto representa dizer que a cada R\$ 1,00 investido na agricultura capitalista na modalidade de subsídios governamentais, há a geração de apenas R\$ 0,83, num contexto em que essa mesma relação salta para R\$ 6,95 no caso da agricultura familiar, o que contradiz fortemente o discurso da eficiência produtiva propalada por este tipo de produção atrelada à cadeia produtiva do agronegócio.

Quando se analisa o valor da produção pela área ocupada se verifica mais uma vez que a agricultura de base empresarial possui um aproveitamento inferior ao da agricultura

familiar, num contexto em que o último Censo Agropecuário revelou que a agricultura capitalista produziu<sup>4</sup> apenas R\$358/ha frente aos R\$ 677/ha da agricultura familiar. (IBGE, 2009, p.41).

Por outro lado, apesar de ser clara a vantagem da agropecuária capitalista na captação de recursos públicos em comparação com outros modelos de produção do campo, é importante ressaltar que o agronegócio tem se beneficiado da isenção de vários impostos mediante a atuação da bancada ruralista do Congresso Nacional, que tem aprovado uma série de leis nesse sentido, como a Lei Kandir de 1996 (Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996), que

[...] isentou do pagamento do ICMS os produtos primários e os produtos industrializados e semielaborados destinados à exportação. [...] Além da isenção de ICMS, a Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, estabeleceu alíquota zero nas contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) nos casos incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de adubos ou fertilizantes, defensivos agropecuários, sementes, corretivo de solo de origem mineral, entre outros insumos ao setor agropecuário. Em 2014, a Bancada Ruralista levou à votação a Medida Provisória (MP) nº 615, de 2013, transformada na Lei nº 12.865. Com ela, passou a ser prevista a isenção da cobrança de 9,25% do PIS e da Cofins na venda da soja para todos os fins comerciais. Essa desoneração beneficia indústrias, cooperativas e cerealistas que recebem soja nos processos de comercialização. Além da destinação de recursos para o agronegócio extensivo e da isenção de impostos, a evasão, sonegação e elisão fiscal também estão associadas à concentração de terras. Segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), o setor agrícola ocupa o décimo lugar entre os maiores devedores com a União, com um montante de R\$ 19 bilhões em dívidas. De acordo com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2015, 18.602 pessoas físicas e jurídicas possuíam dívidas de mais de R\$ 10 milhões com a União. Juntas, essas dívidas somavam R\$ 1,2 trilhões. Entre os devedores, 4.013 pessoas físicas e jurídicas, também detentoras de terras, possuíam dívida acima de R\$ 50 milhões – totalizando mais de R\$ 906 bilhões em impostos devidos. Na contramão de uma possível cobrança desses e outros débitos, o Executivo Federal editou a Medida Provisória nº 733, em 15 de junho de 2016 (aprovada no Senado em 20 de agosto de 2016), concedendo mais uma facilidade. A MP permite que produtores rurais inscritos em Dívida Ativa da União e com débitos originários das operações da securitização e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) liquidem o saldo devedor com bônus entre 60% a 95%, dependendo do valor da dívida. Por exemplo, dívidas acima de R\$ 1 milhão devem ter descontos de 65%. As regras da MP também preveem a suspensão do ajuizamento e do prosseguimento das execuções fiscais em andamento até o final de 2017, segundo informações da PGFN. (OXFAM, 2016, p. 17-18).

---

<sup>4</sup> Tendo como base o Valor Bruto da Produção.

Nesta mesma vertente, Paulino (2007, p.111-112) irá sustentar que,

Embora grande parte dos recursos destinados à agricultura acabe nas mãos dos grandes proprietários, é esse segmento que engrossa uma dívida que se arrasta ano a ano. [...] E como trata-se de uma dívida sistematicamente rolada, novamente os ruralistas mobilizaram-se para garantir novas rolagens e mais crédito em conta. [...]. Como a bancada ruralista é, desde sempre, maioria no Congresso Nacional, sistematicamente vem conseguindo impor suas demandas. A partir de uma negociação com o governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000 os grandes produtores conseguiram que as dívidas só começassem a ser pagas cinco anos depois de contraídas, obtendo um prazo de até 25 anos para saldarem os compromissos. [...] em 2002, outro acordo estipulou novos subsídios e juros fixos de 3% ao ano, enquanto a taxa Selic, que regula os índices de juros no país, oscilava entre 15 e 20%. A diferença, a chamada equalização de juros, passou a ser bancada pelos cofres públicos e ter o Tesouro Nacional, que nada mais é que a reserva de dividendos formada a partir da arrecadação de impostos da população, como avalista. Ou seja, se os produtores não pagarem a dívida, cabe ao governo fazê-lo. Portanto, essa é uma evidência da estratégia de socialização das perdas por meio do acesso ao fundo público. O rentismo [...] tem aí uma de suas melhores expressões, pois a manutenção da grande propriedade tornou-se um dos caminhos privilegiados para o acesso aos recursos públicos.

Diante de tais constatações, o discurso da eficiência produtiva do agronegócio brasileiro fica bastante fragilizado, uma vez que mesmo tendo acesso a maior parte dos recursos públicos disponibilizados para a produção agropecuária, gozar de isenções tributárias que abarcam todas as suas cadeias produtivas, além de ser caracterizado pela inadimplência das volumosas dívidas contraídas, que têm sido historicamente roladas, este modelo de produção agropecuária não tem obtido resultados superiores a outros formatos e estruturas de produção do campo, que por ora não tem estado na agenda política prioritária dos governos, conforme abordado anteriormente.

Não obstante, e corroborando o esboroamento de tal eficiência produtiva de que alega ser portador o agronegócio brasileiro, estão os dados de desempenho da produção mundial de *commodities*, onde o país lidera os *rankings* de produção de algumas culturas, mas ocupa posições de pouca expressividade quando se trata da produtividade<sup>5</sup>, o que vem ratificar o fato de que a agropecuária capitalista, vinculada à cadeia produtiva do agronegócio, vem

---

<sup>5</sup> São vários os fatores que contribuem para os índices de produtividade. No entanto, chama a atenção que países da África e do Oriente Médio, com características edafoclimáticas menos favoráveis à produção agropecuária, apresentem índices de produtividade superiores aos do Brasil.

operando com baixa produtividade se levados em conta os padrões internacionais. (Tabela 01).

**Tabela 01:** Desempenho brasileiro na produção e produtividade de culturas agropecuárias selecionadas

| <b>Cultura agropecuária</b>  | <b>Posição no ranking global da produção</b> | <b>Posição no ranking global da produtividade</b> |
|------------------------------|--|---|
| Arroz                        | 9 <sup>o</sup>                               | 32 <sup>o</sup>                                   |
| Cana-de-açúcar               | 1 <sup>o</sup>                               | 23 <sup>o</sup>                                   |
| Milho                        | 3 <sup>o</sup>                               | 48 <sup>o</sup>                                   |
| Soja                         | 2 <sup>o</sup>                               | 9 <sup>o</sup>                                    |
| Total da produção de cereais | 5 <sup>o</sup>                               | 36 <sup>o</sup>                                   |
| Gado bovino                  | 1 <sup>o</sup>                               | 41 <sup>o</sup>                                   |

Fonte: FAO, 2013.

A eficiência produtiva pode ser colocada em xeque ainda diante do fato de que nos últimos Planos Safra do Governo Federal, o volume de recursos destinados ao financiamento da agricultura capitalista nunca tenha ficado abaixo de 85% do total disponibilizado para todo o setor agropecuário, esse modelo de produção sempre se encontra na iminência de graves crises, o que aponta para uma realidade onde,

A carência e cobrança de intervenções políticas/estatais indicam que o agronegócio não possui sustentabilidade econômica como quer fazer crer não somente os agronegociantes, mas também as mídias e teóricos comprometidos com a causa deste segmento dominante da sociedade. Paradoxalmente, para garantir sustentabilidade e eficiência econômica o agronegócio demanda do Estado uma série de intervenções e garantias. (FABRINI, 2008, p. 40).

Barros (2006, p. 12) elucida que além do fato de a agricultura comercial capitalista estar inserida no mercado global, e portanto sujeito às oscilações de mercado<sup>6</sup>, as crises tendem a se repetir ciclicamente, uma vez que os empresários rurais ao se beneficiarem dos altos preços das *commodities*, aumentam seus investimentos, assumindo novas dívidas para fazer crescer a produção, resultando num desequilíbrio entre oferta e demanda e

<sup>6</sup>De acordo com Fabrini (2008, p.39), o “agronegócio, inserido no mercado capitalista global, vive ciclos de expansão e retração [...]. Neste sentido, para que o agronegócio não fique sujeito a momentos de euforia e depressão, as intervenções do Estado são defendidas como necessárias para garantir estabilidade ao setor”.

consequentemente diminuindo a rentabilidade justamente no período de maior volume produzido.

E contraditoriamente os empresários agropecuários brasileiros irão demandar ações por parte do Estado no sentido de salvaguardar o setor produtivo frente as oscilações de mercado e as crises recorrentes, ao mesmo passo em que Oliveira (2003, p. 114) aponta que o agronegócio, - em nome da defesa do livre mercado-, seguirá demandando o fim dos subsídios agropecuários dos países desenvolvidos para que a produção atinja o mercado global.

Estas constatações expõem a fragilidade do agronegócio enquanto modelo prioritário de desenvolvimento para o espaço agrário, num contexto em que se de fato a eficiência produtiva fosse um atributo inerente ao agronegócio, o Estado não necessitaria garantir a estabilidade ao setor, ou melhor, o conjunto da sociedade é quem acaba arcando com o elevado custo social deste formato e estrutura de produção agropecuária.

Isto torna evidente o exposto por Fernandes (2010, p.03-04), para quem o agronegócio tem procurado representar a imagem da produtividade e da geração de riquezas para o país, mas na verdade o conteúdo do projeto social que lhe fundamenta está atrelado à concentração e à exploração, onde “o agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideologia do agronegócio”.

Ideologia esta que fora engendrada para criar a figura do latifúndio produtivo (FERNANDES, 2010, p.04), partindo-se da premissa que historicamente o termo latifúndio fora ligado automaticamente à exploração do trabalho, à concentração fundiária, às relações de dominação e ao atraso político e econômico do país.

Não seria exagero retórico afirmar que a contradição existente entre a modernidade e a eficiência produtiva - da qual o agronegócio proclama ser portador -, e a perpetuação da barbárie<sup>7</sup> no espaço agrário brasileiro do século XXI, apresenta condições análogas aos primórdios da formação socioespacial do Brasil e de sua economia.

---

<sup>7</sup> Oliveira (2003, p. 115) aponta que mesmo apresentando uma “roupagem moderna”, o agronegócio tem intensificado os conflitos no campo, a exploração do trabalho e a concentração fundiária, assim como causando uma série de problemas ambientais.

Nessa mesma vertente, Porto Gonçalves (2008, p. 27) sustenta que o agronegócio,

[...] que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre: (1) as grandes corporações financeiras internacionais; (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes; (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e farmácias; e (4) os grandes latifúndios exportadores de grãos. Esses latifúndios produtivos são, mutatis mutandis, tão modernos como o foram as grandes fazendas e seus engenhos de produção da principal commodity dos séculos XVI e XVII: a cana-de-açúcar, no Brasil e nas Antilhas. À época não havia nada de mais moderno.

É nesse contexto que Oliveira (2003, p.115) irá atrelar o agronegócio à modernidade e à barbárie, sendo estas últimas “[...] duas faces de uma mesma moeda”.

A esse respeito, Harvey (2006, p.01) irá sentenciar que processos predatórios, que inclusive se processam através da intervenção estatal estão “[...] longe de se restringirem a um momento encerrado na pré-história do capitalismo, constituem, ao lado da reprodução ampliada, um dos eixos fundamentais da expansão deste modo de produção [...]”.

Não é por mera coincidência que por mais que se busque apresentar como o modelo de desenvolvimento por excelência para o campo, não se dissociou das consequências nefastas do latifúndio improdutivo, pois como já advertira Fernandes (2010, p.04) “[...] não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo”.

Se antes o latifúndio excluía pela improdutividade, agora o agronegócio exclui pela produtividade<sup>8</sup>, conforme atestam Fabrini (2008, p.36), Canuto (2004, p.06-07), Fernandes (2010, p.04) e Porto Gonçalves (2004, p. 224), concentrando além da terra, as tecnologias de produção e as políticas públicas de desenvolvimento.

Assim,

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. [...] A fundação do agronegócio expandiu sua

<sup>8</sup> Embora a produtividade brasileira apresentada pelas *commodities* não seja proporcional à representatividade quantitativa do agronegócio nacional.

territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada. (FERNANDES, 2010, p. 04-05).

Ao analisar a posição que o Brasil ocupa no capitalismo mundializado, Oliveira (2003, p. 120) chama atenção para o fato de que a agricultura comercial capitalista e suas commodities têm sido a forma pela qual a elite econômica brasileira tem se inserido ao capital mundial, buscando seus “[...] ganhos máximos onde existir quem queira comprar”.

É nesse contexto que o autor irá sentenciar que a agricultura capitalista, ao produzir prioritariamente para o mercado externo, acaba sujeitando a sua produção à lógica e aos ditames do mercado internacional, fazendo com que ao mesmo tempo que bata recordes de produção, de produtividade e no volume das exportações, contraditoriamente contribui para obstaculizar o efetivo desenvolvimento econômico do país.

Não obstante, as tantas vezes evocadas vantagens comparativas do agronegócio brasileiro na competição internacional têm sido motivo de verdadeiras barbáries no campo, pois estas têm estado fortemente associadas à concentração fundiária (e todas as formas possíveis e imagináveis para deter o controle da terra), à exploração do trabalho e do meio ambiente.

Para identificar a lógica do agronegócio como sinônimo de “produção para o mundo”, Oliveira (2003, p. 120-122) faz uma análise de dados da balança comercial brasileira, o que resulta em um exercício interessante para se compreender como o Brasil tem se inserido no capitalismo mundial através do agronegócio e quais as consequências desse processo para o conjunto da sociedade.

O autor aponta que a lógica que rege a produção do agronegócio tem sido aquela ditada pelo mercado global, que por sua vez subjuga a produção nacional e a organização do espaço produtivo interno:

O Brasil do campo moderno, desta forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável, regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. [...]. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) [...] de larga possibilidade de produção no próprio país. [...]

Mas o mercado é implacável. Ele cada vez mais não se regula ao nacional. Mundializado ele mundializa o nacional. Destrói suas bases e lança o país nas teias das redes capitalistas mundial. [...] A medida em que o país exporta alguns produtos agrícolas, obriga-se a importar outros. (OLIVEIRA, 2003, p.120-122).

Atualizando os dados arrolados por Oliveira (2003, p. 120-122), em 2014 o setor agropecuário brasileiro<sup>9</sup> exportou US\$ 96,7 bilhões, o que representou 42,9% de todas as exportações brasileiras, um volume 147% maior do que o alcançado em 2004. (MDIC, 2015, s/p.).

Do ponto de vista da balança comercial, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio aponta que o saldo do setor agropecuário foi de mais de US\$ 80 bilhões de superávit, enquanto que a economia brasileira como um todo apresentou um déficit de US\$ 3,9 bilhões.

Na liderança das exportações esteve o complexo da soja, com US\$ 31,6 bilhões exportados em 2014, seguido pelo de carnes, cujas exportações somaram US\$ 17,4 bilhões, e pelo complexo sucroenergético, com US\$ 10,3 bilhões em vendas ao exterior. Juntos, esses três setores<sup>10</sup> foram responsáveis por 71,3% das exportações do agronegócio<sup>11</sup> e 31% do total das exportações brasileiras em 2014. (MDIC, 2015, s/p.).

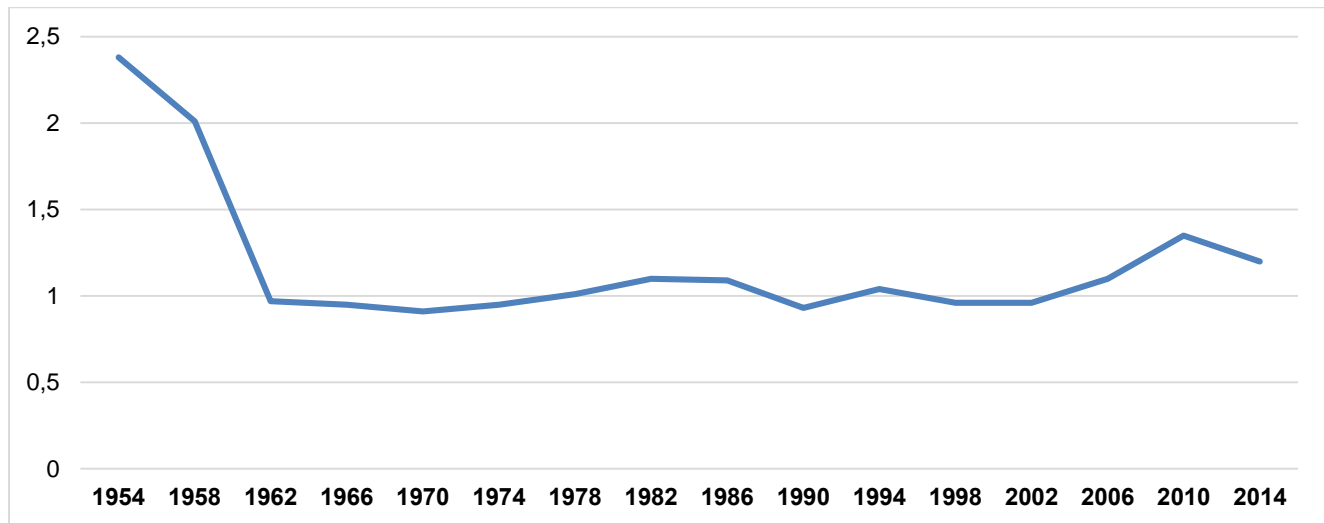
Dando relevância apenas ao caráter quantitativo do agronegócio, tem-se a visão aparente de um Brasil moderno, capaz de converter-se no “celeiro do mundo”, mas em uma análise mais atenta emerge um país essencialmente dependente das exportações de *commodities* e todas as consequências advindas dos seus turbulentos mercados, com uma pauta de exportação similar à da década de 1980 e com um percentual de participação no comércio mundial quase 50% inferior à que possuía em 1950<sup>12</sup> (MDIC, 2015, s/p.), mesmo com o agronegócio batendo recordes e mais recordes nas exportações. (Gráfico 04).

<sup>9</sup> Aqui leia-se toda a produção agropecuária, num contexto em que comumente os organismos estatais, a mídia e as entidades de classe da agropecuária capitalista creditam ao agronegócio.

<sup>10</sup> A soja foi responsável em 2014 por 32,4% das exportações do agronegócio e por 13,7% das exportações brasileiras. O complexo das carnes respondeu por 17,9% das exportações do agronegócio e 7,5% das exportações nacionais. Já o setor sucroenergético contribuiu com 11% das exportações do agronegócio e com 4,4% das exportações brasileiras.

<sup>11</sup> Outros setores que mais contribuíram para as exportações do agronegócio em 2014 foram os produtos florestais (US\$ 9,9 bilhões), o café (US\$ 6,6 bilhões), os cereais (US\$ 4,6 bilhões), o fumo e seus derivados (US\$ 2,5 bilhões), dentre outros (MDIC, 2015, s/p.).

<sup>12</sup> De acordo com o MDIC (2015, s/p.) em 1950 o Brasil foi responsável por 2,4% do comércio mundial, enquanto que em 2014 o país respondeu apenas por 1,2% do total das importações/exportações globais.

**Gráfico 04:** Participação percentual do Brasil no comércio internacional entre 1954 e 2014.

**Fonte:** MDIC, 2015

Essa dependência da economia brasileira das exportações de *commodities* fica evidente no último relatório da UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento<sup>13</sup>, que aponta que 65% do valor total auferido pelo comércio exterior brasileiro é produto da venda de produtos primários, sendo esta tendência crescente nos últimos anos no âmbito de uma alta nos preços das *commodities*. (UNCTAD, 2015, p.131).

Nesse contexto, Delgado (2010, p.105) irá sentenciar que o arranjo econômico da política exterior brasileira das últimas décadas, baseado na reprimarização da pauta de exportações, tem produzido uma série de consequências sociais e econômicas, o que por sua vez tem contribuído significativamente para impor limitações ao desenvolvimento do país como um todo, uma vez que estaria o “[...] pacto do agronegócio se espalhando pelo conjunto da economia, e impondo cada vez mais uma estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária como diretriz principal de acumulação do capital ao conjunto da economia”.

Nessa mesma vertente, Carneiro<sup>14</sup> (2012, p.07), aponta que a dependência dos países que baseiam sua pauta de exportação nas *commodities* estaria vinculada à

<sup>13</sup> Relatório da UNCTAD intitulado *The State of Commodity Dependence*, publicado em 2015.

<sup>14</sup> Carneiro (2012, p.11) aponta que comparando os países dependentes das exportações de commodities com os demais, nota-se claramente uma superioridade e uma maior solidez macroeconômica.

[...] capacidade de gerar periodicamente altas rendas [...] associados aos ciclos de preços típicos desses produtos. A natureza da produção de commodities e seus ciclos de preços têm sérias implicações sobre os países produtores por meio da valorização da moeda local, acarretando o desestímulo às outras atividades [...] ocasionando uma especialização ulterior [...] A especialização na produção das commodities e seus malefícios decorreriam de dois problemas distintos: do declínio a longo prazo dos termos de intercâmbio associados à perda de valor real dos preços das commodities [...] e da excessiva volatilidade desses preços no curto e médio prazos. [...] Essas características teriam implicações desfavoráveis sobre o desenvolvimento de países especializados na produção de commodities.

Não obstante, Delgado (2010, p.02) irá sentenciar que a estratégia do agronegócio como responsável pelo equilíbrio da balança comercial esconde a fragilidade da própria economia brasileira, em uma lógica em que,

[...] o agronegócio é responsável pelo equilíbrio externo, gerando as divisas que nos suprem de dólares para pagar o déficit na conta corrente com o exterior. Isto é verdade. Mas é verdade também que, por esta estratégia com que o agronegócio se viabiliza, e que lhe confere tanto poder na conjuntura, a economia nacional não sai do lugar. Significa dizer que, cresce o agronegócio, mas esse crescimento precisa ser compensado pelo decréscimo de outrem. Dentro do modelo atual de ajuste macroeconômico, os dólares que entram pelas exportações, transformados em Reais, não podem se propagar para o conjunto da economia, gerando um autêntico efeito de impulsão sobre a demanda interna.

Por outro lado, Oliveira (2003, p.122) chama atenção para o fato de que observando os dados do comércio exterior brasileiro pode-se verificar a lógica perversa do mercado na qual se insere o agronegócio, que tem atuado no sentido de transformar a agricultura em um negócio rentável e regulado pelo mercado internacional, capaz de fazer com que “o país produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros”.

Apesar de na última década ter ocorrido no Brasil uma melhoria nos indicadores de distribuição de renda, e mais recentemente o país ter sido retirado do Mapa da Fome da ONU, dados da última PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios referente à segurança alimentar realizada em 2014 pelo IBGE, apontam que 52 milhões de brasileiros encontram-se em situação de insegurança alimentar, levando-se em consideração a quantidade, a qualidade e a expectativa de restrições alimentares em um futuro próximo. (IBGE, 2014, s/p.).

De acordo com dados do MDIC (2015, s/p.), enquanto o agronegócio nacional alega ter produzido um PIB<sup>15</sup> superior ao de mais de 155 países do globo em 2015, o Brasil teve que

---

<sup>15</sup> Aqui leia-se toda a agropecuária.

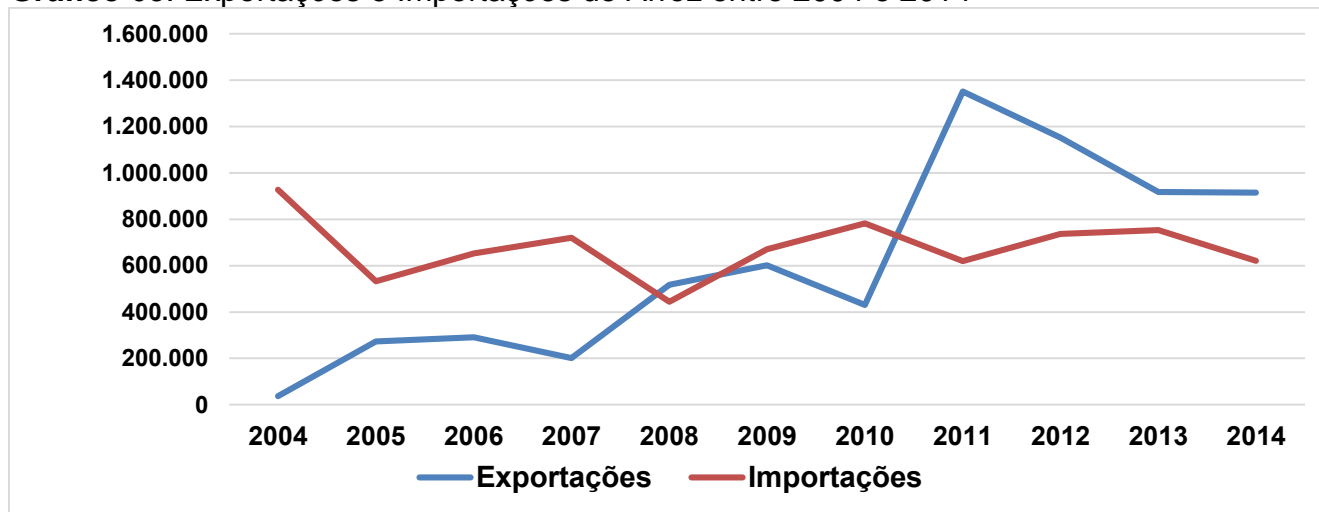
importar uma série de produtos que compõem a cesta básica brasileira, num contexto em que contraditoriamente estes produtos estão presentes na pauta de exportações do Brasil.

Assim ocorreu com o arroz, o feijão, o leite, o trigo e as frutas por exemplo. É no mínimo contraditório constatar que o país do agronegócio moderno, o “celeiro do mundo” numa visão ufanista, tem importado num ritmo crescente bananas, laranjas (mesmo o país sendo o maior produtor mundial de suco de laranja do planeta), coco, limões, mangas, abacaxi, castanha de caju, milho e leite em pó.

Nesse contexto, Oliveira (2003, p. 122) assevera que, “quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar”.

E é nessa lógica que as exportações brasileiras de arroz aumentaram 2.240% entre 2004 e 2014, passando de 36 para 914 mil toneladas, ao passo que as importações sofreram um incremento de 16,5% nesse mesmo período. (Gráfico 05).

**Gráfico 05:** Exportações e Importações de Arroz entre 2004 e 2014

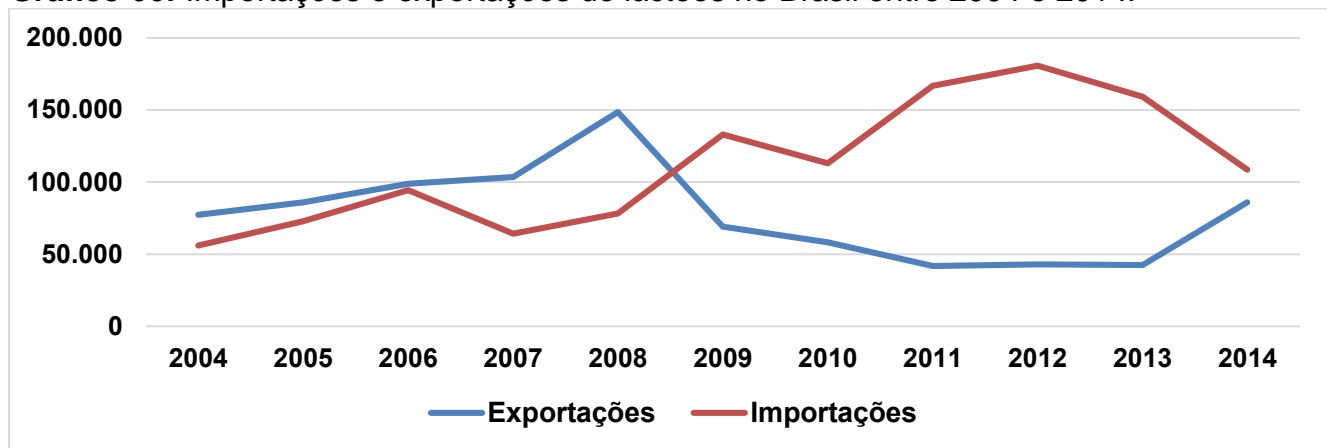


Fonte: MDIC, 2015.

A evolução dos preços explica esse comportamento, uma vez que nesse período, a tonelada desse cereal passou de US\$ 207 para US\$ 428 no mercado internacional. (MDIC, 2015, s/p.).

De acordo com o Ministério da Agricultura o Brasil possui a 5ª maior produção de leite do mundo, mas necessitou importar 53 mil toneladas de leite em pó em 2014, ao passo que exportou aproximadamente 40 mil toneladas. (Gráfico 06).

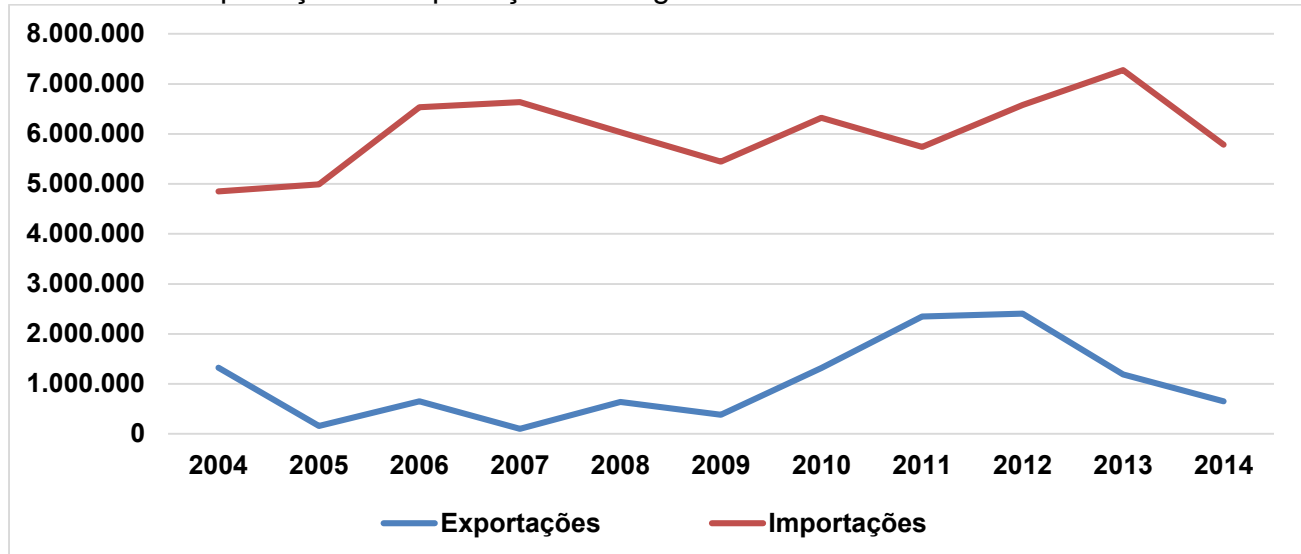
**Gráfico 06:** Importações e exportações de lácteos no Brasil entre 2004 e 2014.



**Fonte:** MDIC, 2015.

Chama atenção ainda o fato de o país da eficiência produtiva do agronegócio ter de recorrer à importação de produtos lácteos no montante de meio bilhão de dólares para atender a demanda interna em um país que é exportador desses mesmos produtos e líder global no *ranking* do plantel de rebanhos bovinos. (MDIC, 2015, s/p.).

Até mesmo o cereal de maior volume importado pelo país, que é o trigo, faz parte da pauta de exportações brasileiras, chegando a ser exportado nas safras de 2011 e 2012 mais de 2 milhões de toneladas, enquanto que o volume importado de trigo atingiu 5,7 e 6,5 milhões respectivamente. (Gráfico 07).

**Gráfico 07:** Exportações e Importações de trigo entre 2004 e 2014.

Fonte: MDIC, 2015.

Assim, o agronegócio possui uma lógica adversa do interesse social, sendo esta relacionada com a cotação das *commodities* no mercado internacional, o que orienta toda a estrutura produtiva do setor a efetivar uma prática que objetive utilizar o máximo das chamadas “vantagens comparativas” e disputar as fatias mais rentáveis do mercado global.

É por isso que por mais moderno que possa aparentar ser, não consegue desvencilhar sua imagem daquilo que lhe dá fundamento, que o torna competitivo: a exploração do trabalho, a concentração da terra e das políticas de desenvolvimento agropecuário, mostrando a perpetuação do latifúndio e todas as suas reverberações socioespaciais.

Independente do setor do agronegócio, esta lógica tende ser a mesma, uma vez que todas comungam de um mesmo formato e estrutura de produção, cujo objetivo é o mesmo de qualquer empresa capitalista, ou seja, o lucro, a extração da renda da terra<sup>16</sup>, a reprodução ampliada do capital dos empresários rurais.

E para isso, a produção agropecuária torna-se um negócio, onde as culturas agrícolas e a atividade pecuária devem se adequar às exigências ditadas pelo mercado, excluindo os obstáculos que se interponham aos objetivos do agroempresariado.

<sup>16</sup> No caso da empresa agropecuária capitalista.

Assim, soja, trigo, cana, milho, o gado bovino, suíno, as aves, etc, adquirem primeiramente o *status* de *commodities*, mercadorias cujo valor passa a ser definido no mercado bursátil nacional ou internacional, para logo após converterem-se em opções totalizantes de alimentação das populações humana e animal, radicadas nos mais diversos pontos da geografia global com poder de compra para tal.

Não é demais recordar que seguindo essa mesma lógica, não serão poucos os países com alto índice de desnutrição e carências alimentares, que contraditoriamente são importantes exportadores de produtos agrícolas (FAO, 2014, s/p.), pois a cadeia produtiva do agronegócio possui nos países ditos subdesenvolvidos e emergentes a tendência histórica da primazia econômica, concentrando a terra, os investimentos dos recursos financeiros dos governos, em detrimento dos interesses das populações.

Nesse contexto, o agronegócio torna-se benéfico apenas para o reduzidíssimo grupo dos detentores do capital, que atuam com o interesse de reproduzi-lo amplamente, e ao fazê-lo reproduzem também as condições para que este processo não seja finito, o que explica modernidade e barbárie convivendo dialeticamente no espaço geográfico onde se territorializa.

## **1.2- O Estado como promotor do setor sucroenergético no Brasil**

Foi o próprio Estado português, que em pleno século XVI introduziu a monocultura canavieira no Brasil como estratégia de rentabilização da colonização do território brasileiro. (FURTADO, 2005, p.19).

Muito além do simbolismo histórico da simples ação de introduzir a cultura da cana de açúcar no país, o Governo Geral de Martim Afonso de Souza empreendeu sob as diretrizes da Coroa Portuguesa uma série de ações com o objetivo de viabilizar a rentabilidade da agroindústria canavieira em um território que reunia as condições edafoclimáticas requeridas para a produção açucareira.

Sobre esta etapa do desenvolvimento do setor canavieiro no Brasil, Souza (2010, p.22) aponta que a viabilização de um negócio das proporções tomadas pelo setor durante o período colonial só foi possível graças a uma política de Estado que atuou no sentido de

incentivar a produção canavieira, concedendo terras, títulos, honrarias e eliminando uma série de tributos, o que deu início à formação e consolidação de uma elite agrária rentista, assentada no controle de grandes lotes de terras e na exploração da mão de obra escrava, inserindo o país numa Divisão Internacional do Trabalho na condição de exportador de produtos primários.

Nesta mesma vertente, Prado Júnior (1981, p. 48), assevera que a grande exploração mercantil engendrada no processo de colonização do território se constituía no elemento central do sistema econômico agroexportador, que visava abastecer a Europa com produtos primários, a tal ponto que seria impossível dissociar a empresa colonial açucareira do latifúndio.

Essa fórmula de exploração agrícola do território possibilitada pela ação do Estado e que permaneceu inalterada nos três séculos posteriores, fez com que o Brasil baseasse sua economia na agroexportação, perdurando o negócio açucareiro com seus altos e baixos até meados do século XVIII, quando o Brasil fora suplantado por Cuba no mercado mundial de açúcar, ao mesmo tempo em que o café emergia como a principal atividade econômica do país.

Assim, se terra, capital e força de trabalho são as condições indispensáveis para o estabelecimento dos engenhos açucareiros no Brasil, o governo mercantilista português não titubeia em instrumentalizar o livre acesso a estes elementos.

O acesso a vastas extensões de terras inexploradas economicamente em uma zona tropical que atendia às necessidades biogeoquímicas para a agroindústria canavieira fora facilitado pelo Estado através da adaptação da legislação sesmarial para o Brasil, onde de acordo com Nozoe (2005, p.05), “firmava-se entre nós o princípio de só se conceder terras em sesmaria aqueles que alegavam possuir os meios para explorá-las e fundar engenhos”.

Desta forma, o monopólio de classe sobre a terra – garantido juridicamente pelo Estado - era condição inalienável para consolidar o formato e a estrutura da produção que viabilizaria rentabilidade, assim como a efetiva posse e controle do território, objetivos dos colonizadores.

Até porque esta garantia do monopólio da terra a uma classe detentora de meios econômicos passíveis de serem investidos na empresa açucareira em um território de

dimensões continentais só pode ser materializada através da existência de um obstáculo, que se cristaliza no aparato jurídico e institucional, formulado exclusivamente pelo Estado.

Não obstante fora ainda política de Estado que nas concessões fundiárias se fundassem prioritariamente engenhos açucareiros em detrimento de outras atividades econômicas possíveis, visto que na concepção estatal esta era a forma mais vantajosa em dar um uso econômico lucrativo ao território colonizado no âmbito do sistema colonial.

Por outro lado, cabe ressaltar que do cultivo da cana-de-açúcar nas terras concedidas, passando pela transformação industrial nos engenhos até o refino e a comercialização na Europa, o funcionamento da empresa açucareira necessitava de muitos recursos financeiros, os quais Portugal não poderia prover.

Esta condição obrigou o Estado português a estabelecer com a Holanda um acordo, onde o financiamento da implantação dos engenhos açucareiros no Brasil, assim como o transporte, o refino e a comercialização na Europa ficassem a cargo dos holandeses.

Nota-se que o Estado não só possibilita o monopólio da terra a uma classe privilegiada, como também atua no plano geopolítico, salvaguardando seus interesses econômicos que se confundem com os interesses da elite hegemônica que está na base da sustentação do governo que controla esse Estado.

Nesse caso, o que deve ficar bem claro é que o Estado e seus aparelhos moldaram a forma e a estrutura da produção, desde o plantio até a circulação da mercadoria industrializada.

E não somente isso, sua política atuou ainda na organização de um espaço geográfico voltado à manutenção do formato e da estrutura adotada no âmbito da produção canavieira, influenciando ainda em outros mecanismos produtores de realidades econômicas vinculadas ao setor durante mais de dois séculos.

Se a disponibilização da terra e do capital foram facilitados através da ação direta ou indireta do Estado nos primórdios do negócio canavieiro no Brasil, a permissividade institucionalizada da utilização da mão de obra escrava indígena e posteriormente africana pode ser identificada como sendo outra imprescindível ação para a consolidação da empresa açucareira colonial.

Havia toda uma estrutura estatal no âmbito da administração colonial criada para garantir o funcionamento desta relação social de produção e o controle dos escravos, o que somado ao exposto anteriormente, explicita a existência de uma política de Estado que atuou no sentido de salvaguardar os interesses do setor de forma bastante intensa durante um período que vai do século XVI até meados do século XVIII, para depois ser retomada durante o Estado Novo. (SZMRECSÁNYI, 1979, p.162).

Assim, o poder econômico colonial – base da sustentação político e administrativa do território – engendrava uma série de estratégias para garantir os êxitos deste empreendimento junto ao mercado internacional, e ao fazê-lo impunha uma organização socioespacial no plano interno capaz de reproduzir este modelo até que a fase de acumulação capitalista correspondente ao período histórico fosse viável.

Sem a intervenção estatal neste período, o modelo e a estrutura da produção canavieira assentada no monopólio fundiário, bem como na exploração exaustiva da força de trabalho e da natureza jamais poderia ser viabilizado.

Isto porque a ação do Estado se processou em um território anteriormente controlado por sociedades sem Estado ou nas palavras de Clastres (1974, p.16) “sem fé, sem lei, sem rei”, onde não existia a regulamentação jurídica da propriedade privada da terra ou qualquer outro instrumento regulador, e tampouco antecedentes históricos de formações socioespaciais das populações nativas comparáveis a um modelo similar ao implantado pelo Estado português.

Assim, o Estado foi o principal agente organizador do espaço econômico, e ao fazê-lo, optou pela forma e estrutura das *plantations*, raiz do formato e da estrutura da produção agropecuária capitalista contemporânea.

E conforme a história da colonização de outras porções espaciais do continente americano demonstra, esta não era a única alternativa possível, e como ficou evidenciado séculos mais tarde, tampouco a mais apropriada.

Estas constatações vêm corroborar o exposto por Marx (1986, p.82) que sentencia que a configuração de qualquer sociedade é produzida através dos arranjos políticos desta sociedade encarnados na figura de um Estado, que convertem a sociedade a imagem e a semelhança das necessidades da classe dominante.

Não é demais reafirmar que o apogeu vivenciado pela empresa açucareira colonial que vai do século XVII até meados do século XVIII fora resultado das políticas estatais em prol da classe detentora do monopólio das concessões de terras, de subsídios e financiamentos favorecidos ou permitidos pelo governo, assim como a que usufruía da exploração institucionalizada da mão de obra escrava e com a garantia de um mercado consumidor viabilizado por acordos geopolíticos internacionais.

Apogeu este ameaçado pelas fragilidades estruturais do próprio formato da produção canvieira preconizado pelo Estado, num contexto em que Galeano (2004, p. 17) aponta o desequilíbrio nas relações econômicas internacionais ao sentenciar que,

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder [...] a América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos [...] para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de [...] matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los.

Conforme abordado anteriormente, Portugal não tinha como arcar com os custos do financiamento dos engenhos, tendo que recorrer aos holandeses, e ao fazê-lo, impôs o refino e a comercialização, o que significava que na prática, ficavam com a parte mais lucrativa.

Não obstante, além de não controlar os processos mais rentáveis conforme aponta Galeano (2004, p.17), no século XVIII a empresa colonial açucareira começa a entrar em declínio dada a situação conjuntural que apontava para a existência de outros mercados concorrentes, como as Antilhas Holandesas e Cuba por exemplo.

É importante ressaltar que do ponto de vista da economia colonial, na medida que outros mercados iam suplantando a posição ocupada pelas exportações brasileiras de açúcar, o modelo agroexportador ainda possuía um papel central na produção econômica brasileira.

O Estado ao fazer sua opção preferencial pelo modelo agroexportador continuava criando todas as condições necessárias para a classe detentora de o monopólio fundiário explorar a terra, a força de trabalho e os recursos naturais existentes no território, mudando o marco jurídico e institucional do Estado em face da adaptação às etapas cambiantes da acumulação capitalista.

Foi assim, por exemplo, com a Lei de Terras de 1850 e a proibição do tráfico negro, ocorrendo quase que simultaneamente.

Por outro lado, do final do século XVIII até as primeiras três décadas do século XX o negócio canavieiro não estava entre as prioridades do Estado brasileiro, dada a conjuntura internacional do mercado do açúcar.

Neste período a produção e a exportação açucareira representava apenas uma pequena parte do que outrora fora o motor da economia brasileira. (SOUZA, 2010, p.37).

Aqui, diante da primeira grande crise vivenciada pelo negócio canavieiro cabe um questionamento acerca das possibilidades econômicas de um negócio que não consegue encontrar uma viabilidade econômica sem que haja uma série de políticas estatais em prol do setor, indo na contramão do que defendem os promotores do livre mercado capitalista, num contexto em que Szmrecsanyi (1979, p.161) sustenta que as características inerentes ao desenvolvimento do empreendimento canavieiro,

[...] fazem com que as atividades desse ramo do setor agropecuário não possam ser abandonadas ao livre jogo das forças de mercado. Por essa razão, os governos [...] movidos pela experiência histórica foram sendo levados a intervir na economia açucareira [...].

Não é por pura coincidência -como veremos mais adiante -, que os apogeus alcançados pelo agronegócio canavieiro ao longo da história sempre estiveram relacionados a fortes medidas de planejamento e intervenção estatal no setor, enquanto que os períodos de crises coincidem com uma desaceleração destas políticas públicas, a tal ponto que a UNICA – União da Indústria da Cana-de Açúcar – reconhece que “a reorganização da estrutura produtiva do setor agroindustrial canavieiro no Brasil “[...] deu-se logo no início dos anos 30 e só se tornou possível pela intensa ação do Estado ao longo de pouco mais de seis décadas de forte intervenção pública”. (UNICA, 2012, p. 20).

É desta forma que nas primeiras décadas do século XX começam a ser engendradas uma série de políticas estatais com o objetivo de impulsionar novamente a produção açucareira no país frente a uma longa crise que se abatera sobre o setor canavieiro, senão vejamos as principais ações levadas a cabo pelo governo até a criação do Instituto Brasileiro do Alcool e do Açúcar em 1933, descritas por Szmrecsanyi (1979, p.161-177):

1 – Criação da Caixa Reguladora do Açúcar em 1922. O objetivo desta medida seria promover internacionalmente o açúcar brasileiro e incrementar a produção de produtos que levassem açúcar na sua composição.

2 – Criação em Pernambuco – maior produtor nacional de cana no período – do Instituto de Defesa do Açúcar para que este atuasse no controle da produção e conseqüentemente dos preços;

3 – Decreto 19.717 de 1931: Estabelecia a mistura obrigatória de 5% de álcool à gasolina importado, e no caso da frota estatal ou a serviço da União esta mistura deveria ser de no mínimo 10%. Por outro lado, esta iniciativa isentava de todos os impostos e taxas de importação todos os materiais e equipamentos necessários a montagem de novas destilarias ou a adaptação de centrais açucareiras obsoletas.

4 – Decreto 20.401 de 1931: Estabelecia uma série de medidas em defesa da agroindústria e comercialização do açúcar, criando estoques reguladores de preços, subsídios as regiões produtoras, e regras específicas para exportação açucareira;

5 – Decreto 20.761 de 1931: Criava a Comissão de Defesa da produção de Açúcar, comissão esta que passou a intervir de forma mais direta e efetiva no controle da produção e preços, instituindo ainda apoio financeiro através do Banco do Brasil;

6 – Decreto 21.201 de 1932: Concedia incentivos fiscais e tributários para a implantação de destilarias de álcool e açúcar no Brasil. Pela primeira vez o Estado reconhecia que tendo a possibilidade de produzir álcool ou açúcar, esta medida permitiria controlar a oferta de açúcar no mercado mundial e controlar os preços em prol dos usineiros.

7 – Criações através do Decreto 22.789 de 1933 do Instituto do Álcool e Açúcar, órgão que até a década de 1990 passou a controlar a política canavieira no Brasil, um raro exemplo de um negócio que passa a contar com um instituto auspiciado pelo Estado para atuar em prol de um setor, indo de encontro com o que preconizava Keynes (1996, p.345) ao assegurar a,

[...] importância vital do estabelecimento de certos controles sobre [...] a iniciativa privada. O Estado deverá exercer uma influência orientadora [...] [através de] ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam o Estado cooperar com a iniciativa privada.

A criação do IAA, uma poderosa autarquia estatal reitora da produção sucroenergética no país é sem sombra de dúvidas a principal medida que evidencia a mão visível do Estado intervindo de forma direta e permanente no setor, fomentando e controlando a produção de álcool e açúcar no Brasil.

Nesse contexto, Andrade (1994, p.57-59) elucida que a criação do IAA logo após a Crise de 1929 “[...] procurava ajustar a produção ao consumo no mercado nacional, e impedir um crescimento que traria problemas por falta da capacidade de absorção da produção no mercado internacional”.

Para se ter uma ideia do alcance do IAA na economia canavieira, basta compreender que dentre as suas múltiplas atribuições estava a de controlar a produção de álcool e açúcar no território através do estabelecimento de cotas de produção canavieira que compreendia desde os estados produtores, até mesmo no nível de cada usina e destilaria, assim como dirigindo todas as estratégias de exportação com a finalidade de controlar os preços no âmbito interno e externo.

Assim, a decisão de construção de novas agroindústrias canavieiras em determinada porção espacial do território brasileiro deveria passar antes pela aprovação do IAA (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 177-181).

Do ponto de vista do planejamento territorial e da distribuição geográfica das agroindústrias canavieiras, e levando-se em conta os limites das cotas de produção fixados pelo IAA na década de 1930, a região Nordeste concentrava 62,8% da produção canavieira, enquanto o Centro Sul era responsável por apenas 37,2%, conforme aponta Szmrecsányi (1979, p.193).

Esta dinâmica geográfica será drasticamente alterada a partir da II Guerra Mundial, quando as múltiplas estratégias espaciais desenvolvidas pelo IAA no âmbito desta nova conjuntura internacional fazem com que a geografia da produção canavieira seja redefinida gradualmente a ponto de a região Sudeste superar a zona canavieira do Nordeste. (SOUZA, 2010, p. 56).

Nosso interlocutor aponta ainda que o IAA, frente a escassez das importações de petróleo começa a vislumbrar a possibilidade de ampliar o parque alcooleiro, bem como aumenta em 300% o percentual da mistura de álcool anidro à gasolina – passando de 5% para

20% -, uma medida especial adotada em período de guerra que se mantém até os dias de paz da contemporaneidade e da declarada autossuficiência petrolífera com a descoberta das reservas do Pré-Sal.

E é óbvio que no pacote da ampliação do parque alcooleiro com vistas a produção em escala considerável para atender a nova demanda criada o Estado atuou no sentido de desonerar tributos relativos a importação de maquinários, assim como facilitar financiamentos e subsídios para a sua aquisição e montagem, além da garantia de preço mínimo no âmbito da declaração por parte do Estado da indústria alcooleira como de “interesse nacional”. (SZMRECSÁNYI 1979, p.206).

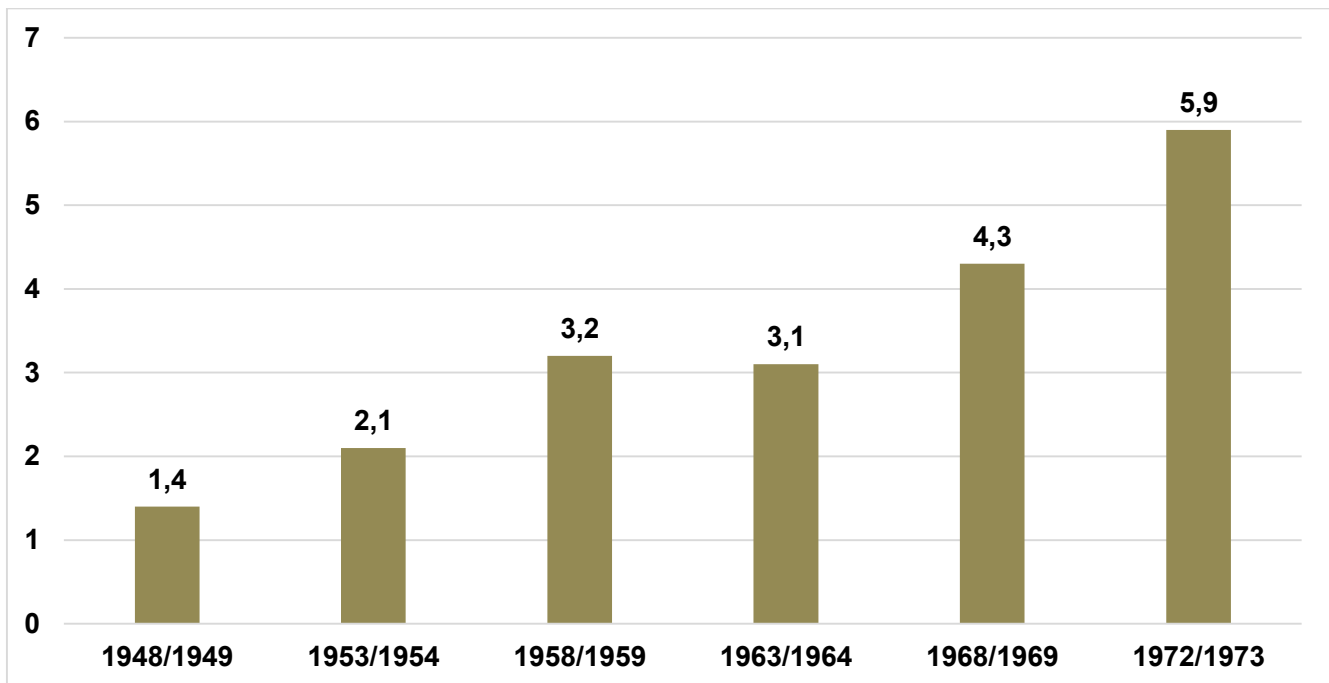
É nesse contexto que o álcool passa a ser produzido numa escala sem precedentes até então, uma vez que anteriormente a produção alcooleira tinha origem fundamentalmente na conversão do açúcar excedente neste subproduto com vistas a dar outra destinação à superprodução açucareira e desta forma controlar os preços, tanto no mercado interno, quanto externo.

*A posteriori*, o Brasil retoma de forma intensa a expansão canavieira (décadas de 1950 e 1960), quando aumenta a demanda do mercado interno, impulsionada pelo processo de urbanização e industrialização pelo qual passou o país neste período. (SOUZA, 2010, p. 67).

Paralelamente a este contexto nacional, no plano internacional, com a Revolução Cubana, mais especificamente após o decreto do bloqueio comercial, econômico e financeiro imposto a Cuba pelos EUA, o país caribenho é impedido de vender sua produção açucareira no mercado estadunidense, ficando o abastecimento deste mercado relegado a outros países, inclusive ao Brasil.

Essa conjuntura favorável à produção açucareira fez com que o país aumentasse vertiginosamente sua produção, passando de cerca de 1,4 milhões de toneladas de açúcar na safra de 1948-1949 para mais de 3,5 milhões na safra 1964-1965 (BRASIL, 2009, p.128-131), conforme pode ser constatado no Gráfico 08:

**Gráfico 08:** Evolução da produção açucareira em milhões de toneladas no Brasil entre 1948 e 1972



Fonte: MAPA, 2009.

Disso advém uma crise de superprodução, em que mais uma vez o Estado teve de intervir para salvaguardar os interesses dos agroindustriais do setor canavieiro, senão vejamos:

Na metade dos anos sessenta [...] o aparecimento de uma crise de superprodução [...] apresentou seus primeiros sintomas em meados de 1964, quando as exportações brasileiras foram atingidas por uma queda acentuada nos preços do mercado mundial. A retração no mercado externo coincidiu com o grande aumento da produção brasileira, propiciando a formação de volumosos excedentes que não podiam ser absorvidos pelo mercado interno, também em recessão. (YOSHINAGA, 2006, p.78-79).

Há de se considerar que em meio à retração do mercado externo do açúcar, desde os anos 1960 já vinha ocorrendo no plano interno uma modernização do setor produtivo da agroindústria canavieira, impulsionado sobretudo pelo Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional (1963/1964), no âmbito do que se convencionou denominar “modernização conservadora”.

Sobre este período histórico, Oliveira (2007, p.8) aponta que é nesse contexto que emergem os “[...] grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária [...]

[trazendo] na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, [redefinindo] toda a estrutura socioeconômica e política no campo.”.

Desta forma, a agroindústria surge como resultado deste processo de industrialização da agricultura, num contexto em que o capital acaba unindo o que havia separado nos seus primórdios (agricultura x indústria - cidade x campo), criando toda uma estrutura produtiva com o objetivo tácito de sujeitar a renda da terra e o trabalho ao capital. Ainda mais quando o capitalista se converte, além do detentor do capital e dos meios de produção, no proprietário fundiário, como atesta Oliveira (2007, p.32).

Diante destas profundas transformações ocorridas no âmbito da base técnica da produção agropecuária brasileira, Mendonça (2006, p.73) aponta ainda que este processo de “modernização” empreendido pelo Estado apoiava-se, entre outras diretrizes, na “[...] farta concessão de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar os produtos de exportação vinculados à programas energéticos”, como fora o Proálcool posteriormente.

Paralelamente a este processo, o Estado constituiu em 1961 o GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura-, cujo objetivo era o de controlar a produção cafeeira no país, erradicando os antieconômicos cafezais e substituindo-os por outras atividades agropecuárias mais rentáveis.

Nesse contexto, a cana-de-açúcar surge como uma alternativa econômica à agricultura de base empresarial, pois esta substituição foi favorecida pelos recursos públicos do estado brasileiro, que começou a atuar nesse sentido já na década de 1960 no estado de São Paulo e depois em todo o Centro-Sul:

A expansão da agroindústria canavieira no estado de São Paulo ocorreu conforme o planejamento político engendrado pelo Grupo Executivo de racionalização da Agricultura – GERCA – cujos estudos realizados desde 1961 apontava que as usinas de açúcar eram as atividades agroindustriais prioritárias para substituir a agricultura cafeeira [...] o Instituto Brasileiro do Café – IBC- firmou convenio com o IAA, visando a coordenação conjunta do programa de erradicação dos antieconômicos cafeeiros. (YOSHINAGA, 2006, p.78)

Corroborando esta constatação, ainda na década de 1950, Marighela (1958, s/p.) já apontava para esta situação ao sentenciar a superioridade da canavieira frente a exploração cafeeira, no que diz respeito à rentabilidade econômica:

Esta superioridade advém de que o usineiro não se limita como o fazendeiro de café ao emprego do capital na terra ou nas máquinas e meios que melhoram a terra. O usineiro de açúcar antes de mais nada emprega o seu capital nas máquinas que transformam a cana em açúcar. O usineiro é um industrial do campo, o que não acontece com o fazendeiro de café. Sem dúvida a condição de industrial, [...] não lhe tira a de latifundiário, mas sua razão de ser está no capital que emprega nas máquinas, na usina. Nesse sentido, a usina encarna com nitidez a união entre a agricultura e a indústria.

Nestas condições, em que a agroindústria é estimulada como modelo de produção para o agronegócio, os agroindustriais do setor sucroenergético contraíram uma dívida considerável para modernizar e implantar novas unidades produtivas pelo país, em vista de, nesse momento, o mercado internacional ainda se apresentar favorável pela supressão da cota açucareira de Cuba no mercado estadunidense, como aponta Yoshinaga (2006, p.78).

Ramos (2011, p.10) afirma que com o endurecimento do regime militar após 1968, a intervenção estatal no setor sucroenergético passa a ser caracterizada por uma ação claramente benéfica e direcionada aos interesses dos grandes agroindustriais, concorrendo para a concentração fundiária e fabril.

Nosso interlocutor aponta ainda que nesse período os financiamentos dos usineiros foram marcados por empréstimos ocorridos no âmbito do “Plano de Modernização da Agroindústria Canavieira”, plano este que se engendrou a partir de “[...] equivocadas expectativas de exportação de açúcar em grandes quantidades e no longo prazo pelo Brasil” (RAMOS, 2011, p.10).

Desta forma, a crise de superprodução dos anos 1960, que rebaixou os preços da *commoditie* no mercado externo, se converteu em um problema ante a capacidade produtiva superestimada instalada no Brasil; ademais, o endividamento do setor sucroenergético era, em grande medida, resultado da ampliação e modernização pela qual passara o setor canavieiro.

Nesse contexto, o Estado brasileiro engendra a estratégia do Proálcool, criado por meio do decreto nº 76.593 de 14 de novembro de 1975, visando resgatar o setor canavieiro de mais uma de suas crises e, ao mesmo tempo, diversificar a matriz energética brasileira no âmbito da crise do petróleo dos anos setenta.

O Proálcool foi uma grande vitória dos grupos ligados à produção canavieira e metalúrgica. O país tinha um excedente de produção de difícil colocação no mercado internacional, mas os proprietários tinham um poder de pressão sobre o governo federal e dos estados. O IAA acumulara capitais com a arrecadação do chamado “fundo de exportações” quando ocorreu a primeira elevação do petróleo. O Brasil, que dependia quase inteiramente do transporte rodoviário e produzia pouco petróleo, ficou em uma situação econômica difícil e planejou, então um programa que o liberasse, em parte, da importação do petróleo e dinamizasse a indústria canavieira e metalúrgica. Daí a implantação do Proálcool [...] e a concessão de empréstimos, praticamente a fundo perdido, aos industriais que se dispusessem a montar destilarias. (ANDRADE, 1994, p.60).

Diante destas constatações, onde o Estado brasileiro tem sido o grande impulsionador, e salvaguardado o setor sucroenergético diante de suas cíclicas crises, fica evidente o exposto por Prado Júnior (1981, p.53) ao sentenciar que a estrutura produtiva da agricultura capitalista sempre se encontra na “iminência de graves desastres”, devido ao fato de que esta se apoia na exploração da terra como um negócio suscetível às leis do mercado e da especulação.

Sem os altos subsídios estatais, o agronegócio, que contraditoriamente se sustenta nos fundamentos econômicos do liberalismo, não conseguiria apresentar num curto prazo a rentabilidade verificada, num contexto em que Santos (2004, p.161) aponta que:

O Estado apresenta-se como um aliado do circuito moderno da economia nos países subdesenvolvidos [...] levando invariavelmente ao agravamento da dependência externa [...] A generosidade oficial para com os monopólios e as corporações ocorre em detrimento da população [...].

Isso explica, entre outras coisas, o fato de as leis, as políticas territoriais do Estado, a utilização do seu aparelho repressivo e ideológico, enfim, a própria ação do Estado em todas as suas dimensões e níveis de representação (estadual, nacional e municipal), não se processar de forma neutra, ou sob a perspectiva do interesse comum.

Antes, atuam no sentido de beneficiar os interesses particulares de uma classe, da classe dominante, diga-se de passagem, que faz dos seus interesses a força propulsora que move a ação estatal.

Decorre deste histórico controle da classe dominante, a institucionalização da barbárie, do latifúndio, da exploração do trabalho em todas as frentes produtivas subjugadas ao capital, das benesses financeiras às estruturas produtivas marcadamente comprometidas com a reprodução ampliada deste capital, cujos promotores controlam o poder desta instância mediadora na qual se transformou o Estado.

A esse respeito, Carnoy (1985, p.73) elucida que,

Em primeiro lugar, os membros do sistema de Estado - as pessoas que estão nos mais altos postos dos ramos executivo, legislativo, judiciário e repressivo – tendem a pertencer à mesma classe ou classes que dominam a sociedade civil. [...] Através de seu controle dos meios de produção, a classe dominante é capaz de influenciar as medidas estatais de uma maneira que nenhum outro grupo, na sociedade capitalista, pode desenvolver, quer financeira quer politicamente [...].

Isto representa dizer que o Estado gere o território para que ocorra a reprodução ampliada do capital, criando e garantindo as condições necessárias para que este processo ocorra na sua plenitude, removendo com seus instrumentos os obstáculos que se interponham no caminho dos interesses do pacto social que o controla, mediando os conflitos de classe em favor dos que detêm o capital.

E a agroindústria canavieira é pródiga em oferecer exemplos. Basta observar que diante de todas as crises cíclicas que afetou o negócio canavieiro, foi com a ajuda do Estado que esta voltou a se tornar competitiva e economicamente rentável. (SOUZA, 2010, p. 67).

Não obstante, não é demais ratificar a fugacidade desta rentabilidade, que no caso específico da canavicultura mercantil, geralmente não ultrapassa duas décadas sem que haja uma grave crise, da qual o setor somente sai, com a mão visível do Estado, ao contrário do que preconizara Adam Smith e os defensores do liberalismo econômico, senão vejamos o que assevera Mézáros (2011, p.141):

Apesar das palavras tranquilizadoras de Adam Smith sobre o controle benevolente da ordem capitalista pela “mão invisível”, esta não conseguiu manter-se à altura das expectativas. Crises de gravidade crescente tornaram-se um aspecto inegável do

“sistema de perfeita liberdade [...]”, compelindo seus defensores a oferecer alguma espécie de explicação que também sugerisse um remédio [...].

Assim, para superar a crise do setor sucroenergético em meados da década de 1970, esgotadas as possibilidades de exportação em parâmetros rentáveis, restava empreender estratégias de criação/fortalecimento do mercado interno de etanol, o que beneficiaria também a indústria automobilística, como mostra Thomaz Júnior (2002, p.93) acerca do Proálcool:

O Proálcool se materializou organicamente em escala nacional quando se articulou ao setor automobilístico, apresentando-se então, o álcool como alternativa a gasolina. Assim, cimentaram-se os interesses do capital agroindustrial sucroalcooleiro, com os segmentos das indústrias multinacionais, montadoras de automóveis, como também das empresas produtoras de bens de produção para o setor [...] Fica patenteado, com todas as letras, que o eixo da expansão do Proálcool direcionou-se desde o início, para a salvação da lavoura dos empresários sucroalcooleiros, pois materializou-se sobre a implantação de novas destilarias anexas as usinas e na ampliação e reequipamento das já existentes, direcionados para a produção de álcool anidro.

Para se ter uma ideia desta intervenção estatal, que estimulou a expansão do setor sucroenergético de forma vertiginosa, Waack e Neves (1998, p.27) apontam algumas das facilidades oferecidas pelo Estado brasileiro, que atuou no sentido de criar uma demanda interna para absorver o potencial instalado, ademais de estimular esta expansão.

Primeiramente o governo brasileiro engendrou um pacote de medidas de financiamento das dívidas e de novos empreendimentos em condições especiais.

De acordo com os autores supracitados, o Estado se propunha a financiar as agroindústrias em até 90% do investimento a juros módicos para os padrões da época, podendo este percentual chegar a 100% quando se tratava de subsidiar a produção agrícola, a juros que correspondiam a metade das taxas usuais cobradas para obtenção de crédito rural.

Não obstante, o governo oferecia no âmbito do Proálcool prazos de até doze anos para a amortização das dívidas contraídas, devendo ser ressaltado que existia uma carência de até três anos, além dos juros cobrados serem de 10 a 12% ao ano, num contexto em que a inflação atingiu índices superiores a 200% ao ano, como assevera Ramos (2011, p.11), que

acrescenta ainda que os subsídios estatais para o referido programa alcançaram os U\$ 10,5 bilhões, sendo que parte deste montante fora desviado para outros fins.

Em 1987 o Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro – PROASAL – abocanhou sozinho quase 20% dos recursos do governo federal com as principais políticas agrícolas, valor muito superior por exemplo do que o destinado a aquisição de gêneros alimentícios para a formação dos estoques reguladores (6,9%), do PROAGRO (3,1%)[...]. (RAMOS, 2011, p.15).

Medidas estas que vão de encontro à opção preferencial pelo latifúndio e pela constituição da empresa rural, financiada por meio de vários recursos sobre a forma de subsídios estatais, num contexto em que com o Proálcool “[...] tornou-se maior a concentração da propriedade fundiária e de renda [...]. Para se alcançar a maximização dos lucros, empobreceu-se mais ainda o trabalhador e degradou-se mais acentuadamente o meio ambiente. (ANDRADE, 1994, p.43).

Paralelamente aos mecanismos facilitadores, o Estado institucionalizou uma demanda por etanol, assegurando a viabilidade econômica da sua produção, mediante a garantia da incorporação de 20 a 25%<sup>17</sup> de álcool anidro à gasolina.

A esse respeito convém apontar que Mészáros (2011, p. 110) chama a atenção para o papel totalizador do Estado moderno, que atuando como o comando político do capital tem como característica “[...] sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico [...]”, criando assim - mesmo que artificialmente - um ambiente favorável para um determinado consumo.

Esta característica do Estado vem ratificar o exposto por Harvey (2005, p.45-48) que aponta que “se não puderem ser encontradas necessidades para os bens, ou se não existir demanda efetiva, [...] então desaparecerão as condições para a acumulação capitalista. ”

E o Estado, ao criar esta demanda, possibilitou a expansão vertiginosa na área nacional cultivada com cana-de-açúcar.

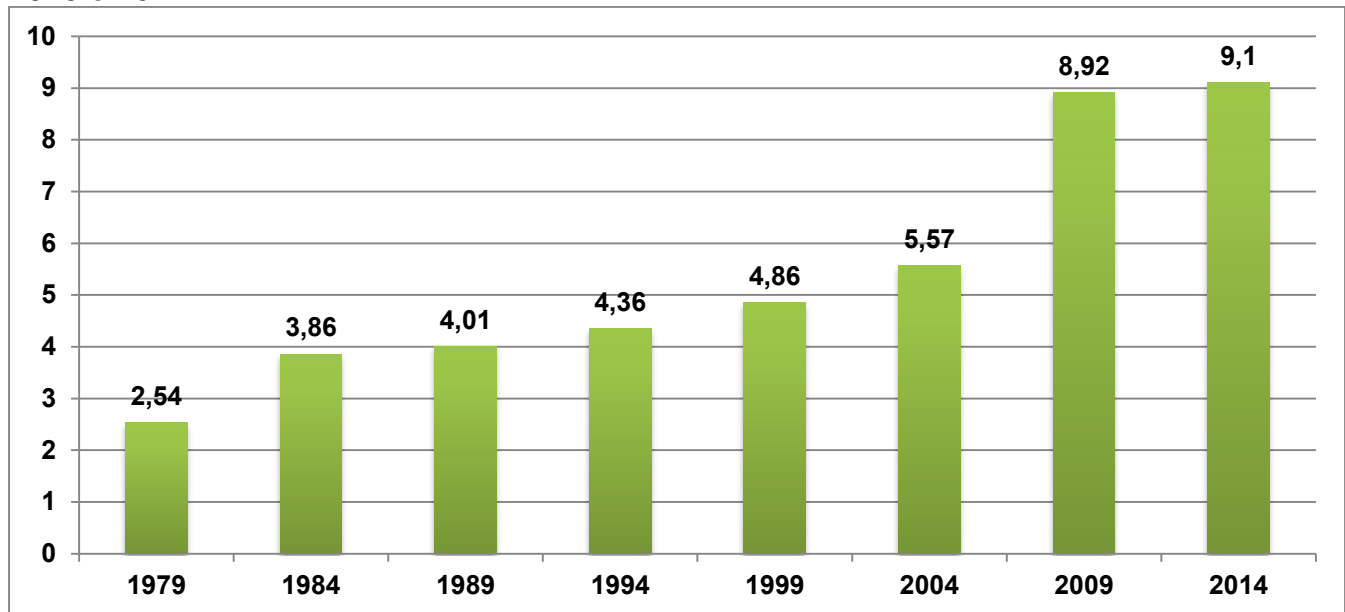
Para se ter uma ideia desta expansão, do ano de 1979, quando se inicia a produção em larga escala de automóveis movidos a etanol no Brasil, até a safra 2014/2015, houve um incremento de quase 260% na área cultivada com cana-de-açúcar, passando de 2,54 milhões

---

<sup>17</sup> Em 2015 o governo brasileiro autorizou o aumento da incorporação do etanol a gasolina de 25 para 27%.

de hectares em 1979 para mais de 9,1 milhões em 2014, conforme demonstra o gráfico a seguir.

**Gráfico 09:** Evolução da área cultivada com cana-de-açúcar em milhões de hectares entre 1979 e 2014.



Fonte: MAPA, 2014

Cabe salientar, contudo, que a dinâmica do agronegócio sucroenergético foi alterada significativamente após a desregulamentação estatal do setor, que se consolida de fato em meados da década de 1990 com a extinção do IAA no âmbito das reformas neoliberais implementadas pelo governo Collor, empenhado na “[...] diminuição da máquina pública e afastamento do Estado das atividades econômicas”. (BACCARIN, 2005, p.11).

Isto representa dizer que o setor canavieiro, que até então vinha sendo controlado diretamente pelo Estado, passa, a exemplo da economia nacional, por um processo de abertura ao capital externo e de reestruturação produtiva, marcado por termos ícones da *práxis* neoliberal, como *desestatização*, *desregulamentação* e *privatização* (IANNI, 2001, p.59).

Apesar de este novo cenário remeter ao entendimento de que a partir de então o Estado passaria a não atuar no sentido de salvaguardar os interesses do setor canavieiro, convém ressaltar que foi o próprio Estado que conduziu esse novo processo, não restando dúvidas de que não ocorreu uma diminuição do papel do Estado na economia como

erroneamente ou intencionalmente vem sendo defendido por muitos, uma vez que continua a ser aquilo que Mészáros (2011, p.110) caracteriza como o comando político do capital, sendo essencial o seu papel totalizador na atual etapa de acumulação capitalista.

A “autogestão”, como o setor sucroenergético define este processo de desregulamentação estatal, impôs sim uma maior autonomia para os agroindustriais, tanto na sua gestão empresarial quanto na territorial, seguindo planos e estratégias próprios, em que os critérios da produção e da orientação da expansão passam a ser norteadas segundo os interesses individuais dos agroindustriais, inexistindo uma autarquia estatal que o faça diretamente.

Antes de significar o fim do paternalismo estatal, este processo possibilita ao agroindustrial, mesmo se utilizando de dinheiro público para financiar a sua produção, fazer aquilo que ache necessário para aumentar sua rentabilidade sem que o Estado dite as regras, mas que intervenha caso a gestão empresarial individual provoque crises coletivas no setor.

Corroborando esta tese, Porto-Gonçalves (2008, p.17) assevera que, diferentemente do “[...] Proálcool brasileiro dos anos 70, [esse processo de desregulamentação pode ser sintetizado] [...] no deslocamento do planejamento estratégico antes feito pelo Estado para os novos gestores ligados aos grandes complexos empresariais, agora organizados em rede”.

Com relação a estas entidades de classe, moldadas segundo as necessidades do capital canavieiro, Thomaz Júnior (2007, p. 23) elucida que estas possuem um elevado grau de influência em todos os escalões de poder, revelando o elevado poder de pressão que exercem sobre o Estado em prol do agronegócio sucroenergético.

Ademais, engendram estratégias que primam pela racionalidade econômica capitalista, como empreender o controle dos preços dos seus principais produtos mediante ação coordenada do setor produtivo.

Desse modo, a gestão empresarial dos agroindustriais engloba também o pacto social forjado na formação do poder político em todos os seus níveis de representação, configurados na formação dos *lobbies* nas estruturas decisórias das políticas de Estado.

Fazendo uso do aparelho de Estado, esse setor tem se apropriado historicamente de uma série de políticas públicas, materializadas na produção de infraestrutura capaz de

potencializar esta expansão, assim como garantir os marcos jurídicos e institucionais para a realização dos seus objetivos enquanto classe.

A esse respeito, Thomaz Júnior (2002, p.96) aponta que,

[...] o Estado, ao sintetizar no seu interior as contradições capital-capital e capital-trabalho [...] oferece as condições necessárias para a rentabilidade do capital, assegurando orientação clara no sentido de subsumir toda a terra disponível, inclusive o latifúndio, conservando, pois, o poder político – econômico da burguesia agrária, agora no comando das atividades agrícolas e fabris sucroalcooleiras.

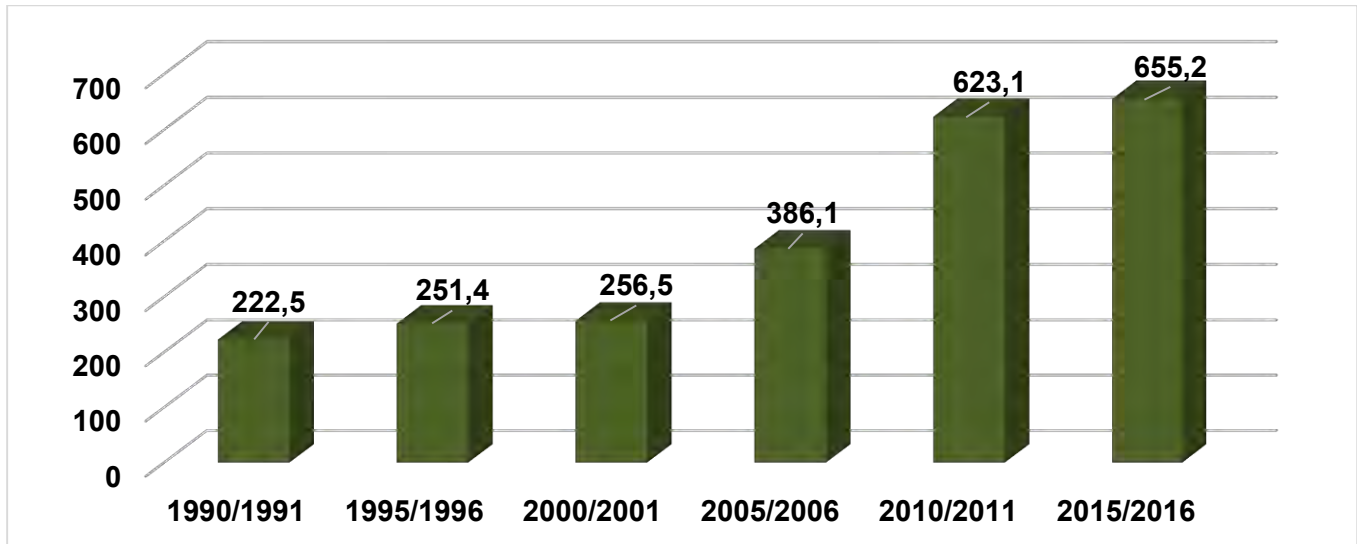
Isto nos leva a questionar as benesses de um modelo liberalizante, ao se constatar que contraditoriamente no período em que se extingue o IAA e se aumenta a autonomia individual do agroindustrial canavieiro, ao invés do setor se expandir, o que se observa é um período de estagnação, cuja superação só foi possível graças a continuidade das políticas públicas implementadas em prol do setor sucroenergético, as quais remetem à conclusão de que se fez necessária,

[...] uma Nova Regulamentação Sucroalcooleira. Deixaram de existir ou se mostraram pouco efetivas ações públicas que procuravam disciplinar a participação na produção sucroalcooleira das regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul ou que interferiam na concorrência entre empresas, bem como o Governo Federal se afastou das exportações de açúcar, fatos que trouxeram características liberais aos mercados sucroalcooleiros. Por outro lado, mantiveram-se órgãos públicos específicos e instituíram leis e normas que garantiram competitividade em relação à gasolina e estimularam a produção e o consumo do álcool carburante, proporcionando-se uma situação diferenciada em relação aos demais ramos da agropecuária brasileira e permitindo que, atualmente [...] possamos considerar que ainda continua existindo uma regulamentação sucroalcooleira, mesmo que modificada ou nova. (BACCARIN, 2005, p.211)

Nesse contexto, na primeira década do século XXI o Estado volta a estimular a produção de agrocombustível, agora visando, além do mercado automobilístico interno, a possibilidade de se aventurar no mercado externo, no que seria a consolidação de uma nova geopolítica energética internacional construída através da justificativa do esgotamento das reservas petrolíferas e do combustível ambientalmente sustentável<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Mondragón (2009, p. 125-130), elucida que a produção de agrocombustíveis se sustenta em um discurso meramente ideológico, com o objetivo de justificar o latifúndio produtivo, assegurando a renda territorial, assim como acesso aos créditos estatais de fomento. A fragilidade da viabilidade econômica dos agrocombustíveis

**Gráfico 10:** Evolução da produção canavieira entre as safras de 1990/1991 e a de 2015/2016 em milhões de toneladas.



Fonte: Conab, 2016

Não obstante a um aumento da ordem de 13.056% nas exportações de álcool combustível e do incremento de 1.274% das exportações de açúcar em um período de duas décadas (BRASIL, 2009, p.21-35), houve ainda um significativo aumento do consumo interno de etanol, motivado tanto pela mistura de 25% a gasolina<sup>19</sup>, quanto do incremento das vendas de automóveis bicombustíveis:

A produção e venda dos automóveis bicombustíveis foi o principal estímulo à retomada da produção de álcool hidratado e anidro, sendo que o Estado tem tido papel preponderante nesse processo. Os veículos *flexfuel*, capazes de rodar com álcool, gasolina ou com a mistura dos dois, estão mantendo os primeiros lugares no *ranking* dos mais vendidos, desde 2004. Segundo a ANFAVEA, em 2006, a produção e a venda de veículos bicombustíveis atingiram 2 milhões de unidades. A tecnologia *flex fuel* estava embutida em 77% dos carros vendidos naquele ano. (THOMÁZ JÚNIOR, 2008, p. 02).

---

residiria nas oscilações cíclicas do preço do petróleo, e devido aos elevados custos de produção, sua produção somente poderia ser viabilizada mediante um maciço subsídio estatal.

<sup>19</sup> Pela lei 13.033/2014, o governo brasileiro pode regulamentar uma mistura de etanol na gasolina entre 18% e 27,5%. A última Resolução Interministerial que regulamenta essa mistura, vigente a partir de março de 2015, estabelece percentual obrigatório de adição de etanol anidro combustível de 25% para 27% à gasolina comum.

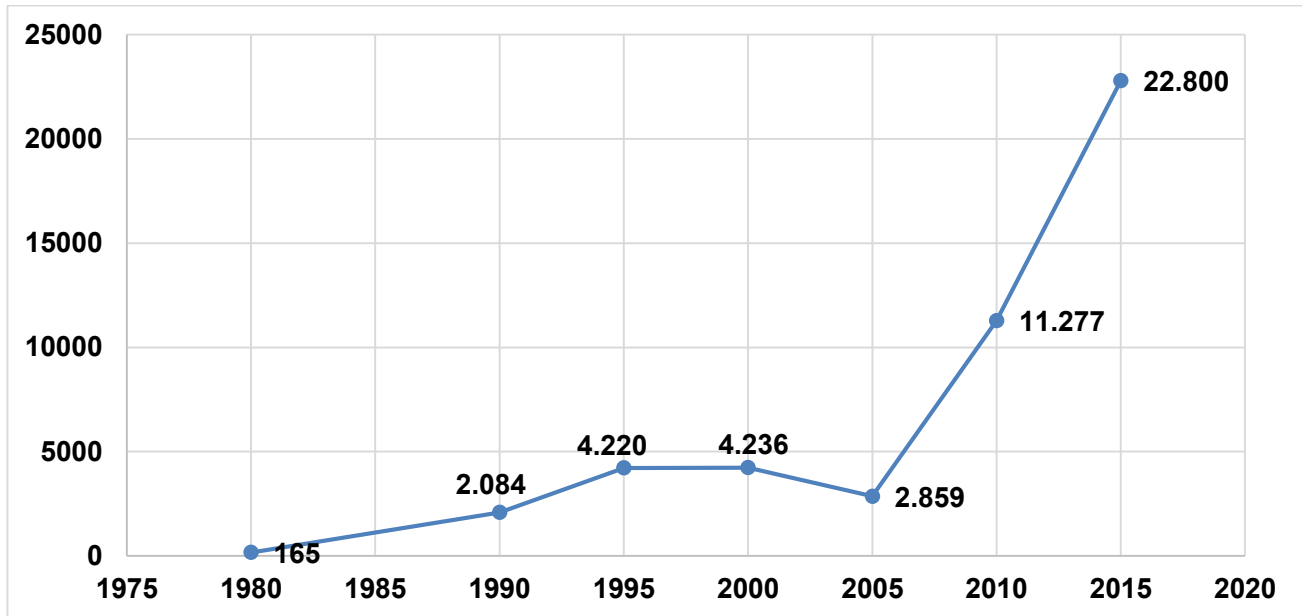
Para se ter uma ideia do que tem representado o consumo interno de etanol, a UNICA (2010, s/p.) aponta que em 2003 esse agrocombustível respondia por 50% do consumo nacional de combustíveis automotivos, sendo que houve um incremento considerável na participação nacional da venda de veículos *flex fuel*, passando de 3,7% no ano de 2003 para mais de 90% do total dos veículos vendidos em 2015 no Brasil. (ANFAVEA, 2015, s/p.).

Isto vem atestar o exposto por Porto - Gonçalves (2008, p. 333-339), que assevera que “no Brasil, o Proálcool selou uma aliança estratégica entre os usineiros de açúcar, os gestores estatais, centros de pesquisa e a indústria automobilística”, num contexto em que para a materialização dessa aliança o Estado atuou no sentido de constituir,

[...] um complexo sistema de pesquisa em torno dos agrocombustíveis que envolve várias instituições, a saber: a Embrapa com seus quatro programas (o de Biodiesel, o de Florestas Energéticas, o de Etanol e o de Resíduos); a ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luis de Queirós - localizada em Piracicaba – SP; o PENSA – Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial – «uma organização do tipo *network* que integra os Departamentos de Economia e Administração da FEA-USP»; além do ICONE - Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais - todos comprometidos num grande projeto estratégico de tornar esse setor um importante protagonista global”

O gráfico 11 demonstra de maneira contundente a concretização deste objetivo, ou seja, a aliança estratégica entre usineiros e a indústria automobilística.

**Gráfico 11:** Evolução Estimada da Frota Circulante de Veículos a Álcool e Flex entre 1980 e 2015<sup>20</sup> em milhares de unidades.



Fonte: Anfavea, 2015.

Mais uma vez fica evidente como atua a mão visível do Estado que agiu no sentido de engendrar uma conjuntura favorável e que por sua vez possibilitou o setor se recuperar de mais uma de suas crises, num contexto em que o próprio chefe de Estado brasileiro - o então presidente Lula - assumiu a tarefa de ser o maior promotor do etanol brasileiro no exterior, classificando como “heróis nacionais” os usineiros que possibilitariam “[...] uma nova revolução na matriz energética do planeta [...]”, sendo ainda “[...] fonte de energia barata, renovável e limpa. (BRASIL, 2007, s/p.).

E, conforme será demonstrado posteriormente, o estímulo estatal não irá ficar apenas no plano dos discursos presidenciais, corroborando o exposto em Mészáros (2011, p.113-124) que elucida que:

É por isso que o relacionamento entre o Estado e as empresas economicamente relevantes [...] é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel de facilitador da expansão [...] do capital no exterior. [...] O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o pré-requisito necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um sistema viável, e o quadro geral para a

<sup>20</sup> Há que se considerar ainda aproximadamente 3 milhões de motocicletas flexfuel no Brasil. (UNICA, 2015, s/p.).

completa articulação e manutenção deste último como sistema global [...] Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto.

Mendonça, Pitta e Xavier (2012, p, 05) apontam que durante o governo Lula o Estado brasileiro destinou diretamente 28,2 bilhões de reais para o setor sucroenergético, sendo esse montante superior a quaisquer investimentos estatais em prol de outro setor econômico no Brasil.

Não obstante, a ação do Estado também continuou a incluir a constante rolagem das bilionárias dívidas do setor, além da segurança de mercado e créditos a juros subsidiados para a modernização das unidades agroindustriais, num contexto em que os autores supracitados apontam os prognósticos de investimentos estatais de mais de 40 bilhões de reais nos próximos anos para garantir a sustentabilidade do setor, dos quais “[...] R\$24,5 bilhões seriam para aquisição de terras, e R\$19,2 bilhões, para a formação de lavouras e infraestrutura operacional”. (MENDONÇA, et. al., 2012, p. 06).

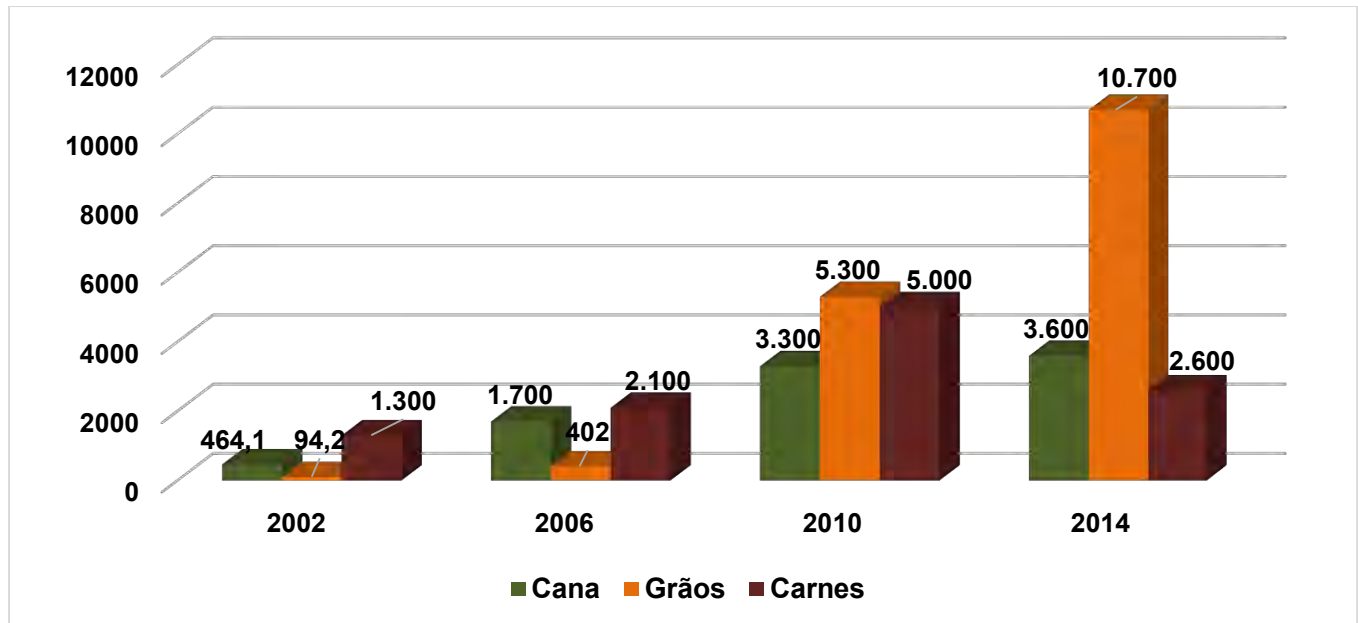
Considerados "heróis mundiais" pelo ex-presidente Lula, os usineiros obtiveram, nos últimos oito anos, R\$ 28,2 bilhões em empréstimos do BNDES. Só em 2010, por exemplo, foram R\$ 7,4 bilhões [...] O valor foi superior ao repassado a outros setores da economia no ano, como as indústrias de papel, celulose e extrativista juntas (R\$ 3,1 bilhões), mecânica (R\$ 5,3 bilhões), metalurgia (R\$ 4,9 bilhões) e têxtil e vestuário (R\$ 2,1 bilhões). [...]. Comparado aos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o desembolso foi 1.156,4% maior. (BORLINA FILHO, 2011, s/p.).

Para se ter uma ideia de como ocorre a intervenção do Estado na contemporaneidade, basta constatar que o volume dos recursos públicos desembolsados via BNDES<sup>21</sup> para o setor canavieiro vem aumentando consideravelmente após o ano de 2003, estando sempre entre os três setores do agronegócio que mais recebem subsídios financeiros deste banco estatal, ficando em 2014 apenas atrás do setor de grãos (Gráfico 12).

---

<sup>21</sup> Os desembolsos analisados têm como base os Informes Setoriais “BNDES e Agricultura”, que reporta os aportes creditícios do BNDES àquilo que o banco denomina “agroindústria de alimentos”.

**Gráfico 12:** Desembolso do BNDES para as três cadeias produtivas que mais captaram recursos em milhões de reais entre 1999 e 2013.

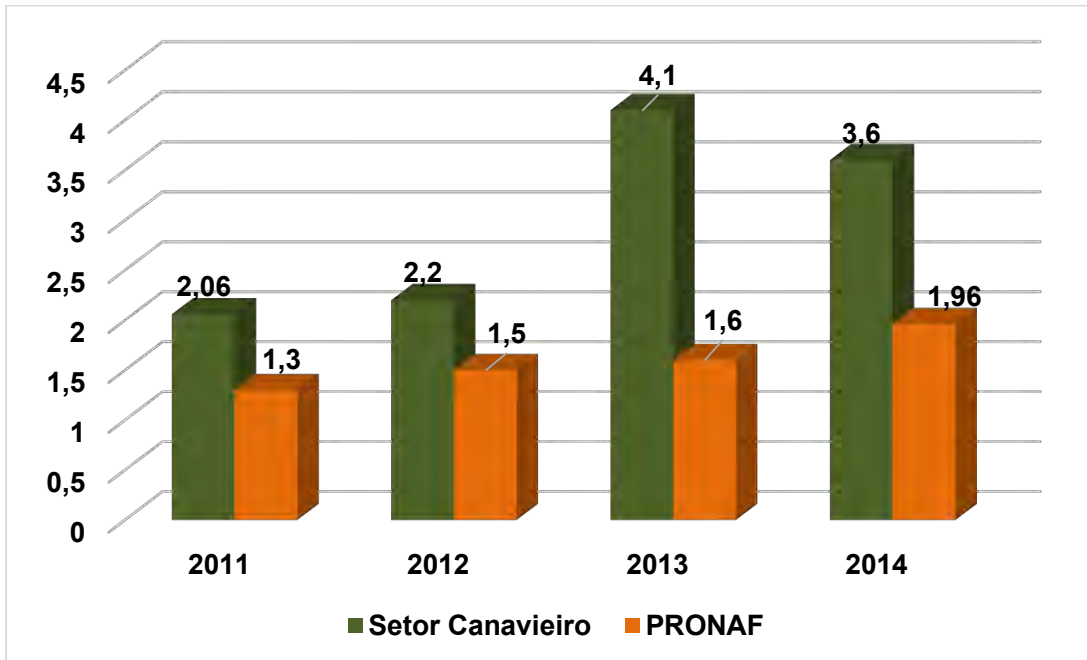


Fonte: BNDES, 2015

Se for considerado que estes dois últimos setores englobam sempre mais de uma atividade - o de carnes abarca a cadeia produtiva das aves, a de suínos e a dos bovinos e o de grãos compreende o cultivo e o processamento da soja e do milho majoritariamente-, fica evidente a posição privilegiada do setor canavieiro perante o aparelho de Estado brasileiro.

A opção preferencial do Estado pelos setores mais rentáveis da agricultura capitalista não é nenhuma novidade no Brasil, mas resulta um exercício interessante comparar os valores remetidos pelo BNDES para a agricultura comercial com os desembolsos aos subprogramas do PRONAF, em uma linha de crédito voltada para aquilo que o principal banco de desenvolvimento nacional qualifica de “agroindústria de alimentos:

**Gráfico 13:** Comparação dos desembolsos do BNDES para o PRONAF e para o setor canavieiro<sup>22</sup> em bilhões de reais entre 2011 e 2014.



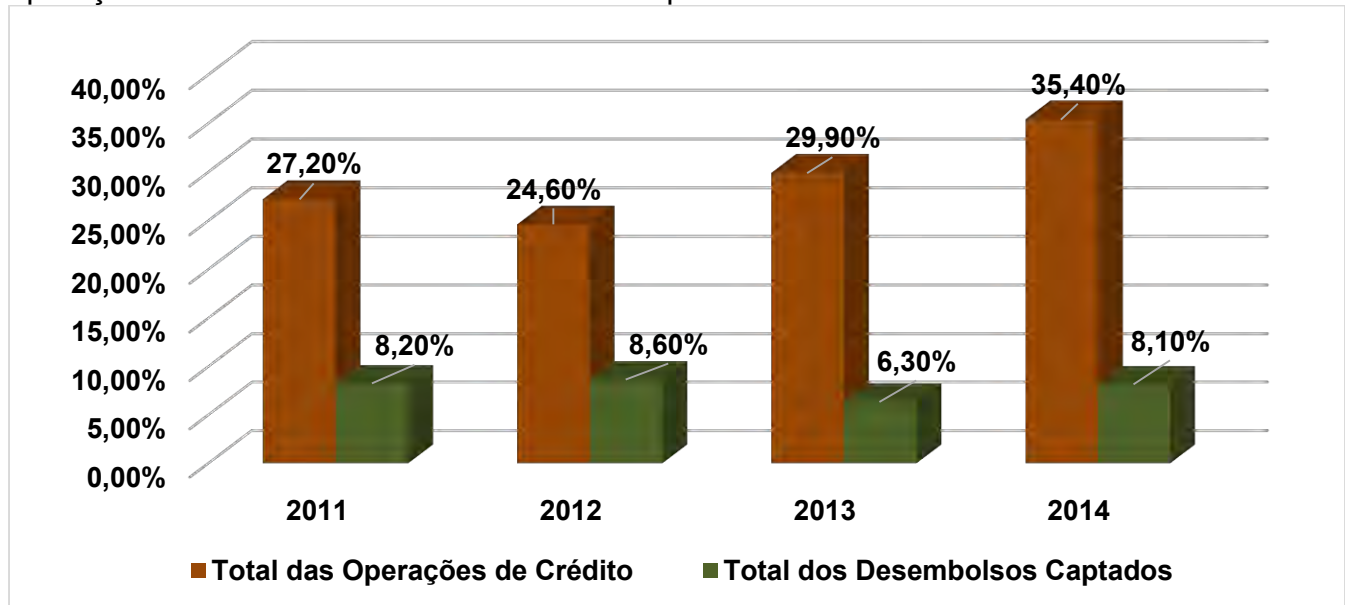
Fonte: BNDES, 2015

Em 2011, os valores financiados pelo BNDES para o setor canavieiro no âmbito da promoção daquilo que considera “agroindústria de alimentos”, alcançaram 2,05 bilhões de reais, contrastando com 1,3 bilhões destinados a 30.327 operações de financiamentos do PRONAF, programa este que embora fora responsável por quase 30% de todas as operações realizadas pelo BNDES no setor agrícola, recebeu apenas 8,2% do total de créditos disponibilizados (BNDES, 2012, p.02).

Esta discrepância na proporção entre o volume das operações de crédito vinculada ao PRONAF e a participação no total dos desembolsos do BNDES tem sido uma constante durante os últimos anos, conforme pode ser verificada no Gráfico 14.

<sup>22</sup> Estes desembolsos do BNDES excluem os valores remetidos via PRORENOVA – Programa de Renovação de Canaviais, e BNDES PASS - Programa BNDES de Apoio ao Setor Sucoalcooleiro.

**Gráfico 14:** Comparação da participação dos subprogramas do PRONAF no total das operações de crédito e no total de recursos captados do BNDES



Fonte: BNDES, 2015

Esta mesma tendência se observa em 2012, quando o setor canavieiro captou mais de 2,2 bilhões de reais em recursos públicos do BNDES contra R\$ 1,5 bilhões do PRONAF, sendo repetida em 2013, quando o setor recebeu 4,1 bilhões de reais e o PRONAF apenas R\$ 1,6 bilhões distribuídos em mais de 60 mil operações de financiamentos. (BNDES, 2014, p.02).

Não obstante, em 2014, mesmo ocorrendo uma diminuição dos aportes do BNDES para a agroindústria canavieira<sup>23</sup> com relação ao ano de 2013, o montante destinado ao setor sucroenergético foi 83,6% maior do que o crédito do BNDES destinado ao PRONAF, mesmo este último programa respondendo por 35,4% das operações totais realizadas pelo BNDES. (BNDES, 2015, p. 03).

Essa discrepância nos desembolsos do BNDES ajuda a compreender como o Estado e suas políticas têm priorizado os setores produtivos da agricultura capitalista em detrimento de um setor – a agricultura familiar – que é responsável por 70% da produção de alimentos do país (BRASIL, 2012, s/p.) e gera 77% da mão de obra empregada no espaço agrário brasileiro. (FAO, 2014, p. 83).

<sup>23</sup> Na verdade, houve uma diminuição dos desembolsos do BNDES para toda a agroindústria.

Nessa mesma vertente, dados do Banco Central do Brasil apontam que os valores dos financiamentos concedidos a produtores e cooperativas entre os anos de 2002 e 2012 para a lavoura canavieira apresentaram um dos maiores crescimentos percentuais entre todas as culturas agrícolas, senão vejamos:

**Tabela 02:** Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas agropecuárias em milhões de reais entre 2002 e 2012.

| <b>Cultura</b>        | <b>2002</b> | <b>2012</b> | <b>Variação em %</b> |
|-----------------------|-------------|-------------|----------------------|
| <b>Arroz</b>          | 536,3       | 1.508       | +181,1%              |
| <b>Feijão</b>         | 146,2       | 312,6       | +113,8%              |
| <b>Batata</b>         | 160         | 297,1       | +85,6%               |
| <b>Mandioca</b>       | 56,2        | 116,4       | +107,2%              |
| <b>Milho</b>          | 10.830      | 6.780       | -37,3%               |
| <b>Soja</b>           | 2.942       | 12.325      | +318,9%              |
| <b>Cana-de-açúcar</b> | 260,1       | 3.750       | +1.341,7%            |

Fonte: Banco Central do Brasil, 2015.

Embora os dados da tabela 02 englobem instituições de crédito públicas e privadas<sup>24</sup>, pode se constatar que a expansão do setor sucroenergético veio acompanhada de um forte aporte creditício, num contexto que enquanto o volume total de crédito disponibilizado para a agricultura no Brasil cresceu um pouco mais de 450%<sup>25</sup> entre 2002 e 2012, na canavicultura mercantil esse crescimento foi superior a 1340%, ritmo bastante superior ao do arroz, feijão, batata, mandioca e até mesmo ao das *commodities*, como a soja e o milho por exemplo.

Esse aumento nos financiamentos para o setor sucroenergético revelam uma tendência de endividamento dos agroindustriais num nível superior ao das demais atividades agrícolas, tendência esta observada por Mendonça, Pitta e Xavier (2012, p, 21) que apontam que para manter a expansão de modo a suprir as demandas prognosticadas no início da década passada, os agroindustriais canavieiros investiram com apoio estatal na aquisição de

<sup>24</sup>Em 2012, 78,9% dos contratos e 57,6% do valor total dos financiamentos agropecuários foram oriundos de bancos públicos federais e estaduais (BRASIL, 2015, p.497).

<sup>25</sup> Dados do Banco Central do Brasil apontam que em 2002 o volume total de crédito para o setor agrícola brasileiro foi de 17,1 bilhões de reais em 2002, passando para 77.5 bilhões em 2012.

terras e insumos, na mecanização e no melhoramento do seu parque tecnológico, num contexto em que:

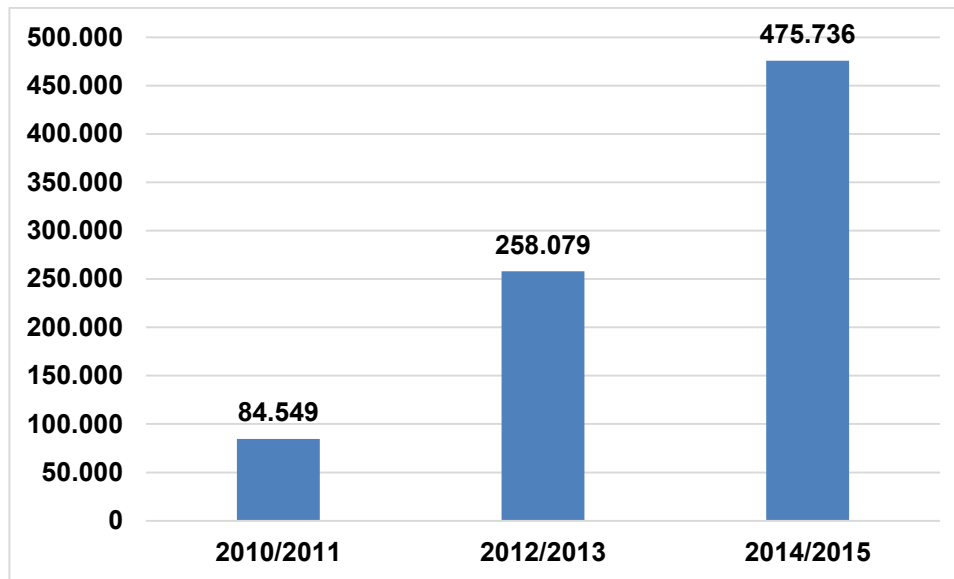
A crise financeira mundial trouxe mudanças significativas para a agroindústria canavieira em relação ao padrão de expansão que se delineou nos anos anteriores. Diversas usinas tomaram empréstimos baratos em dólar, aproveitando a valorização do real, para especular com derivativos cambiais. Com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram. [...]. As empresas deixaram de investir, por exemplo, na renovação de canaviais, tratos culturais e adubação para manter a elevação dos níveis de produtividade.

Não obstante, o setor alcooleiro tem apresentado oscilações na oferta interna desse agrocombustível, que outrora pretendia abastecer os mercados mundiais, num cenário em que o açúcar sofreu a maior valorização no mercado mundial de *commodities* das últimas três décadas, o que contribuiu para uma queda expressiva na produção alcooleira, passando de 27,5 bilhões de litros em 2008 para 22,6 no ano de 2012, voltando a se recuperar somente na safra 2013/2014, quando a produção retornou aos 27,5 bilhões de litros. (UNICA, 2014, s/p.).

Apesar da crise financeira que assolou a economia mundial em outubro de 2008, os preços internacionais do açúcar atingiram, menos de um ano depois, seu mais alto nível registrado nos últimos 28 anos. [...]. Com excesso de demanda e restrição de oferta, o mercado internacional do açúcar exhibe preços extremamente atrativos: dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – CEPEA (2009) mostram que, entre abril e novembro de 2009, o açúcar remunerou em média 62% mais que o etanol anidro e 77% mais que o etanol hidratado. Logo, as usinas que contam com a possibilidade de arbitrar entre a produção de açúcar e etanol tendem a priorizar a produção do primeiro em detrimento à do segundo [...]. (VALENTE e SATOLO, 2010, p.01-03).

Não é demais ressaltar que desde 2008, de acordo com Milanez et. al (2011, p.285-288) o Brasil vem apresentando um déficit na oferta de etanol para abastecimento do mercado interno, o que por sua vez demandaria investimentos de aproximadamente 55 bilhões de reais para superar este déficit.

Por outro lado, houve um incremento das importações brasileiras de etanol dos EUA e do Paraguai nos últimos anos, o que contradiz as projeções iniciais de abastecimento interno e exportação em larga escala no âmbito da denominada nova geopolítica energética internacional, em que os agrocombustíveis teriam um papel protagônico. (Gráfico 15).

**Gráfico 15:** Evolução das importações de etanol

Fonte: SECEX, 2016

Essas ações, vinculadas à gestão empresarial dos agroindustriais frente às flutuações conjunturais no mercado internacional de *commodities* apontam para o elevado custo social assumido pelo Estado ao subvencionar todas as etapas da produção do setor canavieiro.

Isso ocorre em primeiro lugar devido ao fato de que o agroindustrial canavieiro tem a possibilidade, diante da leitura de mercado, de produzir aquilo que lhe é mais vantajoso momentaneamente, fazendo deste fator um elemento diferenciado utilizado inclusive como instrumento para pressionar o Estado a fomentar os projetos do setor e ao mesmo tempo demandar que o conjunto da sociedade arque com os custos das opções dos agroindustriais canavieiros.

Não é à toa que as entidades representantes do setor estão sempre apontando para a necessidade de se ampliar constantemente os já vultuosos desembolsos estatais para o setor canavieiro.

Thomaz Júnior (2002, p. 99) elucida que a utilização do discurso da “crise” para obter dividendos estatais não têm sido uma novidade no setor sucroenergético. Alegações constantes de crise, conforme tem apontado o autor, tem se mostrado uma estratégia bastante

usual dos agroindustriais canavieiros, que ao ameaçarem fechar suas unidades produtivas diante de dificuldades inerentes ao formato e estrutura da produção do setor, tem obtido valiosos proveitos, principalmente aliando a “crise” ao argumento da omissão do Estado para com o agronegócio sucroenergético.

Foi a partir desta estratégia, conforme aponta Thomaz Júnior (2002, p. 102-105), que os agroindustriais canavieiros obtiveram ao longo da história o perdão de suas dívidas e a constância nos programas e ações governamentais destinados a alavancar o setor, que sempre se encontra envolto em “crises”, das quais o Estado historicamente têm lançado programas que objetivem custear a sua recuperação.

É desta forma que surge o Proálcool, que aliado as justificativas já apresentadas anteriormente nesse trabalho, emergia como resposta do Estado aos agroindustriais canavieiros diante da “crise” alegada pelo setor diante da suposta inviabilidade em exportar açúcar no início da década de 1970.

No entanto, nem mesmo a drenagem dos vultuosos recursos públicos captados para o financiamento do setor, além dos múltiplos subsídios em todas as etapas do processo produtivo, evitaram que “crises” se instalassem e inviabilizassem a produção canavieira, de tal modo que mais uma vez elas justificariam um nível de inadimplência de quase 60% do valor aportado na forma de empréstimos pelo Estado entre os anos de 1975 e 1985, sem contar as várias anistias em prol dos agroindustriais. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 103).

Não obstante, o setor que recebera bilhões de dólares do Estado com o Proálcool e que deixara de pagar a maior parte das dívidas contraídas, apresentava-se na década de 1990 sob uma nova “crise”, pressionando o Estado, - do qual buscou- se desvincular em nome de uma maior liberalização da produção -, do “Plano de Socorro aos Usineiros Endividados”, cuja emergência de aprovação se deu mediante a pressão exercida pelos usineiros, de que um iminente colapso do setor provocaria impactos na economia e resultaria em aproximadamente 1,3 milhões de desempregados, conforme elucida Thomaz Júnior (2002, p. 104-105).

Essa estratégia dos agroindustriais surtiu o efeito esperado pelo setor<sup>26</sup>, uma vez que além de novas liberações de crédito e políticas vantajosas destinadas ao setor, o Tesouro Nacional acabou por assumir a bilionária dívida das usinas, estimada em 2,5 bilhões de dólares em 1991.

Assim, fica evidente que o setor sucroenergético de “crise em crise” tem alicerçado as bases para uma nova e fugaz etapa de acumulação, etapa esta que tem historicamente desembocado em uma nova “crise”, da qual o setor somente sairá com a ajuda do “[...] Estado faturador, o que significa pôr-se diante de novo derrame de dinheiro público (fácil e barato) ”. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 107).

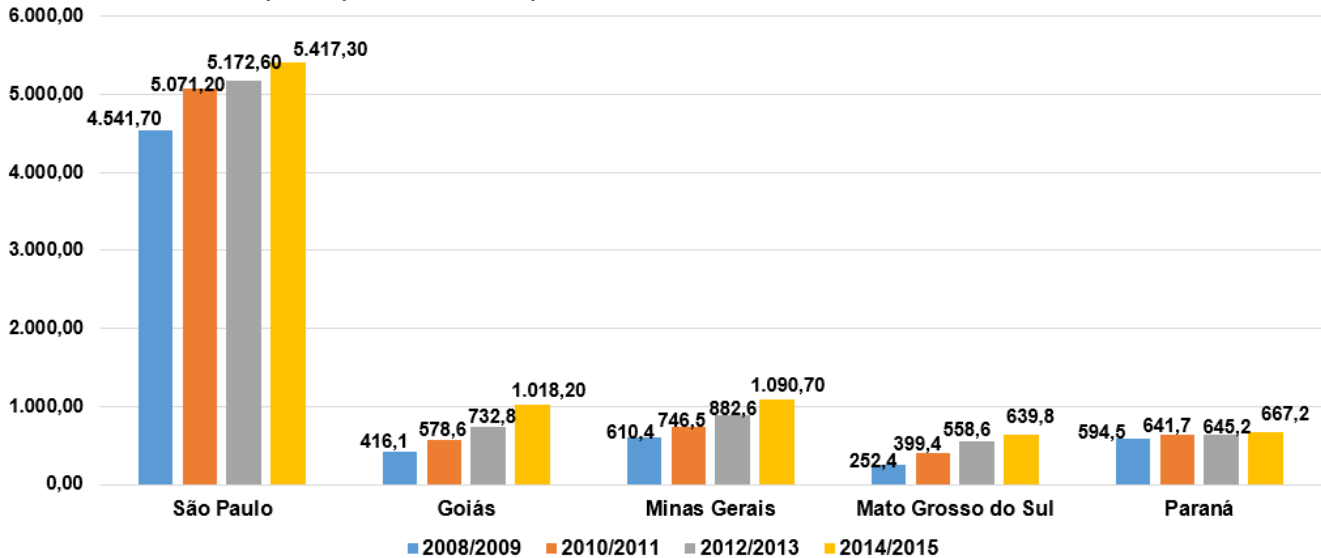
É nessa perspectiva, onde Pitta e Mendonça (2010, p. 30) atestam que o “[...] verdadeiro produto deste setor não é a cana, o açúcar ou o etanol, mas uma enorme dívida financeira, social e ambiental”, que o momento atual deve ser compreendido, num contexto em que as entidades de classe sucroenergéticas têm apontado que o setor, que recebera bilhões em aporte estatal após o ano de 2003, acumulou já no final da safra 2015-2016 uma dívida de cerca de 93 bilhões de reais, sendo que contabilizam 60 unidades que encerraram suas atividades e dezenas se encontram em processo de recuperação judicial, alegando desta forma estarem em uma das maiores crises da história do setor. (UNICA, 2016, s/p.).

E isto não representa dizer que a atividade canavieira não possa ser lucrativa ou rentável, ou que os agroindustriais do setor encontram-se desprovidos de qualquer política de subsídios estatais, se for considerado que mesmo durante o atual período de crise, tem se constatado, mesmo que num ritmo menos acelerado, a expansão da área cultivada em todos os principais estados produtores ao invés da retração, além da persistência dos investimentos estrangeiros na agroindústria canavieira nacional e um crescente processo de oligopolização do setor, conforme será abordado mais adiante. (Gráfico 16).

---

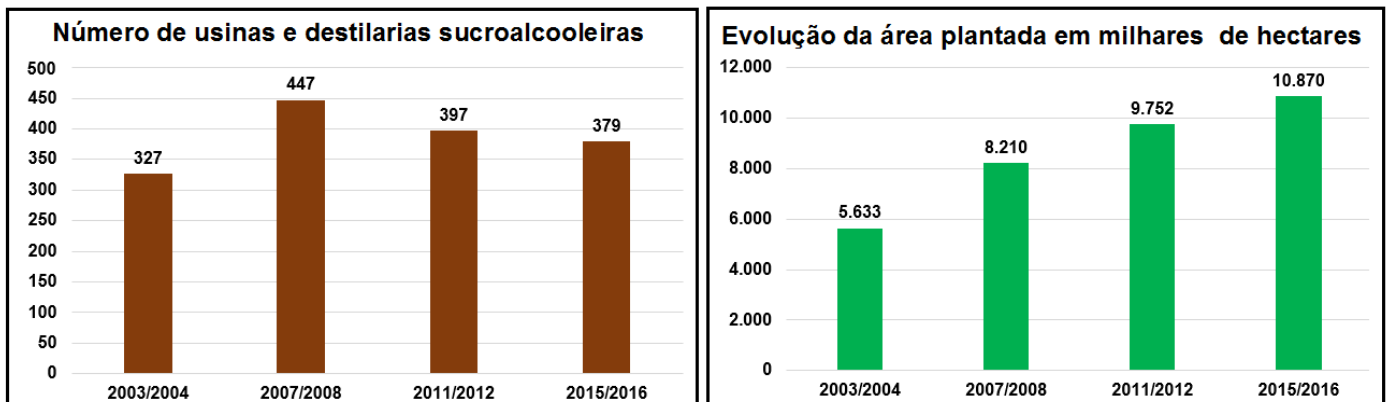
<sup>26</sup> Para enfrentar a “crise” vivenciada pelo setor no período 1990-2002, além da renegociação da dívida, os agroindustriais canavieiros foram beneficiados pela atuação do Estado com uma política de tributação diferenciada, crédito barato, a garantia legal da demanda de 20 à 25% no mix etanol/gasolina e a criação da CIDE.

**Gráfico 16:** Evolução da área ocupada pela cana-de-açúcar entre as safras 2008/2009 a 2014/2015 nos 05 principais estados produtores em milhares de hectares



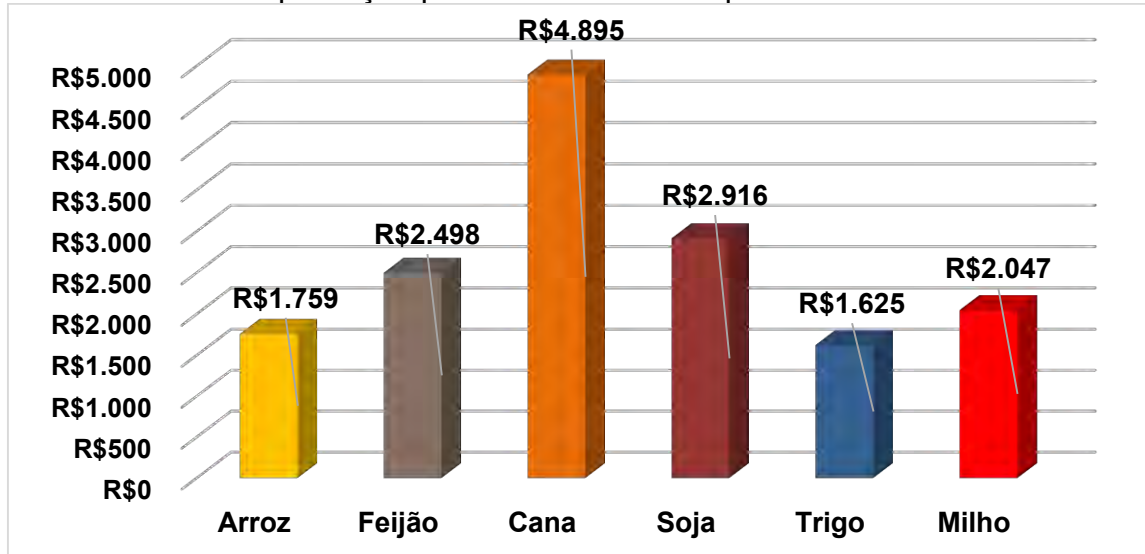
**Fonte:** Unica, 2016

Mesmo em um período de “crise” os grupos mais capitalizados, ao invés de estagnarem estrategicamente sua produção, ou mobilizar seus capitais rumo a outras atividades econômicas têm persistido no negócio canavieiro, adquirindo usinas e destilarias que enfrentam dificuldades financeiras, concentrando ainda mais a produção sucroenergética e atestando a existência de fundamentos que garantam a rentabilidade no setor. (Figura 01).

**Figura 01:** Comparativo entre a diminuição no número de usinas e a expansão canavieira

Fonte: MAPA, 2016.

Por outro lado, dados do IBGE apontam que na safra 2015/2016 a cana-de-açúcar apresentou um dos mais expressivos faturamentos brutos por hectare<sup>27</sup> dentre todas as culturas agrícolas, superior inclusive a de vários setores da agricultura tipicamente capitalista, como a soja, o trigo e o milho, senão vejamos:

**Gráfico 17:** Valor da produção por hectare no Brasil por cultura selecionada em 2015

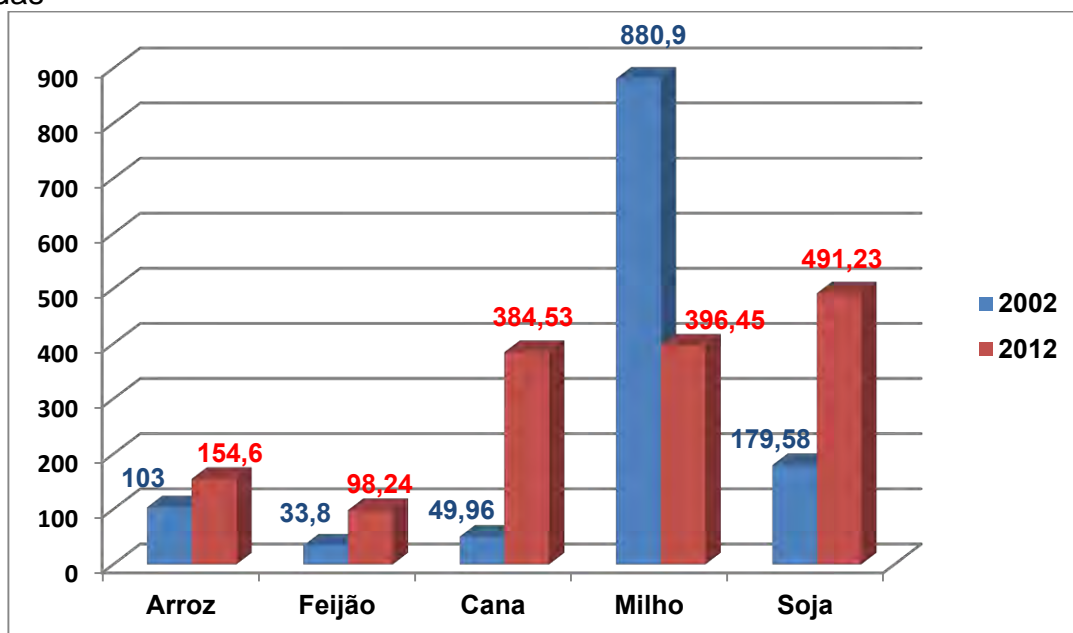
Fonte: MAPA, 2016.

<sup>27</sup> Por possuir um dos maiores valores de produção por hectare da agricultura brasileira, causa estranheza os argumentos de crise, por mais elevados que possam ser os custos de produção.

Sendo uma das culturas que mais remuneram por hectare cultivado, a materialização de uma crise das proporções alegadas pelas entidades de classe somente poderia ser explicada perante a inviabilidade econômica da produção, em uma situação hipotética de custos de produção e processamento agroindustrial superiores ao valor da produção, o que por sua vez deslegitimaria os enormes recursos públicos destinados ao setor.

Nesse contexto em que os agroindustriais advogam por mais subsídios estatais, - após o setor ser beneficiado de maneira expressiva após o ano de 2003 -, e mesmo assim alegarem estar envolvidos numa grave crise, a inviabilidade econômica do agronegócio sucroenergético estaria sendo propalada justamente por seus próprios promotores.

**Gráfico 18:** Evolução no valor dos financiamentos em reais por hectare em culturas selecionadas



Fonte: Banco Central do Brasil, 2014

Mas se o setor sucroenergético fosse inviável economicamente, ou ainda, se uma crise das proporções alegadas estivesse de fato comprometendo a capacidade de auferimento de rendimentos em patamares atrativos, o que explicaria a persistência do processo expansivo da territorialização dos monopólios do setor, onde além da área cultivada estar se expandido geograficamente, grandes corporações internacionais continuaram aumentando

consideravelmente a sua participação no setor (OLIVEIRA, 2014, p.2.087), num contexto em que a Adecoagro do megainvestidor estadunidense George Soros, a Shell, Bunge, Cargill, Tereos, a Louis Dreyfus Commodities, seguiram ampliando as aquisições de unidades em todo o país?

Não obstante, custos de produção e processamento superiores ao faturamento bruto, desqualificariam a tese das vantagens comparativas do Brasil, que é apresentado pelas entidades de classe representativas do setor, assim como seus promotores, como sendo o país com os menores custos de produção no setor sucroenergético a nível global (GONÇALVES, 2005, p. 71).

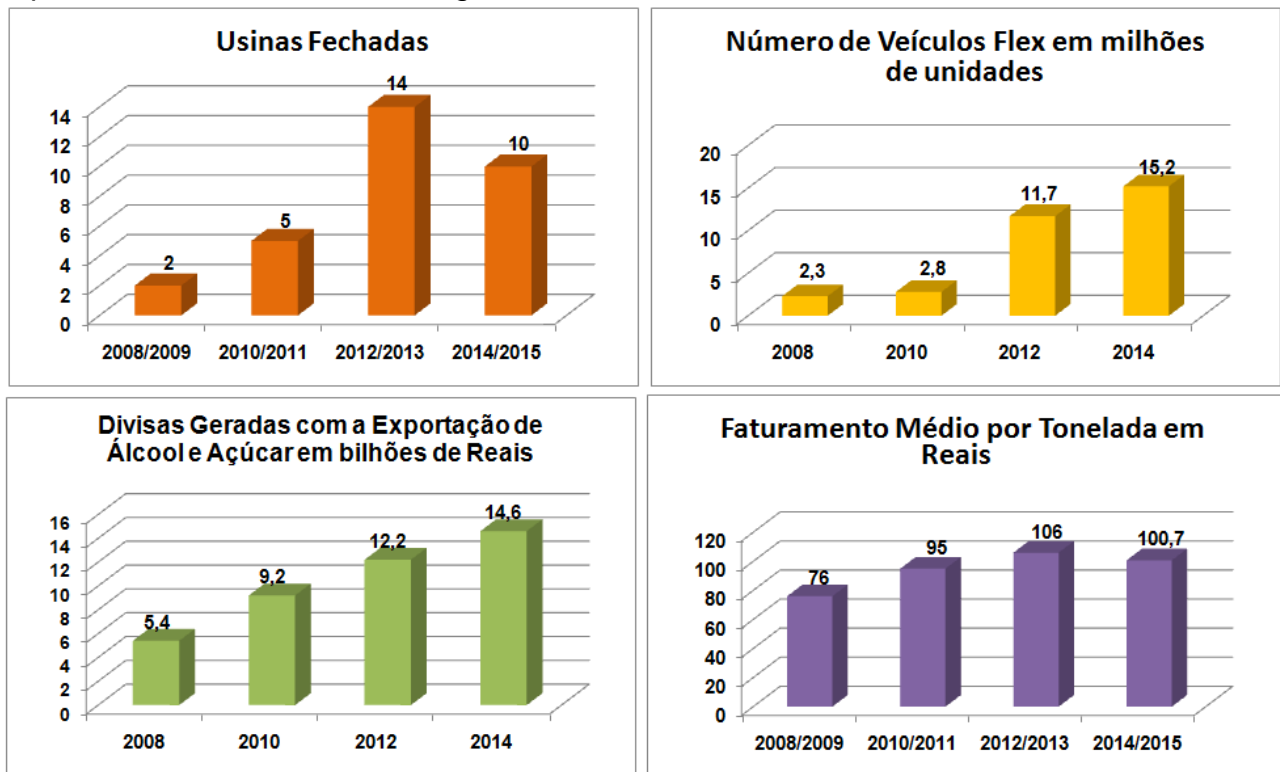
Por outro lado, estas próprias entidades de classe do setor canavieiro, - que alegam estarem envolvidos em uma grave crise - apontam que na safra 2013/2014 o arrendamento para as usinas canavieiras foi um dos negócios mais rentáveis<sup>28</sup>, ficando apenas atrás dos fundos cambiais, do dólar e da atividade leiteira de alta tecnologia, o que destoa de um cenário de crise.

Indicadores positivos como recorde na disponibilização de crédito por parte dos bancos públicos e privados ao setor e no auferimento de divisas com as exportações de álcool e açúcar, aumento do poder aquisitivo da população e consequente aumento da demanda solvável do mercado interno mediante a um incremento de mais de 12 milhões de veículos flex, recuperação e estabilidade dos preços do açúcar no mercado internacional (Figura 02), não seriam fundamentos sólidos para garantir a viabilidade e a rentabilidade do setor?

---

<sup>28</sup> Mesmo o setor alegando uma das piores crises de sua história o setor canavieiro garantiu que seus arrendatários obtivessem um dos maiores rendimentos em 2013 (Jornal da Cana, 2014), de acordo com os órgãos representativos da agroindústria canavieira.

**Figura 02:** Comparativo entre o fechamento de usinas e indicadores selecionados com repercussão ao setor sucroenergético



Fonte: UNICA, 2014.

Diante dessas constatações, fica evidente o elevado custo social contraído pelo Estado ao fomentar a produção do setor sucroenergético, uma vez que a expansão canieira ocorrida durante a primeira década deste século se deu mediante a um formato e estrutura<sup>29</sup> que necessita constantemente da rolagem das dívidas contraídas pelo setor, assim como aporte de recursos financeiros na forma de financiamentos ou subsídios, conforme elucidam Mendonça, Pitta e Xavier (2012, p, 10-11):

A fim de efetivar seu processo de expansão, a agroindústria canieira reafirma uma necessidade constante de atrair recursos do sistema financeiro, seguidamente e sempre com o propósito de cobrir antigos créditos – em outras palavras, efetivando uma expansão com avolumamento de dívidas. Nesses termos, tem-se como origem e determinação da expansão sucroenergética a própria crise de acumulação de capitais. Trata-se, neste caso, do capital fictício em sentido estrito, ou seja, quando se pagam os

<sup>29</sup> De acordo com Fabrini (2008, p. 60-61) “[...] o agronegócio não possui sustentabilidade econômica e sobrevive à custa de intervenções políticas mantidas pelo Estado na forma de subsídios, perdão de dívidas, juros baixos, etc”.

créditos malparados com novos créditos. [...]. Os altíssimos custos prévios para imputar processos competitivos de produção exigem do capital canavieiro crescentes montantes de dinheiro creditício. Nesse sentido, a territorialização da agroindústria sucroenergética passa a se efetivar com a participação de volumosas somas dessa forma de capital, seja para incorporação, implantação e/ou modernização de unidades processadoras, seja para o desenvolvimento das lavouras, ou para obter domínio de terras através da compra ou de contratos de parceria e arrendamentos. [...]. Entretanto, a incorporação desses investimentos para a ampliação dos ativos das principais empresas do setor, na prática, acaba por forjar um processo de reprodução aparentemente salutar. Em pormenores, trata-se de uma busca pela valorização enquanto promessa, pois na realidade o que se apresenta é um cenário de crise derivada da necessidade de contínuos aportes que alimentam um movimento de intensificação das dívidas no processo produtivo.

Nessa mesma vertente e conforme já demonstrado anteriormente, Ramos (2011, p. 17-19) aponta que o Estado Brasileiro tem historicamente arcado com as dívidas pendentes dos agroindustriais canavieiros.

Após a materialização desta ação durante a última crise do setor (1990-2002), os investimentos no agronegócio canavieiro se deram mediante a um novo endividamento dos agroindustriais, um endividamento, diga-se de passagem, caracterizado pela tomada de recursos do Estado para investir na produção canavieira, e que será “pago” através de políticas de aporte de créditos e outros tipos de políticas subvencionadas por esse mesmo Estado, tendência esta já constatada em outros momentos históricos em que o setor alegou estar na iminência de crises insolúveis.

Curiosamente, mesmo inadimplente, o setor continua recebendo créditos volumosos por parte das instituições governamentais, e independente de sua solvência ou dos impactos socioambientais inerentes ao formato e estrutura de sua produção, o Estado brasileiro não tem titubeado em aportar bilhões para salvaguardar o setor de suas crises recorrentes.

Autores como Kalleki (1943), Mészáros (2011), Carnoy (1988), Bloch (1980), Belluzzo (1995), Rugitsky (2015), dentre outros, irão sentenciar que na atualidade as coalizões de interesses capitalistas têm o poder de pressionar o Estado no sentido de este atender as suas demandas empresariais e a desembolsar recursos públicos na salvaguarda de setores que justificam suas crises pela falta de investimentos os quais supostamente não estão em condições de empreender.

Assim, a subjugação da economia e do próprio Estado produz a materialização de condições protecionistas em que as classes hegemônicas investem seu capital em múltiplas atividades econômicas, com a segurança da reprodução ampliada desse capital em meio às turbulências de mercado, e quando há a possibilidade da não concretização desses objetivos nos patamares previstos, a classe organizada demanda providências por parte do Estado ao mesmo tempo que busca preservar seu capital para novos investimentos e deixa de pagar as dívidas contraídas pelo setor.

E os órgãos de imprensa das entidades representativas do agronegócio explicitam esta estratégia, senão vejamos a análise de Sousa (2014 s/p.):

De um lado o governo ignora os apelos [...] dos representantes do setor. De outro, há uma paralisia de investimentos [...]. Falta uma liderança [...] que coloque as cartas na mesa do governo de maneira incisiva. Vamos perder empregos e o governo vai piorar sua imagem no mercado internacional por deixar de incentivar o mercado de energias renováveis. [...]. Precisamos montar campanha no Palácio do Planalto e só sair de lá com uma proposta firme [...] Investidor inteligente não deve colocar nenhum centavo no agronegócio do açúcar e do álcool brasileiro enquanto o governo não se mexer.

Concomitante aos inegáveis impactos da crise econômica internacional de 2008, no plano interno, o setor sucroenergético, que no período compreendido entre 2003 e 2008 recebera dezenas de bilhões de reais do Estado para viabilizar a produção ao longo de toda a cadeia produtiva, passa a considerar na sua gestão empresarial, a decisão do governo brasileiro em diminuir o volume de recursos financeiros destinados ao fomento do setor a partir de 2010.

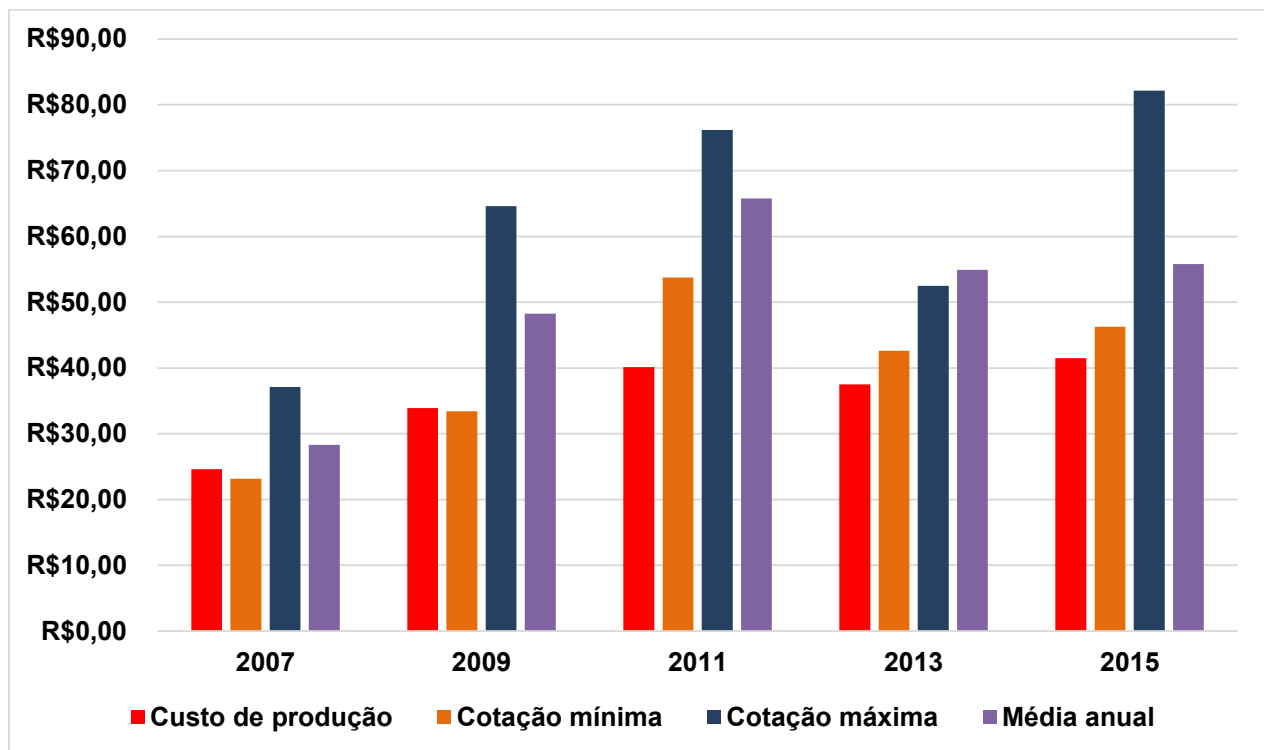
Não obstante, o Estado brasileiro durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, adotou uma política de controle do preço da gasolina com vistas a evitar o aumento da inflação, não equiparando o preço às condições do mercado internacional, além de extinguir a CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, o que possibilitou que esse combustível não sofresse reajustes de preços significativos, diminuindo a vantagem do consumidor em optar pelo etanol ao invés da gasolina.

Diante destas alterações ocorridas tanto externa quanto internamente, houve uma retração significativa no âmbito dos investimentos no setor, o que aponta para um cenário em que no setor sucroenergético, o Estado deve prover a maior parte dos investimentos em todas

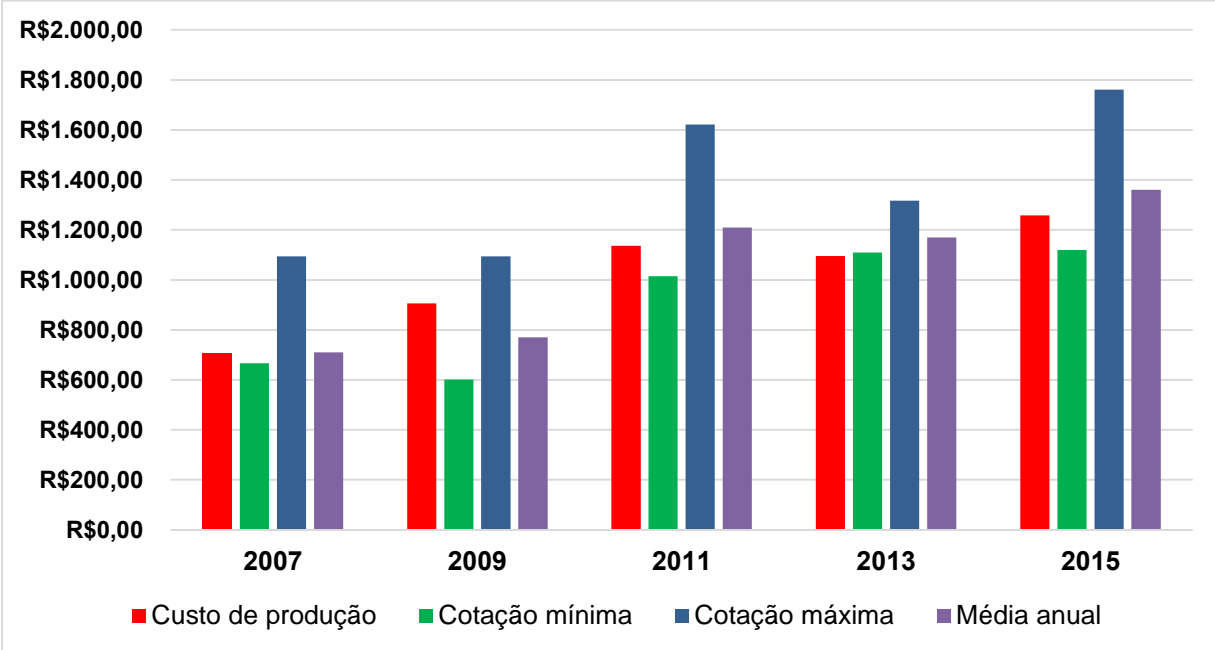
as etapas do processo produtivo, além de garantir mercado para seus produtos e intervir com aportes de recursos sempre que o setor atravessar por um período desfavorável de acumulação.

Sem estas ações, os capitalistas veem materializadas as condições de risco para seus investimentos, mesmo que os fundamentos para a rentabilidade do setor continuem a existir, conforme atestam os gráficos a seguir.

**Gráfico 19:** Custo de produção e cotações da saca de 50 kg de açúcar entre 2007 e 2015



Fonte: CEPEA/Esalq, 2015

**Gráfico 20:** Custo de produção e cotações do etanol hidratado em R\$/m<sup>3</sup> entre 2007 e 2015

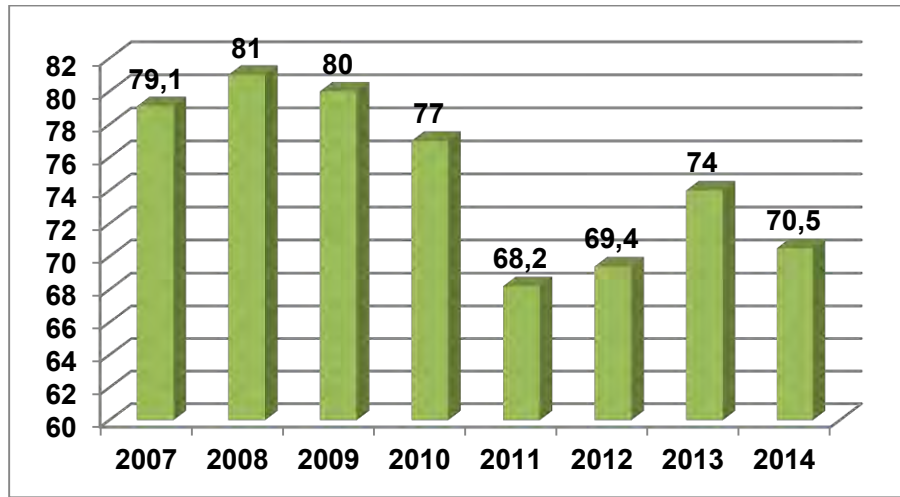
Fonte: CEPEA/Esalq, 2015

Nesse contexto, os agroindustriais, que já contavam com agroindústrias com moderna tecnologia e capacidade de atender a superestimada demanda sucroenergética, deixaram de investir no setor agrícola canavieiro, ou seja, na renovação dos canaviais, tratos culturais, nos insumos agrícolas e em maquinários, fatores que contribuíram para uma queda vertiginosa nos índices de produtividade. (MENDONÇA, et. al. 2012, p.04).

Os desdobramentos deste processo ficam evidentes a partir da constatação da desaceleração do ritmo da expansão assim como na considerável retração na produtividade observada após 2008<sup>30</sup> (Gráfico 21), cujas justificativas do setor giram em torno da diminuição dos custos de produção para garantir a rentabilidade.

<sup>30</sup> A cana-de-açúcar foi a cultura da agricultura capitalista que mais perdeu produtividade entre 2008 e 2013. (CONAB, 2015, s/p.).

**Gráfico 21:** Evolução da produtividade da cana-de-açúcar em toneladas/hectare entre 2008 e 2013.

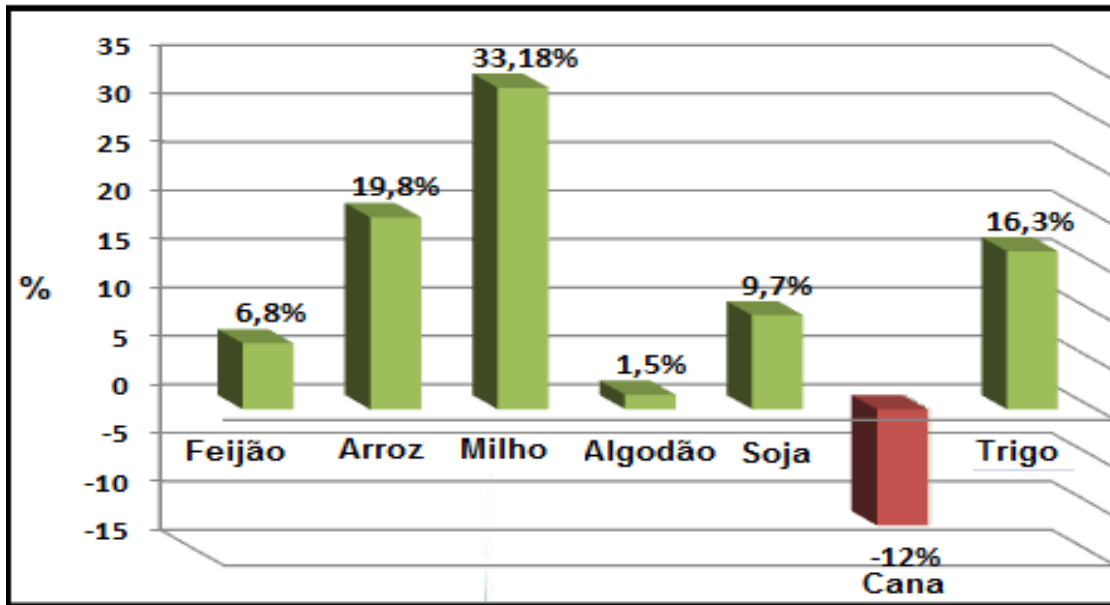


Fonte: Conab, 2015

Nesse contexto o Estado brasileiro, pressionado pelos agroindustriais que viram despencar a produtividade agrícola da cana de 12.500 ATR<sup>31</sup>/ha para menos de 10.000 ATR/ha em menos de cinco anos, lançou em 2012 o PRORENOVA – Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais -, que fundamentalmente objetiva financiar a renovação, tratos culturais e a implantação de novos canaviais no país em condições favoráveis de pagamento, tais como prazos de até seis anos com carência de dezoito meses, juros que variam entre 0,9 a 1,3% ao ano para um volume de 6,5 bilhões de reais em financiamento para a safra 2014/2015. (BRASIL, 2014, s/p.).

<sup>31</sup> ATR – Açúcar Total Recuperável. Diz respeito à quantidade de açúcares disponível na matéria-prima.

**Gráfico 22:** Evolução da produtividade de culturas agropecuárias selecionadas entre 2008 e 2013



Fonte: Conab, 2015.

É dessa forma que fica explicitado o papel do Estado como agente político do capital da classe hegemônica, ao desembolsar bilhões de reais para a instalação e modernização de novas usinas durante os primeiros anos da década do século XXI e na atualidade garantir outros bilhões para a renovação e a implantação de novos canaviais, mesmo seus promotores dispendo de recursos próprios para tal.

Por outro lado, os agricultores familiares que adquirem créditos mediante o PRONAF, embora paguem juros um pouco menores do que os cobrados pelo PRORENOVA, contam com prazos de reembolso e limites de financiamento muito menores do que o estipulado para o setor canavieiro (BRASIL, 2014, s/p.), conforme pode ser atestado na Tabela 03:

**Tabela 03:** Comparação entre as regras do PRONAF e do PRORENOVA

| <b>Programa</b>  | <b>Taxa de juros</b>  | <b>Prazos para reembolso</b>  | <b>Limites do Financiamento/Crédito</b>  |
|------------------|---|---|--|
| <b>PRONAF</b>    | Variam de 1,5% ao ano para operações que atinjam o valor de até R\$ 10.000,00, até 3,5% para as operações acima de R\$ 30.000,00 à 100.000,00 por mutuário em cada safra. | Variam de até 3 anos para as culturas de açafrão e palmeira real (palmito), 2 anos para as culturas bianuais e até 1 ano para as demais culturas;                             | R\$ 300.00,00 para fruticultura, suinocultura e avicultura, e R\$ 150.00,00 para as demais atividades. Há a possibilidade de crédito coletivo de até R\$ 750.000,00 para financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem. |
| <b>PRORENOVA</b> | <b>Taxa de juros</b><br>= TJLP + 1% ao ano + Remuneração da instituição financeira credenciada (limitada a 1,7% ao ano), o que equivale a 5,5% ao ano                     | Até 6 anos, incluído o prazo de carência de, no máximo, 18 meses. Para operações de até R\$ 20 milhões por cliente, o prazo de carência deverá ser de, no mínimo, três meses. | O total de financiamentos do BNDES Proreanova concedidos ao mesmo grupo econômico não poderá ser superior a R\$ 150 milhões.   |

**Fonte:** Banco Central do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015.

Não obstante, a partir do ano de 2013 o BNDES implementou um programa específico para fomentar a estocagem do etanol no âmbito do BNDES PASS – Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro, cujo objetivo seria garantir o equilíbrio do mercado de etanol combustível nos períodos de safra e entressafra. Somando estas duas iniciativas, o Proreanova e o BNDES Pass, entre os anos de 2012 e 2015, somente o BNDES destinou 17,5 bilhões de reais em linhas de crédito específicas ao setor canavieiro.

Aqui, constata-se a existência de duas situações que se complementam: uma, em que o Estado garante todas as condições necessárias para os agroindustriais extraírem a renda da terra e a mais valia dos trabalhadores, e por outro lado atua como garantidor dos rendimentos pretendidos e demandados por uma classe específica, para que mesmo que com todas as benesses cedidas para viabilizar a produção em massa, ainda assegure que os capitalistas sempre terão ganhos superiores a cada safra canavieira, o que revela o enorme custo social imposto por esse setor.

Nesse contexto, pode se depreender que, na maioria dos casos antes dos prejuízos, situações conjunturais tipicamente mercadológicas pressionam para uma diminuição dos rendimentos prognosticados, o que leva os agroindustriais a baixarem os custos de produção para alcançarem suas metas empresariais, interferindo obviamente na produtividade do setor, conforme constatado anteriormente.

E se após as estratégias econômicas não conseguirem os resultados previstos, dedicam-se a outras atividades que lhes garantam mais segurança no âmbito da rentabilidade.

Essa tendência somente passa a ser revertida na medida em que o Estado assume para si a função de financiar em condições favoráveis os investimentos que deveriam partir dos próprios empresários rurais, que com suas ações ratificam a fragilidade do formato e da estrutura do agronegócio perante as regras de uma economia de mercado (FABRINI, 2008, p. 27).

Isso fica evidente quando se observa que apogeu e crises têm marcado o setor, sendo que em ambos casos há uma relação entre a forte atuação ou a diminuição das políticas estatais em prol do agronegócio canavieiro.

É nesse contexto que o Estado assegura através de seu aparelho constitutivo que o tributo social pago para a classe detentora do monopólio fundiário nunca seja inferior ao obtido no período anterior, e quando há a possibilidade de isto não se concretizar, realiza desembolsos para garantir a reprodução ampliada do capital.

Somente a existência de um Estado nos moldes apresentados por Marx e Engels (1985), Engels (1982), Clastres (1974), Mészáros (2011), dentre outros abordados anteriormente, explicaria a continuidade de políticas públicas com elevado custo social ao país inerentes ao formato e a estrutura do agronegócio, que chega ao ponto de, no caso sucroenergético, - financiar todas as etapas da produção, num contexto em que Ramos (1999, p. 20-25) elucida que,

[...] a intervenção estatal, ao criar um sistema de defesa dos preços e das classes sociais proprietárias dos meios de produção, acabou por [...] constituir – o Estado – num verdadeiro “guarda-chuvas”, protegendo tanto o usineiro, um proprietário de fábrica e de terras, como o fornecedor de cana, apenas proprietário de terras. Assim a relação entre o Estado e as classes proprietárias [...] nada tinham a ver com o que se convencionou chamar de “forças de mercado” [...] a ação do Estado, ao criar e/ou viabilizar as “condições gerais de produção” está, ao mesmo tempo, redistribuindo o

excedente gerado pela produção social, pois direciona muitas dessas condições de forma a favorecer setores específicos, onerando e/ou relegando outros. Os diversos mecanismos que têm caracterizado a sustentação do complexo agroindustrial canavieiro no Brasil (crédito barato, subsídios diversos, dívidas não pagas, e garantia de mercado, especialmente) são exemplos típicos de uma redistribuição do produto social que não se justificam do ponto de vista mais global.

De todas as formas o custo social desse formato e estrutura de produção da agricultura capitalista é elevadíssimo: se os empresários rurais não alcançam seus objetivos junto ao Estado, todo aporte estatal que anteriormente viabilizara a produção não terá frutificado em ganhos ao país.

Se o Estado cede às pressões, significa que o conjunto da sociedade deverá pagar pela ineficiência da forma e da estrutura dessa produção, abrindo assim a possibilidade para futuramente ser extorquida novamente com os mesmos argumentos e as mesmas estratégias.

E a constatação desta realidade no espaço agrário brasileiro aponta para a materialização de uma estrutura e uma forma de se produzir no campo, que colabora para com o aumento das desigualdades sociais, privilegiando um negócio que contraditoriamente rentabiliza em patamares superiores o agroindustrial, relegando a segundo plano outras formas de produção distintas da agricultura comercial capitalista, conforme será abordado posteriormente.

E não é demais ressaltar que a expansão da monocultura canavieira que se processou de forma intensa nos primeiros oito anos do século XXI, encontra-se vinculada - inclusive por parte do Estado - à apropriação do discurso do “ambientalmente sustentável”, como estratégia mercadológica, “[...] para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável [...] cedendo às iniciativas do mercado temas fundamentais do desenvolvimento sustentável, como o manejo de recursos naturais, pobreza rural, segurança alimentar, etc.” (LEFF, 2005, p.271).

Eis o preço a ser pago caso os promotores privados e estatais do setor sucroenergético insistam na fórmula de sucesso das atividades agroexportadoras no território brasileiro, delineadas a partir da implementação da empresa colonial açucareira, cujos pilares mantenedores da rentabilidade que sustentavam a elite agrária em determinados ciclos de prosperidade foi e continua sendo a abundância de terras e a liberdade para a exploração da mão-de-obra, onde,

Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer impulsiona o seu funcionamento e dá a impressão puramente ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou que se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção decline e pereça, tornando impossível manter a vida que ela alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo de produção brasileira, não se teve em vista outra coisa que a oportunidade momentânea que se apresentava (PRADO JR, 2000, p. 126).

É a continuidade da barbárie, travestida de modernidade (OLIVEIRA, 2003, p.36), de eficiência produtiva, do ambientalmente sustentável e com a promessa do desenvolvimento econômico, instaurando a insegurança no campo e a inexorável contradição entre a opulência e a rentabilidade do setor sucroenergético com a pobreza e a exclusão social nas porções espaciais em que se territorializa.

### **1.3 - O papel do Estado na gestão territorial do setor canavieiro**

Conforme foi visto na primeira parte desse capítulo, o Estado atua como sendo uma organização a serviço dos interesses das classes hegemônicas, estando constituído com a finalidade de atender às reivindicações das classes que o controla. (MÈSZÀROS, 2011, p.107).

Isto nos leva a constatar que essas ações, somadas com a gestão do território pelo capital acabam produzindo formações socioespaciais inerentes à tipologia do capital que territorializa determinadas porções espaciais, uma vez que “[...] o ciclo de reprodução do capital tem uma nítida dimensão espacial”. (CORRÊA, 1996, p.27).

Nesta mesma vertente, Moreira (1979, p. 01) sentencia que a organização, o controle e a gestão destas porções espaciais territorializadas possuem um nível estratégico no processo de reprodução capitalista, num contexto em que as formações socioespaciais somente podem ser compreendidas a partir dos objetivos das classes que territorializaram determinadas porções espaciais.

Nesse contexto, Souza (2009, p. 78-79) elucida que,

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de

identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?

Nesta perspectiva, Oliveira (2002, p. 74-75) concebe o território como sendo a “[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais [...]”, elucidando que tem cabido ao Estado desempenhar a função de regulação de sua gestão.

Se o Estado é aquilo que se referia Marx e Engels (1975, p.11-12) como sendo um comitê que a classe hegemônica utiliza para gerenciar seus negócios, ou ainda como sentenciara Santos (2003, p.150), como a formação socioeconômica por excelência dos grandes capitais, parece óbvio que sua política territorial coincida com as demandas das classes dominantes, uma vez que atua na perspectiva de ser o comando político do capital. (MÈSZÁROS, 2011, p.105).

Nesse contexto, Corrêa (1996, p.27) aponta que é pertinente conceber a gestão do território como sendo “[...] através do controle dos diversos momentos e espaços do ciclo de reprodução de capital, gestão do processo de acumulação capitalista”.

Entendemos por gestão do território o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial [...] em sua origem e dinâmica. [...]. Nas sociedades de classes a gestão do território implica na criação e manutenção de diferenças espaciais através das quais as diferenças econômicas e sociais se realizam, são legitimadas e se reproduzem [...] (CORRÊA, 1992, p. 35).

No caso específico do negócio canavieiro e levando-se em consideração a sua gênese no âmbito do capitalismo mercantil, constata-se que nos primórdios a sua organização socioespacial estava vinculada à posição geográfica mais favorável quanto ao escoamento da produção ao mercado consumidor mais importante, ou seja, a Europa.

Não fora pura coincidência que a Zona da Mata Nordestina se convertera do século XVI até meados do século XX na porção espacial que concentrava a maior parte da produção canavieira do país.

Dotado de características edafoclimáticas requeridas pela canavicultura mercantil e favorecido pela posição geográfica com relação aos potenciais mercados consumidores, o espaço geográfico do Nordeste brasileiro era meio essencial para a canavicultura mercantil, num contexto em que a seletividade espacial atuou no sentido de ampliar a importância funcional destas porções espaciais, conforme Corrêa (1996, p.36).

Com uma gestão territorial fortemente influenciada pela ação de um Estado controlado pelos interesses mercantilistas, o território passa a ser organizado de modo a atender as necessidades produtivas da canavicultura mercantil, conforme demonstrado anteriormente, de tal modo que o espaço geográfico nordestino passa a ser alvo inclusive de disputas entre várias potências europeias que rivalizavam com Portugal nesta etapa do desenvolvimento do capitalismo.

As ações, implementadas ora pela classe hegemônica ora com a ação direta ou anuência do Estado, possibilitou a ocorrência de uma dinâmica territorial em que o espaço geográfico dotado de uma combinação convergente de fatores naturais e econômicos, passasse a ser não somente uma base física em que a produção canavieira se realizava.

Antes, esse espaço geográfico passa a ser um objetivo a ser territorializado, e uma vez território passa a ser controlado, gerido e organizado pelo capital e seu comando político, ou seja, o Estado, que dentre suas múltiplas ações está a de garantir o controle das classes dominantes sobre as porções espaciais mais aptas à reprodução ampliada do capital no âmbito das disputas territoriais, ratificando o exposto em Souza (2009, p.59-60), para quem “o que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder [...]”, estando a dimensão política, assim como os fatores por trás de processos de territorialização”, definindo o perfil destes territórios.

Conforme visto anteriormente, essa dinâmica territorial centrada no Nordeste brasileiro não sofrerá alterações significativas até a década de 1940, quando em meio a II Guerra Mundial há significativas alterações na geografia da produção canavieira, levando o Sudeste a gradualmente concentrar a maior parte da produção sucroenergética em detrimento das tradicionais zonas produtoras.

A dificuldade enfrentada pela marinha mercante durante esse período conflitivo fez com que a região Sudeste intensificasse a produção canavieira para atender a demanda

interna de açúcar, sendo esse processo respaldado com uma série de ações do Estado, conforme visto anteriormente.

Tratou-se na verdade de uma estratégia espacial que objetivava garantir o suprimento da demanda sucroenergética na região Centro-Sul, uma vez que a navegação marítima estava ameaçada pelos perigos inerentes a este conflito bélico, senão vejamos:

A II Guerra Mundial [...] chegou ao cúmulo de dividir o país em duas áreas contrastantes: o Nordeste com superprodução de açúcar, e o Centro-Sul com falta do produto [...]. A consequência principal e mais duradoura deste processo foi a transferência do eixo da indústria canavieira do Brasil, da região Nordeste para o Centro-Sul [...]. (SZMRECSÁNYI, 1979, p.204-205).

Essa tendência se intensifica a partir da consolidação de um modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado brasileiro concentrado na região Sudeste, fato que culminou na superação definitiva sobre as tradicionais áreas produtoras do Nordeste na década de 1950. (SOUZA, 2010, p.85).

Não é demais ressaltar que o IAA, como órgão de planejamento, exerceu um importante papel nesse processo de valorização do parque sucroenergético do Sudeste frente a escassez dos derivados de petróleo e da necessidade de abastecimento interno de açúcar, ao contemplar um sistema diferenciado de cotas de produção para os estados do Centro-Sul, quando para os estados nordestinos a produção deveria corresponder ao consumo, sendo o excedente “[...] sujeito ao confisco sem qualquer indenização para o seu proprietário”. (SMERECSÁNYI, 1979, p.173).

Com o Proálcool na década de 1970, a ação estatal para o setor se concentrou majoritariamente no Sudeste brasileiro, onde o processo de modernização da base técnica da produção agropecuária se concretizava de forma mais proeminente.

Nesse período a produção canavieira se expandiu geograficamente rumo ao interior de São Paulo, alcançando as terras férteis do Norte paranaense, além dos estados de Minas Gerais e até Mato Grosso do Sul, porções espaciais que além das características edafoclimáticas requeridas pela canavicultura encontravam-se bem localizadas quanto aos maiores mercados consumidores do país ora de açúcar, ora de etanol/automóveis.

Com a desaceleração da expansão verificada durante os anos noventa, as ações estatais implementadas durante os primeiros anos do século XX foram responsáveis por uma retomada do ritmo expansivo do setor sucroenergético no Centro-Sul brasileiro, que começa a disputar porções espaciais com outras atividades agropecuárias na medida em que se expande.

O Estado, atuando como comando político do capital, não faz outra coisa senão garantir que os elementos necessários a produção canavieira sempre estejam à disposição dos capitalistas, sendo as porções espaciais sob as quais há uma combinação convergente de fatores naturais, socioeconômicos e políticos elemento indispensável a ser territorializado pelo setor agropecuário.

A propriedade privada da terra é garantida em todas as constituições dos Estados Nacionais que adotam uma economia de livre mercado, mas a ação estatal não se resume a essa garantia para a extração da renda fundiária.

No Brasil, com algumas raras exceções legais, os proprietários fundiários têm ampla liberdade de dar o uso que considerem mais viável a sua propriedade ou as terras que estão sob seu controle, não existindo uma política de Estado que oriente e discipline de forma efetiva o uso e a ocupação do solo, num contexto em que a ordem econômica brasileira está constitucionalmente fundamentada na livre iniciativa (BRASIL, 2013, p.107).

Essa constatação poderia isentar o Estado da configuração territorial do espaço agrário, mas o simples fato de permitir tamanha liberdade em prol dos proprietários e detentores das terras já o coloca como árbitro parcial no âmbito do irreconciliável conflito entre as classes sociais, função esta atribuída por Lênin (2011, p.12).

Nesse contexto, a Constituição de 1988 ao elencar o direito à propriedade como um direito fundamental<sup>32</sup>, traz consigo o dever do cumprimento da sua função social como limitante ao direito absoluto à propriedade, senão vejamos:

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à **propriedade**, nos termos seguintes:  
[...] XXII - é garantido o direito de propriedade;  
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

---

<sup>32</sup> Aqui inclui a propriedade da terra.

[...] **Art. 170.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I. Soberania nacional;
- II. Propriedade privada;
- III. Função social da propriedade;
- IV. Livre concorrência;

[...] **Art. 186** - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - aproveitamento racional e adequado;
  - II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
  - III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
  - IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- (BRASIL, 2013, p.14 -310)

Por outro lado, na medida em que se constata a histórica ação do Estado em garantir a soberania territorial no campo econômico aos detentores do capital, ou conforme vimos em Clastres (1974, p. 15), o Estado como o representante e protetor dos proprietários, parece óbvio que o Estado atue como um dos principais agentes sociais na produção de um espaço agrário marcado pelas contradições inerentes ao capitalismo.

Até porque, conforme assevera Silva Neto (2007, p. 82), o Estado no capitalismo emerge “[...] como produto da histórica e permanente luta de classes em que os proprietários serão sempre os vencedores, e modelarão esse poder, de modo a garantir a manutenção desse conjunto de relações de propriedade”.

Daí decorre o fato de que toda ação estatal não pode ser concebida no campo da imparcialidade ou do interesse de toda a sociedade, uma vez que o uso do aparelho de Estado pelas classes dominantes— inclusive para planejar, regulamentar ou normatizar as ações de determinados grupos sociais ou atividades econômicas no território – expressam na sua essência a garantia do domínio das mesmas sob as demais classes, sendo que Moreira (1979, p. 04) irá sentenciar que numa análise dialética do arranjo do espaço ficará evidente as relações de classe que produzem esse arranjo.

Nessa mesma vertente, Corrêa (1996, p.26) sentencia que “[...] a gestão do território, no âmbito da sociedade capitalista, constitui-se em um poderoso conjunto de ações engendradas para conceber, planejar e dirigir o complexo ciclo de reprodução do capital das corporações [...]

É nesse contexto que as políticas públicas do Estado podem ser consideradas também políticas territoriais, uma vez que expressam relações de poder numa perspectiva em que o fortalecimento ou o enfraquecimento das ações, a permissividade de determinadas relações socioespaciais ou a proibição das mesmas, ou ainda, o estímulo ou a inércia do Estado para com alguns setores são fatores com um peso considerável nas disputas territoriais entre os diversos personagens sociais e as distintas formas de produção, bem como as diversas atividades econômicas existentes.

O papel do Estado nesse processo é dimensionado por Silva Neto (2007, p.87) que aponta que

A garantia da propriedade privada, e, portanto, do domínio de uma classe social – em aliança com outras ou uma fração de classe – sobre outra, é dado pelo poder estatal. Toda luta de classes se desenvolve no objetivo da tomada (ou conservação) deste poder e gira em torno do estado – correspondido em sua existência pelo aparelho. Portanto, os conflitos de classe pelo poder estatal têm como justificativa a possibilidade do uso do aparelho do Estado pelas classes dominantes a fim de garantir a manutenção das relações de propriedade vigente.

Souza (2010, p.76) ao estudar a recente dinâmica territorial do agronegócio sucroenergético apontou que o Estado, ao institucionalizar a permissividade da gestão do território pelo capital de forma livre e irrestrita, regulado apenas pelas leis de mercado, acabou gerando uma série de impactos socioespaciais, dos quais evidencia a concentração fundiária e a competição desigual por território entre as várias formas de produção agropecuária.

Essa constatação se torna mais preocupante quando se observa que na medida em que avança sobre as demais culturas nessas porções espaciais de maior produtividade espacial, a canavicultura de base empresarial tende a ser uma das mais concentradoras atividades praticadas no espaço agrário brasileiro<sup>33</sup>.

Durante o período mais dinâmico da última fase expansiva do setor sucroenergético, o governo Brasileiro implementou o ZAE – Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar – que se apresentou como sendo uma inédita iniciativa governamental para o ordenamento territorial da expansão das atividades agrícolas no país, cujo objetivo expresso no documento

---

<sup>33</sup> Mesmo apresentando uma desaceleração no ritmo de expansão devido a não concretização de um mercado global de etanol, a safra 2015/2016 processou a cana plantada em mais de 9 milhões de hectares, um volume quase 30% superior aos 7 milhões cultivados em 2008. No capítulo 2 estes dados serão melhor explorados.

seria o de “[...] fornecer subsídios técnicos para formulação de políticas públicas visando à expansão e produção sustentável de cana-de-açúcar no território brasileiro”. (EMBRAPA, 2009, p.07).

Para tanto, o ZAE considerou aspectos edafoclimáticos, econômicos, topográficos, e supostamente socioambientais para delimitar a área apta à expansão da cana-de-açúcar pelo território brasileiro, excluindo desse zoneamento,

[...] as terras com declividade superior a 12%, observando-se a premissa da colheita mecânica e sem queima para as áreas de expansão; as áreas com cobertura vegetal nativa; os biomas Amazônia e Pantanal; as áreas de proteção ambiental; as terras indígenas; remanescentes florestais; dunas; mangues; escarpas e afloramentos de rocha; reflorestamentos; áreas urbanas e de mineração. Nos Estados da Região Centro-Sul (GO, MG, MT MS, PR e SP), foram também excluídas as áreas atualmente cultivadas com cana-de-açúcar no ano safra 2007/2008 [...] (EMBRAPA, 2009, p.07).

Nesse contexto, este zoneamento concluiu que o Brasil possui cerca de 64 milhões de hectares de áreas aptas à expansão do negócio sucroenergético, sendo que a maioria encontrava-se ocupada pela agropecuária<sup>34</sup>, o que já apontava para a possibilidade do acirramento das disputas territoriais entre o setor sucroenergético e as demais culturas praticadas no espaço agrário em questão, uma flagrante contradição para uma iniciativa cujas diretrizes norteadoras assumiam o compromisso de diminuir a competição direta entre o negócio canavieiro e a produção de alimentos por exemplo<sup>35</sup>.

Não obstante, a exclusão da Amazônia, do Pantanal e da Bacia do Alto Paraguai, além das áreas de proteção ambiental e terras indígenas no zoneamento agroecológico em questão, não se configurou na prática a partir da adoção de mecanismos de ordenamento territorial que objetivassem restringir a expansão sobre essas porções espaciais.

Antes, o ambiente edafoclimático, as condições de infraestrutura, e, sobretudo, da acessibilidade frente aos mercados dificultaram que estas porções espaciais estivessem no vetor prioritário da expansão canavieira.

---

<sup>34</sup> Só para se ter uma ideia da dimensão desta área no contexto do Centro-Sul e do Nordeste, ela representa 30,5% da atual área ocupada pelas lavouras e pelas pastagens. (IBGE, 2006, p. 41).

<sup>35</sup> (EMBRAPA, 2009, p.07).

Isso pode ser verificado quando se constata que é ínfima a presença de unidades agroindustriais sucroenergéticas no bioma amazônico por exemplo, e isto sem a vigência de nenhum zoneamento estatal, mas tão somente obra da racionalidade econômica capitalista. (SOUZA, 2010, p. 82).

Mesmo assim, Oliveira (2011, p.334) aponta que a expansão canavieira no Centro-Oeste ocorrida com mais intensidade na última década tem ameaçado os corredores da biodiversidade localizados entre o Cerrado, o Pantanal e a Floresta Amazônica além de áreas com presença de indígenas, comunidades quilombolas e de projetos sustentáveis de assentamento estarem no vetor da expansão de diversas culturas da agricultura capitalista, inclusive a cana-de-açúcar.

Por outro lado, ao sustentar que o país não necessita incorporar áreas novas e com cobertura vegetal nativa ao processo produtivo da cana-de-açúcar (EMBRAPA, 2009, p.07), qualquer expansão da atividade canavieira se processará substituindo culturas praticadas em áreas já incorporadas ao setor agropecuário, intensificando desta forma as disputas territoriais no espaço agrário brasileiro.

Nesse ponto, o governo brasileiro não leva em consideração na sua política de zoneamento específica para a canavicultura mercantil, a produção sustentável de outras culturas e a relevância de outros formatos da produção agropecuária distintos da agricultura capitalista, relegando às disputas mercadológicas que primam pela rentabilidade o papel de ordenar o uso e a ocupação do solo.

Sendo assim, muitas culturas que perdem as disputas territoriais para a canavicultura mercantil, buscam-se realocar-se em outras porções do espaço geográfico, num cenário em que inexistem políticas territoriais específicas que restrinjam a expansão das pastagens, da soja, do milho e de outras culturas praticadas majoritariamente no vetor de expansão da cana-de-açúcar.

Isso faz com que, se a canavicultura mercantil não se expande direta e significativamente<sup>36</sup> rumo a Amazônia, ao Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai, por exemplo,

---

<sup>36</sup> Áreas já ocupadas pela canavicultura mercantil, além de projetos para instalação de novas agroindústrias na Amazônia, Pantanal e na Bacia do alto Paraguai apresentados antes da vigência do ZAE não foram incluídos no zoneamento.

nada impede que os produtores das culturas inviabilizadas pela expansão canavieira o façam, uma vez que a dinâmica das disputas territoriais faz com que as áreas de interesse do setor canavieiro ganhem “[...] novas valorizações que acabam por expulsar certos produtos para áreas ainda não utilizadas”. (SANTOS, 2006, p. 119).

E como a demanda por estas culturas continua existindo tanto no plano interno quanto no externo, estas tendem a se deslocar para zonas periféricas do espaço agrário brasileiro, sendo decisivo para essa expansão a abundância de terras e, sobretudo, o preço relativamente baixo.

Numa outra vertente, o Estado brasileiro não tem criado mecanismos que visem estimular a produção de alimentos no âmbito da soberania alimentar na mesma proporção que o faz para com a agricultura capitalista, o que aumenta a vulnerabilidade deste setor frente a estas disputas territoriais, em que os vencedores serão aquelas culturas que possibilitarem à agricultura de base empresarial auferirem uma maior renda da terra e maior lucro, conforme será abordado posteriormente.

Sendo assim, é necessário explicitar a incoerência das políticas públicas que supostamente deveriam ordenar a competição por terras agricultáveis, num contexto em que, de acordo com a Embrapa (2009, p. 17) o Brasil possui cerca de 64 milhões de hectares aptos para a expansão da produção canavieira.

Destes, 58,7 milhões de hectares encontram-se na porção Centro-Sul do território brasileiro, foco privilegiado das atividades agropecuárias no Brasil, com cerca de 154,1 milhões de hectares ocupados pelas pastagens e pelas lavouras de um total nacional de 249 milhões de hectares. (IBGE, 2006, p.41-46).

Em outras palavras, o percentual indicado pelo zoneamento representa 38% das áreas atualmente ocupadas por pastagens e por lavouras temporárias e permanentes no Centro-Sul.

Esse dado por si só aponta que o zoneamento ao invés de diminuir a competição entre a produção de alimentos e a produção canavieira, legitima as disputas territoriais dentro de uma porção espacial que concentra cerca de 62% das atividades agropecuárias no território brasileiro.

Ainda que, em algumas situações, o Zoneamento deva coibir, todavia não *nasceu* para impedir ou barrar o avanço, tampouco carrega em si dispositivo para disciplinar

expansão da cana-de-açúcar, nem mesmo para reverter áreas plantadas com a gramínea, por exemplo, para o cultivo de alimentos que compõem a cesta básica. Muito menos impor ou exigir a adoção de novos procedimentos técnicos, gestores, por parte dos agricultores ou mais propriamente do capital agroindustrial, quanto aos cuidados com a proteção e preservação ambiental (APPs, RL), recusa ao desmatamento ilegal, plantio em fundos de vale etc. Inclusive [...] Outro aspecto importante a destacar é o total esquecimento do Zoneamento em relação às pendências jurídicas das terras [...] e da tramitação dos processos de imissão de posse, de arrecadação de áreas devolutas e das ações e lutas empreendidas pelos movimentos sociais que pressionam para que esses processos se convertam em assentamentos rurais. (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 18-19).

Isso porque o ZAE classifica estes cerca de 64 milhões de hectares potencialmente aptos para a expansão canavieira em três classes de potencial: alta, média e baixa.

Nesse contexto, dependendo das situações conjunturais, há uma perspectiva de expansão prioritária para as áreas de alta aptidão que garantem um auferimento da maior renda fundiária, o que pode impactar na produção de alimentos, bem como de demais culturas da agricultura capitalista, ao se constatar que a totalidade dessas terras já se encontram ocupada ora pela agricultura, ora pela pecuária (EMBRAPA, 2009, p.21).

Assim, esboroa-se a tese de que esta expansão será orientada prioritariamente rumo às áreas atualmente degradadas, ocupadas pela pecuária extensiva (EMBRAPA, 2009, p.11), o que tornaria possível a expansão da “[...] área de cultivo com cana-de-açúcar sem afetar diretamente as terras utilizadas para a produção de alimentos”, como sustenta a Embrapa (2009, p. 07).

Ao contrário, conforme destacado anteriormente, parte significativa das áreas com a maior aptidão para a expansão canavieira encontram-se ocupadas na atualidade pela produção agropecuária.

Oliveira (2007, p. 44), ao sentenciar que no sistema capitalista é “[...] o preço da produção do pior solo que regula o preço de mercado [...]”, o agroindustrial do setor sucroenergético terá uma maior renda diferencial da terra se produzir no melhor e mais bem localizado solo, o que desfavorece os cultivos alimentares, que historicamente sempre estiveram em um “[...] segundo e apagado plano”, como sustenta Prado Júnior (1981, p.50)

Isto atesta o exposto por Silva (1981, p.31), de que a produção de alimentos fica geralmente relegada aos estabelecimentos que não possuem condições de empreenderem uma atividade empresarial no espaço agrário.

Em unísson, Furtado (2005, p.237) aponta que enquanto boa parte das melhores terras agrícolas estiverem destinadas à monocultura, a demanda por alimentos deverá ser suprida com importações.

Portanto, há uma fragilidade no tocante à soberania alimentar tendo em vista que esta imperiosa necessidade humana fica relegada às oscilantes condições de mercado, num contexto em que abundam terras que poderiam ser incorporadas à produção de alimentos.

Nesse aspecto, o zoneamento não é capaz de mitigar as disputas territoriais em porções do espaço geográfico consideradas estratégicas para a soberania alimentar, tendo em vista que a lógica permanece beneficiando as culturas mais rentáveis, uma vez que:

[...] do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que [...] os pontos onde desejam instalar-se [...] apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas [...] a existência das empresas sobre um dado território acaba por ser algo que, ao mesmo tempo, é resultado e causa de uma disputa por posições [...] cabendo às empresas mais poderosas a preferência pelos lugares mais rentáveis, enquanto as demais devem ser relegadas a posições menos produtivas. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.297).

Até porque “a ação e controle sobre uma determinada área visa garantir em última análise a reprodução da sociedade de classes [...]” (CORREA, 1996, p.48), ou melhor, da reprodução ampliada do capital para a fração de classe que o controla e o investe no setor sucoenergético.

Não obstante, anos após a implementação do Zoneamento Agroecológico da Cana, não tem sido possível constatar seus efeitos na redução dos impactos socioambientais ao setor. Muito pelo contrário, continuou ocorrendo neste período um incremento na concentração fundiária, na degradação dos solos, no uso massivo de agrotóxicos, além da permanência de mecanismos que garantem a máxima extração de mais-valia dos cortadores de cana, superexplorando-os ao ponto de serem comparados aos escravos do período colonial açucareiro, aspectos estes que serão discutidos posteriormente.

Portanto, uma política de ordenamento territorial para o equacionamento da produção sucoenergética que não leve em consideração a complexa dinâmica territorial deste setor estaria fadada a manutenção dos impactos socioambientais inerentes a sua expansão,

e funcionaria apenas como um ajuste espacial promovido pelo Estado, no sentido de salvaguardar os interesses territoriais do capital sucroenergético.

Até porque, como elucida Haesbart (2006, p.123), não considerar esta dinamicidade que confere uma lógica territorial própria a cada territorialização no espaço, seria “[...] retornar mais uma vez a políticas paliativas e setoriais de pensar a relação entre a sociedade e seu espaço”.

Persistir nessa lógica seria o mesmo que delegar plena liberdade de ação aos agentes deste ordenamento, seguindo aos interesses do seu negócio, num contexto que nosso interlocutor aponta que “[...] formar territórios é automaticamente ordená-los”.

Tanto a mediação corporativista quanto a normatização frágil, nos termos aqui apontados evidenciam que o Estado é “[...] a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns [...]” como sentenciara Marx e Engels (1998, p.76).

Trata-se na verdade daquilo que defende Harvey (2004, p.63), ao afirmar que o sistema capitalista não sobrevive sem ajustes espaciais, num contexto em que o capitalismo tem “[...] recorrido repetidas vezes a reorganização geográfica [...] como solução parcial para as suas crises e seus impasses. Assim ele constrói e reconstrói uma geografia à sua imagem e semelhança”.

Nesse caso específico, significa dizer que as políticas estatais de ordenamento territorial, como o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar não teriam efetivamente o poder de converter a produção do agronegócio sucroenergético em algo “socioambientalmente sustentável”, o que faz crer que o ZAE tenha apenas a finalidade de certificar internacionalmente a produção sucroenergética através de uma política pública que não apresenta uma perspectiva de ruptura ao modelo predatório típico do setor.

[...]Embora o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar seja anunciado pelo governo federal como uma ferramenta de planejamento da expansão com neutralidade científica, trata-se na verdade de definir as supostas vocações ambientais, econômicas e culturais dos territórios que, na prática, serão disputados entre a monocultura da cana, demais atividades agropecuárias e agricultura de base camponesa [...] Ao contrário de planejar e conter a ocupação territorial, os diagnósticos fornecem informações importantes sobre os potenciais das regiões estudadas, tais como aptidão agrícola, vocação produtiva, recursos minerais, tipo de infraestrutura existente e/ ou planejada, declividade dos solos, dentre outros.[...] O zoneamento da produção de cana não se

destina a limitar a expansão da monocultura, nem a conter desmatamentos e concentrações de terra. Ao contrário disso, representa uma cartografia que [...] permite visualizar melhores possibilidades de investimento e nortear financiamentos públicos, bem como promove uma blindagem ecológica dos agrocombustíveis. (ORTIZ et. al., 2008, p.25-26).

Portanto, não se equivocara Leff (2005, p. 264-265) ao chamar a atenção para um processo inerente à racionalidade econômica da atualidade, marcada pelo que denomina de “economização da natureza” e “ecologização da economia”, em que as grandes corporações tem encontrado no tão propalado “desenvolvimento sustentável” um nicho de mercado capaz de aumentar seus rendimentos.

[...] Atualmente há a promoção de uma exploração “conservacionista da natureza”. [...] A geopolítica da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável não só prolonga e intensifica os antigos processos de apropriação destrutiva dos recursos naturais, como também transforma as formas de intervenção e apropriação da natureza e leva ao limite a lógica da racionalidade econômica. Essa nova geopolítica da sustentabilidade se configura em um contexto de uma globalização econômica que, ao mesmo tempo que leva a uma desnaturalização da natureza, promove com o discurso do desenvolvimento sustentável, uma estratégia de apropriação que busca “naturalizar” a mercantilização da natureza. Nessa perversão do “natural” emergem as contradições entre a economização da natureza e a ecologização da economia”.

Nesse contexto, a produção de agrocombustíveis estaria apta para ser certificada institucionalmente como sendo “socioambientalmente sustentável”, embora esta medida não tenha sido acompanhada, conforme atestam Ortiz et. al (2008, p.08), de políticas públicas que assegurem a produção e a distribuição de alimentos a partir de sistemas produtivos distintos da agricultura capitalista, o que tem permitido constatar que iniciativas como o ZAE apenas tem obstaculizado a adoção de soluções reais para alcançar a sustentabilidade .

## 2 – O SETOR SUCROENERGÉTICO E TERRITÓRIOS EM DISPUTA

*Vamos alimentar carros e desnutrir pessoas. Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica. Frei Betto.*

Atualmente o Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, sendo responsável por mais de 50% do açúcar comercializado no planeta, sendo ainda líder global no *ranking* dos países produtores de agrocombustíveis derivados da cana. (MAPA, 2016, s/p.).

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apontam ainda que na safra 2015/16 o Brasil produziu cerca de 660 milhões de toneladas de cana, cultivadas em mais de 9 milhões de hectares, que por sua vez foram processadas em 33,8 milhões de toneladas de açúcar e 30,2 bilhões de litros de etanol em 379 unidades agroindustriais que operaram na referida safra canavieira.

**Figura 03:** Distribuição geográfica da produção canavieira no Brasil.



**Fonte:** Atlas da Questão Agrária.

Quanto à distribuição geográfica do setor sucroenergético no território brasileiro (Figura 03), a Conab (2016, p.63) aponta que a Região Centro Sul concentra 86,1% da produção canavieira, num contexto em que o Estado de São Paulo responde por 52% da produção nacional, seguido por Goiás e Minas Gerais com 10% cada, Mato Grosso do Sul com 7% e o Paraná com 6 %.

Conforme visto anteriormente, essa concentração espacial do setor sucroenergético no Centro-Sul pressupõe a existência de condições privilegiadas para a reprodução ampliada do capital sucroenergético em determinadas porções em que se constata uma maior produtividade geográfica, se comparada com as demais áreas do território brasileiro, num contexto em que na tradicional zona açucareira nordestina os estados que mais se destacam na produção canavieira contemporânea são Alagoas e Pernambuco, contribuindo com apenas 4% e 3% da produção brasileira, respectivamente.

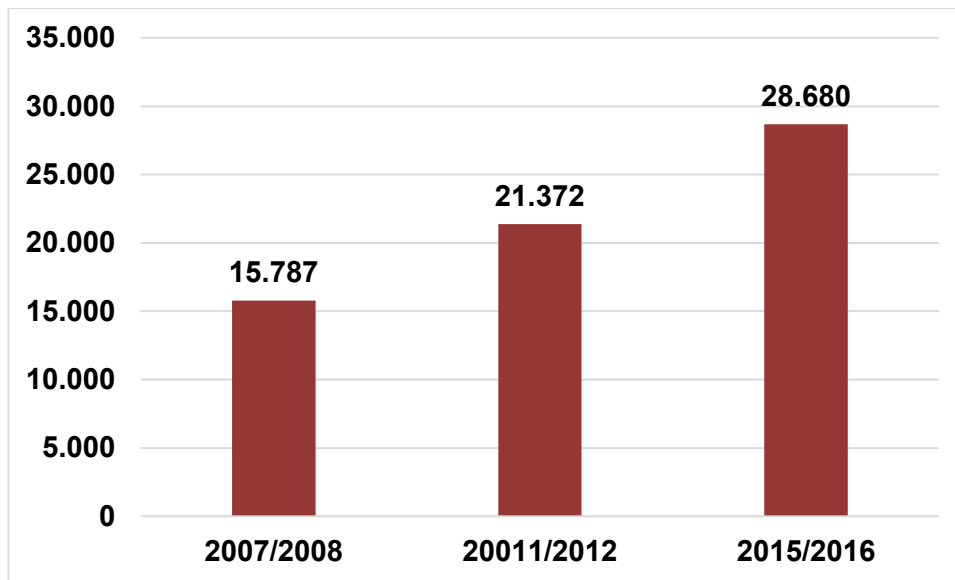
Esta configuração espacial da produção sucroenergética, que começa a ser delineada após a década de 1950, atinge seu ápice com a implementação por parte do Estado brasileiro do Proálcool na década de 1970, dando um impulso norteador do setor canavieiro para a produção de agrocombustíveis, o que orientou geograficamente para uma expansão vertiginosa da produção sucroenergética no entorno dos estados que concentravam a maior parte da frota nacional de automóveis - bem como o maior mercado consumidor de açúcar e derivados - que é a Região Centro-Sul, região esta que sofreu forte intervenção estatal através de grandes obras de infraestrutura e investimentos em ciência e tecnologia aplicada ao setor agropecuário, para ser a base de modernos complexos agroindustriais, responsáveis pela maior parte das exportações brasileiras de *commodities*. (SOUZA, 2010, p.63).

Embora o último período de expansão canavieira não tenha se processado nos patamares projetados pelo setor sucroenergético entre 2003 e 2008, - quando havia a perspectiva da consolidação de um mercado global de etanol -, dados disponibilizados pelo Ministério da Agricultura têm apontado que a safra 2015/2016 ocupou uma área 28,5% maior

do que a cultivada na safra 2008/2009, marco da desaceleração sofrida pelo setor, o que evidencia uma tendência expansiva, mesmo que em um ritmo menor que o esperado<sup>37</sup>.

Nesse mesmo período, caracterizado por fusões e aquisições por parte dos grupos mais capitalizados, notou-se ainda um incremento de mais de 80% na área média ocupada pelas unidades agroindustriais do setor<sup>38</sup>, conforme demonstra o gráfico a seguir:

**Gráfico 23:** Área média ocupada por unidade agroindustrial entre 2008 e 2016



Fonte: MAPA, 2016

Nesse contexto persiste a pertinência do debate que aponta para os impactos socioambientais inerentes a expansão do setor sucroenergético no Brasil, onde a concentração fundiária, as ameaças ao meio ambiente e a soberania alimentar somente podem ser compreendidas a luz do entendimento acerca das disputas territoriais, impactos estes que se intensificaram em todos os períodos e espaços em que se materializaram uma conjuntura favorável para a produção canavieira.

<sup>37</sup> Os preços do açúcar têm se mantido num patamar atrativo no mercado internacional devido ao déficit global desta commodity. Conforme visto anteriormente, algumas ações como o retorno da CIDE e o incremento da mistura de etanol na gasolina para 27% melhoram as perspectivas do mercado interno de etanol.

<sup>38</sup> Resultado obtido mediante a divisão da área plantada pelo número de usinas e destilarias cadastradas.

Conforme será abordado posteriormente, partilhamos da tese de que a grandeza territorial do Brasil por si só não tem sido um elemento capaz de eliminar os impactos socioambientais que se seguiram à expansão canavieira em todas as suas etapas, uma vez que de acordo com Souza (2010 p. 85-93) algumas porções espaciais são dotadas de uma produtividade geográfica superior as demais, e são justamente sob essas porções que a canavicultura mercantil tem buscado se expandir nas últimas décadas em busca do auferimento da maior renda fundiária possível.

E na medida em que tem se expandido sobre a área mais rentável para o setor agropecuário, denominada por Thomaz Júnior (2010, p.94) <sup>39</sup> como “polígono do agrohidronegócio”, acaba no âmbito das disputas territoriais, realocando cultivos menos rentáveis e suas respectivas formas e estruturas de produção – dentre eles os alimentares sob a égide da agricultura familiar -, ademais de contribuir também para a realocação de culturas da agricultura capitalista, que após serem substituídas pela cana-de-açúcar, podem se alocar geograficamente em porções espaciais nos domínios de biomas fortemente ameaçados, conforme Ortiz et.al. (2008, p. 08).

## **2.1. Os fatores de localização geográfica do setor sucroenergético**

Conceber os impactos socioambientais inerentes a histórica expansão do setor sucroenergético no Brasil no âmbito das disputas territoriais e não apenas considerar as dimensões continentais do território brasileiro é exercício analítico fundamental para se compreender a intensidade desses impactos diante das projeções expansionistas mais otimistas para o setor, independente das possibilidades de sua concretização, uma vez que as principais políticas públicas para o setor têm levado em consideração estas projeções que têm se mostrado superestimadas.

Em primeiro lugar é preciso identificar quais porções espaciais estão sendo disputadas e territorializadas pelo setor canavieiro, e mais além desta constatação, evidenciar

---

<sup>39</sup>Thomaz Júnior (2010, p.24) define como “polígono do agrohidronegócio”, uma porção territorial que compreende parte dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, o norte do Paraná, o sudoeste de Minas Gerais e o sul de Goiás.

quais usos e ocupações possuem esses espaços com elevada produtividade geográfica para o setor, cuja expansão tem se processado nas últimas quatro décadas de forma concentrada no Centro-Sul brasileiro.

Do ponto de vista edafoclimático, predomina nesta porção territorial o Latossolo Vermelho e o Latossolo Vermelho-Amarelo que, de acordo com Koffler e Donzeli, (1987, p.20-32), apresentam predominância de características favoráveis à cultura de cana-de-açúcar.

Não obstante, o norte do Paraná encontra-se sob o domínio pedológico do Nitossolo Vermelho (Terra Roxa Estruturada) que, de acordo com nossos interlocutores, é aquele que se destaca pelos melhores índices de produtividade à canavicultura mercantil brasileira.

Paralelamente às condições pedológicas, Siqueira (2008, p.173) aponta que nenhuma das atividades geoeconômicas é tão dependente das condições climáticas quanto a agricultura, sendo que os elementos climáticos mais importantes a serem observados, por controlarem diretamente o crescimento e o desenvolvimento das plantas, são a radiação solar, as precipitações pluviométricas e a temperatura.

Diniz (1984, p.113) corrobora essa tese, ao afirmar que,

[...] as diferenciações climáticas da superfície terrestre mostram a grande capacidade de adaptação das plantas e dos animais, espalhados por toda a superfície terrestre. [...] De modo geral, não se pode dizer que existam áreas exclusivas para uma determinada planta [...] e nem mesmo que as zonas mais favoráveis ao cultivo de um produto não o sejam também para o cultivo de outro [...] Embora não existam áreas exclusivas, existem, no entanto, zonas mais favoráveis a certos produtos e que podem até limitar o plantio de outros.

Nessa vertente, Alfonsi et. al. (1987, p.52) apontam que o desenvolvimento da cana-de-açúcar está intimamente ligado à temperatura do ambiente em que esta é cultivada, considerando-se ótimo para o pleno desenvolvimento desta uma média anual superior a 20 °C.

Outro ponto importante quando se trata do clima é a precipitação pluviométrica.

A cana-de-açúcar possui uma necessidade hídrica que varia entre 1.100 mm a 1.500 mm, de acordo com a Embrapa (2009, p.02).

Ainda sobre as exigências climáticas da cana-de-açúcar, há que se destacar a necessidade de um nível elevado de insolação, uma vez que:

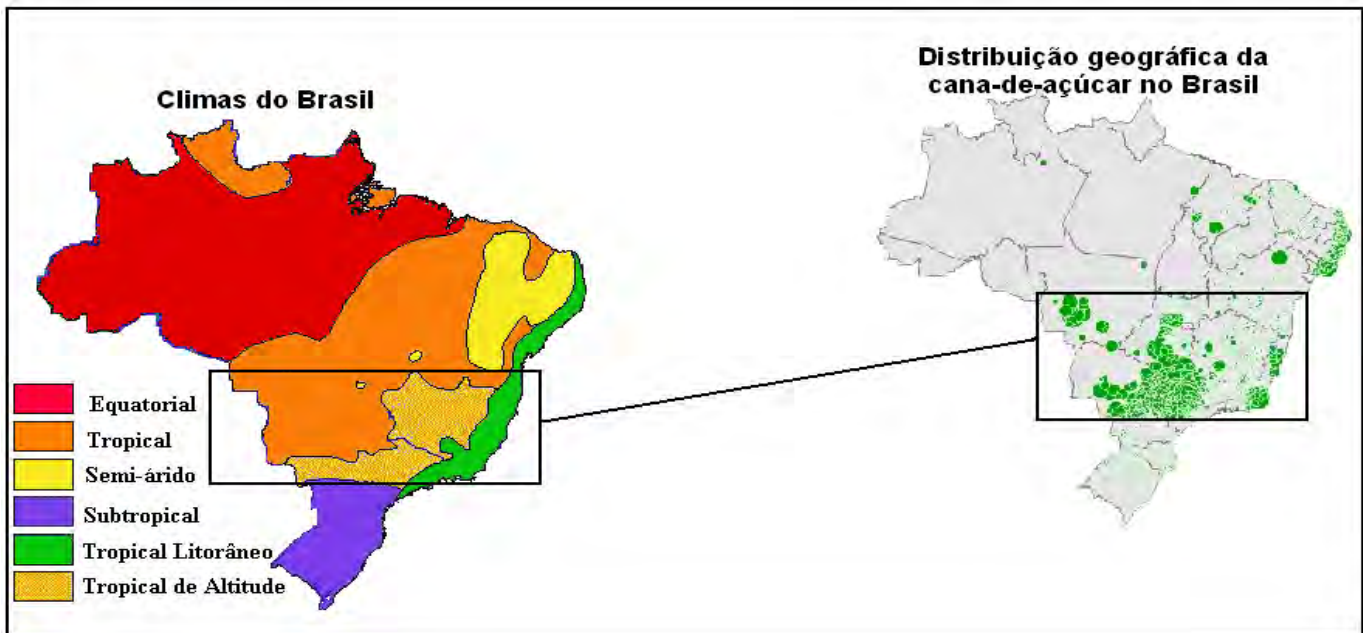
A cana-de-açúcar é considerada uma planta [...] [de] alta incidência fotossintética e ponto de saturação luminosa elevado. Portanto, quanto maior for a intensidade luminosa, mais fotossíntese será realizada pela cultura e logicamente, maior será seu desenvolvimento e acúmulo de açúcares. (ALFONSI et. al. apud PARANHOS, 1987, p.45).

De acordo com a Embrapa (2009, p. 01-03), o clima ideal para a produção de açúcar é aquele em que há a existência de uma estação quente com larga duração, contando ainda com uma alta incidência de insolação e umidade.

Por outro lado, durante a etapa da maturação, há a exigência de um período razoavelmente seco, em que a umidade vai diminuindo gradativamente, dando lugar a um clima ensolarado e com temperaturas amenas.

Como se pode notar na figura 04, há uma clara concentração geográfica da produção canavieira nas áreas de domínio do Clima Tropical e suas variantes (Clima Tropical de Altitude e Clima Tropical Litorâneo), que apresentam as características necessárias para a realização do ciclo produtivo em condições ótimas, tanto no que diz respeito à temperatura, à radiação solar e às precipitações pluviométricas.

**Figura 04:** Comparação dos tipos de clima com a distribuição geográfica da cana-de-açúcar no Brasil



**Fonte:** IBGE e Atlas da Questão Agrária (2008).  
Org. Marcos A. de Souza.

Outro fator de ordem natural que pode interferir na escolha da base física do cultivo da cana-de-açúcar é a topografia, uma vez que esta condição pode facilitar ou dificultar a drenagem e a retenção das águas das precipitações e, principalmente, a mecanização das culturas.

A esse respeito, Ross (2006, p.62-63) aponta que as condições do relevo podem se converter em um elemento facilitador ou dificultador do processo de ocupação da terra agrícola, senão vejamos:

Até meados do século XX, terras boas eram aquelas que detinham solos naturalmente férteis. Nas últimas décadas, terras boas são aquelas que apresentam relevos planos ou pouco inclinados, com solos cujas características físicas possibilitem implementar com sucesso as práticas agrícolas em sistemas mecanizados de produção.

Com relação às condições topográficas necessárias à mecanização do setor canavieiro, a Embrapa (2009, p. 26) sustenta que a maioria das porções espaciais dotadas das condições edafoclimáticas adequadas à canavicultura comercial no Centro-Sul possuem uma declividade inferior a 12%, o que as torna suscetíveis à mecanização.

A esses fatores de ordem natural somam-se os econômicos, uma vez que de acordo com Kautsky (1980, p.91) “não são apenas as diferenças de fertilidade dos terrenos que constituem a renda fundiária, mas ainda as diferenças de situação, a distância do mercado”.

Nesta mesma vertente, Andrade (1994, p. 231) reafirma o fato de que a racionalidade econômica exige que a localização geográfica de uma determinada atividade agrícola atenda prioritariamente as condições de fluidez territorial e da posição frente aos potenciais mercados, mesmo existindo condições naturais favoráveis em outras porções territoriais.

Ainda seguindo neste caminho, Szmrecsányi (1979, p.29) ratifica a importância da acessibilidade com relação aos mercados, assim como ao acesso a toda infraestrutura viária indispensável ao transporte - das matérias-primas ao escoamento da produção final - da agroindústria sucroenergética.

Nesse contexto, pode-se destacar dois fatores que exercem um grande poder de atração sobre a alocação geográfica de qualquer atividade produtiva: a distância e a qualidade dos potenciais mercados consumidores.

No caso específico da cana-de-açúcar, sua expansão ocorreu com maior intensidade após a década de 1970 quando da criação do Proálcool, cujo objetivo era, além de diversificar

a matriz energética nacional, alavancar o setor açucareiro que estava mergulhado em mais uma de suas cíclicas crises.

As ações dirigidas no sentido de prover a demanda dos veículos movidos a álcool tinham um cunho territorial claro: era preciso buscar localizações próximas à maior demanda solvável.

Eis a razão pela qual o estado de São Paulo, primordialmente, e a região Centro-Sul, posteriormente, convertem-se em foco privilegiado da expansão canavieira.

Os estados sudestinos detinham em 1970 [...] no setor rodoviário, uma frota de veículos correspondentes a 63,4% do total brasileiro, dispunha de 39,55% das rodovias do país estruturadas em rede, qualitativamente caracterizada pela grande concentração de rodovias modernas [...] agrupando 42,16% das rodovias pavimentadas federais, 63,7% das estaduais e 59,26% das municipais existentes no Brasil. (SAMPAIO, 1979, p.57).

Desta forma, a expansão da cana se deu primeiramente rumo ao interior do estado de São Paulo, e a medida que as possibilidades de ampliação das lavouras iam se esgotando, com a incorporação das áreas de melhores condições edafoclimáticas e melhor posicionamento em face dos mercados, buscavam-se novos vetores de expansão, mesmo que fora dos limites territoriais deste estado, coerente com o que sentenciara Kautsky(1980, p.90): “[...] não é o melhor terreno o que se lava primeiro, mas o mais acessível”.

Nesta mesma vertente, Sorre (1984, p.115) já apontava que a facilidade no escoamento dos produtos com vistas a sua colocação em um mercado mais ampliado, além de estimular a conjuntura para a sua produção, pode atuar ainda como um fator de vinculação de determinadas porções espaciais à especialização econômica, postulado que ainda continua em vigência, tendo em vista a concentração geográfica da produção canavieira em uma determinada porção espacial do território brasileiro:

Além de se constituir atualmente no maior mercado consumidor, São Paulo é de longe, o estado que produz mais cana e açúcar no Brasil. Sua superioridade sobre as demais áreas produtoras é devido tanto à presença de condições naturais (topografia, solos e clima) favoráveis a plena mecanização da lavoura canavieira e a obtenção de elevados rendimentos agrícolas e industriais, como a infraestrutura física e socioeconômica que contribuíram para torná-lo o estado mais economicamente desenvolvido do país. (SZMRECSÁNYI, 1979, p.76)

Dessa forma, outro fator indispensável à territorialização do agronegócio canavieiro na porção Centro-Sul, além da existência da maior frota de automóveis bicomustíveis do país, é o fato de esta contar ainda com a mais importante estrutura rodoviária, ferroviária e portuária para a realização da comercialização da produção.

Paralelamente à existência destes fatores de localização geográfica, cabe destacar ainda que o fator força de trabalho não foi um empecilho para a instalação desta cultura no formato e estrutura do agronegócio nesta porção territorial.

Tal como ocorreu em todo o espaço agrário brasileiro, a tecnificação da agricultura ocorrida após meados da década de 1970 expulsou milhões de trabalhadores de suas unidades de produção e os converteu em um gigantesco exército de assalariados rurais, os chamados boias-frias, que não têm outra opção senão vender a sua força de trabalho por um valor que comprovadamente não garante dignamente sua reprodução e a de sua família. Isto sem contar as precárias condições de trabalhos as quais são submetidos cotidianamente.

Na medida em que o setor sojicultor, canavieiro, agropecuário, ia avançando sobre outras formas de produção, outros tantos iam perdendo seus postos de trabalho e engrossando as fileiras deste exército, o que foi aumentando o potencial de exploração do trabalhador pelo agroindustrial, tornando essa abundância de mão-de-obra uma vantagem comparativa na extração da mais-valia. Isto num contexto em que “a superpopulação relativa é o fundo sobre a qual se move a lei da oferta e da procura de trabalho”. (MARX, 1984, p.870).

Além dos referidos fatores de localização, há que se atentar ainda para a influência que exerce o Estado na localização geográfica do setor sucroenergético, conforme abordado anteriormente.

Isso porque,

[...] o progresso da acumulação depende e pressupõe [...] a existência de um excedente de mão-de-obra [...] a existência [...] (ou oportunidades de obtenção) [...] de infraestrutura física [...] que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido [...] a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. [...] suscita ainda a questão da organização espacial [...] como produto da acumulação. (HARVEY, 2005, p.45-48).

Outro ponto a ser destacado e que merece uma análise especial e mais detalhada no âmbito dos fatores que atuam na alocação geográfica da produção canavieira no estado do Paraná é a predominância da territorialização desta nos municípios de pequeno porte, mesmo existindo conforme aponta o Zoneamento Agroecológico da Cana, áreas aptas para a produção canavieira em municípios de porte maior.

De acordo com os dados disponíveis no IparDES (2016, s/p.), a maior parte das unidades agroindustriais paranaenses estão geograficamente localizadas em municípios com essa tipologia, assim como também concentram a maior parte da produção canavieira, conforme será abordado posteriormente.

Isto evidencia um determinado padrão de apropriação do espaço econômico local, uma forma de territorialização destas porções espaciais onde o agroindustrial atua subjugando os elementos necessários à exploração capitalista, ou seja, os recursos naturais e a força-de-trabalho fundamentalmente.

Nesse contexto, há uma clara vantagem nesta alocação geográfica, tendo em vista que o agroindustrial passa a contar com a possibilidade de aumentar a sua taxa de exploração da mais valia, tendo em vista que os valores repassados aos trabalhadores sob a forma de salário, destinados à sua reprodução, possuem um custo relativamente baixo, se comparados aos municípios de médio e grande porte, conforme será tratado posteriormente.

Não obstante, o setor canavieiro foi e continua sendo uma das atividades econômicas das mais beneficiadas pela ação estatal desde o período colonial até os dias atuais, sendo alvo de uma série de políticas públicas que potencializaram a sua expansão rumo às melhores localizações.

Assim, conforme abordado ao longo do capítulo 1, a intervenção do Estado, por meio de suas políticas territoriais, acabou criando condições especiais que se converteram em uma vantagem comparativa, com o poder de orientar a expansão da canavicultura mercantil para uma determinada porção do espaço geográfico.

A esse respeito Souza (2010, p.46-47) afirma que dentre as principais ações do Estado que influíram decisivamente como fator de localização geográfica, foi a criação de políticas públicas que culminaram na implantação do Proálcool e na lei que determina uma mistura de 27,5% de etanol à gasolina.

Isto vem ratificar o exposto por Marx e Engels (1998, p. 22) que ressaltam que a criação de necessidades por meio de justificativas para expandir o consumo de um determinado produto com duvidoso valor de uso pelo capital impõe uma nova oportunidade para que ocorra a sua reprodução ampliada.

Neste ponto, o Estado brasileiro atuou no sentido de induzir a produção de um novo produto, assegurando aos empreendedores através de condições artificiais, a manutenção de um mercado potencial, num contexto em que ao mesmo tempo em que se reduzia a dependência do Brasil por petróleo, alavancava-se a agroindústria canavieira em mais uma de suas crises cíclicas.

Nesta mesma vertente, Thomaz Júnior (2002, p.95) aponta que o Estado brasileiro, além de decretar a adição de álcool anidro à gasolina, incentivou ainda a venda de automóveis movidos a etanol:

A partir de então, o consumo de veículos a álcool foi lastreado a incentivos fiscais aos consumidores, tais como rebaixamento de IPI, IPVA, isenção de ICMS e preços atraentes para o consumo do combustível direto, a base de 65% do valor da gasolina, sem contar o estímulo à conversão dos motores à gasolina para álcool.

Nesse contexto era de se esperar que houvesse uma concentração geográfica do setor sucroenergético nas porções territoriais adjacentes às unidades da federação que concentram o maior mercado potencial, quer dizer, aquele em que há um maior número de automóveis, além de estarem alocados próximos aos principais canais de escoamento da produção rumo ao exterior.

Não se pode esquecer ainda o fato de que o Estado, nos seus mais diversos níveis de representação, pode atuar como agente de atração destas agroindústrias, na medida em que pode se beneficiar da arrecadação de tributos, caso estas se instalem nos seus limites político-administrativos.

Para tanto, interferem na organização territorial, seja ele a nível municipal, estadual e até federal, produzindo arranjos que tornem estas porções espaciais atrativas, promovendo para isto a melhoria da infraestrutura, doação de terreno, isenção de determinados tributos, cessão de máquinas de seu parque técnico, enfim, aquilo que Santos (2006, p. 112-114) aponta como sendo a “guerra entre lugares”.

Ora, caso a combinação de todos estes fatores expostos se materializem sob uma mesma base física, estará concretizada a melhor localização geográfica para a produção da canavicultura mercantil.

É em torno destas localizações que giram as disputas territoriais entre os vários interesses de classe no campo, orientados, sobretudo pelo auferimento da maior renda fundiária possível.

Outro ponto a ser destacado é o grau de importância que possui cada um desses fatores geográficos de localização.

Isto porque os mesmos podem variar em cada setor da economia, quer dizer, o que pode ser desnecessário para a instalação de uma indústria ou um *shopping center*, como é o caso da fertilidade natural dos solos, é um fator imprescindível para a agricultura.

Dito de outra forma, a lógica que permeia a alocação geográfica do empreendimento privilegia, num primeiro momento, as áreas que possuem uma combinação convergente dos fatores naturais, sem desconsiderar as variáveis sociais, políticas e econômicas.

É por esse motivo que as áreas consideradas aptas ao cultivo de cana-de-açúcar do ponto de vista edafoclimático, mas que estão geograficamente afastadas dos grandes mercados consumidores, das porções menos privilegiadas na perspectiva do meio técnico-científico-informacional, além de estarem fora do raio de atuação das principais políticas territoriais do Estado voltadas para o setor, tendem a ter uma ocupação tardia pelo setor sucroenergético.

Consideração esta que Kautsky (1980, p. 90) elucida muito bem, ao sentenciar que a acessibilidade aos mercados é o fator preponderante para orientar o vetor de expansão de uma determinada cultura. Importância esta valorizada pela abordagem de Diniz (1984, p.27) a qual aponta que

A análise das condições de circulação é fundamental para a compreensão da organização espacial da agricultura. [...] o mercado é essencialmente visto como um ponto, um conjunto de pontos, e sua localização é fundamental. [...] em sua capacidade de absorver os produtos agrícolas, estimular a concorrência e provocar as variações de preços.

Por outro lado, existem determinadas porções espaciais que oferecem um excelente posicionamento frente ao mercado a distintas culturas em um determinado período histórico, o que sem dúvida potencializa as disputas territoriais para o seu monopólio.

E monopolizar este espaço físico privilegiado de modo a convertê-lo em fração do território sucroenergético é a garantia da extração de uma renda fundiária superior às demais localizações, onde esta combinação convergente não se materializa integralmente.

E como já foi elucidado anteriormente, se trata de uma disputa em que vencerá a atividade econômica que oferecer uma melhor possibilidade para a extração da renda da terra.

Desta forma, as frações territoriais do capital sucroenergético no Brasil estão demarcadas pela combinação favorável do máximo de variáveis positivas numa mesma porção geográfica, e que primeiramente supõem fatores irreprodutíveis pelo trabalho humano, a saber, o solo, a insolação, as precipitações pluviométricas etc.

## **2.2. Disputas territoriais e o setor sucroenergético**

Conforme foi abordado anteriormente, a expansão do setor sucroenergético após a implementação do Proálcool se deu de forma bastante vertiginosa, registrando um incremento de cerca de 375% no território brasileiro num período de aproximadamente quatro décadas, num contexto em que entre 2000 e 2008 a produção canavieira dobrou o que o Brasil levou 500 anos para produzir. (JANK, 2011, p. 06).

Poderia parecer contraditório continuar falando em expansão canavieira e seus impactos em meio a um setor que tem se caracterizado na atualidade pelo endividamento, falência de usinas, recuperação judicial de unidades agroindustriais, e cujas entidades de classe apontam que o agronegócio sucroenergético encontra-se em meio a uma de suas piores crises.

No entanto, e conforme já foi abordado ao longo do capítulo 1, as crises que têm historicamente afetado o setor não tem sido um fator limitante ao processo de expansão (RAMOS, 2011, p. 27), pois ao invés de demonstrarem a face da insustentabilidade econômica e o elevado custo social do modelo e da estrutura produtiva da agricultura capitalista (FABRINI,

2008, p.36), estas, têm sido o ponto de partida para a organização de uma nova etapa de acumulação do setor, onde o Estado tem irrefutavelmente assumido o papel de ser o comando político do capital, ratificando a condição do agronegócio como modelo prioritário de desenvolvimento para o espaço agrário, independente de seus resultados socioeconômicos e ambientais.

Assim, na medida em que o Estado vai atendendo as demandas do setor, a conjuntura favorável para a expansão canavieira vai sendo viabilizada, o que pode ser constatado através das recentes medidas adotadas pelo Governo Federal, tais como o retorno da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico-, o fim da política de contenção dos preços da gasolina para frear o crescimento da inflação e o aumento do percentual de etanol misturado à gasolina de 25% para 27%.

Por outro lado, o Brasil continua ostentando em meio a esse cenário o protagonismo global no setor canavieiro, num contexto em que a tendência de expansão territorial se manteve em ritmo levemente acelerado, inclusive superior ao de várias culturas da agricultura comercial capitalista, o que justifica a preocupação com os impactos socioambientais inerentes a esse processo expansivo.

Além do mais, conforme já dito anteriormente, as projeções da expansão previstas nos documentos oficiais do Ministério da Agricultura e demais órgãos governamentais é o que tem norteado as principais políticas públicas voltadas para o setor, o que faz com que as análises referentes aos impactos dessa expansão leve em consideração as expectativas expansionistas contidas nessas projeções, que na atualidade se mostram estrategicamente superestimadas.

É o que se constata a partir da análise do documento *“Perspectivas de Investimento 2015-2018 e Panoramas Setoriais”*, elaborado pelo BNDES (2015, p.178-179), que aponta que a fase mais crítica do período de estagnação de investimentos já teria sido superada, e os fundamentos que garantiriam a rentabilidade do setor continuaram a existir, o que sinalizaria para a perspectiva de expansão da canavicultura mercantil para os próximos anos.

Nessa mesma vertente, o documento elaborado pelo Ministério da Agricultura, *“Projeções para o Agronegócio 2015/2016-2025/2026”*, segue a mesma tendência da publicação em edições anteriores, sinalizando a superação da desaceleração no ritmo de

expansão, fundamentado num crescimento da produção de açúcar e de etanol para as próximas décadas. (MAPA, 2015, p.56-57).

Para os defensores dessa expansão, a grandeza territorial do Brasil seria a prova mais contundente de que o avanço da cultura canavieira não produziria impactos à produção de alimentos, tendo em vista que a canavicultura ocupa atualmente menos de 1% do território brasileiro e, de acordo com as projeções mais otimistas vislumbradas durante a fase expansiva do período 2002-2008, ocuparia no máximo cerca de 1,7%. (EMBRAPA, 2009, s/p.).

Na contramão desta corrente, há aqueles que apontam que o avanço da produção sucroenergética se refletiria inevitavelmente numa retração da produção de alimentos nas áreas em que ocorre prioritariamente essa expansão canavieira, o que acabaria comprometendo a soberania alimentar do país.

Nesse contexto, adotamos nesse trabalho o conceito de soberania alimentar defendido pelos movimentos sociais e expresso na Declaração do “Fórum Mundial Alimentar” realizado em Havana no ano de 2001, que a define como sendo,

“[...] o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão dos espaços rurais [...]”. (DECLARAÇÃO DE HAVANA, 2001, s/p.).

Nessa vertente, Oliveira (2008, p.14-15) sustenta que no estado de São Paulo, o maior produtor nacional de cana-de-açúcar, que contribui com mais da metade da produção canavieira do país, esta expansão veio seguida de uma ocupação da quase totalidade das terras férteis do estado e de uma retração significativa na produção de alimentos:

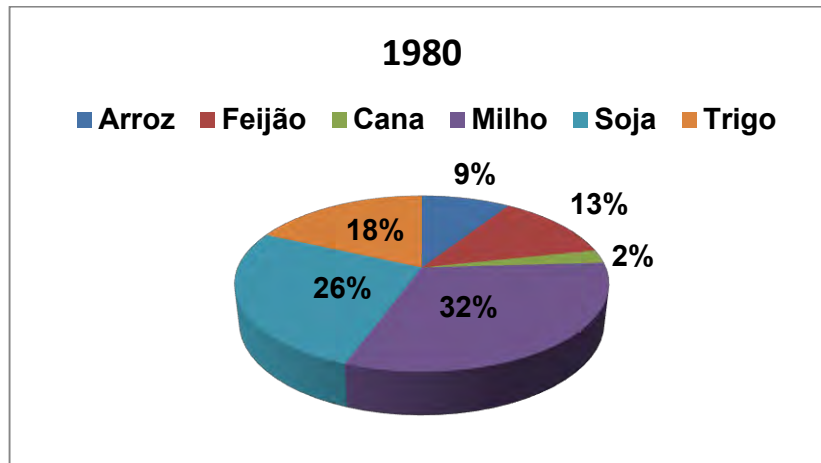
Os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu neste período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que neles ocorreu a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Esta área reduzida poderia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nestes municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. É importante destacar que embora a expansão esteja mais concentrada em São Paulo, ela já está também, no Paraná, Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. E, também nestes estados, ela reduz à área de produção de alimentos agrícolas e desloca a pecuária na direção da Amazônia e de

seu conseqüentemente desmatamento. Por isso, a expansão dos agrocombustíveis continuará a gerar a redução da produção de alimentos. Assim, não é demais lembrar que a produção dos três alimentos básicos no país, arroz, feijão e mandioca, também não crescem desde os anos noventa, e mais, o Brasil tornou-se o maior país importador de trigo do mundo.

Souza e Aguiar (2014, p.91-93), em um estudo que analisou as disputas territoriais entre a cana-de-açúcar e as culturas alimentares nos oito principais estados brasileiros produtores de cana no período compreendido entre 2000 e 2010, constataram que a expansão canavieira se processou alicerçada na retração de outras culturas, sendo as alimentares as mais afetadas nessa dinâmica.

Paralelamente a essas constatações, Souza (2010, p. 115) aponta que nas mesorregiões Norte e Noroeste paranaense, que concentram cerca de 95% da cana-de-açúcar cultivada no estado, houve um reordenamento territorial que retrata bastante essas disputas territoriais entre a cana-de-açúcar, a soja e o milho com a produção de alimentos após a década de 1980, senão vejamos:

**Gráfico 24:** Ocupação e uso dos solos por culturas selecionadas na porção setentrional do Paraná em 1980



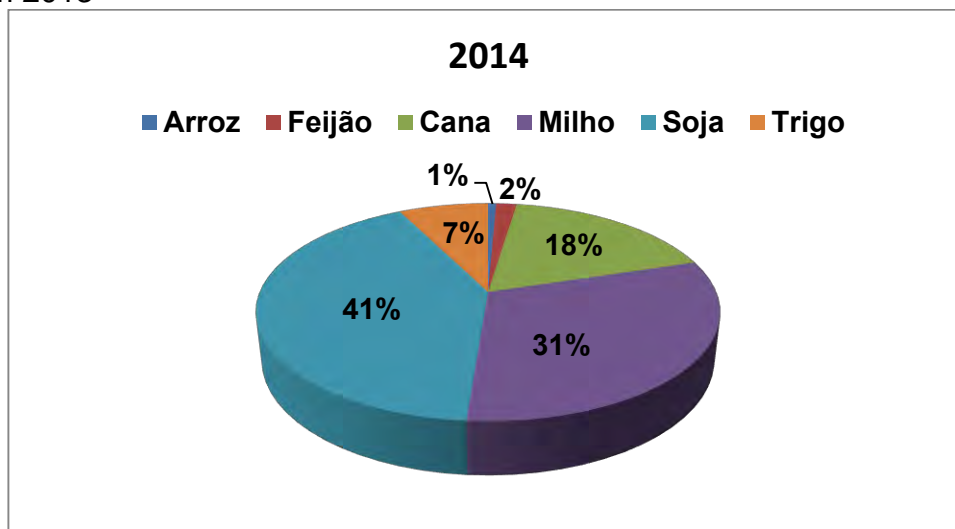
**Fonte:** IparDES, 2016.

Na década de 1980, as culturas de arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho, soja e trigo ocupavam juntas cerca de 2,1 milhões de hectares (IPARDES, 2014), dos quais 40% estavam dedicadas ao cultivo de arroz, feijão e trigo, sendo que a cana ocupava apenas 2% desta área.

Com o avanço da soja e da cana após a década de 1980, ocorreu uma inversão radical no espaço agrário setentrional do Paraná.

Em 2014, as culturas de arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho, soja e trigo passaram a ocupar juntas 3,4 milhões de hectares, dos quais 90% das terras foram cultivadas pelas culturas produzidas majoritariamente sob a égide da agricultura comercial de exportação: a soja, o milho e a cana. Apenas 10% desse total estavam ocupadas por arroz, feijão e trigo.

**Gráfico 25:** Ocupação e uso dos solos por culturas selecionadas na porção setentrional do Paraná em 2013



**Fonte:** Ipardes, 2015.

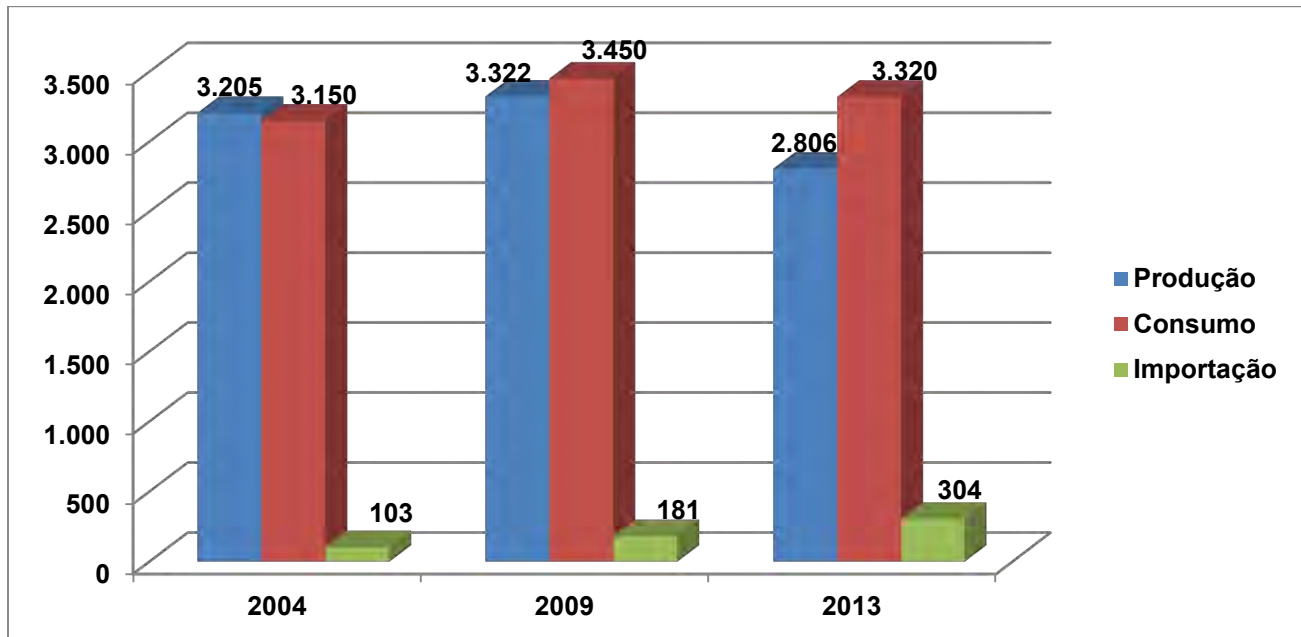
Convém ressaltar que não se pode atribuir exclusivamente a expansão da cana-de-açúcar à retração das áreas ocupadas pelos cultivos alimentares. No entanto vários estudos apontam que nas áreas de expansão canavieira houve uma retração significativa desses cultivos<sup>40</sup>, e não por acaso o vetor da expansão da canavicultura mercantil é justamente sobre as porções espaciais que produzem a maior quantidade de alimentos do país.

Por outro lado, os vultosos aportes creditícios a um setor que sempre está na iminência de “graves crises” frente aos poucos recursos desembolsados para a agricultura familiar, evidenciam que o país carece de uma política de Estado que vise garantir a soberania alimentar, num contexto em que a produção brasileira de arroz, feijão e trigo entre 2003 e 2013

<sup>40</sup> Conforme será abordado posteriormente.

não foi suficiente para atender o consumo da população, sendo necessário recorrer a importação desses alimentos que poderiam ser produzidos no país, conforme atestam os dados arrolados no Gráfico 26:

**Gráfico 26:** Balanço de oferta e demanda de feijão em 1.000 toneladas entre 2004 e 2013 no Brasil.



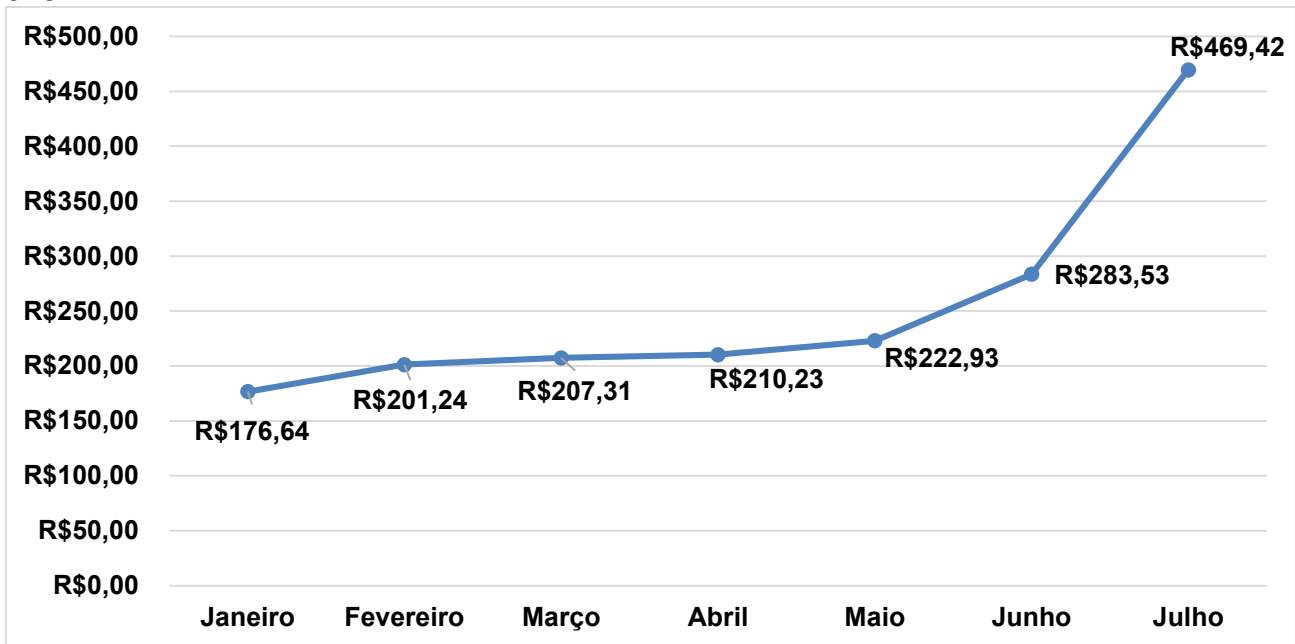
Fonte: Conab, 2014.

No caso específico do feijão, em 2004 de acordo com a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento -, o Brasil foi autossuficiente na produção desse alimento essencial na mesa do brasileiro, importando pouco mais de 100 mil toneladas para fins de estoque, enquanto que em 2014 a produção de feijão caiu 12,4%, num contexto em que o consumo cresceu apenas 5,3%, levando o país a importar um volume 294% superior ao ano de 2004.

Embora a diferença entre a produção e o consumo seja relativamente pequena, representando as importações aproximadamente 10% do total consumido no país, não deixa de ser preocupante que em 2016 uma pequena retração na área plantada e uma quebra na produção devido a fatores climáticos tenha elevado a cotação do feijão ao seu maior valor histórico, chegando o valor da saca de 60Kg a apresentar uma variação de 165% ao longo do

primeiro semestre de 2016 (Gráfico 27), e forçando o governo federal a tomar medidas que facilitassem a importação deste alimento.

**Gráfico 27:** Evolução da cotação média da saca de 60 kg de feijão entre janeiro e julho de 2016

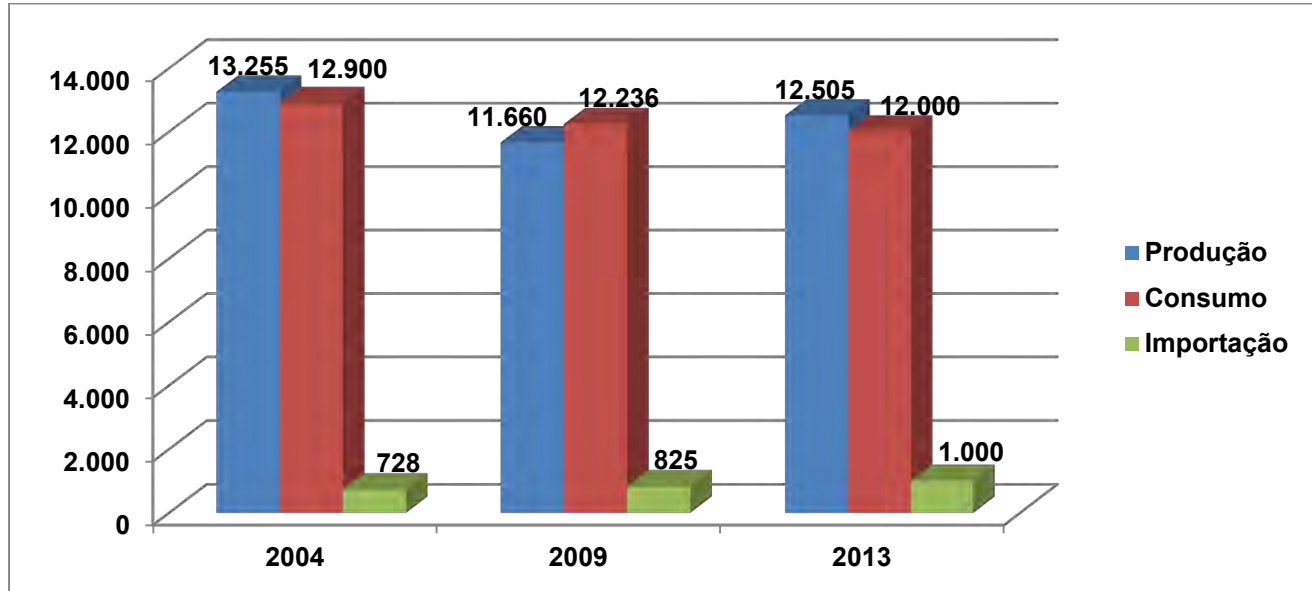


**Fonte:** Agrolink, 2016.

Algo parecido ocorre com a produção de arroz, que sofreu uma retração de 5,6% entre 2004 e 2013, obrigando o Brasil, - um país de dimensões continentais - a importar ao longo do período analisado quase 10% do arroz consumido pela população brasileira, sendo a origem destas importações a Argentina, o Paraguai e Uruguai fundamentalmente. (CONAB, 2015, s/p.).

É importante ressaltar que se a produção arroseira se mantivesse aos níveis da safra de 2004, seria suficiente para atender a demanda pelo consumo interno de arroz, não havendo assim a necessidade de importações para complementar a demanda interna, num contexto em que o consumo sofreu uma ligeira retração da ordem de 6,9%, conforme pode ser constatado no gráfico a seguir:

**Gráfico 28:** Balanço de oferta e demanda de arroz em 1.000 toneladas entre 2004 e 2013 no Brasil.



Fonte: Conab, 2014.

Apesar de fatores edafoclimáticas dificultarem a produção de trigo<sup>41</sup> em parte significativa do território brasileiro, a produção nacional recuou consideravelmente nos anos em que a canavicultura mercantil se expandiu favorecida pelas políticas estatais, sendo que as importações cresceram vertiginosamente para atender um consumo que cresceu relativamente pouco.

Em 2003 a produção brasileira de trigo foi de pouco mais de 6 milhões de toneladas, enquanto que em 2013 foi de apenas 4,3 milhões, o que representa uma queda de 27,8% em apenas dez anos. Na contramão dessa retração, as importações<sup>42</sup> sofreram um incremento de 22,8%, para atender um consumo que expandiu aproximadamente 6%.

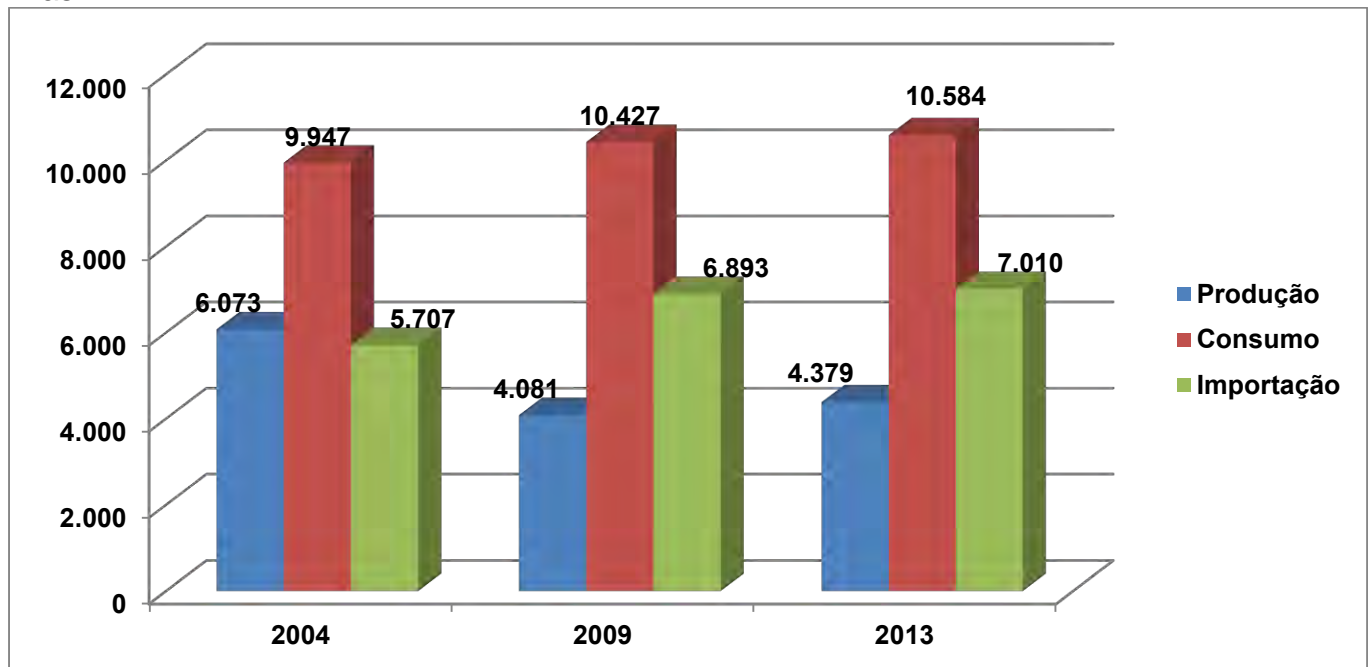
Isso representa dizer que se em 2003 o Brasil conseguiu produzir 61% do trigo consumido, em 2013 a produção nacional foi responsável por apenas 41,3% do consumo interno, o que denota um grau maior de dependência das importações (Gráfico 29),

<sup>41</sup> Apesar de se constatar uma retração significativa do trigo nos municípios canavieiros do Paraná, segundo maior produtor de trigo do país, é importante comparar a diminuição da produção deste cereal largamente importado no contexto da falta de políticas públicas para a produção de alimentos frente aos vultuosos desembolsos creditícios para as culturas exportáveis.

<sup>42</sup> O Brasil está entre os cinco maiores importadores de trigo do mundo. (MAPA, 2015).

independente das restrições de ordem natural que possam existir à produção desse cereal, uma vez que no decênio não houve oscilações na produção nacional que possam ser atribuídas a condições edafoclimáticas desfavoráveis, tomando como base o ano de 2003.

**Gráfico 29:** Balanço de oferta e demanda de trigo em 1.000 toneladas entre 2004 e 2013 no Brasil



Fonte: Conab, 2014.

Nesse contexto convém ressaltar que,

[...] o sistema alimentar não pode ser tratado exclusivamente na lógica do mercado [...] [Essa] concepção [...] sobre as vantagens comparativas produzem graves prejuízos para os sistemas alimentares. Dentro dessa lógica, a importação de alimentos básicos tende a dismantelar a produção doméstica para comprar “mais barato” dos países ricos, induzindo a reorientação de seus recursos produtivos a agricultura de exportação “mais competitivos e de maior valor agregado” para os mercados do Primeiro Mundo. É uma mentira que os países não devem preocupar-se por estabelecer e conduzir políticas de Estado que garantam a segurança alimentar de seus cidadãos. Os neoliberais argumentam que o supermercado global dos países exportadores resolve qualquer pedido sem problema algum [...] (DECLARAÇÃO DE HAVANA, 2001, s/p.).

Ora, se a grandeza territorial do Brasil, por si só, é capaz de assegurar a expansão da monocultura canavieira, - assim como as demais culturas vinculadas ao agronegócio - sem impactar negativamente a produção de alimentos, o que explica essas constatações que

apontam para uma retração da produção de alimentos nas áreas em que há uma clara e evidente disputa entre a agricultura capitalista e o campesinato/agricultura familiar?

Isso só pode ser explicado, conforme abordado anteriormente, através da compreensão da seletividade espacial, orientada pela possibilidade de auferimento da maior renda fundiária possível, produzindo assim disputas territoriais entre vários setores e distintas formas e estruturas de produção, que mesmo diante da grandeza territorial do Brasil buscam alocar-se nos espaços de maior produtividade geográfica, uma vez que de acordo com Santos (2006, p.247-248), os espaços não são capazes de rentabilizar em patamares iguais uma determinada produção.

Isso ocorre - conforme já demonstrado - devido ao fato de que cada atividade possui uma lógica própria de alocação geográfica, e esta aponta para porções espaciais dotadas de uma combinação convergente de vários fatores.

E é por esse motivo que Smith (1988, p. 191) irá sentenciar que os capitalistas estarão sempre buscando escolher as localizações mais vantajosas, num contexto em que considera a favorabilidade da localização geográfica no mesmo nível da inovação tecnológica como fonte da mais valia relativa.

Na agricultura, estes fatores poderiam ser identificados como sendo a fertilidade natural dos solos, a localização com relação aos mercados consumidores e aos canais de exportação, os fatores climáticos etc.

Todos esses fatores naturais, políticos, econômicos e sociais atuando em uma mesma base territorial acabariam formando o que Santos (2006, p.47) conceitua como sendo “a produtividade espacial ou geográfica”, ou seja, a capacidade que um determinado lugar tem de rentabilizar em patamares diferenciais a produção.

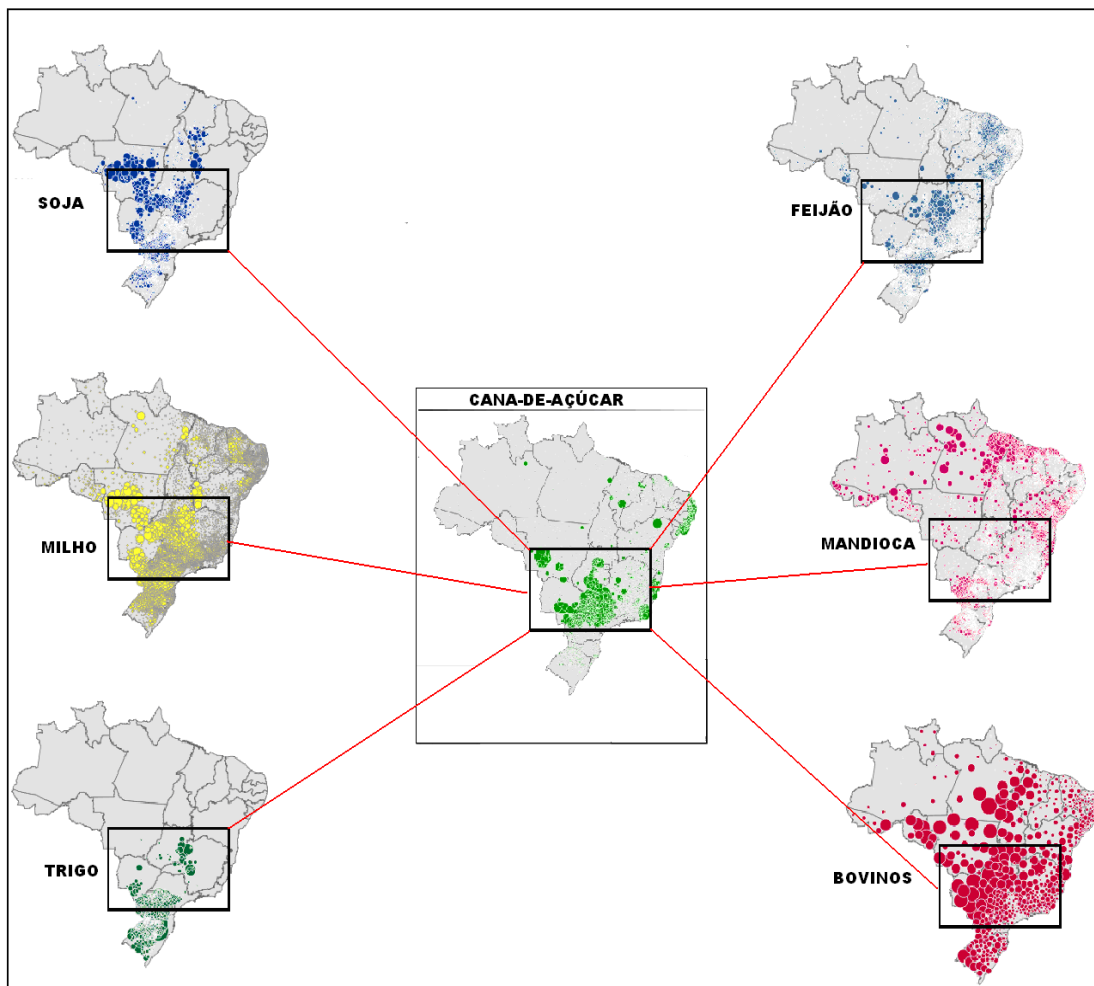
Corroborando esta tese, Haesbart (2004, p. 121) aponta que “[...] o espaço geográfico é moldado ao mesmo tempo por forças econômicas, políticas, culturais ou simbólicas e “naturais” que se conjugam de formas profundamente diferenciadas em cada local”.

Num contexto em que existem determinadas porções espaciais capazes de possibilitar ao agroindustrial a extração de uma maior renda fundiária do que em outras, é natural no âmbito da racionalidade econômica capitalista que os empresários agrícolas se

apresseem na corrida para a monopolização dos solos mais férteis e melhor localizados com relação aos mercados, que possam lhe conferir uma maior renda diferencial. (OLIVEIRA, 2007, p.47).

A figura 05 aponta o foco privilegiado destas disputas territoriais no país, que também tem sido o foco prioritário da expansão canavieira:

**Figura 05:** Disputas territoriais na área de expansão prioritária da cana



**Fonte:** Atlas da Questão Agrária Brasileira, 2008.

É por esse motivo que o argumento da grandeza territorial do Brasil, comumente utilizado para invocar a suposta compatibilidade entre a expansão de várias culturas da agricultura capitalista, dentre elas a canavicultura mercantil, frente a produção de alimentos,

esbarra na dinâmica territorial da agropecuária capitalista, isto é, na seleção das áreas de expansão prioritárias.

A figura 05 mostra que a territorialização dos monopólios do setor sucroenergético tem historicamente se processado de maneira mais expressiva em apenas alguns estados do Centro-Sul brasileiro, o que aponta que as porções espaciais aí localizadas têm sido historicamente o foco privilegiado destas disputas territoriais, que continuaram ocorrendo mesmo durante a desaceleração da expansão canavieira dos últimos anos.

Nesse contexto, a incorporação de novas áreas à produção sucroenergética tenderia a mobilizar disputas por porções espaciais que potencialmente já estão ocupadas pela soja, pelas pastagens, pelo trigo, pelo arroz, feijão, milho, mandioca, etc.

O fato de o Centro-Sul do Brasil concentrar 88,8% de toda a cana-de-açúcar cultivada no país demonstra que a seletividade espacial dos agroindustriais não tem considerado, desde o lançamento do Proálcool na década de 1970, a grandeza territorial do país como alvo para sua territorialização, num contexto em que nem todas as porções espaciais do território brasileiro apresenta a produtividade espacial apontada por Santos (2006, p.247), capaz de rentabilizar a atividade sucroenergética nos seus patamares máximos.

Dados da UNICA (2016, s/p.) apontam que entre a safra de 2008/2009 e a de 2014/2015, período marcado pelo endividamento, recuperação judicial e fechamento de dezenas de usinas, o estado de São Paulo apresentou uma incorporação de novos 875,6 mil hectares de cana-de-açúcar, enquanto que Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso mais que dobraram sua área canavieira cultivada: de 610,4 mil hectares na safra 2008/2009, Minas Gerais passa para 1.090 milhão na safra 2015/2016, enquanto que Goiás passa de 416,1 mil na safra 2008/2009 para 1,08 milhão de hectares na safra 2015/2016.

Já o estado de Mato Grosso do Sul incorporou neste mesmo período 387,4 mil novos hectares a sua área canavieira, passando de 252,4 mil hectares na safra 2008/2009, para 639,8 mil hectares em 2015/2016, enquanto que o estado do Paraná apresentou a menor taxa de expansão entre os cinco maiores produtores do país (12,2%), passando de 594,5 mil hectares em 2008/2009 para 667,2 mil hectares na safra 2015/2016.

Esse incremento de mais de 2,4 milhões de hectares de cana nos cinco maiores estados produtores do país<sup>43</sup> no período de maior desaceleração do setor após sua fase expansiva iniciada em 2003, demonstra que continuam existindo significativas disputas territoriais entre a cana-de-açúcar e as demais culturas que ocupam uma base territorial em que existe uma combinação convergente de fatores edafoclimáticos, econômicos e de acessibilidade aos mercados favoráveis a canavicultura mercantil, fazendo com que a territorialização dos monopólios do setor sucroenergético continue ocorrendo prioritariamente no Centro-Sul do Brasil, a despeito da grandeza territorial do país.

Nesse contexto, a disputa da lavoura canavieira pela melhor localização geográfica tende a impactar o espaço agrário das regiões já inseridas dinamicamente na economia nacional/internacional, uma vez que a alocação geográfica do setor se dá preferencialmente nas áreas que asseguram maior renda da terra, independentemente de se tratar de áreas cultivadas com feijão, trigo, milho, pastagens, soja, mandioca etc.

Conforme já foi dito anteriormente, o dinamismo econômico e a produtividade espacial apontada por Santos (2006, p. 247-248), encontrados na região Centro-Sul, faz com que as porções espaciais aí localizadas sejam as preferidas pelo agronegócio, e desta forma, sejam as áreas prioritárias não só para a expansão da cana, mas também de outras culturas produzidas no âmbito de distintos formatos e estruturas de produção agropecuárias.

E todas estas disputas vão produzindo uma delimitação territorial específica, delineadas através de relações de poder, (RAFFESTIN, 1993, p.144), poder este que emana dos grupos detentores do capital investido na produção canavieira e que travam uma luta com outras formas territoriais já existentes, em busca do açambarcamento da renda fundiária em patamares diferenciais.

É nesse contexto que o poder triunfante nesta disputa por território acaba por controlar as terras, subjugar os recursos naturais, o poder político na sua representação local, além de redefinir o processo de produção do espaço geográfico através de suas demandas (por máquinas, infraestrutura, mão-de-obra etc.).

---

<sup>43</sup> Isto equivale a uma porção espacial superior a toda a área cultivada por arroz no país em 2015, que foi de 2,1 milhões de hectares de acordo com o IBGE (2016, s/p.).

Em outras palavras, o capital sucroenergético, ao delimitar a área para o seu objetivo, reserva para si o papel preponderante tanto no ordenamento quanto na gestão deste território, cuja produção se processa “[...] de acordo com os sujeitos que os constroem [...]” (HAESBART, 2004, p.21) e a sua reprodução se dá no âmbito da própria reprodução ampliada do capital, como atesta Oliveira (2004, p.40).

Na verdade, se trata de uma ação do capital monopolista travando uma batalha pela melhor localização geográfica, (onde o capital investido seja melhor remunerado) inviabilizando outras atividades, num cenário onde,

[...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território [...] a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA, 2002, p.74-75).

Dito de outra forma, a expansão do setor sucroenergético obedece a uma lógica em que se busca territorializar porções espaciais com uma maior “produtividade geográfica”, capaz de possibilitar ao agroindustrial do setor canavieiro uma maior renda fundiária.

Enfim, como a tendência histórica iniciada com a implementação do Proálcool aponta para uma concentração espacial e não para uma expansão sobre todo o território nacional, perde força o argumento da compatibilidade entre a produção canavieira e os cultivos alimentares por exemplo.

Isto porque não se pode contabilizar os milhões de hectares existentes no Brasil aptos para a expansão agropecuária como um fator que, por si só, garante a expansão da canavicultura mercantil, uma vez que nem todas estas porções são capazes de proporcionar renda da terra nos mesmos patamares.

A possibilidade de se auferir esta renda territorial em patamares diferenciais em determinadas porções espaciais transforma estas nas áreas prioritárias a serem disputadas pelo setor sucroenergético, independentemente de estas áreas já estarem ocupadas por outras culturas agropecuárias.

Essa lógica já fora identificada por Santos (2006, p.79), para o qual na atual fase do desenvolvimento do capitalismo,

[...] o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. (Santos, 2006, p.79).

Nesta mesma vertente, Prado Júnior (1981, p.17) assevera que “[...] em geral é a grande propriedade que ocupa as terras mais favoráveis, seja pelas suas qualidades naturais, seja pela sua localização”, fato que potencializa as disputas territoriais em porções espaciais onde há a possibilidade de a renda da terra ser auferida em patamares diferenciais.

Como, de acordo com as leis da física, dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço, ganha esta disputa a cultura que proporcionar maior renda territorial.

Desta forma, e conforme demonstrado anteriormente, intensas disputas territoriais poderão ocorrer nesta porção privilegiada do espaço geográfico brasileiro, orientadas pela rentabilidade das culturas, gerando um intenso processo de territorialização-desterritorialização e reterritorialização, quando o milho, o trigo, o feijão, a soja ou as pastagens encontrarem-se nos vetores prioritários da expansão da cana nos períodos conjunturais mais favoráveis.

Isto irá ocorrer independentemente da existência de milhões de hectares vagos ou subaproveitados pela pecuária, mas que não dispõem de vantagens locais para a viabilidade da produção sucroenergética.

E é esta mesma lógica de territorialização que atua na expansão da fronteira agrícola rumo a biomas e ecossistemas fortemente ameaçados, como a Amazônia e o Cerrado, por exemplo.

O fato é que se os defensores do negócio canavieiro afirmam ser ínfima a participação da produção de cana na Amazônia, por exemplo, ignoram propositalmente o fato de que atualmente não existe o interesse, muito menos a necessidade de se expandir rumo a esta porção territorial, tendo em vista os próprios fatores locais tratados anteriormente.

Embora o Centro-Sul do Pará, Rondônia e o estado do Acre possuam solos favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar (KOFFLER; DONZELI apud PARANHOS, 1987, p.37), existe uma série de fatores “limitantes” no momento, como a distância dos mercados, as condições logísticas nem sempre viáveis, em oposição à abundância de terras na região

Centro-Sul do Brasil, onde os fatores locacionais são mais atrativos, a despeito da existência de outras culturas.

É aí que a expansão canavieira é mais um fator a ameaçar os biomas indicados. Isto porque estaria se processando um rearranjo territorial no espaço agrário brasileiro, posto que culturas eliminadas pela expansão da cana-de-açúcar acabariam se realocando em áreas de fronteira, como a Amazônia e o Cerrado por exemplo. Em outras palavras, ainda que a cana não “invada” a Amazônia diretamente, as pastagens, a soja, o milho o farão.

Afinal, “e nos casos em que a cana-de-açúcar ocupa áreas de outras commodities ou pastagens cabe perguntar para onde se desloca a soja? Para onde vão os bois? Para a Amazônia?” (CORDEIRO, 2008 p. 20).

Nesse contexto, Oliveira (2008, p. 15) irá sustentar que embora a produção esteja mais concentrada no estado de São Paulo, “[...] ela já está também, no Paraná, Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. E, também nestes estados, ela reduz à área de produção de alimentos agrícolas e desloca a pecuária na direção da Amazônia e de seu conseqüentemente desmatamento”.

Nessa mesma vertente, Ortiz et. al (2008, p.08) aponta uma das possíveis respostas para esses questionamentos, senão vejamos:

A expansão do plantio da cana, juntamente com outros cultivos [...], como a soja e o eucalipto, já está deslocando diversos cultivos, assim como parte do rebanho bovino, para novas áreas. A Amazônia, centro das preocupações da comunidade internacional é, ironicamente, a região do Brasil onde o gado bovino se expande mais rapidamente, à custa de mais devastação. O aumento do rebanho bovino nos estados da Amazônia foi uma constante entre os anos 2003 e 2006, com taxas de crescimento anual entre 14 e 48%, enquanto a média nacional situou-se em 5,9%. Por isso, a proibição do plantio de cana na região Amazônica é uma medida ineficaz na contenção dos desmatamentos.

Não se trata de utilizar argumentos que primam por considerar a cana-de-açúcar em separado da dinâmica territorial do rearranjo espacial ocorrido no espaço agrário através da territorialização-desterritorialização e reterritorialização das culturas.

E esta invasão indireta ocorrerá até que a cana-de-açúcar encontre disponível uma localização geográfica mais favorável que a da região amazônica, por exemplo.

Andrade (1994, p.231) aponta que o homem possui uma grande capacidade de modificar os condicionantes naturais, adaptando-se a eles mediante a biotecnologia, que

desenvolve sementes específicas para um determinado ambiente edafoclimático, estende a irrigação para zonas áridas, constrói uma infraestrutura interconectando áreas remotas aos grandes centros consumidores, dentre outras.

O fato é que para tanto, o homem, aqui o agroindustrial, necessita imobilizar certa quantidade de capitais para implementar estes arranjos e melhorias proporcionados pela ciência e pela técnica.

A tendência é que antes disso se transformar em um imperativo para a expansão do seu negócio, há uma busca incessante pela localização geográfica onde os investimentos requeridos sejam menores.

Se por acaso estas virem a se esgotar, e continuar existindo uma demanda considerável, aí sim será viável investir na biotecnologia, na correção dos solos, enfim na adaptabilidade artificial da canavicultura a áreas que atualmente se apresentam hostis, assim como pode vir a ocorrer o direcionamento das políticas territoriais do Estado para esta região.

A partir desta situação, a cana-de-açúcar estaria diretamente na linha de frente da expansão da fronteira agrícola sobre estes biomas e ecossistemas, fato que até o momento não se apresenta de forma viável do ponto de vista da racionalidade econômica capitalista, embora não se possa isentar o setor sucroenergético dos danos provocados pela expansão da fronteira agrícola para estas localidades, uma vez que este comportamento já ocorreu com outras culturas da agricultura capitalista, como é o caso da soja e a própria cana cultivada no Cerrado mato-grossense, por exemplo.

Quanto ao rearranjo territorial destas culturas, embora tenha havido uma expansão extraordinária da cana-de-açúcar durante a primeira década do século XXI, todas as culturas rentáveis que puderam se realocar no território não sofreram oscilações na produção. (SOUZA, 2010, p.54).

Isto ocorre porque, conforme já abordado anteriormente, a demanda por estes produtos continuou existindo, principalmente a externa, e estas culturas não deixaram de ser produzidas no país, dada a sua rentabilidade.

Dessa forma, nota-se que as culturas “engolidas” pela cana, ou por outros setores da agricultura capitalista como a soja, o milho ou as pastagens, que apresentam um nível de rentabilidade considerável foram na verdade deslocadas, motivadas pelos altos rendimentos

que seu cultivo ainda pode oferecer devido a continuidade da demanda, ou seja, se realocaram, procurando se instalar na melhor localização geográfica disponível.

E isto ocorreu e continuará ocorrendo, mesmo que ao preço da destruição das bases naturais da própria vida, além de potencializarem os conflitos fundiários em regiões conflagradas e monopolizarem dezenas de milhares de hectares de terras em prol da reprodução ampliada do capital aí investido.

Esta lógica já fora identificada por Marx (1984, p.766) quando aponta que em determinado momento da evolução do capitalismo no campo, a expansão da terra cultivada se orienta rumo aos piores solos, do ponto de vista das culturas que auferem maior renda fundiária.

Apostar que em razão de os cultivos canavieiros se concentrarem a mais de dois mil quilômetros da Floresta Amazônica<sup>44</sup> não haverá impactos neste bioma é um argumento simplista, e faz parte de um engodo cujo objetivo é produzir a certificação de “ambientalmente sustentável” para conquistar potenciais futuros mercados internacionais de etanol, como parte dos esforços pela transformação do etanol na mais nova *commoditie* do agronegócio nacional.

Certificação esta defendida pelos promotores privados e pelo próprio Estado, através de suas políticas territoriais, como o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar e o chamado Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, num contexto em que:

A demanda por produtos certificados é uma forte tendência mundial que visa garantir aos consumidores a adoção de critérios socioambientais nos processos produtivos, considerando os três pilares da sustentabilidade – ambiental, social e econômico. (UNICA, 2010).

É a busca e a disputa pela melhor localização geográfica possível que explica o rearranjo territorial do espaço agrário brasileiro, em que monopolizar as porções do espaço geográfico dotadas de uma combinação convergente entre os vários fatores de localização, significa a possibilidade real de se extrair uma maior renda fundiária.

---

<sup>44</sup> Embora estas distâncias estejam superestimadas no Zoneamento Agroecológico da Cana elaborado pela Embrapa, conforme abordado anteriormente, cabe ressaltar que há agroindústrias canavieiras produzindo em grande escala no Mato Grosso, estado que se encontra na zona limítrofe do Cerrado com o bioma amazônico, e que na safra 2014/2015 colheu 225 mil hectares de cana (CANASAT, 2015, s/p.).

Ao desfrutar da melhor localização geográfica, classes ou frações de classe passam a auferir renda em patamares diferenciais, além de controlar a terra, os recursos naturais, a força de trabalho, as políticas públicas etc, numa demonstração incontestável de controle e capacidade de ordenação territorial conforme interesses privados.

### **3 - A DINÂMICA GEOGRÁFICA DO AGRONEGÓCIO SUCROENERGÉTICO NO ESTADO DO PARANÁ**

Ao contrário do que ocorreu na região nordeste, o estado do Paraná não fez parte do ciclo da cana-de-açúcar durante o período colonial. Do ponto de vista econômico, mesmo na primeira metade do século XX, a produção canavieira estadual era praticamente inexpressiva.

Isto porque este estado somente veio a se constituir como fronteira econômica no século XIX, ao contrário do Nordeste, que por características geográficas inalienáveis, sobretudo a localização com relação aos fluxos do e para o além-mar, aliado às condições edafoclimáticas, converteu-se em espaço privilegiado para a implantação da monocultura açucareira nos moldes conhecidos.

Enfim, naquele contexto, a própria localização geográfica do Paraná é um fator não negligenciável, tendo em vista a posição em relação ao grande mercado consumidor europeu, que durante o período colonial era o principal e praticamente exclusivo destino das exportações do açúcar produzido nos trópicos.

A este respeito, Andrade (1994, p.54) aponta que apesar de a cana começar a ser cultivada no litoral do Paraná no século XVII, foi somente em 1878 que fora implantado o Engenho de Morretes – primeiro grande empreendimento do setor canavieiro no estado - não chegando este a funcionar com toda a sua capacidade operacional, uma vez que havia dificuldades na captação de mão-de-obra, além de estas terras estarem geograficamente localizadas em encostas acidentadas e dotadas de um clima que não atendia às necessidades da cana-de-açúcar.

A região que congregava as condições naturais, econômicas e sociais para o pleno desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar no estado do Paraná, que corresponde geograficamente às faixas de terras localizadas nas mesorregiões norte e noroeste, principalmente, só seriam ocupadas e teriam expressividade econômica a partir da segunda metade do século XX, quando se consolida o processo de ocupação e colonização desta porção territorial.

E como se sabe, a incorporação econômica do norte do Paraná foi um apêndice da expansão da cultura cafeeira<sup>45</sup> que já se encontrava há quase um século instalada no vizinho estado de São Paulo e que predominou no espaço agrário do norte/noroeste paranaense até meados da década de 1970.

Corroborando esta afirmação, Carvalheiro (2005, p.03) sustenta que,

A economia do Paraná desenvolveu-se historicamente quase que exclusivamente em função de estímulos externos – sejam eles de origem nacional ou internacional, sendo que até o término da terceira década do século XX o Estado do Paraná não passava de uma economia periférica no sistema econômico brasileiro. O Estado ocupava uma posição de dependência em relação ao Estado de São Paulo no início de seu desenvolvimento econômico, pois seu motivador principal de desenvolvimento e integração, a cultura de café, estava ligado à economia paulista.

Nesse contexto, a região da Zona da Mata nordestina, que corresponde ao chamado Nordeste Açucareiro, bem como algumas áreas produtoras da região Sudeste, eram as duas porções espaciais de maior expressividade na produção de cana - de- açúcar, enquanto que no Paraná os estabelecimentos produtivos nesta época estavam constituídos “[...] fundamentalmente por engenhos ou engenhocas, uma vez que a falta de capitais e tradição nesse tipo de atividade permitiam somente suprir a demanda doméstica [...] auxiliadas por frequentes importações de açúcar [...], sobretudo de São Paulo.” (SHIKIDA; RISSARDI JR, 2007, p.20).

Shikida (2001, p.28) aponta que em meados da década de 1930 o estado do Paraná possuía apenas 316 engenhos que atuavam no processamento da cana-de-açúcar – o que correspondia a cerca de 1,3% da produção nacional - fundamentalmente na produção de açúcar e derivados, como aguardente e rapadura.

Foi somente a partir da década de 1940 que começam a se instalar no Paraná unidades agroindustriais açucareiras de grande porte, como é o caso da implantação da Usina Malucelli em 1947 e da Usina Central” em Porecatu, que já figurou entre as maiores usinas do setor sucroenergético da América Latina.

---

<sup>45</sup>De acordo com Westphalen et al (1969, p.223), o Paraná chegou a produzir um terço da produção mundial de café.

Porém, o grande marco na expansão do setor sucroenergético pelo estado do Paraná foi a criação, pelo governo militar brasileiro, do Proálcool, cujo objetivo principal era alavancar a agroindústria sucroenergética através da criação de uma demanda interna por etanol diante de uma crise internacional no preço do açúcar e do endividamento dos agroindustriais canavieiros, como aponta Yoshinaga (2006, p.78).

Neste mesmo período (década de 1970), ocorria no estado do Paraná, assim como no estado de São Paulo, a intensificação de um processo que se iniciara em meados da década de 1960: a substituição das lavouras cafeeiras por outras culturas.

Nesse contexto, a cana-de-açúcar surge como uma alternativa econômica à agricultura de base empresarial, pois esta substituição foi favorecida pelos recursos públicos do estado brasileiro, que começou a atuar nesse sentido já na década de 1960 no estado de São Paulo e depois em todo o Centro-Sul:

A expansão da agroindústria canvieira no estado de São Paulo ocorreu conforme o planejamento político engendrado pelo Grupo Executivo de racionalização da Agricultura – GERCA – cujos estudos realizados desde 1961 apontava que as usinas de açúcar eram as atividades agroindustriais prioritárias para substituir a agricultura cafeeira [...] o Instituto Brasileiro do Café – IBC- firmou convenio com o IAA, visando a coordenação conjunta do programa de erradicação dos antieconômicos cafeeiros. (YOSHINAGA, 2006, p.78).

É a partir destas iniciativas empreendidas pelo Estado brasileiro, cujo papel histórico no processo de formação econômica nacional privilegiou as formas de produção agropecuária mercantil, que ocorreu uma expansão vertiginosa da agroindústria sucroenergética no Paraná.

Isso pode ser comprovado ante a ampliação tanto da área plantada quanto do aumento do número de usinas e destilarias implantadas, sobretudo nas mesorregiões norte e noroeste paranaense<sup>46</sup>, onde as condições naturais constituem de forma satisfatória o ambiente edafoclimático da cana-de-açúcar, além do fato de que a porção setentrional do Paraná se encontra geograficamente na região de maior frota nacional de automóveis, conseqüentemente, o maior mercado consumidor de etanol.

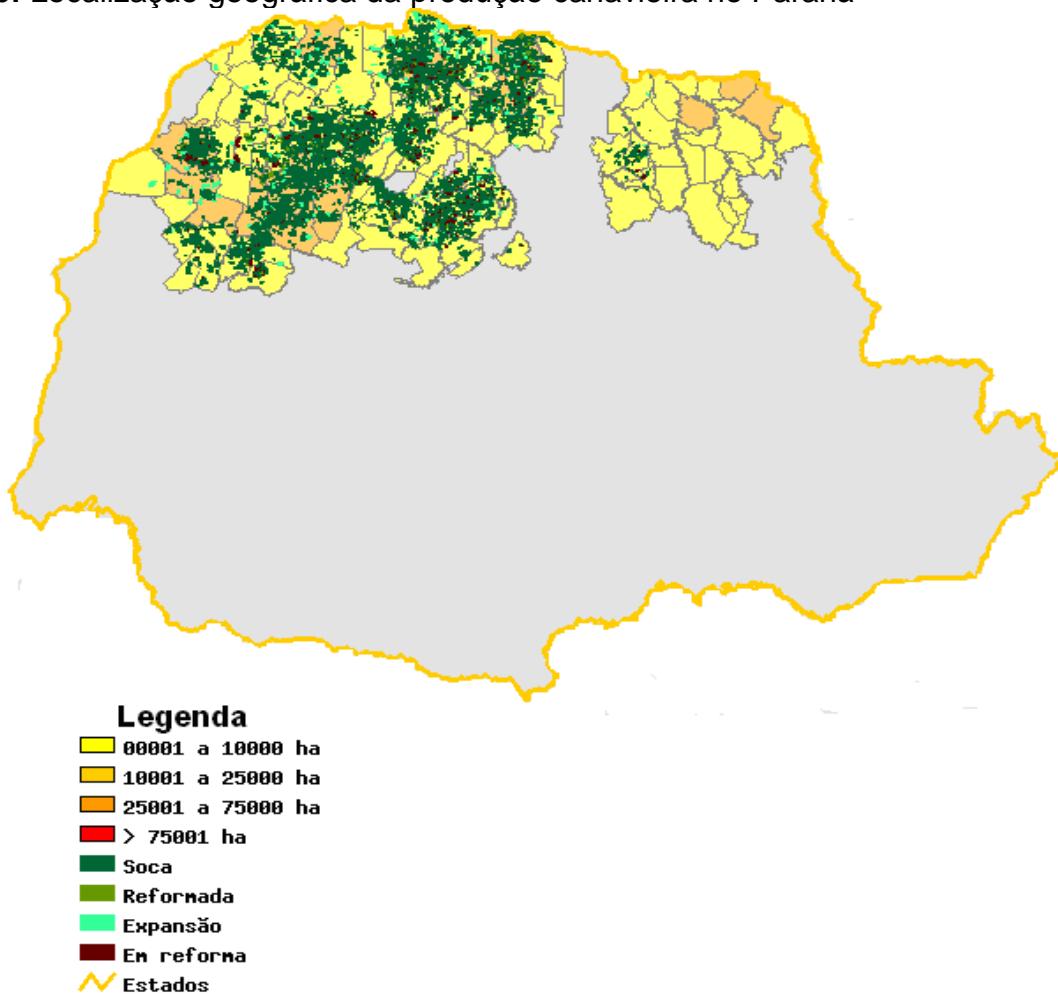
---

<sup>46</sup>De acordo com Ipardes (2015, s/p.) a porção setentrional do estado do Paraná (Norte Pioneiro, Norte Central e Noroeste Paranaense) concentra aproximadamente 95% da produção canvieira no estado.

Nesta mesma vertente, Szmrecsányi (1979, p.79) aponta que a partir da implantação do Proálcool ocorreu uma expansão sem precedentes da produção canavieira no Paraná, mais especificamente na porção setentrional do estado, principalmente por esta apresentar os mais elevados rendimentos no setor naquela conjuntura favorável à expansão.

Assim, logo nos primeiros anos da implantação deste programa, o Paraná dobra a sua capacidade instalada para a produção de açúcar e incrementa consideravelmente a de álcool, passando de 24,5 milhões de litros para 61,2 milhões de litros.

**Figura 06:** Localização geográfica da produção canavieira no Paraná



**Fonte:** Canasat, 2015 – Safra 2015/2016.  
Adaptado por Marcos A. de Souza

Shikida e Rissardi Jr. (2007, p.13) apontam que este processo de expansão da agroindústria sucroenergética pelo estado do Paraná passou por três fases distintas, ocorridas após o Proálcool: uma marcada pelo intervencionismo/subvencionismo estatal e pela criação do Proálcool, outra marcada pela popularização dos automóveis movidos exclusivamente por etanol, e uma terceira, caracterizada pela desregulamentação do setor sucroenergético.

De acordo com nossos interlocutores, a primeira delas, que vai do ano de 1975 até 1979, é marcada por um crescimento moderado, onde o modelo subvencionista era um imperativo para a viabilidade econômica do setor, sendo a produção de etanol (álcool anidro) a que mais crescia, na medida em que o Estado instituía a adição deste agrocombustível a gasolina para assegurar uma demanda para a produção.

Esta ação coordenada pelo Estado, que atuou no sentido de instituir “[...] canais de financiamentos para montagem de usinas [...] nas regiões cafeeiras [...]” (YOSHINAGA, 2006, p. 78), explica o fato de que várias cooperativas cafeeiras do Norte e do noroeste do estado investiram na implantação de agroindústrias sucroenergética, como é o caso da COROL, COFERCATU, Nova Produtiva, COOPERVAL etc, como alternativa ao declínio da cafeicultura mercantil, que significava anteriormente a maior participação da renda destas cooperativas.

Nesse contexto, no período entre 1980-2006, houve uma diminuição de 94,3% na área ocupada pelo café no norte e noroeste paranaense (IPARDES, 2008, s/p.), passando de 635,8 mil hectares em 1980 para apenas 35.825 em 2014, enquanto que com a cana-de-açúcar ocorreu o contrário.

No que diz respeito à área cultivada no estado do Paraná, desde a implantação do Proálcool, os dados mostram a passagem de 47.570 ha em 1978 para 679,6 mil ha na safra canavieira de 2014/15, o que equivale a um aumento de cerca de 1.330%. (IPARDES, 2015, s/p.).

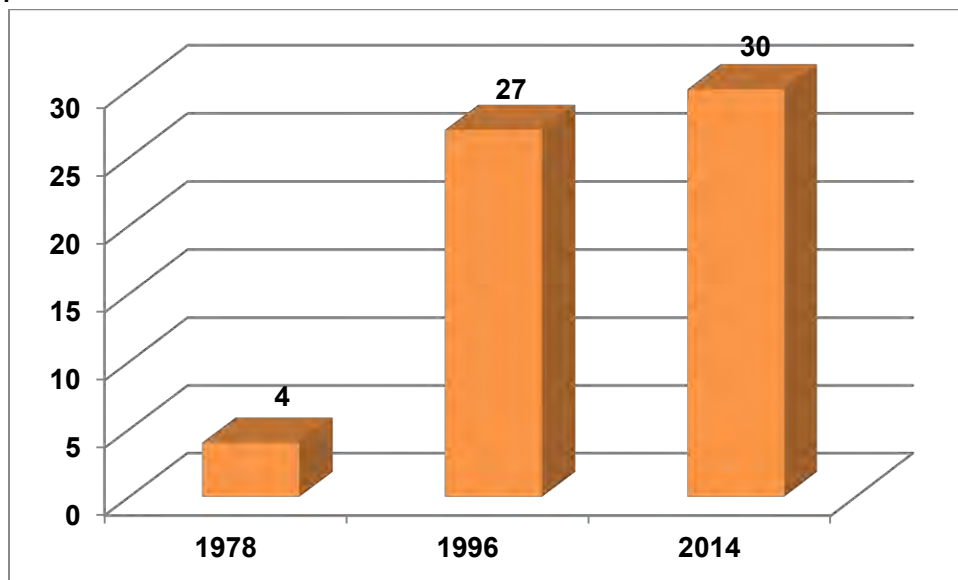
Outro ponto a ser destacado, e que confere importância ao estado do Paraná no cenário da produção canavieira, é o aumento da participação da produção paranaense na produção nacional de cana-de-açúcar, passando de 2,8% durante a safra 1978/1979 para 6% da safra brasileira em 2014/2015, como apontam os dados do Ministério da Agricultura (BRASIL, 2015, p.157).

Um olhar mais detalhado sobre o período em questão aponta o seguinte: entre os anos de 1980 e 1985 ocorreu de fato uma expansão acelerada do setor canavieiro, tendo em vista que ocorreu um incremento da demanda pela popularização dos automóveis movidos exclusivamente a etanol (álcool hidratado).

Se na safra de 1978/1979 existiam no Paraná apenas quatro unidades produtoras de cana moída, em 1986 já eram 26, como aponta Shikida (2001, p.34), o que representa um aumento da ordem de 650% em apenas 7 anos.

Atualmente existem 30 usinas e destilarias em operação no Paraná, concentradas principalmente no norte/noroeste do estado. O Gráfico 30 dimensiona a evolução histórica no número de usinas e destilarias canaveiras no Paraná:

**Gráfico 30:** Evolução do número de agroindústrias canaveiras no Estado do Paraná entre 1978 e 2014.

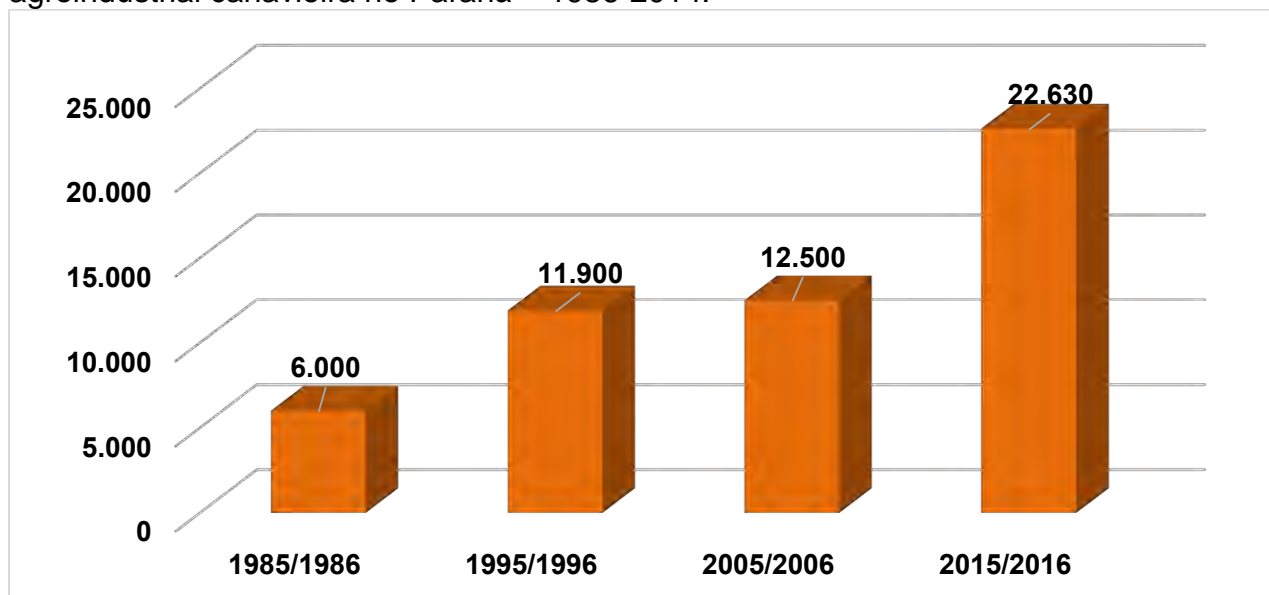


Fonte: Alcopar, 2014

Quando se verifica uma expansão em proporções tão pronunciadas como esta, faz-se necessário refletir sobre as consequências inerentes à expansão das principais culturas da agricultura capitalista pelo território nacional, num contexto em que Andrade (1994, p.61) ratifica que a expansão canaveira provocou profundas transformações socioespaciais no norte do Paraná, sendo a concentração fundiária uma das mais iminentes.

Só para se ter uma ideia desta concentração, em 1986, ano ápice da fabricação de automóveis movidos a etanol, no estado do Paraná havia uma média de 6 mil hectares de área plantada para cada unidade agroindustrial, sendo que na safra 2014/2015 esta média já era de 22.630 hectares por unidade, o que significa um aumento de 277% na área média demandada por cada usina ou destilaria dos grupos monopolistas territorializados no estado, conforme retrata o gráfico a seguir:

**Gráfico 31:** Evolução no tamanho médio em hectares cultivado por cada unidade agroindustrial canavieira no Paraná – 1986-2014.



Fonte: ALCOPAR, 2016.

Nesta mesma vertente, os dados censitários apontam para a consolidação de um processo em que a estrutura fundiária do estado do Paraná mostra uma tendência crescente à concentração, constatação está visível na diminuição em cerca de 33% no número de estabelecimentos agropecuários no período de 1970 a 2006, ao mesmo tempo em que há um incremento de 20% da área ocupada pelas atividades agropecuárias. (IBGE, 2006).

Esta redefinição da estrutura produtiva supõe novos critérios de gestão do território, sujeitando-o a uma nova forma de produzir, onde o monopólio das terras (através da propriedade privada ou do arrendamento) passa a desempenhar um papel preponderante no

auferimento da renda fundiária, que move a racionalidade econômica capitalista no âmbito da agricultura de base empresarial.

**Tabela 04:** Evolução histórica da estrutura fundiária paranaense entre 1970 e 2006.

| Variáveis                                       | 1970       | 1980       | 1996       | 2006       |
|---|------------|------------|------------|------------|
| <b>Número de estabelecimentos agropecuários</b> | 554.488    | 454.103    | 369.875    | 371.063    |
| <b>Área Total (ha)</b>                          | 14.625.530 | 16.330.330 | 15.945.632 | 15.391.782 |

**Fonte:** IBGE, 2009.

É necessário compreender que esta concentração fundiária é inerente ao *modus operandi* da agricultura capitalista, o que representa dizer que o capitalista só investe no campo para remunerar o seu capital aí investido, ou melhor, reproduzi-lo de forma ampliada, ao contrário do camponês, que cultiva a terra para retirar dela a sua sobrevivência e a de sua família.

Nesse contexto, a partir do avanço da soja, do milho e da cana-de-açúcar no espaço agrário paranaense, a estrutura fundiária do Paraná foi ficando cada vez mais concentrada, sendo caracterizada pela diminuição considerável dos pequenos estabelecimentos agropecuários, geralmente vinculados a produção camponesa/familiar de alimentos, incidindo diretamente na produção agroalimentar que retrocedeu vertiginosamente, mesmo com o aumento da produtividade que se verificou em praticamente todas as culturas, o que configura nos impactos referentes as disputas territoriais que tratamos ao longo do 2º capítulo.

Para se ter uma ideia dos impactos destas disputas territoriais na intensificação da concentração fundiária, basta verificar na tabela 05 que os estabelecimentos agropecuários com menos de 10 hectares foram os que sofreram a maior retração entre 1985 e 2006, diminuindo quase 30% em números absolutos.

**Tabela 05:** Estrutura Fundiária do Paraná por tamanho dos estabelecimentos agropecuários entre 1985 e 2006

| Área<br>(Hectares) | Número de estabelecimentos agropecuários |         | Área Total dos estabelecimentos agropecuários/hectares |           | Variação no número de estabelecimentos entre 1985-2006 |
|--------------------|--|---------|--|-----------|--|
|                    | 1985                                     | 2006    | 1985   | 2006      |  |
| Menos de 10        | 229.015                                  | 165.522 | 1.129.731  | 725.579   | -27,7%   |
| De 10 a 19         | 102.536                                  | 81.907  | 1.458.442  | 1.180.900 | -20,1%   |
| De 20 a 49         | 84.180                                   | 66.194  | 2.598.319  | 2.040.828 | -21,3%   |
| De 50 a 99         | 25.529                                   | 22.304  | 1.787.066  | 1.570.123 | -12,6%   |
| De 100 a 199       | 12.729                                   | 12.363  | 1.773.841  | 1.727.880 | -2,8%  |
| De 200 a 499       | 8.232                                    | 10.315  | 2.529.279  | 3.434.749 | +25,3%   |
| De 500 a 999       | 2.464                                    | 2.417   | 1.714.617  | 1.661.239 | -1,9%  |
| Acima de 1.000     | 1.548                                    | 1.209   | 3.197.940  | 3.050.485 | -21,8%   |

**Fonte:** IBGE, Censos Agropecuários de 1985 e 2006.

Se em 1985 representavam 49% do total de estabelecimentos agropecuários do Paraná e 7% da área ocupada pela agropecuária paranaense, em 2006 eram 45,5% dos estabelecimentos ocupando apenas 4,7% da área total. Já os estabelecimentos agropecuários com mais de 200 hectares que eram apenas 2,63% do total em 1985 e controlavam 45,3% das terras ocupadas pela agropecuária, em 2006 passam a ser 3,8% do total, ocupando aproximadamente 53% da área total.

Aliada a esta discussão em que fica evidente que o avanço da agricultura capitalista, da qual a canavicultura mercantil faz parte, significou a intensificação da concentração fundiária, há ainda o debate que envolve as disputas territoriais existentes entre este tipo de agricultura com a produção dos alimentos para o mercado interno.

Trintin (2001, p. 90-91), ao analisar a estrutura produtiva da agricultura paranaense, assevera que o processo de modernização da base técnica da produção agropecuária no estado, esteve relacionado com a introdução de culturas voltadas à exportação, tais como a soja, o milho e a cana-de-açúcar.

De acordo com o autor, a expansão destas culturas nos moldes da agricultura comercial capitalista foi facilitada por políticas de crédito subsidiado por parte do Estado brasileiro, que direcionou principalmente o crédito de custeio para fomentar a produção de culturas comerciais em detrimento das culturas alimentares, o que possibilitou uma expansão

vertiginosa da soja, do milho, da cana-de-açúcar, do algodão e das pastagens, além de uma retração significativa do arroz, do feijão e outros gêneros alimentícios cultivados no Paraná.

De acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2016, s/p.), em 1980 havia 390.545 hectares cultivados com arroz no estado. Já em 2014 a área havia caído para 29.059 hectares, o que representa uma queda de 92,5%.

Outro alimento fundamental que compõe a base alimentar do brasileiro é o feijão. Em 1980 se colheu 815.088 hectares no Paraná, segundo dados do IparDES (2016, s/p.). Por outro lado, em 2014 a área colhida foi de 468.662 hectares, o que representa um declínio da ordem de quase 50%.

Algo próximo aconteceu com a batata inglesa, que teve uma diminuição de 42,6% da área plantada nesse período, passando de 42.630 hectares em 1980 para 28.931 hectares em 2014 (IPARDES, 2016, s/p.).

Por outro lado, ocorreram avanços expressivos na expansão da soja, do milho e da cana-de-açúcar no período analisado. Nesse contexto, a área colhida com soja aumenta 108%, passando de 2,4 milhões de hectares em 1980 para cerca de 5 milhões de hectares em 2014, e a área colhida com milho expande 14,3%, passando de 2,1 milhões de hectares em 1980 para 2,4 milhões em 2014. Já a cana-de-açúcar apresentou um incremento de 1.070% na área colhida, saltando de 57,9 mil hectares para 679,6 mil hectares em 2014.

Muitos poderão salientar que esses dados referentes a todo o Paraná são incoerentes com a análise que aponta que o avanço da canavicultura mercantil contribuiu com a retração das culturas alimentares no estado, num contexto em que o *otimum* de localização geográfica para o setor canavieiro seria a porção norte/noroeste paranaense.

Trata-se do discurso de que o avanço da cana-de-açúcar não poderia estar associado à diminuição das áreas destinadas à produção de alimentos, como arroz e feijão.

Para refutá-lo, nada melhor que tomar as mesmas variáveis observadas anteriormente, tendo como foco o Norte Pioneiro, o Norte Central e o Noroeste Paranaense, território do capital sucroenergético nos diversos períodos e conjunturas que alteraram a dinâmica expansiva do setor. (Tabela 06).

Para melhor dimensionar a contribuição da expansão canavieira à retração da produção de alimentos<sup>47</sup>, o período compreendido entre 1980 à 2014 foi dividido em três etapas conjunturais, de acordo com a evolução da produção do setor sucroenergético (Tabela 06).

A primeira etapa, que abrange o quinquênio 1980-1985 é caracterizada como a fase expansiva mais dinâmica do Proálcool no estado, com a expansão canavieira crescendo a um ritmo de 29% ao ano, além da implantação de 22 usinas<sup>48</sup> e destilarias no Norte e Noroeste do Paraná. (SHIKIDA, 2001, p.34).

Nessa etapa, as culturas de café, arroz, feijão, milho e soja sofrem retrações consideráveis no Norte e Noroeste paranaense, ao mesmo tempo que a área ocupada pela cana tem um aumento vertiginoso.

Não obstante pode ser constatado nesse período a diminuição do rebanho bovino em quase 6%, enquanto que o rebanho suíno sofre uma retração da ordem de 22,7%.

No bojo das disputas territoriais em que fica evidente a contribuição do setor sucroenergético na retração de outras culturas, também fica explícito que na medida em que as culturas mais rentáveis vão substituindo as culturas menos rentáveis, formas e estruturas de produções vão sendo aniquiladas no vetor dessa expansão, caracterizando uma expulsão de camponeses e pequenos produtores, que têm historicamente produzido a maior parte dos alimentos consumidos no país.

---

<sup>47</sup> Dada a diversidade geoeconômica no estado do Paraná, e inclusive no Norte e Noroeste paranaense, ficará mais evidente a contribuição da expansão canavieira para a retração da produção de alimentos no capítulo 04, quando abordaremos essa dinâmica nos municípios canavieiros.

<sup>48</sup>Em 1980 o Paraná possuía apenas quatro unidades processadoras de cana e em 1986 já eram 26, como aponta Shikida (2001, p.34).

**Tabela 06:** Evolução de atividades agrícolas selecionadas no Norte e Noroeste paranaense em milhares de hectares entre 1980 a 2014

| Cultivo       | Fase Expansiva do Proálcool |       | Variação de 1980-1985 | Conjuntura Favorável Contemporânea |         | Variação de 2002-2008 | Conjuntura Atual |         | Variação de 2009-2014 | Variação de 1980 - 2014 |
|---------------|-----------------------------|-------|-----------------------|------------------------------------|---------|-----------------------|------------------|---------|-----------------------|-------------------------|
|               | 1980                        | 1985  |                       | 2002                               | 2008    |                       | 2009             | 2014    |                       |                         |
| <b>Arroz</b>  | 193,3                       | 84,1  | <b>-56,4%</b>         | 33,1                               | 14,2    | <b>-57,01%</b>        | 27,7             | 21,4    | <b>-22,7%</b>         | <b>-88,9%</b>           |
| <b>Café</b>   | 513,6                       | 371,8 | <b>-27,6%</b>         | 114,4                              | 92,5    | <b>-19,1%</b>         | 76,1             | 34,2    | <b>-55,05%</b>        | <b>-93,3%</b>           |
| <b>Cana</b>   | 51,1                        | 125,5 | <b>+145,5%</b>        | 330,1                              | 550,7   | <b>+66,8%</b>         | 547,4            | 639,9   | <b>+16,8%</b>         | <b>+1.152%</b>          |
| <b>Feijão</b> | 262,2                       | 183,1 | <b>-69,8%</b>         | 105,7                              | 74,6    | <b>-29,4%</b>         | 84,7             | 59,1    | <b>-30,2%</b>         | <b>-77,4%</b>           |
| <b>Milho</b>  | 661,1                       | 612,1 | <b>-7,4%</b>          | 779,4                              | 872,9   | <b>+11,9%</b>         | 738,4            | 956,9   | <b>+29,5%</b>         | <b>+44,7%</b>           |
| <b>Soja</b>   | 547,2                       | 508,2 | <b>-7,1%</b>          | 987,3                              | 1.147,4 | <b>+16,2%</b>         | 1.307,5          | 1.488,7 | <b>+13,8%</b>         | <b>+172%</b>            |
| <b>Trigo</b>  | 383,4                       | 425,7 | <b>+11%</b>           | 433,1                              | 452,1   | <b>+4,4%</b>          | 506,5            | 255,2   | <b>-49,6%</b>         | <b>-33,4%</b>           |

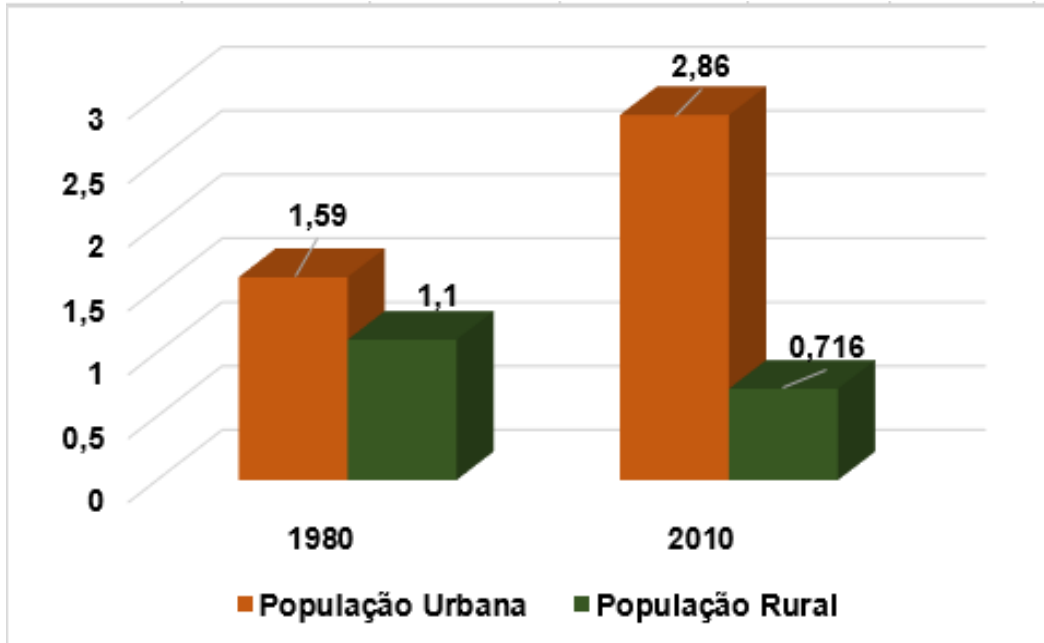
Fonte: Ipardes, 2016.

**Tabela 07:** Evolução do rebanho bovino e suíno em milhões de cabeças no Norte e Noroeste paranaense entre 1980 a 2014

| Atividade             | Fase Expansiva do Proálcool |      | Variação de 1980-1985 | Conjuntura Favorável Contemporânea |       | Variação de 2002-2008 | Conjuntura Atual |       | Variação de 2009-2013 | Variação de 1980-2014 |
|-----------------------|-----------------------------|------|-----------------------|------------------------------------|-------|-----------------------|------------------|-------|-----------------------|-----------------------|
|                       | 1980                        | 1985 |                       | 2002                               | 2008  |                       | 2009             | 2014  |                       |                       |
| <b>Rebanho bovino</b> | 5,03                        | 4,7  | <b>-5,9%</b>          | 5,1                                | 4,5   | <b>-10,9%</b>         | 4,5              | 4,1   | <b>-8,8%</b>          | <b>-18,4%</b>         |
| <b>Rebanho Suíno</b>  | 1,3                         | 1,04 | <b>-22,7%</b>         | 0,671                              | 0,625 | <b>-6,6%</b>          | 0,675            | 0,505 | <b>-25,1%</b>         | <b>-61,1%</b>         |

Fonte: Ipardes, 2016.

**Gráfico 32:** Dinâmica demográfica no Norte e Noroeste paranaense em milhões de habitantes entre 1980 e 2010



Fonte: IPARDES, 2014

Só para se ter uma ideia da intensidade desse processo que está intimamente relacionado com a diminuição da produção de alimentos, entre 1980 e 2010 a população rural do norte e noroeste paranaense sofreu uma retração da ordem de 35% (IPARDES, 2014, s/p.), sendo que nesse mesmo período o número de estabelecimentos agropecuários diminuiu 18,5% (IBGE, 2009, s/p.), evidenciando a concentração fundiária no estado. (Gráfico 32).

As retrações na produção de gêneros alimentícios impactam negativamente a produção estadual, conforme demonstrado anteriormente, num contexto em que o Norte e Noroeste paranaense eram em 1980 responsáveis por 49,5% do arroz, 32,1% do feijão e 30% do trigo produzido no estado.

A segunda etapa, que vai do ano de 2003 até 2008, ano da crise econômica internacional, é caracterizada como sendo a reedição da conjuntura favorável para a produção sucroenergética do Proálcool, com o diferencial de que além de atender a crescente demanda interna, objetivava atender uma demanda externa a ser constituída através da perspectiva da construção de um mercado global de etanol.

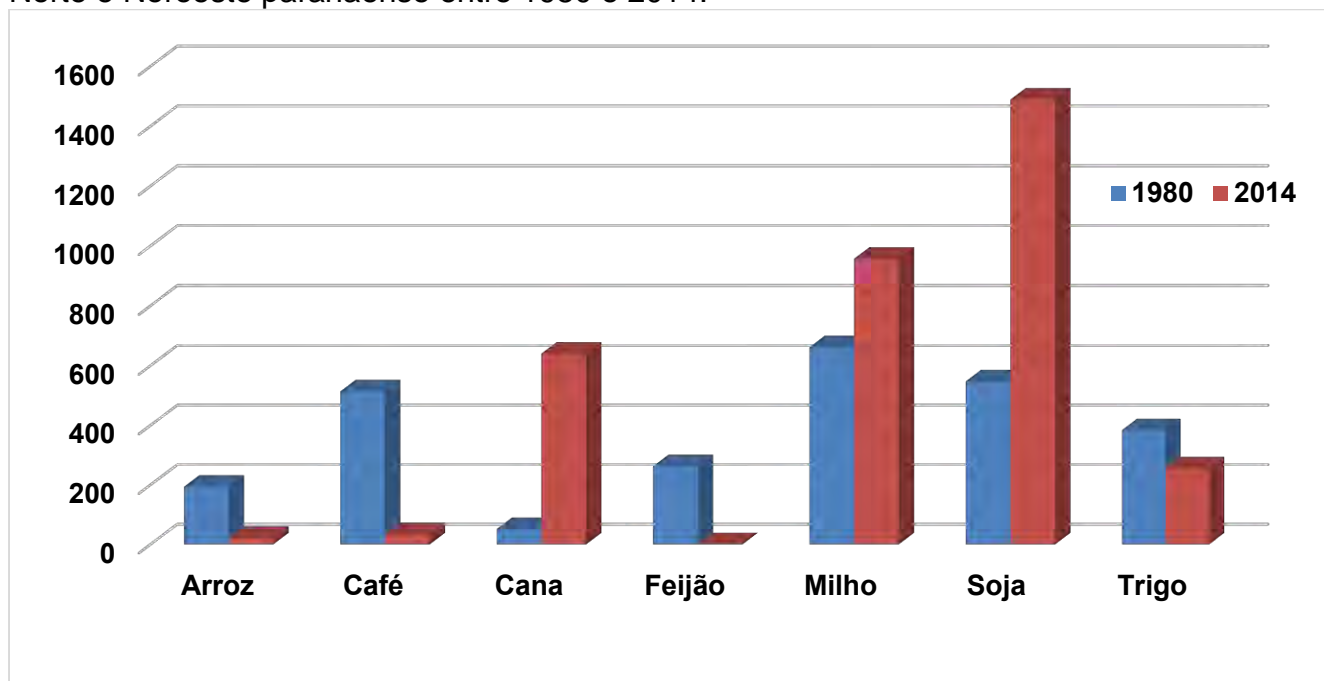
Nesse período a cana expande em mais de 66% no Norte e no Noroeste paranaense, num ritmo seis vezes mais acelerado do que o milho, quatro vezes o da soja e quinze vezes o da expansão do trigo.

E isso sem falar nas vertiginosas retrações do arroz, que tem a área ocupada reduzida em mais de 57%, a de feijão em quase 30%, além de se constatar uma diminuição do rebanho bovino em 10,9% e de 6,7% do rebanho suíno (IPARDES, 2014, s/p.).

Conforme abordado ao longo do capítulo 01, após a crise econômica internacional de 2008 e seus desdobramentos, a produção canavieira tem se expandido em um ritmo menos acelerado, dinâmica esta constatada também com a soja e o trigo.

No período compreendido entre 2009 e 2014, a cana, mesmo com as entidades de classe alegando que o setor vive uma grave crise, tem sua área expandida em aproximadamente 17% no Norte e Noroeste paranaense, num contexto em que a soja segue apresentando um ritmo de expansão ligeiramente inferior ao da cana, na ordem de 13,8%, enquanto que o milho apresenta um expressivo crescimento de 29,5%. (Tabela 06).

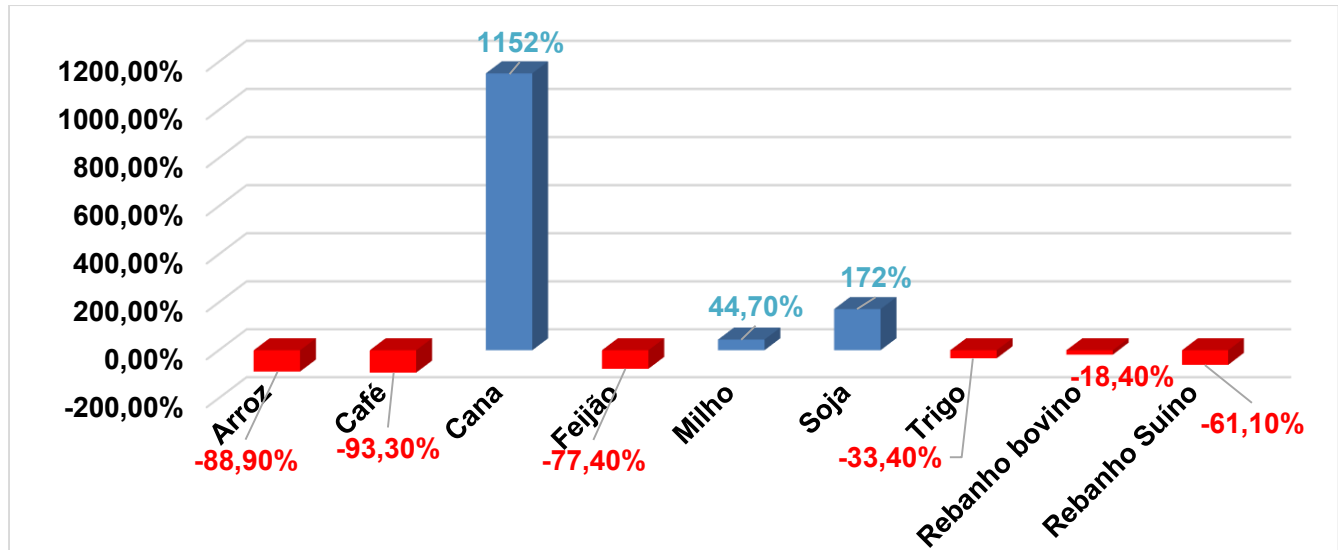
**Gráfico 33:** Evolução de atividades agropecuárias selecionadas em milhares de hectares no Norte e Noroeste paranaense entre 1980 e 2014.



Fonte: IPARDES, 2016

Por outro lado, a produção de alimentos básicos como arroz e feijão continuou com a tendência de retração expressiva, com 22,7% e 30,2% respectivamente, ao passo que também houve diminuição na área ocupada pelo trigo e no número de cabeças de gado bovino e suíno.

**Gráfico 34:** Evolução percentual de atividades agropecuárias selecionadas entre 1980 e 2014.

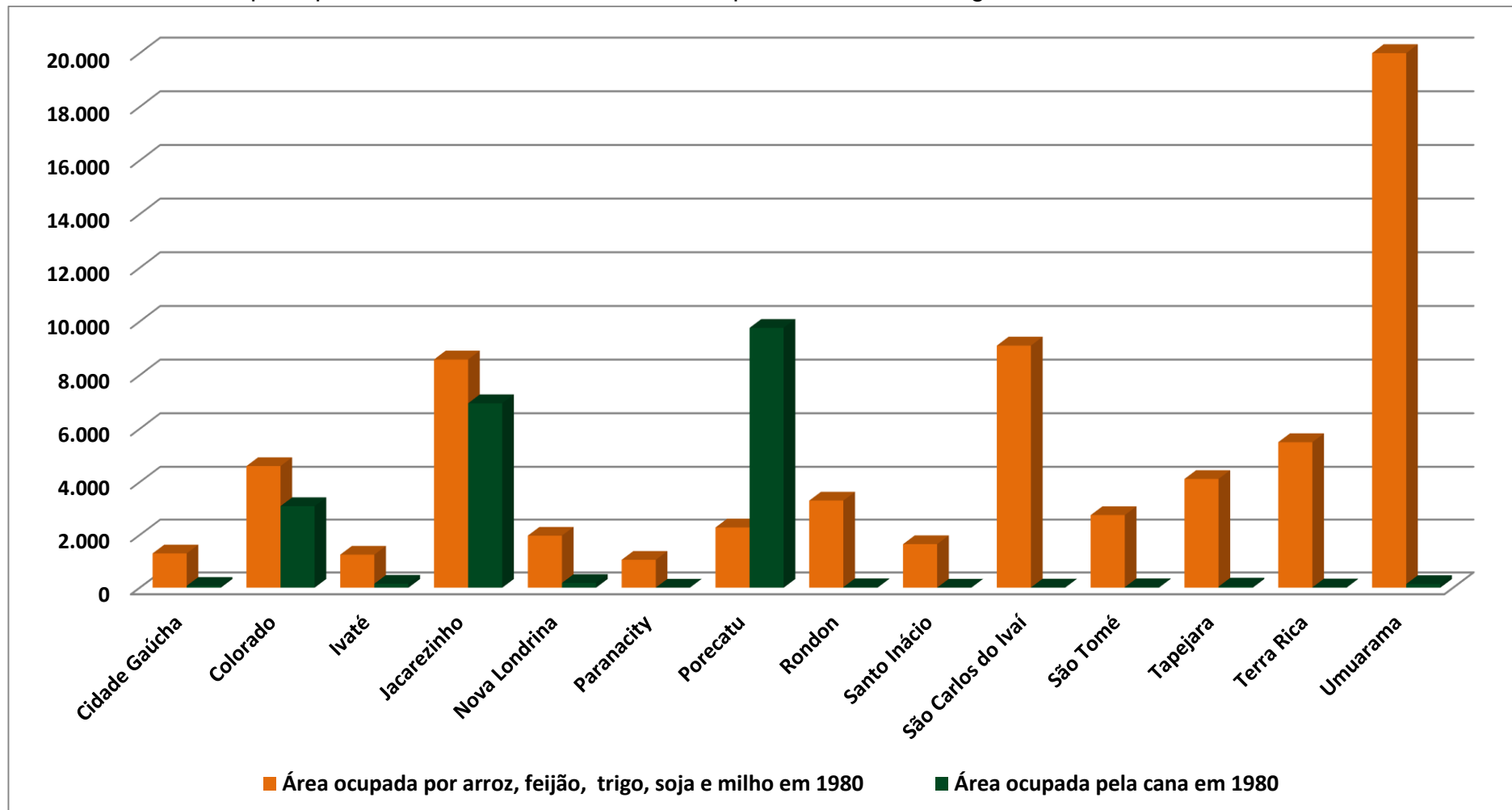


Fonte: IPARDES, 2016

Nesse contexto, fica evidente que a dinâmica das disputas territoriais das porções setentrionais do estado do Paraná foi alterada significativamente após a introdução em larga escala do agronegócio sucroenergético em meados da década de 1970, e com mais intensidade após os anos oitenta, num contexto em que quando se analisa os municípios em que existem unidades agroindustriais instaladas no Norte e Noroeste paranaense, se constata que na metade deles a cultura canavieira já supera a somatória da área ocupada por arroz, feijão, soja, trigo e milho. (Gráficos 35 e 36).

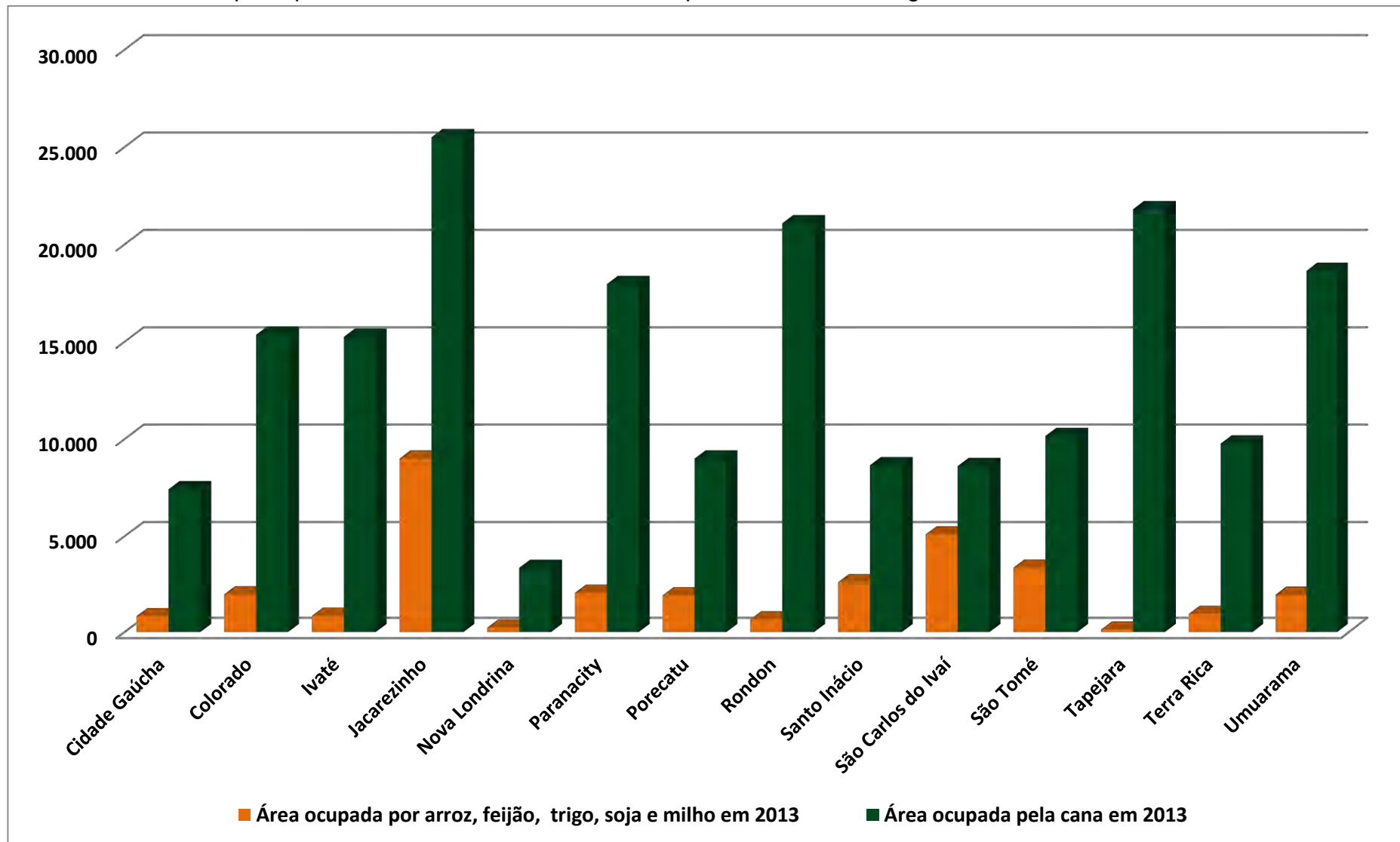
Nos períodos de conjuntura favorável para o setor sucroenergético, este tem disputado território com outras culturas da agricultura capitalista, além de também estender essa disputa com os camponeses e pequenos produtores de alimentos que atuam no Norte e Noroeste paranaense.

**Gráfico 35:** Área ocupada por culturas selecionadas em municípios com unidades agroindustriais em 1980.



Fonte:IPARDES, 2015

**Gráfico 36:** Área ocupada por culturas selecionadas em municípios com unidades agroindustriais em 2013.



Fonte:IPARDES, 2015.

Não obstante, nos períodos de crise para o setor, não houve uma retração da produção canavieira, mas apenas uma diminuição na intensidade dessa expansão, o que por sua vez continua pressionando as culturas menos rentáveis a ceder espaço para a canavicultura mercantil, que foi a atividade agrícola produzida sob a égide do agronegócio com o ritmo de expansão mais acelerado entre os anos de 1980 e 2014 na porção setentrional do Paraná.

Portanto, não se trata de uma simples discussão ideológica, como quer fazer crer a mídia e os defensores do formato e da estrutura da produção da agricultura capitalista, que propalam ufanicamente a eficiência produtiva deste tipo de produção, sem atentar para a superexploração da força de trabalho, os impactos ambientais, os riscos à soberania alimentar, dentre outros fatores.

Pelo contrário, estes dados apontam para um cenário de disputas territoriais de forma mais acentuada na área de territorialização da cana-de-açúcar no estado, cujos promotores tem controlado e se expandido nos momentos conjunturais positivos rumo à porção que concentra um dos domínios pedológicos mais férteis do país.

Tendência esta constatada inclusive durante os períodos de crise, em detrimento da produção de alimentos, que via de regra apresentam margem de lucro incompatíveis com as taxas médias de lucro perseguidas pela agricultura de base empresarial, o que as tornam momentaneamente inviáveis para esse tipo de exploração.

O fato é que no processo de expansão da agricultura capitalista com forte apoio estatal, estas culturas “inviáveis”, podem estar geograficamente localizadas em áreas que também são objeto da pretensão dos empresários rurais.

Sabidamente estes não irão poupar esforços em controlar a melhor localização, no intuito de auferir um lucro extraordinário, em face das vantagens aí contidas (solos mais férteis, menores distâncias a serem percorridas, menor suscetibilidade a fatores climáticos etc), o que lhe permitirá auferir maior renda diferencial.

Não se pode esquecer ainda do impacto que a expansão da agricultura capitalista, na qual a canavicultura mercantil se insere, produz no aumento dos custos de produção de várias culturas que estão no entorno da sua expansão, refletidos não somente no aumento do preço e do aluguel da terra, mas também na regulação dos preços do frete, disponibilidade da

força-de-trabalho e consecutivo aumento do preço desta mercadoria, assim como o aumento nos custos relativos a hora trabalhada pelas máquinas, que passam a operar tendo como marco regulatório os preços comparativos pagos pela cultura que oferece maior rentabilidade dentro de uma determinada conjuntura (SOUZA, 2010, p. 137).

Ao mesmo tempo, esta expansão canavieira - retratada nos gráficos anteriores -, rumo às terras ocupadas por outras culturas acaba produzindo um encarecimento no preço, assim como no aluguel da terra, facilitando assim a especulação imobiliária nas adjacências do empreendimento agromercantil. Diante do monopólio exercido pelo agroindustrial canavieiro, acaba-se dificultando o acesso à terra por parte dos camponeses policultores.

Outro ponto a ser destacado ao se analisar a diminuição da área ocupada de arroz e feijão no Paraná é um fato que vem a corroborar o que os dados censitários já confirmam: são os camponeses, agricultores familiares, que produzem em pequenas parcelas de terras a maior parte dos alimentos.

Nesse contexto, da inexpressividade econômica da primeira metade do século passado, passando pela implantação do Proálcool na década de 1970, que impulsionou a expansão tanto de novas usinas de álcool e açúcar quanto num crescimento expressivo da área plantada, o Paraná se consolidou como sendo um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do país.

### **3.1. A gestão territorial do setor sucroenergético no estado do Paraná**

Como visto anteriormente, foi somente a partir da década de 1970 e com mais intensidade após os anos 1980 que a canavicultura mercantil se expandiu de forma vertiginosa sobre o estado do Paraná.

Ademais, esta produção se encontra geograficamente concentrada na porção setentrional do estado, em virtude da produtividade espacial diferenciada encontrada nesta.

Nesse contexto, a gestão empresarial dos agroindustriais, como de qualquer outro setor econômico, possui um cunho territorial específico, a de garantir as condições necessárias para permitir a reprodução do capital investido na produção.

A este respeito, Thomaz Júnior (1998, p.08) aponta que esta “[...] gestão do capital sobre o território pode ser vista [...] como sendo sua própria autogestão territorial, pois é no limite territorial da abrangência da estrutura empresarial, traduzida na materialização da produção [...]” onde se consolida o foco das estratégias espaciais adotada pelos empresários agrícolas do setor sucroenergético.

E isto equivale dizer que estas estratégias espaciais, indissociáveis da gestão empresarial, e que tem variado ao longo do tempo, delimitam o raio de atuação, assim como as ações do setor sucroenergético, consolidando nestes domínios os contornos da própria gestão do território pelo capital.

Em primeiro lugar, quando se faz referência à territorialização do capital sucroenergético, se está falando do processo pelo qual os grupos detentores do capital empregado nesta atividade econômica se apropriam física e simbolicamente de uma porção do espaço geográfico, delimitando desta forma sua área de atuação, ou seja, seu território, conforme elucida Raffestin (1993, p.143).

Contudo isso não significa que este capital exercerá a partir de então um controle tão somente sobre a base física em que está assentada a sua produção, quer dizer, sob as áreas de plantações de cana-de-açúcar, a unidade agroindustrial onde esta cana é processada (usina), objetos estes que geralmente são propriedade privada do negócio agroindustrial.

Gomes (2008, p.37) aponta que o território não é uma mera localização. A agroindústria canavieira não se localiza pura e simplesmente em uma base física qualquer. Antes, há uma seletividade espacial, e a partir desta há o exercício do controle sob os elementos necessários para realizar nesta porção espacial elegida, a produção sucroenergética em patamares diferenciais.

E ao delimitar a sua área de atuação, acaba subordinando a terra, a força de trabalho, os recursos naturais ao seu negócio que prima pela reprodução ampliada do capital.

Trata-se na verdade de um conjunto de estratégias espaciais, onde o poder econômico ao controlar o território, reserva para si a gestão deste no âmbito do pacto social engendrado pelos grupos hegemônicos, resultando em um território gerenciado e ordenado pelo capital que aí se territorializou.

Assim há uma clara e evidente produção de formas espaciais e práticas sociais bem específicas, produzidas no âmbito desta territorialização, cuja concretude no visível e no invisível (essência e aparência) são os limites deste território.

Isto em um contexto em que “o que transforma uma área ou um espaço em território é a maneira pela qual essa ordem espacial serve como instrumento essencial a quem exerce o controle [...] sobre a distribuição ou simplesmente pelo controle dos objetos espacializados”. (GOMES, 2008, p.37-38).

Isto para se apropriarem e subjugarem tudo aquilo de que necessitam para auferir a máxima renda fundiária possível, ou seja, os solos (aqui se compreende a fertilidade e a localização dos solos propícios ao cultivo da cana-de-açúcar), a infraestrutura para circulação de insumos e da produção canavieira, a força de trabalho necessária para esta produção e, por outro lado, influenciando de forma determinante no comércio, na qualidade de vida da população local, fatores estes que acabam caracterizando a territorialidade das formas e das práticas sociais aí existentes:

[...] a gestão do território, no âmbito da sociedade capitalista constitui-se um conjunto poderoso de ações engendradas para conceber, planejar e dirigir o complexo ciclo de reprodução do capital [...] A gestão do território é, assim, através do controle dos diversos momentos e espaços do ciclo de reprodução do capital, gestão do processo de acumulação capitalista. [...] que deriva das necessidades intrínsecas às empresas [...] suscitando novas localizações acessíveis às matérias-primas, mercado consumidor, a uma força de trabalho mais barata e politicamente menos ativa, ou uma combinação deste e outros fatores locacionais. (LEITE, 2001, p.67-68).

Na porção setentrional do Paraná, que concentrou na safra 2014/2015 94,5% de toda cana produzida no estado (IPARDES, 2015, s/p.), existem 30 unidades agroindustriais que processaram cerca de 645 mil hectares de cana plantada nesta mesma safra.

E estas unidades agroindustriais podem ser classificadas em três categorias quanto a origem do capital investido no setor<sup>49</sup>:

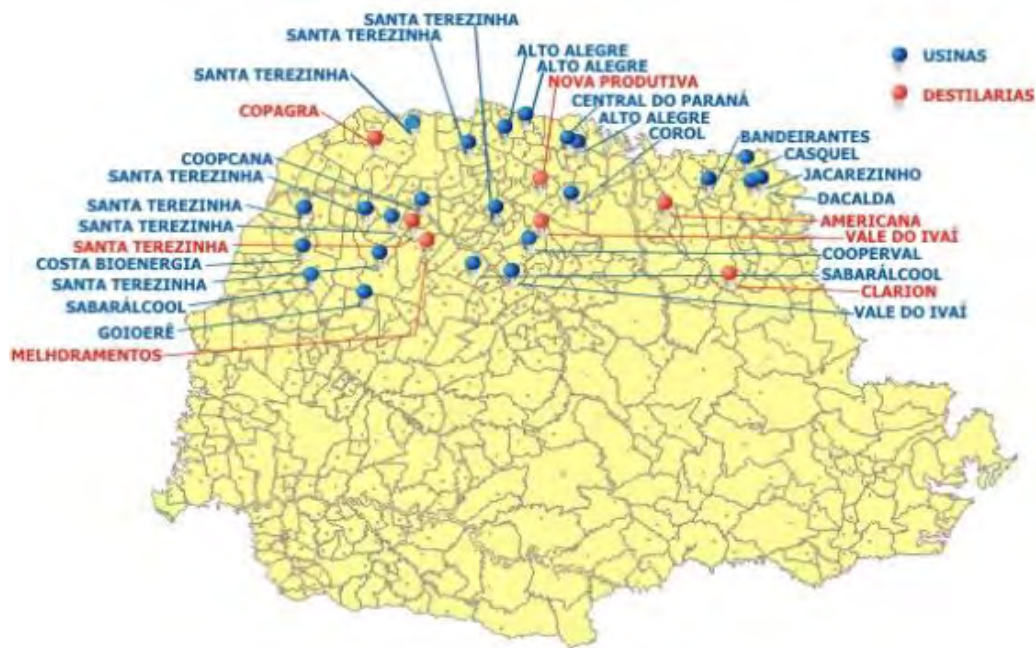
---

<sup>49</sup> No capítulo 04 a atuação de todos os grupos monopolistas territorializados no estado do Paraná será caracterizada de forma mais detalhada.

- As unidades agroindustriais compostas por capital privado nacional, controladas por empresas geralmente subordinadas a uma família ou a um grupo econômico, (Usina Alto Alegre, Usaçucar/Santa Teresinha, Usina Central do Paraná, Sabarácool, etc)
- As unidades pertencentes às cooperativas agropecuárias/agroindustriais<sup>50</sup> (Nova Produtiva, COOPERVAL, COOPCANA, etc);
- As unidades controladas total ou parcialmente por grupos estrangeiros, como é o caso da Usina Shree Renuka Sugars e a Dail Clarion.

Dentre estas três categorias apresentadas anteriormente se destacam aquelas constituídas por grupos familiares de capital nacional, algumas das quais começaram a atuar no estado do Paraná entre as décadas de 1940 e 1960, muito antes da implementação do Proálcool, como é o caso da Usina Central em Porecatu, da USIBAN em Bandeirantes, e da USAÇUCAR /Santa Teresinha, em Maringá.

**Figura 07:** Localização geográfica das agroindústrias canaveiras no Paraná em 2015.



**Fonte:** ALCOPAR, 2015.

<sup>50</sup>Dentre as cooperativas que atuam no setor sucroenergético cabe distinguir que existem aquelas que primariamente se originaram em torno do agronegócio cafeeiro e posteriormente incorporaram a cana como alternativa após a crise do café e aquelas que já surgiram com o agronegócio canaveiro como a principal ou mesmo a única atividade econômica, como é o caso da COOPCANA de Paraíso do Norte e a COOPERVAL de Jandaia do Sul.

As estratégias espaciais adotadas por estas unidades pioneiras no processamento da cana-de-açúcar no estado estão intimamente relacionadas ao processo de incorporação econômica desta porção territorial do Paraná à economia nacional, sendo que no caso da Usina Central e da USIBAN, as famílias fundadoras são as mesmas que também fundaram os municípios que atualmente servem de base territorial para as citadas agroindústrias: a família Meneghel, uma das fundadoras do município de Bandeirantes, assim como da USIBAN, e a família Lunardelli, fundadora da Usina Central do Paraná e do município de Porecatu.

Nota-se nestes dois casos específicos que as estratégias espaciais adotadas giravam em torno da busca por novas terras, com uma produtividade espacial que oferecesse uma rentabilidade diferencial a agroindústria sucroenergética, sendo esta prática incentivada pelo IAA, ao mesmo tempo que impulsionava o processo de colonização do norte do Paraná.

Por outro lado, há que se atentar para o fato de que este pioneirismo da agroindústria canavieira na porção setentrional do Paraná está relacionado a uma fase expansiva destas unidades na região Centro-Sul do Brasil (ANDRADE, 1994, p. 57-59), consolidando a hegemonia do estado de São Paulo sobre o decadente Nordeste açucareiro.

Tratava-se de uma expansão notadamente marcada pela presença de grupos familiares que, diante do aumento provocado na demanda, tanto no mercado externo quanto internamente, por conta da conjuntura criada no âmbito da II Guerra Mundial, romperam com a centralização imposta pelo IAA e empreenderam uma estratégia empresarial orientada - ao menos por um tempo -sem os ditames do órgão estatal que planejava a produção sucroenergética no país. (ANDRADE, 1994, p.57-59).

Posteriormente, mais especificamente na década de 1960, estas poucas unidades agroindustriais existentes no estado passam por uma transformação na base técnica ocorrida no âmbito da “modernização conservadora”, quando algumas destas unidades de origem familiar passam a ser adquiridas por grupos econômicos já consolidados no setor, como é o caso do Grupo Atalla, que adquire a Usina Central do Paraná no início da década de 1970.

A crise do café, que de acordo com Carvalho (1991, p. 28) se inicia em meados da década de 1960 e se intensifica nas décadas posteriores, leva o Estado brasileiro a empreender estratégias de viabilizar economicamente o agronegócio sucroenergético nas

regiões cafeeiras, o que aponta para o surgimento de várias usinas e destilarias controladas pelas cooperativas cafeeiras no estado entre os anos de 1970 e 1980.

As plantações de café do Norte paranaense foram cedendo espaço para as culturas mais dinâmicas, voltadas para a exportação e ligadas aos complexos agroindustriais, sendo novas áreas incorporadas no Estado como um todo, acarretando a expansão de novas fronteiras agrícolas. [...]. Dessa forma, o Paraná buscou para si algumas necessidades dos grandes grupos açucareiros paulistas (ATTALA, principalmente). Estes aproveitaram as condições favoráveis de solo e clima e a proximidade geográfica com o Estado do São Paulo, para o desenvolvimento da cultura canavieira, visto que nesse período a economia cafeeira estava em crise e os agricultores da região necessitavam de um melhor aproveitamento das terras, com culturas que propiciassem retornos vantajosos. (CARVALHEIRO, 2005, p.05).

Quanto às cooperativas agroindustriais, Thomaz Júnior (2002, p.122) mostra que estas foram importantes instrumentos na consolidação do Proálcool, a exemplo daquelas da porção setentrional do estado do Paraná, que possuem uma gênese ligada a produção cafeeira.

Nesse contexto, a reestruturação de suas atividades após a crise do café passa em grande medida pela implantação de agroindústrias canavieiras como uma de suas atividades principais, a exemplo do que ocorreu com a COROL, a COFERCATU, a Nova Produtiva, dentre outras, num cenário em que os,

[...] cafeicultores encontraram na cana-de-açúcar uma alternativa capaz de minorar-lhes os prejuízos ocasionados pela desfavorável conjuntura[...] apresentada para a cafeicultura. [...]. Em [...] 1964, o IBC, que estava administrativamente vinculado ao mesmo Ministério que o IAA, firmou um convenio com este visando os seguintes objetivos: coordenar o programa de erradicação dos cafezais antieconômicos com o aumento da produção de açúcar no Brasil, a fim de preservar a estabilidade econômica das regiões para as quais a supressão pura e simples da cafeicultura representaria um sério desfalque. [...]. Os recursos financeiros necessários seriam fornecidos pelo GERCA [...]. (SZMRECSÁNYI, 1979, 169-267).

Esta fase marca um processo de expansão vertiginosa, potencializada pela implementação do Proálcool, onde várias unidades agroindustriais de capital nacional que já atuavam em outras regiões do país (Usina Alto Alegre, DASA, etc), ou mesmo as antigas cooperativas cafeeiras passam a comandar um processo de reestruturação produtiva no espaço agrário norte paranaense, cuja gestão territorial estava relacionada ao controle das

porções com a maior produtividade espacial, o que explica a concentração de quase a totalidade da produção canvieira na porção setentrional do estado.

Esta estratégia espacial, consolidada desde os primórdios da expansão em larga escala do setor sucroenergético no Estado, ficou marcada por fortes disputas territoriais com outros setores produtivos do meio rural do norte e noroeste paranaense.

Isso em virtude da busca do controle dos elementos necessários a maior rentabilidade econômica do setor (melhores terras, controle da força de trabalho, do Estado, da produção de infraestrutura necessária, etc), que delineou um padrão de territorialização e de uma gestão deste território, de acordo com as exigências do capital aí investido.

E isto em um contexto onde,

[...] o capital sucroalcooleiro está unificado em torno de uma única entidade, além do que, na prática, sua gestão sobre o território se dá à imagem e semelhança da hegemonia sobre o processo produtivo no âmbito escalar da materialidade fenomênica da atividade econômica, seja em nível da empresa, isoladamente, ou do conjunto das mesmas. (THOMAZ JÚNIOR, 1998, p.05).

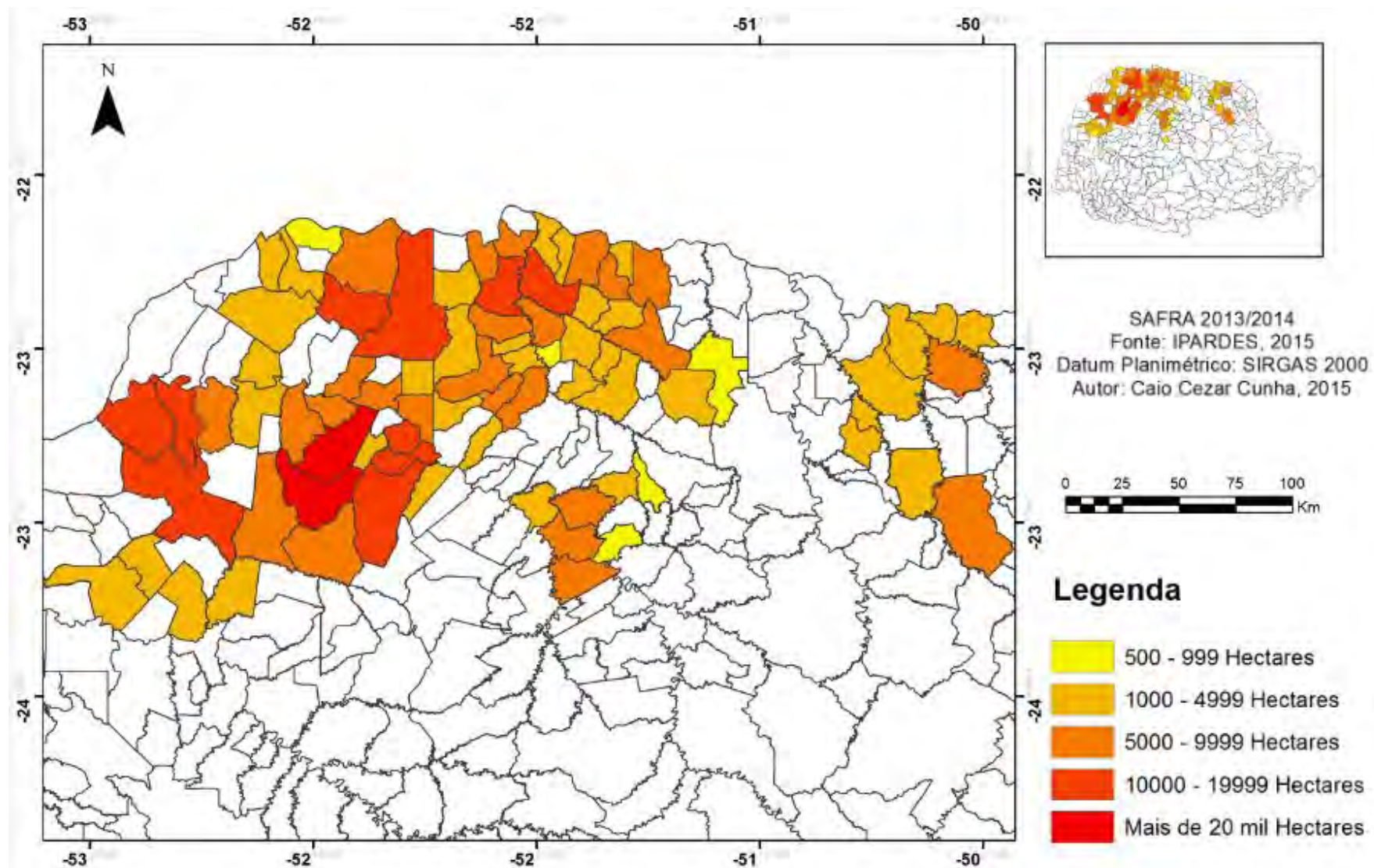
E uma das constatações mais evidentes quando se analisa o setor sucroenergético paranaense é a estratégia no processo de incorporação de novas terras ao seu processo produtivo.

Há uma busca intensa pela territorialização do setor nos municípios cujas cidades são de pequeno porte (Mapa 01), onde o valor da reprodução da força de trabalho é muito menor que nas cidades maiores, o que permite ao agroindustrial extrair uma maior taxa de mais valia, se levado em consideração que durante uma safra canvieira se utiliza de milhares de trabalhadores nas diversas funções do processo produtivo.

A esse respeito, Ribeiro e Rocha (2009, p. 795) elucidam que,

Essas pequenas localidades do Estado, devido à falta de empregos em outros ramos, acabam por empregar grande parcela da sua força de trabalho nas agroindústrias. Em especial, o setor agroindustrial canvieiro também se concentra, na sua quase totalidade, em municípios demograficamente pequenos. Esses municípios, anteriormente a modernização da agricultura sustentavam-se na economia rural. Com o processo do êxodo-rural promovido pela modernização, essas pequenas localidades [...] criaram verdadeiros “exércitos de reservas” da força de trabalho. Para os que ficaram, e não migraram [...] tiveram que sujeitar-se a trabalhos exaustivos no campo. A agroindústria canvieira encontrou nesses municípios a mão-de-obra disponível para a geração de sua mais-valia.

**Mapa 01:** Distribuição geográfica da produção canvieira no Norte e Noroeste Paranaense



Fonte: IPARDES, 2015.

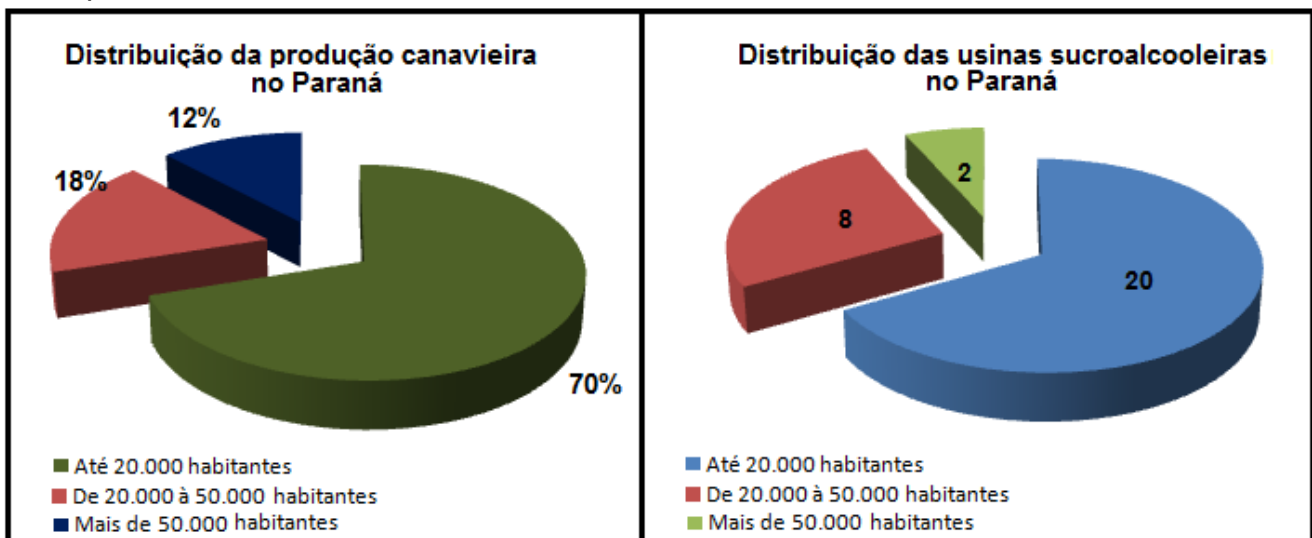
Esta estratégia espacial ajudaria a explicar o fato de o Brasil ser o país que tem os menores custos de produção para o setor sucroenergético a nível mundial, somado ao:

[...] desenvolvimento técnico-científico, além da renda diferencial por fertilidade da terra que, em virtude da estrutura política latifundiária garante, a preços imbatíveis, grandes extensões de terras com menos de 12% de declividade, com energia solar abundante para a fotossíntese e a mais ampla disponibilidade de água. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p.340).

Desse modo, se constata que cerca de 460 mil hectares de cana-de-açúcar, cerca de 70% da produção estadual, são cultivados nos municípios com menos de 20 mil habitantes no Norte e no Noroeste do Paraná, além do fato de que 20 das 30 unidades agroindustriais em operação no estado se encontrem geograficamente localizadas em municípios deste porte.

Corroborando esta tese constata-se que há apenas cerca de 35 mil hectares de cana cultivadas nos municípios com mais de 50 mil habitantes na porção setentrional do estado, sendo estes a base territorial de somente três unidades agroindustriais. (ALCOPAR, 2015, s/p.). (Figura 08).

**Figura 08:** Distribuição do setor sucroenergético no Paraná pelo porte das cidades dos municípios canavieiros no ano de 2015.



Fonte: IPARDES, 2015.

E isto em um contexto em que o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar aponta a existência de aproximadamente 277.365 hectares de áreas com alta aptidão para a cana nos municípios da porção setentrional do Paraná com mais de 50 mil habitantes (EMBRAPA, 2009, s/p.), o que sugere que a escolha pela territorialização do setor sucroenergético sobre os municípios de pequeno porte é parte das estratégias espaciais dos agroindustriais.

Diferentemente do que sugerem as argumentações de que a presença destas agroindústrias nestes municípios<sup>51</sup> se configurariam em um aspecto positivo à sua dinâmica geoeconômica e conforme será abordado ao longo do capítulo 04, esta estratégia está intimamente relacionada a um valor mais baixo da reprodução da força de trabalho e do preço das terras, se convertendo em uma estratégia associada a materialização da gestão do território pelo capital.

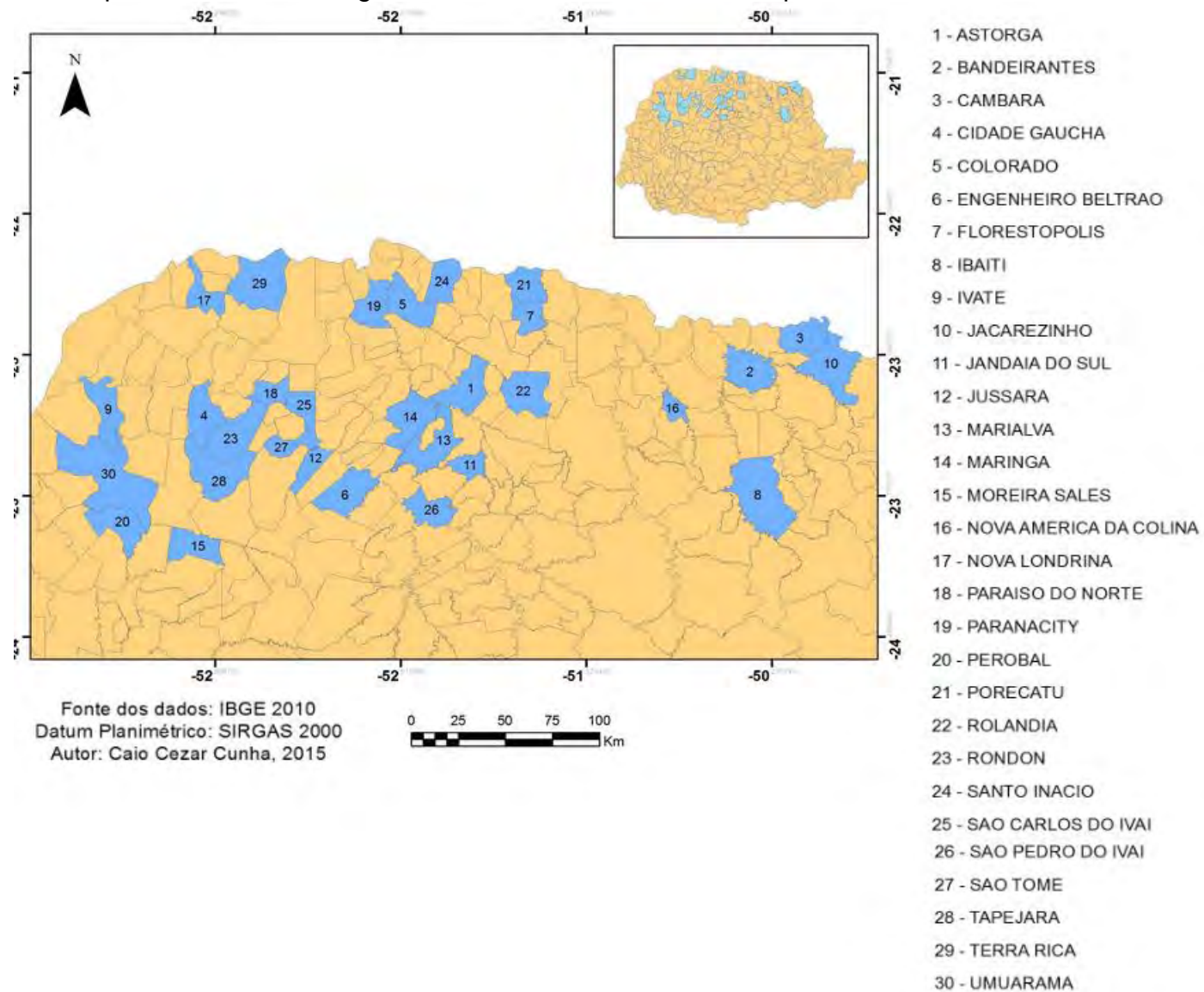
Trata-se na verdade da conversão destes municípios em base territorial da produção canavieira, da qual os detentores do capital sucroenergético passam a exercer um domínio senhorial sobre as terras, sobre os trabalhadores, sobre o Estado na sua representação local, enfim, criam e recriam as condições necessárias para a reprodução ampliada do capital que se territorializa nestas porções espaciais.

Isto porque, apesar de as plantações e/ou as unidades de processamento se localizarem nestes municípios sediados por pequenas cidades, os centros de tomada de decisões estão fora das suas fronteiras, estando as suas sedes sociais geralmente em cidades maiores, podendo inclusive estarem localizadas em outros estados do país ou até mesmo no exterior, excetuando as cooperativas agroindustriais da região, que também não estão sediadas em municípios cujas sedes são pequenas cidades.

---

<sup>51</sup> A maior parte dos municípios canavieiros do Norte e Noroeste paranaense já vivenciaram os impactos socioeconômicos provocados pela crise de uma monocultura a qual eram fortemente dependentes, no caso o café.

**Mapa 02:** Municípios com unidades agroindustriais no Norte e Noroeste paranaense



Fonte: Alcopar, 2015.

Não obstante, os lucros e a renda da terra obtidos pelo agroindustrial também são remetidos para estas sedes, ficando os municípios canavieiros altamente dependentes de uma fração ínfima do montante total da renda gerada por este setor, materializada no salário dos trabalhadores.

Trabalhadores estes majoritariamente cortadores de cana ou que atuam na lavoura nos chamados “tratos culturais”, sendo estes municípios marcados pela estagnação econômica, cuja “prosperidade” está diretamente relacionada ao período das safras.

No caso específico das cooperativas agropecuárias/agroindustriais, geralmente sediadas nos centros regionais, o setor sucroenergético é apenas mais uma de suas múltiplas atividades, ficando seus rendimentos também concentrados nas mãos de uma minoria, quando não dispersos em investimentos pessoais dos seus associados em unidades político-administrativas distintas daquelas em que se realiza a produção canvieira.

Aí está uma contradição na divisão da renda socialmente produzida: mesmo explorando a mão-de-obra local, exercendo um monopólio da terra e dos recursos naturais, há uma evasão da renda fundiária para o exterior do domínio político-administrativo do município.

É por isso que mesmo o setor sucroenergético sendo tão rentável, os municípios dos territórios do capital sucroenergético apresentam indicadores socioeconômicos típicos de municípios pobres<sup>52</sup>, conforme será abordado com mais profundidade no capítulo 04.

Pobres porque sua dinâmica econômica gira em torno da ínfima parte desta riqueza socialmente produzida que fica nestes municípios sob a forma de salário pago ao trabalhador para sua reprodução como pessoa<sup>53</sup>.

Como pode haver esta dinamicidade econômica se o setor sucroenergético, a exemplo de outros setores fundamentados na agricultura capitalista, ao territorializar sua área de atuação subordina todos os elementos contidos neste território aos interesses da reprodução ampliada do capital aí investido, sendo incompatíveis com a distribuição da riqueza socialmente produzida?

---

<sup>52</sup> Os municípios do território do capital sucroenergético não se resumem aos que sediam unidades agroindustriais. Parte significativa da cana é produzida em municípios adjacentes às usinas canavieiras.

<sup>53</sup> Apesar de as atividades agroindustriais contribuírem para a arrecadação de tributos nos municípios em que estão alocadas, sua presença nestes ao controlar os elementos indispensáveis para sua rentabilidade econômica acaba dificultando a diversidade econômica destes municípios.

E como se sabe, a canavicultura de base empresarial é uma atividade que concentra terras tanto do ponto de vista quantitativo, quanto espacial, fato que justifica sua territorialização de forma concentrada no entorno da agroindústria<sup>54</sup>, por razões de ordem da racionalidade econômica capitalista.

Ora, esta concentração espacial, aliada a subordinação massiva de todos os fatores de produção existentes no local, dificulta a diversidade econômica, (pelo menos de atividades de grande porte), devido ao monopólio territorial exercido pelo capital canavieiro, o que por sua vez aumenta ainda mais a dependência deste município da agroindústria canvieira.

Subordinação esta que vai além da dependência econômica destes municípios, uma vez que o agronegócio sucroenergético “[...] adota as mais avançadas formas de controle social e de domínio ideológico dos trabalhadores” (THOMAZ JR, 2007, p.3).

E como a força motriz destes municípios é a agroindústria canvieira, a subordinação a este processo de exploração pode significar a única possibilidade de trabalho com que contam estes trabalhadores para sustentar a si e a sua família, conforme será discutido mais adiante.

Cabe salientar, contudo, que a dinâmica territorial do setor sucroenergético foi alterada significativamente após a desregulamentação estatal do setor, situação esta iniciada entre o final da década de 1980 e que se consolida de fato em meados da década de 1990, com a extinção do IAA no âmbito das reformas neoliberais implementadas pelo governo Collor, empenhado na “[...] diminuição da máquina pública e afastamento do Estado das atividades econômicas”. (BACCARIN, 2005, p.11).

Isto representa dizer que o setor, que até então vinha sendo ancorado pelo Estado, passa, a exemplo da economia nacional, por um processo de abertura ao capital externo e de reestruturação produtiva, marcado por termos ícones da *práxis* neoliberal, como *desestatização*, *desregulamentação* e *privatização* (IANNI, 2001, p.59).

---

<sup>54</sup> Por outro lado, opor mais que a incorporação destas novas terras sigam um padrão que prima por privilegiar os municípios de pequeno porte, há que ressaltar que a estratégia espacial dos agroindustriais no estado realiza este processo sobre três formas distintas no Norte e Noroeste paranaense: arrendamento compra de terras e compra da produção de fornecedores individuais e de cooperados.

Os reflexos desta política para o estado do Paraná se materializaram numa expansão da área plantada na ordem de 320% (IPARDES, 2010, s/p.), incremento este relacionado a um processo de avanço sobre as terras mais baratas nas proximidades do Estado de São Paulo, aproveitando-se das suas vantagens locacionais como parte da estratégia espacial dos agroindustriais, como justifica Baccarin (2005, p.199).

Por outro lado, este processo de desregulamentação veio acompanhado de uma reestruturação produtiva nestas unidades agroindustriais que tiveram de se adaptar à nova realidade econômica do país, sendo este período marcado por um processo de concentração destas unidades nas mãos de grupos empresariais mais aptos ao contexto liberalizante da economia nacional.

No estado do Paraná, este período está sendo marcado por fusões e aquisições de algumas unidades menos adaptadas a nova fase pós-desregulamentação pelos grupos agroindustriais mais competitivos.

A “autogestão”, como o setor sucroenergético define este processo de desregulamentação estatal, impôs uma maior autonomia para os agroindustriais, tanto na sua gestão empresarial quanto na territorial, seguindo planos e estratégias próprios, em que os critérios da produção e da orientação da expansão passam a ser norteadas segundo os interesses individuais dos agroindustriais, embora isso não signifique o fim das históricas subvenções estatais.

Antes, significa a possibilidade de o agroindustrial, mesmo se utilizando de dinheiro público para financiar a sua produção, fazer aquilo que ache necessário para aumentar sua rentabilidade sem que o Estado dite as regras, mas que intervenha caso a gestão empresarial individual provoque crises coletivas no setor. Isto sem falar na continuidade das políticas públicas que tem sido implementadas em prol do setor sucroenergético, as quais remetem a conclusão de que,

[...] não se chegou à plena desregulamentação, mas se constituiu uma Nova Regulamentação Sucroalcooleira. Deixaram de existir ou se mostraram pouco efetivas ações públicas que procuravam disciplinar a participação na produção sucroalcooleira das regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul ou que interferiam na concorrência entre empresas, bem como o Governo Federal se afastou das exportações de açúcar, fatos que trouxeram características liberais aos mercados sucroalcooleiros. Por outro lado,

mantiveram-se órgãos públicos específicos e instituíram leis e normas que garantiram competitividade em relação à gasolina e estimularam a produção e o consumo do álcool carburante, proporcionando-se uma situação diferenciada em relação aos demais ramos da agropecuária brasileira e permitindo que, atualmente [...] possamos considerar que ainda continua existindo uma regulamentação sucroalcooleira, mesmo que modificada ou nova. (BACCARIN, 2005, p.211)

Não obstante a abertura e a liberalização da gestão no setor nos anos de 1990, em consonância com o neoliberalismo que incidiu sobre a política e a economia brasileira, capitais estrangeiros passaram a compor o mais antigo negócio agrícola praticado no país através de fusões e aquisições ou mesmo da ação especulativa de grupos de investimentos internacionais.

Só para se ter uma ideia deste processo de internacionalização do setor, somente entre os anos de 2006 e 2013 o Brasil recebeu cerca de 22 bilhões de dólares em investimentos e em transações de compra e venda de unidades agroindustriais por estrangeiros, de acordo com Oliveira (2013, s/p.).

Por outro lado, vários grupos estrangeiros, mais especificamente as grandes corporações hegemônicas do segmento de *commodities* já atuam na produção sucroenergética no país, como a Cargill, a Bunge, a Shree Renuka Sugars, a Tereós, a Adecoagro, a Noble Group, dentre outras (AGROANALYSIS, 2010, p.35-36).

É esta nova realidade que aponta para um processo de internacionalização e, ao mesmo tempo, de oligopolização do setor canavieiro.

Além da Shell, os americanos da Bunge e da Cargill já são donos de dezenas de destilarias. Só a Bunge tem sete usinas. Os franceses da Louis Dreyfus Commodities (LDC) são proprietários de outras 12 usinas da Biosev, a terceira maior empresa do setor, com 7% de toda a produção. A primeira ainda é a brasileira Copersucar, que tem 34 usinas e 23% da produção brasileira. A indiana Renuka tem quatro usinas (duas no Paraná e duas em São Paulo), com capacidade para a moagem de 13 milhões de toneladas. [...] A chinesa Noble, de Hong Kong, tem duas usinas no Brasil e os japoneses da Sojitz já detém 30% do capital da ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht, que tem 9 usinas para processar 22 milhões de toneladas de cana. Os franceses da Tereos foram os primeiros a chegar ao mercado brasileiro, com a compra da Açúcar Guarani, que tem sete usinas no país. Hoje, a Tereos tem [...] capacidade para processar 21,5 milhões de toneladas de cana. [...] a British Petroleum (BP), comprou recentemente usinas em Goiás e Minas Gerais. (OLIVEIRA, 2014, s/p.).

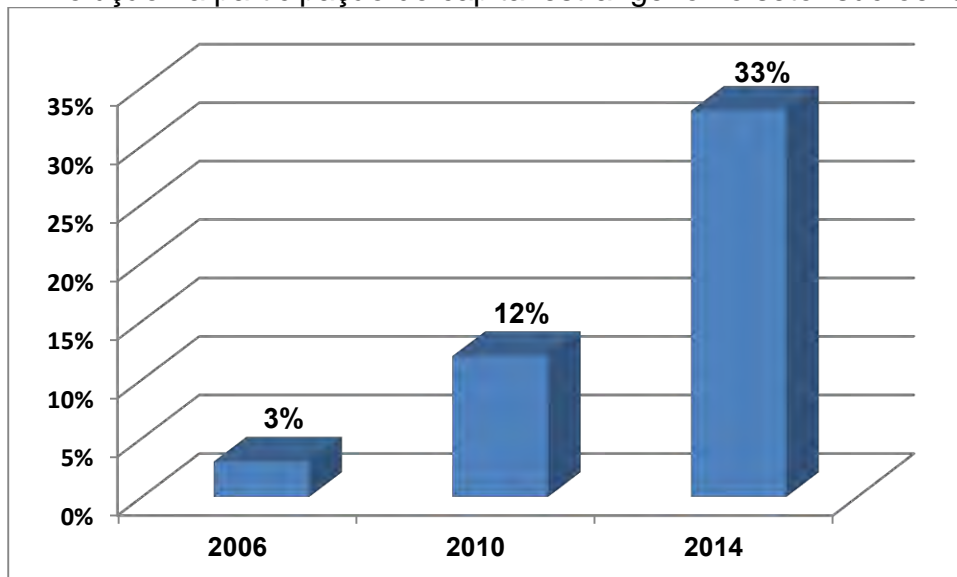
No Noroeste do Paraná um dos exemplos mais notórios deste processo é o caso da USACIGA, de Cidade Gaúcha. Fundada na década de 1980 e controlada por um grupo

familiar, a USACIGA repassou no ano de 2006 49% da agroindústria a um grupo internacional de investidores do setor sucroenergético, o CEB – Clean Energy Brazil.

No entanto, como a remuneração do capital investido por este grupo internacional não foi o esperado, a CEB vendeu sua parte na USACIGA para o grupo Santa Teresinha, que adquiriu 100% da unidade em 2010.

Nessa mesma vertente, o grupo indiano *Shree Renuka Sugars Limited* adquiriu duas unidades em 2009 da Usina Vale do Ivaí, localizada no município de São Pedro do Ivaí no norte do Paraná, ratificando um processo bastante significativo no âmbito nacional, potencializado pós desregulamentação estatal e verificado mesmo após a crise econômica internacional, em que grandes corporações internacionais passaram a controlar cerca de 33% da produção canavieira brasileira em 2013<sup>55</sup>. (UNICA, 2015, s/p.).

**Gráfico 37:** Evolução na participação do capital estrangeiro no setor sucroenergético



Fonte: Datagro, 2014.

Não obstante a internacionalização do setor, marcado principalmente pela entrada de capital estrangeiro sob a forma de investimento ou a aquisição de agroindústrias do setor

<sup>55</sup> Oliveira (2014, p. 2.084) elucida que esse percentual de 33% é obtido somando a produção canavieira dos grupos onde os grupos estrangeiros possuem participação majoritária e minoritária no controle das agroindústrias canavieiras do Brasil.

sucroenergético, o agronegócio canavieiro pós desregulamentação também possui uma tendência de oligopolização do setor, tendo em vista a concentração a nível nacional e estadual, num contexto em que cada vez mais a produção sucroenergética é controlada por um menor número de grupos agroindustriais.

A esse respeito, Machado (1998, p.12) sentencia que o mercado desregulamentado na realidade não se materializou tal qual o existente no plano dos discursos, uma vez que além desta desregulamentação não significar o fim do intervencionismo estatal em prol dos setores hegemônicos da economia conforme já abordado, “[...] os modelos neoclássicos de concorrência perfeita – que servem de base para a ideologia neoliberal [...]” deram lugar à oligopolização destes setores.

Isto representa dizer entre outras coisas que na medida em que os marcos jurídicos e institucionais que permitiram uma abertura inédita da economia brasileira nos anos de 1990 foram consolidados, os grupos empresariais mais capitalizados e com as maiores possibilidades de reestruturar o seu sistema produtivo mediante a incorporação em larga escala da tecnologia avançada, passaram a adquirir os grupos com as maiores dificuldades no que tange à competitividade agroindustrial.

No setor sucroenergético paranaense, vários grupos não conseguiram investir na modernização do seu parque industrial e se adequar as exigências mercadológicas impostas pela desregulamentação estatal do setor, sendo estas incorporadas pelos grupos maiores, apontando para um processo de concentração da atividade canavieira.

Esta tendência a concentração do setor, que será abordada de forma mais detalhada ao longo do capítulo 04, pode ser atestada mediante a constatação de que não houve uma ampliação considerável no número de unidades agroindustriais no período compreendido entre 1992-2014 (ALCOPAR, 2015, s/p.), embora a expansão canavieira foi bastante expressiva no Paraná, conforme os dados apresentados anteriormente.

Para se ter uma ideia deste processo, na safra de 1985/1986 existiam no estado 25 agroindústrias, enquanto que na safra 2014/2015 haviam 30 unidades agroindustriais, o que aponta para um crescimento em 23 anos de apenas 5 unidades agroindustriais, ao passo que a área ocupada com a cana-de-açúcar obteve um aumento da ordem de 440%, passando de 140.772 hectares em 1986 para 650.330 hectares em 2015. (CONAB, 2016, p.07).

Por outra parte, a maioria dos projetos de implantação de novas agroindústrias entre 2005-2014 envolveram unidades agroindustriais vinculadas as que já operam no estado do Paraná, cuja única exceção é o projeto BRAZCANA no município de Paranavaí.

Por outro lado, chama a atenção ainda as recentes fusões e aquisições de grupos sucroenergéticos, mesmo que nacionais, contribuindo ainda mais para a consolidação desta tendência de concentração da produção em um número cada vez mais reduzido de controladores na porção setentrional do estado, conforme será melhor detalhado no capítulo 04.

Corroborando estas constatações, há as recentes aquisições do Grupo Santa Teresinha e da Usina Alto Alegre, num contexto em que ambas unidades foram adquiridas por importantes grupos empresariais do setor sucroenergético nacional, após estarem endividadas.

Com respeito a estes dois grupos que adquiriram recentemente unidades agroindustriais no norte paranaense, há que ressaltar que estas podem ser consideradas como exemplos de empresas com uma concentração das mais expressivas no setor. Isto porque o Grupo Santa Teresinha, o maior do estado, controla dez unidades agroindustriais em plena operação, ao mesmo passo que o Grupo Alto Alegre, de origem paulista, controla três unidades no norte do Paraná.

Isto representa dizer que apenas estes dois grupos controlam 45% das agroindústrias, além de deterem quase 70% da produção canavieira no estado (ALCOPAR, 2016, s/p.), conforme será melhor detalhado posteriormente.

Por outro lado, este período de intensificação do processo de internacionalização do capital e liberalização da economia ficou marcado por um aumento significativo das exportações paranaenses de álcool e açúcar, ao contrário do período de gestão do IAA, quando estas eram praticamente inexpressivas.

Se antes do processo de desregulamentação estatal o Paraná praticamente não exportava açúcar, após esta fase de liberalização esta situação se reverte drasticamente, passando de 0,2% da participação das exportações nacionais em 1994 para mais de 10% no ano de 2013.

Com relação ao etanol, as exportações somente serão significativas após o ano de 2003, quando o Estado brasileiro se engaja na conversão do etanol em *commoditie* do agronegócio, num contexto em que se esperava uma possível nova geopolítica energética internacional, sugerindo-se esse produto como uma das possibilidades para a redução da dependência dos países capitalistas centrais do petróleo.

Diante desta nova conjuntura acerca das exportações do setor sucroenergético que se delineou durante os primeiros anos do século XXI, o espaço passa a ser organizado para atender as novas demandas do capital, num contexto em que os agroindustriais do setor sucroenergético delinearão formas específicas de organização desta fração do capital, mediante a constituição de entidades de classe que passaram a atuar no sentido de garantir as condições necessárias à reprodução ampliada do capital. (THOMAZ JR, 2002, p.119-120).

Assim, no raio de atuação destas entidades agroindustriais canavieiras, a gestão territorial estaria vinculada a uma gestão empresarial cujos interesses estariam unificados em associações, sindicatos da agroindústria canvieira, parcerias estratégicas entre os agroindustriais, dentre outras formas de organização do setor.

Nesta mesma vertente, Porto-Gonçalves (2008, p. 339) assevera que, diferentemente do “[...] Proálcool brasileiro dos anos 70, o que presenciamos hoje é o deslocamento do planejamento estratégico antes feito pelo Estado para os novos gestores ligados aos grandes complexos empresariais, agora organizados em rede”.

No Paraná, foram criados a ALCOPAR – Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná, o SIALPAR – Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool do estado do Paraná, o SIAPAR – Sindicato da Indústria de Açúcar do Paraná, a SIBIOPAR – Sindicato da Indústria de Biocombustíveis do estado do Paraná, dentre outras.

Com relação a estas entidades, moldadas segundo as necessidades do capital sucroenergético, Thomaz Júnior (2002, p.121) elucida que estas possuem um elevado grau de influência em todos os escalões de poder, revelando o elevado poder de pressão que exercem sobre o Estado em prol do agronegócio canvieiro.

Ademais, engendram estratégias que primam pela racionalidade econômica capitalista, como empreender o controle dos preços dos seus principais produtos mediante ação coordenada do setor produtivo.

Não obstante, nota-se ainda no Paraná a constituição de parcerias entre os agroindustriais, que têm resultado em estratégias que vão desde a otimização da comercialização até a implementação de projetos que visem melhorar a fluidez espacial da produção sucroenergética.

Quanto às parcerias estratégicas que visam a otimização da comercialização, pode ser citado a criação da CPA Trading S/A, criada em 2003, fruto da união de dez agroindústrias canavieiras num contexto em que a conjuntura nacional se encontrava propícia para a produção de etanol em grande escala, movida tanto pela demanda interna quanto pela perspectiva da nova geopolítica energética internacional, consolidada apenas no plano dos discursos.

Nesse contexto, esta empresa passa a ser a responsável por todas as etapas da comercialização dos produtos dos seus acionistas (etanol), tanto no mercado interno quanto no mercado externo, este último a cargo da CPA International Trading Ltda, criada em 2005 e com representações comerciais em vários potenciais mercados do mundo.

Já no que tange a comercialização, o exemplo mais notório é a constituição do PASA – Paraná Operações Portuárias S/A -, uma sociedade composta por quinze unidades agroindustriais do setor sucroenergético<sup>56</sup> que possibilitou a implementação de um terminal especializado de embarque de açúcar a granel no Porto de Paranaguá, com uma capacidade de exportação de cerca de 3 milhões de toneladas por ano.

Por outro lado, a ação estatal demandada por estas entidades que representam o capital sucroenergético possibilitou a construção de um terminal semelhante visando as exportações de álcool, conforme abordado anteriormente.

Desse modo, a gestão empresarial dos agroindustriais engloba também o pacto social forjado na formação do poder político local, além de permitir a constituição de *lobbies* a nível nacional. Fazendo uso do aparelho de Estado, esse tem se apropriado historicamente de uma série de políticas públicas, materializadas na produção de infraestrutura capaz de potencializar esta expansão, assim como garantir os marcos jurídicos e institucionais para a realização dos seus objetivos enquanto classe.

---

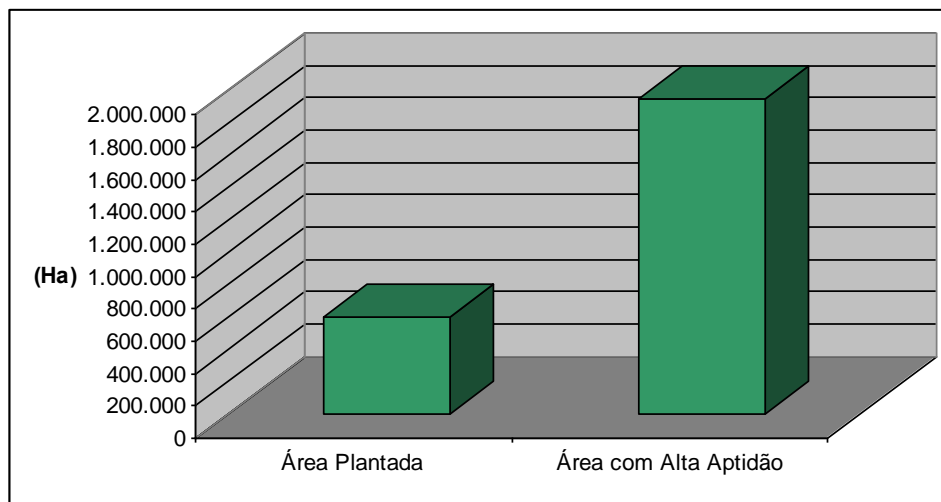
<sup>56</sup>Participam desta sociedade os seguintes grupos monopolistas: COOPERVAL, COOPCANA, Santa Teresinha, Sabarálcool e a Renuka Vale do Ivaí. (ALCOPAR, 2010).

A esse respeito, Thomaz Júnior (2002, p.84) aponta que,

[...] o Estado, ao sintetizar no seu interior as contradições capital-capital e capital-trabalho [...] oferece as condições necessárias para a rentabilidade do capital, assegurando orientação clara no sentido de subsumir toda a terra disponível, inclusive o latifúndio, conservando, pois, o poder político – econômico da burguesia agrária, agora no comando das atividades agrícolas e fabris sucroalcooleiras.

Não obstante, na medida em que as políticas territoriais do Estado, como o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar, apontam que há na porção setentrional do Paraná quase dois milhões de hectares com alta aptidão à produção canavieira (Gráfico 38), há a tendência de que esta expansão seja potencializada de acordo com a conjuntura favorável para a produção de álcool e açúcar, intensificando as disputas territoriais na região.

**Gráfico 38:** Comparação entre a área ocupada e a área com alta aptidão à produção canavieira no Norte e Noroeste Paranaense.



**Fonte:** Embrapa, 2009.

Portanto, ao se territorializar em porções espaciais necessárias à produção canavieira, os agroindustriais empreendem uma gestão empresarial que também possui uma dimensão espacial que se insere no ato de exercer o seu poder sobre o território, de modo a controlá-lo e ordená-lo, objetivando garantir a reprodução ampliada do capital, removendo todos os obstáculos que se erguem diante desse objetivo:

[...] quando o capital se territorializa, [...] o processo especificamente capitalista se instala e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra acumula simultaneamente o lucro da atividade industrial e a agrícola (da cultura da cana por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade. A monocultura se implanta e define e caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem, etc. (OLIVEIRA, 1996, p.478).

No exercício deste poder, outro elemento indispensável ao processo de reprodução ampliada do capital é controlado: a força de trabalho, cujos cortadores de cana no Paraná podem ser classificados em duas categorias quanto ao seu local de origem:

- Os trabalhadores oriundos dos municípios onde estão instaladas as agroindústrias e os do seu entorno;
- Trabalhadores migrantes, oriundos principalmente de estados nordestinos.

Esta força de trabalho, cuja intensidade da exploração é comparada por vários estudiosos da problemática com os escravos do período colonial, passa a ser controlada pelos agroindustriais tanto no campo ideológico - pela ameaça constante à mecanização, pelo discurso do desenvolvimento local etc – quanto na dimensão material, quando médias cada vez maiores são estipuladas aos cortadores de cana.

Não obstante, os agroindustriais no exercício do seu poder de controlar o território têm obstaculizado ao máximo a organização sindical destes trabalhadores.

De acordo com Thomaz Júnior (1998, p.06), uma das evidências do *modus operandi* da gestão do capital sobre o território é a separação dos trabalhadores em várias unidades sindicais, de acordo com a função desempenhada na cadeia produtiva do setor canavieiro.

Deste modo, a representação dos trabalhadores ocorre de forma fracionada, havendo sindicatos para categorias específicas, como a dos que trabalham no setor rural da produção (corte e tratos culturais), motoristas, químicos etc.

Por outro lado, enquanto os territórios canavieiros englobam vários territórios político-administrativos, tanto com a expansão das lavouras como com a contratação de trabalhadores, a organização sindical tende a ficar contraditoriamente restrita à base territorial da divisão político-administrativa, senão vejamos o exposto em Thomaz Júnior (1998, p.06):

Enquanto o capital se espalha pelo território, materializado em forma de área ocupada com cana-de-açúcar e de empresas sucroalcooleiras, ultrapassando/subvertendo os limites territoriais impostos pelo Estado ( a fronteira do município), o trabalho, (já na forma de identidade corporativa, portanto enquanto sindicatos), tem sua abrangência territorial delimitada pelas fronteiras municipais, conforme as determinações prescritas no artigo 8º, inciso II da Constituição Federal: “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa da categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior a área de um município”.

Assim, o controle da força de trabalho é um ingrediente estratégico para a extração da taxa máxima de lucro. Eis a convergência entre o poder público e o privado em prol dos interesses dos agentes sociais que empreenderam esta territorialização, numa lógica que objetiva a manutenção da estrutura e do projeto social vigente.

E como faz parte da lógica do setor sucroenergético operar com a constituição de um território que é distinto da delimitação territorial do Estado - seja ele na sua dimensão municipal ou estadual - a organização dos trabalhadores é bastante dificultada, uma vez que a maior parte dos cortadores de cana por exemplo, atuam fora do município em que residem num contexto em que esta mobilidade não é conferida aos sindicatos que os representam, a não ser que estes se constituam em entidades regionais ou estaduais.

Dificuldade maior ainda ocorre quando estes trabalhadores são migrantes temporários, oriundos de centenas ou até mesmo de milhares de quilômetros de distância do local de trabalho, sendo em regra, uma permanência fugaz, em vista do ciclo temporário de contratação.

Neste caso, a dificuldade de organização sindical é ainda maior, uma vez que estes geralmente se encontram albergados nos domínios privados do agroindustrial, ou seja, em alojamentos pertencentes ao usineiro, muitos dos quais em péssimas condições.

Aproveitando-se do poder que exercem sobre os trabalhadores, muitos agroindustriais do Paraná estão reimplantando um mecanismo eficaz de controle da força de trabalho empregada no setor produtivo canavieiro, tão comum no Nordeste açucareiro da primeira metade do século passado, que é a constituição de colônias de trabalhadores da usina.

Entretanto, na porção setentrional do Paraná esta prática está vinculada à construção de residências para atender majoritariamente os funcionários do setor industrial e não do setor agrícola, tal qual ocorria na usina nordestina.

Essa prática está se tornando mais comum no Noroeste do estado, que concentra a maior parte da produção canavieira, sobretudo pelo Grupo Santa Teresinha, embora em menor escala também seja praticada no Norte, a exemplo do que já vem fazendo o grupo Alto Alegre, conforme será melhor detalhado ao longo do capítulo 04.

A constituição deste tipo de relação entre capital e trabalho emerge como forma de gestão do capital sucroenergético sobre a força de trabalho disponível e necessária à agroindústria em uma determinada porção espacial (no entorno da planta industrial), ampliando a relação de dependência do trabalhador para com o usineiro, uma vez que o núcleo residencial ao qual reside com a sua família não lhe pertence.

Além dessas ações, que permitem monopolizar as terras mais férteis, de disputar as porções espaciais melhor localizadas frente aos potenciais mercados consumidores, de possuir elevado grau de influência nos poderes constituídos e sujeitar a força de trabalho aos seus interesses, há ainda a gestão dos recursos naturais existentes nas áreas que se constituíram territórios do capital sucroenergético.

Como parte significativa das terras ocupadas pela cana-de-açúcar se encontram arrendadas aos grupos monopolistas do setor, não há por parte dos empresários preocupações acerca da conservação da fertilidade e demais atributos durante a vigência dos contratos.

Dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2009, s/p.) apontam que o setor sucroenergético é o que mais se utiliza desta modalidade de incorporação de novas terras proporcionalmente a sua área ocupada, como mostra a Tabela 08.

**Tabela 08:** Condição do produtor em relação às terras ocupadas no estado do Paraná em 2006.

| <b>Atividade agropecuária</b> | <b>Arrendamento</b> | <b>Proprietário</b> | <b>Outras Formas<sup>57</sup></b> |
|-------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------------------------|
| Cana-de-açúcar                | 18%                 | 78%                 | 4%                                |
| Algodão                       | 12%                 | 80%                 | 8%                                |
| Soja                          | 10%                 | 88%                 | 2%                                |
| Cereais                       | 6%                  | 89%                 | 5%                                |
| Fumo                          | 5%                  | 87%                 | 8%                                |
| Pecuária                      | 2%                  | 94%                 | 4%                                |
| Lavouras Permanentes          | 1%                  | 90%                 | 9%                                |
| <b>Área Total do Paraná</b>   | <b>5%</b>           | <b>91%</b>          | <b>4%</b>                         |

Fonte: IBGE, 2009

Desta forma, na medida em que o solo vai perdendo as suas propriedades biogeoquímicas, devido ao manejo agrícola inadequado (herbicidas e pesticidas, compactação do solo, queimadas, aplicação da vinhaça ou vinhoto etc), os agroindustriais devolvem ao final do vencimento do contrato um solo bastante degradado ao seu proprietário, sendo esta prática mais vantajosa ao usineiro, tendo em vista que ele não assume para si os gastos com a correção do solo.

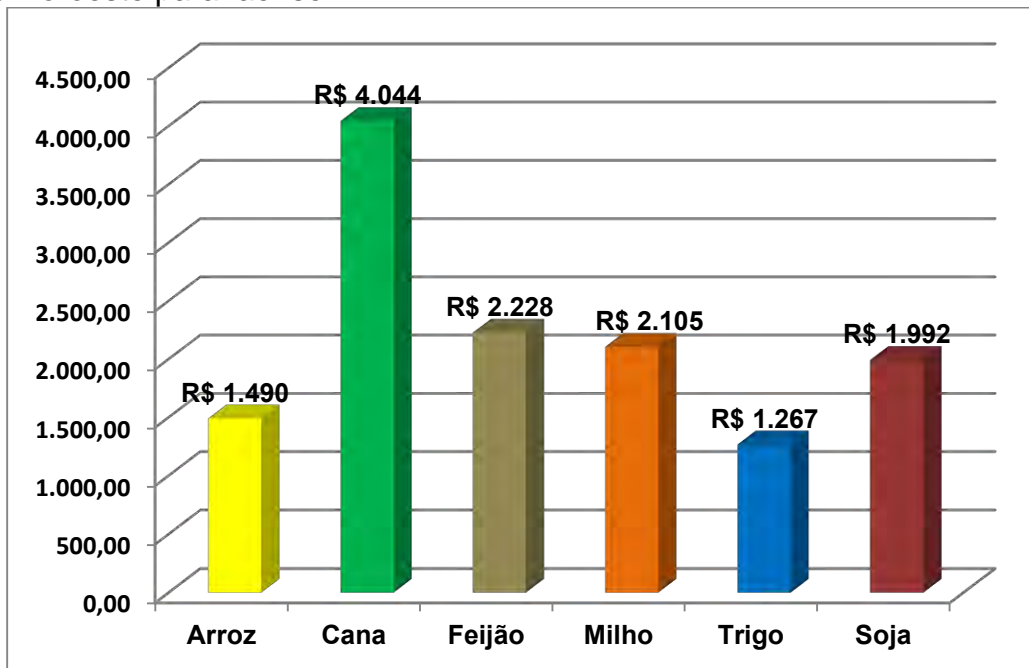
Assim sendo, esta estratégia de uso e ocupação do solo rural permite ao agroindustrial incorporar novas terras ao processo produtivo - novas tanto no sentido da expansão quanto na ocupação pela cana – diferentemente do que ocorreria se a totalidade das terras pertencessem ao agroindustrial, o que sugere que estes empresários agrícolas trabalham com uma margem de flexibilidade espacial, a qual lhes possibilita modificar o vetor de expansão de uma determinada agroindústria em direção as áreas com a maior produtividade espacial, ou seja, em que há uma maior possibilidade de auferimento da renda da terra.

E isto em um contexto em que, mesmo diante da atual conjuntura de retração no ritmo da expansão do setor sucroenergético, a curto prazo parece ser mais vantajoso para o proprietário fundiário arrendar a sua propriedade ao agroindustrial canavieiro do que cultivá-la.

<sup>57</sup>A categoria “Outras Formas” engloba as condições de assentado sem titulação definitiva, parceiro e ocupante, conforme classificação do IBGE (2009).

Por outro lado, o Ipardes (2015, s/p.) aponta que as culturas de arroz, feijão, trigo, milho e soja apresentaram na safra de 2013/2014 um valor da produção por hectare inferior ao da cana-de-açúcar, o que conseqüentemente aponta para a possibilidade de maiores rendimentos para a cultura canavieira, conforme retrata o Gráfico 39.

**Gráfico 39:** Valor da produção<sup>58</sup> por hectare em culturas selecionadas da safra de 2013/2014 no Norte e Noroeste paranaense



Fonte: IPARDES, 2015.

Nesta mesma vertente, Thomaz Júnior e Valério (2009, p.11) retratam bem como funciona esta estratégia espacial de incorporação de novas terras à produção canavieira:

Com o primeiro arrendamento a usina retira todos os obstáculos à consolidação logística do território canavieiro, caracterizado por uma grande contigüidade territorial, fato que faz com que cercas, barracões, tulhas, casas, *terrerões* e uma infinidade de estruturas pré-existentes e estranhas ao intento homogeneizante do capital sucroalcooleiro sejam destruídas em favor da formação de gigantescas áreas para o plantio da cana-de-açúcar. Quando do final do prazo de arrendamento da terra para o

<sup>58</sup> De acordo com o IPARDES, o cálculo do Valor da Produção é realizado mediante a multiplicação do preço médio do produto no mercado pela quantidade produzida. Para elaboração desse gráfico foi dividido o valor da produção total do Norte e do Noroeste paranaense pela área cultivada pelas culturas selecionadas. Convém ressaltar que a variável “Valor da Produção” não deve ser confundida com rendimento, mas deve ser compreendido como faturamento bruto.

usineiro, diante da inexistência de recursos para o restabelecimento das atividades anteriormente praticadas, impossibilidade de recomposição de cercas, pastos, casas e toda a infraestrutura retirada pela formação das grandes áreas de plantio monocultor, somado ao fato do sucateamento e/ou venda de máquinas e implementos agrícolas pelo fato de não mais serem usados, dá-se aí o “*pulo do gato*”, onde o proprietário vê-se refém do capital agrocanavieiro

Ademais, a gestão ambiental praticada pelos agroindustriais do setor canavieiro tem sido marcada historicamente por um processo de exploração intensiva dos recursos naturais, num contexto em que a produção sucroenergética se dá em meio a utilização em larga escala de fertilizantes, agrotóxicos, da mecanização crescente e da aviação agrícola, além da utilização das queimadas na maioria absoluta dos canaviais da porção setentrional do Paraná.

Desta forma, este modelo de exploração do território estaria intimamente ligado a uma série de impactos ambientais, entre os quais poderiam ser citados a contaminação das águas e do solo pelos agrotóxicos e pelos herbicidas utilizados intensivamente, além da compactação dos solos pela motomecanização pesada utilizada ao longo de todo o processo produtivo.

Não obstante, há ainda a possibilidade da destruição da vegetação nativa – de forma direta ou indireta-com a expansão da fronteira agrícola para as porções espaciais mais produtivas ao capital sucroenergético, conforme abordado anteriormente -, da contaminação das nascentes e dos rios, entre outros.

A Foto 01, captada entre os municípios canavieiros de Prado Ferreira e de Florestópolis durante as investigações empíricas, ilustra uma das muitas contradições existentes no âmbito da produção sucroenergética, que tem alardeado sua condição de ambientalmente sustentável perante os supostos efeitos dos combustíveis fósseis no aquecimento global:

**Foto 01:** Plantações de cana em área limitrofe à reserva florestal em Florestópolis



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

Esta constatação se torna mais preocupante na medida em que na porção setentrional do estado do Paraná, onde está concentrada cerca de 95% de toda a cana cultivada no estado, as condições ambientais já se encontram num elevado estado de degradação, tendo em vista a histórica atuação da agricultura comercial capitalista na região, cujo *modus operandi* tem se materializado em um sistema de exploração altamente predatório ao meio ambiente.

E isto só se torna possível diante daquilo que Porto-Gonçalves (2008, p.336-337) classifica como sendo a consolidação de um complexo de poder em torno do agronegócio, articulando os interesses das empresas dos mais variados setores, como as de fertilizantes, de biotecnologia, de sementes, as empresas de consultoria, os grupos empresariais do setor das comunicações, do setor financeiro, químico, de máquinas e implementos, do setor de

pesquisas, dentre outros, articulando ainda alianças com grandes corporações hegemônicas internacionais, como a Bunge, a Monsanto, a Basf etc.

#### 4 – OS GRUPOS MONOPOLISTAS DO SETOR SUCROENERGÉTICO TERRITORIALIZADOS NO PARANÁ

Na safra 2015/2016, foram 101 os municípios paranaenses que cultivaram mais de 1.000 hectares de cana-de-açúcar vinculados a produção sucroenergética de 30 usinas e destilarias controladas por 16 grupos empresariais que atuam no Paraná, e que se localizam geograficamente em 29 municípios do estado, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

**Tabela 09:** Agroindústrias sucroenergéticas paranaenses<sup>59</sup>

| <b>Grupo Empresarial</b>        | <b>Unidades Agroindustriais</b> | <b>Municípios</b>      |
|---------------------------------|---------------------------------|------------------------|
| <b>USAÇÚCAR/SANTA TERESINHA</b> | Unidade Cidade Gaúcha           | Cidade Gaúcha          |
|                                 | Unidade Paranacity              | Paranacity             |
|                                 | Unidade Tapejara                | Tapejara               |
|                                 | Unidade Ivaté                   | Ivaté                  |
|                                 | Unidade Iguatemi                | Maringá                |
|                                 | Unidade Terra Rica              | Terra Rica             |
|                                 | Unidade Rondon                  | Rondon                 |
|                                 | Unidade São Tomé                | São Tomé               |
|                                 | Costa Bioenergia                | Umuarama               |
|                                 | Usina Goioerê                   | Moreira Sales          |
| <b>ALTO ALEGRE</b>              | Unidade Florestópolis           | Florestópolis          |
|                                 | Unidade Junqueira               | Colorado               |
|                                 | Unidade Santo Inácio            | Santo Inácio           |
| <b>SABARÁLCOOL</b>              | Unidade Cedro                   | Perobal                |
|                                 | Unidade Engenheiro Beltrão      | Engenheiro Beltrão     |
| <b>RENUKA VALE DO IVAÍ</b>      | Unidade Cambuí                  | Marialva               |
|                                 | Unidade Vale do Ivaí            | São Pedro do Ivaí      |
| <b>COMPANHIA MELHORAMENTOS</b>  | Unidade Nova Londrina           | Nova Londrina          |
|                                 | Unidade Jussara                 | Jussara                |
| <b>ATALLA</b>                   | Usina Central do Paraná         | Porecatu               |
| <b>USIBAN</b>                   | Usina Bandeirantes              | Bandeirantes           |
| <b>COOPerval</b>                | Usina Cooperval                 | Jandaia do Sul         |
| <b>DESTILARIA AMERICANA</b>     | Destilaria Americana            | Nova América da Colina |
| <b>NOVA PRODUTIVA</b>           | Usina Nova Produtiva            | Astorga                |
| <b>GRUPO MARINGÁ</b>            | Unidade de Jacarezinho          | Jacarezinho            |
| <b>DACALDA</b>                  | Usina Dacalda                   | Jacarezinho            |
| <b>DAIL/CLARION</b>             | Usina Dail Clarion              | Ibaiti                 |
| <b>COOPCANA</b>                 | Usina Coopcana                  | São Carlos do Ivaí     |

Fonte: Alcopar, 2016.

<sup>59</sup> Na safra 2014/2015 a Destilaria da Corol de Rolândia e a Usina Casquel de Cambira não moeram.

Para compreender e dimensionar quais os principais impactos socioeconômicos que têm incidido sob os municípios canavieiros paranaenses no âmbito das dinâmicas do processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético, este trabalho buscará neste capítulo relacionar a atuação dos grupos monopolistas do setor que territorializaram-se no estado do Paraná com a dinâmica social e econômica destes municípios.

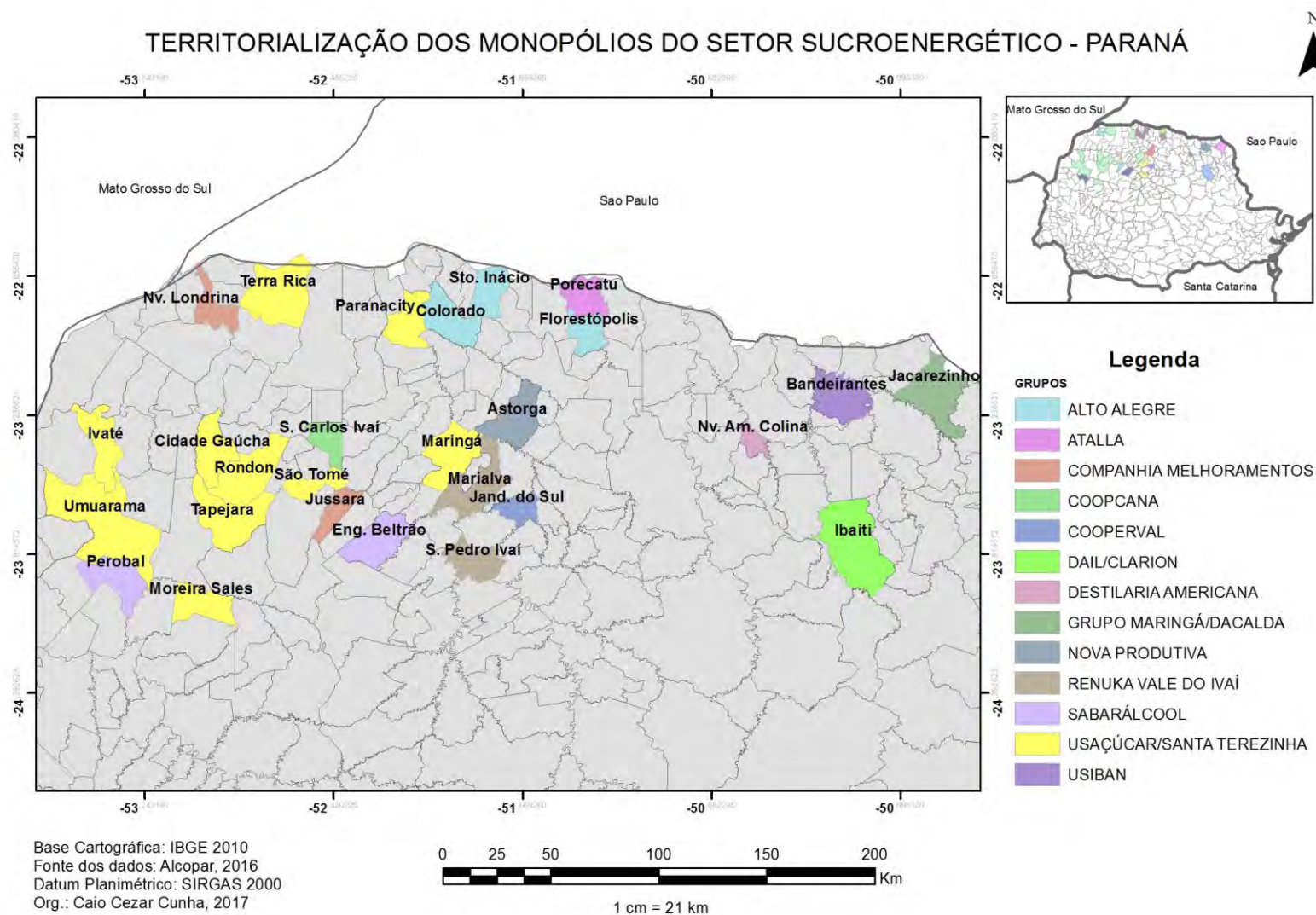
Num primeiro momento, serão analisadas as especificidades da atuação das agroindústrias sucroenergéticas paranaenses e quais dinâmicas socioterritoriais estão vinculadas ao processo de territorialização dos monopólios do setor, caracterizado pela concentração econômica e a formação de grupos monopolistas através de fusões, aquisições e associações, no âmbito do processo de mundialização da agricultura brasileira, conforme a perspectiva teórica de Oliveira (2014, p. 2.103).

Posteriormente será analisado como esse processo de territorialização dos monopólios tem afetado a dinâmica social e econômica nos municípios canavieiros paranaenses, num contexto em que do ponto de vista metodológico, o critério utilizado para definir a categoria município canavieiro será o de possuir 10% da área agrícola municipal ocupada pela cana-de-açúcar, e que esteja vinculada a produção de alguma das 30 agroindústrias do setor sucroenergético que atuam no estado.

A partir deste recorte geográfico, foram realizadas verificações empíricas a unidades agroindustriais canavieiras, tendo sido aplicados questionários a representantes das usinas e trabalhadores que atuam em diferentes setores nas usinas canavieiras analisadas.

Não obstante, foram utilizados dados do IPARDES, do IBGE, do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na busca pela qualificação dos territórios dos municípios canavieiros paranaenses, localizados geograficamente em sua maioria na porção setentrional do estado do Paraná.

**Mapa 03:** Territorialização dos monopólios do setor sucroenergético no Paraná



Fonte: Alcopar, 2016.

#### 4.1- O Grupo Usaçúcar/ Santa Terezinha

O grupo monopolista USAÇÚCAR/Santa Terezinha é o maior dos grupos sucroenergéticos territorializados no Paraná, concentrando 10 das 30 unidades agroindustriais em atividade no estado, que processam juntas quase a metade de toda a cana-de-açúcar cultivada no espaço agrário paranaense.

A nível nacional, o grupo é o terceiro maior produtor brasileiro de açúcar e ocupa a décima posição no ranking da produção de etanol, além de se posicionar entre os com a maior capacidade de moagem no país<sup>60</sup>, ficando atrás apenas da Raizen, da Biosev, da Odebrecht Agroindustrial, do Grupo São Martinho e Guarani/Petrobrás. (ANUÁRIO DA CANA, 2015, p. 123-125).

Sua fundação remonta ao ano de 1961, quando a família Meneguetti começou a transformar um pequeno engenho que se dedicava a produção de aguardente numa agroindústria açucareira, no distrito de Iguatemi, em Maringá, começando efetivamente a produzir açúcar em 1964, se tornando assim a quarta unidade agroindustrial do setor instalada na porção setentrional do Paraná<sup>61</sup>.

Com o advento do PROÁLCOOL, a agroindústria começou a ampliar sua capacidade produtiva, utilizando financiamentos deste programa entre os anos de 1979 e 1981 na viabilização da expansão de suas atividades.

No entanto, seu período de maior expansão veio contraditoriamente com o colapso do PROÁLCOOL, quando várias agroindústrias menos rentáveis foram sendo adquiridas pelos grupos sucroenergéticos mais capitalizados durante um período de crise no setor canavieiro, corroborando o exposto por Smith (1988, p. 185), que sentencia que os períodos de crise tem sido períodos de extrema funcionalidade para as corporações capitalistas, onde “as fusões, encampações e falências, assim como a desvalorização geral [...] e a destruição do capital [...] que acompanham as crises, também preparam o terreno para nova fase de desenvolvimento [...]”.

Assim, Oliveira (2009, o. 169) irá apontar que,

---

<sup>60</sup> De acordo com dados arrolados durante a entrevista.

<sup>61</sup> Conforme informações obtidas durante a pesquisa de campo.

O endividamento, a redução do crédito subsidiado e a derrocada do Proálcool, conduziram várias unidades processadoras, sobretudo àquelas implantadas exclusivamente para produzir álcool, a estado falimentar e/ou desativação. No entanto, as empresas que souberam aproveitar as benesses concedidas pelo Estado, inclusive o perdão e/ou refinanciamento de dívidas, se capitalizaram e tiveram condições de investir em modernização e diversificação da produção tornando-se mais competitivas.

Nesse contexto de reestruturação produtiva no setor<sup>62</sup>, em 1987 o Grupo USAÇÚCAR/Santa Teresinha adquire a Unidade Paranacity, em 1989 a Unidade Tapejara e em 1993, a Unidade Ivaté, aquisições estas que foram acompanhadas de reformas e ampliações em todas as unidades agroindustriais que passaram a compor o grupo empresarial, sendo ainda expandida a área cultivada com cana-de-açúcar para atender a crescente demanda agroindustrial.

Essas aquisições e a ampliação da capacidade produtiva do Grupo USAÇÚCAR/Santa Teresinha em um período em que o setor vivenciava uma forte estagnação, foi possível, em grande medida devido à financiamentos públicos do BNDES, que viabilizaram um incremento de 40% na sua capacidade de moagem, e conseqüentemente um aumento de 240% na produção de açúcar e 14% na produção alcooleira. (USAÇÚCAR, 2016, s/p.).

A partir da safra de 1995/1996, o mercado externo passa a ser o principal destino da produção sucroenergética do Grupo USAÇÚCAR/Santa Teresinha, motivo pelo qual o grupo passou a estruturar estratégias logísticas que facilitassem o armazenamento e o escoamento da produção rumo ao Porto de Paranaguá.

Foi assim que em 2000 o grupo assinou contrato com a PASA – Paraná Operações Portuárias S.A. e construiu em 2002 em Maringá um terminal logístico para armazenagem de açúcar, grãos e fertilizantes, além de reservatórios de líquidos inflamáveis.

Nessa mesma vertente, em 2003 passou a operar ainda em Paranaguá um terminal rodoferroviário próprio, cujo objetivo seria o de facilitar a importação de implementos e fertilizantes utilizados na atividade sucroenergética, além de utilizá-lo eventualmente na exportação de sua produção.

---

<sup>62</sup> Conforme já abordado anteriormente, com a desregulamentação estatal do setor, os grupos menos capitalizados e com uma estrutura organizacional baseada na gestão familiar entraram em crise e passaram a ser adquiridos pelos grupos mais adaptados a esta nova fase para o setor.

A expansão do grupo USAÇÚCAR<sup>63</sup> continuou em um ritmo superior ao dos demais grupos agroindustriais canavieiros instalados no estado do Paraná, sendo que na nova fase expansiva do setor sucroenergético a nível nacional, viabilizada durante o governo LULA, o grupo ampliou o número de unidades, com a construção da Unidade Terra Rica em 2007<sup>64</sup>, e com as aquisições das unidades de Cidade Gaúcha (antiga USACIGA) e de Rondon (antiga Coocarol – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Cana de Rondon Ltda) em 2009.

A foto 02 retrata uma das unidades agroindustriais do grupo Santa Teresinha, localizada no município de Tapejara:

**Foto:** 02 Vista parcial da Usina Santa Terezinha de Tapejara



Fonte: Usacúcar<sup>65</sup>, 2016.

<sup>63</sup> Além das aquisições no estado do Paraná, o Grupo USAÇÚCAR/Santa Teresinha adquiriu em 2011 a Usina Paraná no município de Eldorado, no Mato Grosso do Sul.

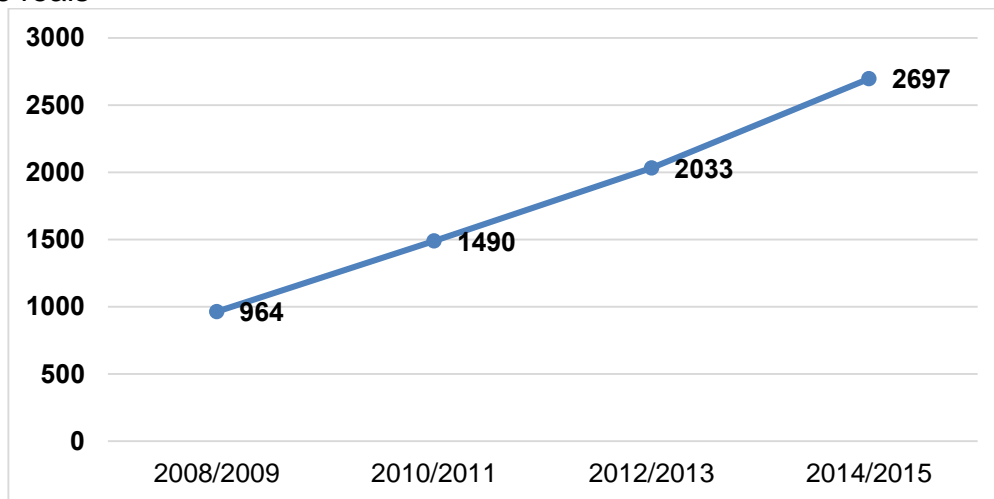
<sup>64</sup> De acordo com a imprensa especializada no setor canavieiro, o BNDES financiou 122 milhões de reais dos 180 milhões que foram utilizados para a construção desta unidade agroindustrial em Terra Rica, através do FINEM (Financiamento a Empreendimentos), que desembolsou 99 milhões de reais, e do Finame Agrícola (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), que aportou outros 23 milhões de reais. (JORNAL DA CANA, 2008, s/p.).

<sup>65</sup> Foi solicitada autorização na sede da Santa Teresinha em Maringá para fotografar as unidades do grupo, e ao invés da autorização o funcionário responsável optou por capturar as fotos e enviar por email.

Não obstante, mesmo com a desaceleração a nível nacional no ritmo expansivo do setor após o ano de 2008, conforme já abordado no capítulo 01, o significativo preço do açúcar no mercado internacional motivou o Grupo USAÇÚCAR/Santa Teresinha a seguir ampliando sua capacidade de produção, haja visto que na maioria das últimas safras 100% de sua produção açucareira tem como destino as exportações<sup>66</sup>.

Assim, em 2012 o grupo adquiriu a Usina de Álcool e Açúcar Goioerê, localizada no município de Moreira Sales, e em 2013 a Costa Bioenergia, localizada em Umuarama, ratificando um faturamento crescente do Grupo Santa Teresinha, conforme atestam os relatórios de desempenho econômico disponibilizados pela empresa:

**Gráfico 40:** Faturamento por safra do Grupo Empresarial USAÇÚCAR/Santa Teresinha em milhões de reais



**Fonte:** Relatórios Econômicos do Grupo Santa Terezinha.

Paralelamente a estas constatações, que apontam para um cenário que destoia da conjuntura de crise e estagnação alegado pelo setor na atualidade, há que se ressaltar que esse movimento de aquisições deste grupo empresarial, assim como os investimentos para ampliação de sua capacidade produtiva, tem sido realizado com forte aporte estatal, conforme

<sup>66</sup> De acordo com dados arrolados durante a aplicação do questionário, 85% da cana processada pela usina é transformada em açúcar, e nos últimos anos a totalidade da produção tem sido exportada para 19 países de 04 continentes.

pode ser constatado durante a realização de entrevista na sede do Grupo USAÇÚCAR/Santa Teresinha em Maringá.

Se as aquisições empreendidas logo após o colapso do PROÀLCOOL, no contexto de desregulamentação estatal dos anos de 1990 estiveram vinculadas ao recebimento de créditos do BNDES<sup>67</sup>, na atualidade o Grupo Santa Teresinha tem sido beneficiado com recursos públicos de diversos programas do Governo Federal, principalmente para investimentos em capital fixo<sup>68</sup>, como é o caso do FINAME<sup>69</sup>, Moderfrota<sup>70</sup>, Proinfra – Programa de Incentivos a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - e o Prorenova, sendo que neste último, o grupo recebeu somente em 2012 a quantia de 226 milhões de reais em crédito para serem aplicados na renovação dos canaviais<sup>71</sup>, sendo que em 2013 houve uma nova captação de outros 279 milhões de reais para a mesma finalidade. (BNDES, 2016, s/p.).

Mesmo diante de tais captações milionárias, assim como de centenas de operações de crédito disponíveis no Relatório Anual do BNDES, o funcionário entrevistado do Grupo Usaçúcar/Santa Terezinha relatou não haver na prática uma política específica voltada para o setor, e quando questionado sobre quais medidas o Estado deveria tomar em prol da canavicultura mercantil, respondeu que há a demanda por uma maior disponibilidade de financiamento público para o setor sucroenergético, além do investimento em infraestrutura portuária e de transportes.

Estes investimentos, que se processaram num momento de elevação dos preços do açúcar no mercado internacional possibilitaram uma recuperação nos índices de produção e produtividade do grupo empresarial, que apontou durante a aplicação do questionário estar apostando na manutenção dos preços elevados de seu principal produto comercializável, graças a queda nos estoques mundiais de açúcar.

---

<sup>67</sup> Conforme dados arrolados durante a aplicação de questionário.

<sup>68</sup> A maior parte destes investimentos estão relacionados com o crescente processo de mecanização da colheita, de acordo com o funcionário entrevistado.

<sup>69</sup> Financiamento do BNDES para a aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação nacionais novos. A empresa não revelou na entrevista os valores captados nesta modalidade de crédito, alegando ser esta uma informação coberta por sigilo.

<sup>70</sup> Financiamento do BNDES para aquisição de tratores, colheitadeiras, plataformas de corte, pulverizadores, plantadeiras, semeadora etc. A empresa não revelou na entrevista os valores captados nesta modalidade de crédito, alegando ser esta uma informação coberta por sigilo.

<sup>71</sup> Conforme dados disponibilizados em questionário aplicado ao Grupo Santa Teresinha.

**Tabela 10:** Participação do Grupo Santa Teresinha na produção sucroenergética paranaense na safra 2015/2016

| Variáveis             | Grupo Santa Teresinha     | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|-----------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana  | 323,3 mil hectares        | 635,2 mil hectares        | 49,16%                            |
| Produção de açúcar    | 1,55 milhões de toneladas | 2,95 milhões de toneladas | 52,5%                             |
| Produção de etanol    | 408,6 milhões de litros   | 1,65 bilhões de litros    | 24,7%                             |
| Exportações de açúcar | 1,49 mil toneladas        | 2,5 milhões de toneladas  | 59,6%                             |

Fonte: Anuário da Cana, 2016.

Não obstante, nota-se pelos dados arrolados na tabela anterior, que o grupo Santa Teresinha tem apresentado uma significativa concentração da produção sucroenergética no estado, num contexto em que o grupo empresarial controla 10 das 13 unidades agroindustriais que atuam no Noroeste paranaense, abrangendo na atualidade uma área de atuação que engloba cerca de 118 municípios<sup>72</sup>, sendo que em 40 destes tem colhido a cana-de-açúcar processada em suas unidades agroindustriais<sup>73</sup>.

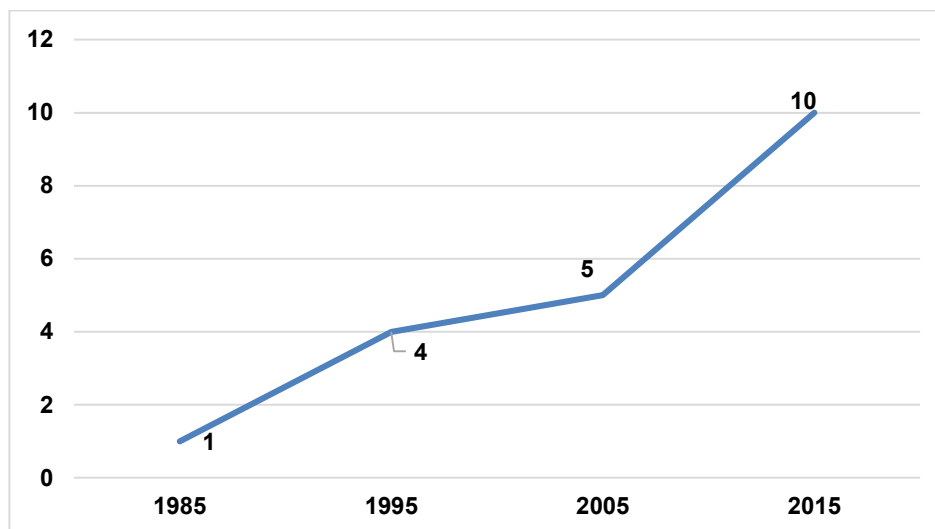
Assim, esta concentração significativa da produção sucroenergética no estado do Paraná pelo Grupo Santa Teresinha, alcançada no contexto da aquisição pelo grupo de unidades agroindustriais endividadas em períodos de crise do setor, evidencia o processo de territorialização dos monopólios descrito por Oliveira (2014, p. 2.086) como derivante das especificidades do setor sucroenergético nacional, onde o controle da terra, do processo produtivo do campo e do processamento agroindustrial atuam de forma simultânea<sup>74</sup>, chegando a um ponto em que num raio de abrangência de mais de cem municípios das regiões que concentram a maior parte da cana-de-açúcar no estado, existem apenas três agroindústrias que não pertencem ao grupo, num contexto em que em 2005 eram 8.

<sup>72</sup> Entre área plantada/colhida, origem dos trabalhadores e fornecedores de bens e serviços para as unidades agroindustriais.

<sup>73</sup> Conforme dados arrolados mediante aplicação de questionário *in loco*.

<sup>74</sup> Conforme a CONAB (2008, p. 11) o padrão internacional mantém a atividade agrícola da produção canavieira, separada do processamento industrial.

**Gráfico 41:** Evolução da concentração do Grupo Santa Teresinha na porção setentrional do Paraná



**Fonte:** Relatórios de Sustentabilidade do grupo Santa Teresinha<sup>75</sup>.

Para se ter uma ideia da evolução deste processo de territorialização do monopólio do grupo Santa Teresinha no Noroeste do Paraná, basta apontar que nos últimos vinte anos houve um incremento de 150% no número de unidades agroindustriais do grupo, enquanto que neste mesmo período o número de usinas e destilarias no estado do Paraná passou de 27 para 30, uma oscilação percentual treze vezes menor do que a do grupo Santa Teresinha.

Nesse contexto, Dantas e Castro (2009, p. 03-05) apontam que a partir de conjunturas desfavoráveis para a implementação de novos projetos sucroenergéticos,

[...] a expansão dos grandes grupos que estejam capitalizados irá ocorrer via aquisição e controle dos grupos e plantas em crise, incluindo-se neste processo empresas de menor porte. Este processo de aquisição tende a ser mais seletivo porque os grandes players não têm, grosso modo, interesse em unidades produtivas com padrão tecnológico defasado. Aqui podem ocorrer aquisições de plantas menos eficientes, mais em função da busca de economia de escala. [...]. Este movimento de concentração de mercado, principalmente via aquisições ora em curso no setor sucroenergético, permite que os grupos mais capitalizados expandam sua capacidade de produção através da compra de ativos existentes em detrimento da construção de novas unidades. [...].

Durante a aplicação de questionário na sede do Grupo Santa Teresinha, a responsável pelo setor de comunicação, ao ser questionada sobre a rentabilidade do grupo

<sup>75</sup> Acesso a partir de aplicação de questionário in loco.

nos últimos anos, levantou a informação, segundo a qual o grupo tem apresentado uma constante lucratividade e rentabilidade, inclusive nos períodos conjunturais desfavoráveis para o setor, dada as especificidades da comercialização sucroenergética do grupo.

Este fator, tem sido a mola propulsora da concentração do setor sucroenergético paranaense pelo grupo Santa Teresinha, uma vez que a aquisição e a modernização de unidades agroindustriais ativas tem sido mais vantajosa, uma vez que desde o processo de fundação do grupo, apenas uma unidade foi totalmente construída, sendo as demais adquiridas em períodos de conjuntura desfavorável para o setor, e no máximo foram modernizadas.

Nesse processo, convém tecer alguns apontamentos acerca da gestão territorial do grupo no que diz respeito ao controle da terra, dos processos produtivos do campo e da agroindústria de que trata Oliveira (2012, p.08) no âmbito do processo de territorialização dos monopólios.

De acordo com dados obtidos durante levantamento de campo, o Grupo USAÇÚCAR/Santa Teresinha moeu na safra 2015/2016 cerca de 17 milhões de toneladas de cana, oriundas de 312,3 mil hectares de cana-de-açúcar, que por sua vez foram cultivados em centenas de estabelecimentos agropecuários geograficamente localizados nas adjacências de suas unidades agroindustriais.

Deste total, apenas pouco mais de 30 mil hectares são cultivados em terras próprias deste grupo monopolista, sendo a maior parte da matéria prima processada em suas unidades agroindustriais provenientes do fornecimento de cana através do regime de parceria agrícola, onde são firmados contratos entre a Santa Terezinha e proprietários de terras por um período mínimo de cinco anos, podendo este alcançar os 20 anos, num contexto em que o proprietário fundiário ficaria responsável pelos tratos culturais da cana cultivada em suas terras.

Por outro lado, o grupo Santa Teresinha cobriria parte dos custos de produção, tais como fertilizantes, pesticidas, assim como atuaria na renovação dos canaviais, e ao final da colheita remuneraria o proprietário das terras tendo como base a cotação pelo Consecana do ATR<sup>76</sup> da cana entregue às usinas e destilarias do grupo.

---

<sup>76</sup> ATR refere-se a Açúcar Total Recuperável, que por sua vez significa a qualidade da cana, ou seja, a capacidade de ser convertida em açúcar ou álcool.

De acordo com dados arrolados durante esta etapa de verificação empírica, foi informado que atualmente o grupo conta com mais de 2.500 parceiros agrícolas, sendo estes selecionados a partir da localização geográfica de interesse das agroindústrias do grupo<sup>77</sup>, sendo que a partir desta variável as áreas passam a ser selecionadas levando-se em conta a fertilidade e a topografia das terras, num contexto em que mais de 80% da colheita é mecanizada<sup>78</sup>.

Este regime de produção tem se mostrado mais vantajoso para o grupo Santa Teresinha, dado a quantidade de cana processada em suas agroindústrias, uma vez que não há imobilização de parte de seus capitais para a aquisição de terras ou para remunerar o arrendamento.

Ao contrário, de acordo com dados obtidos durante o levantamento de campo, o contrato de parceria acaba sendo benéfico para as usinas, uma vez que divide com o proprietário fundiário não só os eventuais ganhos, mas também os prejuízos, principalmente aqueles relacionados com a quebra na produção por efeitos climáticos.

Como o pagamento terá como referência a qualidade da cana colhida, haverá por parte do proprietário fundiário um esforço maior no cumprimento da parte que lhe cabe no contrato, para que ao final do processo sua rentabilidade seja também maior, diferentemente do arrendamento, quando o valor é fixado independentemente dos resultados de produção.

Neste sentido, o controle da terra, mesmo que não seja de fato propriedade do Santa Teresinha, acaba sendo exercido pelo grupo agroindustrial, não apenas a partir de um novo uso do solo para cada contrato de parceria firmado, mas também na imposição das condições necessárias para que esta produção ocorra durante um considerável período de tempo<sup>79</sup>, num claro exercício de poder sobre as porções espaciais em que tem se territorializado e exercido um monopólio cada vez mais crescente na produção sucroenergética paranaense.

---

<sup>77</sup> Conforme já abordado anteriormente, a produção da cana-de-açúcar deve se dar em áreas alocadas entre 25 e 40Km de distância da unidade agroindustrial, levando-se em consideração a racionalidade econômica.

<sup>78</sup> Conforme levantamento de dados in loco, a mecanização da colheita atingiu praticamente o máximo possível, levando-se em conta a topografia das terras em que estão localizados os cultivos canavieiros.

<sup>79</sup> Num período que pode variar de 05 a 20 anos, a cana-de-açúcar substitui o uso que antes do contrato era dado ao solo.

Para além do controle da terra fica evidente ainda que o grupo Santa Teresinha exerce um controle sobre todas as etapas do processo produtivo, incluindo a comercialização da produção sucroenergética.

A cana-de-açúcar colhida nas propriedades dos parceiros agrícolas é processada em uma das dez unidades do grupo localizadas no estado do Paraná, sendo que nas últimas safras a maioria absoluta da produção canavieira tem sido transformada em açúcar.

Das agroindústrias, a maior parte da produção segue para exportação em caminhões com destino a CPA Armazéns Gerais, uma das empresas coligadas ao grupo USAÇÚCAR/Santa Teresinha, de onde esta produção segue em vagões rumo ao Porto de Paranaguá, para ser armazenado pela PASA Operações Portuárias S/A, e dali exportado para países da América, África, Europa e Ásia<sup>80</sup>.

Na safra 2014/2015, haviam nas usinas do grupo 15.801 trabalhadores originários de 118 municípios do Norte e Noroeste paranaense, sendo que 80% deste total trabalhou no setor rural e agrícola, senão vejamos a tabela:

**Tabela 11:** Trabalhadores das usinas do grupo Santa Teresinha por unidade agroindustrial em 2014

| Unidade Agroindustrial Do Grupo | Setores produtivos das unidades agroindustriais |                                |                |               |
|---------------------------------|---|--------------------------------|----------------|---------------|
|                                 | Indústria                                       | Rural e Agrícola <sup>81</sup> | Administrativo | Total         |
| Paranacity                      | 307   | 1.721                          | 99             | 2.127         |
| Tapejara                        | 324   | 2.418                          | 111            | 2.853         |
| Ivaté                           | 270   | 1.325                          | 75             | 1.670         |
| Iguatemi                        | 240   | 1.101                          | 82             | 1.423         |
| Terra Rica                      | 246   | 1.324                          | 61             | 1.631         |
| Rondon                          | 244   | 1.029                          | 81             | 1.354         |
| Cidade Gaúcha                   | 285   | 1.202                          | 77             | 1.564         |
| São Tomé                        | 161   | 769                            | 54             | 984           |
| Costa Bioenergia                | 199   | 834                            | 58             | 1.091         |
| Usina Goioerê                   | 218   | 881                            | 59             | 1.158         |
| <b>Total Geral</b>              | <b>2.494</b>                                    | <b>12.604</b>                  | <b>703</b>     | <b>15.801</b> |

**Fonte:** Relatórios de Sustentabilidade, 2014.

<sup>80</sup> Conforme informações obtidas durante aplicação de questionário e contidas nos Relatórios de Sustentabilidade do grupo Santa Teresinha.

<sup>81</sup> Conforme explicado durante a verificação empírica, o setor rural abrange trabalhadores que atuam no corte manual de cana e no plantio. Já o setor agrícola abrange trabalhadores que atuam nas atividades mecanizadas de preparo do solo, plantio, colheita, carregamento e transporte da cana.

Apesar de ser um número considerável de trabalhadores, tem se constatado uma diminuição significativa nos últimos anos nas contratações em todas as unidades do grupo, num contexto em que a mecanização da colheita tem atingido quase que o seu limite máximo, conforme pode ser constatado durante a entrevista realizada na sede da Santa Teresinha, onde também foi esclarecido que a atual conjuntura econômica setorial da produção sucroenergética não tem sido a responsável pela oscilação na empregabilidade do grupo.

A foto 03 ilustra a colheita mecanizada em terras do grupo Santa Teresinha no município de Tapejara:

**Foto 03:** Colheita mecanizada em terras do grupo Santa Teresinha



Fonte: Usaúcar<sup>82</sup>, 2016.

---

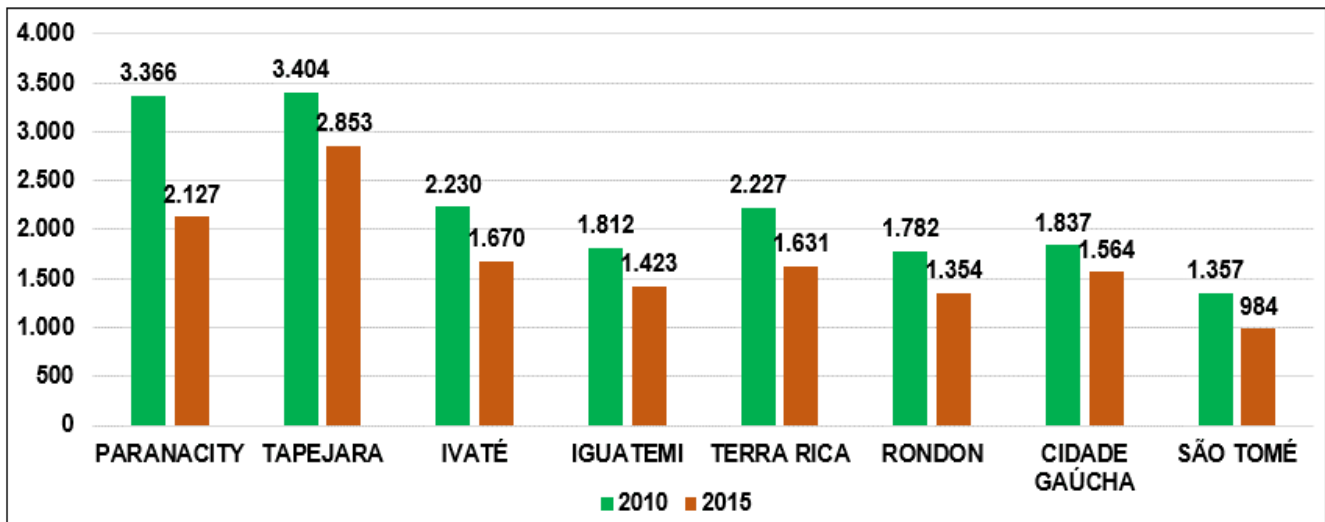
<sup>82</sup> Foi solicitado autorização na sede da Santa Teresinha em Maringá para fotografar atividades em unidades do grupo, e ao invés da autorização o funcionário responsável optou por capturar as fotos e enviar por email.

Embora não tenha sido possível quantificar por setores onde ocorreram estas perdas de postos de trabalho, houve no período compreendido entre 2010 e 2015 uma diminuição de 4.463 trabalhadores vinculados as agroindústrias do grupo Santa Teresinha.

Convém salientar que este número pode ser bem maior, levando-se em consideração que das dez unidades agroindustriais que atuam no Paraná, esta comparação somente pode ser realizada tendo como base os dados de oito delas, uma vez que as unidades Costa Bioenergia e a Usina Goioerê foram adquiridas pelo grupo Santa Teresinha após 2010, e os dados anteriores não estavam disponíveis para comparação.

O gráfico a seguir demonstra a retração no número de empregados em oito das 10 agroindústrias do grupo onde foi possível realizar tais análises e comparações:

**Gráfico 42:** Evolução do número de trabalhadores por unidade agroindustrial do Grupo USAÇUCAR/Santa Teresinha entre 2010 e 2015

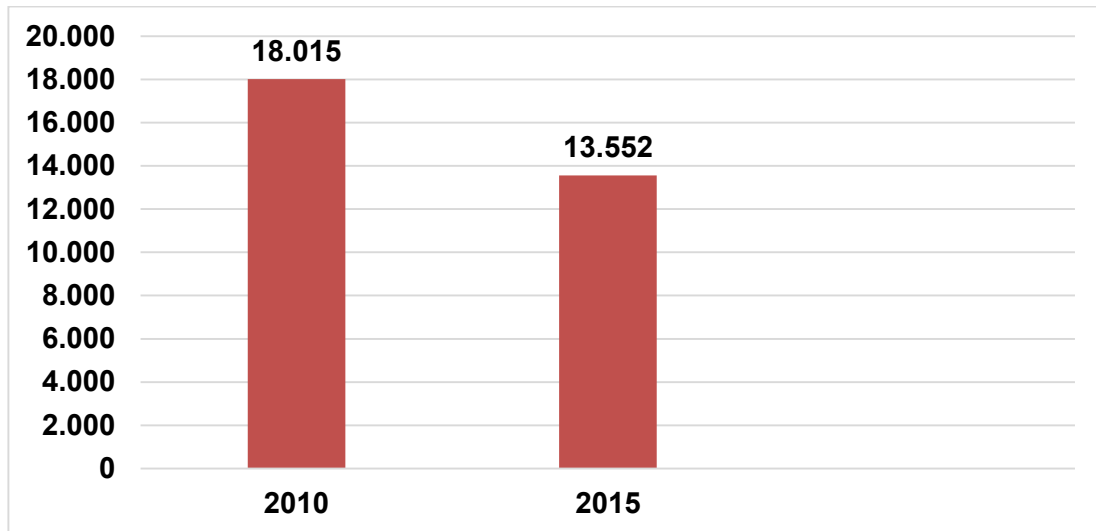


**Fonte:** Relatórios de Sustentabilidade do grupo Santa Teresinha

Apesar de constar nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade do grupo, assim como nas informações coletadas *in loco*, que o Santa Teresinha busca oferecer treinamento e qualificação profissional aos trabalhadores dispensados pela mecanização crescente em suas unidades produtivas, buscando incluí-los em funções relacionadas a operação de maquinários agrícolas, o que tem se notado é que na prática a mecanização e outros processos de

racionalização dos processos produtivos atuaram no sentido de diminuir o número de trabalhadores em todas as usinas do grupo, conforme sugere o gráfico a seguir:

**Gráfico 43:** Número de trabalhadores nas usinas e destilarias do Grupo USAÇÚCAR/Santa Teresinha



**Fonte:** Relatórios de Sustentabilidade do grupo Santa Teresinha

Caso essa situação de treinamento e realocação de força de trabalho rural e agrícola alegada pelo grupo de fato estivesse absorvendo parte significativa dos trabalhadores dispensados pelo processo de mecanização, os números absolutos relacionados a força de trabalho não teriam apontado esta significativa retração de 25% em apenas cinco anos, ao contrário, tenderiam a retratar apenas uma realocação destes trabalhadores, conservando o número total de empregados.

Esta constatação evidencia o que será abordado posteriormente, onde o processo de mecanização do setor canavieiro tem contribuído para a eliminação de postos de trabalhos em municípios altamente dependentes das agroindústrias canavieiras, e que seu retardamento esteve vinculado a um processo de superexploração desta força de trabalho, que na ótica dos custos de produção se tornou mais vantajosa ao agroindustrial devido ao alto custo de produção frente aos baixos salários dos trabalhadores.

Medidas como as restrições da queima da cana a partir de protocolos e da própria legislação ambiental, as intervenções de órgãos estatais frente aos casos de condições

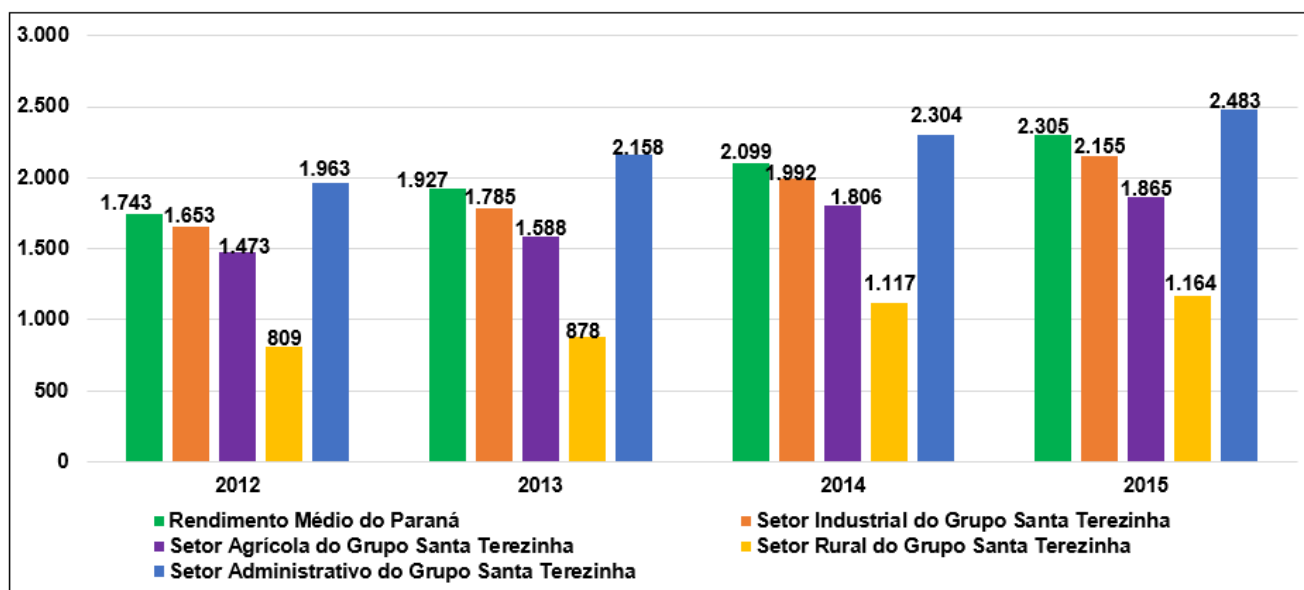
análogas a trabalho escravo e inclusive a política nacional de valorização do salário mínimo implementada pelo Governo Federal, concorreram para o aumento da mecanização no setor.

Nesse sentido são reveladoras as palavras do Diretor Presidente do Grupo Santa Teresinha, Sr Sidney Meneghetti, na apresentação do Relatório de Sustentabilidade da empresa de 2014, disponibilizados durante a etapa de coleta de dados na sede do grupo, onde além das costumeiras críticas das entidades de classe do setor à política de controle de inflação adotadas pelo governo de Dilma Rousseff, o dirigente do grupo relaciona a insegurança na rentabilidade do setor com a política governamental de valorização dos salários, senão vejamos:

Outro fator decisivo no desequilíbrio econômico do setor sucroenergético no Brasil, tem sido a perda de competitividade. As Usinas demandam grande contingente de mão-de-obra, chegando a representar mais de 30% de sua matriz de custos. A política de correção real dos salários, justa do ponto de vista social, não trouxe o aumento da produtividade imaginado [...] A despeito disso, continuamos esperançosos, de que o Brasil ainda vai adotar políticas que estimulem a produtividade [...] a fim de crescer e competir mundialmente. (SANTA TEREZINHA, 2014, p.14).

Não obstante, mesmo o Grupo Santa Teresinha tendo incrementado em 179,7% seu faturamento nos últimos anos, passando de 964 milhões de reais em 2008 para 2,6 bilhões em 2015 (SANTA TEREZINHA, 2015 p. 118), a remuneração da maior parte dos trabalhadores tem ficado abaixo do rendimento médio paranaense, conforme retratado no gráfico abaixo:

**Gráfico 44:** Comparação do rendimento médio mensal paranaense em reais com o dos diversos setores agroindustriais do Grupo Santa Teresinha



**Fonte:** Relatórios de Sustentabilidade do Grupo Santa Teresinha e IPARDES.

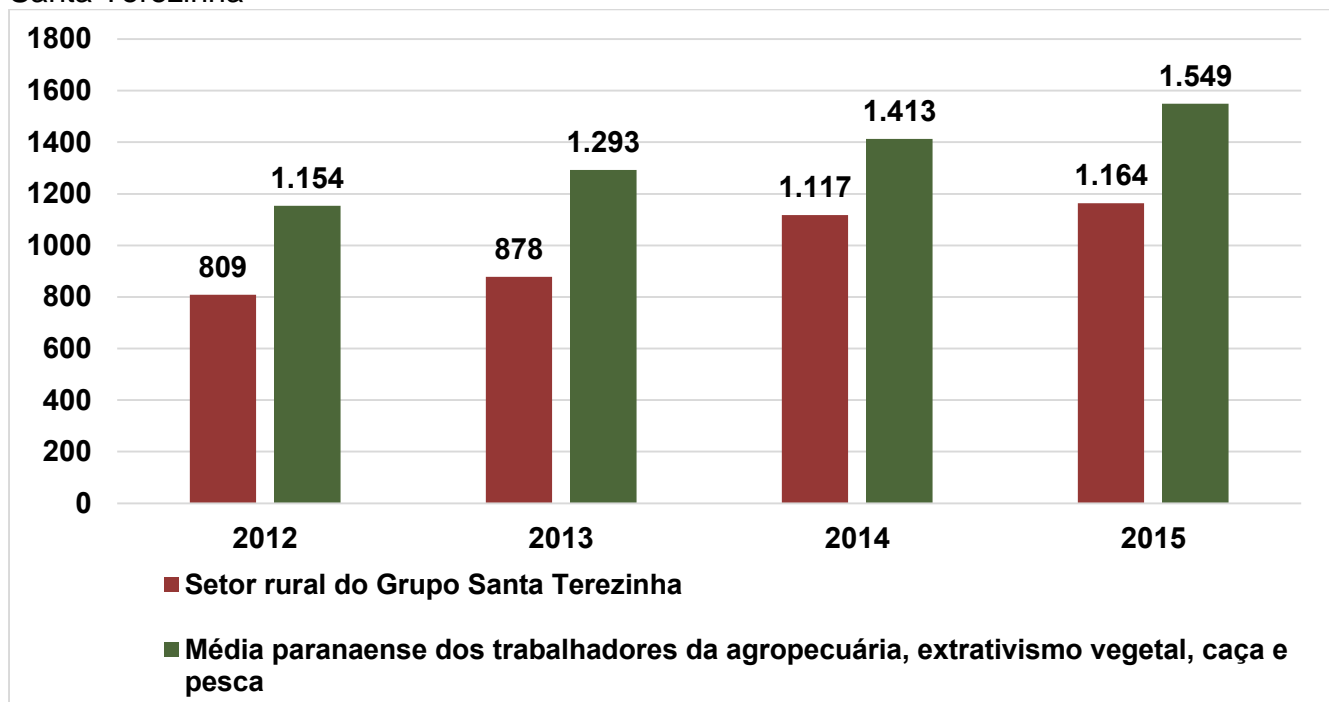
De acordo com os dados disponibilizados nos Relatórios de Sustentabilidade do Grupo USAÇÚCAR/Santa Teresinha, apenas os trabalhadores do setor administrativo, que somam apenas 4,4% do total de funcionários das agroindústrias, tiveram rendimentos mensais acima da média estadual, levando-se em consideração o índice disponibilizado pelo IPARDES a partir de dados extraídos da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho.

Por outro lado, chama a atenção os baixíssimos salários pagos aos trabalhadores do setor rural do grupo, que compreende cortadores manuais de cana, trabalhadores que atuam no plantio e tratos culturais não mecanizáveis, que receberam aproximadamente a metade da média estadual no período compreendido entre 2012 e 2015.

Embora a comparação dos rendimentos entre os trabalhadores do setor rural do grupo Santa Teresinha com a média paranaense possa sugerir uma distorção analítica, levando-se em consideração que para a construção da média estadual são contempladas outras atividades econômicas, a comparação dos rendimentos dos trabalhadores rurais do grupo com a média estadual daqueles vinculados as atividades agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca, aponta igualmente uma considerável diferença, estando os trabalhadores do grupo agroindustrial Santa Teresinha em desvantagem, conforme retrata o gráfico 45.

Estas constatações de que 95% dos trabalhadores do grupo Santa Terezinha obtiveram rendimentos médios mensais abaixo da média paranaense entra em contradição com a tese de que a agroindústria canvieira pode aportar externalidades positivas superiores às comunidades locais a de outras atividades econômicas envolvidas nas disputas territoriais com o setor, ainda mais se for levado em consideração que esta comparação está sendo realizada a partir de dados do maior grupo monopolista sucroenergético territorializado no Paraná, e um dos sete maiores do país.

**Gráfico 45:** Comparação do rendimento médio mensal dos trabalhadores paranaenses da agropecuária, do extrativismo vegetal, da caça e da pesca com os do setor rural do Grupo Santa Terezinha



**Fonte:** Relatórios de Sustentabilidade do Grupo Santa Terezinha e IPARDES.

Não obstante, nestes rendimentos apresentados pelo grupo Santa Terezinha estão incluídos os chamados benefícios do programa de remuneração variável adotado pelo grupo

agroindustrial, onde são implantados prêmios de produtividade para o setor rural, de produção para o setor agrícola e participação nos resultados da empresa para os setores industrial e administrativo do grupo. (SANTA TEREZINHA, 2015, p. 65).

Como mais uma das múltiplas estratégias de controle ideológico e social dos trabalhadores de que fala Thomaz Jr (2007, p.03), convém ressaltar que durante o processo de verificação empírica no recorte geográfico desta pesquisa, foi constatada a existência de vários conjuntos habitacionais em 13 cidades dos municípios canavieiros que são controlados pelo grupo Santa Terezinha, chegando em alguns casos estes conjuntos habitacionais concentrarem mais de 20% do total de domicílios destas cidades – como é o caso de Paranacity e Ivaté - sendo disponibilizados aos trabalhadores de suas agroindústrias a partir de contratos de comodato<sup>83</sup>.

Esta prática, que revela um importante instrumento de controle por parte do grupo Santa Terezinha para com sua força de trabalho, vem sendo viabilizada com apoio financeiro do Estado, num contexto em que no ano de 2015 o grupo contabilizava 2.797 unidades habitacionais construídas com recursos do BNDES e da COHAPAR - Companhia Habitacional do estado do Paraná<sup>84</sup>, ratificando a linha teórica acerca da concepção de Estado presente ao longo do capítulo 01.

A tabela a seguir dimensiona a participação destas unidades habitacionais no total dos domicílios nas cidades dos municípios canavieiros em que atuam as agroindústrias do grupo:

---

<sup>83</sup> De acordo com informações obtidas junto aos trabalhadores, a partir do desligamento da empresa (demissão ou encerramento contratual), o empregado tem 30 dias para entregar a casa nas mesmas condições em que encontrou, sob pena de ressarcir eventuais danos ou pagar multa diária caso descumpra os prazos de entrega.

<sup>84</sup>Conforme Relatório de Sustentabilidade do grupo Santa Terezinha referente ao ano de 2015.

**Tabela 12:** Unidades habitacionais do grupo Santa Terezinha nas cidades dos municípios canavieiros com agroindústrias do grupo

| Município     | Número de unidades habitacionais | Número de domicílios urbanos <sup>85</sup> | % com relação ao total de domicílios urbanos |
|---------------|----------------------------------|--|--|
| Paranacity    | 761                              | 3.191                                      | 23,8%  |
| Terra Rica    | 509                              | 4.397                                      | 11,57%                                       |
| Ivaté         | 432                              | 1.948                                      | 22,17%                                       |
| Tapejara      | 426                              | 4.695                                      | 9,07%  |
| Iguatemi      | 249                              | dnd <sup>86</sup>                          | dnd  |
| Moreira Sales | 184                              | 3.591                                      | 5,12%  |
| São Tomé      | 102                              | 1.542                                      | 6,6%   |
| Rondon        | 79                               | 2.399                                      | 3,2%   |
| Icaraíma      | 48                               | 2.443                                      | 1,9%   |
| Cidade Gaúcha | 2                                | 3.105                                      | 0,06%  |

**Fonte:** Relatórios de Sustentabilidade do Grupo Santa Terezinha e IparDES

Nota-se, portanto, que a dinâmica geográfica e os arranjos territoriais criados pela atuação do Grupo Usaçucar/Santa Terezinha se inserem na lógica produtiva da agricultura sobre o capitalismo monopolista mundializado de que trata Oliveira (2012, p.01), num contexto em que as estratégias socioespaciais adotadas pelo grupo tem primado pelo processo contínuo de territorialização do monopólio, retratado na concentração da produção sucroenergética que exerce no Paraná.

Este processo, em que a agricultura capitalista converteu a produção agropecuária na produção de mercadorias para o mercado externo (OLIVEIRA, 2012, p. 06) em detrimento de outros formatos e estruturas de produção do campo, contando com forte aporte estatal, trouxe consigo uma série de impactos socioambientais a partir da monopolização destas porções espaciais territorializadas, que serão objeto de análise mais adiante.

<sup>85</sup> Conforme o IPARDES (2016, s/p.).

<sup>86</sup> Iguatemi é um dos distritos do município de Maringá. Não foi possível localizar dados referentes ao distrito de Iguatemi, uma vez que a base de dados do IPARDES disponibiliza as informações por município.

#### 4.2- O grupo agroindustrial Alto Alegre/Lincoln Junqueira

Seguindo a mesma lógica da territorialização dos monopólios típica do setor sucroenergético e a gestão destes territórios<sup>87</sup> pelos grupos agroindustriais, baseada na constituição de uma área de influência em permanente expansão a partir da aquisição de unidades agroindustriais em dificuldades econômicas e na construção de novas usinas, o Grupo Lincoln Junqueira, também conhecido como Alto Alegre, tem se posicionado entre os dez maiores grupos sucroenergético do país<sup>88</sup>, ocupando o segundo lugar no estado do Paraná em capacidade produtiva e no faturamento anual.

Embora as diversas solicitações de entrevista para coleta de dados em suas unidades não obtiveram resposta positiva<sup>89</sup>, o levantamento de dados referentes a este importante grupo empresarial do setor se deu a partir da análise das informações contidas nos Relatórios de Sustentabilidade do Grupo Alto Alegre, assim como no Anuário da Cana e a partir de conversas informais com funcionários de diversos setores de suas unidades agroindustriais, que foram realizadas fora de suas dependências.

O grupo Alto Alegre é constituído por quatro unidades agroindustriais, das quais três estão localizadas no estado do Paraná (Unidade Junqueira/Colorado, Unidade Florestópolis/Florestópolis e Unidade Santo Inácio/Santo Inácio) e a outra no estado de São Paulo (Unidade Alta Floresta/ Presidente Prudente).

A foto 04, captada na zona rural do município de Colorado, ilustra a Unidade Junqueira do grupo monopolista Alto Alegre:

---

<sup>87</sup> Conforme Oliveira (2012, p. 01-04)

<sup>88</sup> De acordo com o Anuário da Cana de 2015, o Grupo Lincoln Junqueira/Alto Alegre é considerado o oitavo no ranking da capacidade de moagem de cana a nível nacional, além de ser o sexto maior produtor brasileiro de açúcar e o décimo quinto produtor de etanol do Brasil.

<sup>89</sup> Num primeiro momento a secretária que acolheu as solicitações pediu uma cópia do questionário a ser aplicado para análise do Diretor responsável. Após mais de um mês de tentativas frustradas de obter autorização, a secretária informou que seu Diretor recomendou que fosse coletado os dados solicitados junto ao ALCOPAR. Em contato com o Alcopar, foi nos informado que esta entidade não possui autorização para divulgar dados de seus associados, mas tão somente estatísticas agrupadas de todos os seus membros.

**Foto 04:** Vista parcial das dependências da Usina Alto Alegre em Colorado



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2012.

Sua origem está na fundação de uma destilaria alcooleira em Alto Alegre, distrito do município de Colorado, pelas famílias Junqueira e Figueiredo no ano de 1978, quando da implementação do Proálcool no Brasil, sendo que posteriormente esta planta agroindustrial foi adaptada para atuar também na fabricação de açúcar.

Em 1996 o grupo inaugura sua segunda unidade agroindustrial, a Unidade Floresta, no distrito de Ameliópolis em Presidente Prudente no estado de São Paulo. Já em 2007 é construída no município de Santo Inácio uma nova usina sucroenergética, e em 2010 a antiga usina da COFERCATU - Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu, localizada em Florestópolis, é adquirida e modernizada pela Alto Alegre, que com essas duas novas incorporações aumenta em 100% sua capacidade de processamento agroindustrial no estado

do Paraná<sup>90</sup>, consolidando-se como o segundo maior faturamento entre os grupos sucroenergéticos que atuam no Paraná.

As últimas incorporações do grupo ocorreram no período em que ainda se vislumbrava a configuração de um mercado global para o etanol, sendo disponibilizado pelo Governo Federal uma carteira de crédito bilionária para a expansão da capacidade produtiva dos grupos agroindustriais do setor sucroenergético, num contexto em que a aquisição da Usina da Cofercatu marca uma tendência em que as unidades mais capitalizadas do setor investiram na compra e modernização de unidades defasadas tecnologicamente (BACCARIN et. al. 2009, p. 25), além de pertencerem a grupos ou cooperativas agropecuárias endividadas.

A foto a seguir retrata a Unidade Florestópolis, antiga Destilaria da Cofercatu, no município de Florestópolis:

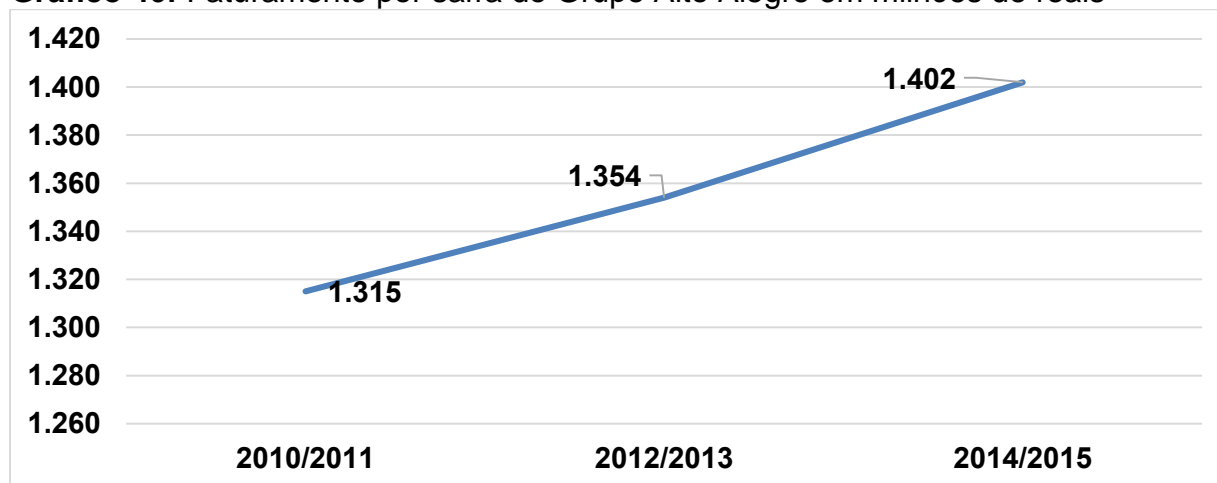
**Foto 05:** Agroindústria do grupo Lincoln Junqueira em Florestópolis



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

---

<sup>90</sup> Conforme informações contidas em sua página institucional.

**Gráfico 46:** Faturamento por safra do Grupo Alto Alegre em milhões de reais

**Fonte:** Relatórios de Sustentabilidade do grupo Alto Alegre

Nesse contexto de expansão com forte apoio estatal, a construção de uma nova agroindústria do grupo no município de Santo Inácio, com capacidade de moagem de 2,4 milhões de toneladas de cana produzidas em 27,5 mil hectares, recebeu 258 milhões de reais em financiamento e outros 334 milhões para investimentos facilitados pelo BNDES<sup>91</sup>. (BNDES, 2006, p.52-53).

Não obstante, entre os anos de 2013 e 2016, o grupo Alto Alegre recebeu 141 milhões de reais do Prorenova em apenas 03 contratos, sendo ainda relevante ressaltar a existência no site do BNDES de centenas de operações de créditos aprovadas ao Grupo Alto Alegre nos últimos anos, sendo que a maioria delas se inserem no FINAME, para financiamentos de máquinas e equipamentos, cujos valores das liberações oscilaram entre pouco mais de 70 mil até mais de 19 milhões de reais cada operação (BNDES 2016, s/p.), o que dimensiona o papel do Estado nesse processo expansivo, conforme amplamente discutido no capítulo 01.

A foto a seguir retrata a operação de máquinas e implementos agrícolas passíveis de aquisição através destes programas estatais de crédito atuando na implantação e

<sup>91</sup> Conforme Relatório Anual de Operações do BNDES 2006.

renovação de canaviais, ações igualmente financiáveis sob condições vantajosas pelo Estado, em terras cultivadas pelo grupo Lincoln Junqueira em Centenário do Sul:

**Foto 06:** Máquinas e implementos agrícolas atuando na implantação e renovação de canaviais em Centenário do Sul



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Conforme visto anteriormente no caso do Grupo Santa Terezinha, este processo de expansão veio acompanhado de um aumento significativo na concentração da produção canavieira no estado, senão vejamos a tabela a seguir:

**Tabela 13:** Participação do Grupo Alto Alegre na produção sucroenergética paranaense na safra 2015/2016

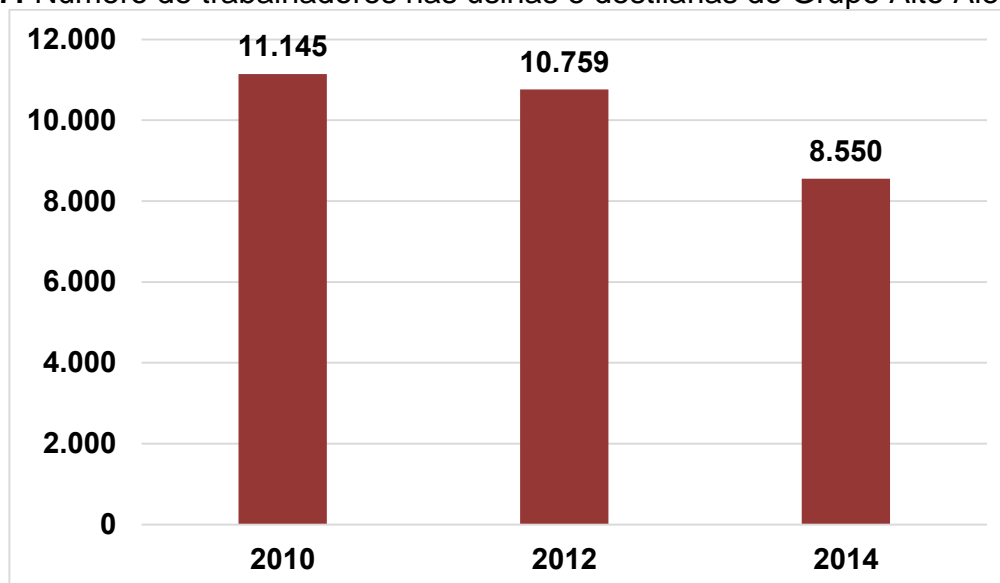
| Variáveis             | Grupo Alto Alegre       | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|-----------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana  | 126,2 mil hectares      | 635,2 mil hectares        | 19,8%                             |
| Produção de açúcar    | 684,2 mil toneladas     | 2,95 milhões de toneladas | 23,2%                             |
| Produção de etanol    | 166,8 milhões de litros | 1,65 bilhões de litros    | 10,1%                             |
| Exportações de açúcar | 416,6 mil toneladas     | 2,5 milhões de toneladas  | 16,6%                             |

**Fonte:** Anuário da Cana, 2015

Mesmo a partir da constatação do aumento da produção e do aumento de suas receitas, conforme apresentado anteriormente, houve uma significativa retração no número de trabalhadores do grupo Alto Alegre no Paraná.

Se em 2010 o grupo contava com 11.145 trabalhadores nas três unidades agroindustriais paranaenses, em 2014, quando foi divulgado o último de seus Relatórios de Sustentabilidade (ALTO ALEGRE, 2014, p.59), o número de empregados havia reduzido para 8.550, o que representa uma retração da ordem de 22,4%. (Gráfico 47).

**Gráfico 47:** Número de trabalhadores nas usinas e destilarias do Grupo Alto Alegre



**Fonte:** Relatórios de Sustentabilidade do Grupo Alto Alegre

No caso específico das unidades agroindustriais do grupo no Paraná, convém ressaltar que esta tendência de diminuição de trabalhadores poderá acentuar-se ainda mais, num contexto em que a maior parte da colheita da cana-de-açúcar nestas unidades segue sendo manual, e que as iniciativas mais significativas para ampliar gradativamente a utilização de máquinas têm sido implementadas a partir de 2013, quando foram investidos 15,3 milhões de reais na aquisição de colheitadeiras de cana, e em 2014, outros 18 milhões de reais. (ALTO ALEGRE, 2015, p. 38).

Para se ter uma ideia de como esse processo de mecanização pode afetar a redução do número de trabalhadores, basta compreender que na Unidade de Florestópolis, que emprega 2.500 pessoas, apenas em 5,14% da área colhida foram utilizadas máquinas em 2014. (ALTO ALEGRE, 2014, p. 37).

A mesma situação se constata nas outras duas unidades do grupo: a Unidade Junqueira de Colorado, a maior do grupo Alto Alegre, e que emprega cerca de 5.000 trabalhadores utilizou máquinas em apenas 17,5% da sua área colhida, enquanto que a Unidade de Santo Inácio colheu 35% da cana processada empregando colheitadeiras<sup>92</sup>.

Esta realidade, que será analisada posteriormente de forma mais detalhada, demonstra que nos cálculos operacionais do grupo, ainda tem sido mais vantajoso manter trabalhadores atuando no plantio e no corte manual de cana do que mecanizar num ritmo mais acelerado a canavicultura, seja pelos baixos salários ainda pagos no setor, ou pela legislação ambiental que ainda não proíbe totalmente a queima dos canaviais no estado.

Na foto 07 pode ser observado o trabalho manual do plantio de cana-de-açúcar no município de Centenário do Sul:

---

<sup>92</sup> Conforme Alto Alegre (2014, p.37)

**Foto 07:** Plantio manual de cana de açúcar em terras do grupo Lincoln Junqueira em Centenário do Sul



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

Corroborando esta constatação estão os salários auferidos pelos trabalhadores cortadores de cana das usinas pertencentes ao grupo, cuja análise de vários holerites fornecidos durante a coleta de dados nos municípios canavieiros (Tabela 14), possibilitou verificar o crescente processo de exploração da força de trabalho pelo grupo Alto Alegre, o que justifica a manutenção em escala considerável do corte manual, a despeito da existência de máquinas modernas já em poder do grupo.

**Tabela 14:** Relação entre o preço pago pelo metro da cana cortada e o valor do salário mínimo entre 2011-2015<sup>93</sup> na Usina Alto Alegre.

| Ano  | Valor do Salário Mínimo | Preço médio do metro de cana cortada | Quantidade de cana cortada/mês para totalizar 1 salário mínimo |
|------|-------------------------|--------------------------------------|--|
| 2011 | R\$ 545,00              | R\$ 0,28                             | 1.946  |
| 2012 | R\$ 622,00              | R\$ 0,30                             | 2.073  |
| 2013 | R\$ 678,00              | R\$ 0,32                             | 2.118  |
| 2014 | R\$724,00               | R\$ 0,35                             | 2.068  |
| 2015 | R\$788,00               | R\$ 0,36                             | 2.188  |

**Fonte:** Holerite/ Comprovante de Corte de Cana obtidos dos trabalhadores.

É dessa forma que se pode compreender a realidade contraditória que permeia o mundo do trabalho canavieiro no Brasil, onde se pode constatar a rentabilidade e pujança de um dos dez maiores grupos sucroenergéticos do país, contrastando com a crescente exploração do trabalho retratado na tabela anterior, em que fica evidente que para o cortador de cana da usina do grupo Alto Alegre analisada alcançar um salário mínimo mensal durante a safra, ele teve de aumentar no mínimo cerca de 12,5% sua produtividade num período de apenas quatro anos, sem que isso representasse ônus ao agroindustrial.

Cabe ressaltar que o resultado desta relação é bastante conservador para aferir o aumento da produtividade do cortador de cana e, portanto, mais vantajoso momentaneamente ao agroindustrial manter o corte manual nas unidades do Grupo Alto Alegre, uma vez que este trabalhador não tem como objetivo último alcançar apenas um salário mínimo, mas melhorar progressivamente suas condições de vida, o que pode sugerir um aumento ainda maior dessa produtividade.

Não obstante ao mecanismo de controle dos preços no âmbito do pagamento por produção adotado pelo grupo, que confere ao agroindustrial uma ferramenta eficaz para potencializar seus lucros, há que se atentar ainda para os padrões de dominação ideológica, em que o trabalhador, além de competir com os outros trabalhadores para assegurar seu posto de trabalho, passa a competir com a ameaça constante da mecanização.

Questionados se sentem segurança na função que desempenham nas usinas do grupo Alto Alegre, a maioria dos entrevistados relatou que há constante ameaça de

<sup>93</sup> Dados referentes ao mês de setembro de cada ano/safra da Unidade Junqueira de Colorado Pr.

desemprego, uma vez que antes do fim da safra muitos trabalhadores estão tendo seus contratos interrompidos, sendo comum a existência de comentários emanados pelos fiscais da usina de que na safra seguinte haverá demissões massivas pela implantação do corte mecanizado.

Por outro lado, nenhum dos entrevistados durante esta etapa de coleta de dados junto aos trabalhadores relatou ter participado de algum treinamento ou capacitação para uma eventual realocação de função, mesmo o grupo alegando dispor de tal prática. (ALTO ALEGRE, 2015, p. 37-38).

Não é demais apontar que esta realidade já não é a mesma na sua unidade no estado de São Paulo, onde na safra 2014/2015 na Usina Alta Floresta de Presidente Prudente, 89,5% da cana colhida se deu mediante o emprego de colheitadeiras (ALTO ALEGRE 2014, p. 37) , num contexto em que a legislação paulista aponta como meta a eliminação da queima de canaviais até o ano de 2017<sup>94</sup>, enquanto que no Paraná a legislação estipula o ano de 2025 para abolição das queimadas em áreas canavieiras mecanizáveis e em 2030 para as não mecanizáveis<sup>95</sup>.

Assim, a atuação do Grupo Alto Alegre no controle da terra, dos processos produtivos tanto no campo quanto na industrialização, tem evidenciado um *modus operandi* típico dos processos de territorialização dos monopólios canavieiros, em que a produção de commodities no âmbito da agricultura capitalista tem sido priorizada com relação a outros formatos e estruturas de produção agropecuárias, beneficiando os capitalistas e apontando para um elevado custo social nas porções geográficas territorializadas por estes grupos monopolistas, conforme será analisado com mais detalhes posteriormente.

---

<sup>94</sup> Conforme Protocolo Agroambiental firmado entre os grupos sucroenergético e o governo de São Paulo.

<sup>95</sup> Conforme Decreto 10.068/2014 do governo do Paraná.

### 4.3- O grupo Renuka Vale do Ivaí<sup>96</sup>

Diferentemente dos dois maiores grupos monopolistas sucroenergéticos territorializados do Paraná (Santa Terezinha e Alto Alegre), que são constituídos em sua totalidade por controle acionário nacional, o Renuka Vale do Ivaí é composto por duas unidades agroindustriais controladas pelo grupo indiano Shree Renuka Sugars, localizadas em São Pedro do Ivaí e no distrito de São Miguel do Cambuí, em Marialva.<sup>97</sup>

Originalmente as duas unidades agroindustriais que compõe o Renuka Vale do Ivaí tiveram origem em plena vigência do Proálcool em 1981, quando foi implantada a Destilaria Vale do Ivaí S/A, de propriedade das famílias Longo e Franco no município de São Pedro do Ivaí.

No sentido de articular e controlar todas as etapas do processo produtivo da produção alcooleira, em 1989 é criada pelo grupo a empresa Agropecuária Ivaicana Ltda, que passa a ter a finalidade de abastecer regularmente a destilaria Vale do Ivaí com a matéria-prima demandada pela agroindústria.

Com o fim do Proálcool e a conseqüente queda na demanda de etanol no mercado interno, somado ao processo de desregulamentação estatal do setor sucroenergético, em 1993 a única agroindústria do grupo, que produzia exclusivamente etanol, passa por um processo de modernização e reestruturação para iniciar a produção de açúcar.

Nesse contexto, o grupo, que já detinha o controle da terra e dos processos produtivos da produção agrícola e do processamento industrial da cana, passa a integrar sob a forma de sócio<sup>98</sup>, várias iniciativas construídas a partir de alianças entre os distintos grupos do setor para a otimização da comercialização nacional e internacional de seus produtos,

---

<sup>96</sup> De acordo com informações obtidas na pesquisa de campo, o Grupo Renuka do Vale do Ivaí forma parte do Renuka do Brasil, que por sua vez é controlado pelo Renuka Shree Sugars da Índia.

<sup>97</sup> Parte das informações foram obtidas através de pesquisa de campo na Unidade de São Pedro do Ivaí. Não foi possível ter acesso a várias informações solicitadas, uma vez que durante esta etapa de coleta de dados o Grupo Renuka Vale do Ivaí estava homologando um Processo de Recuperação Judicial, sendo nos informado que parte dos dados requeridos não poderiam ser informados.

<sup>98</sup> De acordo com dados obtidos durante a pesquisa de campo, a Renuka Vale do Ivaí detém 13,18 % do Pasa Operações Portuárias Ltda e 9,78% da CPA Trading.

dentre as quais evidenciam a constituição em 2001 da PASA – Paraná Operações Portuárias e em 2003 da CPA/Trading, ambas já caracterizadas no capítulo 03.

Em 2008, inicia uma fase expansiva do grupo Vale do Ivaí, quando são incorporadas duas novas unidades ao grupo, a partir da aquisição da Destilaria Fronteira em Minas Gerais e da Destilaria de Álcool da COCARI – Cooperativa Agropecuária e Industrial de Mandaguari -, localizada em São Miguel do Cambuí, distrito de Marialva.

No entanto, de acordo com informações coletadas durante a pesquisa de campo, os reflexos da crise econômica internacional de 2008 para o setor sucroenergético já abordados anteriormente, levaram o grupo Vale do Ivaí, endividado e enfrentando dificuldades financeiras, a vender as duas unidades agroindustriais do Paraná para a indiana Shree Renuka Sugars.

Nesse contexto, em que Oliveira (2014, p.2.087) aponta que o processo de territorialização dos monopólios no setor sucroenergético tem incluído uma intensificação da relação entre o capital nacional e o estrangeiro, marcada por fusões e aquisições no contexto da mundialização do capital, o grupo Renuka Vale do Ivaí passou a realizar uma série de investimentos nestas agroindústrias com o intuito de dobrar a produção e a área plantada de cana sob controle do grupo monopolista, investindo na mecanização da colheita e priorizando a produção açucareira, voltada principalmente para a exportação. (RENUKA DO BRASIL, 2016, p.65).

No que tange ao controle da produção de matéria prima, dados disponibilizados durante a pesquisa de campo apontaram que 70% da cana processada pelas agroindústrias do grupo provém de canaviais próprios<sup>99</sup>, localizados num raio de 17 quilômetros destas unidades, cuja produção agrícola é realizada pela empresa Ivaicana<sup>100</sup>, controlada pela Renuka Vale do Ivaí.

O restante da cana demandada pelas usinas do grupo é produzida no sistema de parceria, onde os proprietários fundiários firmam contratos com a Renuka Vale do Ivaí para o plantio de cana, num contexto em que o grupo forneceria serviços de infraestrutura e

---

<sup>99</sup> Conforme informações levantadas em campo, 50% da cana processada pelas agroindústrias deste grupo monopolista são colhidas através de máquinas.

<sup>100</sup> Parte das terras é de propriedade do grupo, mas também são realizados contratos de arrendamento para produção de cana pelo grupo.

assistência técnica por meio da Ivaicana, enquanto que os fornecedores da matéria prima se comprometeriam a entregar sua produção com base nos indicadores de ATR, cujo valor tem como referência o padrão do Cosencana<sup>101</sup>.

Conforme dito anteriormente e constatado durante a pesquisa de campo, este modelo apresenta uma série de vantagens aos grupos que o adotam, uma vez que as usinas transferem para o proprietário fundiário os riscos de prejuízos inerentes a produção agrícola, num contexto em que a remuneração pela cana entregue às agroindústrias será de acordo com o desempenho quantitativo e qualitativo desta produção.

Não obstante ao plantio da cana, o grupo Renuka Vale do Ivaí tem implementado desde o ano de 2013 um programa autodenominado de “Agroinvestidores”, onde além do plantio da cana, o grupo tem repassado o processo de renovação de canaviais das suas usinas para terceiros, seguindo as mesmas estratégias adotadas no cultivo.

Controlando desta forma a maior parte da produção agrícola, todo o processamento industrial da cana, bem como a comercialização da produção, a Renuka Vale do Ivaí aumentou significativamente sua produção nas safras seguintes, figurando entres os três maiores grupos monopolistas sucroenergéticos territorializados no estado do Paraná, sendo o maior com a constituição majoritária composta de capital estrangeiro, cuja dimensão é retratada na tabela a seguir:

**Tabela 15:** Participação do Grupo Renuka Vale do Ivaí na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

| Variáveis             | Grupo Renuka Vale do Ivaí | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|-----------------------|---------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana  | 36,2 mil hectares         | 635,2 mil hectares        | 5,6%                              |
| Produção de açúcar    | 245 mil toneladas         | 2,95 milhões de toneladas | 8,3%                              |
| Produção de etanol    | 66 milhões de litros      | 1,65 bilhões de litros    | 4 %                               |
| Exportações de açúcar | 245 mil toneladas         | 2,5 milhões de toneladas  | 9,8%                              |

**Fonte:** Anuário da Cana, 2015.

No entanto, a partir do ano de 2015 o grupo Renuka do Brasil, do qual a Renuka Vale do Ivaí faz parte, entrou com pedido de recuperação judicial para todas as suas unidades

<sup>101</sup> Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do estado do Paraná.

agroindustriais do país, alegando um prejuízo de mais de 3 bilhões de reais. (RENUKA, 2015, p. 03).

Nesse contexto convém ratificar o já exposto no capítulo 01, onde foi discutido sobre o endividamento dos grupos sucroenergéticos brasileiros a partir da efetivação de empréstimos para cobrir antigas dívidas, somados com a aquisição de novos para financiar investimentos no processo produtivo com base em conjunturas futuras de mercado.

Quando iniciou o movimento de aquisições de unidades sucroenergéticas no Brasil, o grupo indiano Shree Renuka Sugars, apostando nas projeções futuras de construção de um mercado global de etanol, combinado com a estabilidade positiva no mercado açucareiro<sup>102</sup>, realizou uma série de aquisições totais ou parciais de grupos que já possuíam uma dívida considerável, que combinado com as contratações de novos créditos para realizar os investimentos requeridos no âmbito da competitividade setorial levaram o grupo a esta dívida bilionária.

Ratificando estas considerações estão os dados aportados pela imprensa durante a aquisição das quatro usinas brasileiras do grupo Shree Renuka Sugars, sendo duas delas no estado do Paraná em 2009 e outras duas no estado de São Paulo em 2010.

De acordo com informações da *Gazeta do Povo*<sup>103</sup>, as aquisições pelo grupo indiano das usinas em São Pedro do Ivaí e no distrito de São Miguel do Cambuí em Marialva no Paraná por 82 milhões de dólares, vieram acrescidas de suas dívidas, que somavam naquele período cerca de 240 milhões de dólares. (LUCKMAN, 2009, s/p.).

Já o jornal *O Estado de São Paulo*<sup>104</sup>, traz a informação de que a aquisição pelo Shree Renuka Sugars em 2010 de 50,8% de duas unidades agroindustriais pertencentes a Equipav Açúcar e Álcool em Promissão e Brejo Alegre no estado de São Paulo, fez com que o grupo indiano assumisse proporcionalmente parte das dívidas da Equipav que somavam 1,5 bilhões de reais, além de injetar 600 milhões de reais para modernização das unidades. (PORTO, 2010 s/p.).

---

<sup>102</sup> Conforme informações obtidas durante a pesquisa de campo, os investimentos iniciais do grupo Shree Renuka Sugars no Brasil tiveram como objetivo a criação de uma plataforma internacional para compra de álcool e açúcar para ser comercializado, diminuindo desta forma a dependência da produção indiana. O Brasil fora escolhido devido a conjuntura expansiva do setor sucroenergético na primeira década do século XXI.

<sup>103</sup> Conforme artigo de André Luckman de 11 de novembro de 2009.

<sup>104</sup> Conforme artigo de Gustavo Porto de 22 de fevereiro de 2010.

Por outro lado, dados disponíveis no próprio processo de recuperação judicial do grupo Renuka, apontam que os principais credores da dívida de mais de 3 bilhões de reais são instituições bancárias nacionais e estrangeiras<sup>105</sup>, o que revela que os investimentos em aquisições, modernização e expansão da produção canavieira se deram a partir da contração de novas dívidas, como é típico do setor sucroenergético.

Essa necessidade contínua de buscar no sistema financeiro aportes creditícios para quitar antigos empréstimos, evidencia um processo expansivo baseado no crescimento exponencial das dívidas, revelando segundo Mendonça, Pitta e Xavier (2012, p. 05),

[...] a busca pela valorização dos investimentos realizados. [...] no qual o volume de capital acumulado surge da ilusão de que [...] as enormes massas de dinheiro creditício a serem incorporadas na expansão canavieira se mostrariam aos investidores como um processo capaz de emplacar a valorização dessas cifras. Entretanto, a incorporação desses investimentos para a ampliação dos ativos das principais empresas do setor, na prática, acaba por forjar um processo de reprodução aparentemente salutar. Em pormenores, trata-se de uma busca pela valorização enquanto promessa, pois na realidade o que se apresenta é um cenário de crise derivada da necessidade de contínuos aportes que alimentam um movimento de intensificação das dívidas no processo produtivo.

É desta forma que o processo de territorialização do grupo monopolista Renuka Vale do Ivaí no Paraná retrata a atual conjuntura do setor sucroenergético brasileiro, em que dezenas de usinas e destilarias faliram ou encontram-se sob processos de recuperação judicial, mesmo existindo os fundamentos econômicos que viabilizem a rentabilidade da produção sucroenergética no país, conforme discutido ao longo do capítulo 01.

O fato é que os grupos monopolistas ao contraírem novas dívidas para financiar seus processos expansivos baseados na perspectiva de uma conjuntura futura favorável, - inclusive sendo parte destes créditos ofertados pelo Estado independente da inadimplência e constante endividamento do setor -, expõe conforme Fabrini (2008, p.36), a fragilidade de um formato e estrutura de produção, o que acaba contradizendo a tão propalada eficiência produtiva do agronegócio e revelando o seu alto custo social.

---

<sup>105</sup> Dados do Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renuka do Brasil apontam como principais credores algumas instituições bancárias do Brasil e do exterior, como Banco do Brasil, Santander, BNDES, Grand Cayman Branch, Banco Votorantim, Banco Itaú, Nassau Branch, Banco Bilbao Vizcaya da Argentina, New York Branch, Bradesco, Bank of America, Banco Finantia International, HSBC, dentre outros. (RENUKA, 2015, p. 03).

#### 4.4 – O Grupo Melhoramentos Norte do Paraná e a produção sucroenergética

O Grupo Melhoramentos é remanescente da antiga Companhia de Terras Norte do Paraná, que colonizou e fundou dezenas de cidades na porção setentrional do estado a partir da década de 1930 no âmbito da expansão cafeeira no espaço agrário paranaense.

Na atualidade, o Grupo Melhoramentos Norte do Paraná se dedica a produção de commodities nos estados do Paraná (Destilarias Melhoramentos S/A) e Mato Grosso do Sul (pecuária bovina), além de continuar atuando no ramo imobiliário (CMNP Imobiliária Ltda).

Sua participação na produção canavieira tem início no contexto do Proálcool, quando em 1981 foi fundada a Destilaria Melhoramentos S/A no município de Jussara, destinada a produção de etanol, sendo que em 2012 o grupo expandiu sua produção a partir da aquisição de outra unidade agroindustrial, a Destilaria de Nova Londrina. (MELHORAMENTOS, 2016, s/p.).

Operando de acordo com o balanço financeiro do grupo com lucro líquido nas últimas safras<sup>106</sup>, o Grupo Melhoramentos Norte do Paraná tem aumentado sua capacidade produtiva no setor sucroenergético a partir da captação de financiamentos públicos estatais, típico do modus operandi dos grupos monopolistas do setor como atesta Ramos (2010, p. 26), num contexto em que somente em 2013 o BNDES aportou 20,2 milhões de reais para serem investidos no plantio<sup>107</sup> de uma nova área de 5,2 mil hectares de cana de açúcar, além de constar mais de 250 operações de crédito aprovados para o grupo entre 2010 e 2015, cujos valores variaram de 25 mil a 10,1 milhões de reais cada, sobressaindo os desembolsos do programa FINAME<sup>108</sup> (BNDES, 2016, s/p.).

Nesse contexto, o grupo monopolista Melhoramentos, territorializado nos municípios de Jussara e Nova Londrina no Noroeste paranaense tem alcançado a quarta posição no ranking da capacidade de moagem e processamento da cana do estado do Paraná, sobressaindo sua produção alcooleira, que corresponde quase 16% da produção estadual, conforme observado na tabela a seguir:

---

<sup>106</sup> Conforme Balanço Financeiro do Grupo Melhoramentos (MELHORAMENTOS, 2015, p. 06).

<sup>107</sup> O grupo Melhoramentos adquire parte da matéria prima de fornecedores de cana sob o sistema de parceria, além de arrendar terras para produção própria.

<sup>108</sup> Financiamento de máquinas e equipamentos.

**Tabela 16:** Participação do Grupo Melhoramentos Norte do Paraná na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

| Variáveis            | Grupo Melhoramentos      | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|----------------------|--------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana | 37.889 hectares          | 635,2 mil hectares        | 5,9%                              |
| Moagem da cana       | 3,3 milhões de toneladas | 43,8 milhões de toneladas | 7,5%                              |
| Produção de etanol   | 263,7 milhões de litros  | 1,65 bilhões de litros    | 15,9%                             |

**Fonte:** Anuário da Cana, 2015.

Outro dado relevante, é que as destilarias do grupo Melhoramentos são associadas a Coopersucar S/A, que tem se constituído como uma das maiores exportadoras globais da produção sucroenergética brasileira.

Esta constatação acaba revelando uma típica configuração da produção da agricultura capitalista no âmbito da mundialização do capital, onde Oliveira (2014, p. 2.091-2.092) ao abordar o exemplo da Coopersucar, aponta que o controle monopolístico do território tem sido exercido por algumas empresas que têm controlado a circulação das mercadorias, a partir do “[...] estabelecimento de alianças de classes entre aqueles que produzem de fato, [...] e, aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo”.

Portanto, nota-se que para o grupo Melhoramentos Norte do Paraná, continua sendo rentável e viável a produção sucroenergética mesmo num cenário de crise e estagnação da expansão no setor, uma vez que as últimas ações do grupo, no sentido de adquirir uma outra unidade agroindustrial de uma cooperativa agropecuária<sup>109</sup> em plena crise, além de realizar investimentos na modernização e expansão da área cultivada com cana, são indícios de que existem particularidades na gestão de cada grupo monopolista territorializado no Paraná, o que explicaria a diversidade de resultados econômicos obtidos pelo setor, onde grupos mais capitalizados têm adquirido aqueles mais frágeis e endividados, aumentando ainda mais a concentração no setor sucroenergético.

<sup>109</sup> A Destilaria de Nova Londrina foi adquirida da COPAGRA - Cooperativa Agroindustrial do Noroeste Paranaense.

#### 4.5 - O Grupo COOPCANA

A Coopcana, Cooperativa Agrícola Regional dos Produtores de Cana Ltda surge no município de Paraíso do Norte, no noroeste paranaense em 1979, também no contexto do Proálcool, sendo que em 1982 a cooperativa inaugurava a Destilaria São Carlos, no município de São Carlos do Ivaí, que passaria a processar a cana-de-açúcar cultivada por seus associados (COOPCANA, 2016, s/p.).

Ocupando a quinta posição na capacidade produtiva no estado do Paraná<sup>110</sup>, o grupo Coopcana, juntamente com o grupo Cooperval, tem se configurado em uma estrutura organizacional distinta dos demais grupos monopolistas territorializados no estado, estando constituído sob o formato de uma cooperativa de produtores de cana-de-açúcar com 128 associados, que cultivam aproximadamente 50 mil hectares de terras, arcando com todos os custos do plantio e demais tratos culturais.

Esta produção, colhida majoritariamente por cerca de 2.500 cortadores de cana, é entregue para ser processada na Destilaria de São Carlos do Ivaí, que recentemente foi adaptada para também produzir açúcar<sup>111</sup> para exportação.

A comercialização da produção sucroenergética se dá mediante a associação do grupo Coopcana à estrutura logística da Coopersucar, que tem atuado no sentido de monopolizar a comercialização da produção de seus associados.

Convém destacar que o grupo monopolista tem recorrido a crédito público para ampliar sua capacidade produtiva, constando no histórico de transações de desembolsos aprovados pelo BNDES, a quantia de 105 milhões de reais que foram investidos em 2013 na unidade agroindustrial de São Carlos do Ivaí. (BNDES, 2016, s/p.).

A tabela a seguir dimensiona a participação do grupo Coopcana na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015:

---

<sup>110</sup> A nível nacional ocupa a 29ª posição na produção de etanol e a 38ª na capacidade de moagem.

<sup>111</sup> Conforme Coopcana (2016, s/p.).

**Tabela 17:** Participação do Grupo COOPCANA na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

| Variáveis            | Grupo COOPCANA           | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|----------------------|--------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana | 49.897 hectares          | 635,2 mil hectares        | 7,8%                              |
| Moagem da cana       | 3,3 milhões de toneladas | 43,8 milhões de toneladas | 7,5%                              |
| Produção de etanol   | 195,5 milhões de litros  | 1,65 bilhões de litros    | 11,8%                             |
| Produção de açúcar   | 110,1 mil toneladas      | 2,5 milhões de toneladas  | 4,4%                              |

**Fonte:** Anuário da Cana, 2015.

Nesse contexto, as particularidades organizacionais do Grupo Coopcana evidenciam que o processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético tem se efetivado no estado do Paraná através de distintas formas de organização, sendo comum em todas elas o formato e estrutura que dá fundamento a produção sucroenergética no âmbito da lógica produtiva da agricultura capitalista no âmbito da mundialização do capital, caracterizada pela “[...] concentração econômica, formação de grupos monopolistas através de aquisições, fusões e associações, e, sua mundialização”, como atesta Oliveira (2014, p. 2.089).

#### 4.6 – O grupo Maringá e a produção sucroenergética

Originário da cisão da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em 2011, o grupo Maringá tem se dedicado na atualidade a dois ramos de atividades, o setor sucroenergético e a siderurgia.

No setor sucroenergético, o grupo Maringá é constituído pela Companhia Canavieira de Jacarezinho e pela Usina de Jacarezinho, ambas pioneiras na produção canavieira no estado do Paraná, tendo sido fundadas em 1946 e alcançando na atualidade a sexta posição dentre os grupos monopolistas do setor territorializados no Paraná. (MARINGÁ, 2015, p.193).

A produção canavieira que abastece a unidade agroindustrial de Jacarezinho é proveniente em parte da Companhia Canavieira de Jacarezinho, que atende aproximadamente a metade das necessidades do grupo Maringá, cultivando cerca de 12 mil hectares de terras próprias e arrendadas. A outra parte da matéria prima é obtida através da aquisição por meio

de contratos de longo prazo com fornecedores de cana no entorno da agroindústria do grupo. (MARINGÁ, 2016, s/p.).

A ação estatal em prol da expansão dos cultivos, assim como do incremento da capacidade produtiva do grupo pode ser evidenciada a partir da constatação de que no período compreendido entre 2004 e 2015 a Companhia Canavieira de Jacarezinho foi beneficiária de 81 operações de desembolsos do BNDES, cujos valores oscilaram de 20 mil a mais de 10 milhões de reais cada.

Já para a Usina de Jacarezinho foram aprovados no mesmo período 108 operações de crédito entre 44 mil e 2,5 milhões de reais, sendo o programa FINAME o recordista das liberações do BNDES para a agroindústria sucroenergética do grupo Maringá.

**Tabela 18:** Participação do Grupo Maringá na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

| Variáveis            | Grupo Maringá            | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|----------------------|--------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana | 25.239 hectares          | 635,2 mil hectares        | 4%                                |
| Moagem da cana       | 1,9 milhões de toneladas | 43,8 milhões de toneladas | 4,3%                              |
| Produção de etanol   | 65,5 milhões de litros   | 1,65 bilhões de litros    | 4%                                |
| Produção de açúcar   | 140,6 mil toneladas      | 2,5 milhões de toneladas  | 5,6 %                             |

**Fonte:** Anuário da Cana, 2015.

Convém ressaltar que o grupo Maringá é associado ao Coopersúcar desde o ano de 1968, que tem efetuado toda a comercialização, tanto no mercado interno quanto no mercado externo da produção sucroenergética do grupo, uma estratégia similar à adotada por outros grupos monopolistas territorializados no Paraná, como é o caso do Grupo Melhoramentos Norte do Paraná e do Coopcana.

#### 4.7 – O Grupo Dacalda

O Grupo Dacalda, na atualidade o sétimo maior grupo sucroenergético territorializado no Paraná<sup>112</sup>, é composto pela Usina Dacalda de Jacarezinho, que inicia suas

<sup>112</sup> Conforme o Anuário da Cana de 2015.

atividades no setor canavieiro a partir de 1970, quando foi fundada a Correa de Arruda Indústria e Comércio de Aguardente Ltda.

No contexto do Proálcool, a Dacalda modernizou sua unidade agroindustrial a partir de créditos facilitados pelo governo brasileiro, transformando-a em uma destilaria alcooleira, sendo que a partir de 2010, o grupo investiu na ampliação de sua capacidade de processamento industrial, remodelando a então Destilaria Dacalda, para que esta também pudesse produzir açúcar (DACALDA, 2015, s/p.), num contexto de estabilização dos preços desta commodity no mercado internacional, ao contrário do etanol, cuja perspectiva de construção de um mercado global não se concretizou conforme o prognosticado.

Na atualidade, o grupo Dacalda não tem sido uma exceção no acesso ao crédito público para expandir sua capacidade produtiva, sendo que de acordo com dados disponibilizados nos relatórios do BNDES, o grupo foi beneficiado por 87 desembolsos financeiros entre os anos de 2005 e 2014, cujos valores oscilaram de 38 mil a 2,1 milhões de reais cada.

Com relação a produção canavieira processada na Usina Dacalda de Jacarezinho, a maior parte da matéria prima utilizada tem sido proveniente a partir de fornecedores de cana que estabelecem contratos de cerca de 05 anos com o grupo, sendo estes remunerados a partir da quantidade de ATR presente na cana, tendo como referência os valores divulgados pelo Cosecana Pr. (DACALDA, 2015, s/p.).

A tabela a seguir retrata a participação do grupo na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015:

**Tabela 19:** Participação do Grupo Dacalda na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

| Variáveis            | Grupo Dacalda            | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|----------------------|--------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana | 14.447 hectares          | 635,2 mil hectares        | 2,2 %                             |
| Moagem da cana       | 1,3 milhões de toneladas | 43,8 milhões de toneladas | 2,9%                              |
| Produção de etanol   | 51,09 milhões de litros  | 1,65 bilhões de litros    | 3 %                               |
| Produção de açúcar   | 78,3 mil toneladas       | 2,5 milhões de toneladas  | 3,1 %                             |

**Fonte:** Anuário da Cana, 2015.

A maior parte da colheita da cana-de-açúcar processada pelo grupo tem sido colhida a partir de máquinas colheitadeiras desde 2014, - tanto nas terras próprias do grupo, quanto nas de seus maiores fornecedores -, num contexto em que entre as safras de 2011 e 2014 houve uma redução de 45% no número de cortadores de cana empregados pelo Grupo Dacalda. (COPADESC, 2016, s/p.).

#### **4.8- O Grupo Cooperval e a produção sucroenergética**

A Cooperval – Cooperativa Agroindustrial Vale do Ivaí, localizada no município de Jandaia do Sul, inicia suas atividades em 1980, beneficiando-se das facilidades creditícias oferecidas no âmbito do Proálcool, para a produção de etanol.

Após o colapso deste programa, assim como com a reestruturação produtiva ocorrida com o processo de desregulamentação estatal pelo qual passou o setor sucroenergético, o grupo passa a modernizar a sua destilaria de álcool, vindo em 1996 a produzir também açúcar, prioritariamente para o mercado externo<sup>113</sup>.

De acordo com Carvalheiro (2005, p. 168), a construção da fábrica de açúcar nas dependências da então Destilaria de Álcool da Cooperval se deu mediante a liberação de recursos do BNDES, sendo que entre 2008 e 2015 este banco aprovou 48 operações de crédito com valores que oscilaram de 28 mil a 5 milhões de reais cada desembolso, majoritariamente para o Programa Finame, que financia a aquisição de máquinas e equipamentos. (BNDES, 2016, s/p.).

A totalidade da produção de matéria prima processada pelo grupo é proveniente dos estabelecimentos agropecuários controlados por cerca de 150 associados<sup>114</sup> desta cooperativa, que se dedica exclusivamente a produção sucroenergética, num contexto em que o grupo ocupa a oitava posição em capacidade de moagem dentre os grupos monopolistas do setor territorializados no Paraná, conforme dados da Tabela 20:

---

<sup>113</sup> Conforme Cooperval (2016, s/p.).

<sup>114</sup> Conforme Ipardes (2015, p.22).

**Tabela 20:** Participação do Grupo Cooperval na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

| Variáveis            | Grupo Cooperval          | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|----------------------|--------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana | 14.950 hectares          | 635,2 mil hectares        | 2,3%                              |
| Moagem da cana       | 1,1 milhões de toneladas | 43,8 milhões de toneladas | 2,5%                              |
| Produção de etanol   | 52.5 milhões de litros   | 1,65 bilhões de litros    | 3,1%                              |
| Produção de açúcar   | 55,2 mil toneladas       | 2,5 milhões de toneladas  | 2,2%                              |

Fonte: Anuário da Cana, 2015.

#### 4.9 – O Grupo Bandeirantes

Outro dos grupos históricos no processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético no estado do Paraná, o Grupo Bandeirantes, composto pela Usiban/Usina de Bandeirantes, tem origem em 1941, sendo uma iniciativa da família Meneghel, que funda uma usina açucareira em 1943, e um ano depois inicia a produção alcooleira.

Na atualidade, o grupo continua mantendo a estrutura organizacional típica dos pequenos grupos familiares do setor sucroenergético, sendo que a maior parte da cana processada na usina é cultivada em terras próprias, sendo complementada a demanda a partir da atuação de fornecedores sob o estabelecimento de contratos de parceria. (USIBAN, 2016, p. 07).

**Tabela 21:** Participação do Grupo Bandeirantes na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

| Variáveis            | Grupo Bandeirantes     | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|----------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana | 11.675 hectares        | 635,2 mil hectares        | 1,8%                              |
| Moagem da cana       | 1 milhão de toneladas  | 43,8 milhões de toneladas | 2,3%                              |
| Produção de etanol   | 60.5 milhões de litros | 1,65 bilhões de litros    | 3,6%                              |
| Produção de açúcar   | 20,4 mil toneladas     | 2,5 milhões de toneladas  | 0,8%                              |

Fonte: Anuário da Cana, 2015.

De acordo com informações disponibilizadas em seus últimos relatórios financeiros<sup>115</sup>, pode ser constatado que nas últimas safras a produção sucroenergética, assim como a área cultivada pelo grupo vem sofrendo uma considerável retração, num contexto em que o grupo Bandeirantes vem alegando apresentar prejuízos operacionais, conforme apontam dados da tabela a seguir:

**Tabela 22:** Evolução da produção sucroenergética do Grupo Bandeirantes entre 2009 e 2015

| Variáveis          | 2009/2010                 | 2015/2016                 | Variação |
|--------------------|---------------------------|---------------------------|----------|
| Área plantada      | 29.420 hectares           | 11.675 hectares           | -60,3 %  |
| Moagem de cana     | 2,08 milhões de toneladas | 1,02 milhões de toneladas | -50,9%   |
| Produção de açúcar | 67 mil toneladas          | 20,4 mil toneladas        | -69,5%   |
| Produção de etanol | 119 milhões de litros     | 60,5 milhões de litros    | -49,15%  |

**Fonte:** Usiban, 2016

Nesse contexto, Bini (2012, p.01) irá apontar que esta é uma tendência comum para os casos de empresas de gestão tipicamente familiar e de capitais regionais, que ao se basearem em escalas pouco competitivas, e terem obtido alguma viabilidade econômica a partir das políticas estatais, ficam fragilizadas diante da instabilidade característica da produção de commodities, perdendo participação no setor frente a grupos mais capitalizados e mundializados no âmbito da produção sucroenergética.

#### 4.10 – O Grupo Sabarálcool

O Grupo Sabarálcool é outro dentre os muitos grupos monopolistas do setor sucroenergético territorializados no Paraná que surgiram no contexto do Proálcool, dando início efetivamente a sua produção alcooleira em 1985, e após a extinção do IAA e a desregulamentação estatal do setor, o grupo passa a também produzir açúcar em 1993.

Atualmente o grupo conta com duas unidades agroindustriais, sendo estas a Unidade de Perobal e a Unidade de Engenheiro Beltrão. A tabela a seguir retrata a participação do grupo na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015:

<sup>115</sup> Conforme Usiban (2016, p. 07).

**Tabela 23:** Participação do Grupo Sabarálcool na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

| Variáveis            | Grupo Sabarálcool      | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|----------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana | 10.648 hectares        | 635,2 mil hectares        | 1,6%                              |
| Moagem da cana       | 841,2 mil toneladas    | 43,8 milhões de toneladas | 1,9%                              |
| Produção de etanol   | 43,6 milhões de litros | 1,65 bilhões de litros    | 2,6%                              |
| Produção de açúcar   | 852 toneladas          | 2,5 milhões de toneladas  | 0,03%                             |

**Fonte:** Anuário da Cana, 2015

Com relação a seus resultados econômicos, nas últimas safras o Grupo Sabarálcool, que já foi responsável pelo segundo maior faturamento líquido dentre os grupos do setor territorializados no Paraná, ficando atrás somente do Grupo Santa Terezinha, vem enfrentando sérias dificuldades financeiras, expressas nas reduções da produção, greves de trabalhadores e calote nos arrendamentos de terras na ordem dos 50 milhões de reais (CANAPLAN, 2016, s/p.).

#### 4.11 – O Grupo Nova Produtiva e a produção sucroenergética

Conforme abordado ao longo deste capítulo, o processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético no Paraná apresenta uma diversidade organizacional dos grupos que atuam na produção canavieira estadual.

Nesse contexto, a única cooperativa cafeeira que durante o Proálcool recebeu incentivos estatais para a construção de destilarias de álcool que ainda mantém esta atividade é o Grupo Nova Produtiva<sup>116</sup>, localizado no município de Astorga.

<sup>116</sup> Antiga Cocafé.

**Tabela 24:** Participação do Grupo Nova Produtiva na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

| Variáveis            | Grupo Nova Produtiva   | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|----------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana | 10.521 hectares        | 635,2 mil hectares        | 1,65%                             |
| Moagem da cana       | 820,7 mil toneladas    | 43,8 milhões de toneladas | 1,8%                              |
| Produção de etanol   | 65,1 milhões de litros | 1,65 bilhões de litros    | 3,9%                              |

**Fonte:** Anuário da Cana, 2015

O grupo Nova Produtiva surge em 1999, assumindo parte dos bens patrimoniais e os cooperados da antiga COCAFÉ – Cooperativa Agrícola de Astorga, sendo a produção sucroenergética apenas um dos ramos que se dedica na atualidade esta cooperativa.

Informações coletadas a partir de relatos de trabalhadores<sup>117</sup> desta unidade apontam que a maior parte da cana processada na destilaria da Nova Produtiva é cortada manualmente por cerca de 800 trabalhadores temporários que residem nos municípios do entorno de Astorga, sendo que a comercialização da produção alcooleira tem sido realizada pela CPA Trading, da qual é sócia.

#### 4.12 – O Grupo Dasa

Como a maioria dos grupos monopolistas do setor sucroenergético territorializados no Paraná, o grupo DASA surge no contexto do Proálcool, a partir da construção da Destilaria Americana em 1981, no município de Nova América da Colina. (DASA, 2014, p. 06).

Em 1996, com o intuito de reforçar o controle de todo o processo produtivo, tanto agrícola quanto industrial, o grupo Dasa constituiu a Agrícola Nova América, que passou a administrar a maior parte da produção canvieira processada pela agroindústria pertencente

<sup>117</sup> Por ser a única das cooperativas que se originaram no período cafeeiro que receberam aporte estatal do PROÁLCOOL para a produção de etanol que ainda continua com esta atividade, buscou-se agendar por vários meios e a partir de inúmeras tentativas uma visita para coleta de dados e aplicação de questionários. Diante das negativas de permissão para tal procedimento, uma funcionária do setor de Recursos Humanos foi destacada pela empresa para responder ao questionário encaminhado via email. Alegando vários compromissos para o não cumprimento do acordado, não foi possível obter as informações solicitadas.

ao grupo<sup>118</sup>, sendo que a comercialização da produção, a exemplo de outros grupos monopolistas paranaenses do setor, tem sido realizada pela CPA Trading S/A desde 2003.

Com relação ao apoio estatal a este grupo monopolista, dados disponibilizados nos relatórios anuais de créditos do BNDES, apontam a aprovação de 11 operações de créditos, principalmente do Programa Finame para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo que os valores destes desembolsos variaram de 14 mil à 5 milhões de reais cada (BNDES, 2015, s/p.), o que pode explicar o aumento na capacidade produtiva do grupo, que passou a ter condições de processar um milhão de toneladas de cana e produzir 80 milhões de litros de etanol (DASA, 2014, p. 06).

A tabela a seguir retrata a participação do grupo na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015:

**Tabela 25:** Participação do Grupo Dasa na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

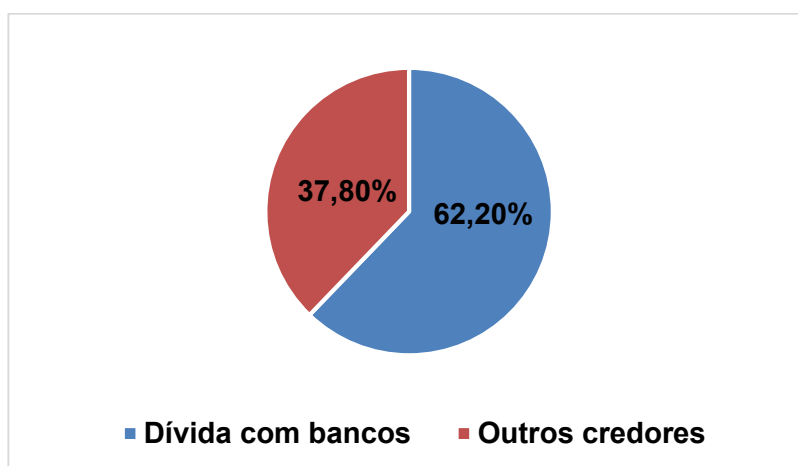
| Variáveis            | Grupo Dasa             | Paraná                    | Participação na produção estadual |
|----------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------------|
| Área colhida de cana | 5.789 hectares         | 635,2 mil hectares        | 0,9%                              |
| Moagem da cana       | 451,6 mil toneladas    | 43,8 milhões de toneladas | 1,03%                             |
| Produção de etanol   | 34,8 milhões de litros | 1,65 bilhões de litros    | 2,1%                              |

**Fonte:** Anuário da Cana, 2015

No entanto, e conforme pode ser constatado na tabela anterior, na safra 2014/2015 o grupo operou com uma considerável capacidade ociosa na produção de etanol (56,5%) e no processamento agroindustrial (54,8%), fato que pode estar relacionado ao processo de recuperação judicial homologado em 2011, onde o grupo Dasa alegou enfrentar significativas dificuldades econômicas e financeiras que comprometeram a capacidade do pagamento de antigas dívidas, cujos maiores credores são instituições bancárias (DASA, 2014, p. 01).

O gráfico a seguir retrata este perfil dos credores do grupo agroindustrial Dasa:

<sup>118</sup> Parte da produção canavieira é adquirida sob o regime de parceria agrícola. (DASA, 2014, p. 05).

**Gráfico 48:** Perfil dos credores do grupo Dasa

Fonte: Dasa, 2014

Nesse contexto, não é demais ressaltar que este endividamento e o consequente cenário de crise que se segue em determinados grupos monopolistas tem sido inerente ao formato e estrutura da produção sucroenergética, onde Mendonça, Pitta e Xavier (2012, p. 20) elucidam que neste setor o quadro de crise tem sido cíclico “[...]como uma espiral que se desdobra e se aprofunda. A capacidade de uma empresa adquirir novas dívidas para continuar a investir em montantes mais elevados está diretamente atrelada [...] A necessidade da compra de terras e máquinas, [...] o que retroalimenta o endividamento [...]”.

#### 4.13 – O Grupo Clarion e a produção sucroenergética

O grupo Clarion S/A surge em 1988, atuando no plantio, industrialização e comercialização<sup>119</sup> de commodities (derivados de soja e cana-de-açúcar fundamentalmente), sendo que a produção sucroenergética tem início em 2008, a partir da aquisição da Destilaria

<sup>119</sup> O Grupo Clarion S/A é titular das marcas Amoroso, Clarion, Monarquia, Namorado, Parati e Raça Forte entre outras no mercado de atacado e varejo, que comercializam açúcar, óleo de soja, álcool doméstico, farelo de soja, etc.

de Ibaiti, assim como os canaviais da Agropecuária Manacá, produzindo em terras próprias 90% de toda a cana processada pelo grupo. (CLARION, 2015, p. 04).

Um fator que merece destaque para este grupo, é o fato de que desde 2008 a Clarion S/A vem operando na Bolsa Mercadorias e Futuros Bovespa, corroborando o exposto por Oliveira (2014, p.2084-2098), onde a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado objetivou converter a produção agropecuária em produção de commodities a partir da atuação de grupos monopolistas, os quais tem na atualidade lançado suas ações nas bolsas de valores,

[...] juntando de forma articulada na aliança de classe com o capital mundial, o rentismo típico do capitalismo no Brasil, e, assim, estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra. Ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da propriedade para produção, na produção em si e na comercialização.

Alegando prejuízos operacionais na unidade processadora de soja no Mato Grosso, além dos efeitos econômicos da crise financeira internacional de 2008, assim como o atual cenário sucroenergético, o grupo Clarion encontra-se em um processo de recuperação judicial desde 2013, cujos principais credores são instituições bancárias que financiaram processos de modernização nas unidades agroindustriais do grupo (CLARION, 2013, p. 04-05).

Esta constatação corrobora o exposto por Mendonça, Pitta e Xavier (2012, p. 19), que defendem que,

a busca por competitividade no mercado mundial faz com que a agroindústria da cana, assim como os demais setores do agronegócio brasileiro, assumam constantes dívidas financeiras para manter níveis aceitáveis de produtividade [...] ao contrário da ideia comumente propagada de constante aumento da "eficiência" do agronegócio. Portanto, é necessário transformar o atual modelo agrícola no sentido de superar as crises simultâneas no âmbito econômico, social e ambiental.

Na atualidade, a produção sucroenergética do grupo Clarion tem sido a menor dentre todos os grupos monopolistas do setor territorializados no Paraná, conforme pode ser constatado na tabela a seguir:

**Tabela 26:** Participação do Grupo Clarion na produção sucroenergética paranaense na safra 2014/2015

| <b>Variáveis</b>     | <b>Grupo Clarion</b>   | <b>Paraná</b>             | <b>Participação na produção estadual</b> |
|----------------------|------------------------|---------------------------|--|
| Área colhida de cana | 3.242 hectares         | 635,2 mil hectares        | 0,5%                                     |
| Moagem da cana       | 252,9 mil toneladas    | 43,8 milhões de toneladas | 0,6%                                     |
| Produção de etanol   | 16,8 milhões de litros | 1,65 bilhões de litros    | 1,01%                                    |

**Fonte:** Anuário da Cana, 2015

Nesse contexto, - no qual se inserem todos os grupos monopolistas descritos ao longo deste capítulo -, onde o proprietário fundiário, do capital agrícola e industrial é uma mesma pessoa física ou jurídica, cimentam-se as condições necessárias para que ocorram a acumulação, a centralização e a concentração do capital típica do setor sucroenergético, tendo neste processo produzido uma série de impactos socioeconômicos, objetos da análise a seguir.

## **5 – DESDOBRAMENTOS DA TERRITORIALIDADE DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO PARANÁ**

A partir da análise da atuação dos grupos monopolistas do setor sucroenergético territorializados no Paraná, pode ser constatado que a concentração e a centralização econômica são características da atuação do setor no estado, não podendo ser negligenciado que há uma diversidade no perfil organizacional destes grupos monopolistas, o que por sua vez tem apresentado distintos resultados econômicos, que vão desde a constatação de rentabilidade em altos patamares em alguns grupos, à recuperação judicial e o fechamento de usinas em outros.

Também pode ser constatado que o setor sucroenergético paranaense se consolidou a partir de vultuosos aportes creditícios do Estado, tanto durante o Proálcool quanto na atualidade, combinando curtos períodos de apogeu com a sempre presente ameaça de iminência de crise e estagnação, características típicas do negócio capitalista na agricultura, conforme já alertara Prado Júnior (1981, p.53).

Conforme visto anteriormente, e seguindo o caminho teórico apresentado por Oliveira (2014, p. 2084), o setor sucroenergético tem se inserido na lógica produtiva da agricultura capitalista mundializada, que tem se estruturado através da produção de commodities, da atuação nas bolsas de mercadorias e futuros, assim como na constituição dos monopólios nacionais e mundiais.

Nesse contexto em que a produção agropecuária tem deixado de ser produção de alimentos e de outros gêneros destinados a suprir as necessidades da população para ser o “ [...] negócio rentável, regulado pelo lucro e pelo mercado mundial [...] e sinônimo de produção para o mundo [...]”, conforme Oliveira (2003, p.76), cumpre analisar quais os desdobramentos espaciais e socioeconômicos que o processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético tem provocado nos municípios canavieiros.

Nesta vertente, existem inúmeras investigações acadêmicas que se dedicaram a analisar as consequências da territorialização dos monopólios sucroenergéticos, cujos resultados obtidos vão desde a constatação de externalidades positivas, passando pelas análises que concluem não haver significativas diferenças na comparação dos impactos positivos ou negativos de outras atividades econômicas, até os estudos que apontam que o

formato e estrutura da produção agropecuária em que se baseia o setor sucroenergético tem provocado significativos impactos sociais e econômicos nos municípios em que se territorializa.

Oliveira (2011, p. 142-143), por exemplo, numa perspectiva comumente evocada pelos órgãos e entidades de classe setoriais, sugeriu, ao estabelecer comparações de indicadores socioeconômicos entre municípios canavieiros com os demais municípios dos principais estados produtores, que não há evidências de impactos negativos nas localidades onde se territorializam os grupos monopolistas do setor sucroenergético, alegando que os melhores resultados socioeconômicos são encontrados nos municípios canavieiros.

Ao investigar se a existência de uma unidade agroindustrial sucroenergética territorializada em um determinado município<sup>120</sup> implicaria ou não em aspectos socioeconômicos positivos para este, Shikida (2010, p.67-68) defende que apesar da incontestável magnitude econômica do setor sucroenergético, a instalação de uma usina ou destilaria em um determinado município, pode provocar consequências negativas típicas dos processos de territorialização dos monopólios do setor, tais como a exploração da força de trabalho, o desgaste ambiental e a concentração fundiária.

Resultados semelhantes obtiveram Carvalheiro e Schallenberger (2008, p.16-17) ao retratarem em suas análises que abordam as consequências do setor sucroenergético para os municípios canavieiros, que apesar da existência de uma agroindústria em uma determinada localidade agregar uma série de transformações positivas, como a geração de emprego e renda e o aumento da arrecadação municipal, há que se ressaltar ainda a existência de fatores negativos, que vão desde a dependência destes municípios de uma única atividade econômica à exploração dos trabalhadores, além de constatarem a concentração de riquezas e de terras nos municípios canavieiros para além da média dos demais municípios.

Da mesma forma, Anhesine (2011, p. 79-83) ao analisar a influência econômica do setor sucroenergético sobre os municípios canavieiros, concluiu que a presença deste setor em um determinado município não determina suas condições socioeconômicas, apontando a

---

<sup>120</sup> Shikida (2010), Carvalheiro e Schallenberger (2008) e Anhesine (2011) fizeram suas investigações tendo como base o recorte geográfico do estado do Paraná.

existência de resultados positivos em alguns indicadores socioeconômicos, embora ressalte alguns impactos negativos, como a concentração fundiária e as disputas territoriais.

Nesse contexto, embora não seja objetivo deste trabalho sentenciar a presença de uma agroindústria canavieira como elemento causador do progresso ou da estagnação socioeconômica de uma determinada localidade, a partir desta etapa, o que se propõe é qualificar os territórios dos municípios em que tem ocorrido o processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético no estado do Paraná.

Esta tarefa se dará a partir da perspectiva analítica em que o formato e a estrutura da produção da agricultura capitalista no âmbito da mundialização do capital tem provocado uma série de impactos nas porções espaciais em que se territorializa, revelando o elevado custo social e econômico do projeto social que fundamenta a produção sucroenergética, a de soja, a de milho, a da pecuária, dentre outras, projeto este comumente evocado para apresentar-se como o espaço produtivo por excelência no setor agropecuário, como atesta Fernandes (2008, p. 01).

## **5.1 – Estrutura fundiária e disputas territoriais nos municípios canavieiros paranaenses**

Partindo-se da premissa que o critério adotado para esta análise define municípios canavieiros como sendo aqueles com área igual ou superior a 10% do total ocupado pelas lavouras temporárias e permanentes destinadas a cana-de-açúcar, dados do PAM – Produção Agrícola Municipal – apontam que em 2015 haviam no estado do Paraná 81 municípios nesta condição. (IBGE, 2015, s/p.).

Embora os dados do Censo Agropecuário de 2006 não sejam o retrato mais fiel do campo brasileiro na atualidade, devido ao fato de que se passou uma década de sua realização, a estrutura fundiária dos municípios em que tem ocorrido a territorialização dos monopólios do setor sucroenergético será analisada em boa parte, tendo como base a utilização dos dados do último censo agropecuário realizado no país.

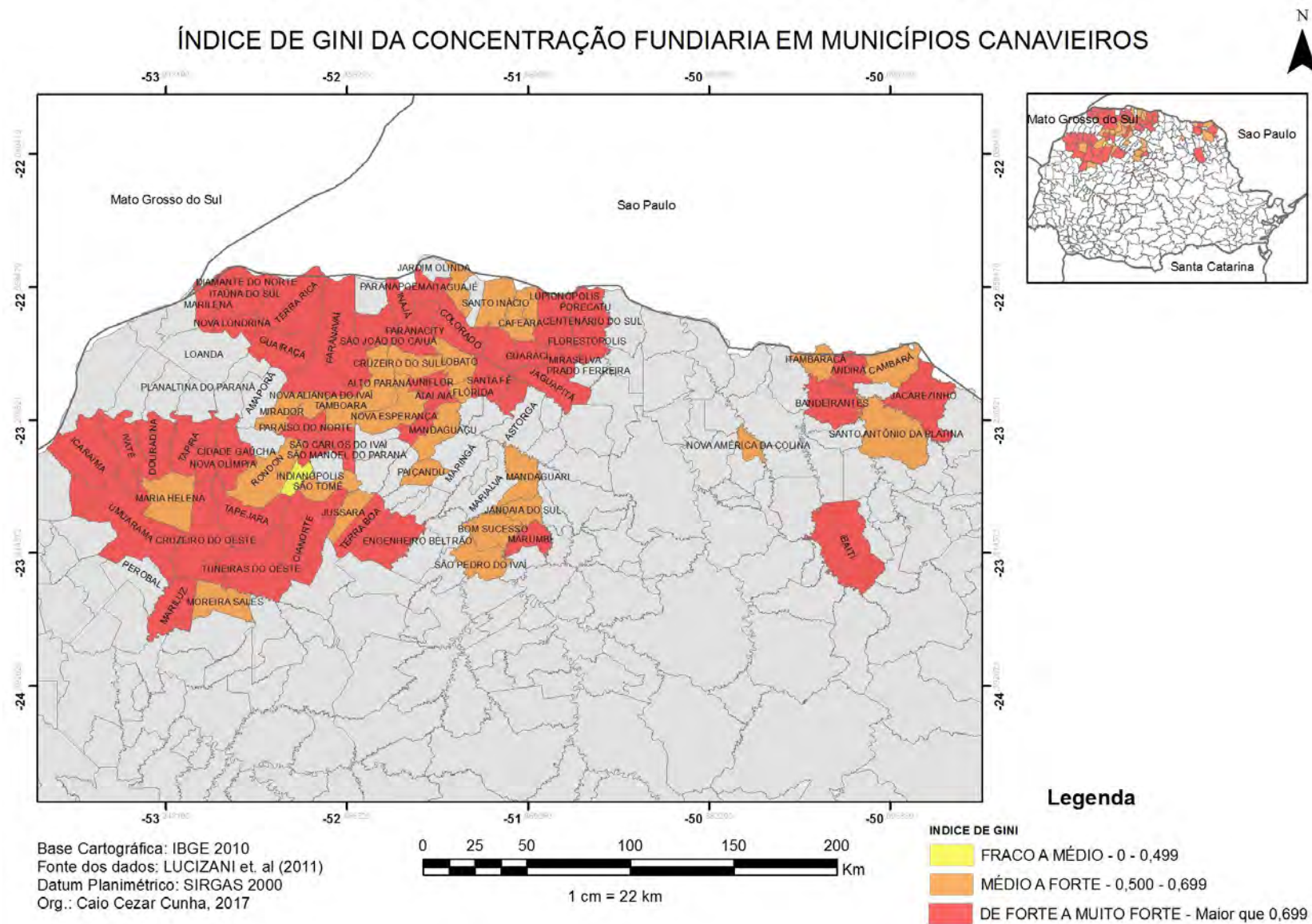
Neste contexto, foi abordado ao longo do capítulo 03, que existe uma relação entre a territorialização dos monopólios sucroenergéticos e a concentração fundiária nos municípios canavieiros paranaenses, ao passo que nas últimas décadas ocorreu uma expansão da área

cultivada com cana, sem que houvesse, no entanto, uma expansão significativa no número de unidades agroindustriais. Pelo contrário, conforme abordado no início deste capítulo, o que ocorreu concomitante a expansão da atividade sucroenergética no estado foi a diminuição dos grupos monopolistas do setor que atuam no Paraná, em virtude dos processos de fusões e aquisições abordados.

A comparação entre os mapas 04 e 05 que retratam a ocupação da cana e o Índice de Gini para a concentração fundiária em municípios canavieiros respectivamente, corrobora o caráter concentrador da canavicultura mercantil, fundamentada na agricultura capitalista:



**Mapa 05:** Índice de Gini para concentração fundiária em municípios canavieiros



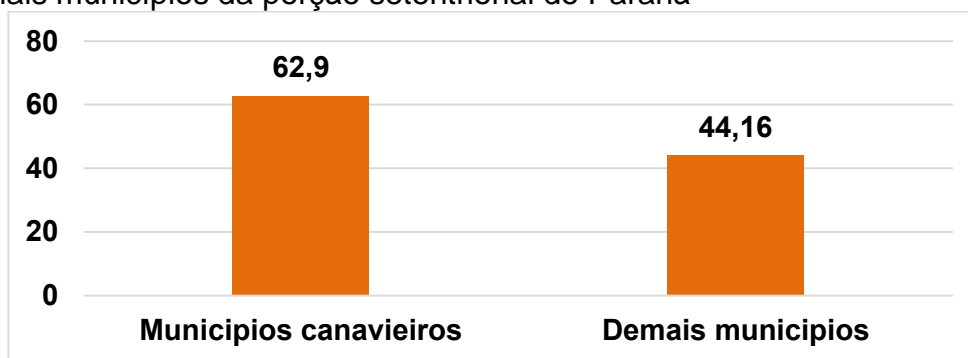
**Fonte:** Lucizani, 2011

Nessa vertente, Ramos (1999, p. 34) aponta que um dos principais impactos negativos da atuação do setor sucroenergético tem sido a concentração fundiária, uma vez que este processo, constatado inclusive na atual conjuntura de desaceleração do ritmo expansivo, tem provocado significativas disputas territoriais com outros formatos e estruturas de produção no campo, ratificando o exposto por Fernandes (2008, p. 03) ao sentenciar que:

Este problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, [...]. Esta lógica produz a concentração de poder criando o poder de concentrar, reproduzindo-se infinitamente. A reprodução infindável é da natureza do modo capitalista de produção, portanto, para garantir sua existência, o capital necessita se territorializar sem limites. Para a sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios[...]. Esse processo de territorialização e desterritorialização gera conflitualidades diferenciadas que se modificam de acordo com a conjuntura da questão agrária

O gráfico a seguir retrata esta concentração fundiária, comparando o tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários nos municípios canavieiros com o dos demais municípios do Norte e Noroeste paranaense, onde há a concentração de cerca de 95% da produção canvieira estadual:

**Gráfico 49:** Tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários em municípios canavieiros e nos demais municípios da porção setentrional do Paraná



Fonte: IPARDES, 2016

Para melhor dimensionar esta relação entre a atuação do setor sucroenergético, inserido no formato e estrutura produtiva da agricultura capitalista mundializada, com a

concentração fundiária e as disputas territoriais existentes no espaço agrário dos municípios canavieiros, estes serão divididos em três grupos, tendo como base a participação da canavicultura mercantil na área cultivada pelas lavouras temporárias e permanentes.

No primeiro deles serão contemplados os municípios que possuem de 10% a um terço de sua área ocupada pelas lavouras temporárias e permanentes com cana-de-açúcar. O segundo grupo será constituído pelos municípios cuja área total das lavouras temporárias e permanentes possuam mais de 33,3% até dois terços de cana-de-açúcar, sendo que o terceiro grupo de análise será composto por aqueles municípios cuja área agrícola possua mais de dois terços ocupada pela cana.

Tendo como referência os dados da Produção Agrícola Municipal, em 2015 existiam no estado do Paraná 27 municípios com sua área agrícola entre 10% e 33,3% ocupado pela cana-de-açúcar, sendo que em 09 deles (Moreira Sales, Florestópolis, Perobal, Engenheiro Beltrão, Jussara, Bandeirantes, Jandaia do Sul, Nova América da Colina e Ibaiti), há a presença de usinas ou destilarias dos grupos monopolistas territorializados no estado.

A Tabela 27 retrata a concentração fundiária nestes municípios canavieiros, tendo como base a análise dos Censos Agropecuários de 1975 e o de 2006:

**Tabela 27:** Expansão canavieira e evolução no número de estabelecimentos agropecuários em municípios canavieiros paranaenses:

| Municípios Canavieiros  | Área agrícola ocupada pela cana em % em 2015 | Evolução no número de estabelecimentos agropecuários |                | Evolução na área média dos estabelecimentos agropecuários em hectares |             | Variação na evolução da área média em % |
|-------------------------|--|--|----------------|---|-------------|---|
|                         |  | 1975   | 2006           | 1975  | 2006        |   |
| Andirá                  | 19,8%  | 416  | 483            | 42,8  | 50,6        | +18,22%                                 |
| Atalaia                 | 13,1%  | 487  | 367            | 27,2  | 40,1        | +47,42%                                 |
| Bandeirantes            | 24,29%                                       | 913  | 1185           | 33,9  | 29,4        | -13,27%                                 |
| Cambará                 | 29,04%                                       | 660  | 731            | 48,1  | 45,4        | -5,6%                                   |
| Centenário do Sul       | 30,45%                                       | 577  | 468            | 61,9  | 94,7        | +52,9%                                  |
| Engenheiro Beltrão      | 15,56%                                       | 422  | 834            | 38,1  | 52,3        | +37,27%                                 |
| Florestópolis           | 30,81%                                       | 199  | 179            | 114,6   | 122,1       | +6,5%                                   |
| Flórida                 | 15,47%                                       | 213  | 201            | 35,4  | 36,9        | +4,2%                                   |
| Guaraci                 | 31,24%                                       | 287  | 259            | 71,6  | 73,4        | +2,5%                                   |
| Ibaiti                  | 22,93%                                       | 1105   | 1584           | 59,2  | 48,5        | -18,07%                                 |
| Itambaracá              | 11,19%                                       | 422  | 440            | 38,1  | 60,2        | +58%                                    |
| Jandaia do Sul          | 20,88%                                       | 657  | 680            | 25,6  | 37,4        | +46,09%                                 |
| Jussara                 | 15,66%                                       | 536  | 439            | 32,8  | 51,7        | +57,6%                                  |
| Lupionópolis            | 12,49%                                       | 339  | 323            | 35,3  | 45,6        | +29,17%                                 |
| Mandaguaçu              | 27,35%                                       | 942  | 610            | 29,7  | 34,1        | +14,8%                                  |
| Mandaguari              | 11,14%                                       | 1549   | 876            | 20,6  | 35,4        | +71,8%                                  |
| Mariluz                 | 27,21%                                       | 449  | 494            | 83,4  | 70,6        | -15,3%                                  |
| Marumbi                 | 33,3%  | 369  | 487            | 60,2  | 99,9        | +65,9%                                  |
| Moreira Sales           | 23,97%                                       | 920  | 858            | 22,3  | 38,11       | +70,8%                                  |
| Munhoz de Mello         | 20,51%                                       | 391  | 352            | 33,6  | 42,5        | +26,4%                                  |
| Nova A. da Colina       | 12,4%  | 250  | 249            | 42,7  | 36,3        | -14,9%                                  |
| Paiçandu                | 13,54%                                       | 814  | 335            | 19,6  | 50,7        | +158,7%                                 |
| Prado Ferreira          | 14,21%                                       | -  | 130            | -   | 116,5       | -                                       |
| Santa Fé                | 25,29%                                       | 521  | 510            | 52,8  | 91,1        | +72,5%                                  |
| Santo A. da Platina     | 11,73%                                       | 967  | 1555           | 59,8  | 41,7        | -30,26%                                 |
| Terra Boa               | 17,41%                                       | 1031   | 441            | 27,4  | 124,1       | +352,9%                                 |
| <b>Estado do Paraná</b> | <b>5,97%</b>                                 | <b>478.463</b>                                       | <b>371.063</b> | <b>32,6</b>   | <b>41,4</b> | <b>+26,9%</b>                           |

Fonte: IBGE

De acordo com os dados apresentados na tabela anterior, pode ser constatado que em apenas cinco dos 27 municípios selecionados (Bandeirantes, Cambará, Ibaiti, Nova América da Colina e Mariluz), houve uma retração da área média dos estabelecimentos agropecuários no período compreendido entre 1975 e 2006, sendo que nos demais ocorreu um aumento significativo desta variável, mesmo naqueles municípios em que se verificou um aumento no número de estabelecimentos agropecuários.

Nos casos dos municípios canavieiros deste grupo que apresentaram retração na área média de seus estabelecimentos agropecuários no período analisado, convém ressaltar que os pequenos grupos monopolistas territorializados nestes municípios ou em suas adjacências, encontram-se, conforme abordado anteriormente, operando com significativas dificuldades.

É o caso do grupo Bandeirantes, localizado no município de mesmo nome, que vem diminuindo significativamente sua área plantada e sua produção sucroenergética, do grupo Casquel de Cambará, cuja agroindústria não moeu na safra 2015/2016 devido a problemas financeiros, do grupo Clarion de Ibaiti e do grupo Dasa de Nova América da Colina, que encontram-se sob recuperação judicial e do grupo Sabarálcool de Perobal, que adquire parte de sua matéria prima em Mariluz, estando nos últimos anos operando com reduções da produção, greves de trabalhadores e calote nos arrendamentos de terras na ordem dos 50 milhões de reais (CANAPLAN, 2016, s/p.).

Não obstante, enquanto que a área média dos estabelecimentos agropecuários do Paraná teve um incremento de 26,9% entre 1975 e 2006, na maioria dos municípios canavieiros analisados este aumento foi bem superior, num contexto em que Centenário do Sul, Florestópolis, Marumbi, Santa Fé, Prado Ferreira e Terra Boa apresentaram as maiores médias para o tamanho dos estabelecimentos agropecuários dentre os municípios em que a territorialização dos monopólios sucroenergéticos alcançou até um terço da área agrícola.

Na contramão dos municípios canavieiros que apresentaram uma diminuição da concentração fundiária, localizados nos territórios de grupos monopolistas do setor sucroenergético que estão operando com dificuldades, os municípios que mais se destacaram na concentração fundiária possuem ligações territoriais com os grupos economicamente mais sólidos, como é o caso do Santa Terezinha e Alto Alegre.

Neste conjunto de municípios, a concentração fundiária tem sido significativamente maior, porque o êxito destes grupos monopolistas na extração da renda fundiária tem pressionado para que mais terras sejam incorporadas ao processo produtivo do setor sucroenergético, que sob o formato e estrutura da agricultura capitalista mundializada tem disputado frações do território com outros formatos e estruturas produtivas do campo, inclusive com outras culturas produzidas no âmbito da agricultura capitalista, que transformou a

produção agropecuária na produção de commodities para o mercado externo fundamentalmente.

Não é demais mencionar que no estado do Paraná a área média ocupada por uma unidade agroindustrial canavieira saltou de 6 mil hectares na safra 1985/1986, para 22.630 hectares na safra 2015/2016, um evidente sinal de que “[...] o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte”. (MARTINS, 1981, p.175).

Este processo de concentração fundiária e disputas territoriais, associadas ao modus operandi da agricultura capitalista se intensifica nos municípios cuja área agrícola ocupada pela cana fica entre 33,3% a dois terços do total das lavouras temporárias e permanentes, ratificando o exposto por Carvalheiro (2005, p.228), que tem apontado a concentração de terras como um dos principais impactos inerentes a territorialização dos monopólios do setor sucroenergético no Paraná, senão vejamos a Tabela 28:

**Tabela 28:** Expansão canavieira e evolução no número de estabelecimentos agropecuários em municípios canavieiros paranaenses:

| Municípios Canavieiros  | Área agrícola ocupada pela cana em % em | Evolução no número de estabelecimentos agropecuários |                | Evolução na área média dos estabelecimentos agropecuários em hectares |             | Variação na evolução da área média em % |
|-------------------------|---|--|----------------|---|-------------|---|
|                         |   | 1975   | 2006           | 1975  | 2006        |   |
| Alto Paraná             | 47,5%                                   | 983  | 773            | 41,1  | 64,7        | +57,4%                                  |
| Amaporã                 | 56,41%                                  | 265  | 227            | 151,1   | 191,5       | +26,7%                                  |
| Bom Sucesso             | 48,3%                                   | 626  | 408            | 48,9  | 78          | +59,5%                                  |
| Cafeara                 | 51,8%                                   | 372  | 235            | 41,5  | 65,6        | +58,07%                                 |
| Cianorte                | 44,3%                                   | 2.993  | 1.598          | 27,03   | 44,4        | +72,2%                                  |
| Cruzeiro do Sul         | 48,5%                                   | 326  | 429            | 70,7  | 56,6        | -19,9%                                  |
| Diamante do Norte       | 55,5%                                   | 456  | 287            | 50,3  | 54,3        | +7,9%                                   |
| Douradina               | 66,5%                                   | -  | 682            | -   | 75,5        | -                                       |
| Indianópolis            | 52,5%                                   | 1.304  | 446            | 16,06   | 17,1        | +6,4%                                   |
| Itaúna do Sul           | 56,7%                                   | 396  | 292            | 34,7  | 101,3       | +191,9%                                 |
| Jaguapitã               | 41,3%                                   | 595  | 459            | 80,1  | 135,2       | +68,7%                                  |
| Jardim Olinda           | 48,7%                                   | 26   | 77             | 507,6   | 160,7       | -68,3%                                  |
| Loanda                  | 51,4%                                   | 1032   | 543            | 67,7  | 97,5        | +44,1%                                  |
| Lobato                  | 38,4%                                   | 351  | 241            | 71,5  | 47,6        | -33,4%                                  |
| Maria Helena            | 60,6%                                   | 3.602  | 707            | 23,03   | 61          | +164,8%                                 |
| Marilena                | 54,4%                                   | 700  | 600            | 29,36   | 31,9        | +8,6%                                   |
| Miraselva               | 61,2%                                   | 301  | 132            | 67,7  | 70,19       | +3,7%                                   |
| Nova Esperança          | 36,78%                                  | 1.186  | 806            | 32,47   | 36,4        | +12,10%                                 |
| Paraíso do Norte        | 52,9%                                   | 355  | 482            | 52,3  | 37,7        | -27,2%                                  |
| Planaltina              | 37,96%                                  | 460  | 326            | 76,4  | 82,3        | +7,7%                                   |
| Porecatu                | 61,83%                                  | 77   | 122            | 379,1   | 279,8       | -26,19                                  |
| São Carlos do Ivaí      | 57,7%                                   | 421  | 303            | 48,2  | 80,2        | +66,3%                                  |
| São João do Caiuá       | 59,42%                                  | 246  | 284            | 87,7  | 96,5        | +10,03%                                 |
| São Pedro do Ivaí       | 34,05%                                  | 4.951  | 556            | 12,09   | 61,7        | +410,3%                                 |
| Tuneiras do Oeste       | 39,5%                                   | 1.817  | 1.158          | 32,9  | 44,4        | +34,9%                                  |
| Uniflor                 | 36,75%                                  | 262  | 222            | 35,2  | 34,4        | -2,2%                                   |
| <b>Estado do Paraná</b> | <b>5,97%</b>                            | <b>478.463</b>                                       | <b>371.063</b> | <b>32,6</b>   | <b>41,4</b> | <b>+26,9%</b>                           |

Fonte: IBGE

Considerando este conjunto, constituído por 26 municípios localizados na porção setentrional do Paraná, dos quais apenas dois possuem unidades agroindustriais do setor (São Pedro do Ivaí e São Carlos do Ivaí), convém ressaltar que somente em três destes municípios canavieiros o número total de estabelecimentos agropecuários aumentou no período que vai de 1975 até 2006, o que aponta para uma maior concentração fundiária na medida em que os grupos monopolistas do setor sucroenergético avançam em seu processo de

territorialização, corroborando o exposto em Oliveira (2004, p. 85), Fernandes (2008, p. 03) e Fabrini (2008, p. 36), que tem defendido que a agricultura capitalista de base empresarial tem se estruturado a partir da concentração fundiária.

**Tabela 29:** Expansão canavieira e evolução no número de estabelecimentos agropecuários em municípios canavieiros paranaenses:

| Municípios Canavieiros  | Área agrícola ocupada pela cana em 2015 | Evolução no número de estabelecimentos agropecuários |                | Evolução na área média dos estabelecimentos agropecuários em hectares |             | Variação na evolução da área média em % |
|-------------------------|---|--|----------------|---|-------------|---|
|                         |   | 1975   | 2006           | 1975  | 2006        |   |
| Cidade Gaúcha           | 78,36%                                  | 729  | 461            | 54,13   | 137,9       | +154,7%                                 |
| Colorado                | 89,07%                                  | 588  | 560            | 67,12   | 92,7        | +38,11                                  |
| Cruzeiro do Oeste       | 71,81%                                  | 1.259  | 1.183          | 60,07   | 49,5        | -17,5%                                  |
| Guairaçá                | 88,2%                                   | 604  | 379            | 77,8  | 95,47       | +22,71%                                 |
| Icaraíma                | 74,42%                                  | 1.840  | 1086           | 35,34   | 49,05       | +38,79%                                 |
| Inajá                   | 90,92%                                  | 119  | 194            | 142,6   | 56,6        | -60,3%                                  |
| Itaguajé                | 77,2%                                   | 384  | 371            | 50,2  | 37,05       | -25,8%                                  |
| Ivaté                   | 88,02%                                  | -  | 707            | -   | 42,29       | -                                       |
| Jacarezinho             | 72,2%                                   | 704  | 712            | 79,5  | 110,5       | +38,9%                                  |
| Mirador                 | 71,09%                                  | 217  | 183            | 119,5   | 74,4        | -37,7%                                  |
| Nossa S.das Graças      | 70,02%                                  | 426  | 385            | 46,9  | 103,8       | +129,61%                                |
| Nova Aliança do Ivaí    | 71,96%                                  | 113  | 157            | 109,2   | 110,2       | +1%                                     |
| Nova Londrina           | 76,47%                                  | 406  | 290            | 68,6  | 99,9        | +45,62%                                 |
| Nova Olímpia            | 83,07%                                  | 652  | 352            | 20,6  | 55,15       | +167,7%                                 |
| Paranacity              | 83,5%                                   | 349  | 336            | 94,99   | 53,9        | -43,25%                                 |
| Paranapoema             | 71,07%                                  | 28   | 35             | 616   | 524,4       | -14,7%                                  |
| Paranavaí               | 76,2%                                   | 1.610  | 1.650          | 44,7  | 76,38       | +70,87%                                 |
| Presidente C. Branco    | 73,56%                                  | 248  | 259            | 58,78   | 79,7        | +35,5%                                  |
| Rondon                  | 95,2%                                   | 1.450  | 667            | 34,54   | 77,5        | +124,3                                  |
| Santo Inácio            | 68,76%                                  | 503  | 307            | 57,6  | 93,1        | +61,63%                                 |
| São Manoel              | 68,87%                                  | -  | 273            | -   | 52,6        | -                                       |
| São Tomé                | 71,4%                                   | 537  | 317            | 42,91   | 67,8        | +58%                                    |
| Tamboara                | 72,9%                                   | 573  | 572            | 38,62   | 26,3        | -31,9%                                  |
| Tapejara                | 89,47%                                  | 1.004  | 433            | 56,80   | 77,9        | +37,14%                                 |
| Tapira                  | 71,17%                                  | 1.948  | 815            | 20,25   | 55,4        | +173,5%                                 |
| Terra Rica              | 74,89%                                  | 1.507  | 969            | 42,6  | 86,9        | +103,9%                                 |
| Umuarama                | 85,11%                                  | 7.473  | 1.849          | 36,12   | 62,09       | +71,89%                                 |
| <b>Estado do Paraná</b> | <b>5,97%</b>                            | <b>478.463</b>                                       | <b>371.063</b> | <b>32,6</b>   | <b>41,4</b> | <b>+26,9%</b>                           |

Fonte: IBGE, 2009.

Esta constatação aponta para a existência de uma dinâmica em que Thomaz Júnior (2008, p. 09) sustenta que paralelamente ao avanço da territorialização dos monopólios do

setor sucroenergético, a estrutura fundiária dos municípios nos quais ocorre este processo de forma mais intensa tende a ficar cada vez mais concentrada, conforme atestam os dados da tabela 29, que retrata a concentração fundiária nos municípios canavieiros com mais de 66,6% de sua área agrícola ocupada pela cana-de-açúcar no Paraná, tendo como base a análise dos Censos Agropecuários de 1975<sup>121</sup> e o de 2006.

Neste grupo, composto por 27 municípios canavieiros, sendo que em 13 destes há a presença de unidades agroindustriais sucroenergéticas, pode ser constatado uma significativa concentração fundiária, baseando-se na evolução da área média dos estabelecimentos agropecuários, num contexto em que tão somente Tamboara apresentou uma área média inferior a paranaense.

É neste conjunto de municípios em que a cana ocupou a maior parte da área agrícola na safra 2015/2016 e onde tem atuado os grupos monopolistas mais dinâmicos, capitalizados e mundializados do setor sucroenergético paranaense, que se constataram as maiores áreas médias dos estabelecimentos agropecuários, sobressaindo os municípios de Paranapoema, Cidade Gaúcha, Colorado, Guairaçá, Jacarezinho, Nossa Senhora das Graças, Nova Londrina, Santo Inácio e Terra Rica.

Convém ressaltar que a maior parte destes municípios que tem se destacado na concentração fundiária possuem agroindústrias sucroenergéticas em seus territórios, como é o caso de Cidade Gaúcha e Terra Rica (Usina Santa Terezinha/Grupo USAÇÚCAR), o de Colorado e Santo Inácio (Usina Alto Alegre/Grupo Lincon Junqueira), o de Jacarezinho (Usina do grupo Dacalda e do grupo Maringá) e Nova Londrina (Usina do grupo Melhoramentos).

Paralelamente a estas constatações que apontam para a existência de um padrão na concentração fundiária dos municípios em que a agricultura capitalista tem ocupado uma importante participação na economia local, convém discutir acerca das disputas territoriais existentes nestes municípios canavieiros que englobam os diversos formatos e estruturas de produção no campo, assim como os diferentes segmentos da burguesia, especializados nos principais ramos da agricultura capitalista, conforme elucida Thomaz Júnior (2008, p. 08-09).

---

<sup>121</sup> Recorte temporal referente a implementação do Proálcool.

Se conforme pode ser verificado anteriormente que a territorialização dos monopólios do setor sucroenergético no estado do Paraná se processou provocando uma significativa concentração fundiária, parece óbvio que áreas anteriormente ocupadas por distintos formatos e estruturas de produção agropecuária e suas respectivas culturas foram substituídas no âmbito da atuação dos grupos monopolistas do setor.

Oliveira (2014, p.2.084-2.085) ao esclarecer que a agropecuária, sob a égide do capitalismo monopolista mundializado transformou a produção para suprir a necessidade da população na produção de commodities para o mercado externo, aponta que [...] a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional, e, passou a ser mercadoria a ser adquirida no mercado mundial onde quer que ela seja produzida”.

Partindo-se da premissa de que o negócio agrícola capitalista somente coloca a terra para produzir quando há a possibilidade real de retorno financeiro aos investimentos realizados (BELLENTANI, 2014, p. 166), as culturas mais rentáveis em uma determinada conjuntura acabam sendo as preteridas pelos empresários rurais, o que faz Ramos (1999, p. 28) sentenciar que a concentração fundiária provocada pela atuação dos grupos monopolistas do setor sucroenergético irá incidir diretamente sobre a produção local de alimentos, voltada para o abastecimento interno.

Em todos os 26 municípios que possuem entre 10% e 33,3% de sua área agrícola total ocupada pela cana, tendo como referência a safra 2015/2016, houve entre 1980 e 2015 uma significativa expansão canavieira, conforme revelam os dados na tabela a seguir:

**Tabela 30:** Evolução da produção canavieira nos municípios com mais de 10% e menos de 33,3% da área agrícola ocupada pela cana-de-açúcar entre 1980 e 2015

| Município           | Evolução da produção canavieira em hectares |        |
|---------------------|---|--------|
|                     | 1980  | 2015   |
| Andirá              | 1.217                                       | 5.270  |
| Atalaia             | -   | 1.510  |
| Bandeirantes        | 6.280                                       | 8.360  |
| Cambará             | 3.500                                       | 13.000 |
| Centenário do Sul   | 5.114                                       | 7.813  |
| Engenheiro Beltrão  | 15  | 9.452  |
| Florestópolis       | 50  | 6.942  |
| Flórida             | -   | 779    |
| Guaraci             | 50  | 3.315  |
| Ibaiti              | 82  | 6.000  |
| Itambaracá          | 1.620                                       | 3.150  |
| Jandaia do Sul      | 55  | 1.964  |
| Jussara             | -   | 3.791  |
| Lupionópolis        | -   | 1.121  |
| Mandaguaçu          | 880   | 6.314  |
| Mandaguari          | -   | 975    |
| Mariluz             | -   | 6.727  |
| Marumbi             | -   | 2.252  |
| Moreira Sales       | 2.560                                       | 6.556  |
| Munhoz de Mello     | -   | 2.111  |
| Nova A. da Colina   | -   | 1.460  |
| Paiçandu            | 2.246                                       | 2.823  |
| Prado Ferreira      | -   | 2.615  |
| Santa Fé            | -   | 4.552  |
| Santo A. da Platina | 1.455                                       | 4.800  |
| Terra Boa           | -   | 4.518  |

Fonte: IPARDES, 2016.

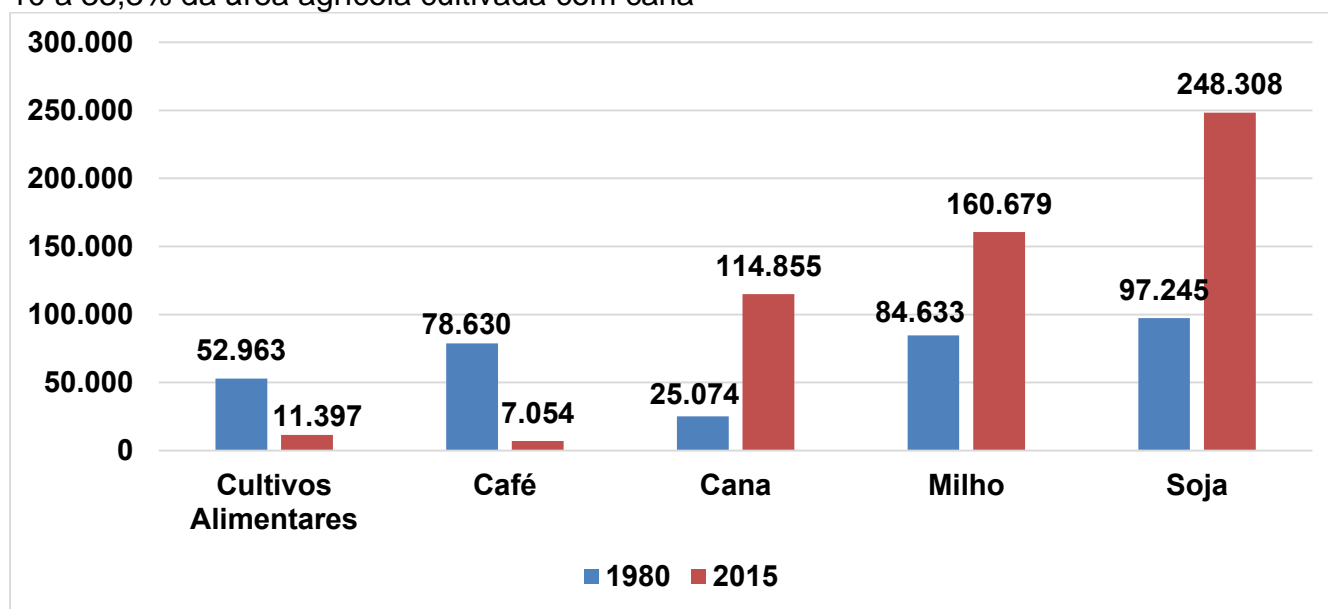
Conforme amplamente discutido ao longo deste trabalho, esse processo de expansão canavieira contou com um forte apoio do Estado, que tem atuado historicamente em prol do empoderamento do capital (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p.09-10), sendo que no setor agropecuário, a primazia pela agricultura capitalista em detrimento da agricultura familiar e a produção de alimentos, tem sido um elemento indispensável para a consolidação do poder de classe dos capitalistas sobre as porções espaciais demandadas para territorializar sua produção monopolística, conforme é o caso do setor sucroenergético.

Em 1980, quando o Proálcool estava nos primórdios do favorecimento da expansão canavieira no Paraná, a área ocupada com cana-de-açúcar pelo grupo de 26 municípios

canavieiros do estado que na atualidade possuem entre 10 e 33,3% da área agrícola destinada a cana era de 25.074 hectares, passando na safra 2015/2016 para 114.855 hectares, o que aponta para um incremento da ordem de 358% na área ocupada pela cana.

Para compreender como esta expansão, assentada no formato e estrutura de produção da agricultura capitalista, contribuiu para a retração de outras culturas produzidas sob distintos formatos e estruturas de produção, os dados a seguir revelam o teor e a intensidade das disputas territoriais neste grupo de municípios canavieiros paranaenses:

**Gráfico 50:** Evolução da área plantada das principais culturas agrícolas nos municípios com 10 a 33,3% da área agrícola cultivada com cana



Fonte: IPARDES

O avanço da agricultura capitalista e a expulsão dos trabalhadores do campo<sup>122</sup> a partir das mudanças ocorridas no espaço agrário no âmbito da modernização conservadora, incidiu diretamente na retração dos cultivos alimentares<sup>123</sup>, ao passo que as culturas de

<sup>122</sup> Conforme abordado no capítulo 03, o avanço do formato e a estrutura produtiva da agricultura capitalista no campo, provocou uma retração significativa da população rural, população esta vinculada à produção de alimentos.

<sup>123</sup> Por cultivos alimentares foram consideradas as áreas cultivadas com arroz, feijão, mandioca, batata-doce, batata inglesa, alho, cebola, tomate e frutas (abacate, abacaxi, banana, caqui, coco, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, noz, pera, pêssego, tangerina e uva).

exportação, exceto o café, tiveram um aumento significativo na área plantada neste grupo de municípios.

Em 1980, a área ocupada por arroz e feijão nestes municípios canavieiros era de acordo com o IPARDES (2015, s/p.), cerca do dobro da ocupada pela cana-de-açúcar, sendo cultivados 21,7 mil hectares de arroz e 28,5 mil hectares de feijão, enquanto a cana-de-açúcar ocupava uma área de 25,07 mil hectares. Já em 2015, a área plantada com arroz e feijão correspondia a ínfimos 3,4% do total da canaveira, restando apenas 979 hectares de arroz e 3.067 hectares de feijão.

A retração dos cultivos alimentares somente não foi maior do ponto de vista estatístico porque a partir da década de 1990 a produção de mandioca, assim como a instalação de agroindústrias processadoras desta raiz apresentou um crescimento vertiginoso em alguns destes municípios, num contexto em que o Paraná se consolidou como segundo maior produtor nacional de mandioca (DERAL, 2013, p. 03).

No entanto, convém ressaltar que embora seja um cultivo proeminentemente alimentar, dados do Deral (2013, p. 12) apontam que 70% da produção paranaense de mandioca tem sido destinada ao consumo industrial de frigoríficos, nas indústrias de papel e papelão, na indústria têxtil, química, além de outros usos industriais distintos do consumo.

Por outro lado, convém ressaltar que a soja e o milho já se destacavam em 1980 nestes municípios com a maior participação na ocupação das terras agrícolas frente ao declínio do café.

Thomaz Júnior (2008, p. 08-09) elucida que apesar de haver no país uma preponderância da soja em termos de área ocupada e importância estratégica para o capital, - constatações que também podem ser verificadas neste grupo de municípios canavieiros - , ocorreu nos períodos mais favoráveis para a territorialização dos monopólios do setor sucroenergético uma “[...] superposição de investimentos do capital agroindustrial canavieiro sobre a mesma porção territorial até então hegemônica pela soja”, cujo processo expansionista já teria sido mais agressivo.

Não obstante, a comparação entre o avanço da cana e a retração vertiginosa dos cultivos alimentares, como é o caso do arroz e do feijão nestes municípios, retratam, antes de uma simples correlação entre o avanço de um para o recuo de outro, a opção do Estado no

empoderamento da agricultura capitalista, uma vez que antes do Proálcool os cultivos alimentares eram significativamente superiores aos da cana nestes municípios, e num período marcado pela ausência de políticas públicas destinadas a produção de alimentos, houve uma quase extinção deste tipo de produção onde ocorreu um avanço sem precedentes da canavicultura mercantil.

Por outro lado, durante as verificações empíricas na territorialidade do setor sucroenergético foi possível encontrar neste grupo de municípios várias expressões de luta e resistência diante do avanço da agropecuária capitalista. Em Florestópolis, em meio ao mar de cana que domina a paisagem nos dois lados da rodovia PR – 170, o acampamento Zilda Arns tem sido uma das expressões mais contundentes desta resistência caracterizada pelas disputas territoriais entre a “agri (cultura)” e o “agro (negócio)”, conforme as conceituações de Porto-Gonçalves (2008, p.334).

Desde o ano de 2014, dezenas de famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam a fazenda “Porta do Céu” pertencente ao grupo canavieiro Atalla (Fotos 08 e 09), cujas terras não tem cumprido sua função social por serem improdutivas de acordo com o Incra, além de já serem autuados por manterem trabalhadores em condições análogas à escravidão.

**Foto 08:** Entrada do Assentamento “Zilda Arns” em Florestópolis



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

**Foto 09:** Vista parcial de acampamento do MST em Florestópolis



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

Em Centenário do Sul também foi possível constatar estas expressões de luta e resistência no âmbito das disputas territoriais entre a agropecuária capitalista e a agropecuária familiar/campesinato, onde também foram constatadas ocupações nas fazendas do grupo sucroenergético Atalla:

**Foto 10:** Entrada do acampamento “Zumbi dos Palmares” em Centenário do Sul



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

**Foto 11:** Área de policultura no assentamento “Zumbi dos Palmares” em Centenário do Sul



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

**Foto 12:** Vista parcial do acampamento “02 de Dezembro” em Centenário do Sul



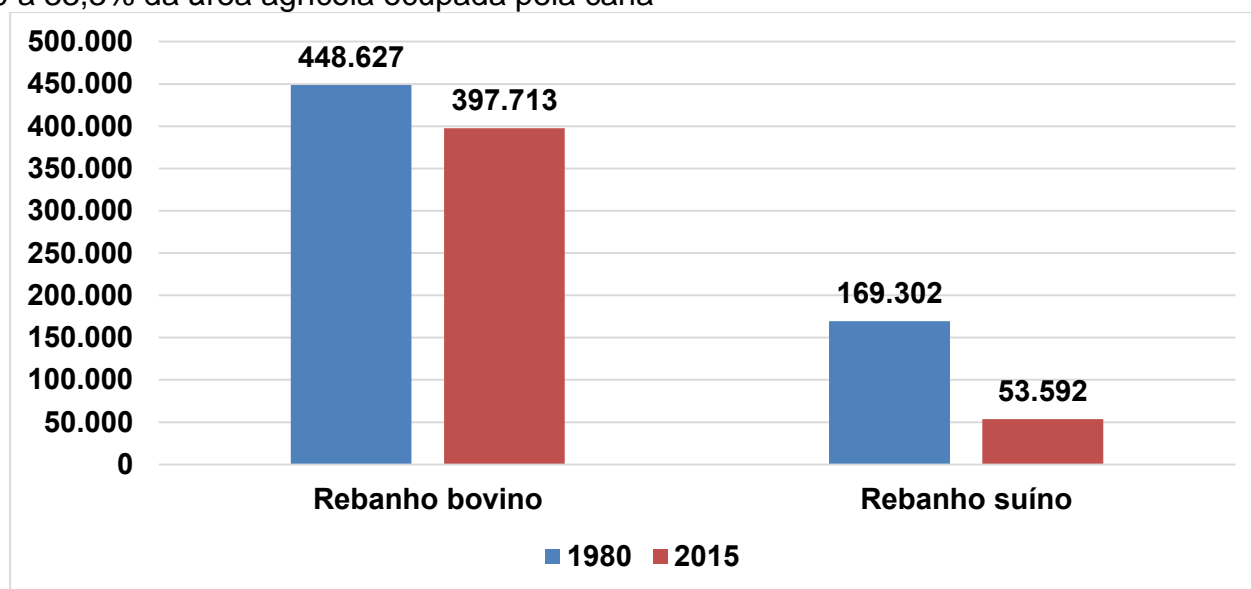
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

Aqui fica claro o processo anteriormente citado descrito por Oliveira (2014, p. 1089), onde a produção agropecuária foi convertida no âmbito da agricultura capitalista mundializada na produção de commodities para o mercado externo, ficando a produção de alimentos relegada a segundo plano, o que por sua vez prejudica a efetivação da soberania alimentar do país.

A contribuição desta análise neste grupo de municípios em que a canavicultura mercantil não ultrapassa os 33,3% da área agrícola, e conseqüentemente a soja e o milho apresentam uma maior participação na área cultivada, é evidenciar, utilizando o recorte temporal da implantação do Proálcool, que a produção de alimentos ainda era significativa perante às culturas tipicamente praticadas pela agricultura capitalista em 1980, e que a partir da atuação do Estado em prol dos grupos monopolistas do setor sucroenergético reverteu esta situação, ratificando a concepção de Estado como o comando político do capital (MÉSZÁROS, 2011, p.110), abordada ao longo do capítulo 01, e que é adotada por este trabalho.

Nesse grupo de municípios, se constatou ainda a retração dos rebanhos bovino e suíno<sup>124</sup>, conforme o gráfico a seguir:

**Gráfico 51:** Evolução do rebanho bovino e suíno em milhares de cabeças em municípios com 10 a 33,3% da área agrícola ocupada pela cana



Fonte: IPARDES

<sup>124</sup> A apresentação da evolução da pecuária no recorte geográfico proposto se deu mediante a análise da comparação do rebanho ao invés da análise da área ocupada pelas pastagens devido ao fato de que os dados do último Censo Agropecuário têm mais de 10 anos, o que poderia apresentar resultados distorcidos.

Nesse contexto, se faz pertinente o questionamento acerca de quais teriam sido os desdobramentos para o espaço agrário e para o quadro socioeconômico destes municípios canavieiros diante da hipótese da implementação de políticas públicas na mesma proporção do Proálcool<sup>125</sup> para a produção de alimentos ou para a Reforma Agrária por exemplo , uma vez que por intermédio da ação estatal no empoderamento destes grupos monopolistas do setor sucroenergético, vultuosas somas de recursos públicos foram desembolsadas para fomentar um setor da agricultura capitalista que, conforme demonstrado anteriormente está sempre na iminência de crises, revelando o elevado custo social de tal opção.

Shikida et. al (2011, p. 04) apontam que o impacto da expansão canavieira sob a concentração fundiária, assim como sob a retração dos cultivos alimentares são mais perceptíveis nos municípios em que mais de 30% da área agrícola esteja ocupada pela cana-de-açúcar, uma vez que nos demais municípios há uma evidente preponderância de outros cultivos, embora estejam inseridos na mesma lógica produtiva da agricultura capitalista.

A tabela a seguir retrata, tendo como base os dados da Produção Agrícola Municipal disponibilizados pelo IBGE (2016, s/p.), os municípios com mais de um terço de sua área agrícola ocupada pela cana, juntamente com a evolução da expansão canavieira verificada nestes entre 1980 e 2015:

---

<sup>125</sup> Oliveira (2010, p. 22) aponta que a expansão do negócio sucroenergético se deu de forma altamente subsidiada pelo Estado, onde a “[...] agroindústria canavieira ganha hoje, [...], os recursos que o feijão e os alimentos de primeira necessidade vêm reclamando há muito tempo sem nada conseguir”.

**Tabela 31:** Evolução da produção canaveira nos municípios com área agrícola ocupada pela cana entre 33,3% e 66,6% entre 1980 e 2015

| Município          | Evolução da produção canaveira em hectares |        |
|--------------------|--|--------|
|                    | 1980                                       | 2015   |
| Alto Paraná        | 20   | 2.875  |
| Amaporã            | 5  | 5.625  |
| Bom Sucesso        | -  | 6.360  |
| Cafeara            | -  | 3.989  |
| Cianorte           | -  | 17.609 |
| Cruzeiro do Sul    | -  | 5.582  |
| Diamante do Norte  | -  | 2.182  |
| Douradina          | -  | 5.485  |
| Indianópolis       | 10   | 2.540  |
| Itaúna do Sul      | -  | 1.311  |
| Jaguapitã          | 35   | 10.212 |
| Jardim Olinda      | -  | 2.939  |
| Loanda             | -  | 3.456  |
| Lobato             | 410  | 6.951  |
| Maria Helena       | -  | 3.482  |
| Marilena           | 11   | 3.222  |
| Miraselva          | 784  | 1.563  |
| Nova Esperança     | -  | 5.756  |
| Paraíso do Norte   | -  | 7.114  |
| Planaltina         | -  | 1.751  |
| Porecatu           | 10.086                                     | 9.615  |
| São Carlos do Ivaí | -  | 7.959  |
| São João do Caiuá  | -  | 1.859  |
| São Pedro do Ivaí  | 80   | 8.200  |
| Tuneiras do Oeste  | -  | 12.859 |
| Uniflor            | -  | 1989   |

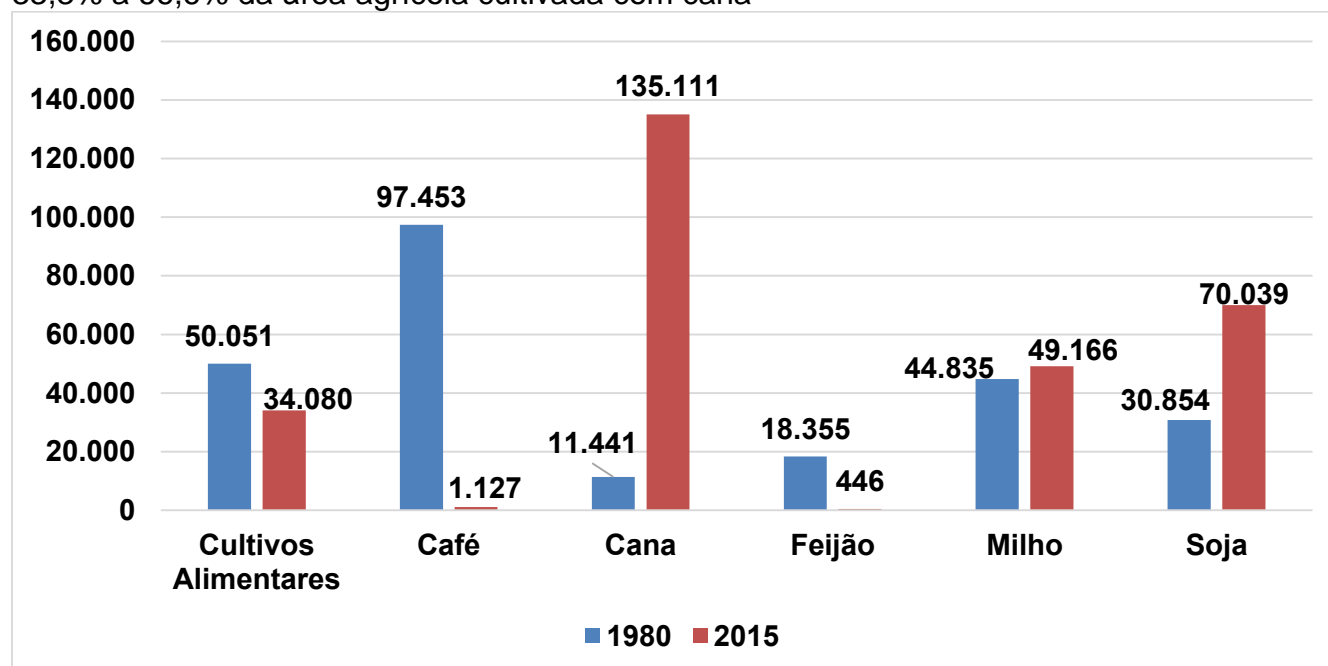
Fonte: IPARDES, 2016.

Com base nos dados arrolados na tabela anterior, nota-se que em 1980, à exceção de Porecatu que já possuía uma considerável área canaveira para atender as necessidades fabris da Usina Central do Paraná pertencente ao grupo Atalla, e com atuação desde a década de 1940, a cana-de-açúcar ocupava uma área insignificante nestes municípios que na safra 2015/2016 tiveram entre 33,3% e 66,6% das suas áreas agrícolas plantadas com cana.

Enquanto que o café seguia como a atividade econômica mais importante para estes municípios, mas com a tendência evidente de declínio, a soja e o milho figuravam como as culturas da agricultura capitalista com a maior participação na ocupação das terras agrícolas.

Por outro lado, dentre os cultivos alimentares, apenas a área ocupada por arroz e feijão era de mais de 40 mil hectares, sendo 22,7 mil hectares de arroz e 18,3 mil hectares de feijão, o que representava uma área maior do que a da soja, além de ser quase quatro vezes superior à ocupada pela cana em 1980 (IPARDES, 2015, s/p.), conforme pode ser depreendido no Gráfico 52.

**Gráfico 52:** Evolução da área plantada das principais culturas agrícolas<sup>126</sup> nos municípios com 33,3% a 66,6% da área agrícola cultivada com cana



Fonte: IPARDES.

Em 2015, de acordo com o IparDES (2015, s/p.) restavam apenas 1.127 hectares de arroz e 446 hectares de feijão, sendo importante ressaltar que a expansão dos cultivos e agroindústrias relacionadas a produção de mandioca tiveram um aumento significativo neste conjunto de municípios<sup>127</sup>, chegando a ocupar 8.100 hectares em Cianorte, 6.860 hectares em Tuneiras do Oeste, 2.920 hectares em Loanda, e 2.970 hectares em Nova Esperança.

<sup>126</sup> Por cultivos alimentares foram consideradas as áreas cultivadas com arroz, feijão, mandioca, batata-doce, batata inglesa, alho, cebola, tomate e frutas (abacate, abacaxi, banana, caqui, coco, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, melancia, melão, noz, pera, pêssego, tangerina e uva).

<sup>127</sup> Conforme já elucidado anteriormente, dados do Deral (2013, p. 12-15) apontam que apenas 30% da produção paranaense de mandioca tem como destinação direta a alimentação, num contexto em que a maior parte da

Neste grupo composto por 26 municípios canavieiros, o ritmo expansivo da soja e do milho foram inferiores ao avanço da canavicultura mercantil, sendo possível identificar a contribuição do processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético na concentração fundiária e na retração da produção de alimentos.

As fotos a seguir, captadas respectivamente nos municípios de Jaguapitã (Foto 13) e em São Pedro do Ivaí (Foto 14) durante as verificações empíricas, retratam as disputas territoriais entre a soja e a cana ocorrida nesse grupo de municípios:

**Foto 13:** Disputas territoriais entre a cana e a soja em Jaguapitã



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

---

mandioca produzida no estado é utilizada em processos industriais em frigoríficos, indústrias têxteis, químicas e de papel e papelão.

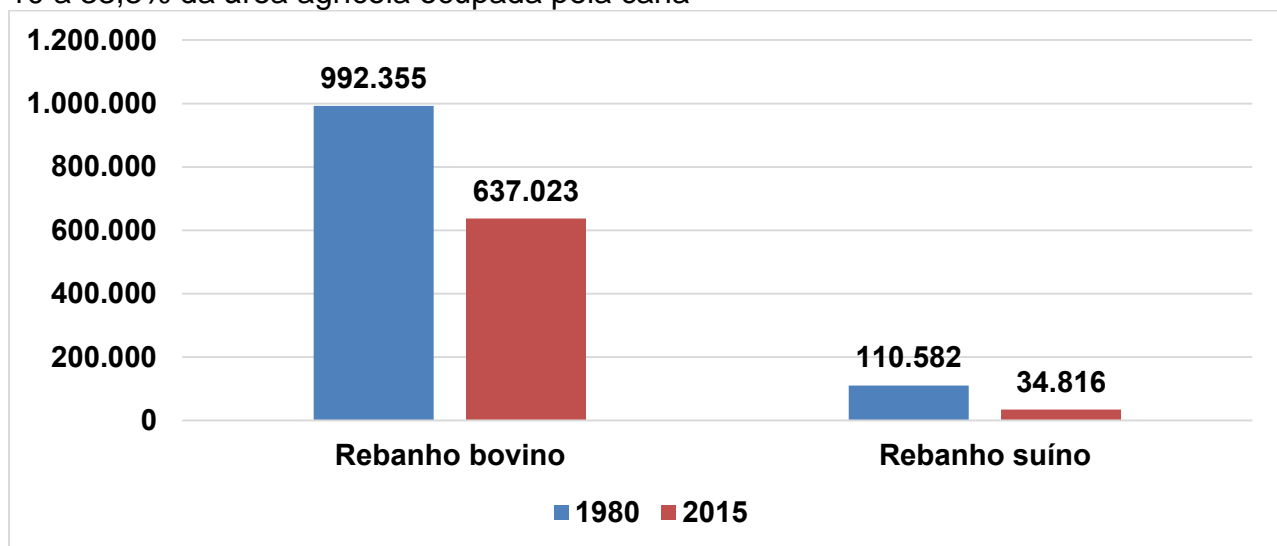
**Foto 14:** Disputas territoriais entre a cana e a soja em São Pedro do Ivaí



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

Com relação a pecuária, dados do IparDES (2015, s/p.) apontam que entre 1980 e 2015 houve uma considerável diminuição no número dos rebanhos bovino e suíno nestes municípios, conforme retrata o gráfico a seguir:

**Gráfico 53:** Evolução do rebanho bovino e suíno em milhares de cabeças em municípios com 10 a 33,3% da área agrícola ocupada pela cana



**Fonte:** IPARDES

A relação existente entre a expansão canavieira, a concentração fundiária e a retração da produção agroalimentar fica mais evidente quando se analisa que dentre estes municípios canavieiros, aqueles que apresentaram os maiores tamanhos médios para os estabelecimentos agropecuários, tinham na cana-de-açúcar a cultura predominante no espaço agrário, sendo que nestes municípios havia desaparecido quase que totalmente a produção de arroz e feijão, ratificando o caráter concentrador do setor sucroenergético, senão vejamos a tabela a seguir:

**Tabela 32:** Uso do solo nos sete municípios com a maior concentração fundiária dentre os que possuem de 33,3% a 66,6% do total da área agrícola ocupada pela cana:

| Município         | Tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários | Área ocupada com arroz | Área ocupada com feijão | Área ocupada com soja | Área ocupada com milho | Área ocupada com cana |
|-------------------|--|------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| Amaporã           | 191,5  | 123                    | 30                      | 1.333                 | 1.652                  | 5.625                 |
| Itaúna do Sul     | 101,3  | -                      | -                       | -                     | 97                     | 1.311                 |
| Jaguapitã         | 135,2  | -                      | -                       | 8.400                 | 6.070                  | 10.212                |
| Jardim Olinda     | 160,7  | -                      | -                       | 1.472                 | 1.410                  | 2.939                 |
| Loanda            | 97,5   | -                      | -                       | 104                   | 210                    | 3.456                 |
| Porecatu          | 279  | -                      | -                       | 2.690                 | 3.245                  | 9.615                 |
| São João do Caiuá | 96,5   | -                      | -                       | 47                    | 40                     | 1.839                 |

Fonte: IBGE

Não obstante, o grupo dos municípios canavieiros que possuíam mais de 66,6% de sua área agrícola ocupada pela cana-de-açúcar na safra de 2015/2016, - chegando este percentual alcançar mais de 95%, como é o caso de Rondon, no noroeste paranaense -, apresentaram a seguinte evolução da expansão canavieira entre 1980 e 2016:

**Tabela 33:** Evolução da produção canaveira nos municípios com mais de 66,6% de sua área agrícola ocupada pela cana entre 1980 e 2015

| Município            | Evolução da produção canaveira em hectares |        |
|----------------------|--|--------|
|                      | 1980                                       | 2015   |
| Cidade Gaúcha        | 70   | 7.212  |
| Colorado             | 3.094                                      | 18.358 |
| Cruzeiro do Oeste    | -  | 18.375 |
| Guairaçá             | -  | 11.485 |
| Icaraíma             | -  | 11.777 |
| Inajá                | -  | 4.936  |
| Itaguajé             | -  | 3.926  |
| Ivaté                | -  | 15.697 |
| Jacarezinho          | 6.998                                      | 25.500 |
| Mirador              | -  | 7.823  |
| Nossa S.das Graças   | -  | 6.174  |
| Nova Aliança do Ivaí | -  | 2.254  |
| Nova Londrina        | 179  | 4.803  |
| Nova Olímpia         | 10   | 2.174  |
| Paranacity           | -  | 13.249 |
| Paranapoema          | -  | 4.377  |
| Paranavaí            | 200  | 15.641 |
| Presidente C. Branco | 760  | 5.710  |
| Rondon               | 20   | 18.179 |
| Santo Inácio         | -  | 8.437  |
| São Manoel           | -  | 4.208  |
| São Tomé             | -  | 10.617 |
| Tamboara             | -  | 4.601  |
| Tapejara             | -  | 24.378 |
| Tapira               | 10   | 3.513  |
| Terra Rica           | -  | 8.024  |
| Umuarama             | -  | 19.302 |

Fonte: IPARDES.

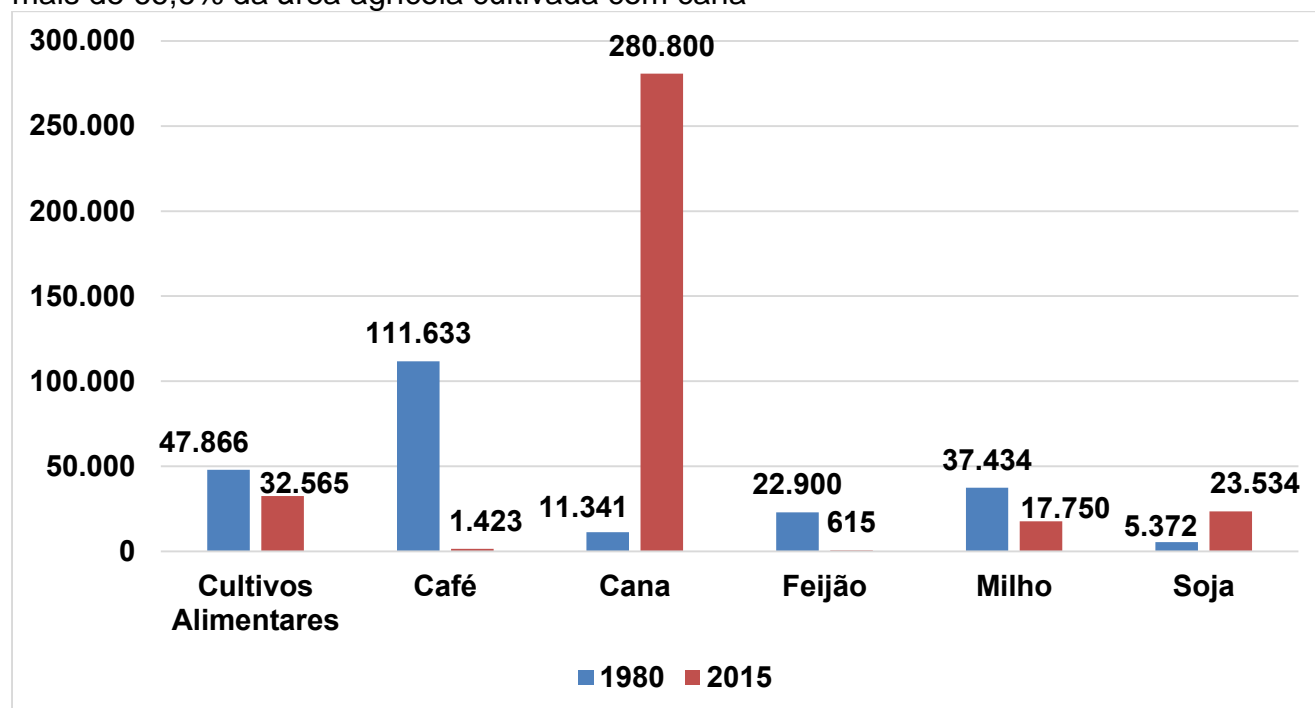
Conforme visto anteriormente, a maior parte dos grupos monopolistas mais consolidados frente a dinâmica produtiva da agricultura capitalista mundializada, territorializaram seu monopólio nestes municípios canavieiros, que juntos concentraram 45% de toda cana cultivada no estado do Paraná na safra 2015/2016.

Nestes municípios canavieiros, exceto Jacarezinho, que já contava desde a década de 1940 com uma unidade agroindustrial do setor sucroenergético operando, o Proálcool também fora o principal estimulador para que grupos monopolistas fossem constituídos e

instalassem usinas e destilarias no âmbito da substituição dos cafezais que outrora foram a principal cultura agrícola da porção setentrional do estado.

Os dados referentes a evolução canvieira nestes municípios apontam para uma vertiginosa expansão na ordem de 2.375% desde a implementação do Proálcool, passando de 11.341 hectares em 1980 para 280.800 hectares em 2015, o que por sua vez intensificou a concentração fundiária nestes municípios (Tabela 33) e contribuiu para a retração dos cultivos alimentares, fazendo quase que desaparecer por completo a produção de arroz e feijão.

**Gráfico 54:** Evolução da área plantada das principais culturas agrícolas nos municípios com mais de 66,6% da área agrícola cultivada com cana

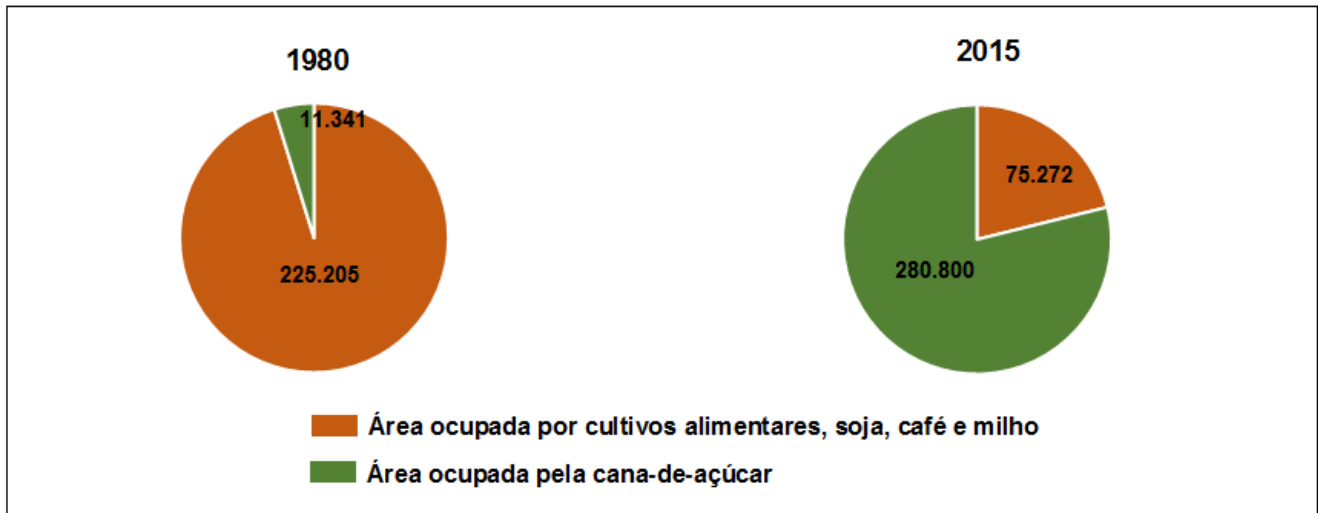


Fonte: IPARDES

Em 1980, a somatória das áreas cultivadas com arroz, feijão, frutas, mandioca, batata, tomate, alho, cebola, café e soja eram muito superiores a área cultivada pela cana, sendo que em 2015 esse cenário se modifica por completo ante o avanço canvieiro, conforme demonstra o Gráfico 54, num contexto em que os grupos monopolistas territorializados nestes municípios controlavam uma área 273% superior a somatória de todas demais culturas

selecionadas, sendo este recorte geográfico onde se torna mais visível a configuração monocultora da canavieira mercantil (Foto 15) e seus impactos no Paraná:

**Gráfico 55:** Evolução canvieira em municípios com mais de 66,6% da área agrícola ocupada pela cana entre 1980 e 2006



Fonte: IPARDES, 2016

**Foto 15:** Aspecto monocultural na produção sucroenergética em Colorado



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A foto a seguir, captada na Vila Rural “Água das Pedras” em Colorado, ilustra como o avanço da monocultura canavieira tem substituído várias culturas, dentre elas as alimentares da agricultura familiar no âmbito das disputas territoriais.

**Foto 16:** Monocultura canavieira em área limítrofe à Vila Rural em Colorado



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Neste caso específico, a Vila Rural se converteu em uma ilha cercada por um “mar de cana” de muitos quilômetros de extensão, separada apenas por uma estrada vicinal e um “carreador” canavieiro, sendo que esta comunidade ainda resiste produzindo uma diversidade de cultivos, mesmo cada família tendo a sua disposição uma parcela ínfima de terras.

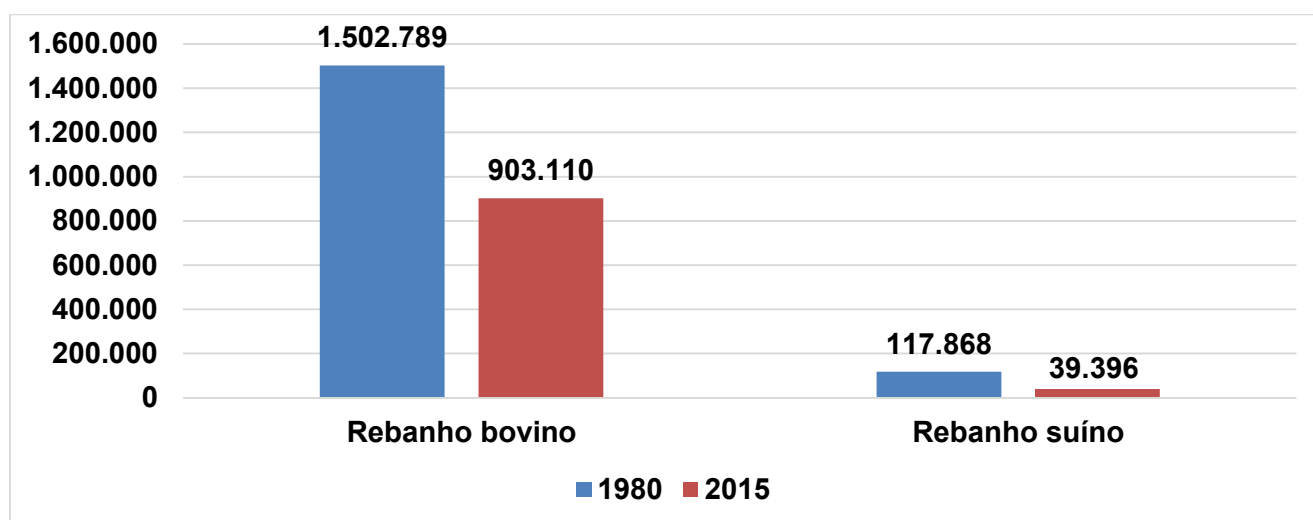
Por outro lado, convém ponderar, ao igual que realizado nos outros grupos de municípios analisados, que a retração dos cultivos alimentares retratada nos gráficos anteriores somente não aparentou ser mais intensa nestes municípios com mais de 66,6% de sua área agrícola ocupada pela cana, devido a expansão da mandiocultura mercantil no estado, que embora seja uma cultura que compõe a base alimentar do brasileiro, tem

destinado 70% da produção estadual à utilizações distintas do consumo direto, como frigoríficos, indústrias de papelão, têxtil, química, etc.

Esta ponderação se faz necessária quando se constata que esta cultura ocupou 4.340 hectares em Paranaíba, 2.494 hectares em Tapejara, 2.542 hectares em Icaraíma, 1.815 hectares em Terra Rica e 2.575 hectares em Umuarama, num contexto em que a somatória das áreas ocupadas pelo arroz e feijão nestes 27 municípios em 2015 foram de ínfimos 2.038 hectares (IPARDES, 2015, s/p.).

Não obstante, o avanço canavieiro nestes municípios em que os grupos econômicos do setor melhor inseridos na dinâmica da agricultura capitalista mundializada territorializaram seu monopólio, também provocou uma significativa diminuição no efetivo de seus rebanhos entre 1980 e 2016, sendo esta retração da ordem de 40% no caso dos bovinos e 66,57% no caso dos suínos, conforme retratado no gráfico a seguir:

**Gráfico 56:** Evolução dos rebanhos bovino e suíno nos municípios com mais de 66,6% da área ocupada pela cana entre 1980 e 2015.



Fonte: IPARDES, 2016

Portanto, pode ser constatado mediante a análise do avanço canavieiro entre 1980 e 2015 nos 85 municípios paranaenses que possuíam mais de 10% de sua área agrícola ocupada pela cana-de-açúcar, que as disputas territoriais entre os grupos monopolistas do setor sucroenergético com os distintos formatos e estruturas produtivas do campo tem

provocado uma tendência a concentração fundiária e levado a uma retração significativa da produção de alimentos na medida em que há uma maior participação da canavicultura mercantil atuando no controle das terras.

E esta concentração fundiária e a conseqüente retração dos cultivos alimentares não ocorre somente quando há a compra da terra pelos grupos monopolistas do setor sucroenergético, uma vez que os contratos de arrendamento e o estabelecimento das chamadas parcerias agrícolas determinam por um longo prazo, que a cana deverá substituir os usos dados anteriormente ao estabelecimento destes contratos, ao solo.

Durante a pesquisa de campo foi constatado que os grupos que tem territorializado o monopólio no setor canavieiro no estado do Paraná tem buscado firmar contratos de arrendamentos ou estabelecer acordos de parceria com proprietários fundiários do entorno das agroindústrias, por períodos mínimos de 05 anos, podendo chegar, como constatado no caso do maior grupo monopolista do setor que atua no estado, o Santa Terezinha/Usaçúcar, a vinte anos.

A particularidade da agroindústria canavieira, que por razões de viabilidade econômica tende necessariamente a concentrar espacialmente nas suas adjacências as plantações de cana que deverão ser processadas em suas dependências, faz com que a instalação de uma usina ou destilaria em um determinado município provoque uma reorganização espacial com vistas a garantir o fornecimento de matéria prima, provocando a substituição de cultivos pela cana, e intensificando o controle fundiário por um único grupo monopolista, quando antes existiam vários estabelecimentos produzindo sob a égide de distintos formatos e estruturas de produção agropecuários.

Nesse contexto, Oliveira (2014, p. 2086), ao caracterizar o processo de territorialização do monopólio, que provoca a concentração espacial da produção de cana para atender as necessidades dos grupos monopolistas, elucida que esta especificidade está relacionada com a inviabilidade de se transportar cana a longas distancias entre a área dos cultivos e as usinas e destilarias, o que provocaria a configuração monocultural nestes municípios canavieiros, intensificada na medida em que há um aumento da capacidade produtiva destes grupos.

Conforme visto anteriormente, no estado do Paraná, entre 1980 e 2015, a quantidade média de terras demandadas para cada unidade agroindustrial canavieira saltou de cerca de 6 mil para 22,6 mil hectares (IPARDES, 2015, s/p.), o que revela uma intensificação dos impactos inerentes ao negócio canavieiro, inserido na lógica produtiva da agricultura capitalista mundializada.

Num contexto em que os grupos monopolistas mais capitalizados e melhor inseridos a lógica produtiva da agricultura capitalista mundializada tem concentrado a maior parte da produção sucroenergética no estado, pode ser constatado com base nos dados arrolados anteriormente, que nas porções espaciais em que estes grupos territorializaram seu monopólio, a relação entre expansão canavieira, concentração fundiária e ampliação das disputas territoriais se deu e continua ocorrendo de forma mais intensa.

Por isso, não é por pura coincidência constatar que no grupo de municípios em que a cana ocupa mais de dois terços da área agrícola, não há nenhum grupo monopolista com pedido de recuperação judicial ou alguma unidade agroindustrial desativada por problemas financeiros, sendo que os municípios com unidades agroindustriais destes grupos monopolistas, ou aqueles localizados no entorno destes, apresentaram uma maior participação da cana-de-açúcar em sua área agrícola, o que por sua vez significou para estes municípios, maiores índices de concentração fundiária e disputas territoriais mais intensas, num contexto em que Trintin et al. (2008, p. 12) irá apontar que dos dez municípios com os maiores tamanhos médios de estabelecimentos agropecuários, 06 eram municípios canavieiros<sup>128</sup>, como é o caso de Paranapoema, Porecatu, Nova Londrina, Amaporã, Paiçandu e Florestópolis.

Não é demais ressaltar que, todo este processo se deu e continua ocorrendo a partir do favorecimento do Estado para com a agricultura capitalista mundializada, na qual se insere o negócio sucroenergético, onde Thomaz Júnior (2010, p.109) reforça que a “[...] amplitude geográfica e espacial desses negócios se liga às vultuosas inversões de investimentos [...] de bancos estatais[...] [que] tem fomentado grandes somas de investimentos públicos para a

---

<sup>128</sup> Os demais municípios que compõe este grupo de elevada concentração fundiária são Telêmaco Borba, Sertaneja, Carambeí e Tibagi.

agricultura tecnificada [...]”, sem contar com as renegociações de dívidas que tem beneficiado os capitalistas do setor agropecuário.

Não obstante, outro desdobramento deste processo marcado notadamente pela concentração fundiária e pelas disputas territoriais é o elevado grau dependência econômica para com o setor sucroenergético dos municípios em que ocorre este processo de territorialização do monopólio, uma vez que estas disputas territoriais tendem a diminuir a diversidade econômica destas localidades, aumentando a vulnerabilidade socioeconômica em caso de crises oriundas das oscilações dos preços das commodities, ou da mudança conjuntural para o setor, que eventualmente pode afetar a rentabilidade destes grupos, impactando negativamente estes municípios canavieiros, conforme será analisado a seguir.

## **5.2 – A dependência econômica do setor sucroenergético nos municípios canavieiros<sup>129</sup>**

Até aqui foi visto que a territorialização dos monopólios do setor sucroenergético tem se processado de forma concentrada em determinadas porções espaciais do território brasileiro, possuindo esta mesma característica no Paraná, onde a porção setentrional do estado concentra cerca de 95% de toda a produção estadual canvieira.

Foi abordado ainda que a territorialização do monopólio no setor sucroenergético, assim como outras atividades econômicas, tem buscado controlar prioritariamente as porções espaciais com a maior produtividade geográfica, daí a ocorrência de intensas disputas territoriais em busca do controle de frações do território capitalista (OLIVEIRA, 2008, p. 06), envolvendo os grupos monopolistas do setor, assim como agricultores familiares e diferentes segmentos da burguesia, especializados nos principais ramos da agricultura capitalista, como a soja, o milho, a pecuária, dentre outros, conforme assevera Thomaz Júnior (2010, p. 96).

Por outro lado, foi identificado ainda que por razões inerentes a especificidades da agroindústria canvieira, onde é antieconômico transportar canas a longas distâncias entre o local de cultivo às usinas e destilarias, a produção de matéria prima processada nas unidades

---

<sup>129</sup> Serão considerados apenas os municípios canavieiros com unidades agroindustriais, uma vez que tal dependência econômica deve ser dimensionada tanto no setor agrícola quanto industrial, dada a especificidade do setor sucroenergético em contemplar atividades agrícolas e industriais.

agroindustriais tem se dado nas adjacências destas unidades, o que imprime na paisagem a imagem monocultural da cana, cuja essência formadora tem sido o formato e a estrutura da agricultura capitalista, que não pode se desvincular da concentração fundiária, de poder e de capitais dos grupos monopolistas.

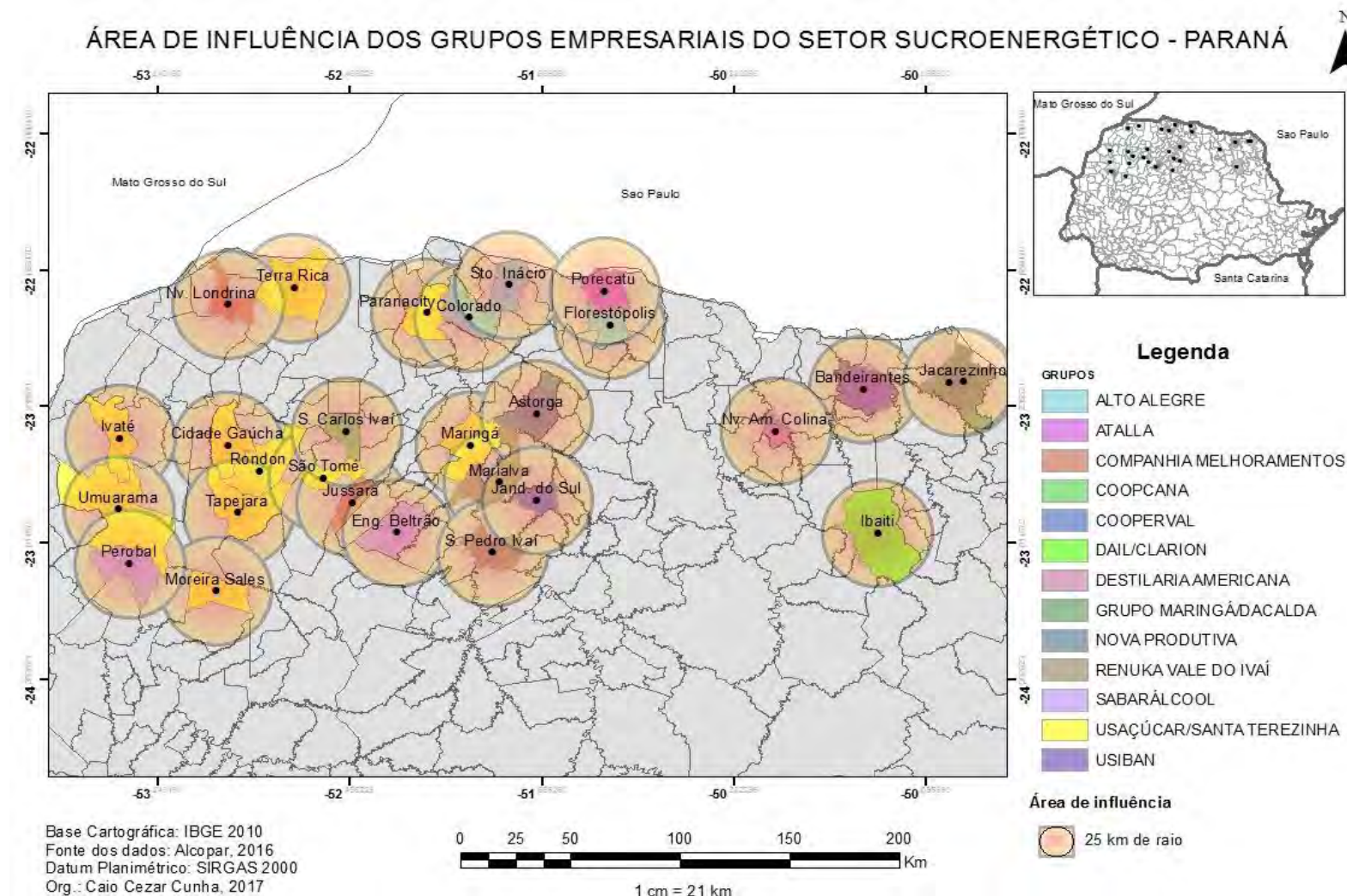
A retomada destas observações da dinâmica geográfica do setor sucroenergético são pertinentes, uma vez que a existência de uma unidade agroindustrial do setor em um determinado município, majoritariamente com menos de 20 mil habitantes como tem sido no estado do Paraná, acaba hegemonizando o uso dos solos, absorvendo um considerável contingente da população economicamente ativa, além de interferir para a não diversificação das atividades econômicas devido ao controle dos atributos locacionais para atividades agrícolas e industriais pelos grupos que territorializam seu monopólio nestes municípios canavieiros e em suas adjacências.

Partindo-se da premissa de que é sumamente difícil estimar quantitativamente a participação do setor sucroenergético na composição do PIB de cada município canavieiro, uma vez que nas bases de dados disponíveis as informações aparecem discriminadas por setores da economia (agropecuária, indústria e serviços), e a agroindústria canavieira abrange atividades tanto agrícolas quanto industriais, esta análise<sup>130</sup> se pautará nos dados referentes a participação da cana na composição do valor bruto da produção agropecuária, e para dimensionar o seu peso no ramo industrial, os dados utilizados serão referentes a vinculação empregatícia nas usinas e destilarias, em comparação com o total de empregos no setor industrial destes municípios.

---

<sup>130</sup> Este obstáculo à diversificação da atividade econômica e a concentração de poder, de terras e de capitais não é uma exclusividade do setor sucroenergético no estado do Paraná, ou qualquer outra região do país, logo este trabalho não utilizará como encaminhamento metodológico a comparação de dados e indicadores socioeconômicos de municípios canavieiros e municípios não canavieiros, visto que o foco da análise proposta é o formato e estrutura da produção sucroenergética, assentada na agricultura capitalista e no processamento industrial desta produção a partir de um único agente econômico, no âmbito da territorialização dos monopólios.

**Mapa 06:** Área de influência<sup>131</sup> dos grupos empresariais do setor sucroenergético paranaense



**Fonte:** Alcopar, 2016

<sup>131</sup> De acordo com o Alcopar, a área de fornecimento de cana-de-açúcar para as agroindústrias no Paraná tem se situado em média 25 Km das usinas e destilarias dos grupos monopolistas. (ALCOPAR, 2012, s/p.).

Levando-se em consideração os municípios paranaenses com usinas ou destilarias, a cana-de-açúcar representou em 2015 cerca de 20% do valor total da produção agropecuária destes municípios, sendo que esta participação atingiu 30% se for considerado apenas a produção agrícola.

Sendo necessário ponderar que o grupo de municípios com unidades agroindustriais é bastante heterogêneo do ponto de vista socioeconômico<sup>132</sup>, a tabela 34 mostra que a participação da cana na composição do valor total da produção agropecuária é bem superior em alguns destes municípios.

Convém ressaltar que existe em alguns municípios canavieiros que não possuem usinas e destilarias, uma participação igual ou superior aos municípios mais dependentes da cana na composição de sua produção agrícola e agropecuária, como é o caso de Amaporã, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Douradina, Guairaçá, Icaraíma, Itaguajé, Itaúna do Sul, Marilena, Mirador, Miraselva, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Olímpia, Paraíso do Norte, Paranapoema, Paranaíba, Presidente Castelo Branco, Santa Inês, São Manoel do Paraná, São João do Caiuá, Tamboara, Tapira e Xambrê, todos municípios com mais da metade de sua área agrícola ocupada pela cana-de-açúcar.

Por outro lado, esta relação de dependência se acentua nos municípios de pequeno porte, onde além da concentração das terras que resulta na maior participação na composição do Valor Bruto da Produção Agrícola e Agropecuária em alguns casos, a usina ou destilaria dos grupos monopolistas instalada nestes municípios acaba sendo o empreendimento econômico mais importante, do qual a economia como um todo gira em torno.

---

<sup>132</sup> Existem unidades agroindustriais localizadas em alguns distritos, e quando os dados são comparados a nível de município, contempla dados de outras realidades econômicas, a exemplo de Iguatemi (distrito de Maringá) e São Miguel do Cambuí (distrito de Marialva).

**Tabela 34:** Participação da produção canvieira na produção agrícola e agropecuária nos municípios canvieiros<sup>133</sup> do Paraná

| Municípios         | Área agrícola ocupada pela cana | Participação da cana na composição do Valor da Produção Agrícola | Participação da cana na composição do Valor da Produção Agropecuária |
|--------------------|---------------------------------|--|--|
| Astorga            | 9,5%                            | 4,83%  | 11,9%  |
| Bandeirantes       | 24,29%                          | 27,9%  | 21,5%  |
| Cambará            | 29,04%                          | 40,44%   | 32,15%   |
| Cidade Gaúcha      | 78,36%                          | 66,03%   | 28,71%   |
| Colorado           | 89,7%                           | 79,8%  | 47,6%  |
| Engenheiro Beltrão | 15,56%                          | 20,6%  | 17,3%  |
| Florestópolis      | 30,81%                          | 36,19%   | 29,5%  |
| Ibaiti             | 22,93%                          | 17,7%  | 6,7%   |
| Ivaté              | 88,02%                          | 92,3%  | 62,15%   |
| Jacarezinho        | 72,27%                          | 78,1%  | 37,88%   |
| Jandaia do Sul     | 20,88%                          | 25,06%   | 7,6%   |
| Jussara            | 15,66%                          | 23,09%   | 12,1%  |
| Marialva           | 4,9%                            | 5,8%   | 5%   |
| Moreira Sales      | 23,97%                          | 26,5%  | 15,5%  |
| Nova A. da Colina  | 12,4%                           | 19,3%  | 16,13%   |
| Nova Londrina      | 76,47%                          | 89,24%   | 23,5%  |
| Paranacity         | 83,5%                           | 78,70%   | 65,16%   |
| Perobal            | 16,67%                          | 21,8%  | 8,44%  |
| Porecatu           | 61,83%                          | 67,29%   | 56,9%  |
| Rondon             | 95,76%                          | 94,05%   | 48,4%  |
| Santo Inácio       | 68,76%                          | 75,57%   | 43,43%   |
| São C. do Ivaí     | 57,7%                           | 59,8%  | 54,57%   |
| São Pedro do Ivaí  | 37,05%                          | 44,8%  | 34,38%   |
| São Tomé           | 71,74%                          | 74,4%  | 36,5%  |
| Terra Rica         | 74,89%                          | 66,04%   | 23,6%  |
| Umuarama           | 85,11%                          | 78,3%  | 21,42%   |

Fonte: Ipardes, 2016

Dados do Ipardes (2015, s/p.) tem apontado que na maioria dos municípios canvieiros em que existem implantadas usinas e destilarias do setor sucroenergético, estas tem absorvido parte significativa da população economicamente ativa destas localidades e suas adjacências, conforme retrata a tabela a seguir:

<sup>133</sup> Marialva e Maringá foram excluídas deste grupo, uma vez que há usinas e destilarias apenas em distritos destes municípios. Como nas bases de dados não há informações referentes aos distritos, a análise do município não se torna pertinente, pois sua composição econômica destoa do lócus da produção, o que provocaria distorções analíticas irreparáveis.

**Tabela 35:** Participação das indústrias vinculadas à produção alimentícia, de bebidas e álcool etílico na absorção de trabalhadores nos municípios com agroindústrias sucroenergéticas no Paraná<sup>134</sup>

| Municípios        | Total de empregos do setor industrial | Empregos vinculados a Indústria Alimentícia, de Bebida e Álcool Etílico | % do total de empregos do setor industrial |
|-------------------|---------------------------------------|---|--|
| Astorga           | 2.261                                 | 165   | 7,29%                                      |
| Bandeirantes      | 838                                   | 304   | 36,27%                                     |
| Cambará           | 2.355                                 | 1.951   | 82,8%                                      |
| Cidade Gaúcha     | 2.152                                 | 1.935   | 89,9%                                      |
| Colorado          | 4.425                                 | 3.938   | 88,9%                                      |
| Florestópolis     | 2.022                                 | 2.002   | 99,01%                                     |
| Ivaté             | 1.554                                 | 1.531   | 98,5%                                      |
| Jacarezinho       | 2.960                                 | 1.415   | 47,8%                                      |
| Jandaia do Sul    | 2.318                                 | 257   | 11,08%                                     |
| Moreira Sales     | 1.273                                 | 1.137   | 89,3%                                      |
| Nova Londrina     | 939                                   | 474   | 50,47%                                     |
| Paranacity        | 2.166                                 | 2.067   | 95,4%                                      |
| Perobal           | 343                                   | 63  | 18,37%                                     |
| Porecatu          | 1.167                                 | 1.051   | 90,8%                                      |
| Rondon            | 2.486                                 | 2.380   | 95,7%                                      |
| Santo Inácio      | 3.198                                 | 3.141   | 98,21%                                     |
| São Pedro do Ivaí | 726                                   | 440   | 60,6%                                      |
| São Tomé          | 1.475                                 | 364   | 24,6%                                      |
| Terra Rica        | 1.792                                 | 1.585   | 88,4%                                      |
| Umuarama          | 7.976                                 | 3.742   | 46,9%                                      |

Fonte: IparDES, 2016

Enquanto para alguns essa constatação evidencia uma externalidade positiva, quer dizer, a atuação dos grupos monopolistas do setor sucroenergético estaria vinculada a geração de emprego para as populações destes municípios, convém estabelecer uma perspectiva analítica em que os dados retratam na verdade a própria reconfiguração territorial causada pela territorialização do monopólio neste setor, onde a concentração fundiária e a substituição de culturas desvinculou os trabalhadores de suas antigas unidades de produção, e a sua realocação no mercado de trabalho se deu na atividade econômica preponderante nestes municípios.

Durante a realização da pesquisa de campo em algumas das unidades agroindustriais dos grupos monopolistas do setor sucroenergético paranaense, esta

<sup>134</sup> Foram excluídos os municípios de Engenheiro Beltrão, Ibaiti, Jussara, Marialva, Nova América da Colina e São Carlos do Ivaí devido a ausência de dados para fins de comparação na base de dados consultada.

constatação ficou bastante evidente, quando os trabalhadores responderam acerca de sua atuação profissional antes de ingressarem no setor, sendo comum os trabalhadores da área rural e agrícola (cortadores de cana, tratoristas, “bituqueiros”, dentre outros) relatarem em seus apontamentos um passado vinculado ao trabalho na terra e com outras culturas agrícolas.

É possível notar ainda em suas respostas que não somente de outras culturas se tratavam, mas sim de outros formatos e estruturas de produção no campo, que no contexto das disputas territoriais que se seguiram à modernização da base técnica da agricultura capitalista, foram expropriados da terra, de onde retiravam seu sustento a partir do cultivo de alimentos e da criação de animais, prioritariamente para o consumo.

A realidade retratada nas tabelas 34 e 35, onde em alguns casos a cana-de-açúcar chega a responder por mais de 90% da área agrícola destes municípios, além de absorver quase a totalidade dos empregos do setor industrial, caracterizaria, de acordo com Carvalheiro e Schallenberger (2008, p.15) uma forte dependência para uma única cultura, possibilitada, no caso do negócio sucroenergético, pelo estabelecimento do Proálcool, o qual consideram um grande indutor da concentração de renda e de terras que contribuiu para expropriação dos trabalhadores do campo, e significaria uma barreira à diversificação da economia devido ao elevado perfil concentrador, que controla e sujeita todos os elementos necessários a produção canavieira.

Conforme abordado anteriormente, dos grupos monopolistas que atuam no estado do Paraná, quase 70% implantaram suas unidades agroindustriais em municípios com menos de 20 mil habitantes, o que faz das usinas e destilarias a mais importante atividade econômica na maior parte destes municípios, cuja dependência para com o setor sucroenergético tem dificultado a diversificação econômica destas localidades (RAMOS, 1999, p.57).

Nas palavras de Endlich (2006, p. 236),

De maneira geral, as grandes empresas instaladas em [municípios demograficamente pequenos] criam dinâmicas similares às de *Company Towns*, estabelecendo explícita ou tacitamente regras. Comumente procuram manter sua condição monoindustrial, pelo menos no que se refere a possíveis concorrências, pretendendo manter as referidas condições unilaterais nas relações de trabalho, além da interferência direta ou indireta no comando político local, entre outras práticas advindas desta situação. [...]

Isto ficou muito claro durante as verificações empíricas na territorialidade do setor sucroenergético, sendo o município de Porecatu um dos municípios canavieiros que melhor representam esta definição.

Em Porecatu, a Usina Central do Paraná tem dominado por décadas o cenário político e socioeconômico do município, cuja dependência do setor sucroenergético desde os seus primórdios tem sido um exemplo de como tal relação pode inviabilizar o desenvolvimento de formatos e estruturas de produção mais sustentáveis, sendo um importante instrumento no processo de extração da renda da terra e da mais valia dos trabalhadores pelo grupo monopolista.

**Foto 17:** Referências a principal atividade econômica na entrada de Porecatu



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Logo na entrada da cidade, um monumento ao cortador de cana (Foto 17) revela a atividade predominante desta localidade, sendo a própria Usina Central um elemento onipresente na paisagem, pois de quase todos os pontos da cidade é possível avistar sua estrutura, assim como as ruínas de suas antigas instalações(Foto 18), não havendo intermitência entre o espaço urbano e a agroindústria, pois um dos bairros da cidade encontra-se limitando com as instalações da Usina Central e com uma vila residencial construída para os trabalhadores da mesma.

Sendo a principal empresa do município, que possui uma elevada concentração fundiária, a Usina Central controlada pelo grupo Atalla, exerceu e ainda continua exercendo um controle quase que absoluto sob os atributos necessários à produção econômica nos domínios territoriais deste município e suas adjacências. Isto tem possibilitado que a Usina Central pague baixíssimos salários aos seus trabalhadores, além do fato de que em várias ocasiões o atraso destes pagamentos foi uma constante, sendo inclusive reincidente nas atuações dos fiscais do Ministério do Trabalho por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão.

**Foto 18:** Vista da Usina Central do Paraná de um dos pontos da cidade de Porecatu



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016.

Em conversas informais com trabalhadores desta agroindústria<sup>135</sup>, pode-se depreender a intensidade deste controle de que fala Endlich (2006, p. 236), ao ser revelado que durante muito tempo parte do pagamento dos trabalhadores eram realizados sob a forma de “vales”, que deveriam ser descontados exclusivamente no supermercado que também pertence ao Grupo Atalla (Foto 19), e que fica a poucos metros da usina, estando na atualidade arrendado para uma rede local de supermercados.

**Foto 19:** Supermercado pertencente ao Grupo Atalla em Porecatu.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

Não obstante, foi apontado ainda pelos entrevistados que os poderes públicos constituídos em todos os seus níveis de representação atuam em consonância com os interesses do grupo, sendo esta constatação corroborada com a recente suspensão das

---

<sup>135</sup> Foi negada a possibilidade de entrevista e até mesmo captação de fotografias nas dependências da usina, que mesmo não estando operacional mantém dezenas de trabalhadores em atividades.

atividades e bloqueio dos bens do juiz da Comarca de Porecatu, acusado de atuar em favor do Grupo Atalla em troca de favores econômicos do referido grupo.

Assim, ação individual dos grupos monopolistas, a intensidade da atuação do Estado na viabilização de processos expansivos, o mercado internacional do açúcar e em menor escala do etanol e a demanda interna pelo álcool combustível, incidem na dinâmica econômica destes municípios, seja porque a massa salarial que movimenta a economia é proveniente significativamente do setor, ou ainda, porque a arrecadação de tributos provém das atividades dos grupos que territorializaram seu monopólio nestes municípios canavieiros.

Nesse contexto, Carvalho e Gallo (2012, p.18) elucidam que a existência desta relação de dependência destes municípios canavieiros para com o setor sucroenergético, possibilita “[...] que qualquer processo de reorganização das atividades econômicas ou reestruturação administrativa/ produtiva do subsetor poderia ocasionar a desestabilização econômica no município, com prováveis consequências sociais negativas”.

Dados do Iparde (2016, s/p.) tem evidenciado que nos municípios canavieiros paranaenses, onde foi constatado uma retração significativa da lavoura canvieira, ou dificuldades financeiras por parte dos grupos monopolistas, houve uma diminuição considerável na arrecadação do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços -, o que evidencia possíveis desdobramentos perante as oscilações típicas das economias dependentes de commodities. (Tabela 36).

Esta constatação sinaliza para um cenário potencial em que a dependência de uma atividade econômica com um perfil concentrador e que contempla na sua dinâmica produtiva riscos inerentes ao formato e a estrutura produtiva da agricultura capitalista e do mercado de commodities, que necessita controlar grandes porções espaciais e parte significativa dos atributos necessários ao processo produtivo de outras atividades, acaba por inserir os municípios canavieiros numa realidade econômica em que eventuais conjunturas negativas que afetem o setor sucroenergético podem trazer sérios impactos a economia local, que tem como elemento propulsor a agroindústria canvieira.

**Tabela 36:** Retrações no ICMS em municípios canavieiros

| <b>Município</b>       | <b>Ocorrência no setor Sucroenergético</b>   | <b>Média na Arrecadação do ICMS dos últimos 05 anos em R\$</b> | <b>Arrecadação do ICMS em 2015 em R\$</b> | <b>Variação %</b> |
|------------------------|--|--|---|-------------------|
| Andirá                 | Retração na área ocupada pela cana   | 8.557.306,84   | 7.255.039,25                              | -15,2%            |
| Bandeirantes           | Retração na área ocupada pela cana e na produção da Usiban                             | 7.740.268,94   | 4.648.844,68                              | -39,9%            |
| Engenheiro Beltrão     | Dificuldades econômicas e retração da produção na Usina Sabarácool                     | 2.845.106,60   | 1.191.573,99                              | -58,1%            |
| Nova América da Colina | Recuperação Judicial do Grupo DASA   | 881.077,36   | 110.146,84                                | -87,4%            |
| Porecatu               | Paralisação da moagem da Usina Central do Paraná                                       | 2.032.035,79   | 207.781,07                                | -89,7%            |
| São Pedro do Ivaí      | Retração na área ocupada pela cana e Recuperação Judicial do Grupo Renuka Vale do Ivaí | 3.499.958,81   | 1.788.845,37                              | -48,8%            |

Fonte: IPARDES, 2016

Não obstante, convém ressaltar que pode ser constatado projeções de retração da população em alguns destes municípios canavieiros e suas adjacências em que o setor sucroenergético encontra-se em crise, conforme retrata a tabela 37.

Não é demais recordar que a porção setentrional do estado do Paraná, fortemente dependente do café até o início da década de 1980, conhece bem os impactos da dependência da agricultura de exportação, uma vez que com o declínio da cafeicultura mercantil muitos destes municípios passaram por uma etapa de estagnação econômica e esvaziamento demográfico.

Na atualidade, com um cenário em que alguns grupos monopolistas que atuam no estado estão homologando processos de recuperação judicial, como o Renuka Vale do Ivaí

(São Pedro do Ivaí e São Miguel do Cambuí), o Dasa (Nova América da Colina) e o Clarion (Ibaiti), além de ser constatado a paralisação total da moagem na safra 2015/2016 da Usina Central do Paraná, de Porecatu, da Destilaria de álcool da antiga Corol de Rolândia e da Usina Casquel de Cambará, há a possibilidade de estes acontecimentos produzirem desdobramentos socioeconômicos negativos para estes municípios e seu entorno que dependem fortemente do setor sucroenergético.

**Tabela 37:** Comportamento demográfico em municípios que aportam trabalhadores para grupos monopolistas em crise ou em recuperação judicial

| <b>Município</b>          | <b>Vinculação com o setor sucroenergético</b>  | <b>População estimada em 2006</b> | <b>População estimada em 2016</b> |
|---------------------------|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Andirá                    | Município fronteiriço com Bandeirantes. Aporta trabalhadores para a Usiban.                    | 23.200                            | 20.822                            |
| Bandeirantes              | Sede do Grupo Bandeirantes.  | 33.305                            | 32.562                            |
| Barra do Jacaré           | Município fronteiriço com Bandeirantes. Aporta trabalhadores para a Usiban.                    | 2.850                             | 2.825                             |
| Centenário do Sul         | Município fronteiriço com Porecatu. Aporta trabalhadores para a Usina Central do grupo Atalla. | 11.515                            | 11.279                            |
| Porecatu                  | Sede do grupo Atalla.  | 14.979                            | 13.863                            |
| Quinta do Sol             | Município fronteiriço com Engenheiro Beltrão. Aporta trabalhadores para a Sabarálcool.         | 5.877                             | 4.941                             |
| São Sebastião da Amoreira | Município fronteiriço com Nova América da Colina. Aporta trabalhadores para a Dasa.            | 8.995                             | 8.968                             |
| Santa Amélia              | Município fronteiriço com Bandeirantes. Aporta trabalhadores para a Usiban.                    | 4.244                             | 3.643                             |
| Santa Mariana             | Município fronteiriço com Bandeirantes. Aporta trabalhadores para a Usiban.                    | 12.553                            | 12.369                            |

Fonte: IPARDES, 2016.

Durante a pesquisa de campo foi possível dialogar com trabalhadores do setor industrial da Usina Central do Paraná, moradores de Porecatu, que relataram estar receosos

com a possibilidade de a Usina não retomar suas atividades normais no curto prazo, num contexto em que muitos destes trabalhadores já vislumbram buscar emprego no município vizinho, na usina do grupo Alto Alegre de Colorado.

No caso de cortadores de cana e outras funções do setor agrícola e rural, o grupo de trabalhadores entrevistados, que atuam no setor industrial da Usina Central, relataram que a maior parte já estaria trabalhando na unidade agroindustrial do grupo Alto Alegre de Florestópolis, uma vez que estas atividades paralisaram por completo devido a problemas de ordem financeira do Grupo Atalla, e que a cana cultivada pela usina paralisada estaria sendo esmagada por outras usinas da região.

Para os trabalhadores do Grupo Renuka Vale do Ivaí, que se encontra em pleno processo de recuperação judicial, este ambiente de incerteza não é inédito, pois muitos alegaram se recordar da insegurança quanto a estabilidade em seus postos de trabalho quando o antigo Grupo Vale do Ivaí enfrentava dificuldades financeiras, e foi vendido ao Shree Renuka Sugars.

Os trabalhadores do setor industrial e administrativo, com os quais foi possível dialogar, alegaram que muito provavelmente não ficariam desempregados caso o processo de recuperação judicial não obtivesse êxito, uma vez que a unidade agroindustrial recém modernizada atrairia eventuais compradores em condições vantajosas.

Perspectiva bastante distinta da dos cortadores de cana e empregados no setor rural e agrícola entrevistados, que quando questionados se sentiam seguros quanto a estabilidade de seus empregos, responderam negativamente, apontando que muitos fornecedores de cana-de-açúcar ou parceiros, estão desistindo do plantio de cana para entregarem ao grupo Renuka, e que a Ivaicana, controlada por este grupo monopolista, já teria iniciado um processo de mecanização gradual da colheita.

Assim, a mecanização da colheita<sup>136</sup>, emerge como potencial de provocar impactos socioeconômicos negativos nestes municípios canavieiros, embora venha se processando num ritmo lento devido a legislação ambiental do Paraná prever para apenas o ano de 2025 a

---

<sup>136</sup>Embora o trabalho no corte de cana seja demasiado extenuante, conforme abordado anteriormente, o processo de mecanização poderá significar a retração no número de empregos em municípios altamente dependentes do negócio sucroenergético.

abolição das queimadas em áreas mecanizáveis e 2030 para áreas não mecanizáveis, o que vem contradizer o discurso da contínua geração de emprego e renda como inerente a instalação de uma agroindústria canavieira, num contexto em que Thomaz Júnior (2007, p. 12-12) elucida que os promotores do setor sucroenergético,

[...] ao venderem a falácia da *nova* perspectiva de emprego estão apenas guardando, para um próximo momento, a intensificação da mecanização e, conseqüentemente, o descarte de centenas de milhares de trabalhadores rumo ao desemprego. Esse processo fortalece ainda mais a instabilidade do assalariamento rural temporário em condições precárias (boias-frias ou diaristas não residentes), bem como a informalidade, ampliando sobremaneira a exploração dos trabalhadores, fortalecendo sistemas de controle político e trabalhista [...].

Nesse contexto, Silva (2004, p. 31) aponta que para cada máquina inserida à colheita da cana-de-açúcar, cerca de cem postos de trabalho podem ser eliminados, sendo que “segundo cálculos existentes, para cada cem demissões, são abertas doze vagas para funções especializadas, entre as quais, aqueles referentes aos condutores dessas máquinas. Essas máquinas operam durante as 24 horas do dia, subvertendo completamente os limites impostos pela natureza ao trabalho na agricultura”.

Esta situação já pode ser observada em vários municípios da porção setentrional do estado do Paraná, principalmente onde o processo de mecanização encontra-se avançado, como foi constatado durante a pesquisa de campo nas usinas do Grupo Santa Terezinha, grupo monopolista este que reduziu nos últimos 05 anos cerca de 4,5 mil trabalhadores de suas unidades agroindustriais, o que representa 25% do total de empregados.

Cabe ressaltar que essa retração se processou majoritariamente em municípios canavieiros que chegam a ter mais de 80% de sua área agrícola ocupada pela cana, e quase 100% de seus empregos industriais vinculados ao setor sucroenergético, uma vez que a territorialização do monopólio do grupo Santa Terezinha tem ocorrido prioritariamente em municípios de pequeno porte do norte e noroeste paranaense.

Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar ainda que, por mais que os representantes dos grupos monopolistas alegassem ser política das empresas investirem em treinamento dos trabalhadores para uma possível realocação de função com o incremento da mecanização, a maioria absoluta dos trabalhadores do setor agrícola e rural não tem participado destes treinamentos e tampouco vislumbram a possibilidade de serem inseridos

em outras funções devido sua baixa qualificação profissional, e em muitos casos sua faixa etária.

Quando questionados se sentiam segurança na estabilidade de seus empregos, os trabalhadores do setor agrícola e rural entrevistados foram unânimes em responder que temem serem demitidos num futuro próximo, principalmente pela ameaça da mecanização e do ambiente de crise setorial, que tem obrigado vários grupos monopolistas a reestruturarem seu processo produtivo.

Dados do CAGED – Cadastro Geral de Empregos, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que em quase todos os municípios canavieiros houveram mais desligamentos do que contratações em 2015, senão vejamos a tabela a seguir:

**Tabela 38:** Geração de empregos em municípios com agroindústrias sucroenergéticas no Paraná

| <b>Municípios Canavieiros</b> | <b>Trabalhadores admitidos</b> | <b>Trabalhadores desligados</b> | <b>Saldo da geração de empregos</b> |
|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|
| Astorga                       | 2.314                          | 2.443                           | -129                                |
| Bandeirantes                  | 1.648                          | 1.677                           | -29                                 |
| Cambará                       | 2.081                          | 1.782                           | +299                                |
| Cidade Gaúcha                 | 981                            | 1.479                           | -498                                |
| Colorado                      | 2.266                          | 2.548                           | -282                                |
| Engenheiro Beltrão            | 688                            | 811                             | -123                                |
| Florestópolis                 | 972                            | 1.132                           | -160                                |
| Ivaté                         | 650                            | 1.039                           | -429                                |
| Ibaiti                        | 1.680                          | 1.701                           | -11                                 |
| Jacarezinho                   | 2.477                          | 2.744                           | -267                                |
| Jandaia do Sul                | 1.909                          | 2.420                           | -511                                |
| Jussara                       | 1.037                          | 1.042                           | -05                                 |
| Moreira Sales                 | 473                            | 1.066                           | -593                                |
| Nova A. da Colina             | 158                            | 174                             | -16                                 |
| Nova Londrina                 | 1.351                          | 1.385                           | -34                                 |
| Paranacity                    | 1.064                          | 1.662                           | -598                                |
| Perobal                       | 305                            | 888                             | -583                                |
| Porecatu                      | 641                            | 848                             | -207                                |
| Rondon                        | 1.651                          | 1.792                           | -141                                |
| Santo Inácio                  | 1.607                          | 1.526                           | +81                                 |
| São Pedro do Ivaí             | 681                            | 1.227                           | -546                                |
| São Tomé                      | 461                            | 735                             | -274                                |
| Terra Rica                    | 1.017                          | 1.430                           | -413                                |
| Umuarama                      | 13.421                         | 14.049                          | -628                                |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2016

Levando-se em consideração apenas a dinâmica do emprego na indústria de transformação, e sendo mais específico, no subsetor do IBGE “*Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebidas e de Álcool Etilico*” no qual se insere o negócio sucroenergético, em 2015 foram gerados 8.762 empregos nos municípios com agroindústrias canavieiras<sup>137</sup>, sendo que as demissões neste subsetor alcançaram 10.642 empregos, o que aponta para um saldo negativo de 1.880 postos de trabalho em apenas 1 ano.

A tabela a seguir retrata esta dinâmica do emprego nos municípios com agroindústrias dos grupos monopolistas do setor sucroenergético do Paraná:

**Tabela 39:** Geração de emprego na indústria de produtos alimentícios, de bebidas e de álcool etílico em 2015 nos municípios com agroindústrias canavieiras

| Municípios Canavieiros | Trabalhadores admitidos | Trabalhadores desligados | Saldo da geração de empregos |
|------------------------|-------------------------|--------------------------|------------------------------|
| Astorga                | 37                      | 36                       | +01                          |
| Bandeirantes           | 67                      | 56                       | +11                          |
| Cambará                | 450                     | 395                      | + 55                         |
| Cidade Gaúcha          | 420                     | 877                      | -457                         |
| Colorado               | 983                     | 1.161                    | -178                         |
| Engenheiro Beltrão     | 08                      | 13                       | -5                           |
| Florestópolis          | 574                     | 714                      | -140                         |
| Ivaté                  | 479                     | 896                      | -417                         |
| Ibaiti                 | 10                      | 12                       | -2                           |
| Jacarezinho            | 305                     | 302                      | +3                           |
| Jandaia do Sul         | 48                      | 67                       | -19                          |
| Jussara                | 49                      | 48                       | +1                           |
| Moreira Sales          | 179                     | 742                      | -563                         |
| Nova A. da Colina      | -                       | 1                        | -1                           |
| Nova Londrina          | 163                     | 174                      | -11                          |
| Paranacity             | 644                     | 1.223                    | -579                         |
| Perobal                | 16                      | 12                       | +4                           |
| Porecatu               | 20                      | 166                      | -146                         |
| Rondon                 | 1.359                   | 1.472                    | -113                         |
| Santo Inácio           | 1.364                   | 1.208                    | +156                         |
| São Pedro do Ivaí      | 18                      | 81                       | -63                          |
| São Tomé               | 172                     | 158                      | +14                          |
| Terra Rica             | 444                     | 828                      | -384                         |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2016

<sup>137</sup> Com exceção de Umuarama e Marialva, que não entraram no filtro de pesquisa da base de dados do Caged 2015.

Comparando os dados do CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego arrolados nas três tabelas anteriores, fica evidente o dimensionamento da possibilidade de impactos negativos referentes a dependência do setor sucroenergético em alguns municípios canavieiros.

Para citar os exemplos mais eloquentes desta constatação, e considerando apenas a variável absorção do emprego industrial, em Colorado, onde está localizada a Usina Alto Alegre do grupo Lincon Junqueira, o subsetor no qual está inserido a agroindústria sucroenergética representa 88,9% do total dos empregos gerados na indústria, e que de um saldo negativo de 282 empregos verificado em 2015 no conjunto de todos os setores da economia municipal, 178 se deram na indústria alimentícia, de bebidas e de álcool.

O mesmo pode ser constatado em Cidade Gaúcha, onde a principal indústria de transformação é a unidade processadora de cana do Grupo Santa Terezinha.

Neste município canavieiro, em 2015, 89,9% dos empregos do setor industrial correspondiam a indústria alimentícia, de bebidas e de álcool, que foi responsável por 457 dos 498 empregos perdidos no município.

Ivaté, onde também está localizada uma unidade agroindustrial canavieira do grupo Santa Terezinha, cujo subsetor em que se enquadra é o responsável por 98,5% dos empregos gerados na indústria neste município canavieiro, 417 dos 429 empregos perdidos nesta localidade foram em 2015 provenientes da indústria alimentícia, de bebidas e de álcool.

Situação parecida ocorreu em Moreira Sales, onde está localizada a Usina Goioerê do grupo monopolista Santa Teresinha, onde a indústria alimentícia, de bebidas e de álcool foi responsável por 563 dos 593 empregos referente ao saldo negativo da geração de emprego, obtido através da comparação entre as admissões e os desligamentos, num contexto em que este subsetor tem sido o responsável por 89,3% do total dos empregos vinculados ao setor industrial neste município canavieiro.

Outro dos municípios canavieiros em que esta dependência fica bastante evidente é Paranacity, onde a principal indústria de transformação tem sido a usina sucroenergética do grupo Santa Terezinha.

A dependência deste município para com esta unidade agroindustrial pode ser constatada a partir do fato de que 95,4% dos empregos industriais são gerados na indústria

alimentícia, de bebidas e de álcool, enquanto que este subsetor foi em 2015 responsável, de acordo com o MTE (2016, s/p.), por 579 dos 598 empregos perdidos no município.

Em Terra Rica, para um saldo negativo de 413 empregos, o subsetor da indústria alimentícia, de bebidas e de álcool contribuiu com 384 baixas, cujo dimensionamento desta dependência pode ser expresso no fato de que 88,4% dos empregos do setor industrial neste município canavieiro são originários deste subsetor, cujo maior representante tem sido a usina sucroenergética do grupo monopolista Santa Terezinha.

Não obstante, esta mesma relação pode ser constatada com grande intensidade nos municípios de Porecatu, Rondon e Florestópolis, num contexto em que dentre os municípios canavieiros paranaenses com agroindústrias do setor sucroenergético, apenas o município de Santo Inácio apresentou um saldo positivo significativo no balanço entre admissões e desligamentos no subsetor da indústria alimentícia, de bebidas e de álcool. (MTE, 2016, s/p.).

Decisões empresariais dos grupos monopolistas do setor sucroenergético também podem impactar negativamente estes municípios cuja economia depende fortemente do setor canavieiro.

Durante a pesquisa de campo foi possível constatar através da resposta de um dos funcionários entrevistados que o grupo Santa Terezinha tem obtido uma rentabilidade satisfatória nos últimos anos, além de possuir ótimas perspectivas em seus resultados econômicos a curto e médio prazo<sup>138</sup>, mesmo no âmbito da atual conjuntura para o setor sucroenergético.

No entanto, devido ao perfil do grupo monopolista se caracterizar pela produção majoritária de açúcar com relação ao etanol, cujo destino prioritário tem sido o mercado externo, que conta na atualidade com um déficit produtivo de acordo com informações fornecidas por este dirigente, em novembro de 2016, meses após a aplicação do questionário, o grupo anunciou a paralisação da moagem da unidade produtora de etanol do município de São Tomé para 2017, cuja cana destinada a ser processada nesta agroindústria deverá ser esmagada por outras unidades do grupo, destinadas a aumentar a produção de açúcar<sup>139</sup>.

---

<sup>138</sup> Conforme informações obtidas mediante levantamento de campo e aplicação de questionário.

<sup>139</sup> Conforme comunicado expedido pelo grupo Santa Terezinha em novembro de 2016 (USAÇÚCAR, 2016, s/p.).

A paralisação da moagem na unidade de São Tomé, que na safra 2015/2016 empregou 984 trabalhadores, dos quais 215 no setor industrial<sup>140</sup>, não significa apenas que estes postos de trabalho estariam ameaçados, mas também provoca impactos negativos na arrecadação municipal, atributo muitas vezes evocado para apresentar as externalidades positivas geradas pelo setor sucroenergético.

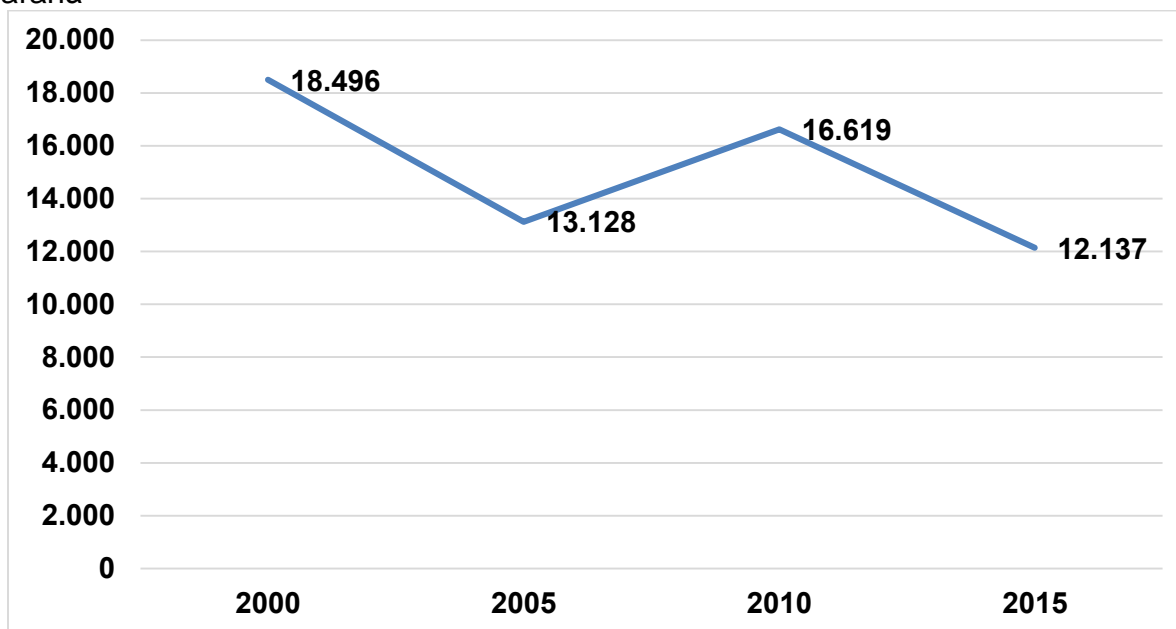
É correto que como as unidades agroindustriais possuem um custo elevado para sua implantação, e uma vez implantada num determinado local há uma certa rigidez do processo produtivo que garante que a produção não se moverá facilmente destes municípios, embora a forte concentração do setor em cada vez menos grupos monopolistas facilita estas reestruturações, até porque as unidades agroindustriais do Grupo Santa Terezinha encontram-se próximas umas das outras na maior parte dos casos.

Por outro lado, convém ressaltar que de acordo com dados do Ipardes (2016, s/p.) houve entre o ano de 2000 e 2015 um incremento de 24,4% na geração de empregos no setor agropecuário (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca) do estado do Paraná, embora nos municípios com agroindústrias canavieiras foi registrado uma queda de 34,3% na geração de empregos da agropecuária, senão vejamos o gráfico a seguir:

---

<sup>140</sup> Conforme informações obtidas em Relatório de Sustentabilidade viabilizado na etapa de aplicação de questionário.

**Gráfico 57:** Empregos no setor agropecuário em municípios com agroindústrias canavieiras no Paraná

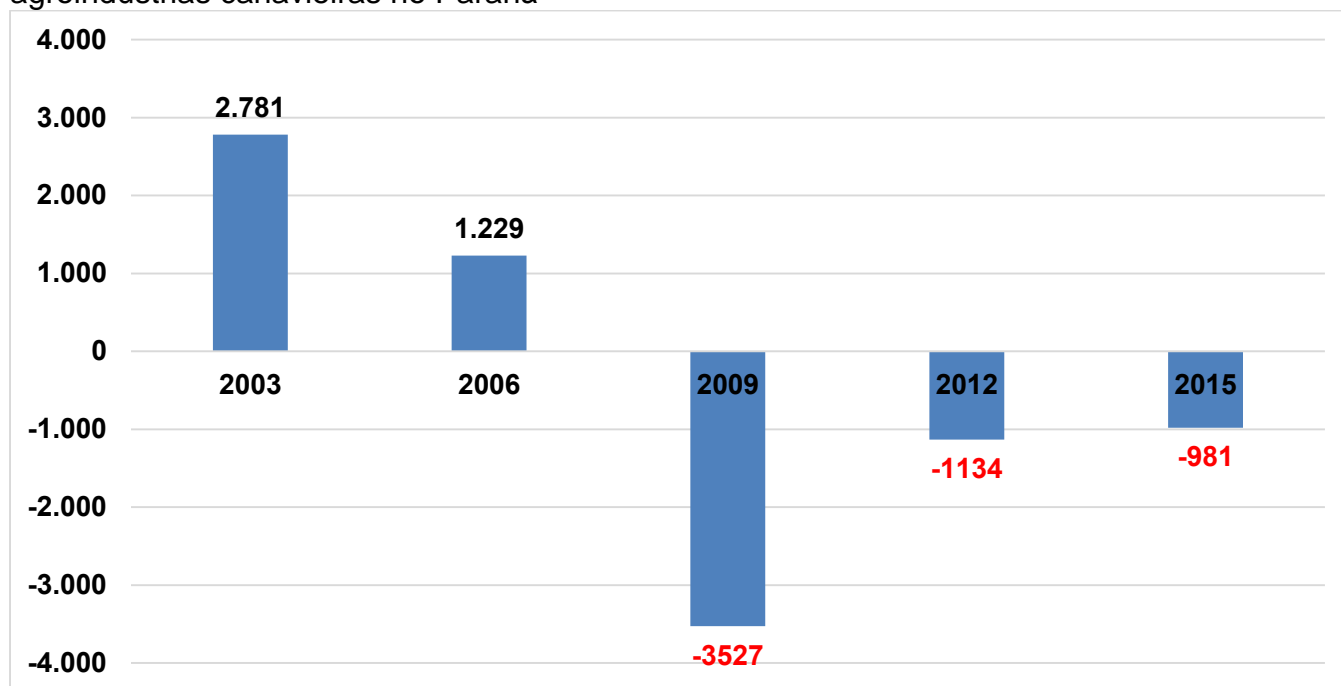


**Fonte:** IPARDES, 2016

Ainda sobre a geração de empregos no setor agropecuário no conjunto dos municípios com agroindústrias canavieiras, tem se constatado a existência de um déficit considerável no saldo entre as admissões e as demissões no setor agropecuário nos últimos anos, corroborando o fato de que o avanço do agronegócio não tem contribuído para a geração de empregos no campo, num contexto em que os dados censitários tem revelado que a maior parte da mão-de-obra empregada no espaço agrário tem sido de origem familiar (GIRARDI, 2010, s/p.).

Estas constatações podem ser melhor visualizadas no Gráfico 58, que aborda o saldo entre admissões e demissões no setor agropecuário em municípios com agroindústrias canavieiras no Paraná, entre os anos de 2003 e 2015:

**Gráfico 58:** Saldo entre admissões e demissões no setor agropecuário em municípios com agroindústrias canavieiras no Paraná



Fonte: Ipardes, 2016

Portanto, a territorialização do monopólio no setor sucroenergético ao se processar de forma em que os grupos monopolistas do setor atuem simultaneamente no controle da terra, do processo produtivo agrícola da cana e do processamento industrial (OLIVEIRA, 2014, p. 2.086), tende a materializar-se em formas espaciais e processos sociais concentradores e centralizadores, onde a dependência dos pequenos municípios canavieiros para com este setor na geração de emprego, renda e arrecadação de tributos, acaba expondo-os às típicas crises setoriais, assim como decisões empresariais que podem afetar negativamente a dinâmica econômica local.

Concentrando terras e capitais, absorvendo a maior parte da mão de obra economicamente ativa destes municípios, e contando com o apoio do Estado em todos os seus níveis escalares de representação, os grupos monopolistas do setor sucroenergético vão demarcando seu território seguindo a lógica do capital, disputando territórios com outras formas e estruturas de produção agropecuária, construindo uma geografia a sua imagem e semelhança (HARVEY, 2004, p.63), onde a canavicultura mercantil ganha contornos

monoculturais que dificulta a diversidade econômica destes municípios, cujos atributos espaciais e sociais encontram-se sujeitados à reprodução ampliada do capital (FERNANDES, 2008, p. 13).

### 5.3 – O mundo do trabalho nos municípios canavieiros do Paraná

#### **O açúcar**

*O branco açúcar que adoçará meu café nesta manhã de Ipanema não foi produzido por mim nem surgiu dentro do açucareiro por milagre. [...]. Este açúcar veio da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira, dono da mercearia. Este açúcar veio de uma usina [...] e tampouco o fez o dono da usina. Este açúcar era cana e veio dos canaviais extensos que não nascem por acaso no regaço do vale. [...]. Em usinas escuras, homens de vida amarga e dura produziram este açúcar branco e puro, com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.*

*Ferreira Gullar*

Conforme pode ser notado nos versos do poeta Ferreira Gullar (1980, p. 92), a rotina nos canaviais tem sido historicamente marcada pela superexploração da força de trabalho.

Embora novos atores sociais tenham surgido no âmbito do setor produtivo canavieiro, a essência espoliadora da agricultura capitalista continua sendo portadora da mesma lógica: os escravos do período colonial deram lugar ao assalariado, ao trabalhador rendeiro do Nordeste açucareiro, ao assalariado por produção, aos migrantes nordestinos que trabalham nas lavouras canavieiras do Sul-Sudeste, personagens todos submetidos a um nível de exploração análoga a outrora escravidão colonial.

Assim, desde o período colonial, em que os escravos negros africanos moviam a canavicultura mercantil, até a contemporaneidade do século XXI, o consumo ao limite da energia vital persiste em ser o cerne desta centenária agroindústria, tanto que entre 2003 e 2013 o setor sucroenergético protagonizou 10.709 resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão (BARROS, 2014, p. 04), sendo que no estado do Paraná mais de 80% dos resgates de trabalhadores nestas condições empreendidos pelo Ministério do Trabalho, se deu no setor canavieiro. (LUCIANO, 2012, s/p.).

Nos municípios canavieiros paranaenses, a maior parte dos grupos monopolistas ainda mantém um alto contingente de trabalhadores realizando a colheita da cana de forma manual, num contexto em que a legislação estadual aponta para apenas o ano de 2030 a eliminação total da queima dos canaviais, conforme abordado anteriormente.

Na Foto 20, captada durante as verificações empíricas em 2015 na zona rural de Paranacity é possível constatar a permanência do corte mamunal na porção setentrional do estado:

**Foto 20:** Corte manual de cana no município de Paranacity



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2015.

Dados disponibilizados pela Alcopar (2016, s/p.) apontam que cerca de 140 municípios paranaenses aportam mão de obra para o setor canavieiro, sobressaindo os trabalhadores que atuam na colheita manual da cana, embora no contexto da produção agroindustrial de álcool e açúcar, o setor engloba ainda milhares de trabalhadores agrícolas no plantio e nos chamados tratos culturais da cana e na renovação dos canaviais, assim como

tratoristas, operadores de máquinas, “bituqueiros”, auxiliares de produção, técnicos, químicos, motoristas dentre outros profissionais que atuam do preparo do solo para a constituição dos canaviais até o escoamento da produção sucroenergética.

Considerando que no Paraná pouco mais de 30% da colheita da cana é mecanizada (ALCOPAR, 2015, s/p.), o que contrasta com índices percentuais que alcançam quase 85% no estado de São Paulo por exemplo, continua sendo pertinente a análise das condições em que este trabalho vem sendo realizado no estado, num contexto em que se torna necessário compreender as razões de sua manutenção mesmo existindo máquinas modernas aptas para realizar a colheita da cana em porções espaciais com condições topográficas aptas a mecanização, como é a maior parte da porção setentrional do estado.

**Foto 21:** Monumento ao cortador de cana em Porecatu



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Com esse intuito, foram entrevistados trabalhadores que atuam na colheita manual de 07 grupos que territorializaram seu monopólio do setor sucroenergético no estado do

Paraná, buscando empreender uma análise qualitativa destas condições na atual conjuntura para o setor, cujo critério para escolha destes trabalhadores foi o perfil organizacional dos grupos monopolistas ao qual estão vinculados, sendo o Grupo Santa Terezinha e o Grupo Lincoln Junqueira<sup>141</sup> escolhidos pela concentração setorial que representam, o Grupo Renuka Vale do Ivaí, devido ao controle do capital estrangeiro, o Grupo Nova Produtiva, por ser o único representante das antigas cooperativas cafeeiras que mantiveram a atividade sucroenergética, o Grupo Atalla e o Grupo Bandeirantes, pela composição tradicional familiar de sua organização, assim como o grupo Coopcana, por ser constituído por uma cooperativa de plantadores de cana-de-açúcar.

O perfil amostral destes trabalhadores entrevistados está composto por 40% de mulheres e 60% de homens, sendo que todos possuíam idades superiores a 30 anos de idade e inferiores a 55 anos. Quanto a escolaridade, 56% eram analfabetos ou não concluíram o Ensino Fundamental, sendo que apenas 22% concluíram o Ensino Médio.

A maior parte destes cortadores de cana atuavam no setor sucroenergético a mais de cinco anos, num contexto em que 70% não residiam nos municípios em que trabalhavam, sendo que a renda mensal declarada por estes trabalhadores tem variado de 01 a 2,5 salários mínimos durante a safra canavieira.

Em se tratando da precarização do trabalho nos canaviais, vários estudos, a exemplo ao de Macedo (2007, p.89), tem apontado que o ciclo de vida produtiva dos cortadores de cana na atualidade é similar ao dos escravos do período colonial, num contexto em que:

[...] os escravos possuíam ciclo de vida produtiva de 10 a 12 anos na agricultura. Após essa data, com a proibição do tráfico de escravos da África e seu melhor cuidado, sua vida útil de trabalho passou a variar entre 15 a 20 anos. Com relação aos cortadores de cana, se deu o oposto: se nas décadas de 1980 e 1990 a expectativa era de até 15 anos na atividade, a partir de 2000 essa expectativa gira em torno de 12 anos, portanto menor do que a do escravo após 1850.

Embora quase a totalidade dos trabalhadores entrevistados relataram que nos últimos dez anos perceberam uma melhora nas condições de trabalho, mais especificamente

---

<sup>141</sup> Este grupo monopolista que também atua no estado de São Paulo é bastante representativo desta análise: Enquanto que no Paraná uma pequena parte da colheita é mecanizada, no estado de São Paulo a maioria absoluta da colheita é realizada por máquinas.

no que diz respeito a entrega de itens de segurança no trabalho, pausas durante a jornada de trabalho, assistência médica ambulatorial, e melhoria nas condições de higiene, dados da CPT (2014, s/p.) apontam que entre 2003 e 2012, o setor sucroenergético brasileiro ocupou o segundo posto de resgate de trabalho em condições análogas à escravidão, com 26,5% das ocorrências.

Conforme pode ser constatado na Foto 22, apesar da percepção dos próprios cortadores de cana de relativa melhora em suas condições de trabalho, o setor sucroenergético continua apresentando em pleno século XXI uma realidade degradante:

**Foto 22:** Local de almoço dos cortadores de cana da Unidade Paranacity do grupo Santa Terezinha



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015

No estado do Paraná, informações disponibilizadas no banco de dados do Repórter Brasil (2015, s/p.)<sup>142</sup> apontou que o corte de cana liderou os resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego no estado nos últimos anos, representando cerca de 80% destes casos em 2012, quando os municípios canavieiros paranaenses de Perobal e Engenheiro Beltrão ocuparam a 2º e a 5º posição no ranking nacional das operações e onde foram registrados mais resgates<sup>143</sup> no Brasil durante este período.

Nesse contexto, convém ressaltar que Alves (2006, p.32) tem elucidado que o cortador de cana está submetido a uma das mais degradantes jornadas de trabalho no espaço agrário brasileiro, ao mesmo tempo em que o setor sucroenergético movimenta bilhões de reais a cada safra e emprega modernas máquinas agrícolas de precisão no âmbito da produção canvieira, persistindo relações de trabalho banidas há séculos em vários países, senão vejamos:

Um trabalhador que corta 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho realiza as seguintes atividades no dia: Caminha 8.800 metros. Despende 133.332 golpes de podão. Carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg em média; portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros. Faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicos para golpear a cana. Perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte [...], sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal. [...]. Com todo este detalhamento da atividade do corte de cana, fica fácil entender por que morrem os trabalhadores rurais cortadores [...]: por causa do excesso de trabalho.

A foto a seguir, captada durante a verificação empírica em canaviais do grupo Santa Terezinha em Paranacity, retrata as elucidações de Alves anteriormente citadas, sendo possível identificar ao centro o monte em que o cortador deve depositar os feixes de cana cortada em um “eito” de sete ruas, exigência que ainda persiste em alguns grupos monopolistas da porção setentrional do Paraná, mesmo tendo sido um dos estopins da icônica greve de Guaribas de 1984.

---

<sup>142</sup> Banco de dados construído a partir de informações do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal no período de 1995 a 2015.

<sup>143</sup> Os trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão estavam vinculados ao grupo monopolista Sabarácool.

**Foto 23:** Trabalhador e seu “eito” de cana em Paranacity



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2015

Souza (2010, p.98) aborda que a configuração predominante do mundo do trabalho no setor sucroenergético canavieiro foi bastante beneficiada pelos acontecimentos ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, momento em que ocorre a intensificação da mecanização das atividades produtivas no campo, da concentração fundiária e expulsão em massa dos trabalhadores de sua unidade de produção, mudanças estas que ocorreram no âmbito de um processo que aprofundou a subjugação da terra e do trabalho ao capital.

Corroborando este apontamento teórico estão as respostas dos trabalhadores entrevistados ao questionamento sobre quais atividades desenvolviam antes de atuarem no corte de cana, onde todos apontaram que além de já terem trabalhado em outro setor agropecuário, compartilham o fato de possuírem um passado ligado ao campo como local de moradia e de trabalho, seja o próprio trabalhador ou os seus ascendentes.

Nesse contexto, Oliveira (2004, p.21) aponta que,

[...] a expansão da agroindústria açucareira se fez a partir da mudança de base social da produção, pois é com essa expansão que o trabalhador temporário ganha expressão no conjunto da força de trabalho no campo. Pois agora o capitalista já não precisa manter (pagar) o trabalhador no chamado período de entressafra, quando a produção praticamente cessa. O trabalhador temporário é aquilo que Marx chamou de trabalhador nu, desprovido dos instrumentos da produção, que apenas dispõe da sua força de trabalho para vendê-la no mercado, resultando, dessa venda, a garantia (ou não) da sua reprodução [...].

E isto não se deu por acaso. Conforme já advertira Kautsky (1980, p.269), e já abordado anteriormente, a proletarização da população agrícola e a concentração fundiária são as premissas indispensáveis da produção capitalista.

Nesta lógica, faz-se necessário que “[...] os trabalhadores se transformem em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja [...] a força de trabalho [...]” (MARTINS, 1981, p.152), uma vez que a partir do momento em que já não mais possuem acesso à terra e aos meios de produção, não terão outra alternativa senão vender ao capitalista aquilo que lhe resta, como forma de sobrevivência:

A certo grau de evolução [...] o trabalhador deixa de ser proprietário de seus meios de produção”. O capitalista se opõe ao trabalhador que perdeu toda propriedade na qualidade de proprietário dos meios de produção. O produtor [...] torna-se um trabalhador assalariado. (Kautsky, 1980, p.80).

Nesse contexto em que o avanço do capitalismo provoca a expulsão dos trabalhadores, sua proletarização e subjugação aos interesses do capital, surgiu o “boia-fria”, um “[...] trabalhador temporário [com] [...] baixíssima capacidade de barganhar a venda de sua força de trabalho e conseqüentemente, recebendo baixíssimos salários e não tendo a garantia de quaisquer direitos humanos ou trabalhistas”. (D’INCAO, 1984, p.11).

Nesse período, marcado pela territorialização do capital, a transformação nas relações sociais de produção vigentes até então é flagrante, pois os colonos, rendeiros, parceiros etc são expulsos de sua unidade de produção e substituídos por trabalhadores assalariados, como aponta D’Incao (1974 p.16-17).

Com isso “a apropriação capitalista da terra permite que o trabalho que nela se dá [...] se torne subordinado ao capital”. (MARTINS, 1981, p.162). Sem acesso à terra e aos

instrumentos de trabalho, essa massa de trabalhadores expropriados, agora nas cidades, passa a disputar as poucas vagas disponíveis em serviços urbanos.

Some-se a isso o fato de não terem, em sua maioria, a qualificação necessária para tais funções, o que os obriga a aceitar qualquer trabalho sob quaisquer condições, já que para a sociedade e para si mesmos são “trabalhadores sem profissão”. (D’INCAO, 1984, p.20-25).

Esta condição passa a ser explorada pelos empresários rurais, uma vez que este processo de expropriação formou um gigantesco exército de reserva, que regula as remunerações destes “boias-frias”, obrigados a se submeterem a jornadas sobre-humanas, sob péssimas condições de trabalho.

Se não se sujeitam a tal situação, existem várias fileiras deste exército dispostas a enfrentar as condições destacadas. A falta de qualificação para outras funções contribui para a falta de alternativas, reafirmando um ciclo vicioso de privações e falta de oportunidades.

É nesse contexto que estão inseridos os cortadores de cana, boias-frias sujeitados ao rentável e opulento setor sucroenergético, e que é marcado por contradições inerentes à própria lógica do capitalismo.

Isto vem atestar a situação socioeconômica destes cortadores de cana verificada empiricamente, quando da constatação que os trabalhadores agrícolas e do setor rural dos mais importantes grupos monopolistas do Paraná<sup>144</sup> tem obtido rendimentos médios inferiores aos de outras atividades agropecuárias ou de outros ramos de atividades econômicas.

Apesar de parte significativa da colheita de cana no Brasil ser mecanizada e a assinatura de protocolos agroambientais vetar as queimadas para um futuro não muito distante, aproximadamente 300 mil trabalhadores atuam como cortadores de cana no país, de acordo com Barros (2014, p.04), um verdadeiro paradoxo frente a existência de máquinas sofisticadas, aptas a substituírem dezenas de homens no corte da cana, o que exige que se fique atento à lógica subjacente:

---

<sup>144</sup> Conforme abordado anteriormente, apenas 4,4% do total de funcionários das agroindústrias do Grupo Santa Terezinha, tiveram rendimentos mensais acima da média estadual, levando-se em consideração dados extraídos da RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho. Por outro lado, trabalhadores do grupo Lincoln Junqueira tiveram de aumentar em 12,5 % sua produtividade para alcançar um salário mínimo nos últimos 05 anos.

Quanto mais baixo os salários, tanto mais difícil a introdução de máquinas [...]. No campo os salários são [...] muito inferiores aos da cidade. Por conseguinte, é aí menor a tendência a substituir-se a força de trabalho humano pela máquina. (KAUTSKY, 1980, p.60).

Souza (2013, p. 122) aponta que a persistência de dezenas de milhares de cortadores de cana em áreas aptas para mecanização no Paraná se explica devido a ótica dos custos de produção do setor, que ao empregar o corte manual acaba sendo mais vantajoso ao agroindustrial na medida em que o valor da reprodução da força de trabalho tem sido mais barato do que os custos da mecanização.

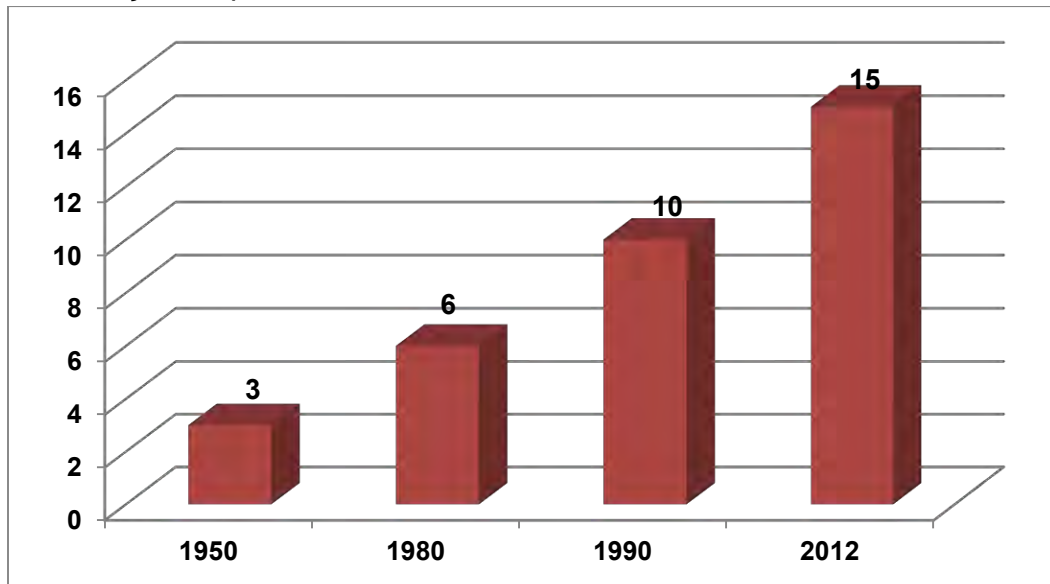
Nesse contexto, o pagamento por produção tem sido um dos principais mecanismos que tem garantido o aumento da produtividade do cortador de cana, uma vez que na matemática da exploração capitalista, rebaixar o preço pago pelo metro/tonelada de cana cortada obriga o trabalhador a produzir em maior quantidade, ao ponto de conseguir atingir uma remuneração que permita adquirir os mesmos bens e serviços que adquiria antes com uma menor produtividade, e assim sustentar a sua família.

Durante a verificação empírica, pode ser constatado pelos relatos dos trabalhadores, que estes possuem a percepção de que antes aparentemente era necessário cortar menos cana para alcançar ganhos similares aos que mantém o atual padrão de vida, embora parte significativa deste trabalhadores associam esta percepção ao encarecimento dos gêneros que adquirem mensalmente, quando na realidade é o contrário, ou seja, foi necessário aumentar o ritmo de trabalho para garantir sua reprodução e de sua família<sup>145</sup>.

O gráfico 59 demonstra de forma contundente esta lógica, uma vez que pelos relatos e condições verificadas empiricamente, a remuneração do trabalhador não acompanhou este aumento de produtividade:

---

<sup>145</sup> Durante a pesquisa de campo foi possível obter holerites sequenciais de trabalhadores de várias safras do Grupo Lincoln Junqueira, o que tornou possível estabelecer comparações com parâmetro metodológico explicado anteriormente, quando analisamos a dinâmica socioterritorial deste grupo monopolista, em que se constatou num período de apenas 05 anos um aumento de 12,5% da produtividade do trabalhador. Em outras palavras, como o foco da análise era o quanto de cana o trabalhador deveria cortar para receber um salário mínimo, em 2015 houve a necessidade de se cortar 12,5% a mais do que em 2010 para receber a remuneração mínima de acordo a legislação vigente no país.

**Gráfico 59:** Evolução da produtividade média do cortador de cana brasileiro em toneladas/dia

Fonte: Mendonça, 2012.

Trata-se na verdade de uma estratégia empreendida pelos agroindustriais do setor canavieiro que busca transferir ao trabalhador a responsabilidade pelo ritmo de trabalho, (ALVES, 2006, p. 93), na medida em que o capitalista passa a extrair uma maior taxa de mais-valia e aumentar ainda mais seus lucros, senão vejamos:

O pagamento por produção é uma forma muito antiga e já criticada tanto por Adam Smith, no final do século XVIII, (Smith, 1979), quanto por Karl Marx, no século XIX (Marx, 1975), que a consideravam uma das mais desumanas e perversas formas de pagamento. O trabalhador, quando recebe por produção, tem o seu pagamento atrelado ao que ele conseguiu produzir no dia. Como eles trabalham pela subsistência, trabalham cada vez mais para melhorar suas condições de vida, isso provoca o aumento do ritmo de trabalho. O pagamento por produção transfere ao trabalhador a responsabilidade pelo ritmo do trabalho, que é atribuição do capitalista. (ALVES, 2006, s/p.).

Não obstante a este mecanismo que confere ao agroindustrial uma ferramenta eficaz para potencializar seus lucros, há que se atentar ainda para os padrões de dominação ideológica, em que o trabalhador, além de competir com os outros trabalhadores para assegurar seu posto de trabalho, passa a competir com a ameaça constante da mecanização.

Durante a verificação empírica do mundo do trabalho no setor sucroenergético paranaense, foi possível extrair dos trabalhadores que estes se sentem cada vez mais

inseguros quanto a estabilidade de seus empregos, uma vez que a cada safra há sempre rumores da introdução de máquinas, ou que os grupos aos quais são subordinados estão obtendo prejuízos operacionais e necessitariam reduzir pessoal.

Nesse contexto, os cortadores de cana entrevistados relataram que em algumas usinas a mecanização tem crescido progressivamente nos últimos anos, relacionando sua preocupação à baixa qualificação que possuem para outros cargos e a alta seletividade dos cursos de capacitação oferecidos pelas usinas e destilarias<sup>146</sup>, o que torna remota as possibilidades de sua realocação em outros postos de trabalhos nestes grupos monopolistas.

Assim, o trabalhador passa a ter a obrigação de competir com a produtividade da máquina, o que tem sido um negócio rentável ao agroindustrial que viu a produtividade média do cortador de cana saltar de três toneladas/dia por trabalhador alcançados na década de 1950, para cerca de quinze toneladas/dia na atualidade, o que representa um aumento de 500% sem que o agroindustrial despendesse um só centavo para tal. (MENDONÇA, 2012, p.21).

Por outro lado, quando questionados se já se sentiram pressionados a intensificarem seu ritmo de trabalho a partir do receio em ser demitidos, a maioria apontou que os grupos monopolistas aos quais estão vinculados sempre tratam de estimular o aumento de produtividade com artifícios que vão desde premiações pelas altas produções, até a fixação de limites mínimos de produção, que em muitos casos não estão institucionalizados pelas empresas.

De acordo com a fala dos trabalhadores, toda vez que a média estabelecida não é atingida, os fiscais das usinas disseminam que em caso de não cumprimento das metas, ocorrerão demissões, ou ainda não serão contratados na próxima safra. Assim, vários trabalhadores relataram que tem sido comum nos últimos anos a demissão massiva de grupos

---

<sup>146</sup> Do universo dos trabalhadores entrevistados que atuam no corte de cana, nenhum trabalhador participou de cursos de capacitação com vistas a realocação funcional em um eventual processo de mecanização da colheita. No entanto, nas conversas com trabalhadores de outros setores, a maioria absoluta é proveniente de outras funções dentro do próprio setor, alegando ter recebido formação profissional para atuarem nas atuais funções. Nesse caso é possível depreender que embora existam tais cursos de capacitação, a realocação não absorverá todos os trabalhadores.

inteiros<sup>147</sup>, antes do término das safras, restando apenas os trabalhadores mais produtivos na ótica dos grupos monopolistas.

Nas usinas do grupo Alto Alegre foi possível constatar que há metas estabelecidas para os recrutadores, que geralmente são proprietários dos ônibus que realizam o transporte dos cortadores de cana.

Assim, cada grupo de cerca de 40 trabalhadores teriam de cumprir uma meta determinada pela usina, que em caso de não cumprimento poderia acarretar na eliminação dos contratos dos trabalhadores e a ruptura do vínculo com o recrutador, que perde o direito de transportar os trabalhadores.

Durante a entrevista com os cortadores de cana, alguns deles apontaram que os recrutadores, que também são donos dos meios de transporte, ganhariam uma comissão pela produtividade do grupo, o que funcionaria como um mecanismo capaz de selecionar cada grupo a partir do critério da produtividade individual dos cortadores de cana.

Nesse caso, o receio da perda do emprego atua como um fator capaz de aumentar esta produtividade, uma vez que mesmo sendo um trabalho degradante e precário, os municípios canavieiros possuem um elevado grau de dependência destes postos de trabalho, conforme abordado anteriormente.

No caso do Grupo Santa Terezinha, chamou a atenção o fato de que muitos trabalhadores têm residido em casas pertencentes a este grupo monopolista, que conforme já abordado anteriormente, no município de Paranacity e Ivaté, o número destas residências ultrapassam os 20% do fundo habitacional municipal, o que se configura num forte instrumento de controle, uma vez que a possibilidade da perda do posto de trabalho significa também o fim do contrato de comodato para ocupar a residência, que fora construída com recursos públicos do Estado.

---

<sup>147</sup> Conforme informações levantadas na pesquisa de campo.

**Foto 24:** Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto João Lopez em Paranacity



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

**Foto 25:** Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto João Lopez em Paranacity



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

**Foto 26:** Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto José Sanches em Paranacity



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

**Foto 27:** Vista parcial de casas do grupo Usaçúcar no Conjunto Milton Prandi em Paranacity



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

Embora parte significativa destas residências sejam ocupadas pelos trabalhadores do setor industrial, em Paranacity foi possível constatar que centenas de famílias de cortadores de cana e demais trabalhadores agrícolas, operadores de máquinas e encarregados de diversos setores, tem ocupado estes conjuntos habitacionais, cujos trabalhadores entrevistados apontaram esta dupla preocupação, em que podem ficar sem emprego e sem casa, num município onde mais de 65% da área agrícola encontra-se ocupada pela cana e 95,5% dos empregos gerados na indústria estão vinculados ao setor sucroenergético. (IPARDES, 2016, s/p.).

Um fato que chama atenção em Paranacity é que se torna uma tarefa sumamente difícil descobrir onde começa e termina a parte residencial destinada aos trabalhadores do Grupo Santa Terezinha, pois as residências estão na área urbana, limitando-se com conjuntos habitacionais da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), cujas casas possuem o mesmo padrão arquitetônico.

Em muitos casos sequer os moradores da cidade sabiam dizer com segurança as localizações dos quatro conjuntos habitacionais destinados exclusivamente aos trabalhadores do Grupo Santa Terezinha, conjuntos estes que foram construídos de acordo com informações disponibilizadas pela grupo, em parceria com a Secretaria de Habitação do Paraná e com o BNDES, o que ratifica o papel do Estado descrito no capítulo 01, que assume o papel de potencializador da eficiência das classes em extrair a renda fundiária e a mais valia dos trabalhadores.

Esta constatação também pode ser observada no município de Porecatu, onde de acordo com os entrevistados existem residências para trabalhadores de alguns setores da Usina Central do Paraná desde a sua fundação.

Estas residências, tanto as de madeira quanto as de alvenaria possuem cerca de quarenta anos de construção, encontrando-se no entorno da Usina Central do Paraná, sendo habitadas por trabalhadores da planta agroindustrial, que mesmo sem operações de moagem e processamento industrial mantém funcionários na manutenção das máquinas e na conservação patrimonial.

De acordo com moradores desta vila de trabalhadores, muitas famílias já estão se mudando para o núcleo urbano de Porecatu, que na verdade é contíguo as instalações da

Usina Central do Paraná, uma vez que as incertezas acerca da retomada das atividades da usina do grupo Atalla fizeram muitos trabalhadores buscarem trabalho na Usina Alto Alegre do município vizinho de Florestópolis.

**Foto 28:** Vista parcial da vila de trabalhadores da Usina Central do Paraná em Porecatu



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

**Foto 29:** Vista parcial da vila de trabalhadores da Usina Central do Paraná em Porecatu



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2016

Outro ponto observado durante as conversas com os trabalhadores foi que a utilização do discurso da crise tem se configurado em mais um instrumento capaz de instaurar a insegurança dos cortadores de cana, uma vez que estes, ao serem questionados se o setor sucroenergético passa por uma crise na atualidade, responderam positivamente de forma unânime, estando embasados pelo conhecimento de demissões de trabalhadores ou por informações disseminadas pela mídia, independente se trabalham para grupos monopolistas que tem apresentado bons resultados econômicos ou para grupos em estado falimentar.

Conforme informações levantadas em pesquisa de campo junto aos cortadores de cana do Grupo Renuka Vale do Ivaí, pode ser notado que nas unidades em que se constata problemas financeiros ou estão sob recuperação judicial, há uma intensificação deste sentimento de insegurança na estabilidade do emprego, uma vez que os grupos monopolistas disseminam ideologicamente o discurso de que a recuperação econômica depende do esforço de todos os trabalhadores, aos quais denominam de “colaboradores”, sendo relatado por esses cortadores de cana que comumente os fiscais tem comunicado que como mais da metade da cana do grupo é colhido mecanicamente, baixas produtividades individuais podem acelerar a mecanização, que ainda não foi concluída, de acordo com estes funcionários, para evitar desemprego massivo destes trabalhadores, o que revela na verdade um instrumento de coação para intensificação do esforço individual para incremento da produtividade.

Este processo de precarização crescente tem exposto estes trabalhadores a um nível de exaustão extrema, que inclusive tem cobrado muitas vidas no campo<sup>148</sup>.

Dos trabalhadores entrevistados, quando questionados se houve algum prejuízo a sua saúde física e mental, após começarem a cortar cana, todos responderam que perceberam um deterioramento de suas condições de saúde, sendo que já presenciaram situações em que a exaustão física exigiu cuidados médicos mais apurados no próprio local de trabalho, devido

---

<sup>148</sup> Apesar de não existirem estatísticas específicas, dados da Pastoral do Migrante associam 21 mortes entre 2004 e 2007 ao excesso de trabalho nos canaviais. (SILVA, 2011, p. 04).

a desmaios, alterações na pressão arterial e quadros de esgotamento característicos de esforço físico<sup>149</sup> sob altas temperaturas.

Por outro lado, chamou a atenção o fato de que alguns trabalhadores relataram que somente recorrem a consultas médicas em último caso, uma vez que muitas faltas, mesmo com atestados médicos, implicam na possibilidade da não contratação nas próximas safras.

Nesse contexto, diante de tantas evidências que apontam para um mundo do trabalho caracterizado pela superexploração do cortador de cana, o setor, que preconizara ser o portador do agrocombustível limpo e sustentável, e potencialmente capaz de livrar a Terra dos males causados pelo suposto aquecimento global antropogênico, tem buscado dissociar sua imagem desta precarização inerente ao formato e estrutura da produção em que se dá a produção sucroenergética, evidenciada pelos milhares de resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão, assim como das dezenas de mortes relacionadas as degradantes condições de trabalho no setor.

Foi com esse intuito que o governo lançou em 2010 o denominado “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-açúcar”, cuja adesão voluntária por parte dos grupos monopolistas do setor sucroenergético, demonstra que a mediação entre capital-trabalho pelo Estado sugere a implantação de um documento cujo cumprimento fica no plano das “boas intenções” dos agroindustriais ávidos pela extração da mais-valia.

O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar visa garantir novos direitos e melhor qualidade de vida para os trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar. [...]. Esse compromisso foi construído por meio de uma Mesa de Diálogo, instalada em julho de 2008, a convite do Presidente da República e [...] teve o duplo objetivo de debater e propor soluções para tornar mais humano e seguro o cultivo manual da cana-de-açúcar e também para promover a reinserção ocupacional dos trabalhadores desempregados pelo avanço da mecanização da colheita. [...] Foi debatida uma agenda de questões relativas a 18 temas: contrato de trabalho; saúde e segurança do trabalho; transparência na aferição da produção; alojamento; transporte; migração; escolaridade, qualificação e recolocação; remuneração; jornada de trabalho; alimentação; trabalho infantil e trabalho forçado;

---

<sup>149</sup> Dados disponibilizados no portal do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social -, apontaram ainda que em 2013 foram registrados 3.546 acidentes de trabalho no cultivo de cana-de-açúcar em todo o território nacional, além de 10.277 acidentes na fabricação de açúcar e álcool. (INSS, 2016, s/p.).

organização sindical e negociações coletivas; proteção ao desempregado, com atenção aos trabalhadores no corte manual no período da entressafra; responsabilidade sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva; responsabilidade no desenvolvimento da comunidade; Programa de Assistência Social - PAS da atividade canavieira; trabalho por produção; trabalho decente e trabalho análogo ao escravo. (BRASIL, 2010, p. 03-05).

Nesse contexto, em que o aumento da produtividade do trabalhador é alcançado mediante o rebaixamento da tonelada de cana cortada, e que para tal relação faz-se necessário impor um ritmo de trabalho cada vez mais degradante e precário, onde o trabalhador busca a sobrevivência econômica colocando em risco sua própria sobrevivência biológica, e diante desta perspectiva o Estado tem se posicionado em favor dos grupos monopolistas garantindo recursos financeiros e um marco regulatório para as boas práticas trabalhistas baseado na adesão voluntária, Rangel (1957, p. 72) elucida que,

O capitalismo, ao criar, com a divisão social do trabalho, as condições para um rápido desenvolvimento da técnica agrícola, fixa-lhe outra meta, outro objetivo: em vez do aumento da produtividade da terra, busca preferencialmente o aumento vertical da produtividade do trabalho.

Assim, quanto mais se trabalha, mais poderá o empresário extrair mais – valia. Enfim, trata-se de uma riqueza produzida pelo cortador de cana que, contraditoriamente, reforça sua miséria humana e social.

Não é à toa que estes trabalhadores disseram ter conhecimento de um incremento dos casos de ingresso na justiça dos processos contra os grupos monopolistas, requerendo por exemplo remuneração referente a insalubridade.

Neste caso específico, de acordo com os trabalhadores, os cortadores de cana ingressam com estes pedidos após serem demitidos ou quando pensam em buscar outros empregos, uma vez que a dispensa do trabalho tem sido a consequência pelo requerimento deste direito, negado a estes trabalhadores.

O aumento da produtividade do cortador de cana perante o pagamento mínimo por este trabalho executado, explica a persistência destas relações sociais de produção no setor sucroenergético, uma vez que ainda é mais vantajoso momentaneamente ao capitalista pagar

salários do que arcar com os custos da implantação e manutenção das máquinas, as quais podem substituir o corte manual.

Na foto 30, captada no município de Paranacity durante as verificações empíricas, pode-se corroborar tal hipótese:

**Foto 30:** Corte manual de cana em cultivos do grupo Santa Terezinha em Paranacity



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2015.

O fato é que o custo da mecanização é um ônus ao próprio capitalista, ao passo que as operações manuais apenas o são parcialmente, pois em um contexto de expressivo exército de reserva, os salários não precisam cobrir sequer os custos de reprodução da força de trabalho, já que haverá tantos substitutos quanto necessário aos que foram esgotados no processo produtivo.

Não obstante, a máquina não poderá, por si só, aumentar a produtividade, já que durante sua vida útil, a capacidade operacional corresponderá ao nível técnico do momento em que foi fabricada.

Assim, um incremento significativo na produtividade exigirá o emprego de máquinas mais eficientes, o que supõe imobilização de capital para a renovação do parque de máquinas o que, aliás, é um imperativo da produção tecnificada.

Isto não é necessário quando se emprega boias-frias, por exemplo. Conforme foi demonstrado anteriormente a produtividade média de um cortador de cana cresceu 500%, sem que o agroindustrial investisse um só vintém para este fim, o qual foi alcançado meramente pela subjugação do trabalho ao capital.

Assim, a manutenção do corte manual, contrastando com o que há de mais moderno em tecnologia no que diz respeito ao corte mecanizado só se explica em face de “[...] os próprios empresários rurais em seus cálculos operacionais perceberem que é mais vantajoso utilizar o bóia-fria para estas tarefas do que a máquina. ” (D’ INCAO, 1984, p.21).

Por outro lado, não se poderá desdenhar os fatores limitantes à produtividade do boia-fria, como é o caso da lei que proíbe a queima de cana - de açúcar.

Não obstante, na medida em que os grupos monopolistas têm desembolsado via decisão judicial valores negligenciados pelo trabalho insalubre e adotado melhorias nas condições gerais de trabalho através da pressão social, a vantagem na manutenção do corte manual vai diminuindo, uma vez que se a produtividade do trabalhador aumentava num ritmo acelerado sem uma contrapartida por parte dos agroindustriais, estes custos eliminam esta vantagem comparativa, num contexto em que máquinas podem trabalhar ininterruptamente sob condições atmosféricas insalubres para o trabalho humano, como as elevadas temperaturas.

Nesse cenário, certamente a mecanização será mais vantajosa ao agroindustrial, além do fato de que a própria mecanização emerge como sendo um imperativo da acumulação de capital, uma vez que o crescimento deste “[...] significa também novos métodos de produção [...] de maior escala e mais mecanizados [...] O crescimento do capital aumenta a demanda por trabalho, mas a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas. [...]” (BOTTOMORE, 2010, p.144).

E isto não deixa de ser alarmante, uma vez que significaria a extinção de centenas de milhares de postos de trabalho que, embora precários, possibilitam um retorno monetário mínimo, do qual não podem prescindir aqueles cuja única moeda de troca capaz de lhe assegurar a sobrevivência é a força de trabalho, num contexto em que Silva (2004, p.32) sustenta que cada máquina empregada no corte de cana poderá eliminar automaticamente até 400 postos de trabalho.

A foto a seguir retrata a colheita mecanizada em canaviais do grupo Santa Teresinha em Tapejara:

**Foto 31:** Colheita mecanizada em terras do grupo Santa Teresinha em Tapejara Pr



**Fonte:** Usaçúcar, 2016

Situação não menos sombria pode ser apontada para a dinâmica econômica dos municípios inseridos nos territórios do setor canavieiro paranaense, uma vez que estes dependem fundamentalmente da renda salarial gerada pela agroindústria sucroenergética, composta majoritariamente pelos dividendos auferidos pelos cortadores de cana, conforme abordado anteriormente.

E não se trata apenas de desdobramentos negativos nos municípios canavieiros onde estão instaladas agroindústrias dos grupos monopolistas do setor sucroenergético, uma vez que os trabalhadores que atuam no corte manual têm sido recrutados em vários municípios nas adjacências das usinas e destilarias.

Durante a pesquisa de campo pode ser constatado que 70% dos entrevistados não residiam nos municípios em que trabalhavam, ou melhor, no município em que está localizada a agroindústria, uma vez que as plantações de cana extrapolam os limites do território político e administrativo dos municípios, existindo situações em que estes cortadores de cana perfazem mais de 70 quilômetros por dia entre a ida e o retorno dos canaviais.

Por outro lado, parte significativa destes trabalhadores tem seus contratos interrompidos durante o período de entressafra, quando se dedicam a outras atividades, principalmente no setor agropecuário e na construção civil.

Nas unidades agroindustriais que mantém o vínculo empregatício da entressafra, se constatou pelas informações coletadas durante a pesquisa de campo que há uma redução considerável nos salários destes trabalhadores, uma vez que receberão por dia trabalhado no plantio ou nos chamados tratos culturais, num contexto em que o valor pago pela jornada diária de trabalho tem sido muito inferior ao auferido no corte da cana.

Não obstante, e conforme demonstrado anteriormente, a maior parte dos grupos monopolistas do setor sucroenergético não estão sediados nos municípios de pequeno porte em que se encontram alocadas as agroindústrias ou as plantações de cana, o que evidencia uma estratégia de alocação geográfica onde há um potencial de mão de obra disponível para submeter a tais condições, na medida em que no âmbito das disputas territoriais o negócio canavieiro busca exercer o controle monopolístico sobre todos os atributos necessários a reprodução ampliada do capital.

E quando se trata do controle e da sujeição da força de trabalho aos interesses destes grupos monopolistas, Thomaz Júnior (2012, p. 20) conclui que,

O Estado, ao apostar nesse modelo de produção, endossa padrão que apenas favorece a tendência concentracionista da expansão da monocultura canavieira [...] essa atividade se dá às expensas, [...] do aumento da exploração do trabalho, com formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, do desrespeito aos contratos de trabalho, da legislação social (CLT, Constituição Federal) e ambiental, do descaso em

relação às paradas obrigatórias, aos laudos ergonômicos – por envolver esforço repetitivo, à base da obrigatoriedade de cortar mais e mais –, o que tem provocado, além das mortes, lesões de grande magnitude que caracterizam invalidez ou diminuem sensivelmente a própria capacidade/produktividade do trabalhador, submetido à exigência de sua força e resistência física. [...]. Assim, quanto mais o trabalhador corta cana-de-açúcar, mais diminui sua capacidade de trabalho, mais fragiliza sua resistência física e mais abrevia seu tempo de vida útil no trabalho, de sorte que, insistindo nesse caminho suicida, antecipa a sua morte.

Portanto, conforme pode ser constatado tanto no plano teórico quanto empírico, a persistência no atuar dos grupos monopolistas do setor sucroenergético paranaense, no que diz respeito a manutenção da exploração do trabalho do cortador de cana em pleno século XXI, tem evidenciado o elevado custo social do “[...] formato e a estrutura da produção, e o conteúdo do projeto social que [...] dá fundamento” ao negócio sucroenergético (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 23 ), que por sua vez tem sido continuamente preconizado como modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras décadas do século XXI foram marcadas por significativas mudanças no cenário político e econômico brasileiro, e certamente estas alterações produziram efeitos em todos os setores da economia e nortearam as principais políticas públicas adotadas no país ao longo deste período, produzindo uma série de desdobramentos sociais e econômicos que ajudam a compreender a realidade na qual o Brasil encontra-se mergulhado na atualidade.

A eleição de Lula em 2002, distante de significar uma ruptura com as políticas de cunho neoliberal, provocou na verdade uma considerável alteração no pacto de poder engendrado na década de 1990, que priorizava a aliança de determinadas frações de classe com o capital internacional, uma vez que marcou a ascensão política da grande burguesia interna brasileira, que atua nos setores da mineração, da construção civil, do agronegócio, da indústria de construção naval, da indústria de transformação, dentre outros (BOITO JÚNIOR, 2012, p. 89).

Nesse contexto, no campo econômico, as ações do Estado estiveram norteadas pela adoção de uma série de medidas em prol das grandes corporações capitalistas nacionais, sendo aqueles vinculados a agropecuária capitalista um dos principais focos de uma política voltada ao fortalecimento destas frações de classe, de modo a integrarem suas ações no âmbito da produção capitalista mundializada.

Esta estratégia de desenvolvimento socioeconômico adotada pelo governo brasileiro nas primeiras décadas deste século, manteve o agronegócio como modelo prioritário de desenvolvimento para o campo brasileiro, a despeito do comando político do país se apresentar como representante dos trabalhadores do campo e da cidade.

O Estado, atuando como o comando político destes capitalistas, disponibilizou bilhões de reais em aportes creditícios para estes grupos, que modernizaram e aumentaram a capacidade produtiva de suas instalações, empreenderam fusões e aquisições, tornando-se gigantes oligopólios nos seus ramos de atuação, sendo esta estratégia bastante explícita no caso da agropecuária, nos setores de carnes, de grãos e no sucroenergético.

No caso específico do setor sucroenergético, durante a primeira década do século XXI, houve uma retomada de seu processo expansivo após um considerável período de estagnação ocorrido com o fim do Proálcool, apresentando-se como uma oportunidade lucrativa para a agropecuária capitalista e para o crescimento econômico do país.

Na esteira de projeções superestimadas, onde o engendro de uma nova geopolítica energética internacional daria destaque para a produção sucroenergética nacional, desenhada para mitigar o suposto aquecimento global antropogênico e a possível escassez do petróleo, o Estado viabilizou uma expansão vertiginosa da canavieira mercantil a partir de aportes bilionários de recursos públicos para o setor.

Previa-se naquele momento que além da crescente demanda açucareira interna e externa, o etanol brasileiro seria largamente importado pelos EUA, Japão, União Europeia e demais países que, em tese, acrescentariam gradualmente este agrocombustível às suas matrizes energéticas.

A perspectiva da criação de um mercado global de etanol, - que jamais existiu nas proporções prognosticadas -, assim como projeções que indicavam uma maior demanda internacional por açúcar, orientaram uma expansão capaz de dobrar a área cultivada com cana-de-açúcar no país, área esta que o país demorou praticamente quinhentos anos para consolidar.

Com efeito, esta estratégia que priorizou o setor primário como motor de desenvolvimento da economia nacional fora temporariamente beneficiada pelo cenário externo, onde o denominado *“superciclo das commodities”* garantiu resultados macroeconômicos favoráveis, o que por sua vez seguiu reforçando a posição que o país tem ocupado na Divisão Internacional do Trabalho, consolidando uma dependência cada vez maior das exportações de produtos primários, num explícito e retrógrado processo de reprimarização da economia.

Nesse contexto em que abundavam recursos estatais para facilitar a integração das elites nacionais ao capitalismo mundializado, o projeto da Reforma Agrária e da construção da soberania alimentar no Brasil, fora mais uma vez adiado, sendo evidente que no contexto dos volumosos desembolsos estatais para o fomento da produção agropecuária, as culturas

tipicamente capitalistas foram as que mais se beneficiaram dos recursos disponibilizados pelo Estado.

E isto, mesmo sendo menos produtivas, concentrando a maior parte das terras, e gerando menos mão de obra no campo e sem contribuição digna de nota para o abastecimento dos alimentos básicos consumidos no país.

No que diz respeito ao setor sucroenergético, o período de 2003 a 2008, foi marcado por uma intensificação da territorialização dos monopólios do setor, sobrevivendo a crise econômica internacional durante a qual o processo expansivo foi delineado pelo endividamento dos agroindustriais canavieiros que culminou na falência e recuperação judicial de dezenas de grupos monopolistas do setor, embora a canavicultura mercantil continue expandindo-se num ritmo menos acelerado pelo território brasileiro.

Por onde passamos, durante a etapa de verificações empíricas no Norte e Noroeste paranaense, constatamos que embora os grupos monopolistas do setor se beneficiaram com a captação de recursos públicos nos últimos anos, em uníssono, tais grupos alegaram serem insuficientes os aportes já recebidos por parte do Estado, sendo que vários destes encontram-se sob processos de recuperação judicial ou paralisaram suas atividades de processamento agroindustrial.

Num contexto em que uma volumosa massa de créditos fora disponibilizada para ser empregada no setor em todas as etapas do processo produtivo, além do fato de que o etanol continua sendo amplamente consumido no país para mover parte significativa da frota nacional de automóveis, e o Brasil continua sendo o líder global nas exportações de açúcar, poderia ser quase impensável tal cenário de estagnação setorial, não fosse as especificidades do formato e estrutura da produção da agropecuária capitalista, na qual se fundamenta o setor sucroenergético.

Isto nos mostra que a subjugação da economia e do próprio Estado pelos capitalistas, delineia a materialização de condições protecionistas em que as classes hegemônicas investem seu capital em múltiplas atividades econômicas, com a segurança da reprodução ampliada desse capital em meio às turbulências de mercado.

Diante da impossibilidade de concretização desses objetivos nos patamares previstos, a classe organizada tem demandado continuamente aporte do fundo público, ao

mesmo tempo que busca preservar seu capital para novos investimentos, não sem deixar para trás vultosas dívidas contraídas pelo setor.

Os escândalos de corrupção que vieram a público recentemente envolvendo as relações entre as principais corporações capitalistas nacionais e o aparelho de Estado, apontam que não se tratou de um simples exagero retórico conceber ao longo do trabalho o Estado como sendo o “comando político do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.110), que tem buscado salvaguardar os interesses das classes hegemônicas.

Desta forma, a história do setor sucroenergético tem sido escrita a partir das várias facetas do intervencionismo estatal, a começar pelas dimensões que o projetou a nível internacional desde o período colonial, passando pela gestão da produção pelo IAA durante quase todo o século XX, pelo Proálcool das décadas de 1970 e 1980, até atingir a conjuntura da primeira década do século XXI, onde igualmente o Estado viabilizou o processo expansivo.

Assim, fica bastante evidente que diante de todas as crises que afetaram o setor ao longo da história, foi com a ajuda do Estado que este setor voltou a se tornar competitivo e economicamente rentável aos agroindustriais.

Nesse contexto, nem mesmo a configuração agroindustrial do setor, que tem sustentado sua produção em modernas bases técnicas, tem conseguido escamotear o arcaico caráter rentista no qual continua se fundamentando a agropecuária capitalista em pleno século XXI, onde a terra tem sido colocada para produzir somente nas condições em que há garantias asseguradas de retorno financeiro. (BELLENTANI, 2014, p.166).

Com efeito, o controle da terra acaba se tornando uma das estratégias privilegiadas para a captação de recursos públicos, conforme assevera Paulino (2007, p.112), sendo que a socialização das perdas dos capitalistas tem evidenciado além do elevado custo social da agropecuária capitalista, a sua própria insustentabilidade enquanto modelo prioritário de desenvolvimento para o campo, diante do fato de que nem mesmo os volumosos recursos públicos disponibilizados até este momento repercutiram em solvência mínima, situação que aliás precede a constituição de monopólios cada vez maiores.

Não obstante, os processos expansivos de culturas fundamentadas na agropecuária capitalista, como é o caso do negócio canavieiro, têm apresentado uma série de

desdobramentos socioespaciais, o que tem colocado em xeque as benesses atribuídas ao formato e à estrutura do agronegócio como modelo virtuoso.

Desta forma, a concentração fundiária, a precarização das relações de trabalho e a vulnerabilização da soberania alimentar, inerentes a agropecuária capitalista, tem atestado que por trás da imagem da produtividade e do simulacro de “celeiro mundial”, capaz de gerar dividendos imprescindíveis para o equilíbrio da balança comercial, o agronegócio tem na verdade buscado ocultar sua face concentradora, espoliadora e predatória<sup>150</sup> para o país.

No setor sucroenergético, tanto nos períodos de maior agressividade do processo expansionista, quanto na atual conjuntura, em que se tem constatado uma significativa retração na expansão canvieira, tais desdobramentos tem sido consequências da territorialização dos monopólios, onde as disputas territoriais têm estado no centro da intensificação da concentração fundiária e da vulnerabilidade da soberania alimentar do país.

Isto porque o processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético têm se fundamentado a partir do controle das porções espaciais dotadas de maior produtividade geográfica, o que tem provocado intensas disputas territoriais pelo controle de frações do território capitalista, envolvendo grupos do setor, agricultores familiares e os diferentes segmentos da burguesia especializados nos principais ramos da agricultura capitalista (THOMAZ JUNIOR, 2010, p.96).

Malgrado os distintos formatos e estruturas de produção, Thomaz Júnior (2010, p. 92) já mostrara que estas disputas territoriais têm priorizado porções espaciais localizadas no que denomina “polígono do agrohidronegócio”, mais especificamente sob o raio de atuação e o vetor da expansão da agropecuária capitalista no Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudoeste de Goiás.

Isso significa que o negócio sucroenergético tem buscado territorializar as porções espaciais dotadas de atributos que possibilitem uma maior rentabilidade, motivo pelo qual acaba sendo o espaço denso das disputas que opõem tanto os próprios capitalistas quanto estes e os agricultores familiares.

---

<sup>150</sup> Ver Fernandes (2010, p. 03-04).

Assim, tal qual ocorre em todos os ramos de atividades desenvolvidas no âmbito da agropecuária capitalista de base exportadora, há uma forte concentração fundiária no setor sucroenergético, muito embora os dados censitários utilizados não a retratem fielmente, uma vez que os grupos monopolistas do setor tem arrendado ou firmado contratos de parceria agrícola com proprietários de terras das adjacências de suas agroindústrias, provindo daí a maior parte da cana processada.

Por mais que os grupos exerçam um controle sob estas terras, determinando o que será produzido em longos períodos de tempo, a terra arrendada ou aquelas pertencentes aos denominados parceiros agrícolas, não são de fato propriedades dos grupos agroindustriais e, tampouco, conformam um único estabelecimento agropecuário.

Some-se a isso o contínuo aumento da área plantada e da produtividade agrícola da cana combinada com processos de fusões e aquisições, o que tem diminuído o número absoluto de unidades agroindustriais em operação no país.

Logo, a concentração, seja de terras ou de capitais em ritmo crescente tem marcado o setor sucroenergético: no período de vigência do Proálcool a área média ocupada por unidade agroindustrial no Paraná era de 6 mil hectares; na atualidade, alcança 22,3 mil hectares por unidade em operação. (ALCOPAR, 2016, s/p.).

Por outro lado, é importante ressaltar que a intensidade da concentração fundiária está vinculada a tendência de concentração setorial a partir da constituição de verdadeiras fusões territoriais monopolísticas<sup>151</sup>, onde no Paraná tão somente 16 grupos controlam a totalidade do setor e, destes, apenas dois, o Santa Terezinha e o Lincoln Junqueira, que figuram entre os dez maiores *players* sucroenergéticos do país, dominam mais de 70% de toda produção canavieira estadual.

Nesse contexto, o avanço da produção canavieira nas proporções demandadas pelos seus promotores apresenta um significativo potencial de intensificar a concentração fundiária e vulnerabilizar a soberania alimentar do país, a despeito da grandeza territorial do país, uma vez que a territorialização dos grupos monopolistas busca incorporar porções espaciais

---

<sup>151</sup> Conforme Oliveira (2014, p.76).

capazes de viabilizar as melhores possibilidades de extração da maior renda territorial possível.

Isso é corroborado pelos dados do último Censo Agropecuário que, apesar de não retratar a atualidade do espaço agrário brasileiro, pois mais de uma década nos separam do momento referencial da pesquisa e, no caso do setor sucroenergético, apenas foram contemplados os três primeiros anos da sua fase expansiva, constatou-se uma dinâmica inversamente proporcional entre o número de estabelecimentos agropecuários e a área correspondente, prova das disputas territoriais entre a agropecuária capitalista e a produção familiar nestes municípios canavieiros.

No Paraná, os municípios com as maiores proporções de suas áreas agricultáveis ocupadas pela cana-de-açúcar, apresentaram maiores níveis de concentração fundiária, sendo relevante ressaltar que seis dos dez municípios com os maiores tamanhos médios de estabelecimentos agropecuários, eram municípios canavieiros.

Como consequência desta intensificação da concentração fundiária, os cultivos alimentares sofreram vertiginosas retrações nos municípios canavieiros paranaenses, chegando a praticamente desaparecer naqueles municípios em que a cana-de-açúcar tem sido a principal cultura da agropecuária capitalista.

É importante ressaltar que no período que antecedeu a expansão canavieira no Norte e Noroeste paranaense, os cultivos alimentares eram numericamente significativos e ocupavam juntos uma área bastante superior ao de várias culturas da agropecuária capitalista, ao passo que a expansão do negócio sucroenergético, assim como de outras culturas de escala, resultou na quase extinção desta produção.

Esta constatação em uma porção territorial que já estava inserida dinamicamente ao espaço econômico brasileiro é o referencial de que a lógica das disputas territoriais contraria a tese de que a grandeza territorial do país por si só compatibilizaria a expansão do setor sucroenergético com a produção de alimentos da agricultura familiar, bem como a de outras culturas fundamentadas na agropecuária capitalista.

Isto porque todo o processo expansionista da cana de açúcar no Brasil, após o Proálcool, se processou de forma concentrada em algumas porções espaciais do país, e se deu avançando majoritariamente sob áreas que já se encontravam utilizadas pelos distintos

formatos e estruturas de produção agropecuária, não considerando expandir-se por todos os rincões da vastidão territorial do país.

Por outro lado, como demonstrado ao longo deste trabalho, instituições tem sido peças chave para a instauração de consensos que tem como base a grandeza territorial do país como elemento capaz de assegurar a expansão canavieira sem vulnerabilizar a soberania alimentar.

Um destes exemplos tem sido a Embrapa, que estimou que na mais otimista das projeções para a produção sucroenergética, o Brasil teria no máximo 1,7% de seu território ocupado pela cana-de-açúcar, tratado como um valor ínfimo diante dos mais de 850 milhões de hectares com que conta o país. (EMBRAPA, 2009, s/p.).

Tal argumento, perfeito para os defensores do negócio sucroenergético, contém um ardid: o fato de que de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, dos cerca de 850 milhões de hectares do país, pouco mais de 25% encontravam-se ocupados pela agropecuária, percentual que diminui drasticamente quando se considera apenas as áreas ocupadas pelas lavouras temporárias e permanentes, que alcançavam aproximadamente 7% da área total do país.

Não obstante, as atividades tipicamente capitalistas que perdem território para o negócio sucroenergético no contexto das disputas territoriais, tem buscado realocar-se em outras porções do país, inclusive rumo a áreas de biomas fortemente ameaçados, como o Cerrado e a Amazônia, até porque inexistem políticas territoriais disciplinadoras para a expansão de pastagens, soja, milho e outras culturas praticadas majoritariamente no vetor de expansão da cana-de-açúcar.

Desse modo, o pressuposto de que o Estado é o comando político do capital<sup>152</sup>, ou nas palavras de Marx e Engels (1998, p.102) a “forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem a sua propriedade e os seus interesses [...]”, confirmou-se no âmbito de nossas investigações ante a inocuidade dos mecanismos de normatização do uso do solo frente às disputas territoriais: o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar implementado em 2009 pela Embrapa é o melhor exemplo, por se revelar um

---

<sup>152</sup> Ver Mészáros (2011, p. 110).

instrumento sob medida aos interesses do setor, ainda que aparente disciplinar a sua expansão de forma socioambientalmente sustentável, compatibilizando-a com a produção de alimentos.

Em realidade, a primazia dos dividendos auferidos graças às práticas monopolistas, em prejuízo de formatos da produção distintos da agropecuária capitalista, acaba imputando às disputas mercadológicas que primam pela rentabilidade o papel de ordenar o uso e a ocupação do solo.

Esta dinâmica territorial é reveladora do estágio de mundialização da agropecuária brasileira, onde a territorialização dos monopólios no setor sucroenergético tem, de acordo com Oliveira (2014, p.2.103) se caracterizado pela atuação de forma simultânea do controle da terra, do processo produtivo no campo e no processamento agroindustrial da cana, unindo em um mesmo ator social o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial.

Nesse contexto, buscamos comprovar que é sob as frações mais rentáveis desta área efetivamente utilizada pela agropecuária que o negócio sucroenergético tem buscado territorializar seu monopólio, e muito embora estas projeções otimistas que nortearam a fase expansiva da primeira década do século XXI não se concretizaram nos patamares prognosticados, a expansão canavieira prossegue, mesmo que em ritmo menos acelerado.

Trata-se de um debate que muito mais do que uma questão retórica, envolve uma questão de método, referência aos que argumentam que o avanço da produção canavieira, assim como das demais culturas produzidas no âmbito da agricultura capitalista, não causariam impactos à soberania alimentar do país, conceito que, aliás, sequer foi incorporado ao léxico do Estado brasileiro. A submissão às condições impostas pelo mercado mundial de alimentos o revela.

Nesse sentido, quando afirmamos que a expansão canavieira intensifica a vulnerabilização da soberania alimentar, não buscamos de forma simplista atribuir o recuo da produção de alimentos da agricultura familiar exclusivamente a intensificação da territorialização dos monopólios do setor sucroenergético, uma vez que a perspectiva das disputas territoriais engloba distintos formatos e estruturas de produção agropecuária, sendo o real problema o *modus operandi* do agronegócio, seja a partir da soja, do milho, da pecuária ou mesmo da cana.

Como demonstrado, é o avanço da agropecuária capitalista que impõe a desterritorialização de outros modelos de produção agropecuária em seus vetores de expansão, cuja fragilidade da agricultura familiar e a produção de alimentos no âmbito das disputas territoriais tem muito a ver com a falta de políticas públicas voltadas a assegurar a soberania alimentar, num contexto em que tem ficado bastante evidente a resistência histórica dos camponeses perante processos que pretendem ser homogeneizantes e totalizadores, como busca ser o engendro do agronegócio.

Nos municípios canavieiros que percorremos, em meio ao “mar de cana”, lado a lado com a soja, com o milho e com as pastagens, encontramos distintos exemplos desta resistência de que falamos, pequenos agricultores com seus estabelecimentos policultores, ao mesmo tempo em que movimentos sociais do campo lutam para transformar a “terra de negócio”, em “terra de trabalho”.

Um dos exemplos deste processo de exclusão que fomenta a luta e a resistência pela terra de trabalho, é a constatação de que desde 2008 centenas de trabalhadores rurais pertencentes ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-, tem ocupado 15 fazendas do Grupo Atalla, que totalizam 25 mil hectares de terras no Norte paranaense.

Ali, era cultivada a cana a ser processada pela Usina Central do Paraná em Porecatu, que paralisou suas atividades de moagem na safra 2016/2017 alegando problemas operacionais, dentre eles a falta de cana.

No entanto, convém ressaltar que muito antes destas ocupações, este grupo monopolista vem apresentando um histórico de improdutividade e questionamentos judiciais acerca da propriedade das terras que controla (INCRA, 2014, s/p.), além de desrespeitar historicamente os direitos trabalhistas, sendo inclusive o grupo Atalla autuado por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão em várias ocasiões, contrastando com a modernidade tecnológica disponível ao setor.

O caráter de luta e resistência entre capital e trabalho, ou ainda, entre camponeses e capitalistas do campo se evidencia de forma mais contundente quando mesmo diante de tais desdobramentos, o Estado tem negligenciado o cumprimento de suas próprias leis, tendo em vista que neste caso específico, mesmo após uma década da ocupação, nada tem sido feito de concreto para que o texto Constitucional seja minimamente cumprido, ou seja, para que a

terra seja destinada para aqueles que efetivamente nela objetivem produzir, garantindo assim sua função social.

Nesse sentido, o protagonismo das políticas públicas voltadas para consolidar o agronegócio como modelo prioritário de desenvolvimento para o campo brasileiro tem no setor sucroenergético um dos exemplos mais notórios de que se trata de uma opção preferencial privilegiar o formato e estrutura da produção da agropecuária capitalista, como instrumento de inserção das elites agrárias rentistas ao capitalismo mundializado.

Na porção setentrional do Paraná, até a década de 1980, quando de fato começa uma expansão do setor sucroenergético viabilizada pelo Proálcool, a produção de alimentos nas zonas canavieiras além de serem significativas, superavam consideravelmente a canavicultura mercantil, mesmo no contexto de avanço de outras culturas capitalistas de escala, como a soja.

Tendo no Proálcool um referencial de política pública capaz de criar demandas artificiais, financiar e subsidiar todas as etapas do processo produtivo, urge questionar quais teriam sido os resultados em caso de investimentos estatais proporcionais à agricultura familiar e a produção de alimentos, relegadas a um segundo plano neste período em que a cana e a produção agroalimentar tiveram um avanço inversamente proporcional.

Diante da modernização da base técnica da produção agropecuária e do declínio da produção cafeeira que expulsou um grande contingente de famílias do campo e promoveu um esvaziamento demográfico nos municípios dependentes do setor agropecuário, as perspectivas de desenvolvimento econômico e social poderiam ter sido outras, caso políticas públicas do calibre do Proálcool tivessem sido adotadas naquele momento histórico para contemplar a agricultura familiar policultora, além de encampar a Reforma Agrária.

Como consequência desta negação, os pujantes resultados atribuídos ao agronegócio têm contrastado com a estagnação econômica dos municípios canavieiros, que ao longo das últimas décadas de avanço do setor sucroenergético, não viram de forma contundente a dinamização de sua economia, senão um perigoso e imprudente incremento da dependência do setor, diante das tantas iminências de crise vivenciadas e prognosticadas perante as flutuações de mercado e as ações governamentais em tempos de ruptura da institucionalidade democrática no Brasil.

Tem sido regra tributar ao setor sucroenergético dinâmicas locais virtuosas, como aumento da renda média e do IDH, apesar da heterogeneidade na composição socioeconômica destes municípios canavieiros que, não raro, vive de uma vasta gama de outras atividades agropecuárias e urbanas dispersas, cuja renda se dilui, fortalecendo a projeção daquela que concentra.

No entanto, quando se compara o avanço dos indicadores socioeconômicos destas localidades canavieiras, como o IDH por exemplo, constata-se a existência de distintas situações, desde consideráveis diferenças para mais ou para menos na evolução deste indicador, em comparação com os municípios não canavieiros, até situações que apresentam pouca ou nenhuma variabilidade quando se compara o IDH destes dois grupos de municípios.

Por isso, refutamos o pressuposto de que essa cultura, por si só, dinamizaria o desenvolvimento local, até porque em parte significativa dos municípios localizados na porção setentrional do Paraná, onde se concentra a maior parte da produção paranaense de cana, há a presença de outras monoculturas típicas do padrão de produção de commodities, além da agropecuária familiar, sem contar as peculiaridades da formação socioespacial de cada município.

Generalizações deste tipo, que associam a expansão canavieira ao desenvolvimento socioeconômico destes municípios não tem como somar ao debate sobre o custo social do formato e da estrutura de produção própria do setor sucroenergético, do qual também são partícipes outras atividades agropecuárias sob distintos formatos de produção praticadas nos domínios deste recorte espacial.

Embora seja necessário ponderar que a maioria esmagadora dos municípios do Norte e Noroeste paranaense tenham menos de 20 mil habitantes, não deixa de chamar a atenção o fato de que a maior parte da cana cultivada, assim como a origem dos trabalhadores e a maioria das unidades agroindustriais estejam localizadas nesta tipologia de municípios, justamente aqueles que anteriormente mais sofreram as consequências da dependência do negócio cafeeiro.

As condições edafoclimáticas e locacionais requeridas pelo setor, além de ter na composição de sua economia uma elevada participação da agropecuária, fez levantar a

hipótese de que a territorialização desses monopólios em municípios de pequeno porte, paradoxalmente os impede de dinamizar suas frágeis economias.

Como a maioria absoluta dos grupos monopolistas do setor sucroenergético do estado não estão sediados nesta tipologia de municípios, os principais benefícios que acabam retidos tem sido os salários dos trabalhadores e os impostos recolhidos a nível local, ao preço do monopólio das terras e da exploração do trabalho da maior parte da mão de obra economicamente ativa, assim como da negação de outros modelos de desenvolvimento local mais sustentáveis e menos excludentes, que teriam a possibilidade de dinamizar de forma mais significativa a economia, que por ora encontram-se vulneráveis as oscilações do setor.

A exclusão pela produtividade, na atualidade da agropecuária capitalista de que trata Fernandes (2008, p.02), fica evidente quando se constatou que mesmo diante do avanço expressivo do setor sucroenergético após o ano de 2003 no Paraná, a geração de empregos rurais nos municípios com agroindústrias canavieiras não apresentou um incremento significativo. A partir de 2009, o saldo entre as admissões e demissões tem ficado negativo em várias ocasiões.

Por outro lado, dados arrolados pelo Ipardes (2016, s/p.) apontaram que a população rural nestes municípios canavieiros continuou a sofrer uma retração contínua, malgrado a expansão do negócio canavieiro e outras monoculturas.

Tais desdobramentos negativos continuam a assombrar estes municípios do Norte e Noroeste paranaense diante de processos de recuperação judicial e de fechamento de usinas, assim como o aumento da mecanização das colheitas, que como consequência tem levado a demissão de milhares de trabalhadores, justamente no setor rural, o que gerava mais empregos nos grupos monopolistas canavieiros.

Não obstante, os resultados alcançados neste trabalho apontaram para a existência de especificidades que permitem diferenciar a atuação do setor sucroenergético dos demais ramos da agropecuária capitalista, motivo pelo qual se fez necessário analisar a dinâmica territorial dos grupos monopolistas do setor, em permanente disputa *inter* e *intra* classes na porção setentrional do estado do Paraná, onde se localiza.

Além da concentração fundiária e de capitais, a extração de mais valia dos trabalhadores que atuam ao longo de todo o processo produtivo passa a ser componente

indissociável da riqueza dos agroindustriais do setor, que passam a auferir tanto a renda fundiária quanto o lucro no negócio sucroenergético.

Ao debruçarmo-nos no mundo do trabalho do setor observamos que na medida em que o setor se expandiu, houve um incremento da exploração dos trabalhadores envolvidos com a colheita da cana, os quais quintuplicaram sua produtividade em pouco mais de meio século, sem que isto se refletisse em um aumento proporcional de seus salários.

No bojo da superexploração nos canaviais de muitos grupos do setor florescem condições de trabalho análogas à escravidão, o que explica, por exemplo, a manutenção da colheita manual movida pelo pagamento por produção, considerada mais vantajosa do que a introdução da colheita mecanizada.

Também neste aspecto o comprometimento do Estado com os grupos monopolistas do setor pois, além de garantir recursos financeiros, buscou mediar a construção de um marco regulatório para as boas práticas trabalhistas baseado na adesão voluntária dos agroindustriais canavieiros, conforme expresso no Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar,

Esta natureza de um Estado que atua em consonância com os interesses do capital ficou particularmente evidente em 2016, quando o governo de Michel Temer, alçado ao poder através de um “golpe parlamentar”, instrumentalizado por distintas forças que compõe a elite nacional e suas articulações globais em tempos de mundialização do capital, sequer divulgou a lista de transparência sobre trabalho escravo contemporâneo no Brasil, em que tradicionalmente encontram-se grupos agroindustriais do setor sucroenergético.

Nas unidades agroindustriais onde fomos recebidos, notamos que não se tratavam de simples unidades processadoras de cana, mas sim de modernas plantas industriais. Combinam-se complexos sistemas logísticos que integram de forma racionalizada a produção agrícola, o processamento industrial e a circulação global dos produtos e subprodutos do setor sucroenergético, sistemas estes compatíveis aos adotados nos principais setores da economia capitalista, o que inclui até a integração a importantes centros de pesquisa científicas e a negociação de ativos em Bolsas de Valores. Trata-se, pois, da face moderna da agropecuária capitalista no setor sucroenergético.

Não muito distante destas ilhas em termos de densidade técnica, estão os canaviais. Muito embora carreguem em cada gomo de cana os traços do melhoramento genético, dos pesticidas e fertilizantes oriundos dos grandes monopólios mundiais, após o período de maturação serão majoritariamente queimados e colhidos tal qual o eram no século XVII nos antigos engenhos açucareiros.

Nesse contexto, depreende-se que o cortador de cana, trabalhador que ainda compõe numericamente o maior contingente de força de trabalho empregado no setor sucroenergético paranaense, tem sido continuamente explorado em uma intensidade que ainda tem possibilitado que o corte manual persista temporariamente como mais vantajoso do que a mecanização em larga escala da colheita de cana, o que somente se torna possível diante da lógica segundo a qual quanto mais se trabalha, menos se recebe por este trabalho, e quanto menor forem os salários, maior será o ritmo de trabalho para garantir o sustento familiar destes trabalhadores, o que por sua vez força o aumento da produtividade individual do cortador de cana sem que haja qualquer investimento por parte do agroindustrial, retardando a mecanização.

Esse movimento contínuo, em que parece não haver limites na intensidade da exploração do trabalho, que no caso do setor sucroenergético se expressa na obrigação dos trabalhadores atingirem médias cada vez maiores, retrata o padrão de reprodução do capital dos grupos monopolistas deste setor, da mesma forma que os demais setores da economia capitalista, onde “[...] se o capital aumenta de 100 para 1000, então 1000 é agora o ponto de partida, do qual o aumento tem que começar [...]”. (MARX apud MÉSZÁROS, 2010, p. 603).

Nesse contexto, o capital tem se consolidado como o “[...] mais dinâmico e mais competente extrator de trabalho excedente em toda a história [...] já que a “escravidão assalariada” é internalizada pelos sujeitos trabalhadores e não tem de ser imposta [...]” (MÉSZÁROS, 2010, p. 102-103), pois está fundamentada no denominado “trabalho livre e contratual”.

No caso do setor sucroenergético, onde o pagamento por produção tem sido o instrumento capaz de extrair o trabalho excedente num ritmo contínuo, fica nítido a eficácia deste padrão de exploração, onde os grupos do setor, assim como os próprios trabalhadores tem preferido tal sistema de pagamento, embora seja igualmente nítido que estes últimos têm

se submetido a tal mecanismo a partir da ilusão que poderão alcançar uma melhor remuneração.

Mas é justamente aí que reside a essência que permite a eficácia deste modelo de exploração em favor dos grupos do setor sucroenergético, onde quanto mais se trabalha menos se recebe e quanto menos se recebe, mais se trabalha para receber um salário com o poder de compra compatível com sua mínima reprodução social. Enfim, trata-se de uma riqueza produzida pelo cortador de cana que, contraditoriamente, reforça sua miséria humana e social.

Submetido a um intenso e degradante nível de exploração, somente se sujeita a tal situação em função de estar desprovido dos meios de produção e da terra. Durante as verificações empíricas, a maior parte destes trabalhadores sinalizaram ser esta a última opção de trabalho, a mais desgastante atividade a qual já foram submetidos, da qual se desligariam caso houvesse outras alternativas.

Verificou-se que os empregos gerados no setor têm sido ocupados pelos trabalhadores demitidos, expulsos e expropriados pela própria agropecuária capitalista.

Nestas pequenas localidades, a dependência da massa salarial desta categoria de trabalhadores é fator de estagnação e o melhor exemplo é o do principal grupo monopolista do setor no Paraná, onde a média salarial dos cortadores de cana não tem sequer alcançado 1,5 salários mínimos mensais.

Isso revela uma das muitas contradições inerentes ao modo capitalista de produção, em que a opulência do rentável setor sucroenergético contrasta com a miséria e a subjugação do cortador de cana, ora submetido a condições de trabalho análogas a da escravidão.

Situação essa que não foi identificada como exceção: nos domínios territoriais do setor sucroenergético outros exemplos de exclusão e exploração vem a nu, como o fato de que em 2012 o corte de cana liderou os resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Paraná, representando cerca de 80% destes casos, quando os municípios canavieiros paranaenses de Perobal e Engenheiro Beltrão, em que atua o grupo Sabarálcool, ocuparam a 2º e a 5º posição no ranking nacional das operações e onde foram registrados mais resgates no Brasil durante este período.

Embora as informações prestadas por gestores dos grupos do setor sucroenergético tenham sido a de que atuam em consonância com a legislação trabalhista em vigor, a constatação de autuações recentes de unidades agroindustriais do estado, flagradas com trabalhadores em condições análogas à escravidão, demonstram que o *modus operandi* da agropecuária capitalista combina barbárie e modernidade como faces de uma mesma moeda, conforme ensinou Oliveira (2003, p.115).

Não tem sido outro fator, senão a intensificação deste processo de exploração que impulsiona inúmeros trabalhadores de vários grupos agroindustriais do estado a ingressar com ações judiciais para reclamar direitos referendados pela legislação vigente, como a insalubridade por exemplo.

No entanto, a maioria destes trabalhadores só o fazem após seu desligamento funcional, não obstante as retaliações por parte destes grupos empresariais onde praticamente inexitem alternativas de reinserção no mercado de trabalho, severamente tolhido pela força destes monopólios.

Nas verificações empíricas constatou-se como o aparelho de Estado atua interconectado com os interesses das classes dominantes, a exemplo do ocorrido na Comarca de Porecatu, onde atua o grupo Atalla, um dos mais conhecidos em termos de violação da legislação. O juiz responsável pelo julgamento de centenas de ações trabalhistas contra o grupo foi afastado de suas funções, tendo inclusive seus bens bloqueados, por estar vinculado a um esquema de venda de sentenças. A Usina Central do Paraná, do mencionado grupo sucroenergético, figurava como uma das beneficiárias<sup>153</sup> do esquema.

Paradoxalmente, esta força de trabalho fortemente sujeitada aos padrões de acumulação do setor sucroenergético se vê diante de uma ameaça iminente, que é a mecanização da colheita da cana.

Quando se aborda a questão dos impactos provocados pelo setor canavieiro, a mecanização da colheita é um fator que não pode ser negligenciado, pois seu avanço no Norte

---

<sup>153</sup> De acordo com reportagem publicada em outubro de 2016 no portal Bonde/Folha de Londrina (2016, s/p.), “[...] o juiz teria recebido “inúmeras vantagens patrimoniais indevidas” de uma usina da região para, em contrapartida, proporcionar “proteção indevida à usina em autos judiciais de seu interesse, agilizando os processos que lhe eram favoráveis e retardando aqueles que tramitavam em seu desfavor”.

e Noroeste paranaense é incontestável, chegando a alcançar mais de 85% no principal grupo monopolista territorializado no estado.

Apesar de no estado do Paraná parte significativa da cana ainda ser colhida manualmente, houve nos últimos anos um avanço expressivo na mecanização da colheita, fruto da necessidade de se adaptar as exigências da legislação ambiental, além da gradativa inviabilização da manutenção dos cortadores de cana, frente a conquista de direitos básicos destes trabalhadores, seja a partir do aumento das fiscalizações e a devida aplicação da legislação, ou devido a ações judiciais impetradas pelos próprios trabalhadores, conforme foi possível notar nos municípios canavieiros paranaenses.

Some-se a isto o avanço tecnológico, aliado a abundância de linhas de crédito disponibilizada pelo Estado para promover a reestruturação produtiva, onde a racionalização operacional que objetiva potencializar o processo de reprodução ampliada do capital, não fica restrita a modernização tecnológica das plantas industriais e a adoção de formas de gestão condizentes com a atual etapa de acumulação capitalista, mas inevitavelmente engloba todas as etapas e setores produtivos do grupo monopolista.

O avanço da mecanização, diferente de sugerir uma superação do processo de precarização do trabalho, impõe sobre os municípios canavieiros uma série de desdobramentos socioeconômicos negativos, tendo em vista o elevado grau de dependência destas localidades para com os empregos gerados na colheita manual, que embora precários, possibilitam um retorno monetário mínimo, do qual não podem prescindir aqueles cuja única moeda de troca capaz de lhe assegurar a sobrevivência é a força de trabalho.

Os cortadores de cana, ao constituírem uma categoria com baixíssima qualificação profissional, aliado ao fato de que a oferta de capacitação e treinamento por parte das usinas tem sido numericamente irrelevante, terão grandes obstáculos para sua integração no mercado de trabalho destes municípios que se caracterizam pela grande dependência do setor sucroenergético, e invariavelmente de outros ramos e setores da agropecuária capitalista.

Levando-se em consideração que as mais modernas máquinas podem eliminar centenas de postos de trabalho, e que este processo de mecanização tem se dado de forma gradual, a concorrência com o corte manual é uma estratégia derradeira para aproveitar o que ainda é possível da exploração do trabalho do cortador de cana, uma vez que metas cada vez

maiores são estipuladas pelos grupos monopolistas, e o trabalhador obrigado a aumentar sua produtividade, sem que isso signifique aumento em sua remuneração.

Não obstante, como continuará existindo uma demanda por cortadores de cana para atuarem em áreas em que a topografia não permita a mecanização, estes trabalhadores já sofrem com a redução de seus vencimentos, uma vez que além de competirem com a produtividade da máquina nos terrenos planos, terão a desvantagem de cortarem cana em áreas mais íngremes, além do fato de os grupos agroindustriais reduzirem os valores pagos por tonelada ou metro de cana cortada, em virtude de se tratar de produção complementar.

Não é demais ressaltar que a mecanização, seja da colheita ou do plantio, setores da produção sucroenergética que mais geram empregos, sempre esteve nos planos dos agroindustriais para o momento em que a manutenção do corte manual fosse inviabilizada por restrições da legislação ambiental e pelo aumento dos custos com a força de trabalho, o que nos permite afirmar que um dos principais argumentos dos defensores da tese das externalidades positivas, que é a geração de empregos pelo setor, fica seriamente comprometido.

E os dados estatísticos até o momento tem referendado tal perspectiva, num contexto em que nos municípios canavieiros tem se constatado uma retração da geração de empregos no campo, mesmo estes dados retratando um momento referencial em que a mecanização das colheitas atinge pouco mais de um terço das lavouras canavieiras no estado.

Nesse sentido, este processo de mecanização gradual tem sido o responsável pelo incremento massivo das demissões nos dois principais grupos monopolistas do setor sucroenergético no Paraná, o que corrobora as nossas observações de que apenas um reduzidíssimo número de trabalhadores serão reinseridos em outras atividades no setor sucroenergético.

Destes, um número insignificante de cortadores de cana tem recebido capacitação profissional para operarem máquinas, e do total de trabalhadores dispensados do corte manual, uma pequena parte está sendo remanejada para os tratos culturais, majoritariamente no plantio, com salários mais baixos dos que os alcançados no corte de cana, uma vez que não recebem por produção e o poder de negociação entre capital e trabalho nas condições de

incremento do contingente do exército de reserva, evidentemente tende a ficar mais vantajoso ao agroindustrial.

Assim, o inevitável processo de mecanização das colheitas vai produzindo gradativamente nos municípios canavieiros o mesmo efeito das outras culturas da agropecuária capitalista, que já contam com um elevadíssimo grau de mecanização.

E conforme foi possível notar durante as verificações empíricas, a quase totalidade dos cortadores de cana possuem um passado ligado as atividades agropecuárias, e delas foram desligados por processos expropriatórios relacionados a evolução do avanço do capitalismo no campo e suas respectivas reestruturações.

Esta constatação nos permite afirmar que o processo de mecanização da colheita da cana, ao liberar um contingente de mão de obra qualificado para o trabalho no campo em áreas em que a agropecuária capitalista vem eliminando sistematicamente postos de trabalho ao longo das últimas décadas, evidencia a iminência de uma situação dramática para milhares de trabalhadores das pequenas localidades em que tem se territorializado o setor sucroenergético.

Isto porque estes trabalhadores, que claramente não serão em sua maioria realocados para outros postos de trabalho nas agroindústrias canavieiras, também encontrarão muitas dificuldades na busca por trabalho em outras atividades agropecuárias, pois o próprio processo de territorialização dos monopólios do setor sucroenergético, contribuiu para a redução da diversidade das atividades econômicas no espaço agrário destes municípios, no âmbito das disputas territoriais, onde a soja, a cana e as pastagens tem dominado a paisagem com uma configuração monocultural, e com geração mínima de empregos.

Com um potencial contingente de trabalhadores portadores de fortes raízes no setor agropecuário prestes a serem liberados do corte manual em municípios fortemente dependentes deste setor, somente políticas públicas que levem em consideração a Reforma Agrária e o incentivo a agricultura familiar policultora poderiam minimizar tais impactos, sendo que já é notável a presença de inúmeros cortadores de cana nos movimentos sociais agrários no Norte e Noroeste paranaense.

Neste sentido, é temerário para esse contingente de trabalhadores dispensados ou para aqueles que continuarão atuando no corte manual de cana, o engendro do governo de Michel Temer, instaurado a partir da ruptura da institucionalidade democrática no Brasil: a Reforma Trabalhista e a da Previdência que por ora tramitam no Congresso Nacional, além de eliminar direitos e precarizar as relações de trabalho, prolongam a exploração dos trabalhadores de um setor em que a vida útil tem sido similar a dos escravos do período colonial.

Não menos importante neste debate acerca da mecanização da colheita, é o fato de que a precarização das relações de trabalho não será totalmente eliminada a partir da restrição do corte manual às áreas topograficamente desfavoráveis a introdução de máquinas.

Isto porque a introdução de máquinas ao processo produtivo de qualquer atividade econômica não tem significado nos últimos séculos a eliminação de tal precarização, num contexto em que a exploração da mais valia do trabalhador continua sendo um imperativo do modo capitalista de produção.

Com efeito, a substituição do “trabalho vivo” pelo “trabalho morto”, ou seja, a introdução de maquinários ao processo produtivo, conforme teorizara Marx ainda na realidade do século XIX, não se deu com o objetivo de melhorar as condições dos trabalhadores, mas sim potencializar a extração da mais valia por parte dos capitalistas.

Assim, a introdução de máquinas colheitadeiras no âmbito da reestruturação produtiva pela qual tem passado o setor sucroenergético, pode ser responsáveis pelo desaparecimento de determinadas condições de insalubridade inerente ao corte manual de cana, embora já seja possível constatar que entre os operadores destas colheitadeiras, outras facetas deste mesmo processo de espoliação vem sendo impostas na medida em que avança este processo de mecanização, como são os casos das extenuantes jornadas de doze horas diárias, dos riscos de acidentes, das exigências do desempenho das máquinas e das metas de produtividade das “frentes”, etc (THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 07).

Portanto, eis o que o setor sucroenergético tem a oferecer na territorialidade de seus monopólios, onde ao se plantar a promessa do desenvolvimento, tipicamente associado ao agronegócio, tem se colhido crises e dívidas vultosas, concentração de terra e de renda,

exploração do trabalho e comprometimento da soberania alimentar, além da imprudente intensificação da dependência econômica dos municípios canavieiros ao setor.

E mesmo diante destes desdobramentos, o Estado não tem titubeado em destinar os recursos que faltam à promoção de modelos sustentáveis de produção agropecuária, para um setor cuja manutenção tem representado um elevado custo social para o Brasil.

## 7 - REFERÊNCIAS

AGUIAR, C.J.; SOUZA, P.M. A expansão da cana de açúcar e a produção dos demais gêneros na última década: uma análise dos principais estados produtores. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, BNB, v. 45, n. 2, p. 88-100, 2014. Disponível em <[https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd\\_artigo\\_ren=1437](https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1437)>. Acesso em 10 out. 2016.

AGROLINK. **Cotações de commodities agrícolas**. São Paulo: 2016. Disponível em <<http://www.agrolink.com.br/cotacoes/graos/feijao>>. Acesso em 21 ago. 2016.

ALCOPAR. **Mapa de localização das unidades produtoras de álcool e açúcar do estado do Paraná. Maringá: 2015. Disponível em:** <<http://www.alcopar.org.br/associados/mapa.htm>> Acesso em: 07 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Histórico da produção no Paraná. Maringá: 2014. Disponível em:** <[http://www.alcopar.org.br/estatisticas/hist\\_prod\\_pr.htm](http://www.alcopar.org.br/estatisticas/hist_prod_pr.htm)> Acesso em: 07 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Histórico da produção no Paraná. Maringá: 2016. Disponível em:** <[http://www.alcopar.org.br/estatisticas/hist\\_prod\\_pr.htm](http://www.alcopar.org.br/estatisticas/hist_prod_pr.htm)> Acesso em: 07 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Indústria de Bioenergia do Paraná: Relatório 2008. Maringá: SibioPar, 2009.**

**ALTHUSSER, I. Aparelhos ideológicos de estado. São Paulo: Graal, 2001.**

**ALFONSI (et al.) Condições climáticas para a cana-de-açúcar. In: PARANHOS, S.B. Cana-de-açúcar: cultivo e utilização. Campinas: Fundação Cargill, 1987. p. 42-55.**

ALTO ALEGRE. **Nossas unidades**. Colorado: 2014. Disponível em <<http://www.altoalegre.com.br/unidades.aspx>>. Acesso em 21 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Sustentabilidade de 2012**. Presidente Prudente: 2013

\_\_\_\_\_. **Relatório de Sustentabilidade de 2013**. Presidente Prudente: 2014

\_\_\_\_\_. **Relatório de Sustentabilidade de 2014**. Presidente Prudente: 2015

ANHESINI, J.A.R. **Influência econômica da agroindústria canavieira sobre os municípios produtores paranaenses**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ANFAVEA. **Anuário estatístico da indústria automobilística**. São Paulo: Anfavea, 2015.

ALVES, Francisco. Porque morrem os cortadores de cana? **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo: FSP/USP, v.15, n. 3, p. 90-98, set/dez 2006. Disponível em: <[http://www.apsp.org.br/saudesociedade/XV\\_3/revista%2015.3\\_artigo%2006.pdf](http://www.apsp.org.br/saudesociedade/XV_3/revista%2015.3_artigo%2006.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2014.

ANDRADE, M. C. de. **Modernização e pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: UNESP, 1994.

ANDRADE, J.M. F, DINIZ, K.M. **Impactos ambientais da agroindústria da cana-de-açúcar: subsídios para gestão**. São Paulo. Monografia (Gerenciamento Ambiental) – USP- Escola Superior de Agricultura, Piracicaba, 2007. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-07052002-091407/>> Acesso em: 22 mar. 2012.

BACCARIN, J.G. **A constituição da nova regulamentação sucroalcooleira**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em < <http://vsites.unb.br/ceam/neagri/PDF/Caderno%20CEAM/Caderno%2022.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BARROS, C.J. **As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro**. São Paulo: Repórter Brasil, 2014.

BELLENTANI, N. F. **A territorialização dos monopólios do setor sucroenergético**. Tese (Doutorado). USP: São Paulo, 2014. Disponível em < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062015-173239/pt-br.php> >. Acesso em 10 set. 2015.

BINI, D.L.C. Concentração produtiva na atividade canavieira? **Análises e Indicadores do Agronegócio**. São Paulo: IEA, 2012. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-52-2012.pdf>>. Acesso em 10 set. 2016.

BOITO JÚNIOR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. IN: Boito Jr, Armando & Galvão, Andréia. **Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000**. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

BORLINA FILHO, V. **Na era Lula, usineiros receberam mais de R\$ 28 bi do BNDES. Folha de São Paulo. São Paulo, 12011. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/m e2602201118.htm>>. Acesso em 15 jun.2013.**

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, R.; D'HORTA A.P. **Dois repórteres no Paraná**. Curitiba: Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.

BRAGUETO, C.R. **A inserção da microrregião geográfica de Londrina na divisão internacional do trabalho.** (Dissertação de Mestrado) São Paulo: USP, 1996.

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **O BNDES e a agroindústria em 1999.** Brasília: BNDES, 2000.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **O BNDES e a agroindústria em 2002.** Brasília: BNDES, 2003.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **O BNDES e a agroindústria em 2005.** Brasília: BNDES, 2006.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **O BNDES e a agroindústria em 2008.** Brasília: BNDES, 2009.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **O BNDES e a agroindústria em 2011.** Brasília: BNDES 2012

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **O BNDES e a agroindústria em 2013.** Brasília: BNDES, 2014.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **O BNDES e a agroindústria em 2014.** Brasília: BNDES, 2015.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Perspectivas do investimento 2015-2018 e panoramas setoriais.** Brasília: BNDES, 2015. Disponível em <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2842> >. Acesso em 15 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório anual de operações do BNDES.** Brasília: BNDES, 2016. Disponível em <[Http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes](http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes) >. Acesso em 15 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural até 2012.** Brasília: BCB, 2015. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em 02 de fev. de 2015.

\_\_\_\_\_. Biblioteca Presidencial. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do Complexo Industrial da Perdigão Mineiros-GO, 20 de março de 2007.** Brasília: Biblioteca Presidencial, 2007. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/20-03-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-inauguracao-do-complexo-industrial-da-perdigao>> Acesso em 21 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa Civil, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia. **Produção brasileira de álcool e cana - de açúcar**. Brasília: MAPA, 2014. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/producao/prod\\_cana\\_a\\_cucar\\_alcool\\_mensal.pdf](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/producao/prod_cana_a_cucar_alcool_mensal.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia. **Usinas e destilarias cadastradas**. Brasília: MAPA, 2014. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/servicos/usinas\\_destilarias/usinas\\_cadastradas/ups\\_24-03-2014\\_0\\_0.pdf](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/servicos/usinas_destilarias/usinas_cadastradas/ups_24-03-2014_0_0.pdf)> Acesso em: 17 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia. **Anuário estatístico da agroenergia**. Brasília: MAPA, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia. **Produção brasileira de álcool e cana - de açúcar**. Brasília: MAPA, 2016. Disponível em: <[http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/producao/prod\\_cana\\_a\\_cucar\\_alcool\\_mensal.pdf](http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/page/mapa/estatisticas/producao/prod_cana_a_cucar_alcool_mensal.pdf)> Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Valor bruto da produção agropecuária**. Brasília: MAPA, 2016. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp> >. Acesso em 15 set.2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeção do Agronegócio Brasil - 2015/2016 a 2025/2026**. Brasília: MAPA, 2015. Disponível em <[http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/proj\\_agronegocio2016.pdf/view](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/proj_agronegocio2016.pdf/view) >. Acesso em 15 set.2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Estatísticas do comércio exterior. Brasília: MDIC, 2015.

\_\_\_\_\_. **Discurso proferido pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em 20/03/2007**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 2007. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>>. Acesso em 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Comércio Exterior. **Balança comercial brasileira**. Brasília: SECEX, 2016. Disponível em <http://portal.siscomex.gov.br/servicos/estatisticas/balanca-comercial> >. Acesso em 26dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Brasília: MTE, 2016. Disponível em <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdmministracaoPublica/guilhermecyrino.pdf>>. Acesso em 10 set. 2016.

CANASAT. **Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da terra**. São Jose dos Campos: INPE, 2014. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/mapdsr/pr/frame.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório da produção por município**. São José dos Campos: INPE, 2014. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/mapdsr/pr/frame.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

CANCIAN, N.A. **A cafeicultura paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CANUTO, Agronegócio: A modernização conservadora que gera a exclusão por produtividade. Revista Nera: Presidente Prudente, 2004. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1466>>. Acesso em 19 set. 2016.

CARNEIRO, R. M. **Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina**. Santiago: Cepal, 2012. Disponível em <[http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/observatorio/Commodities\\_choques\\_externos\\_crescimento.pdf](http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/observatorio/Commodities_choques_externos_crescimento.pdf)>. Acesso em 10 de nov. de 2016

CARNOY, M. C. Estado e teoria política. São Paulo: Papius, 1985.

CARVALHEIRO, E.M. **As alterações no desenvolvimento local do estado do Paraná desencadeadas pela agroindústria canavieira**. Toledo: Sober, 2005.

CARVALHEIRO, E. M.; SCHALLENBERGER, E. **As contribuições da agroindústria canavieira para o processo de desenvolvimento da mesorregião norte central do estado do Paraná**. Toledo: Sober: 2008.

CARVALHO, G. R. O Setor sucroalcooleiro em Perspectiva. **Revista Conjuntura Agropecuária: Sucroalcooleira**. Campinas: EMBRAPA, mar. 2003. Disponível em: <[http://www.cnpm.embrapa.br/conjuntura/0603\\_Sucroalcooleiro.pdf](http://www.cnpm.embrapa.br/conjuntura/0603_Sucroalcooleiro.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2008.

CARVALHO, M.S. **A pequena produção de café no Paraná**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

- CARVALHO, G.C.; GALLO Z. Dependência econômica de pequenos municípios: há alternativas em relação à agroindústria canavieira em Pradópolis-SP? **Revista Temas de Administração**. Araraquara: 2012. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/guilhermecyrino.pdf> >. Acesso em 05 mar. 2016.
- CASTRO, N.J.; DANTAS, G.A. **Fusões e aquisições no setor sucroenergético e a importância da escala de geração**. Rio de Janeiro: TDSE, 2009.
- CASTRO J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CEPEA. **Indicador do açúcar cristal**. Piracicaba: Esalq, 2015.
- CESÁRIO, A.C. Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In. PAZ, F. M. (org) **Cenários de economia e política do Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991. p.17-46.
- CLARION. **Plano de Recuperação Judicial**. Ibaíti:2013. Disponível em <[http://www.clarionsa.com.br/docs/invest\\_espont/PLANODERECUP168.pdf](http://www.clarionsa.com.br/docs/invest_espont/PLANODERECUP168.pdf) >. Acesso em 16 nov. 2016.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1974.
- CONAB. **Séries históricas de área plantada, produção e produtividade relativas as safras de 1976/1977 a 2014/2015**. Brasília, 2015. Disponível em <[http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&&Pagina\\_objcmsconteudos=2#A\\_objcmsconteudos](http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&&Pagina_objcmsconteudos=2#A_objcmsconteudos)>. Acesso em 02 set. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Séries históricas de área plantada, produção e produtividade relativas as safras de 1976/1977 a 2013/2014**. Brasília, 2014. Disponível em <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252>>. Acesso em 26 jul. 2015.
- COOPCANA. **Nossa história**. Paraíso do Norte: 2016. Disponível em <<http://www.coopcana.com.br/coopcana.php> >. Acesso em 12 set. 2016.
- CORAZZA, G. **Estado e relações de produção**. Porto Alegre: FEE, 1987.
- CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. Os centros de gestão do território. **Revista Território**. Rio de Janeiro, 1996.
- DACALDA. **Nossa história**. Jacarezinho:2015. Disponível em <<http://www.dacalda.com.br/companhia.php?skin=historia>>. Acesso em 07 set. 2016.
- DASA. **Plano de Recuperação Judicial do grupo DASA**. Nova América da Colina: 2014. Disponível em <<http://docplayer.com.br/12999896-Plano-de-recuperacao-judicial-conjunto>>

de-destilaria-americana-s-a-e-a-n-a-agricola-nova-america-ltda.html >. Acesso em 11 set. 2016.

DECLARAÇÃO DE HAVANA. **Declaração final do Fórum Mundial sobre soberania alimentar**. Havana, Cuba, 2001. Disponível em <[www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencia\\_alimentar\\_dec\\_por.rtf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencia_alimentar_dec_por.rtf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em 10 mar. 2015.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DERAL. **Análise da conjuntura agropecuária**. Curitiba: 2013. Disponível em <[http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/mandiocultura\\_2013\\_14.pdf](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/mandiocultura_2013_14.pdf)>. Acesso em 15 out. 2016.

D'INCAO M.C. **A questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **O "Bóia-Fria": acumulação e miséria**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

EMBRAPA. **Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar**. Brasília: EMBRAPA, 2009.

ENDLICH, A.M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2006. Disponível em <[http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis\\_teses/06/06\\_angela.pdf](http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/06/06_angela.pdf)>. Acesso em 05 out. 2015.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

FABRINI, J.R. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1643>>. Acesso em 10 dez. 2015.

FERNANDES, B. M. **O novo nome é agrobusiness**. Presidente Prudente: UNESP, 2004. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>>. Acesso em 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e a Reforma Agrária. **Revista Nera**. Presidente Prudente: UNESP, 2010. Disponível em <[http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria\\_Bernardo.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf)>. Acesso em 10 jun. 2016.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GIRARDI, E.P. **Atlas da questão agrária brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em < <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/> >. Acesso em 12 jul.2012.

GONÇALVES, D.B. **Dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista**. 2005. 96f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Faculdade de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3470> > . Acesso em: 28 jul. 2015.

HAESBART, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

\_\_\_\_\_. HAESBART, R. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: vol 26, nº. 1, jan/jun, p. 117-124, 2006.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HESPANHOL, A. N. Bioenergia e cultivos alimentares: produzir para quem? **Revista Formação**. Presidente Prudente: nº. 15, vol. 2, p. 189-126. Disponível em <[http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25\\_debate.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25_debate.pdf)> Acesso em 21 jul. 2010.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios: segurança Alimentar - 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

\_\_\_\_\_. **Censo agrícola de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

\_\_\_\_\_. **Censo agrícola de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 1995- 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

\_\_\_\_\_. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro, IBGE, 2014. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2013/default.shtm>. Acesso em 10 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do comércio exterior brasileiro**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em < <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm> > . Acesso em 15 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Balço Nacional de Cana-de-Açúcar e Agroenergia**. Brasília: MAPA, 2016. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/estatisticas> >. Acesso em 06 jan. 2017.

IPARDES. **Base de dados do estado**. Curitiba: IPARDES, 2014. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 12 maio 2014.

\_\_\_\_\_. **Base de dados do estado**. Curitiba: IPARDES, 2015. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Base de dados do estado**. Curitiba: IPARDES, 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 15 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Indicador de Cobertura Vegetal do estado do Paraná**. Curitiba, 2002. Disponível em < [http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/cobertura\\_vegetal.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/cobertura_vegetal.pdf) > Acesso em 23 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Indicador de áreas potenciais à degradação dos solos em relação a área total do Paraná**. Curitiba, 2005. Disponível em < [http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/degradacao\\_do\\_solo.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/degradacao_do_solo.pdf) >. Acesso em 23 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca\\_alimentar\\_2014](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2014). >. Acesso em 10 set. 2015.

JANK, M. S. A **Globalização e o setor sucroenergético brasileiro**. São Paulo, UNICA, 2011. Disponível em <<http://www.unica.com.br/opiniao/show.asp?msgCode={3F9EA33E41324292BDB8-3F3BE97FF854}>>. Acesso em 23 set. 2012.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. In: **The Political Quarterly**. Londres: 1943. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.146923X.1943.tb01016.x/abstract>>. Acesso em 23 set. 2012.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

KOFFLER, N. F.; DONZELLI, P. L. Avaliação dos solos brasileiros para a cultura da cana - de - açúcar. In: PARANHOS, S.B. **Cana-de-açúcar: cultivo e utilização**. Campinas: Fundação Cargill. p. 17-41.

LEFF, H. **La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp12.pdf>>. Acesso em 15 set. 2014.

LEITE, M. C. **O zoneamento ecológico-econômico: impasses e perspectivas de um instrumento de gestão ambiental**. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2001. Disponível em <[http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1898/1/2001\\_CristinaMariaCostaLeite.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1898/1/2001_CristinaMariaCostaLeite.pdf)>. Acesso em 15 set. 2010.

LENIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Sunderman, 2011.

LUCIANO, A. Corte de cana lidera resgates no Paraná. **Gazeta do Povo**, 2012. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/corte-de-cana-lidera-resgates-no-pr-e91uw1v7g7xc64557cx0isw26>>. Acesso em 10 set. 2015.

LUCIZANI, J.N. A estrutura fundiária dos principais municípios canavieiros do Paraná: uma análise comparativa (1995-2006). **Revista Economia & Tecnologia**. Curitiba: UFPR, 2011. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26824>>. Acesso em 15 out. 2015.

LUCKMAN, A. D. Indianos compram usinas no Paraná. **Gazeta do Povo**. Curitiba: 2009. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/indianos-compram-usinas-no-parana-9dwtld1gh11d5pfnlamyigkfl>>. Acesso em 10 set. 2016.

MACEDO, I. C. A Energia da Cana – de – Açúcar. **Revista Agroanalysis**. Rio de Janeiro: FGV, v. 25, n. 10, p. 35, out.2005.

MACEDO, P.A.M. Cortadores de cana: o lado amargo da produção canavieira. **Científico**. Salvador: Ano VII, v. II, julho-dezembro 2007, p. 85-100. Disponível em <[http://www.frb.br/ciente/dossie/dossie\\_macedo.pdf](http://www.frb.br/ciente/dossie/dossie_macedo.pdf)>. Acesso em 23 out. 2010.

MAACK, R.A. **Geografia física do estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

MACHADO, J. Internacionalização do capital: face perversa. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: nº. 12, v. 3, p. 9-14, 1998. Disponível em <[https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v12n03/v12n03\\_02.pdf](https://www.seade.gov.br/produtos/spp/v12n03/v12n03_02.pdf)> . Acesso em 21 fev. 2015.

MARIGHELLA, C. **Alguns aspectos da renda da terra no Brasil**. Revista Estudos Sociais, 1958. Disponível em < <http://www.marxists.org/portugues/marighella/1958/renda/index.htm>>. Acesso em 21 fev. 2013.

MARINGÁ. **Usina de Jacarezinho**. Maringá:2016. Disponível em <<http://www.grupomaringa.com.br/usinajacarezinho.asp> >. Acesso em 09 set. 2016.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. O “abril verde” do outro lado do MST. **O Estado de São Paulo**. 6 maio 2007. Sessão Aliás, p.J5.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Hucitec, 1975.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. **Trabalho estranhado e propriedade privada: manuscritos econômico-filosóficos**, São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELHORAMENTOS. **Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. São Paulo: CMNP, 2016. Disponível em <<http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/historia/>>. Acesso em 11 set. 2016.

MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil: classe dominante e agricultura**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENDONÇA, L.M; PITTA, F.T.; XAVIER, C.V. Agroindústria canavieira e a crise econômica mundial. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: 2012. Disponível em < <http://www.social.org.br/relatorioagrocombustiveis2012.pdf>>. Acesso em 10 set. 2014.

MENDONÇA, L.M., PITTA, F.T. O etanol e a reprodução do capital em crise. **Agrária**. São Paulo: USP, 2010. Disponível em [www.revistas.usp.br/agraria/article/download/45568/49594](http://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/45568/49594) > Acesso em 10 set. 2014.

MÉSTZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

MILANEZ, A. Y. et al. **O déficit de produção do etanol no Brasil entre 2012 a 2015: determinantes, consequências e sugestões de políticas**. BNDES Setorial, n. 35, p. 277-302, mar. 2012. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta\\_Expressa/Tipo/BNDES\\_Setorial/201203\\_08.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/BNDES_Setorial/201203_08.html)>. Acesso em 10 set. 2014.

MOREIRA, R. J. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Buenos Aires: CLACSO, p. 89-111, jul.1995. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/moreira4.hm>>. Acesso em: 31 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais (ou para repensar a geografia). **Território Livre**, São Paulo, n. 1, 1979.

NOZOE, N. Sesmarias e apossamentos de terras no Brasil colônia. In: **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia**. Natal, 2006. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A024.pdf>>. Acesso em 21 jan.2014.

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, I.M. (Orgs). **O campo no século XXI: o território de vida, de luta e de construção de justiça social**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 29-70.

\_\_\_\_\_. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. MST, 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5310>> Acesso em: 15 out.2012.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e reforma agrária**. São Paulo, Labur, 2007.

\_\_\_\_\_. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Agricultura e indústria no Brasil. **Revista Campo-Território**. Uberlândia: UFU, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010. Disponível em <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php>>. Acesso em 23 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In **Revista Terra Livre**. Presidente Prudente: AGB, 2003). Disponível me <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/473>> Acesso em 15 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. A mundialização da agricultura brasileira. In: **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo: Estudios Territoriales, 2014. Disponível em <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Ariovaldo%20Umbelino%20de%20Oliveira.pdf>> . Acesso em 21 nov. 2016.

OLIVEIRA, G. Estrangeiros são a nova geração de usineiros. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513>>. Acesso em 10 out. 2014.

OLIVEIRA, J. G. **Indicadores socioeconômicos em estados produtores de cana-de-açúcar: análise comparativa entre municípios** . Campinas, Unicamp, 2011.

ONU. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. La alimentación y la agricultura em America Latina y el Caribe. Santiago do Chile:, 2014. Disponível em <<http://www.fao.org/3/a-i3592s.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2015.

ORTIZ, L.; SCHELESINGER, S.; MORENO, C.; BERMAN, C.; ASSIS, W.F.T. Novos caminhos para o mesmo lugar: a falsa solução para dos agrocombustíveis. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra, 2008.

**OXFAM**. Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil. **São Paulo:2016. Disponível em** <[https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos\\_desigualdade-brasil.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf)> . **Acesso em 10 dez. 2016.**

PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ. Ministério Público do Estado do Paraná. **Usina Central do Paraná recebe multa de 10 milhões de reais**. Curitiba, MPP, 2009. Disponível em <<http://www.mp.pr.gov.br/search.php?query=usina+central&action=results>>. Acesso em 16 nov. 2014.

PARANHOS, S.B. (org.). **Cana-de-açúcar: cultivo e utilização**. Campinas: Fundação Cargill, 1987.

PAULINO, E.T. **O Limite das Cercas: Desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente**, Dissertação (Mestrado). Presidente Prudente: UNESP-FCT, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Unesp, 2006.

\_\_\_\_\_. O campo brasileiro no cenário da matriz energética renovável: notas para um debate. In: **Terra Livre**, Presidente Prudente: Ano 23, v. 2, nº.29, p.95-114. Ago.Dez, 2007. Disponível em < [http://www.agb.org.br/files/TL\\_N29.pdf](http://www.agb.org.br/files/TL_N29.pdf)> Acesso em 20 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Produção de alimentos e biocombustíveis: a quem beneficia? In: **Revista Formação**. Presidente Prudente: n.15 volume 2, p.189-226. Disponível em:<[http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25\\_debate.pdf](http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n15v2/25_debate.pdf)>. Acesso em: 12 Mar. 2012.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R.A. **Terra e Território: a questão camponesa e o capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTO-GONÇALVES, W.C. Outra verdade inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanística**, Bogotá, nº. 66 jul.-dez, p. 327-365, 2008. Disponível em <[http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C\\_Sociales/universitas/66/14porto.pdf](http://www.javeriana.edu.co/Facultades/C_Sociales/universitas/66/14porto.pdf)> Acesso em 02 jan. 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PINAZZA, L.A.; ALIMANDRO, R. Brasil açúcar e álcool: a era da emancipação. **Agroanalysis**. Rio de Janeiro: FGV, v. 20, n. 03, p.14-20, mar. 2000.

PORTO, G. Indianos assumem controle do grupo de açúcar e álcool Equipav. **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 2010. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,indianos-assumem-controle-do-grupo-de-acucar-e-alcool-equipav,514262>>. Acesso em 10 set. 2016.

PROCANA. **Anuário da Cana de 2014**. Ribeirão Preto: 2015.

\_\_\_\_\_. **Anuário da Cana de 2015**. Ribeirão Preto: 2016.

RAMOS, P. Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e... Atual. **Revista História Econômica & História de Empresas**. Rio De Janeiro, UFF, 2011.

\_\_\_\_\_. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RANGEL, I. A questão agrária brasileira. Recife: Condepe, 1957.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RENUKA. **Relatório Anual de Sustentabilidade da safra 2015/2016**. Mumbai: Shree Renuka Sugars, 2016. Disponível em <<http://www.renukasugars.com/pdf/annual-reports/SRSL%20-%20Annual%20Report%202015.pdf>>. Acesso em 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano de recuperação judicial Renuka Vale do Ivaí.** São Pedro do Ivaí: 2016. Disponível em <[http://www.valedoivai.com.br/rvdi/rj\\_docs/Plano\\_RVDI.pdf](http://www.valedoivai.com.br/rvdi/rj_docs/Plano_RVDI.pdf)>. Acesso em 10 set. 2016.

RIBEIRO, V. H.; ROCHA, M. M. A mobilidade centrada no trabalho e os trabalhadores da cana da mesorregião norte central paranaense: o caso de Porecatu e Astorga. In: **Anais do IV Congresso de História.** Maringá: 2009. Disponível em <[http://www.nemo.uem.br/artigos/mobilidade\\_centrada\\_no\\_trabalho\\_vitor\\_ribeiro.pdf](http://www.nemo.uem.br/artigos/mobilidade_centrada_no_trabalho_vitor_ribeiro.pdf)>. Acesso em 20 set. 2016.

ROSS, J. **Ecogeografia do Brasil.** São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

RUGITSKY, F. Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: Uma leitura kaleckiana. In: BARBOSA, A.F. **Austeridade para quem? balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff** / Alexandre de Freitas Barbosa...[et al] ; São Paulo: Carta Maior, 2015.

SANTA TEREZINHA. **Relatório de Sustentabilidade.** Maringá: Midiograf, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Sustentabilidade.** Maringá: Midiograf, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Sustentabilidade.** Maringá: Midiograf, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Sustentabilidade.** Maringá: Midiograf, 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Sustentabilidade.** Maringá: Midiograf, 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Sustentabilidade.** Maringá: Midiograf, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2004.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001

SANTOS, Régis R. A territorialização do capital e as relações camponesas de produção. **Campo-Território:** Revista de Geografia Agrária. v. 2, n.3, p. 40-54, fev. 2007. Disponível em: <[www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=134&article=86&mod=e=pdf](http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=134&article=86&mod=e=pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2014.

SERRA, E. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. **Campo-Território.** Uberlândia: UFU, v.5, nº. 9, p. 89-111, 2010.

SHIKIDA, P. F. A. **A dinâmica tecnológica da agroindústria canavieira do Paraná: estudos de caso das usinas Sabarálcool e Perobálcool**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

\_\_\_\_\_. Agroindústria canavieira e desenvolvimento local: o caso da usina Usaciga de Cidade Gaúcha. **Revista de Economia e Agronegócio**. Viçosa: UFV, 2008. Disponível em <<http://www.rea.ufv.br/index.php/rea/article/view/124>>. Acesso em 10 set. 2015.

SHIKIDA, P.F.; RISSARD JR. D. J. A agroindústria canavieira do Paraná pós-desregulamentação: uma abordagem neoschumpeteriana. **RER**. Rio de Janeiro: vol. 45, nº 02, p. 445-473, abr/jun 2007.

SILVA, Joaquim Carvalho da. **Terra roxa de sangue: a Guerra de Porecatu**. Londrina: EDUEL, 1996.

SILVA NETO, J.G. **Estado e capitalismo na presente internacionalização do capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA, O. H. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba, Rosa de Bassi, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de Álcool”. **Agrária**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 2-39, 2005. Disponível em: <<http://http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/cerest/publicacoes/mar-cana.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Unesp, 1999.

\_\_\_\_\_. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada**, v. 9, n. 4, p. 3-19, 2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/04-9-1-MariaAparecidaMoraesSilva.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SILVA, C.R.L., CARVALHO, M.A. Biocombustíveis e insegurança alimentar. **Análise e Indicadores do Agronegócio**. São Paulo: IEA, v.2, n. 7, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=9022>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORRE, M. **Geografia**. São Paulo, Ática, 1984.

SOUSA, A. Sucroenergéticos: Brasil perde bilhões em investimentos por falta de pulso. **Portal Dia de Campo**. São Paulo, 2014. Disponível em <[http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/paginas/fale\\_conosco.asp](http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/paginas/fale_conosco.asp)>. Acesso em 21 jan. 2015.

SOUZA, M. A. **Agroindústria canvieira e dinâmica territorial**. Dissertação (mestrado). Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2010.

\_\_\_\_\_. A dinâmica territorial do agronegócio canvieiro e o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar: notas para um debate. **Campo-Território**. Uberlândia: v. 5, n.º. 10. p.148-167, 2010. Disponível em <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewissue.php>>. Acesso em 25 set. 2014.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.C.; CORREA, Roberto L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 77-116.

SZMRECSÁNYI, Tamás J. M. K. **O Planejamento na Agroindústria Canvieira no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1979.

THOMAZ JUNIOR, A. **As formas de controle social do capital agroindustrial canvieiro sobre o trabalho na região de Presidente Prudente**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/controle-social-capital-agroindustrial-canvieiro/controle-social-capital-agroindustrial-canvieiro.shtml>>. Acesso em: 15 out. 2013.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os nós da cana: a relação capital-trabalho e o movimento sindical**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Por uma cruzada contra a fome e o agrohídronegócio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. **Revista Pegada**. v. 9, n. 1, 2008. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA%209%201/02-9-1-ThomazJr.pdf>> Acesso em 19 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. “Leitura” geográfica e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n.º. 24, p.31-48, 1998. Disponível em <[http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Fotos%20Tese/Tese\\_Livre%20Docencia/Textos/VOL2\\_Final/arquivos\\_PDF\\_v2\\_impress%E3o/Texto%201-V%202-final.pdf](http://www4.fct.unesp.br/thomaz/Fotos%20Tese/Tese_Livre%20Docencia/Textos/VOL2_Final/arquivos_PDF_v2_impress%E3o/Texto%201-V%202-final.pdf)> Acesso em 20 set. 2014.

\_\_\_\_\_. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo Território**. V. 04, n.º 05, 2010. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>>. Acesso em 10 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Agronegócio alcoolizado e culturas em expansão no pontal do Paranapanema! Legitimação das terras devolutas/improdutivas e neutralização dos movimentos sociais**. Presidente Prudente: UNESP, 2007. Disponível em <[http://www4.fct.unesp.br/thomaz/CEGeT-08/Agronegocio%20Alcoolizado%20\\_2\\_.pdf](http://www4.fct.unesp.br/thomaz/CEGeT-08/Agronegocio%20Alcoolizado%20_2_.pdf)>. Acesso em 21 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Dinâmica territorial do agrohidronegócio e os desdobramentos para o trabalho. In: **Revista Okara**. João Pessoa, 2012. Disponível em < file:///D:/Dados/Downloads/13603-21323-1-PB.pdf > . Acesso em 21 jul. 2014.

THOMAZ JÚNIOR, A.; VALÉRIO, V. M. **Do prato ao tanque. A expansão da agroindústria canavieira, a reforma agrária e a soberania alimentar em questão: o caso de Flórida Paulista**. Presidente Prudente: UNESP, 2009. Disponível em < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/A14.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2012.

UNICA. **Setor Sucroenergético**. São Paulo: 2010. Disponível em <<http://www.unica.com.br/content/show.asp?cntCode={6ED1BE65-C819-4721-B5E7-312EF1EA2555}>>. Acesso em 15 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Produção e uso do etanol combustível no Brasil**. São Paulo: 2012. Disponível em < [http://www.ambiente.sp.gov.br/wpcontent/uploads/publicacoes/etanol/producao\\_etanol\\_unica.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/wpcontent/uploads/publicacoes/etanol/producao_etanol_unica.pdf)>. Acesso em 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Usinas devem fechar safra 16/17 com dívida de R\$100 bilhões**. São Paulo: 2012. Disponível em < <http://www.unica.com.br/na-midia/9851879920342566567/usinas-devem-fechar-16-por-cento2F17-safra-com-divida-de-r-por-cento24-100-bilhoes/>> . Acesso em 25 nov. 2016

\_\_\_\_\_. **Histórico da produção e moagem**. São Paulo: 2016. Disponível em <http://www.unicadata.com.br/historico-de-producao-e-moagem.php?idMn=32&tipoHistorico=4> >. Acesso em 25 nov. 2016

USIBAN. **Relatório Anual do Conselho de Administração**. Bandeirantes: 2016. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/89082307/doi-pr-caderno-normal-comercio-02-04-2015-pg-46>> . Acesso em 05 set. 2016.

TRINTIN, J.G. **A economia paranaense: 1985-1998**. Tese (Doutorado) Campinas, 2001. Disponível em < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000220191> >. Acesso em 10 jun. 2015.

UNCTAD. **The State of Commodity Dependence**. Genebra: United Nations, 2015. Disponível em <[http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d7\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d7_en.pdf)> Acesso em 15 dez. 2016.

VALENTE, L.C.M.; SATOLO, L.F. Impacto do preço internacional do açúcar no mercado de combustíveis leves. In: **Anais do 48º Congresso SOBER**. Campo Grande, 2010. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/15/26.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2014.

VOLZ, H.L.; PEREIRA, S.R.; SHIKIDA, P.F.A. **Notas e considerações sobre o alcooduto no Paraná**. Toledo: Sober, 2007. Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/9/23.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2012.

YOSHINAGA, E.M.S. **As políticas de exploração da cana-de-açúcar no Brasil**: da ocupação colonial à produção sucroalcooleira. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Universidade São Marcos, 2006. Disponível em: <[nourau.smarcos.br/document/?down=274](http://nourau.smarcos.br/document/?down=274)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

WAACK, R.S; NEVES, M. F. **Competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar**. São Paulo: EMBRAPA, 1998. Disponível em <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Vol\\_V\\_CANAparte1\\_000fxg2yfra02wyiv80soht9hnddhjbd.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Vol_V_CANAparte1_000fxg2yfra02wyiv80soht9hnddhjbd.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2012.

WESTPHALEN, M. C.H. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UNB, 2004.

# **ANEXOS**

## QUESTIONÁRIO PARA UNIDADES AGROINDUSTRIAIS

Nome/Razão Social da Empresa \_\_\_\_\_

Localização Geográfica: \_\_\_\_\_

Ano de Fundação/Período de atuação no Norte/Noroeste do Paraná \_\_\_\_\_

Municípios em que há plantações de cana para a agroindústria:

---



---



---

Aspectos históricos da fundação da agroindústria:

---



---



---



---



---

### I – PRODUÇÃO DE MATÉRIA PRIMA

| Indicador                            | Resultado        |                   |                  |
|--------------------------------------|------------------|-------------------|------------------|
|                                      | Área em Colheita | Área em Renovação | Área Total       |
| Área Ocupada em hectares             | _____ hectares   | _____ hectares    | _____ hectares   |
| Número de funcionários               | Setor agrícola   |                   | Setor industrial |
| Produção de açúcar em toneladas      |                  |                   |                  |
| Produção de álcool em metros cúbicos |                  |                   |                  |

1 – Quais os elementos que foram levados em consideração para o estabelecimento desta unidade agroindustrial no atual município de localização?

2 - Qual a situação das terras ocupadas pela agroindústria: a maior parte é arrendada ou de propriedade da usina?

3 – Quanto tem sido o preço médio do arrendamento pago pela agroindústria por hectare?

4 – Quais fatores locacionais são levados em consideração para a escolha das áreas a serem arrendadas ou compradas pela usina?

5 – Os contratos de locação da terra tem quanto tempo de duração? Quais elementos são levados em consideração para o encerramento do contrato?

6– Qual tem sido o porte dos estabelecimentos agropecuários arrendados pela usina?

7 – A usina tem adquirido matéria prima através do fornecimento de cana via integração? Em caso afirmativo, quais critérios tem norteado essa opção?

8 – A agroindústria buscou na última década algum tipo de financiamento público? Qual? Houve prioridade em créditos de custeio ou para investimentos em capital fixo?

9- Qual o percentual de mecanização da lavoura canavieira? Quais são os principais objetivos e as principais metas nesse setor?

10 – Diante do atual cenário, quais as perspectivas para o setor sucroenergético? Há a constatação (na atualidade e futuramente) de rentabilidade nesta agroindústria?

11 – Existem projetos de expansão desta agroindústria? Qual a dimensão destes projetos?

12 – Como a usina tem feito a gestão dos custos de produção para manter a rentabilidade? Quais os gastos que a empresa tem tido (em % dos investimentos) em cada um dos setores:

12.1 – Setor de insumos agrícolas (mudas, fertilizantes, agrotóxicos):

12.2 – Manutenção do maquinário e renovação do parque de máquinas:

12.3 – Custos com mão de obra do setor agrícola:

12.4: Custos com mão de obra do setor industrial:

13 – Do ponto de vista ambiental, quais as percepções da usina quanto aos problemas ambientais enfrentados pela agroindústria na atualidade em comparação com o início das atividades? Os índices de produtividade continuam os mesmos? As pragas têm evoluído? Os efeitos climáticos têm causado prejuízos à lavoura?

14 - Quais as ações que a usina tem realizado para diminuir os custos da produção agrícola da cana?

## **II – PROCESSAMENTO AGROINDUSTRIAL**

1– Qual o estágio de mecanização da colheita da cana-de-açúcar?

2 – A usina tem realizado algum financiamento público para manutenção e renovação de seu parque de máquinas?

3 – Houve alguma ampliação da capacidade instalada inicialmente, após o ano de 2003? Quais as justificativas para tal ampliação?

4 – Quais os principais produtos da usina? Qual tem sido a proporção de cada produção nos últimos anos?

5 – Toda a colheita é mecanizada? Em caso negativo, quais fatores tem dificultado a mecanização total da produção canavieira da unidade?

6 – Nos últimos anos houve estagnação ou avanços na constituição do parque de máquinas da usina?

7 - Esta agroindústria trabalha com a capacidade total de produção ou possui capacidade ociosa?

8- Quais as ações que a usina tem realizado para diminuir os custos da produção industrial do açúcar e do etanol?

### **III - COMERCIALIZAÇÃO**

- 1 – Quais os principais destinos da produção da usina?
- 2 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pela usina na comercialização dos seus produtos?
- 3 – Existe alguma estratégia empresarial (parceiras, associações, etc) para facilitar a comercialização dos produtos?

### **IV – GESTÃO**

- 1 – Como está constituído o capital da usina?  
(  ) Capital 100% nacional (  ) Empresa com capital misto Outro: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 2 – A usina tem obtido lucratividade e rentabilidade com a produção sucroenergética nos últimos anos?
- 3 – A usina está filiada a alguma entidade representante da classe da agroindústria canavieira? Qual (s)?
- 4 - Qual a avaliação da empresa no que diz respeito as atuais políticas públicas voltadas ao setor sucroenergético?
- 5 - Quais medidas devem ser adotadas pelo governo para estimular o setor sucroenergético?
- 6– Nos últimos anos, quais os principais investimentos que a agroindústria tem realizado? Em quais setores eles tem sido priorizados?
- 7 - Qual a avaliação da empresa no que diz respeito as atuais políticas públicas voltadas ao setor sucroenergético?
- 8 - Quais medidas devem ser adotadas pelo governo para estimular o setor sucroenergético?

9– Nos últimos anos, quais os principais investimentos que a agroindústria tem realizado? Em quais setores eles tem sido priorizados?

10 – De modo geral, esta agroindústria é rentável?

## **V - TRABALHO**

1 – Qual a origem (municípios/Estados) dos trabalhadores da agroindústria?

2 - A conjuntura atual tem afetado de alguma forma a empregabilidade na usina?

3 – No período da entressafra, qual a política da agroindústria: Há a dispensa dos trabalhadores rurais/industriais, ou são remanejado para outras atividades?

4 – Existe algum programa de treinamento com vistas a mecanização ou para minimização dos efeitos da mecanização para os trabalhadores que dependem da agroindústria?

5–A agroindústria é signatária do *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar*? *Quais as principais ações que tem permeado esse compromisso e que passaram a ser adotadas pela agroindústria.*

5 – Quais as ações que a usina tem realizado para diminuir os custos da produção agrícola da cana?

## QUESTIONÁRIO PARA TRABALHADORES

1 – Qual o setor que você trabalha:

agrícola       industrial       Outro. Qual \_\_\_\_\_

Descrição da Função: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2 – A quanto tempo você trabalha nessa agroindústria? Já exerceu outra função na usina?

3 – Antes de trabalhar nesta usina, qual atividade você desenvolvia?

4 – Como você começou a trabalhar na atual função nesta usina? Quais critérios foram utilizados para a sua contratação?

5 – Qual é sua escolaridade? \_\_\_\_\_

6 – Qual a sua idade? \_\_\_\_\_

7 – Qual a sua renda mensal?

Até 01 salário mínimo       De 01 a 02 Salários mínimos       Mais de 02 até 03 Salários Mínimos       Mais de 03 até 05 Salários Mínimos  
 Acima de 05 Salários Mínimos.

8 – Você mora no mesmo município em que trabalha?

9 – Em caso de morar no mesmo município que trabalha, quais fatores motivaram sua vinda para esse município?

10 - Em caso de não habitar no mesmo município, comente sobre o trajeto executado diariamente até seu local de trabalho.

11 - Você tem percebido algumas mudanças nas condições de trabalho nos últimos anos na usina em que você trabalha? Quais?

12 – A renda que você tem hoje trabalhando nesta usina, é maior ou menor do que a sua antiga atividade?

13 – Você tem planos de continuar por muito tempo trabalhando nesta usina, ou tem planos de mudar de emprego? Se você tem planos de mudar de emprego, quais fatores tem dificultado essa escolha?

14 - Você é o único responsável pela renda total de sua família? Em caso de resposta negativa, em quais outras funções trabalham os outros membros da família que ajudam na composição da renda familiar?

15 – Você sente segurança na função que desempenha na usina? Há alguma ameaça de desemprego a curto ou médio prazo?

16 – O seu vínculo empregatício na usina é encerrado no período de entressafra? Se a resposta for positiva, qual a sua ocupação durante o período de entressafra?

17- Como você analisa suas condições de trabalho, quanto:

a) Ao Ritmo de trabalho:

b) À Remuneração

c) As Condições adequadas para o exercício de sua função:

18 – Na sua opinião, houve algum prejuízo a sua saúde física e mental, após começar a exercer a sua atual função na usina? Quais?

19– Na sua opinião, o que falta a empresa implementar para melhorar as condições de trabalho na usina?

20 – Você é sindicalizado? Você saberia apontar algumas ações do sindicato de sua categoria em prol da melhoria das suas condições de trabalho?

21 – Em uma análise comparativa, pode-se dizer que você prefere o atual emprego ou algum dos seus anteriores? Por que?

22 – Você já participou de algum curso de capacitação/treinamento oferecido pela usina para ocupar a atual função?

23 – Na sua opinião, o setor canavieiro passa por uma crise na atualidade? Quais elementos/ações verificados/ocorridos na usina que fazem você considerar que o setor passa ou não por uma crise na atualidade?

### **QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA TRABALHADORES DA COLHEITA MANUAL**

1 – No que consiste o seu trabalho na usina? Quais as orientações recebidas para executar o seu trabalho na colheita da cana-de-açúcar?

2-Durante o tempo em que você atuou nesta função, você já apresentou alguma enfermidade relacionada a seu trabalho, ou já presenciou algum trabalhador sofrendo algum problema de saúde relacionado com as atividades do corte de cana?

3 – Como é realizado a medição do corte da cana pela usina?

4- Como tem sido o pagamento pela cana cortada? Quais valores tem sido pagos em média pela tonelada ou pelo metro de cana cortada?

5 - Você acha justo a forma de medição e remuneração pela cana cortada? Em caso de resposta negativa, como deveria ser realizada a medição e a remuneração do corte da cana?

6 – Você já se sentiu pressionado a intensificar seu ritmo de trabalho a partir do receio de ser demitido? Em quais circunstâncias um cortador de cana é demitido da usina?

7-Como os trabalhadores do corte manual tem lidado com a perspectiva da mecanização da colheita?

8 – A usina tem oferecido cursos de capacitação e/ou treinamento para os cortadores manuais a fim de que possam assumir outras tarefas na usina?

9– Você saberia dizer quais critérios estão sendo utilizados para a escolha destes trabalhadores?

10 – Você conhece algum trabalhador que acionou a justiça com a finalidade de obter indenizações da usina? Você saberia dizer quais as consequências dessa ação?

11 – De modo geral, você percebeu alguma melhoria ou piora nas condições de trabalho na sua função? Quais?

